



**Paisagem, Lugar & Espaço Público:  
presença e ausência nos espaços da cidade**



Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós- Graduação em Urbanismo

# Paisagem, Lugar & Espaço Público: presença e ausência nos espaços da cidade

**Patricia Menezes Maya Monteiro**

**Prof.Dr.<sup>a</sup>. Denise Barcellos Pinheiro Machado**  
(Orientadora)

**Rio de Janeiro**  
**2008**

M775

Maya Monteiro, Patricia Menezes;  
Paisagem, Lugar & Espaço Público: presença e  
ausência nos espaços da cidade./ Patricia Menezes  
Maya Monteiro. –Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2008.  
xiv, 380 f. : il; 30cm.

Orientador: Denise Barcellos Pinheiro  
Machado.

Tese (Doutorado) – UFRJ/ PROURB/  
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2008.

Referências Bibliográficas: p. 363-374.

I. Espaços Públicos. 2. Paisagem. I. Pinheiro  
Machado, Denise Barcellos. II. Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-  
Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711.5

# Paisagem, Lugar & Espaço Público: presença e ausência nos espaços da cidade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor. A tese foi aprovada pela comissão abaixo.

Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup>. Denise Barcellos Pinheiro Machado  
PROURB / FAU / UFRJ (Orientadora)

Prof. Dr. Rainer Randolph  
IPPUR / UFRJ

Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup>. Marlice Nazareth Soares de Azevedo  
PPGAU/ EAU / UFF

Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup>. Lúcia Maria Sá Antunes Costa  
PROURB/ FAU / UFRJ

Prof.<sup>a</sup>.Dr.<sup>a</sup>. Rosângela Lunardelli Cavallazzi  
PROURB/ FAU / UFRJ

Rio de Janeiro  
2008



o seu

olhar melhora

o meu

Para Fernando e Bento, parceiros cotidianos aos quais nem sei o que dizer,  
a quem dedico este volume, e meus olhares.



## AGRADECIMENTOS

À Denise Pinheiro Machado, orientadora, pela confiança que abasteceu meu cotidiano, e pelo franco julgamento do seu olhar.

Ao Antonio Colchete Filho, pelo apoio constante.

À Vitória Peres, *in memoriam*, pelo incentivo primordial.

À Clarissa Maya, à Dinorá e às vovós Haydée e Carolina, por tudo.

À FAPERJ- Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelo apoio recebido..

À CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio recebido.

Aos que colaboraram direta ou indiretamente: Cláudio Antonio Lima Carlos, Cássia Mota, Cristina Santos, Fabiana Fevorini, Fabíola Ribeiro, Fátima Tavares, Josélia Alves, Hermano Lemme, Leila Mello, Magda de Carvalho, Aline Santos, André Maya, Adilson Amaral, Emmanuel Pedroso, Pedro Lagerblad de Oliveira, Roberto de Carvalho, Rogério Amorim do Carmo, Tereza Nóbrega, e Vera Dodsworth. Aos meus queridos ex-alunos Fábio Fonseca e Frederico Braidá, pelo apoio e amizade.

Aos colegas do doutorado, pelo convívio enriquecedor.

Aos colegas do DAUR- UFJF e aos meus alunos da UFJF.

Ao César Barreto e ao Henrique Koifman, por gentilmente me cederem suas imagens. Aos entrevistados que conheci, em especial à Rosângela Tardelli e ao Sr. e à Sra. Fonseca. Aos arquitetos e técnicos da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sylvia Coelho, Cláudia Brack, Lúcio Costa, Cristina Monteiro, Dilsa Venturini, entre outros, pelas informações valiosas.

À Dina Uliana, da biblioteca da FAU-USP e a todos da biblioteca do IPPUR e do IGEO.

À Keyla Silva, ao Carlos Eduardo Lopes e à D. Francisca do PROURB, sempre ao meu lado.

Aos professores do PROURB-UFRJ e, em especial às professoras Eliane Bessa, Rachel Coutinho Marques da Silva, Lilian Fessler Vaz e Rosângela Lunardelli Cavallazzi. À professora Lúcia Maria Sá Antunes Costa, por sua presença na minha trajetória.

Aos professor Rainer Randolph, do IPPUR- UFRJ, e à professora Marlice Nazareth Soares de Azevedo, do da UFF, pela disponibilidade.

Aos autores do presente e do passado, em especial a Henri Lefebvre, Martin Heidegger, Hannah Arendt e Jürgen Habermas; com os quais o 'diálogo' reiterado e constante foi essencial. Mas também a Augustin Berque, Eliane Caldeira, Edward Casey, James Corner, Rosalyn Deutsche, Paulo César Gomes, David Harvey, Tim Ingold e Donald Meinig.

A você, leitor de minhas linhas.

A todos cujos olhares melhoram meus olhares.

(à página anterior- 'Olhar', de Arnaldo Antunes, 1996)



## RESUMO

---

A revalorização da paisagem, a criação dos lugares e a persistência dos espaços públicos são hoje temas centrais nas discussões sobre a cidade. Estão presentes em pesquisas, planos e projetos voltados; entre outras coisas; para o desenvolvimento sustentável; para a conservação de conjuntos urbanos e para a acessibilidade à cidadania. Esta tese se situa neste eixo de discussões, e visa ressaltar os espaços públicos como *loci* da esfera pública, cenários da vida social e microcosmos da cidade.

Antes de tudo, reafirmamos a cidade como um centro significativo da existência humana, lembrando que não se pensa em 'cidade' sem se pensar em 'espaço público', e nem o inverso. Portanto, no contexto atual, em que a cidade e o urbano se afastam, julgamos que a idéia de espaço público é fundamental.

Pressupomos que o fenômeno do espaço público não se descola do fenômeno da paisagem e do fenômeno do lugar. E consideramos que a cidade, congregada por estes fenômenos, permanece como um paradigma para a cidade. Aqui, 'Espaço Público', 'Lugar' e 'Paisagem' são tomados como atributos, estados, dimensões, escalas, do espaço da cidade; e não apenas como aspectos ou categorias espaciais.

Buscamos então identificar como estes atributos estão presentes nos espaços públicos, e como são tidos como ausentes, e também como os intervalos entre as presenças e ausências são preenchidos pelas representações. Para tanto, investigamos as articulações entre espaço público, lugar e paisagem em espaços urbanos da cidade; através das percepções, concepções e vivências que neles se dão.

Por fim, constatamos que os aspectos ausentes e presentes do que é um 'espaço público-lugar-paisagem' são indissociáveis do fenômeno do 'espaço público - lugar- paisagem'; estas articulações sempre revelam uma nova e particular experiência.

Palavras-chave:

**Espaço Público. Lugar. Paisagem.**

## ABSTRACT

---

The revalorization of landscapes, the creation of places and the persistence of public spaces are main themes on current discussions about the city. They are present in investigations, plans and projects focusing - among other subjects - the sustainable development, the preservation of urban areas, and the access to citizenship. This thesis is situated in this thematic axis, and it aims to emphasize the public spaces as a locus of the public sphere, as social life scenarios and as microcosms of the city.

Above all, we reassert the City as a significant core of human existence, reminding ourselves that one does not think about the 'City' without thinking about its 'Public Space', and neither the opposite. Therefore, in the present context, in which the city and the urban areas are turning to be distinct concepts, we consider that the notion of public space is a fundamental one..

We assume that the phenomenon of Public Space does not withdraw from that of the Landscape and the Place.. We consider that the city, congregated by these phenomena, persists as a paradigm to the city. Here, 'Public Space', 'Place' and 'Landscape' are taken as attributes, states, dimensions, scales of the city space, and not only as spatial aspects or categories.

We aim to identify how these are present attributes in public spaces, and how they are taken as absent ones. And also, we aim to identify how the intervals between presences and absences are fulfilled by representations. For his task, we investigate the articulations between public space, place and landscape in urban spaces of the city; through the moments of perceiving, conceiving and living that take place on them.

At last, we realized that the absent and present aspects of that which is a 'public space- place- landscape' are not separable from the phenomenon of the 'public space- place- landscape' – these articulations always reveal a new and singular experience.

Palavras-chave:

**Public Space. Place. Landscape.**

# SUMÁRIO

---

	página
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>I - TEORIAS E MÉTODOS.....</b>	<b>19</b>
<b>I.1 - suportes teórico-metodológicos da tese.....</b>	<b>23</b>
<b>I.2 - perspectivas fenomenológicas.....</b>	<b>26</b>
<b>I.3 - sobre o conceito de Representação.....</b>	<b>30</b>
<b>I.4 - sobre as palavras.....</b>	<b>34</b>
1.4.a - semântica	
1.4.b - a deferença	
1.4.c - operações eidéticas	
<b>I.5 – sinopse operativa da investigação.....</b>	<b>39</b>
1.5.a - os estágios da investigação	
1.5.b - a incorporação das vivências e experiências nos espaços	
1.5.c - a investigação das presenças e ausências nos espaços	
1.5.d - a investigação espacial dos espaços eles mesmos	
<b>I.6 - casos referência – exemplaridade e inserção urbana.....</b>	<b>43</b>
1.6.a - os casos referência no contexto da tese	
1.6.b - a cidade do Rio de Janeiro como o local de inserção da investigação	
1.6.c - os casos referência selecionados	
<b>II – SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>5</b>
<b>2.1 – por que tratar do espaço público?.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2 - algumas distinções iniciais do conceito.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3 - o fenômeno do público.....</b>	<b>62</b>
<b>2.4 - o espaço público como espaço do povo.....</b>	<b>63</b>
<b>2.5 - o espaço público como espaço não privado.....</b>	<b>72</b>
<b>2.6 - o espaço público como espaço do poder público.....</b>	<b>79</b>
<b>2.7 - o espaço público como esfera pública.....</b>	<b>87</b>
<b>2.8 - o espaço público como espaço do público.....</b>	<b>94</b>
<b>2.9 - o espaço público como o mundo comum.....</b>	<b>103</b>
<b>2.10 - o espaço público: quadro-sinopse.....</b>	<b>126</b>
<b>III - SOBRE O LUGAR.....</b>	<b>131</b>
<b>3.1 - quando falar em lugar?.....</b>	<b>137</b>
<b>3.2 - o lugar como uma localização: posição e locação no espaço.....</b>	<b>142</b>
<b>3.3 - o lugar como o locus do ser.....</b>	<b>150</b>
<b>3.4 - o lugar como um local em particular.....</b>	<b>158</b>
3.4.a - caráter	
3.4.b - genius loci	
3.4.c - a constituição do lugar	
3.4.d - regiões	



3.4.e - centralidades e interconexões	
3.4.f - sítio natural	
3.4.g - limites e identidade	
3.4.h - identidade e identificação	
3.4.i - permanências	
3.4.j - o nome e a identidade	
<b>3.5 - o lugar como a localidade estabelecida.....</b>	<b>178</b>
<b>3.6 - o não lugar como lugar.....</b>	<b>182</b>
<b>3.7 - o lugar: quadro-sinopse.....</b>	<b>190</b>
<b>IV - SOBRE A PAISAGEM.....</b>	<b>195</b>
4.1 - como falar de paisagem?.....	197
4.2 - a paisagem como território.....	201
4.3 - a paisagem como representação.....	203
4.4 - a paisagem como cenário.....	209
4.5 - a paisagem como natureza.....	214
4.6 - a paisagem como habitat.....	224
4.7 - a paisagem: quadro-sinopse.....	226
<b>V – PRESENÇA E AUSÊNCIA.....</b>	<b>229</b>
<b>5. 1 - Afonso Pena: a praça como síntese do lugar público e da paisagem do bairro.....</b>	<b>233</b>
5.1.a - relevância	
5.1.b - os tempos da praça	
5.1.c - contexto urbano e ambiental	
5.1.d - a configuração dos usos e apropriações da praça	
5.1.e - vivências na praça	
5.1.f - as representações da paisagem, lugar e espaço público na praça	
5.1.g – a Praça Afonso Pena como um habitar	
<b>5. 2 - paisagem e lugar: os espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas.....</b>	<b>275</b>
5.2.a - preâmbulo	
5.2.b – processo de ocupação	
5.2.c - algumas representações espaciais no espaço na Lagoa	
5.2.d - a Lagoa em diversas escalas	
5.2.e - Parque Tom Jobim – espaços livres públicos na Lagoa	
5.2.f - o subparque dos Patins: configuração e apropriações dos espaços	
5.2.g - o Parque como um espaço de representação	
<b>VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>341</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>359</b>



## **REFLEXÕES**

*ESTOU EM UM LUGAR. Um corpo é um lugar. A cidade é um lugar. E lugar é sempre um em particular, mas conectado ao todo do mundo. Um microcosmo do mundo. Um lugar é um evento, uma memória; e minha vontade é estar aqui e ali, em todo lugar.*

*ESTENDO-ME SOBRE A PAISAGEM; mesmo a que não veja. Sei como ela é e como me cerca. E meu desejo é mergulhar nela, e a cada instante pertencer a certa paisagem original, de idílica natureza. O meu olhar é a paisagem.*

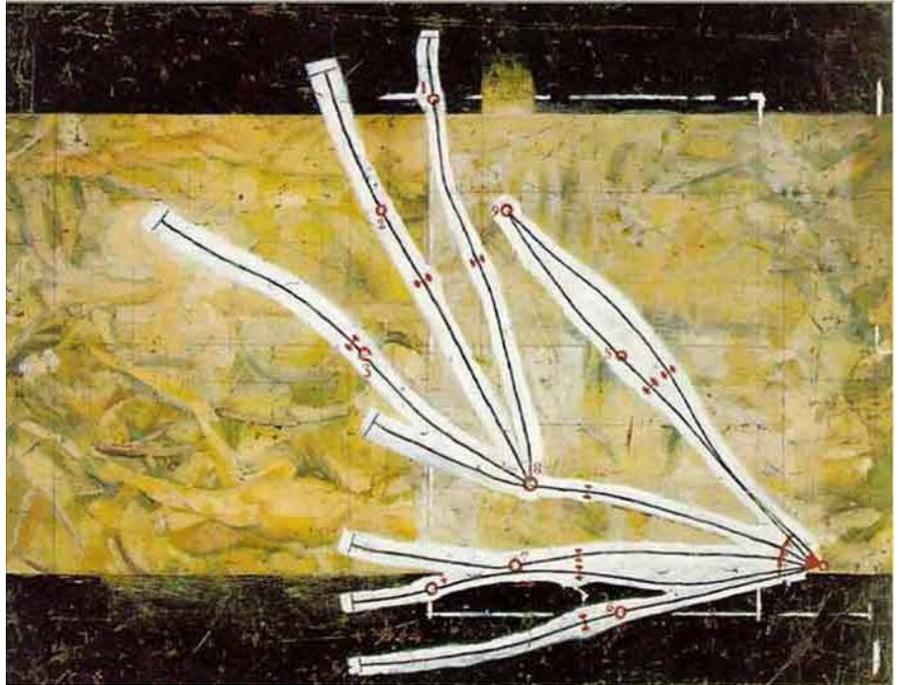
*O MUNDO COMUM ME ABRAÇA. Penso, quero poder estar a qualquer momento em público, em comunicação-ouvida e ouvindo. Consensos. Reflexos. Sempre, porém, com a opção de me retirar para o isolamento no meio da multidão, para um espaço apenas com os próximos ou então para o meu lugar privado. Público e privado em perfeita interação. Liberdade.*

*ESTA, para mim, é a relevância mais profunda em se estudar lugar, paisagem e espaço público: valorizar o espaço que nos importa no cotidiano e nos sonhos.*

*ESPAÇO PÚBLICO, LUGAR E PAISAGEM: para mim, a relevância mais profunda de estudá-los está em valorizarmos o espaço que nos importa, no cotidiano e nos sonhos.*

*NÓS. Esta é realidade da condição que reconhecemos, num contexto contemporâneo, e que reconheço em mim neste processo de se compreender um espaço urbano: tentar estar em lugar nenhum, porém consciente do ponto de largada restrito a partir do qual sentimos e falamos. Esta realidade se reflete no método, na minha relação com as teorias, e na minha (im-) possibilidade de (in-) compreender aspectos e situações da cidade e do urbano.*





# INTRODUÇÃO



# INTRODUÇÃO

---

A revalorização da paisagem, a criação de lugares e a manutenção de espaços públicos são temas centrais nas discussões sobre a cidade. Estão presentes em pesquisas, planos e projetos voltados; entre outras coisas; para o desenvolvimento sustentável; para a conservação de conjuntos urbanos e para a acessibilidade à cidadania. Esta tese se situa neste eixo de discussões, e visa ressaltar os espaços públicos como *loci* da esfera pública, cenários da vida social e microcosmos da cidade.

A tese pretende articular espaço público, lugar e paisagem em uma investigação da cidade. Antes de tudo, para nós, **um espaço público de uma cidade é definido pela presença ou pela ausência de um espaço de caráter público, de um lugar e de uma paisagem.**

Para que destrinchemos estas articulações é essencial a consideração de Lefebvre (1980), que nos aponta que aquilo que preenche o intervalo entre a presença e a ausência: **a representação.**

Julgamos essencial compreender, dentre outras coisas: como se constituem as esferas públicas de comunicação nestes espaços; como se processam o acesso, a visibilidade e a apropriação dos espaços, e também de como se dão as experiências nestes espaços. Consideramos que, em um dado espaço urbano, estes 'eventos', e também as demais circunstâncias do contexto - social, cultural, ambiental, estético, perceptivo e simbólico – se encontram transcritos nos diversos atributos da paisagem, do lugar, e do espaço público neste espaço.

De todo modo, uma cidade é estruturada e representada por seus espaços públicos. E, por óbvio que seja, consideramos que tratar da paisagem e do lugar da cidade é também tratar do espaço público da cidade. Porém, note-se que aqui 'Espaço Público', 'Lugar' e 'Paisagem' são dimensões do espaço, atributos, escalas, estados do espaço e não apenas eventos, aspectos ou qualificações do espaço urbano. Assim, julgamos fundamental reconhecer que **a idéia mesma de cidade está presente nos espaços públicos, nos lugares públicos, nas paisagens urbanas e nas relações entre estes.**

Destaque-se que reafirmamos o espaço público como centro significativo da existência humana. E, também, que não se pensa em 'espaços público' dissociadamente de uma cidade, nem o inverso. Num contexto contemporâneo em que a distinção entre a cidade e o urbano se acentua, notamos que esta se dá em parte pela inserção de estruturas urbanas nas quais a idéia de espaço público parece estar abandonada. Porém, como os espaços públicos de uma cidade são os espaços visíveis e acessíveis nos quais se dão muitas das intermediações sociais, podemos dizer que o caráter destes é a parte mais visível da qualidade urbana de uma cidade.

Inversamente, sugerimos que há espaços públicos, lugares e paisagens que refletem o caráter da cidade. Defina-se aqui 'caráter' a partir de Norberg-Schulz (1979) como um conjunto de qualidades, a marca, a fisionomia, a índole, o temperamento, ou seja, tanto a concreta forma e substância quanto os modos de ser e, em relação ao espaço, o caráter é uma 'atmosfera' que pode ser denotada por adjetivos - uma habitação 'protetora'; uma igreja 'solene' – já que: "diferentes ações demandam lugares com um caráter diferente" (p. 14).

Se as ações demandam espaços específicos, isto não significa que os espaços efetivamente 'determinem' ou modifiquem as ações e interações do homem ou da sociedade – o que, aliás, se aplica para as diversas escalas da arquitetura e do urbanismo. Outrossim, os espaços públicos, os lugares e as paisagens são; a um só tempo; processos, modos de produção, produtos e, de certo modo representações e agentes - de uma cultura e de uma civilização, e de relações sociais e econômicas.

Como coloca Henri Lefebvre (1974), "Cada sociedade (...) produz um espaço, o seu" (p. 40). E a proposição que estrutura todo seu trabalho, quase uma tautologia (o que para ele é uma evidência argumentativa) é a de que: "**O espaço (social) é um produto (social)**" (p. 35). Visto como um produto, portanto, pode ser compreendido através do seu processo de produção.

É em um sentido que engloba o processo de produção e a engajamento dos que o produzem, que Lefebvre (1974) elabora a noção de que há momentos que estruturam a percepção, a concepção e a vivência dos espaços: **as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação**. Estes 'momentos espaciais' são elementos que permeiam esta tese - na qual a representações são tanto bases para a argumentação quanto objetos da análise. Isto porque os espaços públicos podem se apresentar como uma representação do espaço, ou como um 'espaço (social) de representação'; nos termos dele; respectivamente: como uma concepção imposta implementada pelo Poder ou por seus designatários; ou então como uma vivência do espaço através dos significados sociais, da imaginação e de ressonâncias simbólicas. Portanto, a noção de momentos nos dá subsídios para que investiguemos sobre a habilidade do planejamento, projeto e construção dos espaços públicos em alcançar, se compatibilizar e se engajar com a realidade sócio-espacial destes espaços. O grau de engajamento com os espaços está ligado aos atributos que sugerem que estes são 'apenas' representações ou então que são espaços (sociais) de representação.

Efetivamente, **na produção dos espaços urbanos, há lapsos entre a concepção e a vivência**. Há lapsos de tempo - entre a construção inicial e a apropriação ao longo dos tempos que se dá nestes espaços. Porém, estes lapsos não impedem, nos espaços de qualidade excepcional, que surjam então novos usos e uma apropriação efetiva destes espaços duráveis - e os lapsos são rejuntados. Há lapsos de decisão, pelas diferentes lógicas que predominam na gestão dos espaços. E há também muitos lapsos entre os que decidem

e os que usam os espaços - devidos à ausência de participação dos habitantes/cidadãos/usuários na construção dos espaços.

A formação de uma esfera pública engajada na produção do espaço é fundamental para que estes lapsos possam ser minimizados, para o sucesso social dos espaços. Por um lado, isto depende de estruturas de Poder que permitam as diversas opiniões públicas, ou melhor, cuja gestão estimule a participação pública. Por outro lado, de uma cultura pública que valorize a esfera e o espaço público.

Para entendermos o caráter político do espaço público, então, e assim o próprio espaço público como medium de interação; incorporamos um olhar sobre as relações entre esfera pública e espaço público. A esfera pública constitui a própria noção de espaço público, não como uma mera categoria espacial, nem como apenas um espaço social. Hannah Arendt (1951) é a autora seminal, que nos aponta distinções entre a esfera pública, a esfera social e a privada. Um trabalho que, em parte, Jürgen Habermas completa, ao identificar o surgimento de uma esfera pública burguesa (1964). Julgamos estas referências relevantes para a compreensão dos processos de alienação ou participação, de apropriação e de construção que se dão nos espaços públicos. Por sua vez, a idéia desta esfera pública nos indica como olharmos um forjar da dimensão comunicativa dos espaços públicos, e assim investigar a sua presença ou ausência. Longe de uma visão idealista do passado, como possa parecer, Arendt e Habermas nos apontam para o valor da esfera pública. E, por conseguinte, para nós, antes de tudo, a presença ou mesmo somente a possibilidade da presença da esfera pública no espaço, é o que caracteriza o cunho efetivamente público de um espaço.

Concordamos com Harvey (2006), que considera que embora não possamos "discernir a relação entre a materialidade do espaço público urbano e a política da esfera pública com exatidão"; existem "alguns pontos potentes de conexão entre estes".

Notemos ainda que a separação entre o espaço público e a esfera pública; com o desenvolvimento dos meios de comunicação; faz com que uma grande parte das atividades nos espaços públicos seja paulatinamente diminuída - muito embora outras se estabeleçam. Hoje, as 'esferas públicas' se desenvolvem em uma pluralidade de meios, nos suportes de difusão das *media*, e não apenas em espaços concretos. Deste modo; parte dos encontros, comunhões, discussões e conflitos parece sair dos espaços públicos. Porém, como as interações a-espaciais se encontram aumentadas, julgamos que isto se reflita de algum modo nos espaços. Além disto, há esferas públicas múltiplas, e nem todas se manifestam ou mesmo se constituem como tais. E, assim, menos ainda como grupos com participação na construção dos espaços públicos, daí em parte se dão os lapsos entre os que concebem o espaço e aqueles que neles vivem - até pelas dificuldades de comunicação entre os diversos atores sociais.

No entanto, apesar destes lapsos, nos espaços públicos, os usos e apropriações também constroem, em níveis diversos, o ambiente: adaptações de uso concretizadas e também a situação do espaço - seu grau de cuidado, conservação ou de abandono - denotam não apenas atividades humanas, mas vínculos sociais e também valores e significados atribuídos aos espaços. Portanto, de todo modo, o ambiente construído expressa a cultura e a civilização, e as instâncias das relações sociais e econômicas, das quais mesmo estes lapsos fazem parte.

Nos espaços públicos, há reflexos do caráter da cidade, como a sua situação social, que são visíveis, ou em alguns casos se poderia dizer 'legíveis'. Por exemplo: as desigualdades sociais e também as visões e respostas a estas, se encontram transcritas nos espaços públicos através de sinais como: a presença ou não de moradores de rua, a abertura ou fechamento dos acessos às edificações, o grau de conforto da cidade para o pedestre, ou o tratamento (oficial ou informal) destes espaços. Assim, estes são que sinais refletem, antes de tudo, atitudes perante a vida pública - perante as diferenças e desigualdades que ela contém.

Os reflexos de uma cultura também estão no espaço público e nas arquiteturas, que são elementos da cultura. Há elementos, visíveis ou não, da cultura material e imaterial que pertencem a um dado espaço. E consideramos que, se um espaço em particular alcança um dado grau de coerência estética e ética, há chances de que ele se constitua, como um espaço (social) de representação, como um lugar afetivo. E assim também que ele seja como uma obra e não apenas como um produto, ou seja, como diz Lefebvre (1980), que ele se situe 'mais além das representações'. Para tanto, se admitimos a cultura como uma 'construção que se cultiva', a construção eficiente dos espaços da cidade engloba o papel dos desenvolvimentos técnicos e tecnológicos e dos diversos saberes, mas depende também fundamentalmente dos processos sociais e dos mitos e símbolos que se congregam na sua criação.

Reflita-se também sobre o que diz Augustin Berque: "as sociedades organizam seu ambiente em função da interpretação que elas nele fazem, e reciprocamente elas o interpretam em função da organização que nele fazem" (1992:15). Consideramos que há valores e significados; individuais, coletivos, locais, globais e universais; que se encontram na forma, desenho e estado físico dos espaços público ou então nos seus usos e apropriações concretos e simbólicos. Ou na esfera pública que se situa nos espaços públicos. Porém, nem todos os aspectos do nosso mundo comum nas cidades são ou estão visíveis; ou 'legíveis' no espaço público. Há também esferas públicas que tratam destes espaços, e representações de diversos tipos feitas em relação a este espaço que denotam os valores e significados destes espaços para os indivíduos e grupos sociais. Imagens, discursos, outros espaços, e os projetos não executados nestes espaços, são representações que interferem na própria existência dos espaços públicos.

Lembremos, portanto que, se **"a prática espacial regula a vida, ela não a faz"** (como nos aponta Lefebvre, 1974: 414). Assim, se os espaços não determinam, eles podem, porém,

facilitar ou induzir usos e apropriações. Por isto, julgamos que é essencial investigar **como a presença ou ausência da paisagem, do lugar e do espaço público interferem nas apropriações concretas ou simbólicas dos espaços urbanos e, por conseguinte, na 'qualidade urbana'**.

Partimos do pressuposto de que **nestas articulações se reflete a cidade**, seja como obra única e particular, seja como um 'produto' que não se dissocia do seu processo de produção. Investigá-las implica em investigar também o caráter da cidade em que este dado espaço urbano se situa.

Por que tratar paralelamente de paisagem, lugar e espaço público?

Há alguns argumentos para esta estratégia teórica e metodológica. O mais óbvio é a tentativa de apreender/ aprender o objeto de estudo – o espaço público - de modo abrangente. Outro argumento se dá pelo próprio objeto teórico da tese, que julgamos que é definido e identificado no espaço urbano pela interação efetiva dos aspectos/ esferas/ escalas/ categorias teóricas.

Consideremos o que afirmam Adorno & Horkheimer: "A proposição segundo a qual a verdade é o todo se revela idêntica à proposição contrária, segundo a qual ela só existe em cada caso como parte" (1969: 228). Transpondo-se esta afirmação para as teorias de arquitetura e urbanismo, exemplificamos estas posições extremas com dois momentos do século XX: a 'urbanística operacional burocrática' (Lamas, 1996: 382) que se instala a partir do movimento moderno e o posterior contraponto que se reflete na arquitetura pós-moderna. No primeiro caso, se trata de um modo de pensar o planejamento urbano como totalizador, e ver a cidade como algo 'quantificável', cujo problema é processar as múltiplas informações passíveis de serem conjugadas para uma visão da totalidade/ verdade. No segundo caso, eventualmente se trata de enfatizar a fragmentação, e a cidade é vista como uma colagem complexa, cuja visualização mais abrangente é impossível, de modo que nenhuma verdade se torna relevante por ser parcial, e que o todo se torna inapreensível. Assim, justifica-se a inação pela crítica e por extensão, pela impossibilidade de 'cidade'.

Obviamente, não há um 'todo' apreensível pelos estudos urbanos, mas consideramos que seja possível mais do que uma 'colagem'. As cidades se tratam de espaços (sociais) e são simultaneamente **produtos, criações e processos** (temporais e mutáveis). Consideramos que há sim casos - partes da cidade - que proporcionam visões significativas deste todo da cidade.

Como estas constatações mais do que óbvias podem embasar uma construção mais eficiente dos espaços públicos, tarefa cada vez mais intrincada hoje? Julgamos que há necessidade do projeto reconhecer e incorporar a conjugação entre as parte e o todo, o local e o global, o particular e o universal. A tese busca então **compreender os espaços**

**públicos em sua abrangência, como partes de um todo que é a cidade, mas não 'apenas' como partes, mas como possíveis microcosmos do todo.**

Em outras palavras, pressupomos que há uma **qualidade urbana positiva que se refere à capacidade dos espaços de uma cidade de englobarem substancialmente vínculos diversos e legítimos com a forma urbana e o conteúdo social; ou seja, de integrarem a percepção, a concepção e a vivência nestes espaços.** Assim, sugerimos que, nos espaços em que uma totalidade é buscada; mesmo sendo inatingível: (1) a presença de esferas públicas e de interação social denota a construção de um sentido social; e (2) a qualidade urbana se manifesta através das suas relações com a paisagem e o lugar.

Em outras palavras, para nós é essencial notar algumas correlações entre: **as paisagens da cidade e a cidade como uma paisagem; os lugares da cidade e a cidade como um lugar; e os espaços públicos da cidade e a cidade como um espaço público.**

Num tempo em que **processos de negação do espaço público** se desenvolvem na ocupação do espaço urbano, pelas tipologias urbanísticas e arquitetônicas que vem sendo implantadas, e também pelos modos de vida e pelas atitudes mais 'privatizantes', a própria noção de cidade e cidadania está em cheque. As condições encontradas nos espaços públicos não são aquelas que prefiguram outras realidades sócio-econômicas, mas certamente interferem na sua constituição. Fundamentalmente, julgamos que iniciativas de valorização dos espaços públicos, por si só, podem colaborar positivamente para melhorias da qualidade da vida urbana – apesar de não serem os elos mais importantes da transformação nas relações sociais.

Investigarmos os espaços públicos existentes de uma cidade é de certo modo tentar compreender o que os faz subsistir como tal, quando muitas circunstâncias conspiram pelo contrário. E assim, tratar da 'sobrevivência' da idéia de cidade, tida como distinta do espaço urbano, é tratar da 'sobrevivência' dos espaços públicos.

Ao longo do século XX, os processos de transformação do espaço (social) das cidades são forjados por uma cultura arquitetônica, por inovações tecnológicas e pela ação de estruturas centralizadas de planejamento, e assim introduzem novas tipologias arquitetônicas e urbanas e também novas escalas nas cidades e nos espaços públicos. Em reação a estas transformações da cidade, surgem diversos estudos, desde os anos sessenta, cuja ótica que destaca a sua 'decadência', 'destruição' ou 'morte' dos espaços públicos, ou então similarmente da paisagem e dos lugares. Muitas das intervenções nos espaços da cidade que são executadas do fim do século buscam responder aos resultados e aos critérios destas análises. O que continua a ocorrer em uma maior e mais acelerada escala, porém, é que há uma **commodification** - uma transformação em mercadoria – e uma espetacularização de todos os espaços – e 'coisas' - e as lógicas do mercado global já não são mais 'controláveis'. A crítica arquitetônica e urbanística das últimas décadas se volta então para os temas da fragmentação da cidade e do fim do urbanismo- de certo modo, não há mais 'soluções' possíveis - e de algum modo nos parece que as respostas urbanísticas,

arquitetônicas e paisagísticas chegam mesmo a incorporar crítica e ironicamente representações desta liquidificação da cidade.

Porém, nos perguntamos se, eventualmente, estas imprescindíveis críticas urbanas e arquitetônicas, que se dirigem à defesa da cidade e da urbanidade, podem vir a colaborar para o inverso, para a destruição da idéia de cidade – e de espaço público. Isto porque estas críticas podem ser tomadas como campos utópicos de propostas, prognósticos terminais e assim se tornarem mais uma justificativa para uma produção do espaço que perpetra em várias escalas, apenas como mercadoria, no sentido de uma defesa mesma de visões antiurbanas. Estas representações do espaço, em parte impostas pelo mercado, refletem os mundos privativos e exclusivos, das atitudes alienadas, da desagregação, da descrença geral, da virtualidade das relações e espaços e de uma crença nas possibilidades de uma globalização e desterritorialização. Suspeitamos, então, que investigar apenas as distopias pode se imiscuir como desalento nos desejos e nos comportamentos daqueles que poderiam agir por uma apropriação pública dos espaços. Como propõe Ítalo Calvino (1972), em um trecho muito freqüentemente citado por estudos urbanos, há que se tentar perceber o inferno dos vivos em que estamos, e então procurar e reconhecer quem e o que não fazem parte dele, para então fazer com que estes durem e dar-lhes espaço. Julgamos que ainda permanece o desafio de se valorizar, sem ingenuidades, a cidade e suas 'vantagens' - e assim os espaços públicos, os lugares e as paisagens.

De um modo geral, nestas e noutras questões, esperamos que a tese não vá se situar a partir de 'uma realidade positivamente determinada' e assim não vá 'reduzir antagonismos a polaridades' (ver Zizek, 1996:27). Infernos ou paraísos. Passado ou presente. Simulacro ou 'realidade'.

Por conta disto, podemos relatar que, ao longo da tese, abandonamos a idéia inicial de incluirmos como objetos investigados os denominados de espaços semipúblicos, aqueles espaços coletivos nos quais usualmente uma série de restrições ao acesso público é instituída. Dentre estes, estão os espaços coletivos dos condomínios e os espaços de domínio privado e acesso quase público dos shoppings. Teoricamente, centramos nossa análise no 'espaço público' como um conceito que designa espaços livres públicos, espaços públicos edificados e espaços que assumem funções públicas. Na observação de campo, porém, focamos a análise nos espaços livres públicos constituídos de uma cidade: ruas, praças e parques.

Assim, os espaços coletivos persistem na tese apenas como eventuais contrapontos, na medida em que simulam paisagens, lugares e espaços públicos para conformar uma 'cidade'. Concordamos com Deutsche (1996, 1998), que propõe que estes espaços sejam tomados como públicos, já que assumem funções sociais dos espaços públicos. Pois, para nós, reconhecer estes como espaços públicos é interessante para enfatizar neles a possibilidade e a necessidade de uma esfera pública e, apesar do eventual controle de acessos, assegurar que não haja exclusões injustificadas.

Reconhecemos que há representações de espaços públicos, de lugares e paisagens, que representações eventualmente constituem os espaços coletivos como simulacros de espaço público. Muitas destas são colocadas pelo poder, pelo saber técnico e pelo mercado em nome dos usuários. Evidentemente, na própria construção dos espaços públicos eles mesmos', há representações de espaços públicos, de lugares e paisagens.

Uma ressalva: podemos dizer que uma praça, um parque, uma rua, um jardim, um lugar público denominam hoje coisas bem diferentes daquelas do passado. Se removermos, porém, a ênfase temporal, sem olhar o presente como passado, e inserimos um olhar situado no momento e no espaço físico atuais, vemos que diversos atributos passados e presentes que se referem à paisagem, ao lugar e ao espaço públicos se encontram simultaneamente transcritos e interagindo aí.

Portanto, para nós, investigar os espaços públicos da cidade é procurar entender seus processos de declínio, destacando, porém, mesmo neles, as possibilidades de vitalização destes. Observando que muitas vezes há sinais de renascimento ou então de decadência dos espaços que podem não exatamente significar o que aparentemente exteriorizam. Isto é importante, na medida em que consideramos o que diz Zizek (1997), que **ao real não falta nada**, ou seja, a percepção de que algo falta ou está em excesso se encontra sempre encerrada em um universo simbólico. No caso, o nosso.

A cidade está viva, em transformação, e espaços se produzem, a cada momento, induzindo novas leituras e meios para decifrá-los. Embora não ignoremos a relevância destas referências teóricas, nem o papel das críticas que estas encerram, nem dos projetos que estas estimulam; a tese tenta partir, inversamente das estratégias de resistência, de sobrevivência de preservação da cidade. Entenda-se 'cidade' como um lugar que implica em cidadania e civilidade, tal como uma condição urbana e humana - a ser recuperada a partir de si mesma, de suas contradições inerentes. Não nos custa aqui lembrar os vínculos semânticos entre cidade, civilização, cidadania e civilidade.

Estes processos e suas respostas urbanas são o que nos estimulam a uma discussão fundada nas relações entre o que se apresenta, o que é tido como ausente e o que está representado nos espaços da cidade. Assim, nosso objetivo consiste **em identificar como o espaço público, o lugar e a paisagem se apresentam ou não, e como se dão as representações que preenchem ausências.**

Na tese, buscar-se-á; portanto, em relação aos atributos da paisagem, lugar e espaço público, investigar:

Como e por que a paisagem, o lugar e o espaço público atributo estão presentes no local investigado? Como e por que a paisagem, o lugar e o espaço público são tidos como ausentes? Como se dão as representações da paisagem, do lugar e do espaço público no local investigado? Como são tratados a paisagem, o lugar e o espaço público nas representações diversas do local pelos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos?

Como são as representações da paisagem, do lugar e do espaço público introduzidas pelos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos? Como são tratados a paisagem, o lugar e o espaço público nas representações diversas feitas em referência ao local investigado?

No contexto de uma produção do espaço urbano dominada pelas lógicas do mercado, há representações que vem para preencher os **vazios de sentido social** que proliferam, e que são frutos mesmo destas lógicas. Podemos dizer que a própria lógica da *commodification* é transformar algo antes vivenciável em uma mercadoria mais do que necessária, imprescindível, cuja aquisição é um objetivo nem sempre alcançável. Nesta lógica que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Guy Debord, que contesta a espetacularização do mundo, nota que, nas condições modernas de produção, "tudo que era diretamente vivido se afasta em uma representação" (1967: 03). A representação, neste sentido, é algo que substitui as experiências, e não apenas algo que vem para suprir carências.

Podemos ver algumas das ausências, dos lapsos, das perdas, dos afastamentos e, por conseguinte, da decadência de espaços das cidades através das privatizações dos espaços, do domínio dos espetáculos eventuais sobre as vivências do cotidiano, e da *commodification* dos espaços (sociais) em toda parte. Mas estes afastamentos têm também outras bases: a progressiva separação do homem em relação: ao território, pelos êxodos e migrações; ao tempo, pela aceleração dos eventos; ao meio ambiente, pela urbanização que separa cidade e campo; ao trabalho, pela divisão do trabalho; aos outros, pela desagregação das famílias, das comunidades; e consigo mesmo, pela alienação do corpo em relação aos lugares.

**O distanciamento entre o homem e o ambiente se incorpora às definições do espaço público, da paisagem e do lugar.** Com a *commodification* e a espetacularização dos espaços do mundo, o espaço público, na medida em que não possui um valor mensurável de troca no mercado, se desvaloriza significativamente, e é eventualmente substituído por espaços que podemos denominar de 'nem tão públicos'. As paisagens se reduzem a cenários. E os lugares, ora espaços desconexos tidos como não-lugares, ora restritos lugares excepcionais.

Em resumo, esta tese e as referências que a acompanham, de modos diversos, têm como objetivo contribuir para que se preencham os lapsos da perda de sentido: a substituição de um mundo dado às experiências por abstrações e representações, a separação e não mais a coesão entre ser e mundo, a dissociação entre a esfera pública e o espaço público, o distanciamento das paisagens, a alienação em relação aos lugares.

Como um contraponto a estas realidades, miramos nas possibilidades de recuperação do valor de uso do espaço público, e no seu reconhecimento como um bem público de valor inestimável - pois imenso. E miramos também no reconhecimento de lugares relevantes, e na criação de lugares. E, além disto, na inclusão de uma visão global da paisagem, e de

uma criação fundada das múltiplas possibilidades, ainda em esboço, de uma sustentabilidade urbana e de uma relação com o habitat mais integradora.

Pressupomos que nos ambientes em que subsistem apropriações múltiplas, cuidados no gerenciamento cotidiano, e cuidados no projeto na construção dos detalhes dos espaços, pode se formar um sentido de cidade que transcende o de cenário, de representação.

Assim, se a modernidade desencantou o mundo, o interesse atual pela paisagem e pelo lugar público se funda na sua re-simbolização - que denote a um só tempo a presença do homem e um sentido de mundo comum.

A percepção de muitas destas questões se dá a partir da fenomenologia de Martin Heidegger, até porque reconhecemos a sua contribuição teórica para as demais referências que adotamos. A fenomenologia chama as coisas do cotidiano para uma presença. Quando Heidegger 'traz as coisas para nós', à nossa presença; o espaço cotidiano que experienciamos também se torna diante de nós um conceito, e também uma relação. A paisagem e o lugar, como noções, surgem, portanto, nos estudos a partir de uma problematização do espaço proposta por perspectivas fenomenológicas; pois estas destacam o modo como se apresentam os objetos; por conseguinte, os colocam como objetos de estudo.

Neste contexto teórico, são também iluminadas por algumas noções desenvolvidas por Heidegger as relações entre sujeito e objeto, que questionam a visão destes como duas entidades separadas no espaço.

A noção de **ser-no-mundo** propõe o reconhecimento do homem (*Dasein*) como uma entidade distinta de outras, cuja existência tem como estado essencial ser e estar no mundo (ver Heidegger, 1927:78-86). Todos nós somos antes de tudo, seres no mundo.

Em última instância, o que Heidegger propõe é a própria descoberta do espaço e também da nossa incorporação nele. Por outro lado, a indissociabilidade entre o ser e o mundo motiva um desdobramento da fenomenologia : **a noção do habitar** (Heidegger, 1951). Esta noção particularmente se situa dentro das perspectivas de disciplinas cuja tarefa é continuamente apreender o espaço, aprender sobre ele, projetar as suas possibilidades, e criá-lo e/ou recriá-lo. Como a arquitetura, o urbanismo e a arquitetura paisagística.

As noções de '*Zuhanden*' e '*Vorhanden*' (Heidegger, 1927), que respectivamente traduzimos como 'à-mão' e 'presente-à-mão', estabelecem uma relação entre a consciência das coisas em nosso cotidiano. Há coisas que estão no mundo, 'à mão', porém e ignoradas como parte do mundo pré-dado do cotidiano, como os objetos que usamos inconscientemente; e há coisas que se tornam 'presentes-à-mão'; aquelas cuja existência se torna o foco da nossa consciência. Portanto, cotidianamente, conduzimos ações em que alternadamente tomamos ou não consciência de espaços, lugares e paisagens; os separamos

e os de-separamos das nossas considerações. Destacamos que esta consciência das coisas é também de certo modo uma descoberta da cultura, do mundo-como-cultura.

Neste sentido, podemos compreender o espaço como um constructo e como uma construção. Identificamos ressonâncias deste reconhecimento do espaço como um fenômeno na definição que Augustin Berque (1995) confere à paisagem e que, aliás, julgamos essencial para a compreensão deste conceito: esta é gênese e ampliação. Se estendermos esta noção para os 'espaços', podemos dizer que há uma gênese do espaço público, assim como do lugar e a da paisagem, que ocorre nos espaços concretos, em 'verdadeira grandeza', em uma experiência singular vivida em um dado momento. E que há inúmeras e variadas ampliações - representações que são trazidas para o re-conhecimento deste espaço público, deste lugar e desta paisagem. Para nós, portanto, esta idéia se transpõe para o espaço público: discernir gênese e ampliações é reconhecer o processo de incorporação de presenças e ausências, e de representações nos espaços.

Estas noções se encontram de certa forma reunidas quando evocamos os vínculos reconhecidos por Heidegger (1951) entre **o construir, o habitar e o pensar**.

A tese não procura inserir uma metodologia de análise sistemática dos espaços, pois admite mesmo que há a riqueza de fenômenos que se interpõem entre cada sujeito e um espaço; e, por conseguinte, também entre pesquisador e objeto de estudo. Seu objetivo é, muito antes de decifrar, descrever ou explicar os espaços existentes, reconhecê-los em si mesmos e nos demais espaços, e na totalidade. E deste modo, para nós e para os que seguem estas narrativas: desdobrar, revelar, desvelar outros modos de se ver estes espaços públicos, lugares e paisagens.

Heidegger (1951) diz que quem passa por uma ponte pode estar menos ligado a ela do que quem se lembra dela. É desta memória consciente, deste reconhecimento dos espaços, que se constrói a cidade.

Consideramos que a cidade, congregada por estes fenômenos, do espaço público, do lugar e da paisagem - permanece como um **paradigma para a cidade**.

Para nós, a essência do espaço público consiste na maneira como nele se articulam os fenômenos da paisagem, do lugar e do espaço público. Explique-se que as articulações entre paisagem, o lugar e a esfera pública ocorrem tanto com a presença de seus atributos em um dado espaço, quanto com a sua ausência ou a sua representação. Fazem parte, portanto destas articulações, as próprias representações da paisagem, do lugar e de uma esfera pública. Um encontro entre discurso e projeto, entre percepções do mundo e a forma urbana, se desdobra nestas articulações.

Portanto, **pressupomos que há um fenômeno total que é o espaço público, que não se descola do fenômeno da paisagem e do fenômeno do lugar.**

Este se constitui em um congregar, em uma plenitude que é alcançada pela unidade, mesmo que sutil, das dimensões das práticas espaciais, das representações do espaço em que o espaço se torna um espaço (social) de representação.

Num passeio motorizado, uma criança nos diz: 'Não penso quando vejo esta vista'<sup>1</sup>. Neste caso, destacamos é a noção, já incorporada desde cedo, de que há um deslocamento entre as experiências mais mecanizadas, cujo efeito é menos percebido, e outras conscientemente usufruídas. Este reflete uma separação entre **corpo e mente**. Um distanciamento entre **natureza e cultura**. Entre **paisagem e natureza**. Entre **espaço e lugar**. E entre o **homem e o mundo comum**. Entre o que não está e o que está 'presente-à-mão' para nós; em um mundo em cada vez mais coisas estão 'à-mão'. Entre **o construir, o habitar e o pensar**.

## Estrutura da tese

A estrutura da tese se divide em quatro partes. Na primeira parte, após esta introdução em que estabelecemos os argumentos principais, segue-se o segundo capítulo, que consiste em uma apresentação e discussão dos suportes teóricos e metodológicos da tese.

Na segunda parte, que de certo modo estruturam o corpo principal da tese, estão englobados os capítulos II, III e IV. Nestes capítulos, buscamos o Espaço Público, o Lugar e a Paisagem como conceitos, envolvidos por suas múltiplas acepções, e como estados do espaço urbano. Como conceitos, conduzem os critérios de nossas investigações, sem que haja uma metodologia rígida e unitária. Como espaços, manifestam os fenômenos que se dão no espaço.

Em seguida, esboçamos na terceira parte estas considerações em espaços públicos existentes na cidade do Rio de Janeiro selecionados como casos referência da tese: A Praça Afonso Pena e os espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Por fim, na quarta e última parte expomos algumas de nossas constatações e apontamos alguns dos desdobramentos possíveis para a tese, que esperamos que possam contribuir para a valorização dos espaços públicos, dos lugares e das paisagens na cidade – para novas idéias e possibilidades.

---

1- Para nós, crianças são uma fonte inesgotável de um pensamento dito 'lateral', não contaminado. Neste caso, ocorrido no decorrer desta tese, esta, aos quase seis anos, explica um caso olhando a praia de Copacabana: "Eu não pensei quando fiz tal besteira. Também não penso quando vejo TV. Não penso quando vejo esta vista". "Ver já é pensar", respondo, e explico que quem 'vê' é o 'cérebro'. Mas sei que não é bem assim, não é só isto.





## I – TEORIAS E MÉTODOS



O UNIVERSO não é idéia minha.  
A minha idéia do Universo é que é uma idéia minha.  
A noite não anoitece pelos meus olhos,  
A minha idéia de noite é que anoitece por meus olhos,  
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos  
A noite acontece concretamente  
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.

FERNANDO PESSOA (ALBERTO CAEIRO), I- 10- 1917.



# I - TEORIAS E MÉTODOS

---

## I. I – suportes teórico-metodológicos da tese

Como articulamos teórica e metodologicamente espaço público, lugar e paisagem? Antes de tudo, reconhecemos que, como conceitos, estes contribuem não apenas para uma compreensão teórica das cidades, mas para as melhores práticas dos planos e projetos para o espaço urbano. Sob este ponto de vista, cabe lembrar que a tese visa, de algum modo, contribuir para os processos de intervenção na cidade, através de uma construção de teorias e metodologias de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo.

De um modo ou de outro, há relações como as que se dão entre homem/natureza; homem/ambiente, espaço interior/exterior, cultura/ natureza, indivíduo/sociedade, grupos sociais/ sociedade, presente/passado/futuro que estão presentes ou representadas no espaço, e que devem ser consideradas pelo projeto. Por outro lado, algumas destas relações e representações que se dão em um espaço existente são aquelas propostas pelos planos e projetos, ou se instalam devido a eles - ou então à gestão ou aos usos e apropriações dos espaços.

Portanto, a conjunção dos conceitos nesta tese se dá em uma conjunção específica: nos campos da arquitetura, urbanismo e paisagismo. No interior destes, os estudos sobre a cidade têm como preocupações - implícitas ou explícitas- o projeto, o 'desenho' e o planejamento dos espaços. Além disto, é fundamental para a concepção projetual que esta se abasteça de reflexões teóricas e críticas sobre a forma urbana e o conteúdo social do espaço.

Consideramos que os conceitos de espaço público, lugar e paisagem incorporam as temáticas nas quais implicam estas relações. Reconhecemos, portanto, a nossa inserção dentro de um campo disciplinar e o nosso interesse específico na transição das teorias e métodos às práticas espaciais e de projeto. Para nós, ressoa a frase de Heidegger:

"A investigação, como um tipo de busca, deve ser guiada antes de tudo por aquilo que é buscado. Deste modo, o sentido do Ser deve estar disponível para nós de algum modo" (1927:25).

Se nós buscamos compreender estas relações e representações e uma série de nuances que se dão entre elas, isto se dará através da consideração do espaço público como uma paisagem, como um lugar e como um espaço de cunho público (e não apenas como um espaço de jurisdição pública). Poderíamos dizer simplesmente que os espaços públicos se constituem em lugares que estabelecem determinada pertinência na paisagem da cidade. O que nos interessa é a ressonância específica destas relações e representações na produção e construção do espaço. Por outro lado, como estes conceitos, que são também aspectos, categorias, e atributos do espaço, se constituem também como 'estados' do espaço.

Embora enfatizemos a necessidade de que análises e diagnósticos efetivos de um espaço público incorporem uma compreensão destes conceitos, não pretendemos aqui estruturar uma metodologia una e específica para tanto. É muito menos investigar os casos referência de uma forma classificatória segundo estes atributos, embora os observemos a partir da articulação destes atributos. Isto significa que não pretendemos que os espaços aqui investigados, os casos referência, sejam aqui apresentados em sua completude ou então metodicamente diagnosticados e classificados através das muitas questões levantadas que se referem aos atributos do espaço público, do lugar e da paisagem. Inversamente, sugerimos que há modos de se olhar e vivenciar os 'estados' do espaço nos casos referência; ou seja, que os espaços sejam vistos **como** espaços de caráter público, **como** lugares e **como** paisagens. Para deste argumento, alguns autores nos apontam um sutil discernimento metodológico em seus estudos sobre espaço, que apresentamos brevemente aqui.

Uma destas se encontra primeiramente na afirmação de Henri Lefebvre (1974), de que um espaço (que é um espaço social) engloba o que se define como o 'social', o 'mental' e o 'físico'; sem, no entanto, se reduzir a nenhum destes. Assim, se o espaço (social) tem a especificidade de não ser "uma coleção de coisas, nem uma soma de fatos (sensíveis), nem um vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas", reitera-se que este espaço não se reduz "a uma 'forma' imposta aos fenômenos, às coisas ou à materialidade física" (*ibid.*: 36).

Uma investigação pode classificar o espaço em mental, físico ou social (nos termos de Lefebvre, 1974, embora estas estejam abarcadas na idéia de 'espaço social'); ou então, em cultural/ simbólico, natural/ambiental; ou físico/ espacial. Porém, nesta tese, nós buscamos uma abordagem similar à proposta por Lefebvre: ver os espaços a partir de seus diversos aspectos, sem, contudo, classificá-los ou reduzi-los. É muito menos apenas adjetivá-los.

Metodologicamente, isto indica que estudemos o espaço através da sua produção, e não apenas das coisas no espaço, pois que: "Os produtos parciais localizados no espaço, as coisas de um lado; e do outro, os discursos 'sobre o espaço', não servem mais do que indicações e testemunhos sobre o processo produtivo (que abrange sem a isto ser reduzido, os processos significantes)" (*ibid.*:46). Assim, para Lefebvre, a compreensão do espaço social através do seu processo de produção não implica em classificar e descrever o espaço, mas sim entendê-lo a partir de processos significantes, de momentos da sua produção. Estes aspectos, que Lefebvre define como 'momentos espaciais' estão centrados na noção de **representação**; de que trataremos mais adiante neste capítulo; como uma estratégia central de investigação, que estrutura suas análises sobre a produção de espaços urbanos.

Outro discernimento. Quando tratamos o espaço **como** um espaço de cunho público, **como** um lugar e **como** uma paisagem; e notamos que há uma polissemia de sentidos nestes termos; o desdobramento disto é que vemos também o espaço público **como** (esfera pública, espaço não privado, etc.), o lugar **como** (não-lugar, localidade, etc.) e a paisagem **como** (cenário, natureza, etc.). Nestas operações, reconhecemos que para nós a estratégia de análise procede do conciso e didático artigo de Donald Meinig (1979) sobre as

diferentes visões da paisagem<sup>1</sup>, que propõe que uma mesma cena urbana pode ser vista de diversas maneiras, e então que uma dada paisagem seja vista como natureza, como história, como artefato, e assim por diante. O texto sugere assim, embora não explicitamente, que haja uma perspectiva ampla de um dado objeto de estudo, sob diversos aspectos, mas que se evite uma fragmentação do objeto através de uma mera classificação. Há ainda um prosseguimento lógico no texto: cada visão sugere a visão seguinte que, ao surgir paulatinamente de certa seqüência significativa, reflete de certo modo uma cronologia e os diversos saberes que impregnam a compreensão e a construção do espaço urbano.

Além do fato de que o artigo de Meinig se refere às nossas temáticas específicas sobre a paisagem, incorporamos esta sua proposta metodológica à nossa tese. Quando ele sugere que vejamos um espaço como uma outra coisa e em seguida como uma outra coisa, cada uma destas é significativa para a constituição de um todo, e contém um distinto caráter/tema/natureza. Podemos dar argumentos para esta abordagem, se ponderamos que ver a 'paisagem como natureza' é substancialmente diferente de se ver a 'paisagem natural', ver a 'paisagem como história' difere de ver a 'paisagem histórica', e assim por diante. Consideramos ainda que nesta estratégia de análise, a cada caráter se incorporam simultaneamente as anteriores, de modo que, por fim, o que resta é a essência da cena: a cena em si. O '**Ver como**' que propomos aproxima a historicidade da paisagem ou o caráter de natureza contido na paisagem, mas vai além. É quase uma transubstanciação, enxerga-se um caráter do espaço que não é necessariamente aquele que nos vem de imediato, nem aquele que se reduz nele como uma classificação dada por um adjetivo, e muito menos por um conhecimento disciplinar específico. E o **ver como** é também **vivenciar como**.

Por conseguinte, um outro aspecto, crucial para a tese, está também presente no artigo de Meinig o valor da experiência mediada e imediata para a compreensão do espaço. Antes de uma análise classificatória. Esta estratégia pode ser considerada, embora não explicitado por ele, como uma perspectiva fenomenológica.

Este processo é similar aquele pelo qual o olhar sobre um espaço que se dá durante a concepção de um projeto arquitetônico busca, antes de tudo, incorporar a essência do lugar através de diversos e distintos aspectos. Somente depois desta experiência é eficientemente conduzida a mudança criativa que vai incorporar também uma análise. Este olhar primordial, entre outros olhares, é o que busca nossa investigação.

Apresentamos este capítulo desejando que a contribuição teórica e metodológica da tese seja incorporar alguns modos distintos de ver a cidade, e também o espaço público, o lugar e a paisagem.

A primeira estratégia, portanto, nem sempre explícita, se trata de incorporar perspectivas fenomenológicas - já que consideramos o espaço público, o lugar e a paisagem como um fenômeno cuja essência é buscada para além dos conhecimentos a priori.

Na segunda estratégia, mais objetiva, a noção de representação conduz a investigação de processos de produção dos espaços públicos - vistos como espaços imediatos, mas também

mediados por representações e significados diversos. Para nós, aliás, o conceito de representação de certo modo não somente operacionaliza a tese como um estrato empírico das análises, mas faz o contraste que origina nossa discussão sobre a presença e ausência de atributos nos espaços.

Diante de distintos aspectos teóricos pretendidos, como estruturamos então este capítulo? Depois da apresentação destas estratégias, apresentamos a operacionalização propriamente dita dos trabalhos da tese.

Antes de tudo, a conjunção e articulação de teorias e métodos que buscamos não busca ser definitiva, mas produtiva, um estímulo a novas abordagens. Como nos incita o texto abaixo, de Adorno & Horkheimer, sobre a natureza do pensamento: a verdade de uma teoria não é a mesma coisa que sua fecundidade.

"Crer que a verdade de uma teoria é a mesma coisa que sua fecundidade é um erro. Muitas pessoas parecem, no entanto, admitir o contrário disso. Elas acham que a teoria tem tão pouca necessidade de encontrar aplicação no pensamento, que ela deveria antes ser dispensada pura e simplesmente. Elas interpretam toda declaração equivocada no sentido de uma definitiva profissão de fé, imperativo ou tabu. Elas querem submeter-se à Idéia como se fora um Deus ou atacá-la como se fora um ídolo. O que lhes falta, em face dela, é a liberdade. Mas é próprio da verdade o fato de que participamos dela enquanto sujeitos ativos. Uma pessoa pode ouvir frases que em si mesmas são verdadeiras, mas só perceberá sua verdade na medida em que está pensando e continuar a pensar, ao ouvi-las"

(ADORNO & HORKHEIMER, 1969: 228).

## **1. 2- perspectivas fenomenológicas**

Nossa tese é de que a essência do espaço público consiste na maneira como nele se articulam os fenômenos da paisagem, do lugar e do espaço público. Como buscamos a qualidade do espaço público através das suas maneira de ser, de suas múltiplas existências; nossos pressupostos nos levam a considerar a fenomenologia, por diversas razões, como referência conceitual e metodológica prioritária. Conceitualmente, temos em mente as noções da fenomenologia tais como elaboradas por Heidegger principalmente em seu livro de 1927, 'Ser e Tempo' - segundo ele mesmo, graças às noções preliminares de Edmund Husserl. Incorporamos ainda os objetivos presentes em uma metodologia fenomenológica, que pode ser definida como "a descrição rigorosa das estruturas essenciais que constituem os objetos nos vários modos em que eles se dão" (Pickles, 1989: 252).

O termo fenomenologia expressa uma máxima que pode ser formulada como '**às coisas elas mesmas!**'; e significa antes de tudo que há uma busca pelo fenômeno antes da consciência. Como concepção metodológica, isto significa que o objeto da investigação é o 'Ser' das entidades e o sentido do 'Ser' em geral. No entanto, a fenomenologia não "subscreve um ponto de partida nem representa qualquer direção em especial, pois a fenomenologia não é nada de qualquer tipo, nem pode se tornar isto até onde ela se compreende a si mesma" (Heidegger, 1927: 50).

Tal método consiste em uma investigação ontológica, primordial, que se ocupa principalmente com o *Ser*, isto é, a uma busca pela maneira de ser de coisas, fatos, objetos, experiências, etc; e que se opõe a uma investigação ôntica, tal como a desenvolvem as ciências positivas, que se ocupa principalmente das entidades e dos fatos sobre elas (ver Heidegger, 1927: 31). Assim, a pesquisa ontológica dá à questão do Ser ma prioridade, para que se examinem as entidades não só pela compreensão do Ser, a partir das ontologias que são anteriores às ciências ônticas.

A idéia da fenomenologia é "alcançar e explicar fenômenos em um modo que é original e intuitivo", diretamente oposto à ingenuidade de uma observação ao acaso, imediata e não refletida. A descrição fenomenológica se baseia então em uma interpretação. Além disto, a questão do Ser; tomada como uma chave investigativa; permite que se questionem os limites da tradição, e assim permitem que os conceitos contribuam para o direcionamento das investigações.

A fenomenologia nos interessa na medida em que esta é "uma atitude filosófica, que pergunta criticamente sobre a estrutura intencional da experiência" cujo argumento é de que "o princípio da intencionalidade estabelece a natureza intersubjetiva e a alteridade de toda experiência, e, portanto, sua construção social" (Pickles, 1989: 252). Assim, visa interpretar as maneiras como os objetos do cotidiano, objetos de memória, objetos de discurso político, etc. se apresentam, e:

"Noutras palavras, presta-se atenção nas instâncias específicas do fenômeno com a esperança de que estas instâncias, a seu tempo, apontem para qualidades mais gerais e características que descrevam precisamente a **natureza essencial do fenômeno** já que ele tem presença e sentido nas vidas e experiências concretas de seres humanos." (*loc. cit*)<sup>2</sup>.

Além disto, para compreender o que propõe o método fenomenológico duas noções são relevantes. Primeiro; aquela de que o homem é uma entidade que reconhece a sua existência e que a distingue de outras entidades, o homem é *Dasein*, um Ser-aí, cuja essência é ser-no-mundo. Segundo, que o Ser-no-mundo é um fenômeno unitário e não fragmentável, que confere temporalidade e espacialidade ao *Dasein*.

Consideramos que a noção de ser-no-mundo coloca um desafio para o estudo do espaço: escapar da dicotomia sujeito-objeto. Tanto no interior do objeto de análise, quanto na relação entre pesquisador e objeto. Portanto, na medida em que a experiência e a imersão no objeto são buscadas, também certo distanciamento é considerado necessário. Lefebvre (1980) diz que há uma ilusão filosófica de que as representações poderiam ser

ultrapassadas. Aqui, podemos dizer que se trata de reconhecer que o próprio pesquisador é um ser-no-mundo, não isolável deste, e trabalhar a partir disto. Para nós, se trata de explicitar algo do contexto do pesquisador e da pesquisa, o que, inclusive, resulta em nossa opção pelo emprego da primeira pessoa do plural. Assim, na medida em que consideramos a relação de *Dasein* com as entidades, e a indissociabilidade do ser-no-mundo, isto já pode confere outros olhares sobre os objetos de pesquisa.

Como traduzimos isto em nossa busca? A fenomenologia insere questões disciplinares, em relação ao espaço. Assim, por mais difícil que seja aqui resumirmos e ordenarmos logicamente as colocações do método fenomenológico, muitas de suas estratégias já se encontram em grande incorporadas às pesquisas em arquitetura, urbanismo e paisagismo atualmente.

Mais especificamente vinculada à questão do espaço, um ensaio de Heidegger é especificamente relevante para a arquitetura e urbanismo: "Construir, Habitar e Pensar", de 1951, também uma referência central é para nossa tese<sup>3</sup>. O grande mérito deste texto é propor uma dimensão poética para o **habitar**, e assim, para o **construir**.

Assim, muito embora não haja uma incorporação explícita da fenomenologia nos discursos no campo da arquitetura e urbanismo, julgamos que esta tem uma influência notável sobre a pesquisa, suscitando outros olhares. A estratégia de olhar para o espaço como um fenômeno - ou seja, de como as coisas se mostram, antes mesmo dos saberes que sobre elas se desenvolvem - buscar suas origens, e analisa-lo através de um olhar sobre sua constituição vem sendo recorrente nestes estudos.

Este olhar, que se debruça sobre 'coisas concretas', que volta aos conceitos básicos<sup>4</sup>, está presente em diversos estudos a partir dos anos sessenta, que estabelecem, aliás, uma reação direta aos métodos científicos (ou cientificistas) do Movimento Moderno. Estes estudos preconizam uma busca pelo papel da experiência na relação entre homem e ambiente, consistindo assim na busca pelos aspectos subjetivos para o diagnóstico de espaços físicos, e assim direcionando-se para a utilização de métodos qualitativos de pesquisa. Assim, uma aproximação com a fenomenologia se incorpora também a discussões sobre o significado da arquitetura como disciplina. Por outro lado, acrescentemos, a fenomenologia é uma das motivações filosóficas para a gradual relevância das noções de paisagem e lugar neste e noutros campos disciplinares.

Nesbitt reconhece que a ênfase na idéia do lugar se origina em parte da fenomenologia, e afirma que "Muitos arquitetos e teóricos contemporâneos, entre eles Gregotti, Raimund Abraham, Tadao Ando e Norberg-Schulz, partilham da proposição de Heidegger de que a relação com a natureza é fundamental para o enriquecimento da experiência humana" (1996:57).

Pérez-Gomez considera que este interesse da arquitetura pela filosofia, que antes era raro e se referia a uma preocupação com a 'pobreza de uma prática dominada pela tecnologia e pelo pensamento calculador', se torna, nas últimas décadas, com as críticas culturais ao modernismo, em uma preocupação que " demonstra um desejo da parte dos arquitetos de

entender a arquitetura como algo distinto da 'mera' construção 'pragmática' ou da decoração burguesa irrelevante" (1998, *s.p.*). Neste sentido, segundo ele, o desafio colocado por Heidegger faz com que a arquitetura deva se entender a si mesma diferentemente.

Há ainda diversos estudos sobre as questões da espacialidade do Ser-no-mundo; de arquitetura, urbanismo, geografia e filosofia; dentre estes, algumas de nossas referências principais que tratam de temáticas da paisagem e do lugar - como os trabalhos de Norberg-Schulz (1979) sobre a fenomenologia da arquitetura; de Berque (1990, 1995) sobre as razões e mediações da paisagem; de Malpas (1998) sobre a significância do lugar; e de Relph (1976) sobre o fenômeno do não lugar.

O livro de Norberg-Schulz (1979) é exemplo notável de uma leitura arquitetônica de Heidegger. Neste, ele busca a natureza essencial do fenômeno da cidade a partir de uma interpretação das maneiras como se apresentam a imagem, o espaço, o caráter e o gênio do lugar em três cidades distintas. Aqui, nos interessa citar a relação da fenomenologia de Heidegger com as nossas escolhas teóricas e metodológicas para esta tese<sup>5</sup>. Em um artigo posterior, Norberg-Schulz resume:

"Heidegger formula uma interpretação desse *em que* como uma quaternidade<sup>6</sup> formada pela terra, céu, os seres mortais e os seres divinos. Isso talvez nos pareça, novamente, desconcertante, porque estamos habituados a pensar o mundo em termos de estruturas físicas, sociais ou culturais. É evidente que Heidegger deseja nos fazer lembrar que nosso mundo-da-vida cotidiana consiste em *coisas* concretas e não em abstrações da ciência (1983: 464-465)<sup>7</sup>.

Além disto, a noção de ser-no-mundo está intrinsecamente ligada à questão da experiência - o que também encontra ecos na tese, na qual as investigações se centram em parte na experiência imediata no espaço público (e também nas relações mediadas com este). A fenomenologia destaca o papel da experiência, que pode ser definida como "a exploração e a descrição dos fenômenos, onde o fenômeno se refere a coisas ou a experiências como os seres humanos as experienciam" Seamon (2000: *s.p.*). Deste modo, pode haver:

" uma fenomenologia da luz, da cor, da arquitetura, da paisagem, do lugar, do lar, da viagem, do olhar, do aprendizado, da cegueira, da inveja, da mudança, do relacionamento, da amizade, do poder, da economia, da sociabilidade, e assim pro diante, Todas estas coisas são fenômenos porque os seres humanos podem experienciar, encontrar, ou viver através delas de alguma maneira" (*loc. cit.*)

Citamos então algumas outras ressonâncias que não necessariamente se explicitam como 'fenomenológicas', mas cujas considerações são parte do seu contexto e repercussão na valorização das experiências urbanas. Em Gordon Cullen, no relevante e precursor livro sobre a 'Paisagem Urbana' (1960) o olhar é uma seqüência de visadas que identifica as aplicações de diversos aspectos visíveis no espaço *in loco*. No livro de Kevin Lynch, do mesmo ano, o olhar dos moradores sobre os elementos principais da imagem da cidade permite a identificação de uma imagem mais coletiva da cidade, que permite com que ele identifique o que poderíamos associar a uma estrutura essencial da cidade. Na década seguinte, Yi-Fu Tuan nos fala da topofilia (1974) e do espaço e lugar como uma

perspectiva da experiência (1977). Além disto, ressaltemos que o já citado artigo de Meinig (1979) que embasa a tese, a proposta é olhar a paisagem através de diversas visões significa então vê-la como um todo, um fenômeno total.

Como estes, almejamos incorporar uma sutil diferença: não se ater às coisas e fatos sobre um fenômeno, ou às investigações sobre estes; e sim buscar a sua essência. Aqui, o fenômeno do espaço público é visto pelas maneiras de ser dos espaços experimentados como paisagem, como lugar e como uma esfera pública.

Aqui, a perspectiva fenomenológica se efetiva em uma busca pelas essências dos fenômenos do lugar, da paisagem e da esfera pública/ espaço público. Nesta tese, isto implica na consciência de que não há de fato uma dissociação fundamental entre a experiência do sujeito e a sua inserção espacial, nem entre natureza da cultura, nem entre construção e constructo, nem entre habitar e construir<sup>8</sup>.

De acordo com esta perspectiva, a tese é permeada por algumas reflexões que adiantamos aqui, como: (1) a paisagem não é um objeto, ela existe a partir da experiência do sujeito da percepção, da realidade imediata; (2) o lugar é um fenômeno qualitativo, um todo não redutível às suas propriedades concretas; (3) o modo como os atributos de um espaço público se apresentam no seu espaço concreto define o seu caráter como público; e (4) a arquitetura está intrinsecamente ligada à questão do Ser-no-mundo.

Por fim, consideramos que a fenomenologia contribui para:

"Uma arquitetura para revelar a humanidade não no tempo, porém feita de tempo, não no espaço, mas radicalmente incorporada e existente em um presente espesso e vívido, entre a terra e o céu, como um lugar único no universo, sempre sujeita a forças maiores do que nós e que de fato nos tornam humanos, nos chamam a mensurar e ainda para se estender além do alcance do cálculo" (Pérez-Gomez, 1998, *s.p.*).

### **I. 3 – sobre o conceito de Representação**

"Todas as coisas do mundo não cabem numa idéia. Mas tudo cabe numa palavra, nesta palavra tudo". (Arnaldo Antunes, 1992, *s.p.*)

Uma das questões presentes nas discussões em arquitetura, urbanismo e paisagismo é a aquela da "perda de um mundo dado à experiência e substituído por uma imagem ou representação", um diagnóstico que também está presente nos escritos filosóficos de Heidegger (como pondera Pérez-Gomez, 1998, *s.p.*).

A noção de **Representação**, central para a tese, é abordada a partir da definição abrangente proposta por Lefebvre em 1974, e desenvolvida mais especificamente em 1980. Consideramos que os seus argumentos conduzem a uma compreensão sensível da produção do espaço (social) urbano.

Para nós, há três aspectos desta sua definição de representação que julgamos relevante citar. O primeiro destes é que, para ele, uma 'teoria das representações':

"(...) mostra o que ocupa o **intervalo entre a presença e a ausência**, a saber, as representações" (1980: 100)<sup>9</sup>.

O segundo dissocia qualquer correspondência biunívoca entre representação e inautenticidade:

" (...) as representações não são **nem falsas nem verdadeiras**, senão às vezes falsas ou verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas 'reais' e falsas como dissimuladoras das finalidades 'reais' " (*ibid.*: 62)<sup>10</sup>.

E terceiro, a Representação inclui **a ideologia em um sentido abrangente**, além daquele dado pela crítica ideológica das ideologias, que a designa como uma "mentira de classe" aceita por uma "passividade de classe" (*ibid.*: 31).

Acrescente-se que, para esta argumentação, os já citados 'momentos' do espaço propostos por Henri Lefebvre (1974), ao tratar da produção do espaço (social), são fundamentais e permeiam a tese. Assim, as investigações empreendidas para a tese incorporam estes 'momentos', que são três dimensões do espaço da cidade, que podemos resumir como:

- (1) **as práticas espaciais**, que indicam os espaços percebidos da realidade cotidiana, da realidade urbana e da interação social; englobando o espaço produzido e reproduzido por uma sociedade;
- (2) **as representações do espaço** - que são espaços concebidos: *e.g.*, dos planejadores e urbanistas, dos discursos institucionais e cientificistas - estão ligadas à "ordem" por elas imposta e têm uma influência específica na produção do espaço;
- (3) **os espaços de representação**, do usuário, o espaço vivido através dos significados sociais, da imaginação e de ressonâncias simbólicas; e em nos quais há um nó ou centro afetivo, um lugar da paixão.

Aponte-se, aliás, que diversos autores utilizam os momentos de Lefebvre como estrutura central de trabalho. Edward Soja (1996), por exemplo, em seu livro sobre o espaço e o lugar na Los Angeles pós-moderna, se centra no espaço da representação, que ele denomina de "terceiro espaço". Núria Benach (2002), por sua vez, estuda espaços públicos barceloneses através dos momentos, práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, tratados em seu artigo respectivamente como espaços do desenho, da renovação e das gentes.

Destacamos a abordagem de David Gale (2004), que aponta como as representações do espaço pelo planejamento urbano interceptam os significados atribuídos ao espaço físico por diferentes grupos sociais. Gale nos relata como se dão as representações do espaço por agentes diversos da construção da cidade, poder público e grupos sociais; no caso, em relação aos edifícios característicos da comunidade islâmica em Birmingham, Inglaterra. Ele mostra como isto se transforma ao longo do tempo, e como se conformam estes espaços de representação da comunidade cada vez mais engajada nas questões públicas.

Por fim, como os edifícios característicos passam a ser marcos na paisagem da cidade inglesa, uma representação desta e de sua multiculturalidade.

Para Lefebvre, os momentos não são categorias estanques ou independentes, e nem mesmo são categorias, e ele não as utiliza para classificar um espaço. Para nós, do mesmo modo, eles não são categorias, mas uma das maneiras, ou dimensões, ou mesmo instantes, com as quais compreendemos o espaço. Deste modo, a tese se apropria, com algumas modificações, dos momentos de Lefebvre para desenvolver a operacionalização das investigações efetuadas sobre espaços públicos existentes, de modo que há uma busca:

- Pelas **práticas espaciais**, através dos ambientes físicos e tipologias construídas e de como nele se dão articulações entre paisagem, lugar e a esfera pública no espaço concreto.
- Pelas **representações do espaço**. *In situ*, diretamente nos espaços públicos investigados, pela presença de representações do espaço concebido, especificamente pelas representações de espaços públicos, de paisagens e de lugares, ou então por outras representações encontradas nestes espaços. Indiretamente, nos diversos modos visuais ou discursivos de representações destes espaços existentes fora deles.
- Pelos **espaços de representação** que se dão nos espaços públicos, aqueles eventualmente verificados nos espaços públicos investigados.

Note-se, portanto, que, nesta tese, as 'representações do espaço' incluem as representações outras que se dão no espaço, tendo ele como suporte. Não apenas o espaço construído, mas os reflexos da gestão, as múltiplas imagens e discursos inseridos diretamente no espaço ou então em outros suportes, *media*, mas que se referem a este.

Esta estratégia é essencial para nossas observações conduzidas em espaços públicos existentes. Investigamos as representações estabelecidas nestes espaços públicos da cidade, tanto pelo processo de formação gradativa destes espaços ao longo do tempo, tanto pelas intervenções diretas de projetos ou pelas adaptações de uso e apropriações informais que nele se estabelecem. E especialmente, inquirimos sobre a presença ou ausência, nestes, de aspectos de espaço público, de paisagem e de lugar. Além disto, a estas observações em verdadeira grandeza, é agregada uma compreensão destes espaços públicos investigados como imagem e como discurso, uma busca das representações imagéticas e discursivas de projetos feitas em relação a este espaço e também de uma gama de outras representações coletadas que se referem especificamente a estes espaços.

Lefebvre considera que as representações do espaço, do espaço concebido e imposto na sua definição estrita, têm uma "importância considerável e uma influencia específica na produção do espaço", e isto se dá:

"Pela construção, isto é, para a arquitetura, concebida não como edificação de tal 'imóvel' isolado, palácio, monumento, mas como um projeto que se insere em um contexto espacial e uma textura, e que exige 'representações' que não se perdem no simbólico e no imaginário" (1974:53).

Aqui, consideramos que estas e também todas as demais representações repercutem na produção do espaço. E reconhecemos o espaço como uma construção e como um constructo, como ele mesmo uma representação e como um espaço de representação.

Deste modo, objetivamente, **as representações são 'o que' será buscado e o 'como' será buscado pela tese.** É precisamente neste sentido que se desdobram as nossas investigações, ao incluir as representações que se inscrevem no espaço. Acreditamos que a representação, como o intervalo entre a presença e a ausência de atributos que definem a paisagem, o lugar e o cunho público de um espaço, pode muitas vezes nos mostrar a forma e o conteúdo social dos espaços.

Na tese, o vínculo com as discussões da fenomenologia é direto, isto repercute no aspecto da experiência e vivência dos espaços e também especificamente da busca pelo fenômeno: o momento primeiro/ primordial de um contato com a essência do fenômeno antes da consciência, ou seja, antes das representações. E também no aspecto de uma busca por como o fenômeno se dá em outros momentos da história<sup>11</sup>.

Isto concerne a uma investigação não necessariamente da história, mas da historicidade do espaço. Portanto, embora a tese não seja historiográfica, as presenças e ausências do passado são buscadas tanto nas representações diversas quanto nas condições do espaço. Em outras palavras, podemos dizer que é buscada a produção do espaço público, do lugar e da paisagem. Neste sentido, não podemos deixar de citar o que buscamos através de Lefebvre:

"Em verdade, o histórico e suas conseqüências, o 'diacrônico', a etimologia dos lugares; isto é, aquilo que aí se passa modificando os sítios e lugares, tudo aquilo que vem a se inscrever no espaço. O passado deixou seus traços, suas inscrições, escritura dos tempos. Mas este espaço é sempre, hoje e ontem, um espaço presente, dado como um todo real, com suas conexões e ligações em ação. De modo que a produção e o produto se apresentam como dois lados inseparáveis e não como duas representações separáveis". (1974: 47).

A meta é entender aspectos da construção do espaço – como um constructo e como uma construção – sincronicamente e diacronicamente. Estes aspectos do espaço respondem a questões, anseios e conhecimentos do passado e do presente, e se encontram nas representações diversas sobre o espaço, nas representações no espaço ou instituídas sobre o espaço.

Um outro aspecto da questão da representação, também levantado por Lefebvre (1980), e que consideramos relevante citar, é aquele da **obra**. Compreender a idéia de obra, seja esta uma obra de arte ou uma obra de arquitetura e urbanismo, é relevante para o contexto disciplinar desta tese, especialmente porque este está ligado ao projeto e construção dos espaços. Para Lefebvre, a representação nos remete à prática, à produção, à criação de uma obra, mas nem sempre é fácil distinguir o que é um produto daquilo que é uma obra, quando se trata de um espaço. Ele sugere uma distinção entre representação e obra:

"**A obra esclarece as representações** porque as atravessa, as utiliza e as supera" e, além disto, "Enquanto que o produto permanece no meio das

representações, a obra se situa mais **além das representações**" (1980: 27-28)<sup>12</sup>.

Portanto, abordar os espaços públicos pode significar também identificar quando estes **ultrapassam** a representação; ou seja, não são apenas produtos, mas configuram obras de arquitetura, urbanismo, paisagismo. Quando estes permanecem, duram. De todo modo, acreditamos que há ainda relações a serem desvendadas entre as categorias de representações dos espaços e a sua realidade/ concretude.

Como inquirir sobre a presença ou ausência de uma paisagem, lugar ou esfera pública? Em relação às questões de projeto dos espaços, até que ponto as intervenções na cidade não 'sabem' das inconsistências da representação de lugar, de paisagem e de público que parecem estabelecer? Há uma maneira ingênua de projetar? Ou o saber e o poder não se descolam das representações do espaço? Outra questão: há uma crítica da representação sem uma representação?

Uma resposta antecipada a estas questões, se encontra no que Lefebvre aponta sobre a necessidade de uma "atitude que aceita o mundo das representações", ou seja, que percebe que uma crença na transcendência às representações do seu tempo é uma ilusão (1980, ver p. 102). Assim, partimos do pressuposto de que uma análise das representações é interna ao mundo das representações, e deve reconhecer e aceitar isto.

## 1.4- sobre as palavras

"Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As palavras deixam marcas no corpo da linguagem." (Bosi, 1992)

### 1.4.a - semântica

Para nós, buscar uma compreensão dos conceitos a partir da sua própria semântica significa que estes serão vistas a partir da sua estrutura, sua evolução, e da suas correlações com outros termos de origens diversas. As considerações sobre a etimologia dos termos na tese<sup>13</sup> pretendem também descortinar outros ângulos de observação do objeto teórico, e mesmo explicar sua forte presença no ideário da arquitetura e urbanismo.

Neste trabalho sobre as palavras, algumas questões se impõem. Primeiro, a tradução, que poderia ser considerada secundária, é essencial, no entanto, para a compreensão dos termos, como demonstram Berque (1995) e Corner (1999-b) em artigos sobre a paisagem. Além disto, considere-se também que os termos centrais neste estudo correspondem em diversas línguas a espaços e tempos bem diversos - e muitos destes anteriores - àqueles em língua portuguesa. Além disto, grande parte da produção acadêmica sobre estes temas se encontra em outras línguas, nem sempre traduzidas. Segundo, a questão epistemológica:

noções como paisagem e lugar são estudadas mais intensamente no campo disciplinar da geografia, estas implicam em abordagens diversas daquelas da arquitetura e urbanismo. Portanto, há demanda de uma outra tradução, que insira uma escala e visão do mundo no interior deste campo teórico. Por fim, ressalvemos que o que destacamos não é a história dos termos, mas sim ver o termo através da sua historicidade.

A validade do trabalho etimológico para a compreensão dos conceitos pode ser observada no desenvolvimento de alguns trabalhos, como por exemplo, o de Bosi (1992) sobre as origens comuns dos termos 'cultura', 'colônia', 'culto' e 'cultivo'. Como veremos, em relação ao termo 'paisagem', há o trabalho de Corner (1999-b), sobre as origens – germânicas- do termo em inglês-*landscape*; e também o trabalho de Berque(1995), que toma como base termos do francês e japonês e aponta suas correlações para uma construção do conceito de paisagem.

Além disto, em diversos textos de Heidegger, a origem dos termos é a base de suas reflexões, pois, como ele aponta " O acesso à essência da coisa nos advém da linguagem. Isso só acontece, porém, quando prestamos atenção ao vigor próprio da linguagem" (1951: 126). Aliás, o seu já citado ensaio de 1951, indispensável para esta tese, é desenvolvido partir da origem comum germânica dos termos 'construir' e 'habitar', que correspondem mais primitivamente também ao 'ser' e 'pensar'.

Por outro lado, para nossa análise fundada sobre os significados dos espaços públicos, o papel do discurso é também fundamental para que se identifiquem os valores atribuídos a estes. Sobre as relações entre espaço e a linguagem, Lefebvre aponta que:

"...todos sabem do que se trata quando se fala de um "cômodo" de um apartamento, de um 'canto' da rua, da praça, do mercado, do 'centro' comercial ou cultural, de um lugar público, etc." e explica que "Estas palavras do discurso cotidiano distinguem os espaços, sem isolá-los, e descrevem um espaço social."(1974: 23).

Notamos também que, por outro lado, há uma superposição dos termos que definem o espaço, pois, no cotidiano, os lugares são percebidos em: "um *chiaroscuro* de sítio, paisagem, ritual, rotina, outras pessoas, experiências pessoais, cuidados e interesse quanto ao lar, e no contexto de outros lugares"(Relph, 1976:3).

Para abordar a interação das palavras, e seu papel na construção dos conceitos, e assim na investigação dos espaços públicos apresentamos em seguida algumas idéias que nos ajudam a reconhecer abstratamente os processos simbólicos que se desenvolvem quanto às palavras e quanto aos espaços.

#### **1. 4.b - a deferença**

A primeira destas discussões nos é trazida pelo filósofo francês Jacques Derrida e se insere na idéia pós-estruturalista de que todo conhecimento é textual. No entanto, ele a ultrapassa, ao considerar que não há significados fixos para qualquer texto, mas sim uma infinidade de

fragmentos, ambigüidades, contradições e associações incorretas que podem ocorrer. Segundo Lechte: "A desconstrução de Derrida tenta mostrar que a linguagem cotidiana não é neutra, ela carrega em si as pressuposições e suposições culturais de toda uma tradição" (1994: 128).

Não tratamos aqui, porém, dos aspectos da desconstrução tal como apropriada pela arquitetura, mas sim buscamos destacar o conceito da '*différance*' - um neologismo criado por Derrida em 1968. *Différance* incorpora, em francês, sons similares, e assim os sentidos dos termos 'diferença' e 'deferência'. Poderíamos dizer que a '*différance*' é uma diferença deferida, concedida.

Observe-se que, até onde pesquisamos, a tradução do termo para o português é, na maior parte das vezes, simplesmente 'diferença'. Em uma tradução portuguesa, surge o neologismo 'diferância'<sup>14</sup>. Para esta tese, nós propomos como tradução o termo '**deferença**', que alude, como no original francês, tanto à 'diferença' quanto à 'deferência'<sup>15</sup>.

A **deferença** se relaciona à *Gestalt* de uma imagem que contém figura e fundo, que Derrida exemplifica através de um tapete na parede, que se compõe de figuras em azul, amarelo e branco, em que cada cor desenha um padrão diferente. Assim, "cada padrão é um jogo de diferenças, mas é um conjunto diferente de diferenças" dependendo de qual cor seja enfocada. Segundo ele o que é interessante sobre esta transição entre figura e fundo é que "de um padrão para o outro é que não somente isto chama a nossa atenção pra um novo padrão, mas isto suprime a nossa consciência do outro padrão." (1968, *s.p.*)<sup>16</sup>. Em outras palavras, a deferença implica em que a significação do elemento presente, de cada elemento que aparece na cena presente, esteja relacionada a um outro elemento, de modo há nele marcas do elemento passado e do futuro. Assim;

"se uma palavra significa, ela significa porque difere, e do que ela difere se torna uma parte inevitável e ausente da sua presença." (op.cit., *s.p.*).

Para o que Derrida denomina de operação de desconstrução, estas exclusões, repressões e oposições que se dão através da deferença são importantes. Assim, ele diz que:

"os suplementos, que são estas coisas adicionadas para explicar algo, são de fato mais centrais do que aquilo que é suplementado, porque elas apontam para a contingência da parte central, uma contingência sobre o suplemento; margens não são periféricas, mas centrais, e assim por diante."(op. cit., *s.l.*)

Podemos dizer que um suplemento, assim como um complemento, pode ser tomado como algo que completa algo, um acréscimo, um acessório; mas por outro lado, e por isto mesmo, como uma parte necessária, que supre uma falta e se integra ao todo.

Além disto, Derrida diz que o importante é a questão do contexto, não é tanto saber por onde a interpretação começa ou termina, mas saber por onde ela passa e por aonde ela chega lá, e que não há como se chegar à intenção e identidade últimas. Ele aponta que o

princípio da deferença- diferença e deferência- é o jogo formal presente em qualquer processo de significação.

A idéia em si da deferença sugere que há relações entre signos diversos que se dão de modo aleatório, e assim eventualmente incongruente. Julgamos que, para a nossa tarefa aqui de compreendermos os conceitos, cabe excluir estas associações inconsistentes e considerar que as interações entre os termos que os definem – e assim entre as idéias que estes representam – se dá a partir de jogos de deferença. Em outras palavras, se há deferenças, há semelhanças e dessemelhanças, identidades com e identidades contra, referências e citações. Há presenças e ausências.

No contexto das temáticas urbanas deste estudo, considerar a deferença significa delimitar os conceitos, tendo em mente as relações que estes estabelecem entre si, o seu próprio desenvolvimento, os termos e conceitos que eles embutem, e aqueles em relação aos quais eles se deferem ou se diferem.

Em resumo, para tratarmos dos conceitos chave da tese (paisagem, lugar e esfera pública), antes de tudo, estes serão vistos os termos que os definem, a partir do que os estruturou e os desdobramentos que eles apontam; por outro lado, a sua delimitação e escala e, por fim, a sua interpenetração e interpretação em relação a outros termos que definem o espaço. Portanto, ao longo da tese, os significados dos conceitos são continuamente aprofundados.

Como o jogo formal da deferença pode ser aplicado a todos os sistemas de signos, inclusive os não verbais; reconhecemos esta estratégia como uma possibilidade criativa para a observação da cidade, como um jogo formal de espaços. Sem nos estendermos em análise semiológicas, porém, que não são a base de nosso trabalho, consideramos que a idéia da deferença é também o pano de fundo para que possamos esboçar algumas das interações entre os conceitos na tese.

#### **1. 4.c - operações eidéticas**

A noção de 'operações eidéticas' proposta por Corner (1999-b) envolve "uma concepção mental que pode ser desenhada, mas pode igualmente ser acústica, táctil, cognitiva, ou intuitiva" e nos explica que imagens eidéticas contêm "um leque abrangente de idéias que residem no *core* da criatividade humana"(1999-b: 153), de modo que, mais do que apenas descrever; elas engendram, descortinam e participam em realidades emergentes.

Notemos que *Eidos* - que em grego significava o aspecto exterior, forma, aparência; forma mental, idéia, conceito; classe, gênero; maneira, modo, método - deu origem ao termo '*eidétikós*', que significava originalmente o que é 'relativo ao conhecimento'. Dentro da fenomenologia de Husserl, '*eidético*' é empregado para caracterizar aquilo que se refere às essências, por oposição ao suporte factual que depende de outras ciências; ou seja, é o conjunto de conhecimentos filosóficos relativos à forma ou à essência de um objeto, que não se confunde com a sua dimensão estritamente empírica ou factual, estudada pelas ciências em geral (Japiassu e Marcondes, 1989: 78). Aqui, o emprego do termo '*eidético*' se

insere dentro da visão fenomenológica, que o define como aquilo que é relativo à essência das coisas.

Corner propõe que os projetos da paisagem se equipem de um arsenal de "operações eidéticas" com o sentido de eficácia e referências simbólicas imaginativas. Ele considera que, "nos últimos anos, a superposição de camadas múltiplas e por vezes incongruentes em plantas e elevações tem levado à geração de novas possibilidades"(1999-b: 164). E dá como um dos exemplos a separação de camadas e elementos em planta, uma metodologia de trabalho e uma um foco não processo de construção da paisagem e não na sua aparência em si.

Outro exemplo são as *datascares*<sup>17</sup>, utilizadas pelos escritórios de arquitetura de Rem Koolhaas, MRDV e A-topos - que são "revisões de mapas quantitativos e analíticos convencionais que tanto revelam quanto constroem a forma-figura das forças e processos operando em um dado lugar' (*ibid.*: 165). Ele cita " outras operações de formação de imagens incluem ideogramas, textos-imagem, *scorings*, pictogramas, tabelas, exemplos, tabuleiros de jogos, traçados cognitivos e medições"(*ibid.*: 166). Corner aponta que os textos-imagem, em particular são raros e pouco desenvolvidos, e explica que: "Estes são compostos sintéticos e dialéticos de palavras e figuras que conjuntamente contém e produzem um arranjo de imagens notável e de outro modo não representável"(*ibid.*: 167).

Para Corner, as imagens eidéticas são esquemas subjetivamente constituídos que sugerem formações espaciais; tão objetivamente construídas que têm poder de persuasão sobre os "enormemente burocráticos aspectos do gerenciamento e da tomada de decisões no projeto urbano contemporâneo. "(1999-b: 165). Além disto, "diagramas não produzem eles mesmos a forma... mas certamente emitem influência formativa e organizacional, dando forma a pressões que podem não ajudar, mas podem estar 'incorporadas' em todos os estados subseqüentes da dada região da realidade concreta na qual elas agem"<sup>18</sup>.

O que ele nos aponta é o papel das representações imagéticas na elaboração e comunicação de projetos da paisagem<sup>19</sup>. Assim, textos-imagem, assim como ideogramas, "devem ser interpretados não só como representações, mas como concepções completas"(Corner, 1999-b: 167).

Por fim, as **operações eidéticas** resultam na tese em uma atitude metodológica: a articulação dos conceitos encontra na sucessiva elaboração de imagens eidéticas um modo de análise que organiza as genealogias, as relações de semelhança e as deferências (diferenças/ deferências) entre os conceitos. Consideramos que estas operações são influências que podem vir a ser incorporadas aos processos criativos de análise e construção do espaço.

Um trabalho sobre conceitos pode gerar representações imagéticas e imaginativas, que são sínteses visuais, compreensíveis e abrangentes, do quadro teórico. Nesta tese, fazemos '**quadros-resumo**', que configuram **articulações de palavras** referentes aos conceitos estudados e nos ajuda a aprofundar a compreensão destes. Estes quadros se inserem ao fim das definições de espaço público, paisagem e lugar, respectivamente nos itens 3.1.j; 3.2.f.;

e 3.3.f. Este quadro reflete as interações que se dão entre os significados do espaço, e assim as interações que se dão no espaço, em um processo que pode ser eventualmente ampliado para a **interação** entre estes conceitos. Buscamos com estes quadros mostrar não apenas alguns **significados** que assumem cada um destes conceitos e também algumas de suas **traduções**, mas também algo da sua **distribuição**, da sua **hierarquia** e das **relações e deferências** entre eles.

## 1.5 – sinopse operativa da investigação

As idéias escritas, assim como as faladas, compõem um fractal. Mas no texto lido o receptor pode ir e vir de modo mais direto; perambular em sua estrutura, compreender sua geometria como um todo; e isto no passo, no tempo oportuno.

### 1.5.a - os estágios da investigação

Neste item se conjugam algumas das teorias apresentadas neste capítulo, que embasam tanto a investigação teórica quanto a investigação dos casos referência, espaços públicos concretos na cidade. Assim, tanto a compreensão do espaço público, lugar e paisagem como conceitos, atributos do espaço, e objetos teóricos quanto a compreensão de um espaço específico, visto como um espaço de caráter público, como lugar e como uma paisagem.

Apresentamos então a operacionalização da tese a partir de alguns desdobramentos das teorias já citadas, que constituem estágios da investigação: a) uma incorporação das vivências e experiências no espaço; (b) uma investigação das presenças e ausências no espaço; e (c) uma investigação do espaço ele mesmo. Estes 'estágios' implicam em alguns dos métodos e referências metodológicas empregados pela tese, muitas destas já trabalhadas em outras ocasiões<sup>20</sup> e são conduzidos nos espaços selecionados como casos referência.

Aliás, além de organizar métodos e metas da pesquisa, estes estágios têm uma relação direta, embora não unívoca, com os momentos espaciais propostos por Lefebvre (1974). O que ele designa como práticas espaciais, como representações do espaço (aqui em um sentido estrito de representações de uma ordem impositiva) e como espaços de representação são momentos que se revelam através desta investigação. Podemos assim dizer que nosso olhar sobre o espaço é um olhar também sobre as práticas espaciais, que como define Lefebvre, são o que "associa estreitamente no espaço percebido a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida 'privada', do lazer)" (*op. cit.*: 46). E também que nosso olhar está atento às concepções do espaço, às representações que se impõe sobre ele, executadas ou não. E por fim, em cada aspecto do espaço, desejamos identificar o que é ou pode ser um dado espaço como um espaço de representação.

### 1.5.b - a incorporação das vivências e experiências no espaço

A consideração proposta por Heidegger, de que 'ser' é antes de tudo ser-no-mundo, se reflete nesta tese, a cada instante, ao incorporarmos à investigação a questão da vivência e experiência nos espaços. Se algumas destas considerações nos parecem óbvias, julgamos que isto possa se dever ao modo como as idéias de uma fenomenologia existencialista já se incorporaram às metodologias de pesquisas existentes<sup>21</sup>.

Primeiramente, uma ênfase na vivência requer, uma consideração sobre o papel e o lugar do pesquisador, a sua inserção como um Ser no mundo, e assim sobre as suas próprias relações com o tema e o objeto de estudo específico. Admitir que a visão de lugar nenhum é impossível. E podemos inferir que isto também sugere uma visão do próprio trabalho acadêmico e no próprio espaço estudado. Além disto, o trabalho passa a ser visto, em certo sentido como uma construção simultaneamente individual e coletiva, pois pertence – deslizes e contribuições- a um grupo maior do que a o orientando e orientador, ou aos colaboradores. Na redação, julgamos que isto é reforçado pelo emprego da primeira pessoa do plural e não no singular (em principio designa orientando e orientador), o que também evita qualquer pretensão de universalidade que possa conter o emprego da terceira pessoa. Na prática, isto significa que a própria experiência do pesquisador em relação ao espaço público pesquisado é incorporada ao trabalho. Este contato direto do pesquisador com o fenômeno é o que Seamon (2000, *s.p.*) denomina de uma 'pesquisa fenomenológica em primeira pessoa'. Neste processo, de uma busca por uma abertura em relação ao objeto e de um reconhecimento das próprias idéias pré-concebidas. Portanto, reconhecemos que nossa apreensão reconhecimento do objeto, por exemplo, no levantamento fotográfico ou na pesquisa de campo, é permeado por Como aponta Seamon 'o pesquisador como um instrumento humano é o coração do método fenomenológico'(loc. cit.). Deste modo, o método mais diretamente empregado para tanto, em investigações sobre o espaço é aquele da observação participativa, onde uma das questões iniciais é definir os graus (diversos) de atividade e atitude do pesquisador no espaço (Evans, 1988; Zeisel, 1981; e Evans, 1988 e Eyles, 1988). A meta final disto então é conseguir uma "intimidade com o fenômeno através de uma exposição prolongada e em primeira mão" (loc. cit.).

Um segundo aspecto investigado é aquele da vivência, da inserção no mundo, do outro. Esta vivência dos usuários e demais indivíduos e grupos sociais; que circulam pelo espaço, sentem o espaço, usufruem e se apropriam dele é esporádica ou cotidiana. Seamon denomina isto de 'pesquisa fenomenológica existencial', e define a sua base como sendo 'as experiências específicas dos indivíduos e grupos sociais envolvidos em lugares e situações reais' (2000:*s.p.*). Dentre os métodos de investigação para tanto, conduzimos observações de uso, principalmente dirigidas para o comportamento ambiental que se dá nos espaços durante a observação. Não queremos, obviamente, exatamente identificar os aspectos psíquicos do comportamento de um indivíduo ou de grupo social. Mas em nossas observações comportamentais de usos e apropriações no espaço através dos visamos sim buscar aspectos da relação dos usuários com os espaços estudados, além de uma investigação dos diversos usos e apropriações encontrados no espaço. Há para nós diversas referências caras a esta temática na sua inserção em arquitetura e urbanismo - como Whyte, 1980; Zeisel, 1981; Millward & Mostyn, 1989; e Costa, 1993. Outro método empregado são as entrevistas semi- estruturadas conduzidas com os usuários, passantes, e

visitantes dos espaços públicos estudados; assim como as entrevistas com os profissionais e membros da prefeitura. Zeisel, 1981; Strauss, 1987 e Costa, 1993 são algumas das referências para esta estratégia. Note-se que neste método qualitativo, a amplitude da amostragem é relativamente menos importante do que a profundidade do material coletado e da sua análise. No entanto, na medida em que consideramos as particularidades das vivências e das interpretações, buscamos o que Seamon (2000) relata como uma das possibilidades da pesquisa fenomenológica apesar disto: a busca de um núcleo temático principal. Assim, uma parte do que é a vivência nestes espaços pode ser compreendida pelos próprios usos e apropriações, e pelos valores e significados que estes apontam. As outras partes podem ser vivenciadas por nós mesmos, inferidas, deduzidas das ações, atitudes e discursos, buscadas, mas traduzíveis somente parcialmente, pois isto em si já caracteriza uma dissociação entre Ser e Mundo.

### **1.5.c - a investigação das presenças e ausências nos espaços.**

Neste desdobramento das teorias e metodologias da tese, destacamos a idéia da representação, como aquilo que preenche o intervalo entre a presença e a ausência (Lefebvre, 1980). Do ponto de vista da operacionalização da tese, como vimos, isto implica que a tese busca as representações do espaço e as representações no espaço; em outras palavras, os elementos ausentes e presentes no espaço ou antão tidos ou sentidos como tal. Um aspecto essencial desta busca consiste nas relações com a história e memória dos espaços observados.

A investigação das presenças e ausências serve como uma contraposição à experiência/vivência nos espaços introduzida pelas representações diversas da memória e dos arquétipos - que são estes mesmos experiências dos espaços.

A primeira das 'representações' de que tratamos consiste na definição dos próprios conceitos espaciais, que refletem o papel que os espaços assumem. Se um espaço é visto como um espaço público, como uma paisagem ou como um lugar, o que significam aí, neste contexto, estes conceitos? Estão presentes ou ausentes? A busca pela semântica e suas relações com a própria definição dos conceitos, que conduzimos no capítulo seguinte a este, nos dá subsídios para que compreendamos as presenças e ausências do espaço público, do lugar e da paisagem em um dado espaço - pelo emprego dos termos e por uma compreensão dos seus significados em um dado espaço.

Assim, buscamos, nos discursos, nos projetos, nas representações artísticas, e nas representações imagéticas o que se refere ao passado e ao presente dos espaços, assim como as visões de futuro. Em resumo, efetuamos uma busca pelas diversas representações do espaço. Somando-se a isto, é conduzida uma busca bibliográfica e iconográfica centrada na evolução urbana dos espaços e também nas referências pessoais e de grupos sociais diversos aos espaços específicos. Isto inclui também uma busca na rede, inclusive nas páginas e *blogs* pessoais. Deste modo, isto contribui para uma compreensão das vivências nos espaços, já que não apenas contamos com a experiência de usuários do espaço, técnicos e entrevistados, mas também de outros indivíduos. Mas também cria uma abertura

para a inclusão de outras representações – e.g., artísticas ou jornalísticas - como modos de apreensão do espaço também é valorizada.

Como vimos, a investigação das presenças e ausências é também uma contraposição à experiência/ vivência nos espaços que se introduz através das representações diversas da memória - produtos de experiências diversas em relação a representações e a outros espaços. Eventualmente, notamos que arquétipos se formam. Nossas entrevistas semi-estruturadas também contribuem para esta busca por estas representações, e pelo que está presente ou ausente nos espaços investigados. No decorrer da tese, contamos também com outras contribuições esparsas de discursos coloquiais de não-entrevistados são incorporadas. Para nós, é essencial na análise deste material identificar o que Strauss (1987) define como uma busca por 'códigos vivos', que são as metáforas que sintetizam a idéia central presente nos discursos.

O que falta nos espaços? O que é sentido como falta? O que indica a presença e a ausência do espaço público, do lugar e da paisagem para os usuários?

Assim, aqui, dada a ênfase na interpretação das representações diversas e dos discursos, podemos considerar que este aspecto se relaciona em parte ao que Seamon denomina como "investigação hermenêutica fenomenológica" e que, para ele, também inclui interpretações dos espaços físicos sejam eles "edifícios, mobiliário, paisagens culturais, padrões de assentamento, ou similares" (2000:s.p.). Assim, podemos conduzir uma busca pelas representações feitas em relação ao espaço específico estudado.

De todo modo, concordamos que a chave deste estágio da investigação é a de que "há muitos modos de se interpretar um texto, então a interpretação não é nunca completa, mas sempre em andamento" (*loc.cit.*)

#### **1.5.d - a investigação espacial do espaço ele mesmo**

Em um último estágio, nos detemos nas questões espaciais presentes no espaço ele mesmo, identificadas nos casos referência estudados. Aqui, nos importa delimitar, para além das representações, algumas das possibilidades – de uso, apropriação concreta ou simbólica - apontadas pela configuração atual destes espaços.

Consideramos que, em um dado espaço público da cidade, as articulações que se desenvolvem entre o caráter público do espaço, o sentido de lugar e a experiência da paisagem nos dão uma síntese representativa de valores e de significados do espaço - individuais, coletivos, locais, globais e universais. E também que estes podem ser encontrados na forma, no desenho e no estado físico dos espaços; e também nos seus usos e apropriações.

Nossa estratégia principal é compreender a estrutura espacial dos casos estudados. Os levantamentos na área, os dados cartográficos e fotográficos, devem conduzir para a elaboração de mapas temáticos de análise, tanto na escala do contexto quanto do espaço público. Ressalte-se que investigá-las implica também em perceber as relações em outra

escala com o contexto urbano, tanto na configuração espacial quanto no conteúdo sócio-cultural em que este dado espaço público se situa. Executamos então os primeiros de uma série de mapas temáticos podem parecer apenas agregações de informações embora não o sejam- a estrutura espacial urbana, as áreas edificadas e livres, os elementos urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos, os usos do solo, os revestimentos, a cobertura vegetal. Em seguida, buscamos identificar a configuração do espaço, através do mapeamento dos elementos da estrutura espacial - vias, nós, pontos de emergência, visadas, barreiras, permeabilidades, delimitações, etc. Além disto, é feita uma localização e mapeamento das territorialidades dos usos e apropriações nos espaços- como os mapas de usos apropriações, intensidades de uso, *os fluxos e permanências* .

Por outro lado, buscamos os usos não visíveis nos instantes da pesquisa de campo, atividades prévias que deixam resquícios através de adaptações de usos, desgastes, degradações, mensagens deixadas no espaço, interferências no espaço que são conscientes ou não, e assim conduzimos observações de traços físicos (ver Zeisel, 1981). Consideramos que um dado espaço apresenta valores e significados a ele atribuídos visíveis nele mesmo. Assim, por vezes, observá-lo é mais eficiente para nos informar sobre as relações entre usuários e ambientes do que os discursos, pois aqueles não 'mentem', como evidências concretas que são.

Por fim, destacamos que o rico universo conctatado pela tese é uma parcela da diversidade das realidades do uso e apropriação dos espaços estudados, um todo não alcançável nem quantitativa nem qualitativamente.

## 1.6 – casos referência – exemplaridade e inserção urbana

### 1.6.a – os casos referência no contexto da tese

O conhecimento não é apenas um monte a ser conquistado. O como se chega ao topo é relevante. Há um mar de morros que se avista ao longo do percurso e no cume do monte. Assim sendo, o horizonte é cada vez mais extenso quanto mais nos elevamos. Mas na busca pela compreensão de um todo não basta olhar para todos os lados, nem se elevar no ar de modo brusco e instantâneo. Daí, podemos perder as rugosidades de um detalhe e a experiência gradual e refletida do percurso. Ou então, podemos nos encontrar perdidos na aparência de homogeneidade, como se estivéssemos no meio do oceano. Ir e voltar pode nos mostrar muito. Mas há uma escala geral naquilo que desejamos observar, uma altitude mais justa.

O que estudamos? **O espaço público da cidade**, através dos atributos e propriedades que o definem como **espaço público, lugar e paisagem**. Para nós, a buscar por uma completude compreensiva, vivencial, projetual em um espaço público está na articulação entre

paisagem, lugar e caráter público. Ou melhor, tanto na presença ou ausência de paisagem, lugar e caráter público, quanto no intervalo em que se dá a representação.

Ressalte-se que pretendemos que a ênfase desta etapa está em verdade no processo de construção do espaço. Para tanto, talvez a noção de 'empirismo radical' definida por Seamon (2005) se aplique: como "o modo particular como a conexão entre pessoa-mundo deve ser estudada", como um estudo em primeira mão no qual o "pesquisador busca estar aberto ao fenômeno", ou seja, no qual "a compreensão surge diretamente da sensibilidade do pesquisador" (*s.p.*). Em suma, como ele coloca:

"Um estudo fenomenológico poderia começar com uma situação similar no mundo real, mas depois usaria aquela instância específica como uma fundação para que fossem identificados padrões, estruturas e significados mais profundos e generalizáveis". (*s.p.*)

Para tanto, a investigação pretendida se dará através da análise de trechos de espaços públicos exemplares na cidade do Rio de Janeiro, os casos referência com o objetivo de compreender o caráter da cidade através dos aspectos que definem a experiência da paisagem, o sentido do lugar e o cunho público dos espaços.

#### **1.6.b - a cidade do Rio de Janeiro como o local de inserção da investigação**

"Não, esta não é uma bela cidade; é somente o cenário mais belo do mundo para uma cidade (Bishop, 1965)".<sup>22</sup>

A justificativa pragmática da escolha do Rio de Janeiro como a cidade em que os casos referência selecionados se inserem não é aleatória, não somente porque este é o local de desenvolvimento da tese. Consideramos que as temáticas desta tese encontram na cidade do Rio de Janeiro exemplos consistentes e notáveis, e que nela, são notáveis e excepcionais os vínculos entre os espaços públicos, a paisagem e o lugar. Portanto, a justificativa teórica se sustenta: inversamente, se considerarmos a cidade como o objeto final do estudo, podemos suspeitar que suas próprias características nos inspiram e assim induzem a elaboração teórica da tese. Assim, especificamente nesta cidade, nos parece evidente que, de muitos modos, as questões da paisagem, do lugar e do espaço público se encontram imbricadas.

Há inúmeros outros argumentos, porém, para que consideremos que as temáticas da paisagem, do lugar e do espaço público encontram na cidade do Rio de Janeiro, exemplos consistentes.

Primeiramente, a cidade é notável porque, diferentemente de outras metrópoles do país e do mundo, a imagem da sua paisagem natural distinta é mais significativa e representativa do que aquela da sua paisagem construída<sup>23</sup>.

A presença da paisagem do Rio de Janeiro é, antes de tudo, a presença da natureza. Esta paisagem forte e expressiva é uma epifania, simultaneamente manifestação e percepção da natureza original. Raras metrópoles contam com isto: além da imagem visível da rocha e

da água, a presença de vegetação que permite que haja fauna mesmo em áreas da cidade densas e de ocupação antiga. Isto se deve a áreas de densa vegetação preservada nos morros, à presença do mar e de águas doces, e a uma arborização urbana iniciada no século XIX.

Além disto, argumentamos que a presença de uma paisagem natural singular contribui para a construção de um sentido de lugar e dos lugares da cidade. Além disto, ultrapassando esta consideração da paisagem visual, e vendo a paisagem como uma ambiência natural, um aspecto ou escala do ecossistema, as condições ambientais especiais da cidade não apenas orientaram da ocupação urbana, mas conformam um **sítio urbano** em particular.

Portanto, podemos dizer que o Rio de Janeiro é uma cidade relevante no contexto nacional. O **patrimônio construído**, que inclui edificações e espaços livres públicos, contém registros da história e da memória não apenas da cidade, mas do país - principalmente pelo fato de a cidade teve momentos de **centralidade** indiscutível, como capital e como um dos centros da modernidade cultural brasileira. Lembremos ainda de que aqui as manifestações culturais nesta cidade são intrinsecamente ligadas aos lugares da cidade. Assim, se entendemos lugar como relevância cultural, histórica e contextual, a cidade do Rio de Janeiro, relativamente antiga em sua inserção nacional, é um **lugar notável**, e que diversos de seus bairros se constituem como lugares, e que contém ambientes construídos de **significância** local e extralocal.

A expressiva frase da escritora Elizabeth Bishop, mais acima, enfatiza os intensos contrastes entre cidade e natureza na cidade do Rio de Janeiro. É também um exemplo significativo de uma contraposição entre cidade e paisagem natural (o 'belo cenário'). Parece-nos, antes de tudo, no contexto do artigo de jornal em que esta frase é escrita, que Bishop se refere –discretamente - à pobreza urbana<sup>24</sup>. Obviamente, esta frase vinda de uma estrangeira é tomada pelo ufanismo local de então como uma ofensa<sup>25</sup>, dentro de sua predominante visão política de cidade e de país que implica em um ignorar as desigualdades sociais<sup>26</sup>.

Somemos a esta idéia de uma cidade que não é bela a visão do cineasta João Moreira Salles, que nos diz que a importância do Rio de Janeiro não pode ser medida por índices materiais, pois " Ela repousa num valor inatingível: somos [o Rio] a imagem que o Brasil tem de si mesmo (2005:1)". Ele sugere que: "Somos o retrato de Dorian Gray do país. A imagem que não mente"(2005:1)<sup>27</sup>. A partir disto, podemos reconhecer que não apenas beleza, mas envelhecimento e decrepitude se juntam na paisagem-imagem da cidade.

Daí o interesse da frase de Bishop - que acreditamos ecoar algumas parcelas da reflexão sobre a imagem da cidade.

Na cidade, a natureza que persiste é uma testemunha do passado: desmontes de morros, aterros, ambientes naturais e urbanos continuamente construídos e destruídos e, por outro lado, uma diferenciação social e uma segregação espacial que refletem as perversidades da lógica do mercado e da sociedade (sobre esta evolução urbana e segregante e ambientalmente destruidora, ver, entre outros, Abreu, 1988, 1992 e Lago, 2000).

Mas, ainda hoje, há muitos que imaginam –nostalgicamente– que hoje, diferentemente de ontem, o Rio é uma 'cidade partida'<sup>28</sup>, entre a beleza e a 'feióra', o que pode incluir também associações incorretas entre insegurança urbana e a presença de pobreza urbana, como estas fossem recentes e alheias à cidade. Porém, a violência urbana aí tem raízes sociais, culturais, econômicas e urbanísticas; e se liga, em grande parte, à decadência econômica e às desigualdades sociais intensas na cidade. Ao longo da tese, em inúmeros exemplos informais e das *media*, notamos este que há um lamento pelo fato de que 'tão bela paisagem' contrasta com as ditas 'mazelas sociais'. A origem mesma de 'mazela' nos diz tudo: mazelas são máculas, feridas. Ou seja, as antigas visões higienistas, sanitaristas e embelezadoras, fundadas no moralismo burguês do fim do XIX, se revestem hoje de outros nomes.

Porém, uma outra reação contrária a esta frase de Bishop é dizer que 'a cidade é bela sim'.

Neste caso, excluir o que é feio na bela cidade pode implicar na possibilidade de que a paisagem seja algo cujo sentido se restringe apenas àquele de cenário e representação; de modo que se impede que outras verdades sobre a cidade e sua sociedade sejam vistas e enfrentadas, de modo que o 'enfeite' que é a paisagem se torna máscara. Para esta visão redutora, a segregação espacial e social é também uma situação nova, estranha, mas também irremediável. E por isto, estranha ao lugar, como se o cenário natural pronto de antemão prescindisse da cidade construída. A cidade é indesejável.

Mas por outro lado, quando a cidade é 'considerada' bela, a cidade é bela. A paisagem da cidade é 'bela', e isto inclui os ambientes 'naturais' e 'construídos'. Mesmo que imperfeita, cidade é tida como bela e é um lugar. Neste caso, a cidade é apropriada afetivamente ao longo do tempo, de modo que significados positivos para os lugares surgem das experiências pessoais e do reconhecimento de espaços da cultura local. A beleza assume outros significados, dada a topofilia que a cidade suscita. Tom Jobim dizia inclusive "eu não moro no Rio, eu namoro o Rio".

Portanto, para nós, reconhecer no Rio de Janeiro, as relações diversas entre a cidade e natureza é também apontar para a sua particularidade como paisagem; enquanto que o contexto cultural e da cidade e da paisagem que encontra várias representações pictóricas, musicais e poéticas nos indica a sua constituição como um lugar.

Do ponto de vista da economia, Camargo (1993) sugere que a riqueza da cidade do Rio de Janeiro é sua inigualável beleza natural. Esta riqueza teria um potencial de desenvolvimento econômico e uma capacidade de oferecer qualidade de vida acima de outras cidades congêneres no país. Porém, ele ressalta que **esta beleza é um bem público**. Portanto, como bem público, "sua exploração exige políticas específicas, não facilmente identificáveis e, muitas vezes dificilmente aceitas pela população, por razões culturais e/ou sociais" (*ibid.*: 45). E, além disto, ele identifica no Rio de Janeiro os dois problemas que há na apropriação e consumo de bens públicos da cidade: tanto um comportamento *free-rider* (de caroneiro), que envolve um desrespeito e descompromisso com a cidade; quanto uma superutilização dos bens – e espaços – públicos.

Algumas das dinâmicas dos espaços públicos cariocas são estudadas por Gomes (2002), em uma série de ensaios sobre cidadania e espaço público. Ele comenta sobre a exclusão social e as territorialidades, a nas praias e em um estádio de futebol na cidade do Rio de Janeiro. Porém, embora ele trate basicamente dos 'recuos da cidadania', dos conflitos no espaço público, ele reconhece que os espaços públicos têm um papel de intermediação entre os diferentes.

Para nós, tanto Camargo quanto Gomes reiteram, de modos diferentes, a idéia de que há espaços públicos excepcionais para a esfera pública no Rio de Janeiro.

E é então em um contexto de intensas e diversas contradições que, paradoxalmente, consideramos que ainda se mantém a idéia de espaço público na cidade. Um contexto de afetividades que se contrapõe aos recuos da esfera pública em um ambiente desigual.

Na cidade, se desenvolvem diversos espaços livres públicos de intenso e diversificado uso. Há, inclusive, nas partes mais centrais, grandes e extensos parques públicos, alguns destes sem cercamento algum, e sem um contundente controle ou segurança públicos ou privados, mas que ainda assim são também intensivamente utilizados pela população.

Podemos considerar que, sendo a paisagem e o lugar notáveis na cidade do Rio de Janeiro, isto por si, já configura alguns espaços públicos notáveis. Porém, há diversos graus de um caráter público alcançados nos espaços da cidade e diferentes tipos de contato social e de eventos que neles se desenrolam. Estes são essenciais para que reconheçamos que os espaços públicos persistem na grande cidade, apesar de conflitos e privatizações. Há diversos espaços públicos com usos e apropriações intensas- alguns bem originais- e que podemos definir como os 'filtros da comunicação social' de que trata Gomes (2002), para quem, aliás, as praias da cidade são os exemplos emblemáticos desta intermediação social.

Consideramos que há na cidade do Rio de Janeiro diversos exemplos de interesse, que contém uma riqueza de situações e soluções. É sobre alguns destes que nos debruçamos.

### **1.6.c - os casos referência selecionados**

Optamos por adotar dois casos referência como objetos de estudo: os dois são espaços públicos bem diversos entre si e que situam na mesma cidade. A opção por um 'caso referência', e não exatamente um 'estudo de caso', se deve menos pela quantidade de informação relativa a um espaço ou grau de aprofundamento do que pela idéia de que o eixo desta tese não se situa em cada um destes espaços específicos estudados. Mas sim em um arcabouço conceitual, e nas possibilidades acadêmicas e projetuais que conceito e espaço sugerem.

Julgamos que mesmo nos espaços coletivos de propriedade privada - de um centro comercial, por exemplo - a presença e a ausência de um caráter público nos espaços, de lugar e de paisagem são questões relevantes. Embora não sejam nossos casos referência aqui, nos interessa como neles se dá a progressiva incorporação ou desaparecimento nestes espaços de outros usos e funções tomados dos espaços públicos das ruas e praças na

cidade. Mas aqui optamos por espaços da cidade indiscutivelmente públicos, e que têm menos de simulacro e menos de intencionalidades projetadas para o mercado e para o marketing.

Os dois casos selecionados, Praça Afonso Pena e os espaços públicos junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, são espaços livres públicos que correspondem a tipologias paisagísticas específicas: uma praça e um parque. Em ambos, antevimos que são espaços públicos que se configuram como exemplos de interesse na conjunção entre diversos atributos da paisagem, do lugar e do espaço público.

Nestes casos referência, a articulação não nos parece apenas única, como em todo espaço o é, mas também especialmente bem sucedida, apesar dos desgastes - por inúmeras pressões, problemas de gestão, dotação de equipamentos e conservação. E o que é este sucesso? a manutenção do caráter público destes espaços e sua intensidade de usos, nestes tempos em que há diversas áreas da cidade que se perdem para o desuso e abandono ou para um gradeamento.

Mas o que investigarmos nestes espaços públicos da cidade? Antes de tudo, através das articulações entre o espaço público, o lugar e a paisagem - presentes, ausentes ou representados neste. Consideramos que neles, estas articulações que se desenvolvem entre o caráter público do espaço, o sentido de lugar e a experiência da paisagem nos dão uma síntese representativa de valores e de significados do espaço - individuais, coletivos, locais, globais e universais - que podem ser encontrados nos discursos, na forma, no desenho e no estado físico dos espaços; e também nos seus usos e apropriações. Investigar as articulações que ocorrem nestes espaços implica também em perceber, em outra escala, o contexto urbano e sócio-cultural em que este dado espaço público se situa (e.g., através da presença na paisagem de vistas da cidade, ou a presença de lugares historicamente relevantes, ou os diferentes graus de acesso público).

E como, mais do que tudo, a presente situação destes espaços e seus desdobramentos, no espaço público da cidade refletem imagem e significado da própria sociedade cidadina. Assim, cremos que os casos referência nos mostram como se dão a presença, a ausência e a representação da paisagem, do lugar e do espaço público na cidade.

---

<sup>1</sup> Com o qual já trabalhamos em outros momentos, na dissertação (Maya-Monteiro; 1998) e em exercícios didáticos que aplicamos mais uma vez em disciplina da graduação em arquitetura e urbanismo.

<sup>2</sup> Grifo nosso.

<sup>3</sup> Mais adiante, no capítulo III, a sua correlação com a definição do conceito de 'lugar' é trabalhada .

<sup>4</sup> "Os conceitos básicos determinam o modo pelo qual nós temos uma compreensão antes de um campo temático disciplinar subjacente a todos os objetos que uma ciência toma como tema, e que toda a investigação positiva seja guiada por esta compreensão" (Heidegger, 1927: 30°).

<sup>5</sup> Suas constatações são tratadas no capítulo III desta tese, ao tratarmos do conceito de lugar.

<sup>6</sup> Traduzido do inglês *'fourfold'*, até porque nossa opção na tese é pela tradução americana de 1971 - revisada, aliás, por Hannah Arendt. Discordamos da tradução brasileira, 'quadratura', para designar um conjunto de quatro elementos. Nossa opção por 'quaternidade' é confirmada por uma tradução espanhola como *'cuaternidad'*.

<sup>7</sup> Grifos do autor.

<sup>8</sup> Como sugere Heidegger (1951) em "Habitar, Construir, Pensar".

<sup>9</sup> Grifos nossos.

<sup>10</sup> Grifos nossos.

<sup>11</sup> Notamos que é aqui, na relação entre os fenômenos e o tempo, que se dá a articulação das idéias de muitos dos autores relevantes para nós. Em relação, por exemplo, a Hannah Arendt, Benhabib destaca que uma das correntes do pensamento dela se associa à visão de "continuidade entre a origem passada e a condição presente e busca desvendar na origem a essência perdida e velada do fenômeno". Ou seja, "à fenomenologia de Husserl e Heidegger de acordo com a qual a memória é a recordação mimética das origens perdida do fenômeno como contido em alguma experiência humana fundamental" (1992: 76).

<sup>12</sup> Grifos nossos.

<sup>13</sup> Que não se voltam para o campo da lingüística, pois isto seria fugir dos objetivos e temáticas da tese.

<sup>14</sup> Livro não consultado: Derrida, Jacques. 1975. "O que é a diferença?" Posições. Semiologia e materialismo. Lisboa: Plátano Ed.

<sup>15</sup> Sem compromissos disciplinares lingüísticos, consideramos o próprio Derrida, que não acredita que "a tradução é um evento derivado e secundário em relação a uma língua ou texto original" (1967, s. p.).

<sup>16</sup> Tradução nossa.

<sup>17</sup> Neologismo, em inglês, que junta 'dados' a sufixo que sugere a noção de 'paisagem', e que poderíamos traduzir como uma "paisagem dos dados".

<sup>18</sup> Kwinter, Sanford. 1998, "The genealogy of models" In: ANY23: Diagram Work. S.L.: S. n., fall 1998, p. 58. *Apud.*: Corner, 1999-b: 166.

<sup>19</sup> Observe-se que ele aqui, de certo modo, reduz a noção de paisagem a um aspecto visual do espaço, tanto quando afirma a indissociabilidade entre paisagem e imagem, como quando emprega *datascares* - termo que implica em uma 'paisagem visual' para os dados.

<sup>20</sup> Ver Maya-Monteiro, 1998; e Costa & Maya-Monteiro, 2002.

<sup>21</sup> Notemos que se isto muitas vezes implica em uma valorização dos métodos qualitativos; porém, isto não exclui os métodos quantitativos - como já dito aqui anteriormente.

<sup>22</sup> Para Elisabeth Bishop, poeta americana que viveu por vários anos na cidade, esta frase é logo dita pelos visitantes mais argutos na cidade.

<sup>23</sup> Ver Maya-Monteiro, 2008, onde tratamos do conjunto de montanhas que configura a área urbana do Rio de Janeiro, considerado não apenas como elementos naturais, mas como parte da paisagem cultural da cidade. Neste artigo, sugerimos que, apesar da singularidade deste 'design' ímpar pode nos dar pistas sobre como os marcos visuais naturais em geral afetam o modo como construímos - e interpretamos - uma cidade como um Lugar.

<sup>24</sup> No texto de Bishop, aliás, as favelas nos morros da cidade são vistas como pitorescas, uma maneira *naïve* de aceitação das favelas. É interessante notar que esta visão diverge, naquela época, da visão preconceituosa e fascista que vai predominar nas decisões urbanas da cidade que se darão nos anos seguintes ao seu texto, com as remoções de favelas dos anos sessenta e setenta.

<sup>25</sup> Aliás, segundo Oliveira (2004), Bishop nunca se conformou com a agressiva crítica de um jornalista, Fernando de Castro, do Correio da Manhã, em reação à sua matéria sobre o Rio.

<sup>26</sup> Note-se, por exemplo, que as inúmeras favelas só entram nos mapas da cidade na década de 90; e, assim só então nas estratégias de planejamento urbano fica excluída a possibilidade de remoção pura e simples.

<sup>27</sup> "... é certo que em algum momento perdemos o rumo. Éramos o distrito federal, já não somos. Éramos a cidade-estado, já não somos. Éramos um centro econômico importante, a cada dia somos mais irrelevantes. (...) Apesar disto, ainda somos importantes. Nossa importância não pode ser medida por índices materiais. Ela repousa num valor inatingível: somos a imagem que o Brasil tem de si mesmo. Pouco importa se alguém

vir nisso o último suspiro da soberba carioca, mas continuo acreditando que o Brasil não pode dar certo se o Rio não der certo. Somos o retrato de Dorian Gray do país. A imagem que não mente".

<sup>28</sup> Numa referência ao livro de Zuenir Ventura, que diz que, nos anos dourados, "a convivência amena, a obediência civil, a falta de antagonismos de classe e a despreocupação com os problemas sociais nem sempre deixavam perceber que havia um ovo de serpente chocando no paraíso" (1994: 11).



## II - SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO



## II - SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

---

### 2. I – por que tratar do espaço público?

O espaço público designa a jurisdição de um espaço não privado ou privativo, e implica como princípio em um espaço forjado para o bem comum.

A questão do espaço público é intrinsecamente política. Neste sentido, em parte um espaço público implica em uma esfera pública, ou seja, é um espaço fundado na pluralidade, na participação cívica, na existência de instituições públicas, na capacidade de argumentação dos grupos e assim na possibilidade de democracia.

Porém, um espaço público é político não apenas neste sentido mais usual, mas naquele que melhor pode ser traduzido nos vínculos entre o cidadão e a vida ativa que ocorrem na pólis, cidade-estado da Grécia antiga, e modelo emblemático da democracia – da participação, do convívio e da discussão pública. Na pólis, o espaço público da **ágora** é o lugar desta esfera pública, da ação e da comunicação entre cidadãos, e que se opõe ao espaço privado das demais atividades. De antemão, entendemos que, **na pólis, esfera pública e espaço público são indissociáveis.**

Nas cidades contemporâneas, tanto os espaços públicos quanto os privados são instâncias da vida privada, pública e social nos quais se entremeiam esferas públicas e privadas. Aqui, buscamos os fundamentos do espaço público para compreender como se dão estes múltiplos desdobramentos dos espaços públicos contemporâneos.

De um modo geral, buscamos compreender o que são os espaços públicos, de uso, de cunho público, e qual a sua relação com a presença de uma esfera pública no espaço ele mesmo ou então nos ambientes sociais em que estes espaços se inserem. Portanto, é possível dizer que estudamos os espaços públicos através do caráter público dos espaços. Reiteração que julgamos necessária, lembrando que o caráter é "tanto a concreta forma e substância quanto modos de ser" (Norberg-Schulz, 1979).

Mas ainda, nós acreditamos que o projeto e o 'desenho' colaboram diretamente para que se eventualmente seja fomentado o caráter público dos espaços, caso o contexto o permita. E, deste modo, buscamos identificar algumas das questões, contradições, soluções e prognósticos que possam contribuir para a revitalização, criação, planejamento, desenho, gestão e apropriação dos espaços públicos.

Observe-se que entendemos o espaço público não apenas como um estatuto legal, um limite jurídico que se opõe àquele do espaço privado ou inacessível; nem apenas como categoria espacial ou distinção tipológica urbana, que descreve espaços livres públicos ou

então as funções públicas de uma edificação. Deste modo, não basta falar do espaço público objetivamente, como uma classificação, pois reconhecemos que a expressão 'espaço público' encerra bem mais do que apenas um espaço adjetivado. Assim, em resumo, para nós, o espaço público implica em mais do que uma visão das tipologias e funções que o definem como público, mas pelos seus princípios.

Isto explica as razões pelas quais nos furtamos aqui a algumas interessantes análises que relacionem a evolução das formas e das funções dos espaços públicos, ou então que conduzam a uma classificação tipológica destes espaços e/ou a um estudo qualitativo. Primeiro, porque já o fazem eficientemente inúmeros autores como, por exemplo, Jellicoe & Jellicoe (1975), Kostoff (1991,1992) e Carr *et al.* (1992). Segundo, porque sentimos mais urgência em conjugar outros saberes àqueles da arquitetura e urbanismo, para só então produzir uma leitura própria que se imbrica a cada linha com as temáticas do desenho, da concepção e do projeto dos espaços.

Terceiro, porque levamos em conta que há alguns desvios. Quando espaços públicos são lidos, vivenciados ou descritos apenas através das suas relações com as tipologias tradicionais, especialmente quando se trata de espaços onde as referências da história e memória são mais fortes, a conclusão mais direta e imediata é negativa: há neste sentido somente um declínio do espaço público. Inclusive quando sabemos que a esfera pública dispõe de outros meios cada vez mais velozes e eficientes para a comunicação, o contato e reunião entre pessoas e grupos sociais.

Efetivamente, destacamos que embora haja esta perda, e fortes razões pra tal, há também novos e contrários processos que se forjam nas cidades: novos e intensos esportes e lazer, mais espaços controladíssimos e 'gentrificadas' de grande acesso público, e o reconhecimento da presença de espaços públicos vivos como meio de inserção regional ou global e como patrimônio das cidades. Além disto, indubitavelmente, os contatos virtuais não têm a completude sensorial e perceptiva de um encontro no espaço, por mais que o fascínio pela tecnologia possa indicar o contrário – então estes não apenas substituem a interação física, podem eventualmente gerá-la. Assim, podemos considerar que o espaço público se perde, ou que então de algum modo se dinamiza pela aceleração e intensificação dos contatos.

O espaço público se define por seus princípios. É um fenômeno. Porém, se esboçamos uma classificação, podemos dizer que, a rigor, se constituem mais propriamente como símbolos da idéia de espaço público três tipologias principais de espaços: a rua, a praça e o parque.

A estas tipologias concretamente se conjugam papéis na estrutura urbana, funções, dimensões, soluções de projeto, equipamentos públicos, estilos arquitetônicos e paisagísticos, princípios urbanísticos e outras representações diversas. Estes são, em última instância, visões de mundo. E destas tipologias, a um só tempo urbanas, arquitetônicas e paisagísticas, derivam quase todas as demais.

Reconhecemos, além destes espaços públicos que são livres, aqueles espaços públicos edificados. Estes são aqueles do Poder Público ou onde este se instala, ou aqueles onde a idéia de público e/ou de uma esfera pública. Assim, há quem trate, em verdade, como

espaço público apenas os espaços de domínio e propriedade públicos - mas os diversos espaços de propriedade privada ou institucional que assumem funções públicas, que dão acesso público, são também espaços públicos. Espaços como museus, centros culturais e shoppings são públicos. Alguns autores os consideram como semipúblicos, pseudopúblicos. Porém, nós julgamos que se restringimos a definição de "espaço público" a uma definição de espaços de propriedade, domínio, acesso, visibilidade plenamente públicos, restringimos a própria possibilidade do fenômeno 'espaço público'. Portanto, de modo inverso, incorporamos de antemão aqueles espaços de acesso, uso e fruição pública, mesmo que de propriedade privada. E rejeitamos o emprego da classificação de espaços semipúblicos, semiprivados, para caracterizar estes espaços que assumem funções públicas, mas que não são plenamente públicos. Apropriamo-nos deles como espaços públicos.

Ressalvamos que um outro caso é diverso: os ditos espaços coletivos, cujo uso não é público, mas cujas funções são similares: estes não são espaços públicos. Mesmo que sejam usados por muitos a guisa de espaços públicos. Os espaços coletivos são sim, privativos, privados, na medida inclusive que se opõem à idéia de uma esfera pública.

Assim, diante de inúmeras possibilidades, acreditamos que não cabem visões parciais sobre o espaço público. Nem na defesa do espaço público a partir de uma visão utópica engajadamente purista, que exclua da discussão e invalide aqueles espaços que não sejam públicos como um todo – no acesso ou posse - ou que não traduzam propriamente a presença uma esfera pública política. E muito menos na defesa do inverso, que pode se assemelhar discursivamente a uma visão utópica por uma melhor qualidade de vida, porém se transcreve mais propriamente em medidas segregadoras ou na mera estetização dos espaços pretensamente públicos, e justifica assim as necessidades de apenas alguns grupos específicos, ou mesmo as ambições do mercado investidor. O equilíbrio entre estas visões opostas é tênue, e mira no aumento, na melhoria, no potencial do espaço público evitando as exclusões e supressões, descobrindo seus múltiplos fins, e inclusive considerando a tomada – ou retomada- de espaços que não são sempre tidos como públicos.

Debitamos em grande parte nossa conceituação à leitura de duas referências sobre o público, embora não especificamente sobre o 'espaço' público. Primeiramente, o trabalho seminal de Hannah Arendt (1958) sobre as 'manifestações mais elementares da condição humana', que trata da esfera pública - o seu caráter social e político e sua delimitação face à esfera privada. Arendt não somente faz uma breve análise da pólis; mas ela enxerga questões que ainda hoje são pertinentes - passados cinqüenta anos do seu texto. Além disto, notemos que Arendt não dissocia efetivamente a esfera pública de um espaço público – pois esta conjunção esfera/espaço é uma conjunção que se encontra material e imaterialmente na pólis, e na *res publica*. Outra base conceitual é o trabalho de Jürgen Habermas na conceituação da 'esfera pública' e sobre a instituição de uma 'esfera pública Burguesa' (1962, 1964 e 1990)<sup>1</sup>.

Dentre outros trabalhos posteriores sobre o espaço público, podemos citar ainda Sennet (1974), que trata da relação entre a vida pública e privada, e os diversos artigos em Sorkin (1992), sobre o declínio do espaço público. Dentro da geopolítica, merecem ser citados

ainda os ensaios de Gomes (2002) sobre as relações entre cidadania e espaço público; e também Mitchell (2003), que discute a justiça social nos espaços públicos<sup>2</sup>. Por sua vez, Lipovetski (1991) investiga as mutações do espaço público pós-moderno. Destacamos ainda Deutsche (1996 e 1998) que, através das relações entre arte pública, espaço e política, tece considerações interessantes e insere mesmo críticas radicais aos pressupostos de um "espaço público". Estes textos são indispensáveis para compreendermos o papel do espaço público hoje e contribuem para que respondamos a nossa questão (também perguntada por Deutsche, 1998: *s.p.*): "Por que o espaço público é uma questão tão onipresente e premente hoje?"

Se, para as demais disciplinas, o espaço público é tema que se encontram imbricados nas discussões sobre a democracia e o direito à cidade, sobre a esfera pública, política e social; para a arquitetura e urbanismo, o reconhecimento mesmo da necessidade de se estudar e pensar o que é um 'espaço público', se torna relevante em discussões não apenas sobre a produção do espaço urbano, mas também sobre o desenho e construção e dos espaços.

Esta discussão tem suas origens nos anos sessenta, especialmente quando surgem as críticas ao Movimento Moderno e seus resultados espaciais para a cidade e o urbano, inicialmente através de autores como Cullen & Lynch (ambos em 1960), Jacobs (1961) e Rossi (1966)<sup>3</sup>.

No Movimento Moderno, o discurso do que se refere aos espaços públicos de uma cidade utiliza principalmente o termo 'espaços livres', ou então o termo 'superfícies' ou então 'verdes'. A idéia de espaços livres, como superfícies verdes que ocupam todo o território, se apóia tanto na idéia da natureza - espaços e superfícies verdes necessárias - quanto na idéia de liberdade - espaço livre, superfície livre. Estes espaços modernistas são indiscriminados, não particularizados, não delimitados<sup>4</sup>; são espaços para a fruição do indivíduo e considerados livres das amarras do convívio pública da densa cidade tradicional então criticada. Além disto, na cidade modernista, o objeto arquitetônico é a figura, enquanto o espaço que a circunda é o fundo, o negativo, a moldura contínua que a circunda. Um espaço contínuo, que se conecta ao espaço da natureza circundante e que é recipiente dos artefatos humanos. Mas se estes espaços livres respondem às questões de expansão e modernização das cidades de então, não se configuram como propostas ideologicamente tão 'livres' quanto elas mesmas se supõem, pois correspondem a um esvaziamento da função pública/ política dos espaços urbanos: a um esvaziamento do espaço público ele mesmo.

De um modo inverso, antes disto, nas cidades tradicionais que se desenvolvem até o início do século XX, a imbricação entre espaço público e estrutura urbana instituíam uma ordem intrínseca e mais 'orgânica', mesmo quando produtos de representações do espaço (impostas, ligadas ao Poder, no sentido dado por Lefebvre, 1974).

O discurso sobre a urbanização que se intensifica no século XIX visa responder aos problemas de densidade e insalubridade urbanas do tecido urbano existente, e em parte também a uma "necessidade" de ordem e controle social nas cidades. Neste contexto, a presença de espaços públicos é gradativamente enfatizada. Em uma vertente, são propostos

parques públicos, que de certa forma buscam re-introduzir os campos e a natureza afastados pela expansão urbana. Além disto, a arborização e inserção das áreas verdes nas cidades, a inserção de equipamentos públicos e a melhoria das infra-estruturas urbanas são também as razões para uma série de propostas e intervenções que se dão a partir de meados do século.

A mais difundida destas, modelo para intervenções em todo o mundo, é a intervenção urbanística na cidade de Paris conduzida por Haussmann. Este interfere no tecido urbano dos bairros através de empreendimentos imobiliários de maior escala, mas cuja idéia central - e mais notável - é o papel espetacular do espaço público na cidade. A introdução de novas e maiores dimensões urbanas é uma renovação que, ao buscar ordenar e controlar os espaços, acaba por valorizar a imagem do espaço público e assim, a da cidade. Além de tudo, o contexto de Paris é emblemático porque nela se dá um florescimento de uma cultura pública - compreendida a partir da urbanidade dos bulevares e cafés parisienses, espaços dos artistas, dos *flâneurs*.

Harvey (2006) trata especificamente de como a conformação do espaço público urbano pode influenciar a política na esfera pública, a partir da Paris de Haussmann. Similarmente, vemos que a maioria dos autores que buscam recuperar a noção do espaço público e, indiretamente, de suas relações com a esfera pública, tende a empreender antes de tudo alguma volta ao passado, desde a ágora aos bulevares, para delimitar as necessidades e funções simbólicas das cidades.

Esta busca, quando se insere especificamente nas temáticas ligadas à arquitetura e urbanismo, muitas vezes corresponde também a estudos sobre as tipologias urbanas tradicionais e suas funções para a cidade. Alguns destes tentam extrair padrões atemporais no modo de construir (Alexander, 1977), para conformar metodologias de projeto que são aplicáveis ao espaço público. Outros arquitetos-autores, como Rob Krier (1975) e Rossi (1966) as incorporam mesmo às suas estratégias próprias de projeto urbano e arquitetônico<sup>5</sup>. De todo modo, ao buscarmos a noção de espaço público hoje, é impossível não contrastar o presente com estas tipologias, que são outras conjunturas espaciais de sociabilidade e de construção imagem da cidade.

Para a arquitetura e urbanismo, a questão que se coloca é aquela da definição do público - qual grau de acesso, visibilidade, domínio, uso e apropriação o definem como tal e facilitam a sua função como espaço público, ou mesmo como esfera pública. É constatada a necessidade de uma forma urbana que o estructure - e que se contraponha à indefinição dos espaços 'livres' do MM. A noção de projeto urbano nasce também desta necessidade mesma de se configurar e estruturar a cidade segundo os seus espaços públicos, pois, como nos lembra Panerai (1994) há uma primazia do espaço público, pois esta é a estrutura fundamental sobre a qual se apóia a grande duração, que assegura a permanência da cidade. Metodologicamente, autores da disciplina sugerem também critérios qualitativos para uma valorização dos espaços públicos da cidade - como aqueles que propõem Alexander (1977), Lynch (1981) e Carr *et al.* (1992). Há também outras referências que nos dizem sobre o papel dos espaços públicos nos projetos urbanos (como Borja & Muxí, 2001) ou então que analisam os processos de degradação das cidades que ainda ocorrem

devido aos padrões urbanos que constituem uma desestruturação do espaço público: a privatização ou a fortificação da cidade (como fazem Caldeira, 2000; e os artigos em Sorkin, 1992). Por fim, outras discussões se encerram mesmo na própria possibilidade do espaço verdadeiramente público: as armadilhas que as noções mesmas de espaço público e esfera pública encerram (Calhoun, 1992; Deutsche, 1996, 1998; e Harvey, 2006).

Dentro de um quadro tão extenso, para entendermos a questão, introduzimos aqui preliminarmente algumas definições. Em seguida, dentro dos procedimentos da tese, para construirmos o conceito de 'espaço público' desdobramos os sentidos de espaço público em seus atributos.

Não adotamos apenas uma seqüência temporal (como o faz Habermas, 1962) porque, embora consideremos a evolução do termo, julgamos fundamental que cada um destes aspectos seja apresentado a cada vez sincrônica e diacronicamente. Habermas identifica, através da evolução da noção de esfera pública, muitas das questões sobre como a comunicação, a crítica sobre a política e sobre a arte, a interação entre grupos sociais e entre estes e o Poder público se desenvolvem na história ocidental. Consideramos que isto é essencial para compreendermos a evolução do papel simbólico e das funções dos espaços públicos na cidade. Assim, mesmo sabendo que o conceito de público e seus reflexos no espaço devam ser compreendidos sincronicamente, no seu contexto espacial e temporal, citamos brevemente alguns destes momentos por reconhecermos vestígios das origens e usos passados no presente<sup>6</sup>.

Um outro aspecto é que julgamos que uma análise dos aspectos do espaço público a partir do seu emprego se justifica pelo fato de que o termo 'público' pode embutir acepções aparentemente contraditórias, que podem levar a uma compreensão bem diversa do sentido original ou mesmo do sentido desejado para o espaço público. Portanto, enfatizamos a aplicação/ significação do termo, buscando no passado alguns de seus fundamentos para o presente e algumas de suas permanências para cada um dos aspectos/ categorias do espaço.

Por fim, notemos que o sentido do espaço público se aproxima em teoria daquele de um lugar público. O seu papel como espaço social e político, de convívio e negociação, é evidente. A questão do espaço público é tratada por nós como política? Sim. No sentido da pólis, que encerra uma participação dos cidadãos, uma voz e uma vida ativa, própria - e não apenas uma fala e vida natural. Antes de tudo, a questão é de acesso e engajamento de pessoas e grupos sociais com a criação de um espaço (social, como nos lembra Lefebvre) e, por outro lado, na capacidade deste espaço de atender e fomentar a esfera pública.

Em resumo, o que se segue aqui é uma análise do espaço público a partir do seu caráter público. Consideramos o emprego e evolução dos termos essencial para uma compreensão abrangente dos sentidos de público. O 'público' designa originalmente aquele que é do povo e o que não é privado, e se estende para designar o poder que representa o povo, em seguida, 'o público' é a platéia de uma representação, ou então o consumidor-alvo da publicidade. Assim, estudamos aqui esta seqüência de visões do espaço público como: **espaço do povo; espaço não privado; espaço do poder público; espaço da esfera pública; espaço do público; e como o mundo comum.**

Adiante-se que o espaço público se diferencia do espaço 'privado' e do espaço 'coletivo'; e, por outro lado, concretamente se efetiva tanto em 'espaços livres públicos' quanto em 'edifícios públicos'; ou então se define a partir de seu 'acesso' e/ou 'domínio' público. Alguns dos significados da paisagem estão presentes na própria etimologia do termo. Porém, há outros sentidos que permitem que aqui estabeleçamos núcleos de significação, que não são categorias definitivas, nem estanques, que se seguem no próximo item.

## 2. 2 – algumas distinções iniciais dos conceitos

### 2.2.a - espaço

A palavra 'espaço' designa ora uma "extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis", um espaço livre e um recipiente; ora uma "extensão limitada em uma, duas ou três dimensões; distância, área ou volume determinados"<sup>7</sup>. Um espaço é a medida que separa, o intervalo ou 'espaçamento'; como no latim de sua origem *spatium*. Entretanto, o 'espaço' pode não apenas designar extensão e distância concretas, mas também assumir um sentido abstrato e subjetivo, e ser então apropriado para designar "um campo abrangido idealmente por determinada área dos conhecimentos e fazeres humanos", como por exemplo "espaço cultural, espaço psicológico, espaço literário"<sup>8</sup>. Portanto, pontuemos de antemão que, aqui, ao abordarmos a noção de 'espaço público', nos referimos especificamente a um espaço físico, um ambiente, como o conjunto de espaços públicos presentes em uma cidade, sítios do convívio público. Esta concretude é relevante para o campo de conhecimento no qual nos situamos - o da arquitetura e urbanismo.

Portanto, aqui, quando tratamos de 'espaço', 'espaço urbano', e também de 'espaço público', esta idéia fundamental se incorpora: o espaço público de que tratamos aqui não é uma abstração, mas um produto, e parte de um processo social. Assim, ao tratarmos do espaço público, a idéia de um espaço produzido, de um espaço social, de um vínculo homem-sociedade- ambiente, permeia nosso trabalho, tal qual a lembrança de que 'público' significa originalmente 'do povo'. Assim, o sentido de espaço público que adotamos é o de um ambiente concreto e não uma extensão conceitual tece correlações com a idéia de um ambiente construído/ apropriado pelo homem, de um espaço social. Mas não apenas notamos que um espaço social pode não ser público: um espaço público não é mesmo que um espaço social, como veremos.

### 2.2.b - a esfera pública

A distinção entre espaço e esfera pública é relevante também na medida em que, usualmente, o sentido de público em 'esfera pública' (uma expressão que vem se tornando

jargão), se refere estritamente a um caráter comunicativo e/ou político. Segundo Habermas (1964), a esfera pública é "o reino da nossa vida social em que algo aproximado à opinião pública pode ser formado" e que surge, em parte, a "cada conversa em que indivíduos privados se reúnem para formar um corpo público". A esfera pública encontra no espaço público um *medium* fértil para se desenvolver.

Portanto, não empregaremos em hora alguma a expressão abstrata 'espaço público' para designar algo abstrato, como o conceito distinto de esfera pública - mesmo que algumas referências que utilizamos o façam<sup>9</sup>. Isto se deve em parte se dever a eventuais problemas de tradução do termo em alemão '*Öffentlichkeit*' - que origina muitas das discussões sobre esfera e espaço público: este seria literalmente a 'publicidade' como o caráter do que é público. Porém, para nós, nos parece que a eventual opção por 'espaço', e não 'domínio', 'esfera', etc., é também consequência de certa necessidade de espacialização de conceitos abstratos, tornados assim mais acessíveis<sup>10</sup>.

Nas últimas décadas do século XX, os meios de comunicação se expandem exponencialmente, de tal modo que o espaço público perde sua primazia para outros meios de difusão da esfera pública. Além disto, suas funções na cidade se diversificam, e sua presença como forma e estrutura urbana é continuamente atacada por intervenções de naturezas diversas. Enxergar apenas a restrição e o declínio dos espaços públicos, após décadas de crítica urbana, não nos parece o caminho mais adequado hoje. Até porque vemos o sentido de público em 'espaço público' como algo mais abrangente. Discutiremos isto ao seu tempo aqui, mas é evidente que, em uma cidade, o espaço público é fundamental como esfera pública e como o que a torna visível e que a define e através do qual ela se comunica e visual imediatamente. Mais do que tudo, as cidades; do modo como as conhecemos; se estruturam em função dos espaços públicos - notadamente dos espaços livres públicos. Mas qual a correlação entre espaços públicos e espaços livres públicos?

### **2.2.c - os espaços (livres ou não) públicos**

Em princípio, os espaços públicos de uma cidade incluem os espaços livres de edificações e também aqueles espaços edificados de uso ou domínio público, como nos edifícios em que o poder Público se instala. Porém, muitas vezes, o emprego da expressão 'espaço público' parece se referir, mais especificamente, a um 'espaço livre público'. Como por exemplo, como na frase abaixo, Borja & Muxi reiteram a visão do espaço público da cidade como uma esfera pública:

"O espaço público é o espaço de representação, onde a sociedade se faz visível. Da ágora à praça de manifestações políticas do século XX, é a partir destes espaços que se pode relatar, compreender a história de uma cidade. " (2001: 17).

Neste e similarmente em muitos outros casos, a expressão 'espaço público' designa mais provavelmente os espaços livres públicos da cidade, como uma praça ou uma rua.

Para nós, a omissão do adjetivo 'livre' indica algo mais: a possibilidade de que os processos sociais também se desenvolvam em áreas edificadas, como os edifícios públicos. Assim, se enfatiza a inclusão e inclusive a não supressão de outros espaços à categoria de espaço público. Porque reconhece, por exemplo, que centros culturais ou cafés, por suas funções objetivas e subjetivas, podem ser mais públicos – acessíveis, disponíveis, visíveis - do que muitos alguns espaços públicos propriamente ditos.

Por sua vez, o adjetivo 'livre', que especifica um espaço é 'livre de edificações', delimita uma dimensão espacial, que se traduz em tipologias urbanas específicas. Esta dimensão encerra um vínculo maior com a questão da paisagem da cidade e seu emprego delimita também o campo de conhecimento em que este trabalho se insere – arquitetura, urbanismo e paisagismo.

Observamos também que, mais freqüentemente, emprega-se a expressão no plural- 'espaços livres públicos' - o que julgamos que dá ênfase à sua pluralidade, mas também à sua continuidade espacial variada na cidade<sup>11</sup>. Pensar em 'espaços livres', por sua vez, nos permite conjugar espaços privados e públicos para vislumbrar o ambiente urbano e suas possibilidades de conforto urbano<sup>12</sup>.

Uma consideração aparentemente esparsa: a expressão 'espaço livre público' consiste, em certo sentido, em uma reiteração (re-iteração, aliás), dos mesmos aspectos de uma idéia comum - apesar da acentuada origem e distinção entre as três palavras. Isto porque o 'espaço', quando se observa que em uma definição do latim original (*spatium*, *spatiû*) é 'o espaço livre' uma 'extensão, distância, intervalo'<sup>13</sup>. E porque 'o que é público' também se acompanha de uma liberdade de acesso e de domínio, traz consigo a circulação de idéias e de pessoas em um extenso espaço, e traz certa amplitude, ao que se soma o 'livre'.

Daí a distinção fundamental, entre o emprego das expressões 'espaço público' e 'espaço livre público'. Nesta tese, quase sempre, a expressão 'espaço público' deverá ser empregada quando se tratar efetivamente de 'espaço público' em geral, não necessariamente 'livre'. 'Espaço público' pode aqui designar 'espaço livre público'; no entanto, quando se tratar de referência a outros autores, quando então o termo 'livre' fica subentendido. Assim, em nosso trabalho, ambas as expressões serão usadas, e quando não houver margem para confusão, o emprego dará o sentido - ora abrangente, ora restrito.

Destacamos também que, na mesma estratégia, evitamos empregar expressões como espaço semipúblico ou semiprivado, ou ainda espaço pseudopúblico, salvo quando se referem a textos alheios. Assim, os espaços (1) de acesso público, (2) que assumam funções públicas, (3) ou de propriedade pública podem ser aqui primariamente chamados de públicos, mesmo com as devidas ressalvas, mesmo que não atendam aos três itens citados. Esta é parte de uma estratégia de ocupação que rebata a idéia de que o convívio público apenas diminui no mundo contemporâneo, e que novos espaços públicos não surgem. De antemão, poderíamos inclusive conjecturar se hoje a esfera pública se expandiu com as novas *media*, ou então, paralelamente, se não se ampliaram os usos públicos do espaço, apesar das grandes e graves contradições e interdições dos novos espaços para isto.

Isto significa também que enfatizamos o papel e o significado dos espaços públicos e, de certo modo, evitamos considerações sobre o 'grau' de publicidade destes. Isto nos permite inclusive reconhecer que há espaços de propriedade privada onde a esfera pública se desenvolve mais plenamente do que em outros institucionalmente públicos. O que são muitos dos bares e cafés que assumem um papel cultural na cidade? O que caracteriza um espaço como público é a presença do fenômeno do público – o que implica idealmente em uma acessibilidade e visibilidade universais.

### 2. 3 – o fenômeno do público

Antes de prosseguirmos, um preâmbulo relevante. Para compreendermos mais profundamente os sentidos do que é público, destacamos aqui o que diz Arendt (1958) sobre os dois fenômenos distintos e correlatos que se referem ao termo público<sup>14</sup>:

- 1- O fato de que público significa que **"tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível"** (*ibid.*: 59).
- 2- O fato que **"o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele"** (*ibid.*: 62).

Um desdobramento do primeiro destes fenômenos, o da visibilidade e divulgação, está presente nas transformações que se processam na sociedade em função da aparição da vida íntima em público. Arendt aponta que a intimidade de uma vida privada, cuja garantia se desenvolve plenamente na Era Moderna, "intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre à custa da realidade do mundo e dos homens" (1958: 60). Assim, a aparência pode constituir a realidade.

Deste modo, isto nos sugere que, para compreender o espaço público, é fundamental que as relações entre este e as esferas privada e pública sejam vistas através do aspecto da divulgação e da visibilidade. Ou seja, através das representações do que é público, das comunicações públicas, da publicidade, dos processos de exposição do sujeito, das representações emotivas da publicidade que hoje fazem parte da constituição e apropriação do espaço dos espaços públicos.

O segundo fenômeno decorre do fato que se o público significa o próprio mundo, e este não é idêntico à terra ou à natureza, o público tece relações com o mundo como artefato humano. Arendt faz uma analogia entre o que é público e uma mesa que reúne, porém também evita que colidam aqueles que em torno dela se sentam; e afirma que "conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum" (*ibid.*: 62).

Assim, depreendemos o público é visto por Arendt aqui como um *medium* - o intermediário das relações. Quando ela então denuncia o declínio da esfera pública,

enquanto mundo comum, ela compara este declínio ao desaparecimento súbito e sobrenatural da mesa:

"O que torna tão difícil suportar a sociedade de massa não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos este não é o fato fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. "(1958: 62).

Em outras palavras, o que Arendt aponta é que há uma situação de estranheza, de ausência de vínculo entre os homens que se dá a partir da intensificação dos meios de comunicação de massa. Longe de ser nostálgica, Arendt identifica algumas tendências que perduram até hoje. Assim, estas são as primeiras chaves para uma discussão do espaço público, e sua distinção primeira, antes de qualquer outra definição, em relação ao espaço privado, social, coletivo ou comum.

De outro modo, o que nós buscamos no espaço público é compreender o fenômeno do público no espaço, identificar possibilidades de esfera pública, mesmo que não plenamente políticas, ou mesmo que predominantemente sociais. O espaço público é o espaço que se pode ocupar sob algumas regras, apropriado, usado. E expõe o hábito, a necessidade ou o desejo de encontro, convívio, comunhão, debate, discussão ou apenas de simultaneidade de ações com o(s) outro(s). O espaço público é como uma mesa, um espaço que situa e insere seus convivas, para que estes se vejam e para um começo de conversa.

## 2. 4 - o espaço público como espaço do povo

Penetrando na raiz etimológica de público, observamos este vem do latim *publicus* (*publica, publicum*), tido como o adjetivo de 'povo' (do latim *populus*)<sup>15</sup>. Atingimos assim a primeira acepção de público: o que é relativo ou pertinente ao povo, a uma coletividade, o público é 'concernente ao público, do público, que é de interesse, utilidade do público, que é propriedade pública'.

Consideramos então aqui, primeiramente, a noção de espaço público a partir da relação entre público e povo. Um espaço que seja do Ser 'do povo' significa que não restrições de acesso não são impostas, que é 'de todos', 'para todos'.

O caráter de 'público', 'do povo', denota, antes de tudo, uma jurisdição. Pelas definições que são dadas pelo direito romano, "A *res publica* é a propriedade que é acessível em geral ao *populus*, é a *res extra commercium* que não é julgável pelo direito regulador da vida dos *privatii* e seus bens; por exemplo: *flumen publicum*, *via publica*, etc. " (Kirchner, 1949; *apud* Habermas, 1962:261)<sup>16</sup>. Esta *res publica*, a 'coisa pública', é da propriedade de todos; um bem comum. . Em outras palavras, o espaço público acessível, visível, seja ele uma praça, um rio ou uma via, constitui esta coisa que é pública porque é do povo, é de todos.

Se o termo 'público' e seus desdobramentos legais vêm de Roma, a noção original de espaço público que investigamos deriva do modelo ideal que se constitui na pólis grega, como já vimos. Daí, o que não escapa a uma ressalva, portanto, é que, na Grécia antiga, apenas uma minoria de pessoas possui status de 'cidadãos', ficando excluídos os escravos e as mulheres na sociedade escravocrata e patriarcal. São estes, junto com os bárbaros, os já citados *aneu logou*, ou seja, aqueles que não tinham voz na esfera pública. Assim, a pólis; a cidade-estado da democracia, do princípio de governo do povo, do público; embute em si mesma uma hierarquia social em verdade altamente excludente.

Assim, neste sentido, a analogia proposta por Arendt, do público, do mundo, como uma mesa, que une e separa simultaneamente os que nela se sentam também se aplica neste caso. Mas em um outro sentido: a mesa pressupõe convivas; porém, sabemos que, não se sentam a uma mesa 'todos', ou 'qualquer um', mas sim os convidados, os membros de uma assembléia. Assim, podemos dizer que a esfera pública de uma pólis pressupõe concidadãos na mesa pública.

Podemos dizer que, apesar de tudo, a idéia recorrente da pólis como um foro político comum em que todos os membros têm voz, implica na idéia de que "a pólis teve sua origem no desejo de Justiça" (Kitto, 1951: 34). Para compreendermos este aparente contrasenso em face dos *aneu logou*, inserimos aqui uma distinção entre a igualdade e a justiça, de modo que:

"A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam nem governo nem governados." (Arendt, 1958: 42).

Os filósofos gregos acreditavam ainda que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política, da pólis; e que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico do lar privado (*op. cit.*). Deste modo, justificativa-se para a força e violência do déspota na esfera privada - por exemplo, contra os escravos e as mulheres-; o que seria o único meio de vencer a necessidade, e assim alcançar a liberdade. " (*op. cit.*: 40)<sup>17</sup>. Portanto, a esfera pública da *pólis*, dos cidadãos, na Grécia antiga, é a esfera da liberdade. Inversamente, a esfera privada da *oikos*, em que os déspotas (os próprios cidadãos) dominam família e escravos, é a esfera da grande desigualdade.

Assim, mais precisamente, a esfera de convívio entre iguais da pólis pressupõe a existência de desiguais - e o sentido de justiça não corresponde a uma igualdade substantiva. Assim, o espaço público da pólis é somente possível pela igualdade e homogeneidade.

Aqui, o que nos importa enfatizar não é o fato – paradoxo ou não- de que o modelo de esfera pública da pólis tenha nascido apenas para aqueles que têm estatuto de cidadãos. Nem o fato de que, a esfera pública burguesa a partir da Renascença (como nos descreve Habermas) em verdade exclui as classes 'inferiores', embora possa incluir os indivíduos com inserção cultural, pois a inclusão era um princípio<sup>18</sup>. Muito menos do fato de que, de todo modo, mesmo uma esfera pública representativa possa excluir, em diversos aspectos, o povo como um todo.

No que se refere à visão do espaço público como aquilo que é do povo, como de todos; esta tese visa verificar as persistências- ou não- do próprio princípio do público, na cidade de hoje. Então, nossa tarefa é verificar as possibilidades de acesso e inclusão de pessoas e grupos sociais nos espaços, apesar de todas as desigualdades sociais existentes. Como a inclusão do povo se dá nos espaços públicos? Com o espaço reflete os princípios da cidade?

Notamos que a exclusão social de pessoas e grupos sociais e a concentração de renda ocorrem em graus descomunais em todo o mundo<sup>19</sup>. Certamente, os efeitos desta desigualdade se refletem nos espaços públicos em todo o mundo (ver Davis, 2006; e Deutsche, 1996): pobreza urbana, informalidade, má conservação, poluição urbana. O que nos surpreende, porém, é notar como persiste a situação de desigualdade, mesmo sendo lida por todos – pelos iguais e pelos 'mais iguais' - como um problema. Isto nos lembra Arendt, que diz que há no mundo moderno o reconhecimento político jurídico do fato da igualdade; ou seja, a sociedade que iguala conquistou a esfera pública, e assim, a igualdade é vitoriosa, o que a distingue da igualdade da pólis (1958: 51). Assim, se instaura o constante paradoxo de se trabalhar o espaço público diante de um ambiente desigual. A cada melhoria, há que se perceber para quem isto é feito, se para todos ou para alguns (sejam estes do andar de cima ou do de baixo) e as razões custos e benéficos localizados ou mais extensíveis do caráter de um projeto ou da localização da benfeitoria – ali ou mais adiante.

Estabelecida a igualdade legal, porém, nas democracias ou quase democracias atuais, a voz de cada um não é escutada na esfera pública, nem a presença no espaço público é assegurada. Seja por restrições 'práticas', seja pelas condições mesmas da desigualdade social e segregação espacial.

Podemos dizer que uma destas restrições práticas é a própria dimensão do corpo público. Olhando o modelo ideal da acessibilidade dos cidadãos da Grécia antiga, há que se observar que o tamanho da pólis permite que cada um interpele o outro pessoalmente; e, além disto, a sua escala permite que se tenha um alcance " da vida inteira da pólis, e a relação entre as suas partes" (Kitto, 1951: 35). Deste modo, dizer que " é tarefa de todos ajudar à pólis" não se trata de uma abstração, mas algo simples e urgente: "Os negócios públicos tinham um caráter imediato e concreto que hoje não podem possivelmente ter para nós" (*loc. cit.*). Assim, como acredita Arendt:

"Os gregos, cuja cidade-estado foi o corpo político mais individualista e menos conformista que conhecemos, tinham plena consciência do fato de que a pólis, com sua ênfase na ação e no discurso, só poderia sobreviver se o número de cidadãos permanecesse restrito" (*op. cit.*: 52).

Ela sugere ainda que, se a população de qualquer corpo político é maior, é mais provável que "o social; e não o político; constitua a esfera pública" (*ibid*: p. 52). Assim, ela também vincula o agrupamento de uma multidão a uma inclinação quase irresistível na direção do despotismo, seja o despotismo pessoal ou o do governo da maioria - ou seja, a uma ausência de democracia. Sem nos aprofundarmos nas temáticas sociais e políticas para as quais Arendt aponta, mas transpondo-as para o olhar deste estudo sobre os espaços

públicos da cidade hoje, essas observações nos parecem preciosas. Elas apontam para o problema de escala - do espaço público e também da cidade. Mas aí param as analogias possíveis entre pólis e cidade? Podemos pensar então que as cidades hoje não são as pólis, e dar participação e voz a todos é uma tarefa não apenas complexa, mas impossível, e que as contradições e conflitos nos espaços públicos refletem isto. Porém, o espaço público é muito mais do que mero espaço da esfera pública ou um reflexo do tipo de esfera pública do seu contexto.

Outra restrição prática à acessibilidade dos espaços públicos se deve também à ampliação das dimensões contemporâneas das cidades tanto em extensão territorial, quanto em densidade, fluxos e/ou número da população, pois muitas vezes não há uma quantidade e distribuição adequada dos espaços públicos nas cidades. E mais ainda, se estes estão disponíveis, ou mesmo se há neles áreas que concretamente possibilitam que haja usos e apropriações diversos (descontadas as 'sobras rodoviárias'). Além disto, muitas vezes, a desigualdade da sua distribuição pode se apresentar bem claramente seguindo a estrutura da segregação espacial das classes no espaço intra-urbano<sup>20</sup>, e mesmo a alocação diferenciada de recursos pode acentuar uma extrema diferenciação: mais para quem tem mais e menos para quem tem menos. Em decorrência, podemos dizer que a disponibilidade de espaços públicos e a sua própria qualidade construída evidenciam a reação (ou inação) do poder público (e daqueles que representa, em última instância) diante das desigualdades sócio-econômicas.

O que é o espaço do povo? No sentido mais abrangente, que se impõe idealmente, um espaço do povo é maior do que uma comunidade, os habitantes de um lugar, os usuários de um espaço ou os moradores. Mas, também, 'o povo' não se refere apenas, como induz o emprego usual da palavra, a um 'povão', *i.e.*, às camadas mais pobres, a 'plebe'<sup>21 22</sup>. O povo são todos.

Daí o caráter da acessibilidade ser fundamental para esta acepção do público. Sob o enfoque do projeto dos espaços, a acessibilidade é também um termo restrito que se refere ao atendimento de portadores de necessidades especiais, e que constitui inclusive uma norma cujo objetivo é implementar o dito acesso universal. Mas a questão da acessibilidade, em um sentido abrangente, tem relação com o acesso aos bens públicos, e depende do estatuto de cidadania conferido a todos. Em outras palavras, com a existência de uma estrutura social e política que seja democrática e inclusiva. O espaço público traduz estas relações.

Lynch (1981) sugere que o acesso é uma das características gerais que se relaciona à boa forma da cidade, uma qualidade de suas 'dimensões de execução'<sup>23</sup>. Ele define acesso como "A capacidade de encontrar as outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou lugares, incluindo a quantidade e diversidade de elementos que podem ser alcançados" (p. 117) e propõe a melhoria dos acessos físicos, dos meios de transporte na cidade e da legibilidade do sistema, embora reconheça que há obstáculos financeiros, psicológicos e sociais. A partir disto, podemos compreender a acessibilidade ao espaço público não apenas através da abertura e ausência de barreiras, mas também da facilidade de acesso por sua distribuição e quantidade na estrutura urbana e da sua disponibilidade.

De fato, o que ocorre nas cidades é que "cada cidadão tem acesso a muitos poucos espaços privados, enquanto que os espaços considerados públicos são acessíveis a todos e a cada um dos cidadãos, e por esta razão estes se tornam politicamente democráticos" (Carrera, 2002: 97). Esta é uma função central dos espaços públicos de uma cidade: prover espaços de convívio e fruição que são impossíveis de se efetivarem no espaço privado disponível de todos - também por sua escala e abrangência e interconexão.

Os espaços públicos de uma cidade são aqueles que efetivamente são vistos e divulgados por todos, e que tornam uma cidade 'visitável' *per se*, desejável para os visitantes. Contemporaneamente, as cidades não visíveis e não acessíveis podem ser valorizadas como locais para congressos e convenções, mas notamos que o que torna uma cidade competitiva globalmente como cidade - e não mero pólo de atividades econômicas - é sem dúvida o seu ambiente urbano. Especialmente se nelas há espaços livres públicos que condensam positivamente a imagem da cidade.

Socialmente, consideramos que a disponibilidade de espaços públicos é crucial para a socialização e convívio urbano de todos. Se para os grupos de menor renda este é muitas vezes o único espaço disponível para o convívio social, mesmo para os mais ricos o espaço público pode ser indispensável. Reconheçamos que, uma medida de riqueza e de poder pode ser "o aumento do número de espaços aos quais um cidadão tem acesso"(Carrera, 2002: 97<sup>24</sup>). O que notamos é que há uma questão de escala: mesmo dentre os espaços privados e coletivos maiores mais ricos, nem todas as grandes vistas de dimensões urbanas estão disponíveis, nem todos os esportes são realizáveis e nem todo tipo de comércio é realizável. O espaço coletivo não consegue se apropriar de todas as dimensões da paisagem pública, do lugar público tradicional. Então, por fim, explorar, ocupar, dominar, usufruir do espaço público parece se constituir como um desejo de todos, mesmo que de modos diferentes e com visões de mundo e de sociedade diversas.

Não se pode deixar de comentar outra contraposição que Arendt (1958) faz entre a igualdade da pólis, que pressupunha competição e a realização de feitos, e aquela da sociedade de massas do século XX. Ela aponta que a 'igualdade' (reconhecida legalmente) corresponde hoje a uma substituição da ação pelo comportamento; a uma conduta uniforme e intolerante a diferenças de comportamento; e a um conformismo inerente; e sugere que assim, na cidade de hoje, a esfera social se mistura a uma esfera política (*ibid*: 42). Assim, temos que notar que a própria noção de igualdade pode ser apropriada para sugerir, em relação aos espaços públicos, que há ou que 'deveria haver' uma unidade dos usuários. Esta é uma crítica muito presente no contexto norte-americano, no qual o reconhecimento das diferenças é crucial para que sejam dirimidos os intensos conflitos étnicos, sociais e culturais. Deutsche, por exemplo, aponta que o discurso urbano contemporâneo se apropria do slogan 'qualidade da vida urbana', de modo que este "em seu uso predominante incorpora uma antipatia profunda aos direitos e ao pluralismo" (1996: 275).

Nesta tese, resolvemos enfatizar o que é esta igualdade no espaço público, adotando por vezes o termo equidade, que pode designar mais propriamente uma igualdade de direitos, incluindo ainda mais um reconhecimento de diferenças do que uma uniformidade social nos usuários. Ou seja, a igualdade incorpora a diversidade.

Por outro lado, pensar que há igualdades diversas nos parece que pode sugerir que os espaços públicos devam conter especificidades de uso ou de usuários. Porém, o que notamos é que espaços considerados democráticos tendem a ser flexíveis: podem ser harmoniosamente compartilhados por grupos de interesses distintos ou mesmo conflitantes. Mesmo que eventualmente se delineiem territórios, a presença de equipamentos não é determinante apenas para um tipo de usuário e as demarcações não são restritivas. Portanto, o desafio da construção do espaço público é acomodar diferenças sociais e atender às múltiplas necessidades dos usuários em função dos espaços disponíveis hoje.

É emblemático desta pluralidade o modo como em alguns espaços, os usos e apropriações se distribuem em territórios demarcados pela apropriação de trechos dos espaços públicos, mesmo que não haja equipamentos em particular que sugiram divisões formais de uso e tipos de usuários. Nestes casos, grupos sociais, estes muitas vezes podem conviver e misturar-se, porém se mantêm em mundos paralelos. Assim, mesmo em espaços ditos democráticos, determinados trechos podem ser ocupados, preferidos ou preteridos por alguns grupos mais homogêneos ou então podem ser harmoniosamente compartilhados por grupos de interesses distintos ou mesmo conflitantes<sup>25</sup>. Os territórios se constituem independentemente da presença de barreiras e restrições de acesso, e são criados por grupos sociais distintos - ligados a gerações, tribos e afiliações de todo tipo. Mesmo se consideramos em dado espaço público que há certa 'isomorfia', como discute Gomes (2002) em relação às praias, que poderia fazer supor uma tendência à 'indistinção de frequência', não é isto que ocorre. Há delimitações por grupos sociais que se devem às inúmeras relações que se dão fora deste espaço.

De modo similar, a falta de acesso ou disponibilidade dos espaços públicos não é obviamente o que causa a exclusão social. Ainda assim, isto não impede que as desigualdades sociais sejam manifestadas ou reiteradas no espaço público - de um modo ou de outro. Em determinados contextos, há restrições ao acesso a espaços públicos, seja por processos de privatização destes, seja pela presença de contextos políticos autoritários ou então de sociedades etnicamente divididas<sup>26</sup>. A exclusão também ocorre em espaços públicos ou em áreas urbanas mais vastas das cidades devido a restrições mais sutis: a dita 'expulsão branca'<sup>27</sup> dos grupos de menor renda que ocorre pela melhoria da qualidade urbana: pelos novos custos, pela nova organização e qualidade dos equipamentos, ou por eventuais novos espaços privados ou novos usos do solo. É o que se pode chamar de 'gentrification', a elitização ou enobrecimento de áreas que as torna seletivas, restritas.

'*Gentrification*', um termo norte-americano, designa mais comumente os processos causados por renovações urbanas ou por revitalizações urbanas, que acabam por expulsar as camadas de menor renda da população<sup>28</sup>. Assim, é a transformação de áreas urbanas existentes em áreas exclusivas ou quase exclusivas para uma elite sócio-econômica, que ocorre mesmo que de modo não direto explícito, ou mesmo não intencionalmente.

Deste modo, as delimitações visuais do território, as dificuldades e o controle de acesso podem fazer com que um espaço público assuma uma progressiva separação entre classes sociais, entre o público e privado, entre coletivo e público. Note-se, porém, que um projeto

arquitetônico, paisagístico ou urbano instala ou reitera práticas sociais mais ou menos excludentes, embora não exatamente as determine.

De todo modo, os espaços públicos são disputados em uma cidade. E a sua ocupação de dá pelos usos e apropriações efetuados tanto por cidadãos quanto por 'excluídos'<sup>29</sup> de todo tipo, desde trabalhadores do mercado formal e informal, à sem teto e literalmente aos 'marginais'<sup>30</sup>. Se há 'usos conformes' com a lei, com o projeto, ou com uma imagem desejável, mas também diversas outras atividades não previstas ou pretendidas formalmente. Há atividades de diversos graus de formalidade-informalidade, legitimidade-ilegitimidade, legalidade-ilegalidade. E uma série de atores sociais diversos se instala, mas não sem problemas.

Assim, consideramos que no espaço físico, ambas as estratégias de ocupação dos espaços, elitização dos espaços ou moradias ocupando as calçadas, consistem em formas de privatização dos espaços públicos. Elas demonstram a incapacidade pública, social e política de lidar com a questão da desigualdade social em várias instâncias, que se reflete nas ruas.

A partir disto, há diversas representações de exclusão/ inclusão que são impostas pelo poder público através do planejamento urbano, dos projetos de arquitetura, urbanismo, e paisagismo que afetam substancialmente a cidade. Pelo que observamos; a distribuição dos espaços públicos no espaço intra-urbano, a sua qualidade construtiva e projetual, o tipo de equipamentos adotados, a conservação, reforçam a segregação espacial. Esta é uma idéia de espaço público. Do ponto de vista do conjunto da cidade, consideramos que, exceto em casos especiais de lugares e usos excepcionais, não se deve introduzir diferenças brutais entre espaços públicos periféricos e centrais, além das que já há, e sim principiar de diretrizes de projeto mais gerais, antes de considerar apenas características locais.

A outra questão do projeto e da gestão dos espaços públicos de hoje- e de sempre- é aquela do trabalho instalado em áreas públicas, formal ou informalmente. Além do controle de mercadorias e relações de trabalho pelo poder público, a possibilidade de instalação formal de alguns destes pelo projeto e pelo gerenciamento depende de decisões quanto à quantidade, dimensões e localização. Mas um fator que não podemos deixar de citar é que estes, por mais que constituam uma cultura das ruas, e atendam às necessidades da população, também representam privatizações do espaço.

No caso do comércio informal, que se legitima menos pela lei do que pelas carências e necessidades em um contexto de desemprego e subemprego, pode haver uma aceitação do público consumidor. Mas não podemos esquecer que há outras questões, como os conflitos que se instauram entre estes atores ou com o poder público. Frugóli Jr. identifica que há regras subterrâneas que demarcam e se apropriam do espaço público, relações de poder e também uma 'regulamentação informal' das relações de trabalho, de modo que podemos dizer que:

"Da perspectiva de um acesso igualitário ao espaço público, num sentido radical, a lógica de ocupação do espaço por tais redes também reproduz, de certa forma, um princípio não-democrático...."(1995:41)

De todo modo, os inúmeros ambulantes nas ruas, praças e parques constituem uma esfera social que pode inclusive se conjugar a manifestações culturais, seja através de grupos sociais que neles encontram expressão, seja nas novas possibilidades de uso que podem colocar - apontando para as necessidades não consideradas no projeto, na gestão e nas inovações nos espaços públicos.

Assim, embora do ponto de vista crítico, reconhecamos que a esfera social se impõe sobre a política e participativa, nos espaços públicos, e que a esfera pública então de certo modo se perde, podemos também considerar o que positivamente aponta Habermas sobre uma pluralização da esfera pública: "ao lado da esfera pública hegemônica e entrelaçada a ela, uma esfera pública plebéia se forma" (1990: IV) <sup>31</sup>. Além disto, ele comenta sobre a existência de uma "dinâmica interna de uma cultura popular", e para o fato de que esta não é um simples meio passivo, e que os mecanismos de exclusão não neutralizam efeitos contrários<sup>32</sup>. Aqui, lembrar que há uma distinção entre cultura pública e cultura de rua também se faz necessário: a segunda pode ser um tipo de privatização. Mas consideramos que a afirmação de Habermas é interessante, por exemplo, quando se trata de abordar a pluralidade do acesso e da visibilidade dos espaços públicos para as manifestações culturais contemporâneas e o seu papel de reação e fomento, mesmo que paulatino, da inclusão social, política e urbana.

Na verdade, se o espaço deve atender a todos, é relevante que os espaços atraiam usos de todos os grupos sociais, inclusive aqueles de maior poder aquisitivo. Inclusive porque são estes os que primeiro se retiram aos espaços privados e coletivos em situações de violência e descontrole das condições do espaço público. E não apenas pelo seu poder de consumo - e consumo cultural. Em grande parte, é isto que faz com que os espaços contemporâneos de encontro sejam hoje os condomínios e os shoppings. Nos shoppings, aliás, apesar das restrições ao acesso, há algum grau de compartilhamento entre diferentes grupos sociais<sup>33</sup>. Assim, não se trata apenas de evitar os riscos de gentrificação de um espaço público, mas sim de equilibrar os custos benefícios aos grupos sociais locais e extralocais – visitantes e passantes da cidade como um todo.

Gomes (2002) demonstra a força de espaços públicos significativos na comunicação entre os diferentes, como intermediários no diálogo. Ou poderíamos usar a analogia de Arendt: o espaço público como a mesa que separa e reúne.

Esta diversidade de usuários é essencial, e pode ser dinamizada pela diversidade dos usos do solo. Harvey (2006) considera que somente com uma modificação no uso do solo dos espaços privado e institucionais, as melhorias efetivas no espaço público se dão, e se utiliza do exemplo da "genialidade de Haussman em executar esta simbiose no solo", mostrando a importância da conectividade para que o caráter do espaço público conte politicamente para a cidade. Isto aponta para o fato de que a estrutura urbana é fundamental também para o acesso público, como inclusive constata Jacobs sobre os danos à vitalidade das ruas de uma cidade causados pelo *zoning* e pela presença de barreiras diversas, como os grandes lotes e instalações e privados. Em campo, nós já constatamos em estudos anteriores o efeito dos usos do solo e da presença ou não de aberturas dos lotes urbanos sobre os usos e apropriações dos espaços públicos de um bairro (Maya-Monteiro, 1998). Porém, aqui

argumentamos que, além de aspectos do próprio do desenho e gerenciamento do espaço público, os modos como se dá a articulação deste espaço público com o lugar da cidade e com a paisagem urbana podem fazer com que o espaço público ultrapassar a questão da estrutura urbana. O exemplo dado por Gomes, ao tratar das territorialidades inscritas nas praias, é emblemático desta relativa independência dos espaços públicos - usos e conteúdo social - em relação ao conteúdo social das áreas privadas contíguas.

Por fim, alcançar um espaço que seja de interesse, que pertença e seja útil para um povo demanda uma distribuição mais equânime deste, e implica na sua acessibilidade e disponibilidade a todos. Mas antes de tudo, isto depende de haver justiça. Lynch (1981), ao propor critérios para boa forma urbana, reconhece a justiça como um meta-critério que requer que uma participação substancial das pessoas e um foco nos grupos menos favorecidos. E a define como "o modo como os benefícios e custos de cada meio são distribuídos entre as dimensões e as pessoas (...) o critério que equilibra os ganhos entre as pessoas e a eficiência entre os diferentes valores diretamente relacionados com a cultura"(*ibid.*: 117).

Reconhecemos ainda que isto, sem dúvida, envolve uma participação dos homens privados na construção de uma esfera pública, e na representatividade e controle do poder público, mas antes de tudo, em uma delimitação dos interesses privados diante dos públicos.

Citemos mais uma vez Gomes, que aponta que cidadania, exclusão e comunidades territoriais são "temas ligados às ciências política e jurídica", porém reconhece que "estas categorias têm implicações diretas sobre a dinâmica espacial (...)" (2002:216). Deste modo, para as disciplinas ligadas ao projeto do espaço urbano, interessa como são estas implicações, mas também como as dinâmicas do espaço público podem interferir ou apresentar argumentos para estas questões sociais.

Em resumo, aqui apresentamos alguns dos princípios do que é a coisa pública, no que se refere à inclusão de 'todos' do povo. Neste aspecto, ligado ao direito à cidade, se inserem outras problemáticas além daquelas da exclusão e as barreiras ao livre acesso. O sentido de público se mistura aos problemas da representação e da representatividade, tanto do poder do Estado (poder público) quanto de outros poderes, presentes, por exemplo, nos meios de comunicação. Mistura-se também às permeabilidades entre o público e o coletivo-especialmente no espaço- e às interpenetrações e divergências entre os interesses públicos e privados.

Destacamos então o que Borja & Muxi, ao comentarem sobre as dinâmicas de privatização do espaço público e da submissão ao mercado, apontam:

"Não é uma questão técnica ou um debate de urbanistas. É um debate de valores culturais: convivência ou insolidariedade, justiça social ou mais desigualdade, participação cívica ou anomia do espaço"(2001:21).

## 2. 5 – o espaço público como espaço não privado

Assim como a noção de 'público' (*publicus*), a noção de 'privado', do latim '*privátus*', que significa originalmente 'pertencente a cada indivíduo; particular, próprio, individual'<sup>34</sup>; se originam da tradição grega, através do direito romano.

Como vimos, a *res pública*, a coisa pública, tem seu caráter delimitado no antigo direito romano, em oposição à coisa privada. O espaço público então, seja ele uma rua, praça, um elemento natural ou um edifício público, é aquele está fora da jurisdição dos proprietários privados e fora de seus negócios - a *res extra commercium*.

Esta delimitação entre os interesses privados e públicos, quando se trata do espaço , implica em um primeiro sentido, o de propriedade. Assim, conforme indica Panerai (1994), o espaço público é uma formalização do jurídico, de modo que o traçado de um alinhamento é o desenho de um limite de direito, que efetua a separação entre dois domínios: o público e o privado.

Uma divisão entre o público e o privado não foi estabelecida sem conflitos, ao longo da história. E há controvérsias, mesmo quando o direito regule e registre esta separação. Uma volta na história pode iluminar algumas questões sobre a relação entre a esfera pública e a privada.

A oposição entre público e privado tem relação com a oposição entre a aquilo cujo domínio ou acesso é comum e o que é particular. Assim, aponta Habermas (1962), às noções clássicas de *publicus* e *privatus* correspondem respectivamente as noções de 'comunal' (*gemeinlich*) ligadas e de 'particular' (*sonderlich*), que são advindas da antiga tradição jurídica germânica.

O domínio comunal é coisa pública, *publica*; o chafariz, a praça do mercado são 'públicos', acessíveis à utilização comum, eles são *loci communes, loci publici*. Diante desta 'esfera comum' (*Gemeine*), que a história da língua refere ao bem comum ou ao bem público (*common wealth, public wealth*), encontram-se a 'esfera do particular' (*Sonderinteresse*) e os 'interesses privados' (*Privateinteresse*). " (*ibid.*: 18)

Na Grécia antiga, a oposição entre a esfera pública da pólis, aquela comum a todos os cidadãos livres, se dá a partir do fato de que esta é "estritamente separada da esfera de *oikos* (casa) que é própria (*idia*) a cada indivíduo" (*ibid.*:15). Habermas nos descreve brevemente este contexto, em que ação conduzida em comum e o diálogo, que constituem o convívio público entre cidadãos; embora se desenvolvam no espaço público da ágora, dependem em grande parte da manutenção de uma esfera privada. Primeiro, porque os cidadãos podem se dedicar à pólis por estarem liberados, em um sistema patriarcal e escravagista, do trabalho produtivo, eles são chefes, mestres de uma casa (*öikodespotès*). E este estatuto de cidadãos depende da riqueza e da posse de escravos, sem as quais o acesso à pólis é interdito, há a proscricção (ostracismo) e a expropriação dos seus bens. Assim, as misérias da existência e a conservação dos meios de subsistência são escondidas nos

limites da *oikos*. Como aponta Arendt, "a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar"(1958:40). A tirania, o 'despotismo', se mantém nos limites do privado, onde o cidadão é o senhor absoluto. Por outro lado, pólis é a esfera da liberdade, e nela ocorre a competição entre os iguais. De todo modo, é certo que "a posição que se ocupa na pólis repousa sobre o estatuto de *öikodespotès*" (Habermas, 1962: 15).

Deste modo, na Grécia Antiga, a separação entre a esfera privada da *oikos* e esfera pública da *pólis*, implicava, para o cidadão, no fato de que a vida pública era uma segunda vida, à qual nem todos tinham acesso. A vida pública era permitida ao cidadão, mas os demais eram 'privados' desta - ficando restritos à *oikos*. Assim, a esfera pública se desenrolava na pólis, nos espaços livres públicos da ágora.

Nas cidades do Império Romano, esta esfera pública vai para o espaço fechado do Fórum. E a esfera pública perde gradativamente o seu caráter político- da pólis- para uma esfera do bem comum da sociedade, o que pode ser representado inclusive pela já citada tradução da frase de Aristóteles, de 'político' como 'social'. De todo modo, tanto quanto na Grécia, se mantém um abismo entre a vida privada e a pública.

Já na Idade Média, podemos praticamente não há este abismo. Há uma interpenetração entre as esferas pública e privada que se reflete tanto nos domínios do senhor quanto nos espaços da esfera privada. Além disto, "o conceito medieval de 'bem comum', Arendt nos aponta, "longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que os indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum" (1958:44), e que sua privatividade é conservada quando um deles se encarrega de zelar por estes interesses comuns. Podemos considerar então que, de um modo absoluto, a esfera pública não aparece na Idade Média como um domínio próprio, separado da esfera privada.

Um contraponto: o paralelo que faz Arendt, no entanto, ao se referir à "tensão medieval entre a treva da vida diária e o grandioso esplendor do que era sagrado corresponde à tensão do privado ao público da antiguidade" (1958: 43). Ela nos lembra e que, a após a queda do Império Romano, foi a Igreja Católica que ofereceu ao homem um substituto para a cidadania antes outorgada exclusivamente pelo governo<sup>35</sup>. Assim, ela sugere que, inversamente, ainda se mantinha de algum modo alguma separação entre o político e o privado na Idade Média.

Porém, sob outros aspectos, o caráter de público e privado se mistura no medievo. Primeiro, porque o estatuto do Senhor não é privado nem público. A um só tempo, os espaços sob o domínio de um Senhor, assim como seus bens e seu próprio papel na estrutura social são públicos e privados. Assim, há ambigüidades no emprego dos termos: o que é do senhor é privado dele, mas o que é público também é dele, ou seja, "aquilo de que ele é depositário representa este estatuto publicamente" (Habermas, 1962: 19). Sob este ângulo, portanto, o domínio do particular no feudo se constitui como "a base do que é público" (*ver op. cit.*).

Segundo, porque quando se considera a esfera pública como não apenas política, mas contendo relações sociais fora das esferas do poder, era na Idade Média indissociável do espaço privado. A situação nas moradas burguesas reitera esta compreensão de que as distinções entre o público e privado são pouco marcantes na Idade Média. Ocorre então que os burgueses<sup>36</sup>, moradores dos burgos, mercadores e comerciantes geralmente subordinados ao rei, têm certa independência e com uma série de privilégios que os distinguem dos vassallos, começam a moldar um novo mundo. Fora da sociedade, feudal, eclesiástica ou agrícola, eles desenvolvem suas atividades produtivas junto ao seu lar<sup>37</sup>.

Deste modo, na casa burguesa típica dos densos burgos medievais fortificadas do século XIV não há privacidade, não há o espaço doméstico propriamente dito. Como o aponta Rybczynski (1986), a casa é pequena, e nela moram famílias de vinte e cinco pessoas e grandes camas conjuntas. Inúmeras atividades – cozinhar, comer, dormir, se entreter - se desenvolvem em um único salão. Além disto, as regras de etiqueta, a hierarquia social na posição à mesa de comer e no que se comia, e também as regras hierárquicas no vestir, refletem "a importância que esta sociedade obsessivamente organizada dava à expressão pública e às formalidades e o papel secundário que ela conferia ao conforto pessoal" (*ibid.*: 46). Em resumo - como afirma Habermas- " A casa medieval era um lugar público, e não privado" (1962: 40).

O posterior processo de polarização entre o espaço público e o privado, que ocorre gradativamente a partir do século XVII, decorre da separação entre morada e trabalho. Há então uma série de mudanças vão definir esta vida familiar em uma casa privada; como a separação gradual de compartimentos no interior da casa, o isolamento dos criados, o surgimento de espaços para as crianças, e o surgimento de escolas. Assim, à confusa e multifuncional aglomeração da casa burguesa medieval se segue uma perda de funções no espaço da casa e uma autonomia privada da família. O conceito de intimidade-privacidade- e também o sentido de vida familiar - surge então com a transição da casa pública feudal para a particular, quando começa a surgir uma vida familiar.

O que se segue a esta crescente separação entre as esferas pública e privada das relações sociais verificada na morada é o fim de uma esfera pública estruturada pela representação, que vai culminar com o surgimento de uma esfera pública (ver Habermas, *op.cit.*). Assim, a esfera pública burguesa resulta também da "subjetividade que tem por origem a esfera íntima da família restrita"(*ibid.* :40), e consiste na argumentação em público de pessoas privadas - que vai assumir um papel político.

Em outra escala, a esfera pública burguesa corresponde a uma separação entre sociedade e Estado, quando a esfera pública deixa de ser um domínio próprio do poder. Outro aspecto destas relações é o fato de que, no século XVII, " a economia moderna não é mais comandada pelo *oikos*<sup>38</sup>, já que o mercado o substituiu, assim ele se torna " sociedade civil", e há "uma ligação estreita entre a esfera privada, a sociedade civil e os órgãos do poder" (*ibid.*: 31). Neste contexto, a iniciativa privada é regulada pelo poder público, e surge também a esfera do trabalho, profissional, que independe das esferas pública e privada.

Quanto à esfera privada da família burguesa, esta "se reduz às suas próprias dimensões", na medida em que não mais possui um papel produtivo. Além disto, ela "cessa igualmente de ter, em uma medida crescente, um papel na educação e no comportamento dos seus membros. Esta perda de funções do domínio privado da família faz com que esta se torne, de certo modo, um "relicário da esfera privada" (*ibid.*: 163).

O que se dá a partir deste processo é a valorização crescente da esfera privada, aqui resumida com alguma descontinuidade a partir das referências citadas, nos permite contrapor algumas das relações contemporâneas entre as esferas pública e privada.

Os principais conceitos que surgem no processo de constituição da esfera privada da família, propostos por Rybczinski (1986), podem nos ajudar a entrever o que é hoje o espaço do 'lar'. Podemos considerá-los como aspectos subjetivos que definem o espaço privado do lar contemporâneo (excluídos aqueles que definem a forma e o estilo destes espaços): a conveniência, a eficiência, a domesticidade, o bem estar físico, a privacidade, e a intimidade<sup>39</sup>. Assim, notamos que a prioridade está situada no bem estar do indivíduo e da família, e no máximo para seus convidados. Quando se observa sob este aspecto, o espaço privado é visto como algo exclusivo - excludente, e oposto ao público. A realidade do espaço público se coloca como outra, oposta.

Um dos aspectos da evolução da autonomia privada da família, ligado à sua perda de funções, é o fato de que ela se torna consumidora de salários e de lazer, ao mesmo tempo em que seu estatuto é garantido pelas garantias dadas pelo repasse de responsabilidades a instâncias públicas – as ajudas sociais (ver Habermas, *op.cit.*). Habermas afirma que há um "reforço ilusório do caráter privado no sentido de uma esfera íntima reduzida a ser não mais do que uma comunidade de consumo no ambiente da família restrita" <sup>40</sup>(*ibid.*: 164).

Além disto, há no interior do lar uma dupla polarização do espaço da moradia, entre elementos de natureza pública e células íntimas<sup>41</sup>. Esta tendência à divisão de atividades e territórios dos membros da família, que já ocorria no século XVIII, ainda ocorre hoje. Assim, o que pode ser verificado é que se dá uma separação entre a casa e a rua e, no interior do espaço privado, uma individualização dos cômodos. As exceções ocorrem para uma minoria cujas habitações tendem elas mesmas a serem células individualizadas - os *lofts*<sup>42</sup>. Hoje, além disto, atualmente, as redes virtuais são *media* de conectividade que possibilitam novas formas de relação social e, simultaneamente, inserem novas relações entre as esferas privada e pública - contribuindo também para estas modificações espaciais nas relações entre indivíduo e residência.

Assim, o espaço privado se se opõe ao público. Porém, a esfera da intimidade e seus valores de consumo não exatamente se opõem à esfera pública. Resumindo, isto se dá por que:

- (1) grande parte das atividades, funções e sociabilidade ocorre hoje em outros lugares que não o lar;
- (2) a família subsiste como o centro de uma comunidade de consumo;

- (3) o espaço da casa incorpora cada vez mais objetos para o conforto, o lazer e a eficiência na realização de atividades domésticas que antes não havia; e
- (4) parte dos contatos da esfera pública se efetua virtualmente e não nos espaços privados.

Podemos dizer então que espaço privado se opõe e se sobrepõe ao público.

Por outro lado, a privatividade implica em uma polaridade entre o indivíduo e o coletivo, entre a esfera privada e a pública e acirra a predominância da esfera social sobre a esfera política.

Esta privatividade é diagnosticada por Sennet (1974) como causadora de 'tirantias da intimidade', uma questão que reflete uma sociedade intimista na qual a cultura pública perde o seu papel. E a intimidade encontra-se exposta. Assim, ele considera que há um declínio do homem público, pois para ele: "A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado" (p. 26).

Assim, a sociabilidade no contexto das massas da cidade moderna, mais fria, funcional e anônima pode ser vista como promiscuidade ou então como a sociabilidade do espetáculo e da diversão, ou então aquela dos bandos de jovens (ver Lipovetski, 1991: 108). Mas de todo modo, consideramos que há uma fragmentação da sociabilidade de bairro, a sociabilidade dos espaços públicos presente na cidade tradicional.

Então, não podemos deixar de comentar que o termo '*idion*' significa em grego antigo 'aquilo que é particular, próprio do indivíduo', ou seja, é o 'privado', no termo de origem latina. Por conseguinte, uma vida idiota é para os gregos privada do mundo comum, da política e dos negócios do Estado, uma vida privada fora da pólis. Consideramos que então não é por acaso que o adjetivo 'idiota' assume e mantém, contemporaneamente, em diversas línguas, um sentido pejorativo. A vida privada então assume duplo sentido, de falta ou privação do saber, idiotia, e de contato com o mundo, publicidade. A vida idiota seria aquela em que o indivíduo é privado de experiências públicas, comuns, que enriquecem a seu espírito<sup>43</sup>. Sobre isto, Arendt observa que:

"Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação quando empregamos a palavra privatividade; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo." (1958: 48).

No contexto urbano, a idéia do privado se reflete em tipologias construídas em que a cidade e o espaço público não são mais protagonistas. Deste modo, isto se reflete no urbanismo: os processos de transformação das cidades que se inicia com o Movimento Moderno, que se intensificam no pós Segunda Guerra Mundial, e que se implementam e difundem em todo o mundo a partir de uma burocracia operacional instalada nos Estados<sup>44</sup>. Esta cidade, zoneada, especializada, moldada pra o automóvel, pode ser compreendida como não mais do que "uma aglomeração de alojamentos privados onde se vive a parte, onde se pega o seu automóvel para trabalhar, partir de férias ou em fim de semana" (Lipovetski, 1991: 108). Isto nos lembra o alerta de Lefebvre: a cidade e o urbano não são

o mesmo. Podemos dizer então que há uma urbanização que se dá independentemente da inserção de espaços públicos, e estes são símbolos inerentes da idéia de cidade.

Esta polarização entre o espaço público e privado é um processo do qual são exemplos os condomínios residenciais e os shoppings, fechamentos de ruas e praças, e também a presença de barreiras físicas e de controle social cada vez mais fortes entre o público e o privado.

Mas os espaços e o modo de vida dos subúrbios americanos que se espalham pelo território americano são os exemplares mais contundentes desta idéia: casas isoladas, espaços livres privados e não públicos, e uma negação da experiência do convívio público das cidades tradicionais substituído em grande parte por aquele da comunidade mais homogênea. Mas, por outro lado, é interessante notar que, nas casas típicas de subúrbios americanos, que se abrem para o público através de interiores parcialmente visíveis, há inclusive certa extroversão dissimulada da esfera da intimidade, como nos aponta Habermas (1990)<sup>45</sup>. Assim, neste contexto, a comunicação social pode estabelecer um controle social, um tipo de controle se insere na idéia de comunidade que predomina na cultura americana (ver Harvey, 1996 e Caldeira, 2000).

No caso brasileiro, porém, há diferenças nesta idéia da comunidade exclusiva, embora a idéia de condomínios fechados seja cada vez mais difundida. Por exemplo, no caso da cidade de São Paulo, Caldeira (2000) observa que ali a divisão social implica em duas realidades. Primeiro, para os grupos de maior renda, a idéia de comunidade não é vista como algo positivo, e assim não é item citado pelo mercado imobiliário dos condomínios. Podemos então dizer que, no caso, para os mais ricos, o caráter exclusivo, a segurança e os valores que pertencem à esfera da privacidade e intimidade são valores mais determinantes para o contexto da residência e não do conjunto do condomínio. Como ela pondera:

"Retirar-se da vida pública da cidade e dos seus espaços públicos é provavelmente um privilégio só para aqueles cuja participação é dada como certa e que podem sonhar em criar universos melhores e mais exclusivos." (Caldeira, 2000: 291).

Por outro lado, na mesma metrópole, o mesmo não acontece nos anúncios de 'mercadorias' imobiliárias similares, quando estes se dirigem às classes mais baixas e aos estratos mais baixos da classe média. Nestes, a idéia de uma sociabilidade restrita ao condomínio – comunidade- e a presença eventual de comércio de bairro são simultaneamente valorizados. Assim, para os mais pobres, a presença de sociabilidade e comunidade aliadas a conveniências e de certa disponibilidade de espaços públicos urbanizados é valorizada. Podemos inferir então que, neste caso, o desejo de comunidade denuncia tanto uma necessidade quanto um desejo pela vida pública.

Poderíamos inferir mesmo que o desejo de exclusividade, em um contexto de alta estratificação social, corresponde o desejo de ascensão social, uma representação de inserção em uma 'elite'. Cabe citar novamente Caldeira (2000:283), em seu preciso comentário de que:

"Embora o Brasil sempre tenha sido uma sociedade desigual, a privatização da esfera pública que venho descrevendo é algo novo, e a tendência a criar ilhas articulares de privilégios parece ter se fortalecido".

Obviamente, o aumento da violência urbana em si colabora para o fechamento das áreas privadas ao espaço público. Mas há que se considerar que os graus de segurança ou insegurança percebidos geram e são gerados também em grande parte pelo tipo de configuração espacial da cidade e seus edifícios, em um ciclo vicioso. Por outro lado, se a pobreza e desigualdade que 'invadem' as ruas são motivos de deterioração dos espaços públicos, em parte isto decorre de problemas sociais e culturais concretos, em parte pelo abandono dos espaços públicos pelos que desejam segregar-se. Mas em grande parte pelo Poder Público, quando este abandona as negociações necessárias pela cidade, e não toma as iniciativas pelas quais é responsável.

Contribuem também para a fuga dos espaços livres públicos, na escala micro urbana, as diversas privatizações e representações de privatizações, tanto definitivas quanto transitórias. Um exemplo: há diversos lotes que se relacionam com as ruas através de muros e grades cujo desenho remete a fortalezas e reitera mais do que o necessário o caráter privado e exclusivo do edifício. Outro exemplo destas são as invasões que fecham trechos de calçada, como fazem o comércio formal ou informal, muitas vezes com a aprovação do governo local.

Dependendo da escala e das proporções, há também outras territorialidades inscritas por usos de espaços públicos que caracterizam privatizações destes. Estes eventos sociais, sejam eles legítimos ou ilegítimos, formais ou informais, denotam a necessidade, ou mesmo vontade, de tornar os espaços públicos em espaços privados, pessoais ou restritos a uma dada comunidade - controlados. Conduzidos de modos diversos por diferentes grupos e classes sociais, pobres e ricos, estes usos e apropriações – transitórios, mas que por vezes se tornam permanentes podem ser realmente prejudiciais ao espaço, ou mesmo destruí-lo. Isto depende das adaptações de uso feitas no espaço, da duração, da escala e do comportamento ambiental dos envolvidos. De todo modo, disto resulta que o que é de todos é tomado para alguns.

De todo modo, é interessante pontuar que, para estes 'cidadãos', estes alguns, a vida pública não mais é a liberdade, no sentido em que os cidadãos da pólis o concebiam. Uma liberdade participativa, ativa, uma liberdade interativa. No máximo, se traduz na liberdade do anonimato de massa, na vida privada mais liberada das restrições da comunidade, ou da uma liberdade fundada no hedonismo<sup>46</sup> das possibilidades de lazer e consumo.

Por outro lado, contemporaneamente, uma outra situação inverte o que seria esta simples oposição entre público e privado, e subverte a idéia de que há uma simples privatização dos espaços públicos: a tendência à interpenetração entre as esferas pública e privada que se dá pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Sempre houve atividades privadas e vidas privadas que se desenvolvem e se deixam divulgar publicamente. Mas a convergência virtual possibilita a onipresença de uma esfera privada em qualquer espaço, público ou privado, e também de uma esfera pública em qualquer

espaço, público ou privado. Em resumo, uma simultânea polarização e interpenetração entre as esferas pública e privada se inscrevem no espaço público contemporâneo. Há hoje, por exemplo, diversas praças urbanas que atraem usuários por suas conexões wi-fi à internet<sup>47</sup>.

Arendt (*op. cit.*) observa que, na Antiguidade, a vida pública se contrapõe à 'futilidade' da vida privada individual. No mundo contemporâneo, o indivíduo pode estar conectado com assuntos privados, mesmo em espaços públicos. No contexto do espaço público da cidade, os signos da privacidade e da intimidade se introduzem através da publicidade e seus discursos inscritos nas ruas. Inversamente, consideramos que hoje há também uma esfera pública que se desenvolve no seio da vida privada. A esfera pública invade a casa, através da publicidade e dos meios de comunicação e informação, o que é reforçado pela tendência de volta de algumas atividades profissionais a este espaço. E surgem vínculos com o público através das comunidades de discussões e *blogs* que se espalham. Mas o contato não está baseado no espaço físico, embora isto possa eventualmente ser gerado.

De todo modo, vimos que, em um discurso sobre o público, é necessário recorrer a diversas dialéticas que se estabelecem entre o público e o privado, conceitos que reconhecemos como não apenas como oposições, mas também como aspectos paralelos de uma dada mesma situação. Conjuntamente, as noções de público e privado prefiguram as gradações do acesso e do domínio dos espaços, onde muitas vezes há fronteiras tênues entre o público, o coletivo, o comunitário, o familiar e o individual. Estas fronteiras são representações de um poder conquistado, de um indivíduo, de um grupo social, de um gênero, de um Estado. Por isto, se o que assegura a propriedade privada em última instância<sup>48</sup> é a Lei e o Estado, o que proporciona a existência do espaço público na cidade é este mesmo Poder público, a um só tempo, 'proprietário', representação do povo proprietário e gestor deste espaço público.

## 2. 6 – o espaço público como espaço do poder público

O espaço público é aquilo que é delimitado legalmente como o domínio comunal, a coisa pública, a *res publica*. Mas o adjetivo público também se estende para designar a coisa pública sob o controle do Estado, da administração de um governo representativo. Daí, aliás, o termo República<sup>49</sup>. Neste contexto, o poder público não pode apenas ser compreendido apenas como o poder 'do povo', mas assume o significado do poder que representa um povo; ou seja, o poder público é o Estado. Este Estado "deve este atributo à tarefa que assume: se preocupar com o interesse geral, público, de todos os cidadãos".

Um outro aspecto é que o conceito de público se estende aqui à noção: "relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade, etc". Termos da cognação latina, como: "*publicum, publici*", que advém para designar "domínio público", "lugar público" e

"interesse geral"; designam também "bens do Estado; serviço público; tesouro público; imposto". Deste caráter estatal e, por conseguinte, burocrático, advém também "*publicus publici*" que designa "funcionário público, magistrado"; e também "*publicatio, publicatiónis* 'confiscação', "*publicánus, publicánum* 'publicano', 'publicano, o que traz de renda os impostos do Estado; cobrador de impostos" e, além disto, há também o emprego de 'público', um "cultismo encontrado já em 1259, na linguagem tabeliã" (ver Habermas, 1962; Houaiss et al., 2000). E também o verbo "*publico, publicás, publicávi, publicátum, publicáre*", para além dos sentidos abrangentes de "tornar público, pôr à disposição do público", e de outros de que trataremos relativos à publicidade, se estende também para o verbo "confiscar". Ou seja, aqui, público aqui é aquilo à disposição do público, que possui função pública.

O poder público é o Estado - seja este mais ou menos representativo de fato. Por outro lado, o privado assume o caráter daquilo que é desprovido deste poder. Neste sentido, as pessoas privadas, ao se constituírem em público - em um fórum público - são a base de uma esfera pública. Esta esfera pública é onde a opinião pública, a participação nas questões públicas se efetiva; e a representatividade dos governos depende então deste grau de participação popular na esfera pública. Como aponta Habermas sobre as formas tradicionais da esfera pública representativa:

"Lá, o povo forma os bastidores atrás dos quais os detentores do poder, os nobres, os dignitários eclesiásticos, os monarcas, etc., se dão em representação, eles mesmos e seus estatutos. Por sua exclusão do poder representativo, o Povo é assim inscrito nas condições mesmas de constituição desta esfera pública representativa." (1962: VI).

Além disto, do mesmo modo que o público se estende do sentido de 'povo' ao de 'Estado', à 'res pública', e estende ao país assim governado, a república. Assim, aquilo que representa o que 'é do povo', o que não é privado, representa também o seu próprio representante - o poder de representatividade - o Estado. E aquilo que representa a 'coisa' que 'é do povo', passa a representar o espaço que este povo ocupa.

Um espaço público, como as ruas e praças, está sob o controle do poder público - que representa o povo, e que administra o bem comum. Do mesmo modo, os edifícios públicos, nos quais se desenvolvem funções públicas, mesmo que possuam restrições de acesso, são do domínio e da propriedade pública, mas estão sob a administração do poder público. Um 'edifício público', por exemplo, é um espaço público. Porém, mais do que simplesmente do ponto de vista do seu domínio e acessibilidade, é um edifício do 'poder público'.

Assim, são espaços públicos os edifícios e monumentos que se constituíram como elementos que denotam o poder eclesiástico, o poder do governo ou o poder privado na cidade. Reconhecemos que é evidente que, desde sempre, a função de representação do poder, reconhecida como tal ou não, tende a assumir uma dimensão monumental. Mas disto, um monumento é uma evidência legível do poder, mas como nos alerta Lefebvre (1974), isto pode encerrar mais: uma explicação simulada do pensamento e do desejo coletivos.

O que nos interessa nestas relações? Por um lado, há uma relação direta entre a produção do espaço público e a ação do Poder Público. A tarefa mais direta do Poder Público é

prover a população de espaços públicos, mantê-los e gerenciá-los. No entanto, mais profundamente, o papel mais do Estado administrar as tensões entre o público e privado, as contínuas negociações para o uso e apropriação do espaço, incorporar a participação popular e também compreender e hierarquizar as próprias demandas pelo espaço.

Por outro lado, a relação entre usuários e Poder Público se reflete também na relação com o próprio espaço público. Em outras palavras, o Poder público, ao administrar os significados do espaço público, sempre no sentido do bem comum, administra também o seu próprio significado.

Mais uma vez, sigamos algumas breves observações sobre a história das relações entre espaço e poder público, e de suas influências sobre o espaço público.

Arendt ressalta que, não só na Grécia e na pólis, mas em toda antiguidade ocidental, é evidente que mesmo o poder do tirano não é tão grande e tão perfeito quanto o do chefe de família, o déspota dos escravos e dos familiares: "porque o domínio absoluto e incontestado e a esfera pública propriamente dita eram mutuamente excludentes" (*op. cit.*: 36).

Já na Idade Média, como já vimos, o poder então não se delimita em relação ao que é privado: é apenas um estatuto. Deste modo, nas atas e minutas da época, " 'senhorial' é empregado como sinônimo de *publicus*, e *publicare* significa requisitar para o senhor" (Habermas, 1962: 18). No século XIII, como aponta Arendt, São Tomaz de Aquino faz uma comparação entre a natureza da lei doméstica e a lei política, e afirma quem o chefe da família tem certa semelhança com o chefe do reino, embora seu poder não seja tão perfeito quanto o do rei (1958: 32)<sup>50</sup>.

Além disto, "não é acaso se os atributos do Poder, como o selo do príncipe, sejam classificados de públicos" e também "o fato de que rei da Inglaterra desempenhasse a *publicness*" (*ibid.*:19). Assim, o 'Senhor' atravessa as categorias de público e privado, e se designa e se apresenta como a encarnação de uma autoridade, um ser sempre 'superior'. Em paralelo, os bens reais e os bens do Estado são o mesmo, e o príncipe e os Estados 'são' o país no lugar de simplesmente o representarem (*ibid.*: 20). Como, podemos lembrar, diz a frase associada ao absolutismo francês " *L' État cést moi !* ". Podemos dizer que não se distingue o poder público do privado.

No contexto medieval, além disto, nos relata Habermas, o cavaleiro ao qual são designados atributos, como glória, honra, majestade, dignidade; é tido como um ser singular que não só assegura uma representação do poder, mas simboliza um status, um modelo social (*op. cit.*). Estes atributos do cavaleiro são expostos nas grandes festas públicas da cavalaria que se desenvolvem na cidade. De um modo similar, a Igreja se representa, com missas e procissões; e também o Poder, na explosão das mais intensas e faustosas festas barrocas. Habermas (*op.cit.*) nos lembra, porém que, em um momento posterior, o caráter público destas festas é mais cautelosamente temido; e assim, torneio, dança e teatro saem das ruas e praças e vão para os limites do palácio e do parque; configurando festas nas quais há restrições ao acesso. Assim, estes são casos em que a palavra 'público', no que se refere ao papel do Poder, se reveste de uma outra significação, que não aquela do poder público

apenas: "no momento em que se fala, por exemplo, de uma recepção pública; em ocasiões semelhantes, é um certo poder de representação que se desenvolve, e dentro do caráter público desta entra uma parte de reconhecimento público" (*ibid.*:14).

Isto muda após o século XVI, uma nova etapa econômica, faz recuar a Esta esfera pública estruturada pela representação em prol da esfera do poder público (ver Habermas, *op. cit.*). Acabam então os poderes feudais neste mesmo momento em que a Reforma transforma a Igreja, o orçamento público se separa daquele do poder real, surgem uma armada e uma administração permanentes, as instituições do estado se tornam independentes da Corte, e esta se torna privada. Em vários lugares, ocorre então uma separação entre Sociedade e Estado, o que permite uma distinção entre o poder público e o poder privado na representação de uma esfera social. Deste modo, o Poder público passa a regular a atividade econômica, que se torna privada, de modo que "regulamento público e iniciativa privada são os dois termos de ambivalência que caracterizam neste momento a relação autoridade-sujeito (Habermas, 1962: 35). Além disto; "O poder senhorial se transforma em polícia; e as pessoas privadas, que a ele são submetidas, constituem, na qualidade de destinatários deste poder, um público" (p. 29).

Assim, surge a dita esfera pública burguesa, como uma organização na qual a sociedade, a partir dos seus interesses comuns ou privados, se coloca perante as questões públicas e também perante o poder público. Lembremos que este processo ocorre em um momento político e econômico notável<sup>51</sup>. A esfera pública burguesa é o fórum para as discussões entre os burgueses em relação ao Poder público.

Julgamos que estes instantes da relação entre Poder e espaço público, mais do que um viés de registro histórico, o que é relevante nisto é uma compreensão das condições para o surgimento de uma esfera pública crítica e qual a sua relação com os espaços da cidade. Para nós, é evidente que este processo é revelador de desdobramentos políticos e sociais que se incorporam ao nosso presente. Por que esta idéia é aqui necessária então para investigarmos o espaço público sob o ponto de vista da arquitetura e urbanismo? Qual o vínculo com o espaço público contemporâneo, suas relações com a esfera pública e com o Poder público?

Primeiro, podemos citar uma observação interessante que Capó (2002) tece sobre as relações entre espaço e esfera pública e política (e também das relações entre interesses públicos e privados), dando um exemplo de como estas se inscrevem no espaço (e na linguagem):

"A semelhança entre espaço urbano e espaço político é tanta que temos concebido as nossas idéias democráticas sobre a imagem da ágora, a praça pública, um espaço aberto onde é produzido o encontro entre os cidadãos e as discussões dos temas que os afetam. Porém, de um modo contrário, ao nos referirmos muitas vezes a práticas pouco claras, nos queixamos do peso dos *lobbies* (palavra que procede do inglês *to lob* 'ficar no vestíbulo', 'fazer negociações secretas fora da ágora', como que simbolizando os corredores do Parlamento, no 'salão dos passos perdidos' entre os disputantes e os representantes das grandes corporações)." (p. 31).

Lefebvre (1974) reconhece ainda que uma análise 'lingüística' do espaço revela o processo de produção e concretização do espaço <sup>52</sup>. Aqui, para destacar a correlação da idéia de poder político com a idéia de cidade, apenas citamos que:

"A política, como a ágora, como o espaço público, aberto, como o lugar da discussão da *res publica*; ou a política como *lobby*, como espaço fechado à negociação de interesses privados; são estes os dois pólos extremos que configuram as potencialidades e os riscos das sociedades democráticas." (Capo, 2002: 32).

Consideramos que o próprio espaço público só se torna possível se há algum grau de esfera pública no contexto urbano, até mesmo para equilibrar as ações do Poder Público. E assim, as condições para tanto, em um contexto contemporâneo em que a intensa e variada comunicação nem sempre serve ao bem público e à cidade, e mesmo pelo contrário, devem ser objeto de uma discussão mesma do papel da arquitetura para as cidades.

Além disto, evidentemente, são as diversas negociações; entre público e privado, povo e poder público; que, ao tratar da função e significado dos espaços para os públicos, constroem os espaços públicos. Ao longo da história, aliás, é possível perceber que o Poder Público surge como mediador dos interesses privados, assim, é ele quem possibilita uma sociedade, uma civilização.

Um exemplo de como se dão estas relações pode ser dado pelo já citado artigo de Gale (2004), fundado nos momentos de Lefebvre, que demonstra como as representações na cidade assumem significados diversos ao longo dos anos. Ele trata da presença da cultura muçulmana na cidade de Birmingham, na Inglaterra. E demonstra como que as mesquitas, inicialmente instaladas em espaços desqualificados como se suas atividades fossem quase clandestinas, passam a ser um dos símbolos da cidade – seus minaretes representam a multiculturalidade. Este processo passa pelo diálogo com o poder público, e a valorização desta cultura de imigrantes está inscrita não apenas nas novas visões positivas dos moradores da cidade e presentes nas *media*, mas na evolução melhorada da localização e arquitetura destes edifícios e se reflete também no discurso presente nos documentos do Poder Público.

Se o papel da esfera pública e do espaço público é hoje incontestado; em teoria e nos discursos, por conseguinte, os resultados efetivos das negociações entre grupos sociais, entidades privadas e Estado nos mostram em toda a parte que isto não se dá sem problemas. Os diversos tipos de espaços públicos, e sua gestão ou construção, constituem as imagens mais evidentes de conflitos e contradições inerentes ou circunstanciais.

Assim, é neste sentido, da democracia, da representatividade, que se estabelece a relevância da pólis como um modelo ideal de esfera pública. Em outras palavras, busca-se uma recuperação do valor que é público, pois hoje há várias situações urbanas em que o espaço público encontra-se desvalorizado.

O que é consideramos difícil, mas fundamental, é aumentar os níveis de participação popular nas decisões sobre o espaço. Sennet, tecendo uma comparação entre os dias de

hoje e a Roma antiga, e diz que "a participação na *res publica* é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para essa vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência" (1974: 16).

Do ponto de vista estrito dos projetos de arquitetura e urbanismo, um combate a esta perda de participação geral, que se entrelaça a uma perda de sentidos é percebida em meados do século XX. Naquele momento, movimentos de defesa do patrimônio e da cidade, e contra as estratégias de renovação urbana e rodoviarismo então vigentes se multiplicaram. Além disto, formalmente, alguns projetos passaram mesmo a incorporar a idéia de ágoras e anfiteatros descobertos como uma referência tipológica, retomando livremente também tipologias de praças renascentistas. Os resultados destes procedimentos do pós-modernismo, sejam eles representações ingênuas do passado ou tentativas convincentes de configuração de espaços públicos congregadores, são por um lado contributos para variedade de soluções contemporâneas para a paisagem urbana. Mas, por outro lado, estes podem ser apenas pastiches. Modos de dissimular a desconexão que há entre as representações do espaço social impostas pelos que detém o poder de intervir, mas não uma representatividade social e cultural de um povo. Estes que têm o poder de intervir colocam o saber a serviço do Poder público ou privado, mas do que a serviço do próprio público.

Ainda hoje, há inúmeros ambientes que buscam reproduzir o vernacular, o tradicional e o histórico como representações válidas, e que constroem objetos autônomos na cidade. Apesar de todo material crítico disponível, ainda há também intervenções urbanas ou arquitetônicas que não se integram com a cidade. As soluções que incorporam este jogo, porém que simultaneamente o ultrapassam formalmente e metodologicamente, são possíveis. Mas a realização eficiente desta solução arquitetônica, urbanística ou paisagística depende em parte de condições técnicas e teóricas para isto, e em parte das condições políticas da discussão mesma do projeto, da possibilidade de participação dos diversos agentes, da sua capacidade de cooperação e integração. Há que se identificar a visão política do Poder Público, a visão do corpo técnico a serviço do Poder Público, a visão dos moradores de uma área localizada, dos habitantes da cidade como um todo, e também a visão dos técnicos e teóricos exteriores ao Poder público. Somente então são desenvolvidas as visões de cidade que vão nortear as escolhas de um plano ou projeto.

Há diferentes aspectos desta escolha. Os mais evidentes são aqueles da visão de povo e de público que sai das negociações: funções, acessibilidade, orçamentos de construção e manutenção.

Há a escolha do projeto: autônomo ou heterônomo; excepcional ou participativo. Nos termos de Lefebvre, consideramos que um espaço público pode ser visto como apenas uma 'representação do espaço' ou então alcançar o estatuto de um 'espaço de representação', dependendo do modo como se dá sua construção, gestão e apropriação social.

Se um espaço público é visto em seu momento como 'representação do espaço', as intenções do projeto que se descolam do contexto sócio-cultural são mais evidentes: o Poder de decisão acima deste visivelmente determinou, ou mesmo impôs, as decisões sobre

o espaço. Ou então, pode ser que as soluções estéticas sejam claramente estetizantes: desenho e materiais se descolem do espaço. Ou pode ser que o entendimento dos grupos sociais que são usuários potenciais do espaço seja redutor: indique pelos custos, pelo controle e pelo desenho que estas são áreas para pobres, para ricos, ou para faixas etárias específicas.

Como espaço de representação, um espaço público ultrapassa as eventuais representações impostas pelos Poderes e se associa à memória, à afetividade e aos eventos relevantes de grupos sociais específicos ou do público- o mundo- em geral. Há uma apropriação pelos usuários. Este é o desafio do Poder Público, e dos projetos para espaços públicos: alcançar as soluções que mais efetivamente representem um contexto social.

O que observamos é que o espaço público, compreendido como espaço que está sob o domínio do poder público, não parece, muitas vezes, compreendido como um bem comum, o espaço que pertence a todos. Mas sim, apenas aqueles considerados como 'cidadãos', aqueles que são ouvidos em um dado contexto. Ainda mais quando se considera que muitas vezes, a participação da comunidade está ausente. Ou seja, apesar de muitos esforços contrários, o povo tende a estar ausente de muitas das decisões sobre a produção do espaço tomadas pelo Poder Público, que é uma primeira instância, quem o representa.

Há então uma inversão de modo que o espaço que **é público** é 'relegado' ao papel de espaço que **pertence ao poder público**; e assim, seus usuários se eximem de qualquer identidade, responsabilidade ou contribuição em relação ao espaço público. Talvez isto em parte explique o vandalismo e o descaso da população que ocorrem eventualmente em relação aos espaços públicos. Estes podem ser críticas ao papel e à competência da Sociedade e do Poder Público que, no entanto, não conseguem chegar a consolidar uma participação efetiva na esfera política. Acreditamos que esta rebeldia sem causa de certa forma caracteriza a esfera pública e a política nos dias de hoje. Assim, neste sentido, o espaço público é uma extensão do Estado, tem um papel cívico, mas perde o seu papel de bem comum. Como se as pessoas dissessem 'o que é meu, é meu, o que é público não é de ninguém'.

Por outro lado, como lutar contra a privatização do espaço público sem que muitos reconheçam que aí há um problema? Inverter esta alienação, o recuo para um refúgio no espaço privado, requer uma visão não apenas crítica, mas positiva, e que reconheça existências e possibilidades de novas esferas públicas e novos espaços públicos, ou seja, que incentive novas possibilidades de intermediação entre o público e o Poder. Assim, o poder seria menos uma representação e mais representativo e eficiente.

Quanto à intervenção e manutenção dos espaços públicos, há diferentes lógicas para cada um agentes da produção do espaço. Cada um destes encarregados de decidir ou executar sobre uma intervenção no espaço público parece se comportar de modo a defender seus interesses ou campos de conhecimento técnico específicos. Isto, concretamente, traz problemas de custo, execução e adequação técnica e social do espaço público. A questão é técnica? Sim, no sentido das inúmeras decisões de planejamento, projeto, obra, gestão e conservação dos espaços públicos. Mas, quando saberes técnicos são colocados ao serviço

do Poder Público e não do povo, e ainda competem entre si, não restam dúvidas de que a questão é política: como um dado governo compreende e atua na interface entre o público e o privado; como ele negocia e distribui os espaços públicos no orçamento e nas prioridades da cidade; como ele vê as desigualdades sociais. E mesmo quem um governo considera como povo/ público: se ele vê um povo, um corpo público ou usuários; se ele vê o público como um 'telespectador'; ou então se ele os vê apenas como clientes. E, por outro lado, como um povo se vê a si mesmo.

Uma outra reflexão: podemos compreender no ciclo vicioso da violência urbana dois processos. Um, no qual apenas a insegurança é como um sinônimo do espaço público: um espaço em que os embates se travam. Mas há outro, em que a insegurança é o oposto do espaço público: a sua presença efetiva possibilita o controle urbano e o convívio amigável. Uma ou outra face do espaço público depende sem dúvida da situação social, política e econômica do contexto, mas qualquer mudança decorre de uma vontade popular e das capacidades do Poder Público que a intermedeia.

Assim, o dito declínio dos espaços públicos, debitado ao Mercado, aos hábitos de consumo, a problemas de desenho urbano, muitas vezes se debita às deficiências do Poder Público em valorizar e assegurar a presença e a qualidade dos espaços públicos. Em um primeiro momento, isto pode não ser grave para quem dispõe de acesso a generosas áreas privadas, privativas ou coletivas, nas quais se incluem também áreas livres de lazer e convívio<sup>53</sup>. Mas o espaço público é sempre crucial para aqueles cuja vida cotidiana – dos trajetos, do trabalho, do lazer, do convívio social - se desenvolve em grande parte nos espaços públicos, ou seja, para a maioria absoluta dos que estão no mundo. Assim, é crucial que as diversas instâncias do Poder Público priorizem as ações de resgate do espaço público, não apenas através de intervenções construídas, mas também uma estruturação do transporte público, da gestão e controle destes espaços e de um resgate cultural. Nos parece que isto nem sempre é o que move ou o que resulta das ações públicas. Pululam exemplos em que o encaminhamento das questões urbanas beneficia grupos restritos ou mesmo entidades privadas em detrimento do espaço público, por vezes sob a justificativa de uma dinamização econômica. Algumas destas são situações em que o próprio Estado conduz ou permite, formal ou informalmente, uma privatização dos espaços.

Como o espaço público representa o poder do povo, o poder público, como este povo, este público se vê e dialoga com os seus representantes, como as opiniões e decisões são divulgadas e como a participação de todos é assegurada? Como o Estado pode distinguir demandas localizadas daquelas mais gerais ou em então de potenciais? Uma das respostas estaria presença de uma esfera pública atuante, uma esfera existente no espaço público, através dele, mas também fora dele. Outra, em uma identificação das demandas de uma esfera pública identificável, ou seja, de outras esferas públicas não constituídas ou não divulgadas. Por outro lado, isto depende do conhecimento, saberes e técnicas diversos, da competência da gestão e também da capacidade criativa daqueles que constituem o Poder Público, que a ele servem ou que com ele dialogam. Mas lembremos que o Poder Público se legitima localmente no espaço público, e não apenas visualmente, mas também através do grau de acesso, gestão e controle dos espaços.

## 2. 7 – o espaço público como esfera pública

Embora saibamos que esfera pública e espaço público não coincidem, por que julgamos relevante para nós, dentro da arquitetura, paisagismo e urbanismo, o conceito de esfera pública?

O princípio da esfera pública nasce no contexto da pólis; simultaneamente cidade, Estado e povo na Grécia Antiga. Não apenas porque a sua forma destaca o espaço público: os templos públicos, teatros, estádios e a ágora; mas também pelo papel da vida pública e política para o cidadão. Efetivamente, a pólis - e a ágora que a representa como um espaço de reunião - é um símbolo da esfera pública que se inscreve na cidade e que estabelece os seus atributos no espaço público. A ágora seja um mito que exprime um caráter da cidade: nela esfera e espaço público são indissociáveis.

Mais do que isto, como Habermas (1962) considera, as características essenciais da esfera pública da pólis têm uma continuidade como uma força normativa até hoje; porém, não pela sua base social, mas pelo "modelo ideológico ele mesmo", preservado no plano da história das idéias. É sobre esta afirmação que nós, assim como outros autores, nos embasamos.

Sabemos que a noção de esfera pública enfatiza aspectos da comunicação, crítica e participação política do cidadão. Portanto, para começar, julgamos que as traduções da frase de Aristóteles "o homem é um *zoon politikon*", encerram chaves para uma compreensão mais profunda do papel da esfera pública na pólis.

Primeiro, porque na Roma antiga e mesmo depois, traduz-se inadvertidamente, *zoon politikon* como um 'animal social', um 'ser social'. Arendt aponta que esta tradução romana, encontrada em Sêneca e que até Tomás de Aquino foi aceita, significa que 'o homem é, por natureza político, isto é, social' - '*homo est naturaliter politicus, id est, socialis*' (1958: 32)<sup>54</sup>. Para ela, o emprego da palavra de origem romana 'social', que não tem correspondente em grego, é significativo, mas não conclusivo, pois: "Melhor do que qualquer teoria complicada, esta substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto a concepção original grega de política havia sido esquecida" (*loc. cit.*).

O que Arendt aponta como distinção fundamental é o fato de que para o pensamento grego, a companhia natural, social, da espécie humana, 'era algo que a vida humana tinha em comum com a vida animal', e que está centrada na vida privada e não na vida pública. O surgimento da cidade - estado significava que o homem recebera, "além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikus*. Agora, cada cidadão pertence a duas ordens e existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)" (Jaeger, 1945)<sup>55</sup>.

Note-se então que chegamos a uma segunda questão, referente ao sentido de *zoon*: como aponta Agamben (1995), que há uma distinção entre *zôe*, a vida natural comum a todos os seres vivos e a *bíos*, a vida própria de um indivíduo ou de um grupo. A partir desta, não faria sentido falar em *zoe politiké*, pois a *zoe* estaria associada a esfera e ao espaço privado,

à *oikos*. Agamben infere então que, quando Aristóteles fala em *zoon politikon*, neste caso político não é um atributo do ser vivente como tal, mas uma diferença específica deste tipo de ser vivo: homem é um ser vivente e, além disso, capaz de existência política<sup>56</sup>.

Acrescente-se para esta compreensão ainda, como o faz à definição de *zoon politikon* uma outra definição aristotélica: o homem como *zoon logon ekhon*, um ser vivo dotado de fala. Arendt aponta uma falha de interpretação na tradução latina desta expressão grega - '*zoon logon ekhon*' - como '*animal rationale*' – animal racional. Embora 'logos' signifique palavra, razão, ela traça algumas observações interessantes: (a) Aristóteles considerava a *nous*, e não o logos, a mais alta capacidade do homem, sendo esta "a capacidade de contemplação, cuja principal característica é que seu conteúdo não pode ser reduzido às palavras"<sup>57</sup>; (b) Ele não definia o homem em geral; e (c) A opinião corrente na pólis era que os que viviam fora dela eram chamados de *aneu logou*, ou seja, os escravos e bárbaros, que podiam falar, porém não viviam um "modo de vida no qual o discurso e só o discurso tinha sentido" (*op. cit.*: 36). Portanto, como sugere Agamben, não é por acaso que um trecho da 'Política' de Aristóteles "situe o lugar próprio da pólis na passagem da voz à linguagem"(1995: 15).

Por outro lado, observe-se que, na expressão *zoon politikon*, mesmo a tradução de *politikon* como 'político', que parece mais literal, implica em outra inconsistência. Segundo aponta Kitto (1951), a frase de Aristóteles "o homem é um animal político" significa, antes de tudo, "o homem é um ser que vive na pólis".

A pólis é a esfera pública, em que as questões eram tratadas pelo discurso e discussão - e não através da violência e do despotismo<sup>58/ 59</sup>. Como nos relata Arendt, "O ser político, o viver numa pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência" (1958: 35).

Deste modo, observe-se que o sentido original da 'política' implica em um vínculo muito mais profundo entre 'ação' e 'vida comum' do que as acepções atuais do termo. E também fundamentalmente no fato de que a pólis é o lugar do *logos*, do discurso.

Como já tratamos seguidamente aqui, a definição de esfera pública é perpassada também pelo que Habermas (1962) descreve como o surgimento de uma esfera pública burguesa no Renascimento, quando se conforma uma opinião pública dos homens privados perante as questões públicas e também perante o poder público.

O ideal da universalidade do acesso ao espaço público corresponde ao ideal da esfera pública burguesa da era moderna. Mas em parte: a esfera pública como um ideal, tal como a descreve Habermas, é também a esfera do discurso, e coincide em muito com a esfera da política. Ele considera que "a esfera pública persiste ainda, como para o passado, como um princípio que estrutura nossa ordem política" (1962:16). Assim, quando se fala da morte da vida pública e da esfera pública, se trata também do aspecto da ausência de participação política, do exercício da cidadania: nela, às discussões da pólis, corresponde a res pública, a coisa pública.

A formação desta esfera pública só é possível a partir de algumas circunstâncias, a principal das quais é a separação entre Estado e Sociedade. Do ponto de vista econômico, a esfera pública ocorre simultaneamente ao surgimento de uma rede de cidades na Europa que é traçada no período que compreende a Renascença, 'pré-capitalismo' e Revolução Industrial. Assim, a esfera pública burguesa se desenvolve quando os grandes centros se tornam o local da circulação de mercadorias, capitais e também de comunicações entre toda a Europa e, cada vez mais, também com as colônias. Quanto a isto, notamos, aliás que há uma similaridade entre as redes de cidades que se forma com o desenvolvimento mercantilista europeu Renascimento e a situação regional da pólis grega. Isto por que, segundo Kitto (1951), floresceram em uma rede, e se situaram em lugares onde as comunicações eram relativamente fáceis<sup>60</sup>. Assim, esboçamos aqui que (tanto para os cidadãos da pólis quanto para os burgueses das cidades renascentistas) há certa correspondência uma correlação entre trânsito/ fluidez de informações/ mercadorias e a presença de uma esfera pública participativa nas pólis/ cidades.

Com o florescimento do comércio, o que ocorre também é que "grandes camadas da população, sobretudo urbana, se tornam interessadas, na qualidade de consumidoras e na sua vida cotidiana, pelas medidas da política mercantilista"(Habermas, 1962:35); como por exemplo, as taxações, impostos, preços, abastecimento de mercadorias, e outras.

Do ponto de vista cultural, o processo de formação desta esfera crítica está intrinsecamente ligado à formação de um público - leitor em princípio, mas logo em seguida, consumidor. Os círculos de leitores, que são relativamente abertos a diferentes estratos sociais que partilhem dos mesmos interesses e tenham a mesma erudição conformam esta esfera pública burguesa. Com a formação de um público de leitores, se consolida também um público que usufrui as artes, notadamente do teatro.

Deste modo, diversos aspectos da vida social se desenvolvem a partir do Renascimento e vêm a conformar a esfera pública, como os meios de comunicação, as artes, e a opinião pública que vai da crítica literária à opinião pública e política. E surge também o convívio social nas casas de chá e chocolate e nos cafés. Esta crítica literária dos cafés, uma opinião pública antes de tudo apolítica, na Inglaterra do fim do século XVII, passa a se estender para uma "ordem política logo em seguida, e que começa a promover um tipo de igualdade entre pessoas cultas, colocando no mesmo pé a sociedade aristocrática e certos intelectuais burgueses" (*ibid.*: 43).

E, num momento seguinte, se torna mais claro o caráter político deste "uso público da argumentação", como situa Habermas em prefácio:

" A Revolução Francesa se torna neste momento a catalisadora dos círculos de leitores, que são relativamente abertos movimento de **politização de uma esfera pública** antes de tudo impregnada de literatura e crítica de arte. Isto é válido tanto para a França quanto para a Alemanha. Uma '**politização da vida social**', decolagem da imprensa de opinião, a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracteriza a transformação da função da rede de comunicação pública em plena expansão até o meio do século XIX. " (1990: IV).

Some-se a isto a tensão entre Corte e cidade a partir do fato de que a cidade assume as funções culturais da Corte, pois, segundo Habermas: "Não é somente do ponto de vista econômico que a "cidade" representa para a sociedade burguesa o centro de suas atividades; opondo-se à 'Corte' sobre o plano cultural e político, ela define antes de tudo as premissas de uma esfera pública literária cujas instituições serão os cafés, os salões, as reuniões de *habitués*. "(p. 40-41).

Por outro lado, outros aspectos da vida social e cultural urbana se desenvolvem. Neste contexto, a vida pública é valorizada a partir do destaque dado aos locais de encontro público da cidade - ao espetáculo das ruas e ao convívio social, mesmo nas áreas privadas dos cafés. O convívio social dos cafés e os encontros diversos nos espaço público dos bulevares parisienses onde se efetiva a esfera pública burguesa. Neste aspecto, Paris é a cidade onde esta esfera pública, cultural, crítica se desenvolve mais intensamente, e que é, sobretudo, modelo, uma "Luz" para as demais, e também a cidade que vai encontrar mais espaços públicos e quasipúblicos representativos desta esfera.

Harvey aponta as tensões que ocorrem na Paris da segunda metade do XIX, a partir da abertura de bulevares que, como ele nota, "se tornam espaços de expressão política, embora efemeramente, para aqueles que eles supostamente deviam excluir ou controlar" (2006.: 31).

Aliás, os bulevares, de caráter militar estratégico, elementos de defesa<sup>61</sup>, são concebidos por Haussmann como ampliações na escala das ruas da cidade e novos quarteirões de maiores gabaritos e dimensões que estabelecem uma rede de conexões entre espaços públicos de diferentes tipos, existentes e novos. Com isto, é criada uma rede de penetração e transformação de áreas antes fora do controle militar, político e econômico do Império.

É evidente também que a grande motivação subjacente da intervenção é em grande parte, a renda imobiliária adquirida a partir das obras - novas edificações valorizadas nas áreas abertas. Porém, os bulevares parisienses atendem às demandas de uma burguesia por uma esfera pública onde a vida cultural predomine, mas na qual haja algum controle social.

A proposta de Haussmann e as decorrentes intervenções posteriores de inspiração haussmanniana, são, assim como outras propostas de embelezamento, estruturação e expansão das cidades que se desenvolvem a partir do século XIX, transformações ainda fundadas na mesma lógica da configuração da cidade tradicional existente (de Cerdà, a Sitte e Unwin, à Agache). Assim, de todo modo, o papel do espaço público como um dos elementos centrais da forma urbana se mantém em diversas propostas de embelezamento e melhoria das cidades que chegam até meados do século XX

Quando Habermas trata das mudanças estruturais na esfera pública que se dão ao longo do século XX, ele se refere ao fato de que o debate político, a crítica racional, se perde na sociedade consumista de massa, e as organizações privadas se imiscuem com o poder. Ou seja, as esferas pública e privada se mesclam. Habermas, assim como Arendt ao falar do mesmo tópico sob uma visão da passagem do político ao social, tratam de uma esfera pública, e não do espaço.

No entanto, estas mudanças fazem parte de processos culturais, sociais, e econômicos que têm reflexos diretos na produção do espaço, e que vão marcar as intervenções urbanas por diversas décadas do século. Nestas, a fragmentação e despolarização da esfera pública se torna acentuada. Por um lado, destacamos o aumento das desigualdades sociais, o surgimento de grandes corporações, o crescimento urbano e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Por outro lado, as respostas são dadas em função de uma preocupação ('social') com a demografia urbana, com o funcionamento urbano, de uma a crença no progresso e nas possibilidades da ciência, de um fascínio pelo desenvolvimento tecnológico. Nos ambientes urbanos, alguns dos resultados diretos desta lógica são a ênfase rodoviarista, centrada nos veículos individuais; o zoneamento urbano e o desprezo pelas cidades tradicionais.

Nos anos trinta, as inovações propostas pelos CIAM são aquelas que efetivamente introduzem a ruptura mais intensa com a estrutura formal da cidade. Então, nestas visões de cidade nas quais seria mais preciso, pelas formas e funções atribuídas, falar não em "espaços públicos", mas tratar de espaços funcionalmente, como 'livres' ou 'verdes'<sup>62</sup>.

E é neste processo de inserção de cidades e trechos urbanos segundo a lógica do movimento moderno, de ruptura com o passado, que o espaço público, tal como elemento central da conformação da cidade, é desestruturado. Por um lado, a inserção da idéia dos ditos "espaços livres" que circundam - e mesmo transpassam no caso dos pilotis - os edifícios desarticula as relações presentes nas hierarquias entre os distintos espaços públicos de uma cidade tradicional: o espaço livre público é amorfo, ilimitado e amplo. Além disto, de contraponto equilibrado com o espaço construído da cidade, se torna pano de fundo para os objetos arquitetônicos - figuras da cidade destacadas e assim postas em destaque. Além disto, a grande escala introduzida nas cidades, assim como nos elementos do sistema viário, em verdade sugere o afastamento e a desagregação entre os grupos sociais; assim como a intensificação de intervenções rodoviaristas e o desenvolvimento de inúmeros e variados meios de comunicação são outros elementos que afastam a esfera pública do espaço público.

Assim, a "morte do espaço público" identificada por diversos autores das últimas décadas do século XX é por um lado, um reconhecimento da desestruturação não recuperada da sociabilidade da cidade tradicional, apesar de inúmeros esforços urbanos, eficientes e efetivos ou não, em restaurar a espacialidade perdida (desde Aldo Rossi, os irmãos Krier até os *new urbanists*). E por outro lado, hoje predomina cada vez mais uma rendição à sedução da velocidade e intensidade dos deslocamentos, das informações e representações dos meios de transporte e de comunicação, e ainda o fascínio pela realidade virtual - que não configura um "espaço" virtual senão em abstração sedutora e ilusória.

O ideal da universalidade do acesso ao espaço público corresponde ao ideal da esfera pública burguesa da era moderna. Mas em parte: a esfera pública como um ideal, tal como a descreve Habermas, é também a esfera do discurso, e coincide em muito com a esfera da política. Ele considera que "a esfera pública persiste ainda, como para o passado, como um princípio que estrutura nossa ordem política" (1962:16). Assim, quando se fala da morte da vida pública e da esfera pública, se trata também do aspecto da ausência de participação

política, do exercício da cidadania: nela, às discussões da pólis, corresponde a res pública, a coisa pública.

Enfatizamos aqui, por razões óbvias, os aspectos da esfera pública que se desenvolvem no espaço público, cientes de que a esfera pública se desenvolve ou não em um espaço público.

A mesa de que trata Arendt é a esfera pública, uma mesa de negociações na qual aos comensais resta que se incorporem às regras, convenções e jogos do poder. Ou não. Além destes espaços públicos de mediação, que nem sempre assumem um caráter político explícito, há nas cidades, outros que congregam manifestações explicitamente políticas e diversificadas da esfera pública. Um dos mais emblemáticos é o Speaker's Corner do Hyde Park em Londres, freqüentado por notáveis do século XIX. Outros exemplos das últimas décadas são a Plaza de Mayo, onde ocorrem os protestos das mães em Buenos Aires; o Muro de Berlim, cuja queda é acompanhada por eventos públicos diversos; a Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, onde, entre outros eventos, ocorre o comício das Diretas no Rio de Janeiro no início dos anos oitenta. A Praça Celestial (Tian'anmen), entre outros eventos do Poder e sua contestação, é não apenas o lugar onde Mao proclama a República Popular da China, mas é também onde se dá o protesto popular e decorrente massacre de 1989. Estes espaços são, portanto, representativos desta função seminal que os espaços públicos desempenham.

Não podemos afirmar, porém, que a esfera pública seja mais eficiente ou intensa no espaço público do que nos espaços privados e/ou virtuais. Nem que o contrário. Sabemos mesmo que, contemporaneamente, em diversos assuntos públicos e privados, hoje, a esfera pública virtual predomina. Sobre isto, Young (1990) faz uma crítica à visão de certo modo preponderante nos estudos urbanos: "Não há bases conceituais para se considerar que as relações cara a cara como relações sociais mais puras e autênticas do que as relações mediadas através do tempo e distância"<sup>63</sup>. Ela nos alerta que não se pode simplesmente associar relações mediadas com alienação e dominação, assim como mesmo as relações de co-presença não são exatamente imediatas. Mas consideramos que isto não exclui uma possível dinamização do espaço público a partir destes contatos travados virtualmente.

Além disto, os meios de comunicação podem estar incrementando as interações entre indivíduos e grupos sociais, e talvez facilitando os encontros sociais fisicamente constituídos. Há também encontros entre as pessoas que se dão a partir de contatos públicos ou pessoais travados na rede virtual. Exemplos notáveis deste contato são as mobilizações públicas que geram eventos orquestrados no espaço público através da rede: os '*flashmobs*'. Estas ações eventuais, de curta duração, são combinadas previamente pela internet e podem se dar simultaneamente em mais de uma cidade. Em princípio, muitos destes '*flash mobs*' sejam banais ou apenas lúdicos, sem uma causa específica senão a diversão ou a performance artística, e eventualmente tenham toques absurdos. Porém, notamos que, cada vez mais, estes assumem um caráter político, não apenas implicitamente. Como uma nova experiência e um novo tipo de agregação social, os '*flashmobs*' diferem de outras idéias similares como as propostas situacionistas dos anos sessenta. Porém, não dispomos de inúmeros estudos sobre o assunto (algo pode ser visto

em Smallwood, 2006). Mas acreditamos que há um enorme potencial de mobilização da esfera pública e de ativação dos espaços públicos nestas manifestações acima de tudo lúdicas.

Hoje, porém, infelizmente, em diversas cidades do mundo, proliferam conflitos de diferentes escalas nos espaços públicos - guerras, terrorismos, e violência urbana. Estes conflitos muitas vezes resultam da supressão da expressão de esferas públicas divergentes do Poder, em outras são atos da própria supressão destas expressões, e também há aqueles cuja pertinência em relação a uma esfera pública e política parece desconexa. Além disto, poderíamos, em algumas ocasiões, reconhecer em alguns tipos de violência urbana não expressamente política expressões ilegítimas da esfera pública feitas por grupos de excluídos sem voz, mas também sem saberem o que comunicar<sup>64</sup>. O espaço público nestas condições extremas pode conter paradoxos desconcertantes.

Portanto, em diversos contextos, a possibilidade de um espaço público coerente com a esfera pública parece cada vez mais difícil. Porém, inversamente, mais do que tudo, isto reforça o papel da existência do espaço público como um território neutro e consensual que se constrói entre as trincheiras dos espaços do Poder e dos divergentes grupos sociais.

Assim, o espaço público que se estabelece como uma esfera pública pressupõe então a capacidade e a possibilidade de expressão dos diferentes grupos: é o dito espaço primordialmente 'aberto e igualitário'. A esfera pública; no sentido da realização de diversas manifestações políticas e culturais, que sejam legítimas e positivas; é um elemento vital para o fenômeno do espaço público. Portanto, sem dúvidas e sem nostalgia, o espaço público se faz cada vez mais necessário nas grandes cidades.

Consideramos que é fundamental para que sejam vistas as possibilidades de comunicação e interação nos espaços, o que não exclui o caráter político deste contato, para que se alcance uma compreensão do papel fundamental do espaço público. Mas isto também não exclui outras manifestações privadas ou sociais aparentemente 'apolíticas'. Há também outras situações, mais pacíficas ou controladas, no contexto de um mundo dominado pelo mercado global, nas quais uma 'esfera pública' na cidade se refere a aspectos da comunicação pública não necessariamente políticos no estrito senso. Mas sim ao espaço público como instrumento de estratégias de divulgação de produtos de consumo, dentre estes o espaço ele mesmo. Trataremos disto a seguir.

Qual o sentido da vida pública, hoje? E qual a relação desta com os espaços urbanos? Como se dá uma esfera política da pólis hoje, nos espaços públicos? Reconhecer o espaço público como uma esfera pública pressupõe antes de tudo a existência de uma esfera crítica consolidada em uma participação pública, nas discussões sobre o bem comum, que tem o acontecer neste espaço.

Além disto, há reflexos da esfera pública na construção do espaço. Se considerarmos o espaço público ele mesmo como um bem comum, notamos que as ocasiões em que intervenções urbanas são conformadas e discutidas em conjunto pelos diversos agentes sociais envolvidos (poder público, técnicos, comunidade e eventuais agentes privados), em

um planejamento do tipo participativo, por exemplo, se constituem como momentos notáveis da construção de uma vida pública.

A questão que se coloca é: sob quais aspectos podemos dizer que há hoje uma esfera pública no espaço público? Consideramos que compreender a esfera pública é essencial para uma investigação do caráter público de um espaço, mesmo quando este espaço não seja reconhecida como um 'espaço público' por sua delimitação jurídica ou por sua categorização espacial. Neste sentido, é preciso examinar o convívio, a comunicação, a possibilidade de participação de indivíduos e grupos sociais em um espaço, ou seja: como os atributos de uma esfera pública se inscrevem especificamente em um dado espaço público.

Mais aspectos nos parece relevantes, porém. Para compreender as outras funções do espaço público hoje, que não necessariamente aquelas da esfera pública no estrito senso - ligadas ao caráter político do espaço - temos que tratar antes de tudo de como se dá a formação de um público como sujeito.

## 2. 8 – o espaço público como espaço do público

A noção de esfera pública abrange, além do caráter político intrínseco à definição original do conceito, os processos de divulgação e visibilidade no espaço público. É destes processos, e seus reflexos na cultura e no consumo dos espaços tornados produtos e tornados espetáculos, de que iremos tratar.

Falamos em um espaço **do** público para que possamos enfatizar o fenômeno da aparição pública. Propomos esta noção ao lembrarmos que, se um espaço público é um espaço 'do povo', um espaço **do** público designa um espaço que, por diversas razões, não é exatamente do domínio e fruição de todos, mas de um corpo público específico. Assim, um espaço pode ser de um público de espectadores e/ou consumidores que se apresenta como uma parcela ou então um estado do povo - isto se configura, por exemplo, nos turistas, eleitores, grupos sociais restritos. Mais especificamente, quando falamos em 'espaço do público', tratamos de uma esfera social que pressupõe não necessariamente a formação de uma esfera dita pública, mas sim de um corpo público para o qual uma representação do espaço se dirige como mensagem. Porém, por outro lado, se há um público, pode haver opinião pública e necessidades específicas que contribuam na formação do espaço, e não uma apenas vaga idéia de bem comum e necessidades universais. Criticamente, a noção de espaço público incorpora a idéia de um público tanto como sujeito da cultura quanto como objeto- o dito 'público alvo' - da publicidade da cultura de massa.

É no contexto da formação de uma esfera pública burguesa que o adjetivo 'público' se transforma em substantivo: **o 'público'**.

Por um lado, 'o público' assume aquelas acepções que advém do sentido do adjetivo original em latim: "o homem comum, do povo", "conjunto de pessoas; o povo de determinado lugar", "conjunto de pessoas com características ou interesses comuns"<sup>65</sup>. Por outro, pode eventualmente assumir o sentido de **'todo mundo'**<sup>66</sup>. Por outro lado, o 'público' tem acepções ligadas ao sentido de **platéia**: a audiência de um teatro, um espetáculo, um evento esportivo, um programa de rádio ou televisão etc.". Assim, neste sentido estrito, o público é sinônimo de "assistência, audiência, auditório, platéia"<sup>67</sup>. Mais recentemente, surge um sentido mais estrito ainda: "conjunto das pessoas às quais se destina determinada mensagem, campanha ou promoção"<sup>68</sup>.

Mais exatamente, *'le public'*, surge na França do século XVII para designar "os leitores, os espectadores, o público ouvinte"(Habermas: 42). E no século XVII, na Alemanha, *'das Publikum'*, 'o público', tem esta mesma acepção; e difere de *offenlich*, o adjetivo 'público', e de *Offenlichkeit*, a 'esfera pública'<sup>69</sup>. Com o mesmo sentido, o 'público', substantivo em português, é empregado no início do século XVIII<sup>70</sup>.

Em verdade, na França do século XVII, duas realidades se entrecruzam: as funções culturais da corte ainda predominavam sobre aquelas da cidade quando surge 'o público' como sujeito da esfera pública (ver Habermas, 1962, *et. passim.*). Por um lado, a comunicação pública ainda está ligada à esfera pública representativa, e por ela controlada, de modo que a imprensa que então é nascente se restringe às folhas de notícias do governo o meio pelo qual "o poder dirige seus avisos 'ao' público. Sobre este controle, um decreto anterior à Revolução Francesa estipulava que: "uma pessoa privada não está habilitada a portar julgamentos públicos, depreciativos ao rei". Este decreto denota o que já foi visto: a esfera pública era antes compreendida como um domínio do poder.

Por outro lado, o teatro, a música, a arte de um modo geral, cessam rapidamente "de pertencer à representação posta em ação no seio do espaço público da Igreja ou da Corte." (*ibid.*: 47). Assim, o nascimento da crítica literária e de arte, que faz parte do processo de formação da esfera pública, torna a cultura em um objeto de discussão - independente e racional. As obras se tornam profanas então; mas por outro lado, a arte se torna mais acessível.

Mais precisamente, a idéia de um público se desenvolve notadamente no fim do século XVIII e no início do século XIX, com a formação de um público leitor. Um dos argumentos de Habermas é o fato de que na modernidade, uma esfera pública crítica se forma a partir dos círculos de leitores, compostos basicamente de cidadãos burgueses, algumas destas sociedades secretas. Note-se ainda que, segundo ele, estas sociedades de convivas eruditos exercitam então o princípio de igualdade através da igualdade entre os membros da comunidade de condições sociais diferentes. Porém, ele diferencia este grupo social de novos burgueses como uma camada social de instruídos, não integrados, na sociedade civil renascentista, àquele dos grandes comerciantes e os funcionários da cidade, assimilados à cultura aristocrática das cortes italianas do barroco em declínio (Habermas, 1962: 34).

Em suma, o público, que se forma primeiramente como um de público leitor, no contexto da esfera pública burguesa, se expande e evolui com a crítica literária, e para a formação de uma platéia teatral, de uma audiência para a música. E o público está no convívio e nas discussões públicas que se dão nos teatros, nos espaços públicos das ruas e dos cafés. Até o século XIX, esta esfera pública, como um fórum de pessoas privadas reunidas em um público" '(como nos descreve Habermas, 1962: 36), está, sem dúvida, entrelaçada aos espaços públicos.

Hoje, porém, quando se diz que há um declínio da esfera pública no espaço público, não se trata apenas de reconhecermos a perda de vínculos entre a esfera e o espaço público. É necessário que percebamos a transformação no caráter público do espaço, que assume novas formas e funções, mas também da própria postura dos indivíduos e grupos perante si mesmos, perante a cultura, perante o espaço, e perante os poderes públicos e privados. Ou seja, há também uma mudança no caráter da esfera pública ela mesma. E a questão da relação entre o espaço público, a formação de um público e a publicidade se incluem neste processo.

Consideramos que, para compreendermos em um relance alguns dos aspectos constitutivos da esfera pública do mundo contemporâneo, é interessante que observemos o que diz Hannah Arendt (1958) sobre uma progressiva **transformação da esfera política em uma esfera social** <sup>71</sup>.

Ela contrasta o vínculo entre os homens na esfera pública da pólis com aquele da filosofia cristã, pois para ela que a negação da política que se sucedeu após a queda do Império Romano: "embora por motivos bem diferentes e de forma bem diversa - e talvez bem mais desalentadora - parece estar ocorrendo novamente em nosso próprio tempo" (p. 64).

Para construir este contraste, ela distingue, em relação à Grécia Antiga, as noções de labuta e trabalho, voltados para servir e produzir o que era necessário e útil, daquela da **ação** <sup>72</sup>. Embora as atividades humanas sejam condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, a ação é algo que somente ocorre na pólis, pois compreendemos que condensa o caráter político das atividades humanas (ver p. 31). Se na pólis há uma forte distinção entre a vida política em relação à vida social, privada, da *oikos*, é nela também que se dá a permanência, ou seja, nela se exercita o desejo de que algo seu ou algo em comum com os outros perdure além da vida terrena, de uma imortalidade através das ações <sup>73</sup>:

"Pois a pólis era para os gregos, como a res publica para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra esta futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais." (p. 66).

Por outro lado, Arendt argumenta que o vínculo entre os homens buscado pela antiga filosofia cristã inspira-se na estrutura privada da família, de modo que a noção de bem comum tal como o cristianismo a concebia (e também de caridade) não chega a se constituir uma esfera pública, pois que tem um 'caráter apolítico e não-público' <sup>74</sup>. Ela considera que, diferentemente deste do 'bem comum' cristão, há também um mundo comum, que depende não apenas de perenidade, mas mais concretamente, de uma

permanência das coisas. Resumindo, o que Arendt conclui é que, na medida em que haja uma negação do fenômeno político, e na medida em que não se busque transcender para uma imortalidade/ permanência, não são possíveis nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública.

Além disto, podemos acrescentar que ela considera que, com a passagem da esfera pública a uma esfera social, a política se torna apenas uma função da sociedade<sup>75</sup>. Assim, a ascensão da esfera social, nem privada nem pública, é relativamente recente, e "coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política do Estado Nacional." (*loc.cit.*). Arendt nos lembra que, na citada frase de Aristóteles, de que o homem é um '*zoon politikon*', um ser político, da pólis, o termo '*politikon*' possui um significado bem diverso da atual 'política', que hoje "é apenas uma função da sociedade" (Arendt, 1958: 42).

Arendt define a sociedade como "o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada nação". (p. 38). Segundo ela, esta foi uma das premissas que ele recebeu dos economistas políticos da era moderna, que fazia inclusive uma analogia entre economia social e administração doméstica<sup>76</sup>. E conclui então que esta analogia não mais se usa hoje porque a sociedade devorou e substituiu e a família, o que é indicado pela coincidência entre a ascensão da sociedade e o declínio da família. Há, portanto, "laços ainda mais estreitos e autênticos" entre a privatividade moderna e a esfera social do que com a esfera política (*ibid.*: 48).

De todo modo, esta passagem da esfera pública à esfera social que nos descreve Arendt corresponde a uma perda do caráter político inerente à esfera pública. A idéia de um público; como leitor, ouvinte e platéia de um evento cultural; se insere neste processo.

De todo modo, o que se segue, ao longo do século XIX e mais intensamente no século XX, é que as modificações nas relações na esfera pública se intensificam também com a aceleração e intensificação dos meios de comunicação, tanto o rádio e depois televisão. Se a formação do público como um agente (seja leitor, ouvinte ou espectador), corresponde a um desenvolvimento da própria esfera pública como o 'lugar' da crítica literária e artística, da discussão política e de uma opinião pública, podemos notar também que é daí que se inicia a formação de **um público** como uma massa normalizada ou normalizável à qual a comunicação pública se dirige.

No século XVII, paralelamente ao emprego do público como substantivo (sujeito), surge ainda um outro aspecto: o termo 'publicidade', provavelmente por influência do francês *publicité*, um pouco anterior, mas no mesmo século<sup>77</sup>. Este tem o significado primeiro de 'caráter do que é público, do que não é mantido secreto, propriedade do que é conhecido'<sup>78</sup>. Em um momento seguinte, no início do século XIX, 'publicidade' assume outro sentido: aquele da propaganda<sup>79</sup>, de um 'conjunto de meios utilizados para tornar conhecido um produto, uma empresa industrial ou comercial' e de 'divulgação de matéria jornalística, geralmente por encomenda de uma empresa, pessoa, instituição etc., por qualquer veículo

de comunicação". <sup>80 / 81</sup> Pode se dizer, em outras palavras, que a publicidade é o que define o público como um sujeito que se busca atingir através do forjamento de uma coesão.

As relações entre público e privado se modificam, até porque em comparação, estes novos meios podem se dirigir a diversos grupos simultaneamente, enquanto que a leitura é privada: 'a imprensa permite fazer-se um uso privado do pensamento'<sup>82</sup>. Ou seja, isto induz a certa 'despolitização' da opinião pública. Além disto, como nos aponta Arendt, a privatividade moderna, que protege a intimidade, não se opõe à esfera política, mas sim se rebela em relação à esfera social, ou seja, contra as exigências niveladoras do conformismo na sociedade. Para ela, estas relações sociais são vistas tanto em Rousseau, o grande teórico da intimidade, quanto no século XIX ou na sociedade de massas atual<sup>83</sup>. Portanto, nesta esfera social do mundo moderno, há uma igualdade jurídica (uma vitória em relação à igualdade restrita aos cidadãos que havia na pólis), mas há também a imposição de regras de comportamento e uma "normalização" dos membros da sociedade, o que restringe a "ação espontânea ou a reação inusitada" (*ibid.*: 50).

Arendt considera que, com a sociedade de massas, a igualdade moderna baseada se acentua no conformismo, pois:

"O surgimento da sociedade de massas, pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares haviam sido antes absorvidas por grupos sociais; com o surgimento da sociedade de massas a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade". (*ibid.*:50)

Estes meios de comunicação com a grande massa vão conformar o que, precisamente é denominado por Adorno (1994) de indústria cultural - aquela que, pelo domínio destes meios, não apenas mercantiliza, mas tende a homogeneizar a cultura. Poderíamos lembrar, por outro lado, que, neste processo de desenvolvimento da esfera pública, "ao mesmo tempo em que a cultura se reveste de sua forma comercial, e, mais proximamente, se desenvolve pela primeira vez verdadeiramente na qualidade de cultura" (Habermas, 1962: 40).

Se considerarmos a esfera pública sob este aspecto, constatamos que a sociedade perde o seu poder de participação, para além daquela ditada pelas regras do consumo. As escolhas são múltiplas, subjetivas, porém sugeridas, induzidas, muitas vezes por interesses alheios ao indivíduo ou aos grupos sociais de que faz parte. O emprego de termos como 'público alvo', 'audiência', 'clientes', 'consumidores', ou no máximo 'usuários' pelos serviços públicos para definir os 'cidadãos', os 'habitantes', os 'visitantes', o 'povo', os 'passageiros' ou os 'moradores', é parte deste processo<sup>84</sup>. O público se torna então um consumidor.

A cultura se torna uma mercadoria. Obras de arte, espaços construídos, territórios assumem um valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso, em outras palavras, são "*commodified*"<sup>85</sup>, transformados em *commodities*: produtos a serem consumidos pela sociedade de massa, por um público.

E no que consiste chamarmos os espaços públicos de hoje como espaços do público?

Aqui, enfatizamos que o público pode estar sob uma sujeição, pode não ser um sujeito ativo. Quando o público presente em um dado espaço público é visto ou tratado como uma platéia, o que está presente é o aspecto passivo e conformista das multidões - e não a sua participação ativa no espaço.

Portanto, para nós, falar em um espaço do público é reconhecer, que, se 'o público' se conforma no seio de uma esfera crítica, como um sujeito da esfera pública, ele pode gradativamente se tornar submetido a uma 'esfera social' e, assim, mais passivo e alienado, como um espectador dos fatos urbanos. Esta 'passividade' ou anomia do público se dá seja em relação a como o espaço reflete os ditames do capital, do poder privado e dos representantes do poder público; seja em relação aos próprios contatos individuais com o espaço público e com os demais membros deste público. Assim, para compreender o espaço do público, temos de observar algumas das formas como os espaços públicos incorporam a 'publicidade': como o público, o conjunto de pessoas que recebe uma mensagem a vê e a ouve.

Há desdobramentos das relações entre sociedade de consumo e espaços públicos. Primeiro, pelo individualismo que o consumo encerra, e pela valorização da vida privada, no máximo coletiva, que pode substituir o convívio nos espaços públicos. Ou então, como vimos, muitos assuntos antes considerados privados, subjetivos e íntimos, são expostos pela publicidade.

Deste modo, 'assistimos' à penetração da publicidade - como propaganda, divulgação do poder público e das empresas - em diversas esferas da vida pública. Nos espaços públicos das cidades surgem os outdoors, o mobiliário urbano e os edifícios feitos como suportes para a publicidade e a telemática nas cidades. Ou seja, os espaços são carregados de 'comunicação visual', porém quase não se comunicam ou se comunicam em demasia com o público. Se por um lado, estas representações causam então uma 'poluição visual', não podemos deixar de notar que fazem parte da cultura possível: os discursos da arte apropriada pelo marketing para as corporações e para o Poder Público, e mesmo do pouco informado e/ou autêntico e/ou *naïf* pequeno empreendedor privado.

Não por acaso, a noção de espaço público como o 'palco' de eventos públicos está presente em analogias que comumente se estabelecem entre cidade e 'cena' teatral. Assim, a paisagem urbana e seus espaços livres públicos são vistos como o 'cenário', o 'palco' onde se desenvolve a 'cena' urbana, o 'espetáculo' da vida pública, ou então o 'teatro' da vida pública<sup>86</sup>. Para o indivíduo, o estar em público é ser platéia e ao mesmo tempo, ou seja, ser como um ator que representa um papel<sup>87</sup>.

Aliás, é interessante notar que não por acaso a origem etimológica de 'platéia'<sup>88</sup>; assim como 'praça', '*place*' em francês, e como '*place*', lugar, em inglês é considerado comum: significavam originalmente superfícies planas, daí platôs. Ou seja, mesclando as definições, podemos dizer que, como espaço público característico, as praças são lugares planos para que a platéia encontre a sua cena.

No espaço público, ocorre o evento do encontro da platéia com o espaço e com a platéia ela mesma. Além disto, os encontros entre indivíduo(s) e grupo(s) nos espaços públicos são encontros especulares consigo mesmo e com o(s) outro(s). Tempo e lugar de ver e ser visto. É interessante notarmos, aliás, que 'especular' como um espelho, ou 'especular' com uma conjectura, ambos derivam de uma observação atenta como a de uma sentinela.

Aliás, sugerimos que há vínculos entre o espelho e o espetáculo. Voltando a um olhar semântico, é interessante notar que há um jogo de deferências entre o latim *speculári*, ou 'observar de lugar alto, estar de sentinela, de atalaia; observar, seguir com os olhos, considerar' – que origina 'espelho' – e o latim *spectáre*, que significa 'olhar, observar atentamente, contemplar' – que origina espectador e espetáculo. Assim, o caráter de espelho, de reflexo presente no espetáculo é ressaltado. Aliás, para Lefebvre (1974), a lógica da espetacularização se insere em um dos aspectos que emerge da estratégia de dominação do espaço abstrato: o ótico ou visual. Assim, ele nota que:

"O jogo de espelho se generaliza. O 'ver' e o 'visto', se misturando, caem juntos na impotência. O espaço, ao fim deste processo, não tem a existência social senão por uma visualização intensa, agressiva e repressiva. É, portanto, um espaço visual, não simbolicamente, mas efetivamente. A predominância do visível entranha um conjunto de substituições e deslocamentos, através do qual o visual suplanta e supre o corpo inteiro" (p. 330).

Mais do que tudo, isto reforça que o caráter de um 'espetáculo' é distinto daquele dos eventos pessoais e sociais em um espaço, dos momentos cotidianos de um lugar. O espetáculo implica em um espectador, no olhar e na observação. E sugere o domínio do sentido visual sobre o sensorial. E o domínio do que produz a imagem sobre aquele que a recebe.

Um outro aspecto está em lembrar que nos espaços públicos estão presentes nestas representações da dita 'sociedade do espetáculo'. A expressão, cunhada por Guy Debord nos anos sessenta, serve para apontar que, sob a forma de "informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de diversões", "o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade"(1967: 14). Deste modo, a crítica de Debord se dirige ao domínio da mercadoria sobre o mundo, ao princípio do fetichismo da mercadoria, à perda de qualidade e sensibilidade dos objetos, ao consumo sem limites à alienação conduzida pelas imagens, num mundo em que:

" Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se afasta em uma representação. "(1967: 13).

E como se dá esta representação para um público 'espectador'? Nos espaços públicos, podem acontecer eventos espetaculares momentâneos para o público. No próprio espaço público presente. Podem estar cunhadas imagens imediatas, como representações da publicidade instalada, representações presentes da própria cena ou representações estabelecidas pelo espaço e pela forma arquitetônica. Ou então podem ser chamadas à

memória imagens mediadas, externas à cena, representações ausentes que representam ou se referem àquele espaço. O caráter alienante destas representações se estabelece não apenas nos discursos, mas pela própria profusão de referências, pelo excesso de informações e pela presença de deslocamentos espaciais e temporais nestas representações. Em decorrência, isto dificulta a apreensão do espaço, confunde a percepção e assim impede a sua compreensão. Some-se a isto o fato de muitas destas representações no espaço decorrem em tentativas de convencimento explícito próprio dos discursos de compra-venda da publicidade e em sugestões de modelos comportamentais.

Eventualmente, o próprio espaço é pensado de modo que ele mesmo se constitua como um espetáculo espetacular. Assim, há também uma espetacularização dos espaços públicos. O público é o espectador do espetáculo construído, é o consumidor destas imagens e consumidor de espaços.

Por conta disto, a validade social dos espaços no contexto atual, em que eventos e cenas são desconexos da própria espacialidade, é efetivamente considerada não através da cultura, mas sim da lógica do mercado. 'Sociedade do espetáculo', indústria cultural', e 'cultura de massa' são termos já intensivamente revisados, principalmente no campo da comunicação social. Porém, as representações sociais propostas nos espaços públicos - explicitamente ou não -pelos projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo nas cidades nos fazem pensar na pertinência ainda atual de muitas destas expressões de crítica a uma fragmentação do espaço e da cultura. Em muitos aspectos isto corresponde ao que nos explica Arendt sobre a passagem de uma esfera pública a uma esfera social.

Na arquitetura das cidades, as representações sem sentido público senão aquele do espetáculo, já que centradas no consumo, podem ser vistas como tentativas de comunicação de significados.

Isto pode ser dito sobre muitas das intervenções no espaço público, sejam elas sob a égide da preservação do patrimônio cultural ou então do fomento de novas expressões culturais – e inclusive arquitetônicas. Pode ocorrer uma valorização dos espaços públicos através de estratégias como a preservação e tratamento de edifícios e fachadas existentes ou novas, de melhoras em espaços públicos existentes, da renovação estética do mobiliário urbano, ou de novas propostas de novos espaços públicos - livres ou edificados.

E esta valorização pode ocorrer mesmo pela inserção excepcional de obras arquitetônicas ou urbanas que tendem a uma autonomia projetual e formal em relação ao contexto social e construído. Estes objetos, mesmo inserindo atividades, melhorias pela própria estetização do ambiente, muitas vezes são eventos em que a exposição do ego individual se encontra representada e a arquitetura é exibida como mais um objeto de design a ser consumido.

Assim, embora os projetos, sejam estes em novas áreas ou em tecidos tradicionais, possam conter qualidades estéticas, e possa não haver nada de errado em si, há riscos aumentados. Estes são aqueles de uma eventual ausência de projeto social e de uma espetacularização dos espaços da cidade sem resultados na valorização: processos que geram em verdade de uma 'gentrificação', ou elitização do espaço público. E o risco de uma degradação rápida,

similar ao que ocorre na obsolescência programada dos objetos de consumo: a moda pede o moderno, o hodierno, a novidade.

Compreender a arquitetura e o urbanismo eles mesmos como parte dos processos culturais é fundamental para que os espaços públicos alcancem um sentido de público. Aliás, quando se trata de manifestações culturais nos espaços da cidade, ou então de intervenções construídas que constroem ou interferem nestes, julgamos que, de um modo geral, a ausência de um sentido 'autêntico' de público, como algo acessível, visível, equânime, plural, compartilhado, gera perdas na qualidade urbana. Quanto mais se centradas no consumo de eventos e espaços. Quanto mais se estas manifestações e intervenções 'espetaculares' incluem também desfigurações das referências ao lugar que são globalizantes, porém não universais. Assim, muitos edifícios 'espetaculares' são globalizantes, porém não universais<sup>89</sup>.

Uma expressão, de 'culturalização do espaço', dá conta destes processos de revitalização cultural que ocorrem nas cidades notadamente a partir dos anos oitenta, e que fazem parte da tentativa de re-inserção de significados na cena urbana. Consideramos que o momento emblemático destas relações contemporâneas entre espaço público e público, esfera pública e Poder público se dá na construção do Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris, por diversas razões. Mas principalmente, pelas relações entre arte, consumo e espaço público que o então inovador objeto arquitetônico coloca<sup>90</sup>.

Podemos considerar também que suas transparências e referências tecnológicas nos dizem algo mais sobre este espaço público do público. Baudrillard, ao tratar do Beaubourg, nos diz sobre ele que "este espaço de dissuasão, articulado sobre a ideologia da visibilidade, de transparência, de polivalência, de consenso e de contato, legitimado pela chantagem da segurança, é virtualmente hoje em dia o das relações sociais" (1997: 158) e que sua arquitetura exterior "proclama abertamente que o nosso tempo jamais será o da duração, que a nossa temporalidade é a do ciclo acelerado e da reciclagem, do circuito e do trânsito dos fluidos." (p. 160).

Notamos que a questão da dissuasão do espaço se refere ao projeto e sua duração de uma obra arquitetônica, mas também às discussões sobre o lugar (ou sobre o não-lugar), ao seu caráter autônomo ou heterônomo, e ao seu papel como evento/ espetáculo na cena urbana. Mas antes de tudo, consideramos que a ponderação de Baudrillard sobre a ideologia da visibilidade nos aponta, mais do que a dissuasão, a possibilidade do consenso e do contato com o público que se dá a partir da transparência da arquitetura espetacular. De todo modo, o Beaubourg, assim como inúmeros outros projetos de museus e centros culturais, aponta para as tentativas de diálogo entre arquitetura e espaço público, nas quais os edifícios eles mesmos são espaços públicos cujo acesso dá continuidade aos espaços livres de edificações.

Porém, de todo modo, é certo que imagens e eventos têm um potencial transformador e dinamizador. A presença de espetáculos, de representações diversas, não exclui isto. Em decorrência disto, eventualmente, um espetáculo no espaço público ou um espaço público espetacular podem se configurar como expressões de uma cultura autêntica. Dito de outros

modos, estas podem ser exemplos de uma cultura popular (ver Bosi,1992), de "outras" esferas públicas (ver Habermas, 1990: V) e de uma difusão de informações que, senão é plenamente democrática, pelo menos alcança mais grupos sociais do que no século XIX. Consideramos que estes diálogos - entre 'Cultura' e 'culturas', entre cultura e espaço público, entre espaço público e privado, entre espaço público construído e livre - é fundamental para a constituição de uma esfera pública que seja o quanto mais de um público ativo.

E no que a consideração de uma esfera social que se sobrepõe à esfera pública contribui? Primeiro, para nós, a esfera pública não é igual à política, apesar de outra acepção mais difundida, nem o espaço público não pode ser apenas considerado como um espaço político. Levamos em conta que o '*politikon*', para a Grécia antiga, deriva da polis, a cidade-estado na qual o cidadão virtuoso vai a público para participar das questões, interesses e negócios da pólis. Portanto, é para nós deste modo que o espaço público assume o significado de político, e vice-versa.

Outro aspecto: não podemos dizer que festas, shows, competições, esportes, eventos didáticos são eventos necessariamente públicos, mas sim que estes podem pertencer ao espaço público. E que, aliás, estes são desejáveis ao espaço público. O mesmo pode ser dito em relação a encontros individuais e familiares, eventos de exposição da vida privada. Na medida em que são tornadas visíveis e divulgadas nos espaços para todos; estas atividades não deixam de caracterizar uma esfera pública no espaço público. Porém, aqui, a noção de espaço público não se liga diretamente ao que se convencionou chamar de uma esfera pública, e muito menos no sentido político, e sim a uma esfera social.

Podemos também contra-argumentar lembrando que quando questões privadas são levadas a público, estas são, em uma acepção mais abrangente, questões políticas (ver Deutsche,1996, inclusive).

Assim, não se pode compreender hoje que há 'uma' esfera pública, ou 'a' esfera pública, ou mesmo que a idéia de esfera pública possa excluir outras formas de sociabilidade. As críticas e revisões à noção de esfera pública são inúmeras (ver os artigos em Calhoun, 1992). Mesmo porque mensurar o caráter político ou não de cada uma destas esferas públicas não é algo preciso e nem sempre possível.

Mas a noção de esfera social é interessante para que a crítica à uma desvalorização da esfera pública não espacial e dos espaços públicos da cidade, na medida em que estabelece a necessidade da política e do encontro espacial como uma necessidade urbana.

Por outro lado, porém, há algo mais: a publicidade, tomada em seu sentido abrangente, parte do fato de que o público significa que "tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos". Isto é particularmente verdadeiro quando se trata dos espaços livres públicos, espaços das cidades que foram palco de eventos históricos e da memória coletiva.

Jane Jacobs, que trata dos espaços livres públicos das cidades tradicionais (em uma crítica àqueles criados pelos projetos modernistas) diz que:

“Sob a desordem aparente da velha cidade(...) há uma ordem maravilhosa capaz de manter a segurança das ruas e a liberdade da cidade. É uma ordem complexa. Sua essência é o intrincado uso das ruas, que entranha uma constante sucessão de olhares. Esta ordem se compõe de câmbio e movimento, e ainda que seja vida e não arte, imaginativamente poderíamos chamá-la da forma artística da cidade, e compará-la com a dança.” (1961: 60).

Assim, estes diversos olhares na cidade são aspectos fundamentais do convívio nas ruas, implicam em uma diversidade de usuários e em uma acessibilidade por todos, ou seja, em na sua visibilidade e 'publicidade'. Isto nos lembra que "o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele" (Arendt, *op. cit.*: 62)<sup>91</sup>. É neste sentido de 'publicidade' que os espaços públicos das cidades se apresentam como fundamentais.

'Do público' pode significar então o espaço que pertence ao público como um todo, não aquele de um povo local, localizado, territorializado; mas sim de uma larga audiência global que dele usufrui sob a forma de imagens e outras representações imagéticas, ou sob a forma restrita do turismo, das visitas e passagens rápidas, ou então nas estórias, filmes e filmagens que tratam do seu caráter.

Esta idéia se aproxima do momento espacial proposto por Lefebvre (1974) : o espaço de representação. Retomando a sua definição, podemos dizer um espaço de representação do público é vivido mais do que concebido, repleto de lugares com os quais se têm vínculos afetivos, de simbolismo, e com origem na história pessoal e coletiva.

Um espaço do público pode significar então que este espaço assume o seu papel como palco central de uma esfera pública ampliada, como lugar onde se efetiva concretamente a divulgação da vida pública. Assim, hoje, assistir ao que ocorre no espaço público de uma cidade pode ser também assistir às representações virtuais do que ocorre, ou então que nele ocorrem. Neste sentido, o público que visita, vê, sente e/ou escuta é uma platéia, um grupo de consumidores ao qual se dirige uma mensagem; mas também pode conformar um sujeito, um corpo público com opinião, crítica, capacidade criativa e interativa: um protagonista que atua na própria história.

E neste sentido o espaço público é o mundo.

## 2. 9 – o espaço público como o mundo comum

"Nossos lugares públicos são depósitos esplêndidos de uma história comum. Abandonamos aquele sentido de um destino compartilhado, e nossos espaços públicos mostram isto. O que resta pode não ser muito, mas é crucial. Ainda queremos estar com outras pessoas, se não envolvidos diretamente pelo menos observando a sua passagem" (Kostoff, 1992:187).

Este último item, embora em princípio não conclusivo, nem tão abrangente quanto parece, assume o papel de um resumo de algumas das questões trabalhadas. Vislumbramos, a esta

altura, que o fenômeno do espaço público ultrapassa a questão do ver e ser visto, da visibilidade e divulgação, mais comumente associada à noção de publicidade: O espaço (social) público é o mundo comum. Ou poderíamos dizer: o espaço (social) público é o mundo (comum).

Para tanto, é fundamental a já citada constatação de Hannah Arendt, de que: "**o termo público significa o próprio mundo**, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele" (1958: 62).

Nas cidades, o espaço público é este mundo comum. Até certa extensão, o espaço público é a cidade. Não apenas porque é a cidade visível, mas porque nele se efetiva a idéia mesma de cidade: os fluxos e encontros de mercadorias e pessoas se tornam visíveis e intensos. A qualidade e a presença de espaços públicos parecem estar associadas à qualidade e presença de cidade, além de uma categorização urbana.

A esfera pública é como uma mesa, como propõe Arendt<sup>92</sup> em uma analogia espacial que podemos retomar. A mesa, agrega, relaciona e divide as pessoas ao mesmo tempo. O espaço público é a mesa da cidade. Kostoff nos aponta acima para este papel do espaço público como lugar de convívio e compartilhamento mesmo que temporário. Além disto, este compartilhar se dá no evento coetâneo, mas também no ser lembrado e no partilhar não somente da história, mas da memória comum. Do mais longínquo ao mais recente. Do registro oficial e das pequenas narrativas. Do relato e da experiência própria. Assim, a participação mais envolvida e envolvente das pessoas e grupos sociais na construção da cena, do evento, é algo que faz com que o espaço ultrapasse o mero papel de representação, para uma vivência compartilhada do espaço - e do tempo e na vida pessoal de cada um. Kostoff também nos aponta que, nos espaços públicos, é relevante observar os outros, o espaço. Acrescentamos que este é um aspecto tão importante quanto ser observado, como espectadores e atores no espetáculo contido nestes 'depósitos esplêndidos da história comum'.

O espaço público presente e imediato é um fenômeno apreensível de modos particulares. E individuais, já que qualquer espaço, ambiente, habitat do homem reflete as suas relações pessoais com o mundo. Mas o espaço público é simultaneamente repleto de outros, de alteridades, e de mediações diversas, construídos sempre por representações de tempos diversos, e de temporalidades diversas. O espaço público é então configurado como o resultado de sucessivos processos de produção do espaço - negociações, conflitos, imposições e compartilhamentos.

Podemos também lembrar que é sabido que as primeiras cidades se fundam não como consequência da saída do nomadismo, mas pela necessidade de um espaço comum. O espaço público é este espaço primordial, original, redondo. Como o espaço vazio central no qual uma fogueira constrói a roda circundante de pessoas. No entanto, hoje, o espaço público, muitas vezes sobrevive como área livre residual ou então via de acesso que resta da fragmentação espacial dada pela propriedade privada.

Por um lado, esta fragmentação decorre, espacialmente, de uma quebra na estrutura formal das cidades tradicionais – rua e quarteirão - que se dá principalmente em meados do século XX, por diversas razões, e que se reflete no desenvolvimento das cidades. Nas antigas estruturas, o espaço público é relevante, e contém configuração em relação direta com o conjunto edificado da cidade, dimensões e escalas proporcionais ao pedestre. Nas estruturas urbanas propostas ou renovadas de acordo com os CIAM e seus seguidores, se insere a lógica do objeto arquitetônico solto em um espaço amorfo, emoldurado por espaços 'livres'. Ao partir o espaço urbano em zonas, e o habitar em funções como uma máquina, as representações do espaço se impuseram sobre o espaço urbano, contribuindo para a sua fragmentação. Contemporaneamente, estruturas urbanas e propostas arquitetônicas, descendentes destas se mesclam e se expandem sobre o território, em uma disputa simultaneamente teórica, política e formal. Nestas configurações diversas, de matrizes diversas, os espaços públicos, de diferentes naturezas, nem sempre se articulam – e assim permanecem como colagens.

No século XX, além da inserção de tipologias urbanas e arquitetônicas, a urbanidade das ruas é também fragmentada pelas vias expressas e outras intervenções de cunho rodoviário e tecnicista. O carro é, simultaneamente, uma privatização do mundo comum, e também uma barreira pulsante e agressiva no espaço do pedestre. O contato entre pessoas no espaço público é mediado pela máquina. Assim, neste processo, os espaços públicos, coesão de toda a cidade, são retalhados pela multiplicação dos territórios automotivos.

Além disto, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação assume uma parcela da esfera pública antes detida pelos espaços públicos e possibilita e intensifica a interação entre os indivíduos independente do espaço. Como parte de um processo cultural, a cidade - modos de vida e tecido urbano – se expande e cada vez mais se diferencia e fragmenta socialmente. Os espaços públicos sofrem algum esvaziamento pelos novos modos de vida – ligados ao automóvel e ao espaço virtual – embora possamos lembrar também que, inversamente, talvez mesmo que o incremento de contatos e interações cause outras interações espaciais.

Por outro lado, se a diferenciação de um espaço como público decorre da própria partição do território em privado ou público, há uma fragmentação do espaço público que decorre da noção de propriedade privada, um bem, que se configura como o evento primeiro do posterior processo que torna as coisas, a terra inclusive, em objetos, mercadorias: a *commodification*. Neste caso, o valor de troca separa as coisas do seu valor de uso. E as coisas se tornam mais do que apenas necessárias: possuíveis, consumíveis e ilimitadas. O mercado cria novos valores de uso. Passa-se da necessidade ao desejo. Do contato à posse, propriedade. Da fruição ao consumo.

Deste modo, o espaço público, entendido como o espaço comum do convívio, dos rituais, do mercado e da circulação, se fragmenta com novos meios para a esfera pública e com as novas formas de sociabilização e consumo. Segundo Hannah Arendt coloca, enfatizando a perda do debate e do espírito da pólis diante da sociedade de massas, a esfera pública (política) passa a ser apenas uma esfera social. Mas notemos que 'político' aqui tem um sentido mais amplo, que abrange 'aquilo que é da pólis', no sentido da participação e

decisão discutida e consensual da pólis, de uma urbanidade cívica, ou civismo urbano e que o sentido que buscamos é também espacial.

Para tratarmos do espaço público como o mundo comum, voltamos a algumas das nossas discussões sobre o espaço público como uma esfera pública e como um espaço do público.

Primeiro, a diferenciação feita por Arendt para a esfera pública –para ela, política- e a esfera social nos alerta para a perda de um aspecto político - pois ela considera que a política passa a ser apenas uma função da sociedade. Para ela, o sentido de mundo comum é perdido em uma visão focada no presente consumista e imediatista, o gozo, o consumo e o intercâmbio das coisas terrenas<sup>93</sup>. A partir disto, Arendt conclui que "A negação do mundo como fenômeno político só é possível à base da premissa de que o mundo não durará (...)" (*ibid.*: 64).

Consideramos que, neste sentido dado por ela, a esfera pública e, por conseguinte, o espaço público, só se efetiva totalmente em uma situação ideal. Reconhecemos isto, em princípio: que o que é 'público' hoje é menos 'político' do que 'social', que a esfera social dominou o político, como constata Arendt. Mas, por outro lado, consideramos que isto não significa exatamente que a "distinção entre o social e o político não faz sentido no mundo moderno", como sugere Benhabib (1992: 79).

Mas qual a diferença entre um espaço público, um espaço social e um espaço político<sup>94</sup>? Se pensarmos sobre o espaço ele mesmo, enquanto escutamos os termos 'espaço público', 'espaço social' e 'espaço político', a distinção entre as três expressões é inegável.

Todo espaço é um espaço social<sup>95</sup>. Todo espaço público é um espaço social. Mas um espaço social não é necessariamente público. Um espaço social pode ser um espaço do público, sem ser um espaço público. O espaço social pode ser restrito, um espaço coletivo, um espaço sob controle privado.

Mas um espaço público é sempre eminentemente político, não apenas no sentido de que (livre ou edificado) se relaciona à idéia de pólis, ou então no sentido de que tudo é político, afinal de contas. Mas porque a construção e a apropriação dos espaços públicos é inevitavelmente o produto momentâneo e cambiante de negociações e/ou imposições diversas da sociedade e seu espaço. O espaço público é onde as práticas espaciais estão manifestas, onde as representações espaciais encontram um público que as assimile e o espaço com mais potencialidade em se tornar um espaço de representação.

Mas o que é um espaço público entendido como espaço político? Pode ser um espaço público como uma esfera pública politizada, no sentido da comunicação, da discussão e da participação políticas. Mas considerar que não há esfera pública hoje, pois esta foi sobrepujada pela esfera social, é ignorar que a esfera pública se ampliou para outros meios de difusão; que o próprio público aumentou e se diversificou; e que os espaços públicos cumprem hoje inúmeras outras funções que não deixam de ser políticas, embora não no estrito senso.

Primeiro, Hannah Arendt, ao enfatizar a ascensão da esfera social sobre a política, não vislumbra que quando uma série de assuntos - antes privados, pessoais - é colocada à luz da opinião pública, ou seja, é objeto de discussão política, esta se torna um assunto político. Inclusive porque na pólis; que ela trata como referência essencial; estão excluídos o trabalho e a labuta, atividades que garantem a sobrevivência, que se dão no espaço privado da *oikos* - aliás, daí a 'economia' (*oikonomía*). Ao espaço público da pólis, restaria a ação - política e filosofia.

Segundo Benhabib percebe, de acordo com estas conjecturas de Arendt, "o 'espaço público' é definido ou como aquele espaço no qual um certo tipo de atividade, nomeadamente ação como um oposto à labuta e trabalho, tem lugar, ou é delimitado de outras esferas sociais em referência ao conteúdo substantivo do diálogo público" (1992: 80). Ela critica então que "a tentativa de definir o espaço público definindo sua agenda de conversação pública é fútil" (p. 80)<sup>96</sup>.

Por fim, Benhabib contrapõe ao modelo agonístico de Arendt, o modelo discursivo de esfera pública de Habermas, que tem como virtude principal "a sua abertura e indeterminação radicais, pois ele não restringe o acesso ao espaço público nem coloca a agenda para o debate público" (p. 84).

Esta divisão entre as discussões e as atividades que concernem à esfera pública se replica na constituição dos espaços públicos das cidades. Cada vez mais, no mundo contemporâneo, os eventos privados, coletivos ou públicos em um espaço não se distinguem e são intercambiantes e simultâneos. Assim, nos espaços públicos, mesmo naqueles em meio a uma alta densidade urbana e de usos, eventos privados, condutas pessoais e exposições individuais de si tomam os espaços públicos, mas não chegam a se constituir como 'privatizações' do espaço. E aí sim, vinculando a esfera pública à política, podemos lembrar também que "a luta para tornar algo público é uma luta por justiça"(como sugere Benhabib, 1992: 79).

Para falar então da fragmentação do espaço público, temos que levar em conta o caráter de espetáculo que quase tudo assume diante da possível exposição à esfera pública, ao espaço público e/ou ao espaço público multiplicado pela reprodução na esfera pública. Um evento pode ser um espetáculo para a massa, uma banalização, uma representação de um modo de vida que não existe efetivamente. Assim, é claro que podemos reconhecer que há controle e mesmo coerção, sob a forma de sugestão contínua e subliminar, dos temas e da conformidade do comportamento. Deste modo, os interesses do Estado que se associam aos do capital podem estar regulando cada uma das manifestações públicas. Lembremos da crítica de Debord: "O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo"(1967:30). O mundo da mercadoria é o mundo todo não privado. A esfera pública que assumem o papel do espaço público do mercado, e o espaço público ele mesmo. O espetáculo quer ser visto, divulgado e consumido pelo público.

Benhabib nos dá então uma pista sobre esta questão da relação entre esfera pública e espaço público, quando diz que "O que é importante aqui não é tanto do que se trata o discurso público, mas sim o modo como este discurso tem lugar, pois a força e violência destroem a especificidade do discurso público" (*ibid.*: 80). Nos espaços públicos, a força e violência podem estar no controle e vigilância excessivos, na ausência de participação da construção do espaço, na eventual ênfase dada às desigualdades sociais através do espaço pelas soluções de projeto e gestão, nas inúmeras representações de Poder que se impõem sobre os espaços, e na eventual violência da espetacularização.

Neste contexto, qual a relevância de um espaço público, aquele que em princípio não pode ser ele mesmo efetivamente comercializado senão como suporte para mercadorias, a não ser que perca o seu caráter público? No processo de *commodification* do espaço, da arte, do corpo, do trabalho, de quase tudo, qual o lugar que sobra para o espaço público? Ele é o espaço do mercado, a praça do mercado para a comercialização de espaços privados adjacentes e vitrine de mercadorias locais e globais? É playground, parque de diversões, passarela, altar, ou apenas mais uma imagem emoldurada – espetacular - da cidade?

Ao tratarmos do espaço público, reduzir nossas próprias experiências multiplicadas nos espaços públicos a um processo de *commodification* é reduzir a visão de uma vida comum, e também de uma vida pessoal. A visão de que os espaços públicos estão fragmentados e então mortos, assim como a visão de que tudo é mercadoria pode não apenas ser uma crítica necessária, mas se tornar um atestado usado para justificar atitudes e também a ausência de iniciativas e conexões ao espaço público.

Primeiro, podemos inclusive considerar com os novos meios digitais, o registro dos eventos é multiplicado, descentralizado, e que o espaço público se torna multiplicado, descentralizado. Além disto, o espaço público pertence ao povo na medida em que abrange a cultura e abraça os diferentes grupos sociais. Assim, se partimos de uma outra perspectiva que não apenas a da exclusão, por outro lado, podemos lembrar que, em seguida à dita esfera pública burguesa, surgem também reações: outras esferas públicas. E também que, por vezes, a ida ao espaço público destas outras esferas públicas fornece à justiça e à história evidências dos eventos nos espaços públicos, em registros digitais de pequenas narrativas locais que hoje são passíveis de divulgação para todo o mundo. Da política, da arte, das demandas coletivas mais gerais, do caráter do lazer nos espaços públicos e mesmo das necessidades do espaço público. Portanto, o que sugerimos é que os outros meios de esfera pública podem, contrariamente, intensificar os espaços públicos como espaços de representação.

O que não mudou, apesar das novas apropriações dos espaços públicos, das novas e multiplicadas esferas públicas, das vozes que ganharam lugar? A própria produção do espaço, cada vez mais concentrada, mais globalizada e assumindo sua forma sob o domínio de corporações. Com a escala dos grandes empreendimentos, com a especialização progressiva dos saberes e tecnologias construtivas, com o trabalho como parte de corporações, o papel do arquiteto é cada vez mais dividido, como o do operário na Revolução Industrial. E, em relação à gestão e produção dos espaços públicos, não há um desenvolvimento substancial dos modos de participação pública, apesar de honrosas

tentativas. Assim, esta que seria uma das contrapartidas do espaço público, a possibilidade do projeto do espaço público se consolidar ele mesmo como uma mesa de discussões, ainda não se encontra consolidada.

Um outro aspecto: tratando do exemplo das mães da Plaza de Mayo, em Buenos Aires, que estabelecem durante a ditadura um protesto pela sua presença em uma praça pública, Torre argumenta que as demandas dos excluídos destacam "os papéis do 'acesso' e da 'aparição' na produção e representação do espaço público, independentemente de como este é fisicamente ou virtualmente constituído"(1996: 285). E ela diz que "o que está faltando no corrente debate sobre o falecimento do espaço público é uma consciência da perda do poder da arquitetura em representar o público, como uma comunidade viva, atuante e autodeterminada." (loc. cit). Por fim, afirma que " O espaço público é produzido através do discurso público, e sua representação não é território exclusivo da arquitetura, mas é o produto da relação inextricável entre ação social e espaço físico"(loc. cit).

De todo modo, os espaços públicos de hoje alcançam uma variedade de tipos e dimensões que se deve às múltiplas necessidades das cidades, para atingir grupos sociais diversos e dimensões de público diversas - do grupo de moradores de um bairro à multidão. De espaços para grandes eventos a pequenos encontros particulares. De espaços para grandes eventos a pequenas praças urbanas com conexões sem fio à rede mundial de computadores. Nesta diversidade dos espaços públicos e de funções que neles se desenvolvem, podemos dizer que a função 'política' é apenas uma delas ou que política está imbricada em cada uma delas. Os espaços públicos são em essência polivalentes, mas é claro que alguns usos e apropriações predominam, por inúmeros fatores além da sua forma física. As ruas, as praças e parques -e também os espaços públicos que não são livres- servem basicamente para a circulação e a comunicação. Mas, evidentemente, na maior parte do tempo, os espaços livres públicos estão hoje restritos a aspectos da vida social: o do consumo, do lazer e da recreação (a festa) – ou seja, configuram um encontro centrado nestas atividades.

As obras de arte, o território, o espaço construído perdem o seu valor de uso e assumem um valor de troca. Lipovetski (1991) fala em um neo-individualismo, que se relaciona à fragmentação do corpo social e as crenças comuns, e da passagem do hedonismo do indivíduo ao hedonismo de massas, que transforma as relações com o espaço público.

Mas até que ponto este hedonismo se opõe à vida em comum? Por exemplo, o engajamento ativo dos esportes e atividades físicas ao ar livre podem ser visto como aspectos da estetização e exibição hedonística do corpo, ou seja, como representações. Ou então serem considerados como experiências individualizadas ou coletivas - nos esportes de grupo. Mas antes de tudo, estas atividades são vivências de inserção espacial, de uma interação com o lugar e de convívio público. Até porque podem refletir questões públicas - as visões de saúde e bem estar, a presença da mulher no espaço público, a relevância dos espaços livres públicos, a possibilidade de interação, além da mais óbvia analogia da competição esportiva com os exercícios de batalha.

Os espaços públicos assumem múltiplas funções ligadas ao lugar e à fruição. Assim, se por um lado, não há nestas atividades um caráter político evidente, nem ao menos uma vida

ativa e participativa como na pólis, ou uma pertinência à cidade. Mesmo aparentemente descontextualizadas, desterritorializadas e alienadas, há outras esferas de convívio público entre estranhos. Além disto, embora a presença do consumo seja contundente, o caráter lúdico eventualmente presente nos elementos do espaço, na ambiência, nos percursos variados e nas apropriações dos espaços públicos pode fazer com que se ultrapassem os limites da experiência puramente individualista e consumista. Há jogos de convívio cada vez mais plurais, infelizmente nem sempre pacíficos, entre os grupos sociais - daí em parte a necessidade de certo desengajamento e relaxamento.

Assim, a pluralidade é um fator determinante para a relevância dos espaços públicos. Pluralidade de usos, de usuários, de 'esferas públicas' e de tipologias construídas.

Há praças medievais e renascentistas que são a representação desta idéia de um espaço público multifacetado. Não é a toa que estes espaços públicos de cidades européias persistem como referências tipológicas e simbólicas. Seus espaços originalmente agregam diversas funções políticas e comerciais, num tempo em que as cidades juntavam em seu pequeno território diversas atividades produtivas e classes sociais. E num espaço no qual a densidade construída da cidade detinha certa proporcionalidade em relação à dimensão destes espaços públicos. E no qual, inversamente os espaços edificadas principais, muitos deles públicos, eram inseridos com certa coordenação com os maiores espaços livres públicos. Além disto, isto se dá em num contexto de relação entre cidade e campo em que estas praças se conectam às rotas de comércio do território circundante. Por isto, estas praças e ruas, mesmo que esvaziadas de muitas das funções iniciais, representam a idéia de cidade. E assim, também alcançam esta idéia primeva de cidade vinculada a um espaço público, aquelas cidades desenvolvidas posteriormente, cujo tipo de configuração urbana guarda alguma proporção e coesão entre os espaços livres e edificadas.

A necessidade contemporânea de identidade coloca então em uma posição valorizada os diversos tipos de centros históricos, como registros das formas tradicionais de cidade e sociabilidade espacial. Assim as imagens de cidade simbolizadas de modos diversos nas praças antigas, de caráter público, permanecem mesmo que hoje sua função seja apenas cultural e turística: ou seja, muitas vezes espetacular. E outros espaços públicos se agregam: diversos espaços antes privados são tornados públicos para a visitação, como espaços da história e memória das civilizações - parques e edificações. Neste aspecto, tudo o que é julgado como relevante se torna público, é reconhecido como sendo de todo o mundo.

Na busca pela história e pela memória, pelas permanências, pelos valores imortais do espaço público, nos lembra o já comentado contraste que Arendt propõe da sua atualidade (anos 1950) com a Antiguidade clássica, a esfera pública se correlaciona a um sentido de imortalidade, de perenidade, de permanência. Neste sentido, ela coloca que há uma perda, nesta relação do que é público, o que é político com a permanência das coisas e a imortalidade:

" Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve

conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido estrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis. " (1958: 64)

A este sentido de mundo comum se opõe uma visão focada no presente consumista e imediatista, o gozo, o consumo e o intercâmbio das coisas terrenas<sup>97</sup>. A partir disto, Arendt conclui que "A negação do mundo como fenômeno político só é possível à base da premissa de que o mundo não durará (...)" (*ibid.*: 64).

O consumismo e o imediatismo são também uma das causas do abandono 'do sentido de um destino compartilhado', como diz Kostoff. Mas crer que isto foi 'abandonado' pressupõe acreditar que já houve uma conjunção de esforços e idéias em algum tempo anterior, o que não é preciso. Embora de certo modo, este pareça o procedimento de Arendt e de Habermas quando falam da esfera pública, o que eles buscam é compreender a idéia de participação pública e discussão pública que em alguns momentos se desenvolveu, mesmo que não plenamente. E o vínculo com espaço está implícito na conjuntura existente nestes dois momentos da esfera pública no que tange ao papel dos espaços públicos. Por exemplo, apesar de sabermos que há conflitos eventuais, consideramos que, de todo modo,

Mas o que será, por um lado, o sentido de perda de uma esfera pública? Será que o que falta não é a percepção de que o mundo ele mesmo se encontra ampliado, e que parcela de pessoas antes sem voz – *anew logo* - é trazida à tona, à esfera pública e ao espaço público? Um espaço do diálogo eventualmente se torna espaço de conflitos.

No caso do espaço público, muitos aspectos destes conflitos têm relações com as diferenças culturais e desigualdades sociais. Portanto, além de observarmos como se dão a esfera pública e a esfera social no espaço público, e os aspectos da participação pública, ou de uma despolitização, alienação e anomia; ou da espetacularização, em relação ao espaço público, o que nos falta para compreender o espaço público como o mundo é visualizar como as desigualdades sociais aí se manifestam.

Podemos considerar as questões particulares de uma cidade, da sua formação, configuração, grau de segregação social no espaço, tipologia arquitetônica, urbanística e paisagística, história, economia e sociedade. Isto nos dará as condições do uso e apropriação daqueles espaços públicos que nela se estruturam.

Porém, além disto, sugerimos que contemporaneamente, há processos globais que vem interferindo diretamente na produção da cidade e dos espaços públicos - para o 'bem' e para o 'mal'. O UNPD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu relatório de 2007, considera que os progressos globais geram um quadro misturado: as economias de muitos países estão crescendo<sup>98</sup>, as disparidades no Desenvolvimento Humano diminuem, mas as desigualdades econômicas entre nações e as desigualdades sociais no interior das nações desenvolvidas e nas em desenvolvimento estão se aprofundando. Uma globalização desigual. Talvez, mais do que imaginamos enquanto estudamos estes espaços sob uma lógica do contexto urbano e cultural mais local imediato, físico e simbólico, os

valores e significados dos espaços públicos possam ser considerados em parte dos resultados da globalização econômica das últimas décadas.

Portanto, quando pensamos nas desigualdades sociais que se aprofundam nos países<sup>99</sup>, alguns dos reflexos diretos nos espaços públicos se devem, por um lado, ao enriquecimento substancial de apenas uma pequena parcela da população. Os grupos privilegiados muitas vezes se afastam do contexto local com mais facilidade para modos de vida globalizados que incluem diversas esferas de consumo, inclusive as viagens e as novas tecnologias de comunicação e informação. A privatização dos espaços públicos e também a segregação espacial intra-urbana são bem provavelmente incrementadas por estas diferenças. Mas, além disto, os deslocamentos em veículos privados, as formas de habitação desligadas do espaço público, como os grandes condomínios fechados; além dos complexos comerciais e de serviços são práticas espaciais que contribuem para que estes grupos abandonem os espaços públicos.

Um dos pretextos principais, simultaneamente paranóico, mas também bem real – e, sem dúvida, cada vez mais e mais real - é o da insegurança pública diante da violência urbana. Mas notemos que a violência urbana está presente por diversas razões, entre elas, tanto a exclusão ela mesma quanto a violência de algumas parcelas dos excluídos. Aliás, a fuga das elites econômicas dos espaços públicos da cidade passa mesmo a ser um parâmetro para os outros grupos de menor renda. Talvez possamos também ver esta também como uma fuga da visão da miséria urbana, do contraste acentuado que em todo o mundo esta assumiu. Mas notamos que isto é verdade até certo ponto, como mostra o exemplo citado no item 2.5, pois para os condomínios de setores da classe média e das classes mais pobres, certa disponibilidade de espaços públicos é desejada.

De todo modo, especificamente em relação aos espaços públicos, há processos cuja matriz ideológica é em parte esta posição elitizada diante da cidade:

- A segregação destes grupos em espaços exclusivos diversos que tendem à homogeneidade.
- A criação de espaços coletivos de naturezas diversas, de acesso restrito ou pago, livres ou no interior de áreas edificadas; como praças, parques e *playgrounds* em condomínios residenciais fechados e shoppings.
- A fuga das ruas por estes moradores para os espaços restritos dos shoppings, fora da rua comercial, e para a moradia em condomínios fechados. Nos Estados Unidos, há também o processo de suburbanização pelos mais ricos.
- Os diversos tipos de condomínios privados e fechados.
- A estetização excessiva através de representações de luxo e/ou originalidade que criam espaços 'especiais', 'distintos'.
- A construção de parques temáticos que, além de fantasias de naturezas diversas, passam também a incorporar a fantasia de um espaço público sem diferenças nem 'descontroles'. São simulacros de espaços públicos das cidades tradicionais.

- O controle, a vigilância e a gestão da segurança, nos espaços de acesso público e nos espaços públicos, são cada vez mais privatizados.
- Há muitas vezes um laissez-faire dos governos locais diante das privatizações diversas do espaço público pelos mais ricos - que eventualmente são inclusive aprovadas.
- A privatização de praças e ruas já existentes da cidade, pelo fechamento ou pela gestão e controle privados, o que acontece em todo mundo. Se nas cidades americanas esta questão é premente – como nos relatam diversos autores, por exemplo, em relação a Los Angeles<sup>100</sup>, hoje há ruas fechadas tanto no Rio de Janeiro quanto em Paris.
- A construção de barreiras físicas e tecnológicas cada vez mais fortes entre o espaço privado e público. Caldeira (2000) fala, por exemplo, como uma cidade de muros (analisando São Paulo).
- A construção de espaços públicos notáveis nas cidades sem que as soluções de projeto e gestão evitem a segregação e elitização. Em alguns casos, estes fazem parte de um projeto de inserção global da cidade que estes espaços representam.
- Por fim, gentrificação de espaços públicos. Como diz Debord (1967: 33), 'o valor do uso tem que ser proclamado'.

Por outro lado, com a pobreza relativa de grandes parcelas da população, os espaços públicos também são construídos e/ ou gerenciados segundo a lógica desta desigualdade. Assim:

- Dentro da lógica de segregação espacial na cidade, enquanto áreas são gentrificadas, outras são praticamente abandonadas pelo Poder Público.
- Há muitas vezes um laissez-faire dos governos locais diante das privatizações diversas do espaço público pelos mais pobres – sejam estas ilegais ou informais - e diante do comércio informal ambulante. Há dificuldades no controle urbano por conta desta inação. Tanto na regularização quanto na eventual proibição. Ou, poderíamos dizer, há uma declaração de incapacidade diante das ditas 'favelizações' do espaço público - resultados da intensidade e grande quantidade de pobreza urbana.
- Há uma diferenciação nas opções de projeto urbano feitos para áreas diferentes na cidade que, a parte as reais diferenças entre as áreas, aprofunda as desigualdades.
- A expressão mais evidente da miséria, os vários tipos de moradores de rua, é sistematicamente ignorada nas soluções urbanísticas ou então tomada explicitamente a como a idéia motriz - a expulsão, as barreiras - das intervenções nos espaços públicos.

Uma análise que relaciona estas desigualdades sociais urbanas e a segregação espacial e seus reflexos nos espaços públicos é feita por Deutsche (1996) em relação a Nova York. Ela relata sobre como, na 'forma específica do urbanismo capitalista avançado', a renovação urbana prejudicou as condições de sobrevivência de moradores mais pobres, assim como a gentrificação de parques. Portanto, para ela, a presença de moradores de rua nos lugares públicos da cidade:

"é o sintoma mais agudo das relações sociais desiguais que determinaram a forma da cidade através dos anos 80, quando esta foi revitalizada não, como os

promotores da revitalização reivindicam, para preencher as necessidades naturais de uma sociedade unitária mas para facilitar a reestruturação do capitalismo global (p. 278).

Além disto, Deutsche critica, o modo como a arte pública- seu assunto específico- colaborou com a arquitetura e o desenho urbano para suprimir o caráter de conflito nos espaços públicos: " sob muitas bandeiras unificadoras - continuidade histórica, preservação de tradição cultural, embelezamento cívico, utilitarismo " (p. 279).

Do ponto de vista da produção do espaço urbano, um outro reflexo desta elitização/ gentrificação são os grandes complexos de comércio e serviços, e os grandes condomínios fechados que desvitalizam os espaços públicos. Caldeira coloca também como exemplos de espaços públicos excludentes, apesar de não-modernos, "o tipo soviético de espaço modernista monumental em Moscou ou em Varsóvia e o tipo modernista de Brasília" (*loc. cit.*). O que ela considera que determina estes novos espaços públicos, e suas relações com a esfera pública são outros valores, é o fato de que:

"Privatização, enclausuramento e instrumentos de distanciamento oferecem meios não só de se retirar e de se minar um certo espaço público (moderno), mas também de se criar uma outra esfera pública: uma esfera que é fragmentada, articulada e garantida com base em separação e em toda uma parafernália técnica e na qual a igualdade, a abertura e a acessibilidade não são valores básicos.(...)

Por outro lado, apesar da fragmentação espacial e das disparidades sociais, as melhorias sociais que ocorreram no mundo, com o aumento do IDH em muitos dos países, e melhorias na qualidade de vida que representam novas demandas. Assim, como grandes parcelas da população alcançam melhores condições de vida, estas podem se inserir no mercado de consumo, no público global e também como um público que demanda espaços públicos melhorados. Deste modo, os espaços públicos mais bem equipados passam também a fazer parte do repertório de necessidades destes grupos. Assim, deste processo resulta que a "idéia de um espaço elitizado vai sendo substituída pela de um espaço interclasses" (Frugóli Jr, 1995: 97). E também que, cada vez mais, os espaços públicos proliferam, e são apropriados por grupos diversos, mesmo que haja territorialidades e usos diversos.

De todo modo, a realidade do mundo, e dos espaços públicos contemporaneamente, é que grupos bem diversos a cada dia são incorporados ao convívio público. A dificuldade é dar acesso sem que se perca o controle, o caráter público e cívico do espaço, o que nem sempre é respeitado por todos.

As privatizações do espaço público são feitas tanto pelos mais ricos- gentrificação- quanto pelos mais pobres - favelização. E os demais, nem tão ricos nem tão pobres ou que não assumem atitudes antipúblicas? Ficam espremidos entre a lei, o desempenho do Poder Público e as forças diversas, no espaço que resta para os desejos de consumo e fruição do espaço público - seja através do consumo, do encontro, do esporte, da contemplação ou do jogo.

Podemos lembrar que "os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública" (Gomes, 2002: 160). Os atributos do público que sintetizamos neste trabalho se relacionam à acessibilidade a todos do povo, a realidade da vida comum que se encontra ao se transpor a privação da esfera privada, a capacidade de representação democrática estabelecida pelo poder público e a visibilidade em que implica o caráter público. De todo modo, as interações em que há uma co-presença física, tal como ocorre nos espaços livres públicos de uma cidade, incorporam mais clara e facilmente a vida pública – a divulgação e a visibilidade do mundo<sup>101</sup>.

É neste sentido que concordamos com os diversos autores que sob vários enfoques valorizam o encontro e a diversidade de grupos sociais que ocorre nos espaços públicos, de contatos entre estranhos em uma esfera pública que difere da esfera social da comunidade de vizinhança. Para eles, a noção de que a diversidade - não só de usuários, mas também de habitantes, de usos do solo e de funções e estímulos - nos espaços públicos é um aspecto positivo nas cidades é essencial (como Jacobs, 1961; Schumacher, 1978; Lynch, 1981; Carr et al., 1992, Deutsche, 1996; Caldeira, 2002; Gomes, 2002; entre outros).

Para nós, o valor dos espaços públicos transcende os conflitos, desigualdades e alienações na rotina da sua apropriação cotidiana e nos eventos em que um compartilhar, mesmo que momentâneo, seja construído. A idéia de imortalidade; num mundo de fluidez, rapidez, e instantaneidade global; assume um outro sentido em relação àquele da Pólis grega. A 'comunidade de coisas que reúne os homens' não depende 'inteiramente' da permanência. Se construir para o futuro não mais norteia a construção do mundo, da esfera pública e assim do espaço público, qual a vantagem disto? Como pensar não em um espaço ideal, mas na possibilidade de multiplicar a vivência cotidiana, e também a convivência eventual, onde os conflitos sejam minimizados em busca de um mundo comum?

Julgamos que antes de tudo, a idéia de um espaço público "feliz" é aquela da copresença entre os desiguais. O próprio contato em si já diminui estas desigualdades, no que iguala os usuários em comum de um mesmo espaço. E estimula a tolerância. É por uma 'desatenção' semi-inconsciente em relação a estas desigualdades, mesmo que apenas dissimulada ou circunstancial, que a visibilidade, a acessibilidade e a disponibilidade permitem com que estes espaços públicos sejam não apenas das elites, mas da classe trabalhadora - ou seja, mais proximamente de todo o público.

Como já visto aqui, os espaços públicos da Paris de Hausmann ilustram o ideal de universalidade moderno, como *locus* de uma esfera pública burguesa. Reconhecemos ainda que a idéia de esfera pública que se encontra refletida na Paris de Hausmann é em última instância, uma universalidade transposta para os espaços públicos, nos quais a interação se dá através de um comportamento ritualisticamente indiferente. Caldeira nos lembra que na Paris de então:

"os novos bulevares incorporavam as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando assim a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário" (2002: 212).

Lembremos, aliás, que este convívio ritualizado também é característico do convívio entre classes que ocorre nos parques urbanos a partir do século XIX, e cujas regras são inicialmente bem acertadas e controladas, inclusive com placas indicativas de comportamentos desejáveis. E Caldeira cita Clark, para falar de como "a organização da forma urbana e a interação de classes na Paris do século XIX" está ligada às expressões artísticas e a este anonimato e individualismo. Clark nos mostra como se dá esta cena pública através de uma representação da Place de La Concorde por um quadro de Degas:

"a cena típica (...) provavelmente era aquela em que as classes coexistiam mas não se tocavam; onde cada uma estava absorta num tipo de sonho, críptico, voltada para si mesma ou para algum espetáculo, deixando escapar sinais ambíguos (...) As classes existem, mas os espaços de Haussmann permitem que elas não sejam vistas(...) A História existe, mas os espaços de Haussmann têm lugar para que ela seja escondida" (1984: 73-75)<sup>102</sup>.

Young (1990), ao tratar da justiça social nas cidades, sugere que haja na vida das cidades uma "diferenciação social sem exclusão", pois considera que "as diferenças de grupo são muitas vezes reforçadas pela vida nas cidades, e que a cidade mesmo encoraja a formação de novas afinidades de grupos sociais". Ela não oferece uma clara proposta de como isto possa se dar, mas pondera que "Apesar da vida nas cidades tal como a experienciamos tenha muitas fronteiras e exclusões, mesmo a nossa experiência real da cidade nos dá dicas de como esta diferenciação sem exclusão pode ser" (*ibid.*: 239).

Os melhores exemplos desta possibilidade são encontráveis nos diversos espaços públicos: lugares ideais para a mediação das diversas diferenças. Sugerimos então que é somente a partir de um reconhecimento implícito do princípio da esfera pública que o espaço público é valorizado. Assim, podemos constatar que uma chave do papel do espaço público como o mundo comum está no fato de que: "o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade" (Caldeira, 2002: 162).

A co-presença que só se torna mais facilmente possível nos espaços públicos pode não ser essencial para que haja uma esfera pública, mas é interessante para o encontro. O espaço público assume, aliás, uma função didática, simultaneamente como espaço cultural e como momentos de inserção social. Ao tratar das praias da cidade do Rio de Janeiro, Gomes (2002) pondera que:

"Alguns espaços públicos constituem, na cidade moderna contemporânea, os filtros por onde a comunicação social é obtida. Dentro de uma estrutura cada vez mais fracionada, de uma cidade que hoje perde o seu sentido global e se transforma em uma aglomeração, algumas áreas surgem justamente com o papel de ser intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade." (p. 230).

Claro, eventualmente há conflitos não contidos nos espaços públicos – ocorrem violências no cotidiano das metrópoles atuais mesmo nos tempos de 'paz', assim como na Paris oitocentista de que Caldeira, Clark e Harvey falam. Aqui, nos cabe também citar Deutsche, quando ela afirma que:

"Um conflito não é algo que sucede a um espaço urbano originalmente, ou potencialmente, harmonioso. O espaço urbano é produto de conflito. Isto é assim em vários e incomensuráveis sentidos. Em primeiro lugar, a falta de fundações sociais absolutas - o desaparecimento dos marcadores de certeza - faz com que o conflito seja uma característica inerradicável de todo espaço social." (1996: 278)

Ela afirma isto no momento da sua discussão sobre os moradores de rua, pois considera que sua imagem usual de intrusão e de rompimento da ordem urbana normal aponta para o caráter real da cidade.

Mas a própria presença de espaços públicos configura o exemplo de um acordo tácito, de uma trégua. Porque, sendo ou não as diferenças entre os grupos não sejam tornem imediatamente visíveis, mesmo que haja conflitos, mesmo que haja restrições e controles de acesso, a disponibilidade e apropriação regular de espaços públicos da cidade por pessoas - e não por carros - são sinais da relevância do espaço (social) público. E, efetivamente, a própria possibilidade de qualquer espaço público não ser destruído pressupõe esta mediação: das negociações diversas quanto aos acessos, à territorialidade e à produção do espaço.

É isto que efetivamente possibilita que haja uma fruição dos espaços, a circulação das pessoas e que neles se desenvolva o comércio e os serviços. E é deste modo que algumas praças nas cidades contemporâneas reproduzem ou buscam reproduzir cotidianamente as múltiplas atividades similares àquelas de praças de outrora.

Por outro lado, os novos espaços que se formam, e que não são exatamente públicos, embora assumam diversas funções sociais destes, buscam cada vez mais se identificar com estes aspectos comunicativos dos espaços públicos urbanos da cidade tradicional e simultaneamente se desligar das imagens de conflito.

Mas o que vai embora junto com os novos espaços, na medida em que não possuem o acesso irrestrito que se dá em espaços públicos da cidade? A violência? Mas também a espontaneidade, o imprevisto, as adaptações de usos, a fluidez, o movimento, o interesse da diferença, as visões de paisagens mais diversas, o vínculo efetivo com o lugar.

Pensar o espaço público como o mundo comum é também abandonar pressuposições de um espaço público e de uma esfera pública que nunca ocorreu de modo integrado; senão nas análises políticas e urbanísticas que buscam um caminho menos fragmentado, desmaterializado, dessacralizado e excludente que grande parte da produção do espaço das cidades no mundo contemporâneo vem assumindo. Ou seja, em diversos aspectos, novos caminhos críticos podem ser traçados em relação àqueles das décadas passadas.

Assim, há que se evitar tanto a ilusão totalizadora de uma qualidade de vida homogênea tornada geral, em verdade uma utopia totalitária, quanto uma visão nostálgica de que hoje há conflitos irremediáveis e assim é anunciada a morte da esfera pública, incluindo o espaço público.

Sobre isto, Deustche (1996), que se detém sobre a esfera pública e a exclusão social e sua relação com a inserção de arte pública e sobre o próprio discurso desta arte nos espaços públicos norte-americanos, nos dá alguns exemplos. Um destes aponta como as visões comprometidas se imiscuem mesmo junto às teorias críticas mais inteligentes é notado por Deutsche em relação à imagem que ilustra a capa da relevante coletânea sobre o fim do espaço público editada por Sorkin (1992)<sup>103</sup>. Nela, personagens com aspecto de burgueses da Renascença circulam em escadas rolantes como as de um shopping mall, uma imagem de perda do espaço público na qual: "Vemos, *in absentia*, uma zona de segurança, um bom e generoso lugar do qual nós fomos banidos - pelo menos aqueles de nós que se identificam com habitantes urbanos renascentistas como habitantes exilados de um espaço público urbano".

A imagem aponta para as questões da inclusividade espacial e da subjetividade na representação, e assim de como as representações do espaço público criam as identidades públicas que eles parecem apenas ilustrar. O que se pode também questionar é quem é o verdadeiro sujeito das praças renascentistas sugeridas pela imagem, e de como estes personagens parecem facilmente entrar e sair do espaço público.

Deutsche faz então uma contraposição bem interessante:

"Ou é possível que o deslocamento deste sujeito seguro não seja, como a capa de Sorkin sugere, o 'fim do espaço público', mas precisamente o efeito de se estar no espaço público, o reino do nosso estar em comum onde, é comumente dito, encontramos outros e somos presenteados com a nossa existência fora de nós mesmos?" (1996: 286).

A crítica é dura, e consideramos que ela aponta para o fato de que hoje há tanto um aumento das desigualdades sociais no mundo todo, como os dados da ONU nos relatam, quanto, por outro lado, melhoras no IDH e uma inserção de muitos grupos sociais na esfera pública e no mercado de consumo. Porém, antes de tudo, a crítica aponta para o nosso lugar na esfera pública e no mundo.

Deste modo, o exemplo da capa de livro pode parecer muito pontual, porém, julgamos que ele é útil para que se confronte o papel da teoria e da crítica em relação aos outros do conjunto da sociedade. Ele contesta alguns vícios e noções quase paradigmáticas da Academia. E, no contexto da nossa tese, aponta para a nossa proposta básica, de admitirmos explicitamente que não é possível avaliarmos as questões espaciais, urbanas e ambientais a partir de lugar nenhum, pois mais que se queira. Porém, consideramos que isto não faz com que nos deva abster de imaginar como se dá o olhar do(s) outro(s).

Sintetizando a oposição à qualidade dos espaços públicos na figura do morador de rua, o antagonista mais imediato aos usos e usuários de praças e parques públicos. Consideramos que a ausência de vida pública se transcreve mais drasticamente nestas grandes desigualdades sociais que se inscrevem mais visivelmente no espaço público: a miséria de uma grande quantidade e diversas categorias de moradores de rua. E mais ainda, no nosso caso, podemos dizer que um vazão de soluções de qualquer tipo para isto é visível. Mas julgamos que um modo interessante de compreender como se dá esta relação é reconhecer

que: "O morador de rua incorpora a fantasia de um espaço urbano unificado que pode- ser recuperado" (Deutsche, 1996: 278).

Portanto, a questão que se coloca é como o outro; aquele que nem sempre é o interlocutor das discussões urbanas; é colocado diante da esfera pública e do espaço público. Em outras palavras, sobre as novas esferas públicas e da sua presença no espaço público. O próprio Habermas(1990:V) já admite que há, em contraste com a 'esfera pública burguesa', uma 'esfera pública plebéia'; e também que há "uma pluralidade de esferas públicas concorrentes" em relação com a "esfera pública dominante"<sup>104</sup>. Diversos autores argumentam, inclusive, que contemporaneamente, grupos antes sem voz na esfera pública passam a ter um papel relevante (como Fraser, 1992, Schudson, 1992, e Deutsche, 1996).

Quanto ao papel dos críticos que tratam das relações entre espaço e cultura, Deutsche se indaga sobre como textos seminais de David Harvey, Edward Soja, Mike Davis e Derek Gregory<sup>105</sup> sobre as condições contemporâneas da produção social das cidades - sem tirar o mérito destes - ignoram questões sobre a sexualidade, a diferenças de gênero, a subjetividade. Ela busca demonstrar como estas ausências são a um primeiro indício da sua presença. Notamos também que o seminal livro de Jane Jacobs (1961) que aponta, do ponto de vista da configuração urbana, as diversas relações entre espaço público e vitalidade das cidades, é um texto excelente, mas que praticamente não menciona o caráter privilegiado da vizinhança que estuda.

Portanto, quando se cita o século XIX ou mesmo o início do XX para falar de uma urbanidade perdida, há que se notar a grande parcela de excluídos de todo o tipo - pelo gênero, etnia, nacionalidade e classe - que somente há algumas décadas alcançaram direitos civis plenos de voto, de livre passagem nos espaços públicos, e por fim, de fruição.

Aliás, sobre o aspecto das relações de gênero, julgamos que é interessante citar o que aponta Fraser (1992), ao tratar do papel diferenciado das mulheres na esfera pública atual: o vínculo etimológico entre os termos 'público' e 'púbico' como indicativo do traço masculino original na ocupação do espaço público. Pois a púbis, no latim original, designa não somente o pêlo e a parte que ele cobre, mas também a 'população adulta masculina, com idade de usar armas e de tomar parte nas deliberações da assembléia'. Em outras palavras, designa aos homens que passando a 'puberdade', têm a capacidade de assumir seu papel público<sup>106</sup>. Podemos então constatar que, não apenas a mulher ocupa tradicionalmente os espaços privados: há uma associação original entre ser homem e 'estar' ou 'poder estar' em público. E efetivamente, há ainda hoje muitos indícios deste traço original na esfera pública dominante, assim como na produção e nas representações dos espaços públicos: em princípio, um mundo comum masculino.

Buscando algumas conclusões sobre o que é enxergar e produzir um espaço público como o mundo comum, frisamos que é importante incorporar, e não apenas negar estes maiores obstáculos para que o fenômeno do público esteja presente. E quais são estes? O obstáculo da espetacularização, que dinamiza um espaço como espetáculo, mas eventualmente conduz as vivências a representações. E o obstáculo das desigualdades, que é 'solucionado'

através de segregações, exclusões, controles e também de inclusões mal fundadas- todos estes podem eventualmente destruir o caráter público do espaço.

Ambos os obstáculos geram processos que encontram tipologias exemplares nos grandes complexos de comércio e serviços que se difundiram intensamente nas últimas décadas em todo o mundo, centradas na idéia do shopping mall, do parque temático. Estes podem ser vistos como 'não lugares'<sup>107</sup>, ilhas do espaço global das corporações, espaços cuja tendência tradicional é a da exclusão, da gentrificação, da publicidade, dos comportamentos condicionados e da espetacularização.

Estes e outros novos espaços, que assumem funções públicas, são conforme o caso, livres ou edificados, espaços de 'propriedade pública', de 'domínio público' (e podem ter restrições de acesso), de 'acesso público', ou são espaços de 'uso coletivo'. De todo modo, aspectos do uso público do espaço podem estar desligados do acesso, da propriedade e da gestão públicas. A cada dia, o fechamento de praças, ruas e a criação de espaços de uso controlado nos fazem pensar em uma diminuição das funções públicas. Além disto, neste trabalho, na medida em que buscamos delimitar os conceitos de espaço público e esfera pública, que são vastos e abrangentes, podemos concluir que há um apenas um recuo, uma fuga, um declínio do espaço público.

Caldeira se pergunta: "Estamos lidando com a destruição do espaço público em geral ou com a criação de um outro tipo de espaço público, que não é democrático, que não tolera indeterminação e nega os ideais modernos de abertura, heterogeneidade e igualdade?" (2000: 336).

Esta é a primeira pergunta que nos fazemos, do ponto de vista da produção do espaço nas cidades contemporâneas. Estes outros 'tipos' de espaço 'público' eventualmente fomentam a exclusão, pois impõe barreiras de acesso, impedem usos diversos, e impedem apropriações do espaço. Há também ocorrências de constrangimentos a indivíduos e grupos sociais julgados preconceituosamente. Portanto, sua acessibilidade é restrita, e há regras de caráter privado que regem o comportamento dos frequentadores.

Como nota Frugóli Jr sobre os shoppings, estes "criam espaços de acesso público, mas não são efetivamente públicos, o que fica claro se averiguarmos o tipo de práticas permitidas, toleradas ou proibidas pelas respectivas administrações, evidenciando um controle eminentemente privado" (1995:97).

Um exemplo singelo: em praças diversas nas cidades há diversos elementos construídos, como, por exemplo, escadarias que se constituem como pontos de encontro ou então que aumentam o grau de assentabilidade dos ambientes. Nos espaços de shoppings, estas apropriações são reprimidas - o fluxo do consumo é a prioridade.

Ms, por outro lado, consideramos então que tudo depende de como e onde. Há espaços privados de comércio e serviços que destroem o espaço público, mas há outros, especialmente em áreas carentes de espaços qualificados, como bairros periféricos conflagrados pelo abandono público, e podem eventualmente criar similares ao 'espaço público' onde antes não havia nada. Assim, o espaço dos shoppings passa a ser o ensaio de

um espaço público qualificado. De todo modo, os podem nos dar pelo menos nos dão contra-exemplos de como algumas das questões públicas centrais - acesso à cultura, o ordenamento territorial, o direito à cidade - vem sendo desprezadas.

Por outro lado, a idéia de exclusividade, gentrificação também é rompida, na medida em que, diferentemente dos clubes, as barreiras ao acesso são baseadas apenas em avaliações do aspeto visual. E também porque cada vez há uma diferenciação na categoria dos shoppings, e no padrão de parte das lojas que possibilita o consumo pelos de menor renda. Frugoli Jr identifica em shoppings brasileiros esta ocupação social: a popularização dos shoppings, e também "formas de apropriação social rica e diversificada"(*ibid.*: 102)

E mais surpreendentemente, temos que levar também em conta que, mesmo em espaços públicos existentes, praças, parques e ruas, o sentido do público tem que ser resgatado; visto que muitos usos, territorialidades e controles restringem o que caracteriza a coisa pública. Como nos indaga um entrevistado sobre as privatizações dos espaços públicos da cidade: "Você encontrou algum espaço público que não tenha sido apropriado por alguém?"

Por fim, a tendência dos novos espaços comerciais projetados é cada vez mais se assimilar ao espaço público, inserido no contexto construído, agregando espaços livres, ou então sendo a céu aberto. Por outro lado, os antigos espaços são convertidos em espaços abertos, ou pelo menos simulando em fachada e internamente aberturas para o espaço exterior. Assim, valoriza-se o espaço público pela mão inversa, por sua ausência. A derradeira conclusão pode ser a de que o 'original' é melhor, ou pelo menos pode sê-lo, se bem cuidado. A pedestrianização de ruas em centros de cidade e a gentrificação de ruas comerciais em áreas turísticas, que já vem acontecendo há décadas, é um exemplo desta saída das grandes caixas comerciais iniciais.

Para nós, a persistência das temáticas características do espaço público em outros espaços atesta o valor que lhes é atribuído.

Portanto, falar em 'destruição do espaço público', em espaços pseudopúblicos, semipúblicos ou simplesmente em espaços públicos 'não democráticos' pode impedir que seja compreendida a complexidade das relações presentes em cada um destes espaços. Há neles múltiplos matizes das relações entre produção e consumo, das interações pessoais e sociais nestes espaços, dos conflitos entre pedestres e veículos e entre transportes públicos e privados, dos graus de acesso e controle, dos padrões construtivos e da atratividade dos ambientes construídos.

Deutsche (1998) contesta os significados auto-evidentes do espaço público e, a partir disto, como seu tema principal é a arte pública, a pura dispensa dos museus como fóruns públicos. Mas ela contesta também a mera defesa de espaços tradicionais das ruas e praças, tidos como 'reais', como justificativas para a dispensa dos novos espaços virtuais e midiáticos e espaços de shoppings, tidos como 'irreais'. Para ela, esta divisão entre o que é real e o irreal é contra produtiva, pois "nos impede de prestarmos atenção às lutas políticas que produzem todos os espaços". Ela argumenta então que:

"é importante fazer proliferar espaços públicos, juntar forças para tornar públicos os vários tipos diferentes de espaços, deslocar os limites entre o público e o privado, e, ao fazer isto, alargar, em vez de limitar o espaço da política" (1998: s.p.)<sup>108</sup>.

Nosso argumento é similar: na medida em que espaços de propriedade privada assumem funções de espaço público, e por conta disto gradativamente também buscam referências formais nos espaços públicos, e inclusive nos espaços livres públicos,

Um outro argumento. Em um primeiro momento, o da implantação, a crítica aos espaços públicos não plenamente públicos na propriedade ou no acesso é indispensável. É em parte esta crítica, inclusive, que ao notar a banalização do modernismo, os ambientes inexpressivos tratados como não- lugares e a ausência de ambientes em escala de um estar dos usuários, parece ser assimilada pelas modificações nos projetos posteriores destes espaços. É neste contexto, da necessidade e/ou reconhecimento de inserção de significados na arquitetura e o do poder comunicativo dos símbolos comerciais que autores como Robert Sommer e Robert Venturi, e Denise Scott Brown trabalham nos anos setenta. Estes trabalhos se somam outros que contestam o abandono e a espetacularização dos espaços públicos (Sorkin, 1992). Nos espaços privados de acesso coletivo ou público, a assimilação das formas, imagens e representações do espaço público também podem ser uma resposta a uma constatação de que o espaço público é relevante e faz falta.

Podemos apenas rotular estas referências fundadas na idéia de cidade como apenas uma mais uma etapa da espetacularização ou uma representação temática desejável. Mas talvez estas representações derivem do fato de que o reconhecimento das formas da cidade, desde Rossi (1966) e outros, tenha se estabelecido hoje mais simplesmente como um senso comum de que: " Os bons espaços públicos são a expressão física da cultura urbana no que ela tem de mais generosa, cosmopolita e tolerante" (*Common Space Project*, 2007).

Além disto, tomar estes 'novos' espaços como públicos os coloca mais claramente para todos - para além dos negócios, comércio e lazer - como espaços que fazem parte da cidade e que são sujeitos tanto às apropriações do público e ao controle também do Poder Público e não apenas privado. Assim, estes não são vistos apenas como simples espaços privados onde há uma suspensão da cidade.

Consideramos que um argumento para esta visão está na série de processos jurídicos criados a partir do direito de expressão nos espaços 'públicos' de propriedade privada são hoje comuns no contexto norte-americano<sup>109</sup>. Diferentemente dos inúmeros processos individuais contra eventuais discriminações que ocorrem em espaços de shoppings, nestes casos, o questionamento e a decisão judicial se configuram como eventos exemplares. No célebre caso do Pruneyard Shopping Centre, em que a justiça permitiu que a coleta de assinaturas para uma petição pública fosse feita em um shopping, é interessante notar o que a justiça californiana reconhece que: 'toda propriedade privada é mantida sujeita ao poder do Estado de regular e usa-la para o bem estar público' (citado por *Commonspace*, 2007)<sup>110</sup>.

Para esta tese, neste sentido, ver o espaço público como o mundo comum não é simplesmente ver tudo que se refere a um espaço público ao mesmo tempo. Mas significa que consideramos que o espaço público, mesmo sendo juridicamente público, não se efetiva sempre, pois depende de um caráter público do espaço. Isto não pode apenas levar a uma análise dos espaços que nos faça considerar que o espaço público esteja tão somente sendo inexoravelmente diminuído. Nossa proposta é que reconheçamos e incorporem outros espaços; espaços privados e coletivos, espaços edificados públicos ou não; que assumem funções públicas perante diversos grupos sociais, que muitas vezes tem um grande potencial de dinamização da cultura pública e da cultura urbana. Ou então de outros desenvolvimentos no sentido de uma esfera pública - do convívio social e político<sup>111</sup>.

Portanto, julgamos que diante destas inúmeras questões colocadas sobre a decadência do espaço público, cada uma delas tornada mais real e premente quanto mais são repetidas por nós - violência urbana, desmobilização, anomia, despolitização, representações impostas, repressão – há também que se adotar certo grau de ignorância. E, diante das carências contemporâneas, há que se tratar - diferentemente da crítica arendtiana - cada passo em direção à vida social – nossa e dos outros - não como um impedimento para a vida pública, política, comum, mas como um patamar para que esta seja alcançada.

Caldeira, ao tratar dos espaços criados a partir de segregação espacial e da lógica do controle e da segurança, pondera que:

Os novos espaços estruturam a vida pública em termos de desigualdades reais: as diferenças não devem ser descartadas, tomadas como irrelevantes, deixadas sem atenção ou disfarçadas a fim de sustentar ideologias de igualdade universal ou mitos de pluralismo cultural pacífico. " (2000: 337)

Sugerimos que a frase acima pode ser tomada como uma estratégia de atuação. A autora a diz para criticar os espaços públicos 'não- democráticos' e 'não-modernos' em um meio urbano que ' impõe desigualdades e separações'. Para nós, o desafio do projeto arquitetônico, urbano e paisagístico, ao planejar e projetar espaços públicos e privados é manter a visão de como as soluções de desenho e gestão contribuem ou impedem que os obstáculos da espetacularização e das desigualdades sociais sejam rompidos. Sem desconsiderá-los, criar novas possibilidades e instigar novas situações.

Portanto, a tentativa de unidade que o projeto dos espaços públicos deve buscar é aquela que reconhece que mesmo a fragmentação do mundo se torna um espetáculo – assim que o espetáculo não seja excluído do espaço, apenas hierarquizado e por vezes contido. E a tentativa de inclusão social do projeto deve reconhecer que há diferenças não conciliáveis pelo projeto, o que não significa uma inclusão plena não deva ser buscada.

As diferenças são algo a ser incorporado, porém não elas mesmas como instrumentos de exclusão. Além disto, grande parte da ação social sempre necessária, e também a coerção social eventualmente necessária não são tarefas do projeto - mas da gestão e do controle públicos.

Além disto, o espaço público é crucial para aqueles que dispõem de espaços privados restritos, pela pobreza ou pela moradia em áreas de alta densidade. Mas a pobreza limita a impossibilidade de alternativas. As desigualdades sociais não podem ser rapidamente superadas, mas alguma equidade na distribuição e no acesso aos espaços públicos. Em suma, buscar a equidade onde não há a igualdade. Em relação a isto, Ruy Barbosa (1921:26) nos vem à lembrança:

"A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. (...) Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real".

Por fim, é neste sentido que são desejáveis todos os espaços públicos, todas as tentativas de mundo comum. Pelo menos como um relé para ativar a possibilidade de um mundo comum.

## **2. 10 – o espaço público: quadro-sinopse**

(à página seguinte)

## **privado** privatus

oikos intimidade **privacidade** exclusividade **espaços privados** club  
privilégio **privação** semi-privados **privatização** controle

## **social** comunitário

comum coletividade **comunidade** gemein koinos espaço comunal

# PÚBLICO

populus públicus

esfera pública **ESPAÇO PÚBLICO**

**espaço do povo** de todos **acesso** o mundo

divulgação **domínio público** visibilidade **comum**

**res publica** jurisdição direito

**propriedade pública** **espaços públicos urbanos**

**pólis** ágora forum polidez **ação** civilidade cidadania **política**

**cidade** espaços livres públicos **praça** plaza pub

**esfera pública** esfera social esfera política

equipamento público **poder público**

representação do povo representatividade **políticas públicas**

**o público** platéia audiência **arte pública**

**publicidade** marketing urbano



<sup>1</sup> Que, nota-se, é referência também para diversos dos autores que se detém sobre o público e o espaço público, entre eles Sennet (1974), Borja e Muxí (2001) e Gomes (2002). Aqui não pudemos deixar de comentar, no entanto, nossa impressão geral de que Sennet, em seu acessível livro sobre o declínio do homem público, não deu o devido crédito a Habermas. Ele o cita como 'uma' referência em apenas um parágrafo (p. 49); porém, diversos pontos do seu livro parecem carecer deste crédito (como as pp. 30-40).

<sup>2</sup> Nossa afinidade com ambos, Gomes e Mitchell, se dá para além de coincidências temáticas, a partir mesmo das citações presentes em seus títulos, que prestam uma deferência a autores que também julgamos seminais. O título do trabalho de Gomes, 'Condição Urbana' é um jogo de palavras com 'a Condição Humana' de Hannah Arendt- que consideramos essencial para uma definição do que é o cunho público dos espaços e dos atributos do que é público. O título do trabalho de Mitchell, que podemos traduzir como 'O Direito à cidade: justiça social e a luta por espaço público', refere-se ao texto 'O Direito à Cidade' de Henri Lefebvre (1968), autor também básico para esta tese.

<sup>3</sup> Note-se que os resultados da dissociação modernista do espaço das cidades que ocorre em meados do século XX, são também o objeto da crítica sobre a produção do espaço urbano de autores da geografia e ciências sociais, como Lefebvre (1974).

<sup>4</sup> Ver discussão mais extensa sobre o tópico do espaço do MM no item II.3.a, que trata do lugar como uma localização, posição e locação no espaço.

<sup>5</sup> Por vezes, corroborando não intencionalmente, para as propostas do pós-modernismo em arquitetura.

<sup>6</sup> E assim discordamos da crítica radical de Deutsche que, aparentemente criticando a estratégia teórica de Habermas sobre a esfera pública, afirma que "ocultar um 'sistema de propósitos' em particular apelando a verdades essenciais contidas na origem do público é um artifício de poder autoritário que, encobrindo a disjunção entre os primórdios de um termo e seus subseqüentes usos, torna "o público' invulnerável à transformação"(1996, p. 20).

<sup>7</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>8</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>9</sup> Como ocorre no próprio título da tradução do livro de Habermas (1962) para o francês, aliás, a versão adotada aqui: nela, *Espace Publique'* (espaço público) designa a esfera pública, o que não nos parece uma associação casual.

<sup>10</sup> É Lavalley (2005) quem nos alerta que esta opção por não empregar 'publicidade' ocorre, em português, mas que notamos que ocorre também em outras línguas. O próprio Lavalley, aliás, alterna "os termos 'público' e 'espaço público' praticamente como sinônimos (*ibid.*: 34).

<sup>11</sup> Note-se que o emprego desta expressão completa, em português, encontra correspondência em '*open public spaces*', em inglês. Consideramos, porém, que o emprego de 'espaços abertos' no lugar de 'espaços livres públicos' não nos parece apenas um erro de tradução, ou um anglicismo: é uma confusão. Isto porque, para a arquitetura, a expressão 'espaços abertos' designa àqueles que não possuem fechamento horizontal. Ou seja, um espaço livre pode ser fechado, enquanto um espaço edificado pode ser coberto e aberto simultaneamente.

<sup>12</sup> Diferentemente de área livre, que implica em uma superfície, e se aplica ao lote, aos usos e desusos do solo.

<sup>13</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>14</sup> Desenvolvidos ao longo do item 7 do segundo capítulo de seu livro, denominado de "A esfera pública: o comum" (pp. 59 a 67).

<sup>15</sup> Entre aspas duplas, referências de dicionário, nas quais foram estendidas as abreviações (Houaiss *et al.*, 2000).

<sup>16</sup> Kirchner, J. 1949. *Beiträge Geschichte des Begriffes 'öffentlich' und 'öffentlich Recht'* Tese. Göttingen, Alemanha: p. 10.

<sup>17</sup> O escravo, em resumo, era infeliz porque: não tinha a liberdade que era a condição para a ventura (*eudamonia*) – estado de riqueza e saúde; estava sujeito à violência no âmbito privado; e não tinha visibilidade- uma possibilidade de transcender para a imortalidade dos feitos, pois que só labutava...(Cf. Arendt, *op. cit.*).

<sup>18</sup> As sociedades de convivas eruditos do século XVII que, como cita Habermas(1962), e que são as precursoras do nascimento desta esfera pública crítica, expressam em seus documentos fundadores a sua vontade de igualdade de condições entre pessoas de condição diferente, o que indica que a segregação não era o seu ideal. Note-se que se trata, no entanto, de uma igualdade exterior ao Estado.

<sup>19</sup> Dados facilmente constatáveis no site da UNDP- United Nations Development Programme ([www.undp.org](http://www.undp.org)), ou na versão brasileira, PNUD- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas ([www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)).

<sup>20</sup> No caso das cidades brasileiras, notadamente, estas classes ocupam sentidos opostos na expansão das cidades, como bem claramente demonstra Villaça(1998), e aponta, inclusive graficamente, este processo de estruturação em diversas cidades brasileiras.

<sup>21</sup> É interessante lembrarmos como 'povo', termo que designa um conjunto de pessoas ligadas pelo território ou pela cultura, assume no uso corrente a conotação de conjunto dos mais pobres, da classe operária ou da plebe. Por extensão, outros termos derivados ou próximos a 'povo' assumem sentidos que podem chegar a ser pejorativos, como sinônimos de 'ralé': populaça, população, populacho, povaréu, poviléu, povoléu, povinho, povão, zé-povo. Consideramos que o citado termo 'povão', porém, que designa em princípio uma grande quantidade de pessoas, é empregado para designar as classes mais humildes menos pejorativamente do que afetivamente (referências de Houaiss, 2000). Chama-nos a atenção, em nossas consultas, a grande série de termos pejorativos pra designar os mais pobres – um sintoma da cultura e das relações sociais.

<sup>22</sup> Aliás, o termo gente, do latim '*gens*', '*gēntis*', também merece uma observação semântica, na medida em que passa do sentido original de um clã, família, povo, nação, para o uso no sentido de 'nós', 'todos', 'meu grupo ou família' na locução 'a gente'. E também para derivados e locuções de sentidos diversos e mesmo contrastantes: do 'gentio' herege e dos sinônimos de ralé 'gentança, gentalha, gentama, gentiaga, gentinha, gentuça'; ao homem 'gentil', à 'gentileza', ao educado '*gentleman*' (do inglês), aos amigos 'gente fina', 'gente boa' ou boa gente; ou então à refinada e rica 'gente bem', ao fidalgo '*gentilhomme*' (do francês), até o bem recente jargão 'gentrificação', um neologismo vindo de *gentrification*, do inglês '*gentry*', que designa a pequena nobreza inglesa.

<sup>23</sup> O cerne de trabalho de Lynch (1981) está no estabelecimento de “dimensões de desempenho”, que são critérios - espaciais ou não-espaciais- para se medir a qualidade dos lugares. Estas dimensões são: a vitalidade, o sentido, a adequação, o acesso, o controle; e, ainda, dois meta-critérios: a eficiência e a justiça.

<sup>24</sup> Carreira apenas cita isto em nota de pé de página. Mas sobre estas restrições, ele apenas indica uma outra questão que consideramos uma relevante

<sup>25</sup> Ver Maya-Monteiro, 1998: 10, e Costa (1993).

<sup>26</sup> Note-se que a literatura acadêmica norte-americana é repleta de artigos sobre as territorialidades étnicas - como por exemplo, Hayden (1995)- já que nos Estados Unidos, os aspectos étnicos da exclusão são muito significativos.

<sup>27</sup> 'Branco' aqui se refere à paz, ausência de violência; ou melhor, à invisibilidade do conflito – como, por exemplo, na expressão 'colarinho branco' (sem conotação 'étnica', obviamente).

<sup>28</sup> Especificamente nas cidades norte-americanas, ocorre gentrificação pelos investimentos feitos nas áreas centrais degradadas, cujas mudanças sociais e econômicas se manifestam através de melhorias visíveis no ambiente urbano, mas também da expulsão dos pobres.

<sup>29</sup> Destacamos aqui que embora muitos destes sejam realmente excluídos do mercado de trabalho formal e/ou de muitas benesses da cidade e/ou da sociedade de consumo, considere-se que, diferentemente da segregação que o termo banalmente sugere, muitos fazem parte de redes sociais informais que surgem devido a esquemas sócio-econômicos mais amplos- locais e globais.

<sup>30</sup> Note-se que o emprego de 'marginal' para se referir a pessoa criminosa não é casual: subentende uma linha tênue entre informalidade, alteridade e subversão em relação ao mundo do crime.

<sup>31</sup> Estas observações são feitas no contexto de um prefácio ao livro escrito quase três décadas após a primeira edição do livro sobre a esfera pública, em que ele defende a sua noção de 'esfera pública' das críticas de exclusão dos não burgueses, apontando a sua relevância para a sociedade como um todo. Não por acaso, o prefácio também se encontra reproduzido em livro americano posterior contendo artigos de crítica e avaliação da idéia de uma esfera pública (Calhoun, 1992).

<sup>32</sup> Segundo ele, é Baktihne a referência que sugere isto.

<sup>33</sup> Embora saibamos que há uma delimitação de segmentos sociais em cada tipo de shopping, ligada à localização e escolha comercial, esta não é algo sempre presente, geral e definitivo. Há sim, casos notáveis discriminação social, e mesmo racial no controle de acesso a shoppings. E também, em São Paulo, já são identificáveis grupos de jovens de estilo e identidade definidos – bandos - para cada tipo de centro comercial da cidade (como nos descreve Frugóli Jr, 1995: 101).

<sup>34</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>35</sup> Cf. Barrow, R. H. 1953 *The Romans*. p. 194- citado por Arendt, 1958: 43.

<sup>36</sup> A palavra '*bourgeois*' surge no século 11 na França. Esta deriva de '*bourg*', burgo, que vem do latim *burgus* "pequena fortaleza, povoado", e também do germânico '*Burgs*': "cidadela, cidade pequena, forte".

<sup>37</sup> Note-se, aliás, que "a transferência de todas as atividades humanas para a esfera privada e o ajustamento de todas as relações humanas segundo o molde familiar teve profundas repercussões nas organizações profissionais especificamente medievais nas próprias cidades - nos guilds, confrèries e compagnons- e até mesmo nas primeiras companhias comerciais, nas quais o lar comum original parecia estar implícito na própria palavra companhia' (*companis*)."(Arendt, 1958, p. 44).

<sup>38</sup> Note-se, aliás, que o termo 'economia' deriva do grego '*oikonomía*', que são atos 'administração, direção de uma casa; organização, distribuição; economia' (Houaiss, 2000).

<sup>39</sup> Lembremos que a inserção definitiva da idéia de privacidade - intimidade ocorre na casa de campo inglesa do século XVII (ver Habermas, 1962; Rybczynski, 1986). Rybczynski (*op.cit.*) nos relata que o sentido de domesticidade surge mais tarde, na Holanda do século XVII, quando ocorre a separação total entre casa e trabalho, e o espaço se torna um espaço da mulher, sem a presença de criados (como nos relata ). E nos relata também que a idéia de conforto físico/ bem-estar surge na casa privada inglesa do XVIII, georgiana, quando a família fica mais isolada e os espaços da casa se fragmentam.

<sup>40</sup> Grifo nosso.

<sup>41</sup> Schelsky, H. 1953. *Wandlungen der deutschen Familie in Gegenwart*. Stuttgart. p. 20 (citado por Habermas, 1962: 164).

<sup>42</sup> A idéia de '*lofts*', , embora pregnante nas imagens da arquitetura de interiores e apropriada para situações diversas, tem uma presença restrita e elitizada nas cidades, e decorre, originalmente, aproveitamentos de estruturas de galpões obsoletas que geram habitações em que usos e compartimentos são integrados e flexíveis.

<sup>43</sup> Não por acaso Marx e Engels falam, em fins do XIX, em "idiotia rural" como uma situação de privação e ignorância.

<sup>44</sup> Sobre isto, ver Lamas, 1993, cujo capítulo 5.8 trata do que ele denomina 'Urbanística Operacional.

<sup>45</sup> E aponta como referência de pesquisa Whyte, W. H. *Herr und Opfer der Organisation*. Dusseldorf: 1958: 282 [The Organization Man].

<sup>46</sup> Ver Lipovestki, 1991, que fala de um hedonismo de massa.

<sup>47</sup> Uma vantagem momentânea, na medida em que há cidades que hoje já se tornam plenamente conectadas, em todos os espaços, como no município digital pioneiro de Piraf, no estado do Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> Em primeira instância, poderia se dizer que é o poder privado.

<sup>49</sup> A *res publica*, a 'coisa pública', assume o sentido do "Estado, a administração do Estado". República<sup>49</sup> (no século XV, em português) serve para designar uma "forma de governo em que o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos" ou então, juridicamente, a "forma de governo na qual o povo é soberano, governando o Estado por meio de representantes investidos nas suas funções em poderes distintos (p.ex.: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário)" (ver Houaiss *et al.*, 2000, *s.p.*).

<sup>50</sup> São Tomaz de Aquino, citado a partir do *Index Rerum* da *Summa Theologica*. Turim, de 1922, ii.2 50.3)

<sup>51</sup> Um momento valorizado e destacado por Habermas, mas que também atrai outros autores (como p.e. Sennet, 1974)

<sup>52</sup> Embora ele critique o que chama de 'hermenêutica da suspeita' de Foucault, porque considera que esta reduz o espaço a um sistema de símbolos, um texto de leitura transparente no qual a linguagem é a repressão e da concretização dos desejos. Ver Lefebvre, 1974, item 3.3.

<sup>53</sup> Em momentos posteriores, pode ser catastrófico, como nos mostra a situação da cidade de Los Angeles, estudada por Mike Davis e outros autores. Ou em alguns dos eventos trágicos de desatinados franco-atiradores americanos, que acreditamos que não por acaso ocorrem em escolas, campus e shoppings - espaços segregados que refletem a falta de espaços públicos de convívio no contexto das cidades americanas.

<sup>54</sup> Ela aponta que a palavra '*politicus*' não exatamente aparece, mas é uma explicação do texto de São Tomaz de Aquino (*Index Rerum da Summa Theologica*. Turim, de 1922, i. 96; ii.2 109.3).

<sup>55</sup> Jaeger, Werner. 1945. Paidéia, III, 111. (citado por Arendt, 1958: 33).

<sup>56</sup> Uma observação: o que Agamben aborda, neste seu livro, é a politização da vida nua, a biopolítica, pois "Por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente; o homem moderno é um ser vivente em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente". (*ibid.*: 11).

<sup>57</sup> Ética a Nicomano 1142a25 e 1178a6 ff.

<sup>58</sup> Note-se que o próprio termo 'déspota' vem de do grego; e que na Grécia antiga, o '*oikodespotes*' era o senhor, o déspota, nas relações de poder estabelecidas pelo cidadão no contexto social da sua esfera privada, doméstica.

<sup>59</sup> Além disto, a diferença entre os conceitos antigos e modernos de política repousa também, segundo Arendt, no conceito de isonomia, a igualdade grega. Ela cita Otanes, que afirma não querer governar nem ser governado e também Aristóteles, que diz que a vida do homem livre é melhor do que a do déspota, que não é livre .

<sup>60</sup> Kitto acredita, inclusive, que uma conexão a esta rede é o fator decisivo de inserção destas pólis, mais do que o sítio.

<sup>61</sup> Como a própria origem do nome o indica, ao designar primeiramente uma obra de defesa.

<sup>62</sup> Como discutiremos mais extensamente, aliás, no item 3.2.a.

<sup>63</sup> Como nos lembra Harvey, 1996: 311).

<sup>64</sup> E aqui poderíamos lembrar dos *aneu logou* da Grécia Antiga, os escravos sem vida pública.

<sup>65</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>66</sup> Como demonstra Habermas em relação a '*the public*', em inglês, que desde o século XVII assume na Inglaterra o sentido de '*world*' ou '*mankind*' e também a '*das Publikum*', em alemão, "pois até onde se fala do mundo dos leitores, ou mais simplesmente do mundo (no sentido ainda atual de '*toute le monde*'- todo mundo)" (1962: 36).

<sup>67</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>68</sup> *Loc. cit.*

<sup>69</sup> Cf. Habermas, 1962.

<sup>70</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000; isto se deu em 1720.

<sup>71</sup> Embora, como outros autores, façamos algumas ressalvas em relação aos seus argumentos, que julgamos que tendem a restringir a esfera pública à política, e a política a algo oposto aos assuntos privados.

<sup>72</sup> A existência destas três categorias; ação, labuta e trabalho; são, aliás, argumento central do livro de Arendt em questão.

<sup>73</sup> Ela relata que isto é retratado em uma citação de Aristóteles, que diz que temos que considerar os homens pela possibilidade que eles têm de se tornarem imortais.

<sup>74</sup> Com exceção da caridade como expediente político experimentado pelas ordens monásticas, ressalva Arendt (*op. cit.*).

<sup>75</sup> Ela lembra que " O fato de que a política é apenas uma função da sociedade- de que a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social- não foi descoberto por Karl Marx" (*ibid.*: 42).

<sup>76</sup> Pois, como não podemos deixar de anotar, o próprio termo vem do grego *oikonomía*, que significava originalmente 'administração e direção de uma casa (*oikos*).

<sup>77</sup> Um pouco depois, surge, a partir de '*publicité, publicity*' na Inglaterra, e no século XVII o emprego do termo na Alemanha (Cf. Habermas, 1962: 36).

<sup>78</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>79</sup> Em português, isto se dá em 1829 (Cf. Houaiss *et al.*, 2000).

<sup>80</sup> Publicidade passa também a designar o trabalho publicitário "arte, ciência e técnica de tornar (algo ou alguém) conhecido nos seus melhores aspectos, para obter aceitação do público"(Houaiss, 2001).

<sup>81</sup> De acordo com Houaiss *et al.*, 2000.

<sup>82</sup> Citado em nota por Habermas (1962: 178), de Steinberg, C. S. *The Mass Communicators*. New York: p. 122.

<sup>83</sup> Arendt aponta que "A intimidade do coração, ao contrário da intimidade da morada privada, não tem lugar objetivo e tangível no mundo, nem pode a sociedade contra a qual ela protesta e se afirma ser localizada com a mesma certeza que o espaço público. Para Rousseau, tanto o íntimo quanto o social, eram antes de tudo, formas subjetivas da existência humana" (*ibid.* p. 48).

<sup>84</sup> O metrô da cidade do Rio de Janeiro, *p.e.*, inicia suas comunicações com os passageiros com o aviso sonoro "Prezados clientes..."

<sup>85</sup> '*Commodification*' é um neologismo que permanece sem tradução precisa, até porque seu sentido surge onde o processo da substituição do valor de uso pelo de troca é mais intenso- nos países mais centrais no contexto global. A *commodification* não é apenas a 'mercantilização', nem apenas a 'mercadorificação' de algo, ela denota que as coisas são transformadas em *commodities*, ou seja, que passam a ter valor comercial e financeiro em uma escala global.

<sup>86</sup> Note-se que, em grego, '*theatron*' designa aquilo que se faz ver.

<sup>87</sup> Como aliás, não só Jacobs (1961) mas também Sennet (1974) notam.

<sup>88</sup> Apesar de algumas dúvidas, provavelmente platéia deriva do gr. *platús, eía, ú* 'largo e chato, plano'. E platéia, antes de designar o público e os espectadores, é um designação espacial: uma parcela de espaço do teatro.

<sup>89</sup> Aliás, Peter Eisenmann, que poderia ser inclusive descrito como um dos arquitetos criadores de formas arquitetônicas originais e autônomas, se ressentido de que as pessoas demandam cada vez mais e mais imagens, e observa portanto que quanto mais elas se tornam passivas, mais necessitam de energia dos edifícios, de modo que não se pode construir um simples edifício (2008: *s.p.*).

<sup>90</sup> Isto sem tratarmos aqui do papel do Estado nacional e as discussões da esfera pública presentes na sua elaboração e construção.

<sup>91</sup> Conforme os fenômenos do público já citados anteriormente.

<sup>92</sup> Consideramos, aliás, que ela, diferentemente de Habermas, nos sugere bem mais o papel da esfera pública no espaço público e do espaço público na esfera pública.

<sup>93</sup> Arendt, aliás, surpreendentemente considera que o modo cristão de desprendimento das coisas terrenas - são coisas mortais, dos artífices mortais - inversamente estimula o seu gozo, o seu consumo e o intercâmbio.

<sup>94</sup> Lembrando aqui, mais uma vez, que espaço' é para nós um aspecto espacial, e não uma abstração.

<sup>95</sup> Lembrando Lefebvre (1974), não nos custa notar.

<sup>96</sup> Benhabib coloca que "' para os modernos, o espaço público é essencialmente poroso, nem o acesso a ele nem sua agenda de debate podem ser predefinidos por um critério de homogeneidade política e moral", pois com "a entrada de todo novo grupo no espaço da política depois das revoluções francesa e americana, o raio do público se torna estendido".(1992: 78-79).

<sup>97</sup> Arendt, aliás, surpreendentemente considera que o modo cristão de desprendimento das coisas terrenas - são coisas mortais, dos artífices mortais - inversamente estimula o seu gozo, o seu consumo e o intercâmbio.

<sup>98</sup> E lembremos que este grupo de países em desenvolvimento cujo crescimento é beneficiado com a globalização econômica representa grande parte da população mundial; mas lembremos também que há um outro grupo de países que estão sendo deixados para trás em todos os sentidos - na economia e nas condições de vida (ver UNPD, 2007).

<sup>99</sup> "Os 2% mais ricos da população mundial agora possuem mais do que a metade da riqueza global. A metade inferior dos adultos mal possuem 1%" (UNPD, 2007:2).

<sup>100</sup> Sobre isto, os textos de David Harvey e Mike Davis nos relatam.

<sup>101</sup> isto embora reconheçamos o papel da esfera pública fora dos espaços públicos na dinamização das relações sociais e da esfera pública.

<sup>102</sup> CLARK, T.J. 1984. *The Painting of Modern Life: Paris and the Art of Manet and his Followers*. Princeton: Princeton University Press Citado e traduzido do original por Caldeira, 2002: 32.

<sup>103</sup> A ilustração, que continua nas capas mesmo nas reimpressões seguidas - a nossa é de 2000 – nos parece aparentemente banal e datada, mas se baseia em colagem de Jacques Prévert.

<sup>104</sup> Os diversos ensaios do livro de Calhoun (1992-a), fazem uma revisão da idéia de esfera pública, dentre estes inclusive a tradução para o inglês deste texto de Habermas (1990), nascido como um prefácio ao livro sobre as mudanças estruturais na Esfera Pública.

<sup>105</sup> Textos de 1989, de David Harvey e Edward Soja sobre a pós-modernidade, e textos de Mike Davis e Derek Gregory sobre a *Chinatown* de Los Angeles .

<sup>106</sup> Cf. Houaiss, 2000:s.p confirma em relação ao antepositivo *pub(i/o)* vem do lat. *púbēs, is*; e que origina púbis e puberdade, o que diz Fraser (1992) baseada no Oxford English Dictionary para tanto.

<sup>107</sup> Ver item II.2.f

<sup>108</sup> Grifo nosso.

<sup>109</sup> Para um resumo de alguns destes casos norte-americanos, ver Stricker Heather & Kenworthy, Bill. 2006; indicados por Common Space Project, 2006.

<sup>110</sup> Em um site jurídico (Case Law, 2007) apontado como referência pelo Common Space Project, é possível achar mais detalhes sobre este processo que chegou até a Suprema Corte dos Estados Unidos. Destacamos um dado interessante aí registrado: o shopping e seu proprietário usam como argumento de defesa a reclamação de que este direito de manifestação pública viola o seu 'direito de excluir outros', uma parte do seu direito de propriedade protegido pela federação.

<sup>111</sup> Um exemplo: neste exato período e em que escrevemos estas linhas, assistimos a demolição de dois clubes (nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro) que, em bairros valorizados, estão sendo convertidos em imóveis residenciais. Nestes casos, julgamos que, diante da necessidade de preservação de espaços livres, e de espaços coletivos, estes espaços podem ser tratados como espaços de patrimônio público, espaços com um potencial público no denso contexto destas cidades.



### III - SOBRE O LUGAR



## III - SOBRE O LUGAR

---

### 3.1 – quando falar em lugar?

O lugar tem sentidos usuais que denotam uma posição específica no espaço ou uma porção deste espaço. Neste aspecto imediato, o significado de lugar é claro e objetivo. Porém, como disserta Edward Relph sobre este óbvio:

"Nas nossas vidas cotidianas, os lugares não são experimentados como entidades independentes e claramente definidas, que possam ser descritas simplesmente em termos da sua localização ou aparência"(1976: 29).

No discurso, o que define a abrangência e o sentido do termo 'lugar' é o seu emprego usual. Em princípio, falar em lugar é traçar um percurso afetivo, um 'lar' é um 'lugar'. Por outro lado, um lugar é uma posição, um território, que, socialmente, pode indicar hierarquia. Há implicações 'subjetivas', como nos indicam algumas locuções. Por exemplo, "dar lugar" indica uma concessão de espaço. Assim, "dar lugar" pode ser "dar espaço ou assento a alguém "; mas pode ser também uma concessão de tempo, de atenção, de oportunidade: "dar lugar à imaginação, ao amor". Em "ter lugar no coração", o 'lugar' designa o 'papel importante' de algo ou alguém. Pode-se também "dar lugar" a uma situação, ou então pode-se "dar lugar para que alguém fale"; ou ainda, pode-se também 'não encontrar mais lugar para uma discussão' e neste exemplos, vemos que o lugar passa a significar "momento adequado, oportuno; hora, ocasião". "Em lugar de" é o mesmo que "em vez de", e 'vez' aqui é o momento em que se contraria ou substitui algo por outra coisa. Note-se que, similarmente, a expressão "ter lugar", significando "acontecer, ocorrer, realizar-se" empregada para traduzir literalmente o francês *'avoir lieu'*<sup>1</sup>, faz esta mesma conjunção entre evento e lugar. Ou seja, notamos há um vínculo entre tempo e espaço na constituição do lugar que é reforçado nestes discursos.

Por outro lado, o lugar tem sentidos figurados que se vinculam à apropriação do espaço, ao afeto ou à posse do espaço, a territorialidade e à hierarquia social. Um lugar pode implicar, socialmente, em uma posição inferior ou superior. Diz-se de vantagens alcançadas: "ter o mérito do primeiro lugar", ter "um lugar ao sol"; ou então de desvantagens: ter-se que "conhecer (ou enxergar) o seu lugar", o lugar como uma posição social inferior. Outro exemplo: o sentido da frase "este é meu lugar", depende de entonações, ou do acréscimo mais preciso de pontuações, inversões de ordem da frase e artigos (ex.: "este é o meu lugar", "este é meu lugar!", "este é o meu lugar?!", "este é meu lugar...", "este lugar é o meu")<sup>2</sup>. Consideramos que este jogo não é em vão, e que os empregos do termo 'lugar' são partes das acepções que embasam as diversas teorias<sup>3</sup>. Ou seja, este jogo, que continua ao longo de nosso texto, nos ajuda a compreender, a partir da presença do lugar no cotidiano, alguns dos desdobramentos das teorias sobre o espaço e sobre o lugar.

Portanto, o conceito de lugar se refere não apenas ao seu sentido usual, de uma parte do espaço, de locações específicas de eventos, a uma dada localização de eventos, e a um "dar lugar" às coisas e aos significados.

Para nós, considerar a questão do lugar se trata tanto de incorporar uma compreensão filosófica/ poética do habitat humano, da relação entre homem e meio ambiente; quanto reconhecer que as maneiras como o lugar é visto - pelos indivíduos, grupos sociais e, em última instância, pelo capital - estão imbricadas nas maneiras como o território é ocupado.

Um breve histórico. O lugar ressurgiu como um conceito relevante precisamente quando são constatados os efeitos nocivos da desterritorialização dos grupos sociais - refletidos na cidade e no urbano. Por um lado, estes efeitos decorrem dos novos modos de produção que, a partir do século XIX, intensificam de separação entre: trabalhador e trabalho; pela divisão do trabalho; entre trabalho e lugar/ lar, pela industrialização; e entre trabalho e lugar/ cidade pré-existente. E, por fim, à separação que gradativamente se estabelece entre o capital e o lugar.

Aos processos da modernização e progresso tecnológico respondem, na primeira metade do século XX, as idéias modernas em arquitetura e urbanismo estabelecidas basicamente pelos CIAM. Dois aspectos conhecidos deste projeto contribuem para a separação em relação aos lugares/ contextos existentes. O primeiro é a negação da história e memória próximas, o que faz com que, entre outras coisas, os projetos de arquitetura e urbanismo busquem fugir da tradição tanto do ornamento do edifício quanto do 'enclausuramento' da cidade. Outros aspectos são as decorrentes homogeneização e internacionalização da arquitetura e do planejamento urbano, incrementada pelos 'intercâmbios' dos congressos internacionais.

Observe-se que, como apontam Agnew e Duncan (1989-b: 2-3) as teorias modernizantes foram criticadas pelo seu funcionalismo, positivismo, evolucionismo, tanto através de bases filosóficas quanto empíricas, mas que estas críticas, no entanto, não chegaram a constituir uma alternativa completa. Eles ressaltam então que há uma crise intelectual - que é "somente parte de uma crise política e social maior: a crise do estado territorial moderno e dos seus mitos de legitimação" (*loc. cit.*). Isto ocorre por diversas razões, entre elas a emergência de uma economia global fora de um controle estatal<sup>4</sup>.

Neste contexto, o conceito de lugar surge como um conceito relevante para os diversos campos do conhecimento, que envolvem questões do espaço social, e notadamente para a própria construção de uma geografia humanística e cultural.

Para a arquitetura e o urbanismo, o seu papel para o desenvolvimento prático e teórico da disciplina procede das críticas ao modernismo dos anos sessenta, e surge em trabalhos como os de Gordon Cullen (1960), Kevin Lynch (1960), Jane Jacobs (1961), Aldo Rossi (1966), e Robert Venturi (1962), entre outros, muitas vezes não como um termo adotado explicitamente no discurso. É possível enxergar, no entanto, de diversos modos, a relevância de um sentido de lugar em diversos momentos: nos estudos sobre o contexto urbano, sobre a tipologia, nas estratégias de projeto da arquitetura pós-moderno, nas lutas a

favor do patrimônio ambiental – natural ou construído- e contra os processos de renovação urbana, entre outros.

Através do lugar, o espaço se configura não apenas como um agregado de dados, mas de significados, e este reconhecimento de um espaço social 'situado', de caráter local, permeia esta tese. Norberg-Schulz insere uma contribuição básica, a partir de uma visão fenomenológica do conceito de lugar, que busca definir o *genius loci* - o espírito dos lugares; para ele, "a arte básica da arquitetura é compreender a 'vocalização' do lugar" (1979: 23).

Yi- Fu Tuan (1974,1983), outro autor seminal, trabalha as diferenças entre espaço e lugar, e insere o conceito de topofilia para tratar das relações entre visão do mundo - percepção, atitudes e valores- e o meio ambiente. Edward Relph (1976) também traça o próprio sentido do lugar para além de uma locação, sendo que constrói uma completa 'classificação' dos atributos que definem tanto o lugar quanto a sua ausência ou 'inautenticidade' - o denominado não-lugar. Este conceito, esboçado inicialmente por Melvin Webber (1964), para designar uma urbanidade definida pelo grau de interação da 'comunidade'(o domínio do não-lugar) num contexto de desenvolvimento dos meios de comunicação, é trabalhado posteriormente também por Marc Augé (1992), do ponto de vista da antropologia cultural: a atitude – alienada - do homem contemporâneo perante os não-lugares alienantes da 'sobremodernidade'.

Inúmeros outros autores como Hayden (1995) e Harvey (1996) tratam do lugar como um conceito que se reflete nas políticas urbanas e espaciais do século XX, e da sua relação com a construção da cidade e da sociedade. Além destes, destacamos as diversas visões sobre o poder do lugar agregadas no livro de Agnew e Duncan (1989-a) nos apontam as relações epistemológicas, culturais, lingüísticas e sociais do lugar.

Destaque-se aqui os escritos do filósofo Martin Heidegger (1927, 1951), que motivam grande parte destes e de muitos outros autores a proporcionar ao conceito de lugar um 'lugar' proeminente no fim de século XX, tanto na filosofia e geografia cultura, quanto na arquitetura. Para nós, o texto 'Construir, Habitar, Pensar', de 1951, é a base desta busca pelo lugar - a relação do homem e espaço através do habitar um lugar.

A noção de lugar perpassa atitudes perante o mundo e serve para embasar estratégias de construção do espaço. Uma investigação cuidadosa dos seus sentidos reconhece o papel das idéias – e ideologias nas tomadas de decisão sobre a cidade e sobre o urbano.

Além disto, a luta pós-moderna pela recuperação do 'lugar', que se desenrola desde a segunda metade do século XX, e a, por outro lado, a mais recente intensidade da especulação e do consumo dos ditos 'lugares' são aspectos fundamentais da civilização: como parte de questões culturais, sociais e ambientais que aguardam definições política.

Verificamos ainda que as questões relativas ao lugar alcançam novas compreensões, após algumas décadas de estudos. A noção de não lugar, que sintetiza, na segunda metade do século XX, uma crítica à "ausência de um sentido de lugar", é uma destas. Os não lugares incorporam tanto os espaços gerados pelas inconsistências das intervenções urbanas ditas

'modernistas', quanto aqueles que são resultado da aceleração dos meios de comunicação/transporte incluído. E Hoje, podemos discutir a validade destas classificações, mas reconhecemos que há implicações deste emprego na crítica aos espaços.

Porque falar de lugar como um conceito quando nosso objeto de estudo é o lugar público da cidade, um ambiente concreto e presente? E porque recuperar idéias passadas sobre este?

A validade de se retomar algumas das discussões ao longo dos tempos reside, antes de tudo, no fato de que estas se refletiram na arquitetura e urbanismo do modernismo e pós-modernismo, assim como nos processos de produção do espaço que ainda constituem grande parte do espaço construído existente nas cidades. Persistem assim situações da história, da memória que coexistem com as do momento atual. Por isto, é essencial compreender que um 'Lugar' -como constructo e como construção- se refere a momentos diversos - presentes e ausentes.

Para tanto, não faremos uma revisão completa da história do conceito de lugar, mas sim tentaremos, o mais brevemente possível, compreender sincronicamente a relação entre as idéias sobre o lugar e o espaço construído da cidade. Para este trajeto, acrescentamos também algumas referências fundamentais sobre a idéia de lugar.

Traçando uma história filosófica do conceito, se insere o detalhado e abrangente trabalho de Edward Casey (1997), sobre o 'destino do lugar', que traça a noção de lugar de Platão até Derrida. Jeff Malpas (1998), que retoma brevemente em seu artigo diversas questões apontadas por Casey, enfatiza o lugar como um conceito em si, não derivado do espaço. Ambos visivelmente partem de Heidegger na sua argumentação, e também para suas conclusões sobre o lugar.

Ressalte-se, mais uma vez, o trabalho de Heidegger. Para além das razões mais objetivas pelas quais o lugar merece consideração teórica, Heidegger aponta que o lugar está imbricado na existência do homem:

"Dizer que os mortais são é dizer que no habitar eles persistem através dos espaços devido à sua estada entre as coisas e locações"<sup>5</sup> (1951: 155).

Também fundada em Heidegger, uma síntese notável do fenômeno do lugar, dentro da arquitetura e urbanismo, está em Norberg-Schulz:

Um lugar é, portanto, um fenômeno qualitativo, total, que não pode ser reduzido a nenhuma de suas propriedades como relações espaciais, sem que se perca de vista a sua natureza concreta" (1979: 8).

Diante de um quadro que se pretende tão abrangente, como nós vamos situar o lugar?

Primeiro, não partimos nem da exaltação nem da crítica ao conceito. Ambas se devem aos valores, ideologias e possibilidades da construção do espaço tal como a idéia do 'lugar' a sugere. Note-se também que ambas são respostas a situações específicas situadas no espaço e no tempo. Exemplos recentes disto: (1) por um lado, a exaltação nostálgica das

particularidades do lugar pode implicar em uma exclusão ou descuido do que não é aquele lugar, e do que a ele 'não pertence'<sup>6</sup>; (2) por outro lado, a crítica pode partir da associação indevida do lugar com a comunidade restrita (ver, entre outros, Agnew, 1989; e Harvey, 1996); ou então (3) como aponta Malpas (1998), a crítica ao 'lugar' pode partir de uma 'suspeição das suas tendências universalizantes', fazendo com que se desconsidere sua utilidade como um conceito unitário- e sendo assim, o 'lugar' só poderia ser investigado através das particularidades de lugares e regiões. Malpas contesta, porém, que entender melhor o conceito é também entender a natureza mesma das diferenças que derivam do lugar e da localidade. Similarmente, acreditamos, antes de tudo, na relevância da elaboração do lugar como um conceito e unitário e que se aplica às múltiplas facetas das situações e representações - não só para a construção teórica do que é a cidade e o urbano, mas para a criação e construção consciente de lugares.

Segundo, para nós, a partir disto, o lugar é visto de modo abrangente. Assim, se o conceito de lugar é delimitável, nós o apresentamos com uma estruturação que visa perpassar diversos aspectos do seu significado e da sua relevância como conceito. E não apenas como um dado objetivo ou subjetivo.

Note-se, porém, que, se estabelecemos tópicos, não os tomamos como categorias. Estes 'tópicos' são, antes de tudo, breves pausas no encaminhamento das discussões. Agnew & Duncan (1989-b), em uma análise do início dos anos noventa<sup>7</sup>, argumentam que a partir de disciplinas diversas, o lugar tende a ser abordado fragmentariamente, através de uma ênfase em diferentes elementos, e não pela sua complementaridade. Assim, eles discernem três abordagens teóricas para a questão do lugar, que não se articulam entre si: o lugar seria visto como uma localização; ou então como uma localidade, ou então através de uma consideração do sentido de lugar (*location, locale, sense of place*). Para eles, estas 'dimensões' desarticuladas fragmentam o significado do lugar. Para nós, estes diferentes aspectos propostos contribuem nos apontam os diferentes significados do lugar que trabalharemos.

Além disto, assim como a estratégia de trabalho desta tese, na qual a seqüência de considerações sobre um conceito procura partir da semântica e, em parte, da etimologia dos termos que a ele se referem, esta classificação de Agnew & Duncan (1989-b) possui similaridades com a nossa, ao agregar vínculos etimológicos entre lugar, local e localidade<sup>8</sup> com as definições e aspectos do lugar. Se segue, portanto, neste texto, que o lugar é visto através de alguns de seus aspectos:

- **o lugar como uma localização: posição e locação no espaço;**
- **o lugar como o *locus* do ser;**
- **o lugar como um local em particular;**
- **o lugar como a localidade estabelecida;**
- **o não lugar como o lugar**

### 3. 2. - o lugar como uma localização: posição e locação no espaço

Nesta visão, o lugar é visto como uma locação, uma localização demarcada, uma posição em particular no espaço: portanto, o lugar está contido no espaço. Assim, as acepções do lugar que se relacionam a esta visão o definem como "parte do espaço que ocupa ou poderia ocupar uma coisa, um ser animado"; "local onde se está ou se deveria estar; posto, posição, ponto"; e como "posição relativa numa série, numa colocação, numa escala". Se o lugar é visto apenas como uma locação, note-se então que, em verdade, a própria noção de lugar encontra-se excluída em detrimento da noção de espaço.

O espaço é visto como uma extensão ideal, sem limites, que contém todas as extensões finitas e todos os corpos ou objetos existentes ou possíveis. Note-se que, na sua origem latina, *spatium*, significa intervalo 'espaço livre, extensão, distância, intervalo'. O espaço então é visto como um espaço contínuo, um vazio, que serve como um recipiente neutro - um receptáculo para os objetos. Assim, como o lugar é entendido como uma parcela deste espaço, o lugar se restringe a uma localização, um conjunto de coordenadas, neste espaço abstrato que o contém.

A visão do lugar como uma localização nos parece ainda impregnada da objetividade da definição matemática para de 'lugar geométrico'. Para a matemática, um lugar geométrico consiste no conjunto de pontos do espaço caracterizados por uma ou mais propriedades ou que satisfazem uma ou mais condições. Um exemplo simples é a circunferência, que é o lugar geométrico de todos os pontos que guardam a mesma distância de um ponto chamado centro. Neste caso, os lugares são homólogos, homogêneos.

Porém, para compreender a noção de lugar, é preciso distingui-la da noção de espaço. Uma distinção primeira, e óbvia, entre espaço e lugar é apontada por Malpas:

"Pensamos de lugares como locações em um espaço, dos lugares como dando espaço ou 'lugar'<sup>9</sup>; pensamos por sua vez no espaço como definido pelos lugares que são locados nele, e assim por diante. Ainda assim, é evidente também que os lugares não são meros pontos no espaço. A existência de um **domínio homogêneo e indiferenciado** de extensão não é suficiente para fazer a existência de nenhum lugar. Para isto, precisamos mais do que apenas extensão, e, enquanto um lugar pode dar 'lugar' ou espaço nele, **o espaço que achamos em um lugar é bem diferente do espaço que consiste em nada senão uma expansão contínua e aberta**" (1998: 23)<sup>10</sup>.

Também nos parece óbvio que o lugar não apenas é uma localização, mas que um lugar de fato assume um caráter particular que transcende a sua noção mais prática e objetiva: aquela de um ponto, de uma posição, de uma parcela no espaço. Para tanto, para distinguir lugar de espaço, é preciso compreender principalmente que o lugar não deriva de um espaço contínuo e homogêneo - criar um lugar não é simplesmente ocupar um espaço. Até porque, como pondera Lefebvre (1974), a própria expressão 'ocupar o espaço' carrega em si a idéia de que este é um vazio a ser conquistado.

Para nós, está claro que esta idéia do espaço como um vazio indiferenciado é apenas uma abstração filosófica e matemática, Esta já serviu a uma razão instrumental, em diversos momentos da história, mas que hoje já se encontra extensivamente criticada.

Esta diferenciação teórica é relevante para o estudo da cidade e do urbano neste momento presente, que se segue ao século XX. Isto, porque, em diversos momentos do século passado, como veremos, se reitera, por diversas razões, um predomínio da noção de 'espaço', como um recipiente vazio e ilimitado, sobre a de lugar<sup>11</sup>. E este pensamento origina formas urbanas e arquitetônicas, bem como modos de planejamento urbano.

Destaquemos que, basicamente, isto ocorre quando novas escalas de ação do homem aí se instauram - novas dimensões da construção do espaço e novas velocidades de interação e de fluxos. Nesta lógica espacial, o espaço do mundo tende a ser visto como homogêneo, como um espaço a ser conquistado, planejado, organizado, acessado pelas redes de comunicação (e transporte). Não são os espaços de ação apenas que determinam novas visões em diversos campos, mas um 'espaço' abstrato e fragmentável que deriva não apenas de noções filosóficas, mas também físicas e matemáticas.

A idéia de "recipiente e conteúdo" é essencial para compreender o desenvolvimento da noção de lugar. Mesmo na Grécia Antiga, guardadas as devidas diferenças, os conceitos de *topos* (Aristóteles) e o *chora* (Platão) que correspondem a lugar implicam, em sua definição, em uma relação entre recipiente e o conteúdo (ver Casey, 1997; e Malpas, 1998). Pode se resumir (a partir de Malpas, 1998: 31) que: "No argumento aristotélico, o lugar é definido pela referência a um corpo que contém enquanto que, no platônico, pela referência a um corpo ou qualidade do que está contido". Porém, eles tendem a ligar espaço e lugar a locações particulares- topográficas- da sua experiência. Deste modo, espaço e lugar tendem a ser inseparáveis, de modo que: "Para Aristóteles, não pode haver lugar ou espaço sem um corpo que o encerre; e para Platão, a idéia de espaço ou lugar é compreendida sempre em relação àquilo que é contido nele.

A idéia do espaço como um vazio nos parece central para esta visão do espaço - como um recipiente sem limites e de localizações indiferenciadas. Malpas (*ibid.*: 29) aponta que esta surge a partir da idéia grega de vazio [*kenon*], e cita John Philoponus, no século VI, para quem o espaço [*chora*] é definido como o vazio. Isto se associa à idéia de espaço como um intervalo [*spatium*] mensurável, mas incorpóreo, e sempre repleto por um corpo. Para Philoponus, espaço e vazio são essencialmente a mesma coisa. Ele escreve também que "O lugar consiste das dimensões em si e está vazio de qualquer corpo. De fato, vácuo [*kenon*] e lugar [*topos*] são essencialmente a mesma coisa", e afirma que "dizer que espaço tem poder é ridículo" (Philoponus, *s.d.*, *s.p.* Apud. Malpas, 1998:29)<sup>12</sup>.

Isto é reforçado pela afirmação de Casey, de que: "Como esvaziado, mesmo que não seja um vácuo perfeito, o espaço carece destes atributos ou qualidades específicas que o uniriam ao lugar como o arranjo específico dos corpos materiais" (1997: 198)<sup>13</sup>.

A compreensão do espaço – e do lugar- como uma extensão mensurável só se estabelece propriamente bem mais tarde, com Descartes (ver Malpas, 1998: 28)<sup>14</sup>. Para ele, embora

não haja distinção real entre os termos, o espaço se refere mais propriamente a um tamanho ou forma, enquanto que lugar se refere, por outro lado, a uma posição. Ele argumenta através do discurso usual, no qual a distinção ocorre quando se diz que uma coisa deixa um lugar e outra chega nele, mesmo que esta outra coisa tenha outro tamanho e forma. Ou então, quando algo muda de forma, se diz que o lugar muda, embora o tamanho e a forma tenham permanecido<sup>15</sup>.

Já no século XX, Lefebvre diz que "sabe-se que o espaço não é pré-existente, vazio, dotado somente de propriedades formais" (1974: 198) e questiona, a partir de Leibniz, o espaço absoluto dos filósofos e matemáticos, o espaço como um continente de figuras, de relações e proporções e de quantidades. Lefebvre diz que, para Leibniz, 'o espaço 'em si' e como tal, não é nada, e não é 'qualquer coisa', e muito menos a totalidade de coisas ou a forma de sua soma: ele é o indiscernível. Neste caso, o espaço é certamente relativo - pois para se ver algo nele é preciso introduzir eixos, direção, orientação.

No pensamento pós-cartesiano, pode se dizer que é especificamente desenvolvida a idéia do recipiente, da relação forma - conteúdo, e assim do lugar como um conteúdo do espaço (ver Casey, 1997; e Malpas, 1998). A esta se soma a noção de um espaço absoluto, estendido e homogêneo, fundamental para que considere os lugares como meros pontos que diferem um do outro por sua localização, e que deriva também de noções utilizadas no campo da Física.

Einstein, por exemplo, trata o lugar como apenas 'posição', de acordo com o que cada lugar é ligado a uma porção particular da superfície da Terra ou a um objeto particular ou grupo de objetos. Segundo observa Malpas (1998: 24), ele fala do lugar como um conceito primitivo, um "conceito psicologicamente mais simples" ultrapassado posteriormente pelo de espaço - este, um conceito que se liga à extensão e à idéia de receptáculo. Portanto, para o físico, o conceito de lugar se liga a um aspecto menor do espaço - o espaço como localidade - já que para ele "uma simples análise mostra que o lugar também é um grupo de objetos materiais" (como afirma Einstein, 1970, *s.p.*. *Apud* Malpas, 1998: 24)<sup>16</sup>.

Malpas (1998) nos chama a atenção para o fato de que, mesmo autores relevantes para o estudo do espaço urbano no século XX, tratam o lugar ou localidade como um derivado do espaço ao desenvolverem seus conceitos espaciais, mas ressalva: "É claro que a falta de uma clara diferenciação entre conceitos espaciais e topográficos em Foucault, Lefebvre e outros é somente uma reflexão de uma tendência difundida de confundir estas noções" (p. 23).

O filósofo Martin Heidegger (1927, 1951) é referência fundamental para a construção de um conceito de lugar em si. Para ele, os lugares não podem ser reduzidos a meras posições. Ele então estabelece os vínculos do ser humano com a espacialidade: o ser-no-mundo. A idéia do 'ser-no-mundo' se desdobra na idéia do 'habitar': como o lugar construído pelo homem no mundo se torna referência essencial para a redescoberta do conceito de lugar, em oposição ao de espaço, que discutimos no item 3.3 seguinte. Ele conclui que o espaço recebe o ser de lugares, e não do espaço, o que inverte a subordinação do lugar ao espaço.

Para compreender como a idéia de que o lugar se subordina ao espaço foi transposta para a produção do espaço urbano, é interessante aqui citar Lefebvre (1974). Ele introduz a noção de 'espaço abstrato', que designa o uso instrumental de um espaço indiferenciado e homogêneo, uma abstração para o domínio do espaço - um saber a serviço do poder - e, como ele descreve:

"Se descobre enfim que este espaço [o abstrato] se discerne mal daquele que elaboram os filósofos, de Descartes à Hegel, fundindo o inteligível ( a '*res extensa*') com o político, o saber com o poder. Isto que teve como resultado uma prática espacial autoritária e brutal: aquela de Haussmann, e em seguida aquela codificada pela Bauhaus e por Le Corbusier, a saber, a eficácia do espírito analítico dentro e para a dispersão, a separação, a segregação"(p. 355).

O espaço abstrato é definido então como uma estratégia do capitalismo e neocapitalismo que faz tabula rasa das diferenças que o ameacem. O espaço abstrato contém o 'mundo da mercadoria', com suas implicações - acumulação e crescimento, cálculo, previsão, programação - sua 'lógica' e suas estratégias em escala mundial, ao mesmo tempo o poder do dinheiro e do Estado. Ele se apóia sobre as redes financeiras e produtivas, sobre as redes de transportes, e sobre as redes de informação. É uma ferramenta de dominação da natureza, que visa destruí-la até o limite. Mais ainda, para Lefebvre: "'Neste espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, se estilhou. " (*ibid.*:65).

Por fim, a estratégia dominante do espaço abstrato se ancora em três aspectos ou elementos (ver Lefebvre, 1974: 329-330), a saber: (1) O geométrico, ou seja, o espaço euclidiano homogêneo, considerado como 'absoluto' pelo pensamento filosófico - ao qual são reduzidos, em princípio, o espaço-natureza e depois o espaço social. Há aí uma outra redução, à bidimensionalidade: "a 'planta', a folha de papel branco, o desenho sobre esta folha, os mapas, os grafismos e as projeções". (2) O ótico ou visual, no qual a 'lógica da visualização' assume uma primazia na prática social. O espaço, ao fim deste processo não tem a existência social senão por uma visualização intensa, agressiva e repressiva. Por exemplo, através de uma perspectiva. É, portanto, um espaço visual, não simbolicamente, mas efetivamente. E (3) o fálico, ou redução da realidade não somente a imagens, mas a um objeto verdadeiramente pleno, um 'absoluto': um objeto fálico. Este objeto é erigido, privilegiando a verticalidade e, metaforicamente, simbolizando a força, a fecundidade e a violência masculinas.

A homogeneidade do espaço abstrato é aparente, na verdade um instrumento para a dominação. O espaço abstrato não é homogêneo, mas ele tende à homogeneização, e tem como objetivo esta homogeneidade. No entanto, o espaço abstrato contém e unifica fragmentos e elementos dispersos. O exemplo dado por Lefebvre (1974) é o zoneamento unifuncional, estratégia do planejamento urbano que recorta a cidade em unidades administrativas estipuladas burocraticamente. Para ele, os discursos sobre a 'organização' espacial estão carregados de ideologias disfarçadamente não-ideológicas, como ' a estética e estetismo, a racionalidade e o racionalismo' (*et passim*).

Julgamos que estas definições do 'espaço abstrato', contribuem para que se explique porque a idéia de espaço como uma posição, uma locação, recipiente vazio e de extensão ilimitada, está ligada e dá origem a um modo de produção e construção dos espaços urbanos. Mesmo quando se leva em conta a definição de Lefebvre, que aqui resumimos do modo mais claro possível, é demasiado extensa, difusa e apenas crítica.

Voltando se à citação de Lefebvre que cometa sobre o espaço abstrato, nos parece óbvio que a estratégia de ocupação perpetrada por Haussmann em Paris<sup>17</sup>, é fundada em idéias bem diversas daquela da Ville- Radieuse de Le Corbusier, ou da Brasília de Lucio Costa. Do ponto de vista da arquitetura e urbanismo, estas diferenças devem ser destacadas: sua concepção de cidade é bem diversa, parte de uma outra lógica espacial e resulta em formas urbanas distintas. Ambas aumentam a escala da cidade e fazem um 'bota-abaixo', um 'arrasa-quarteirão', ou seja, partem de uma *tabula rasa* sobre a cidade. Porém, Haussmann mantém a estrutura urbana de quarteirões fechados, enquanto que a proposta de Le Corbusier está a um passo adiante, não porque propõe uma destruição mais intensa, mas porque a lógica espacial do quarteirão da cidade é modificada. A cidade imaginada é outra. Assim, enquanto Lefebvre pondera que o surgimento do espaço abstrato não tem uma data<sup>18</sup>, a predominância do espaço sobre o lugar', no contexto da arquitetura e urbanismo, corresponde efetivamente a algumas décadas do século XX. Nestas, as idéias do modernismo 'finalmente' desestruturam o 'lugar' tal como ele se configurava na cidade 'tradicional'.

De todo modo, a racionalização do espaço estabelecida pelo modernismo no planejamento urbano e na arquitetura está intimamente ligada à noção de um espaço livre e contínuo. O termo 'espaço', que prevalece então sobre o 'lugar', é um conceito que designa um espaço abstrato, amorfo e intangível. E espaço está diretamente associado, como se pode perceber nos discursos modernistas, à noção de liberdade.

A ausência de restrições de acesso a este espaço 'livre' e a tentativa de eliminar diversas divisões e hierarquias (frente x fundo/ exterior x interior/ cidade x parque) não se concretizam porque as separações de funções o impedem - e assim, surgem novas hierarquias. Estas separações se dão pelo zoneamento funcional na escala do planejamento urbano, mas também por uma hierarquização do sistema viário, além de uma separação entre caminhos de pedestres e veículos<sup>19</sup>.

O zoneamento, do mesmo modo que a predecessora idéia de cidade-jardim atendia aos conflitos de uso do solo de então. Um conflito que se resolveria mais tarde de todo modo, com a saída das indústrias da cidade por outras razões (econômicas e de escala)<sup>20</sup>.

O que Le Corbusier e os arquitetos dos CIAM propunham para a cidade era o aumento dos espaços livres de edificações, o que se conjugava a uma supressão de barreiras possibilitada pelo advento dos pilotis, a uma valorização das vistas da paisagem devido a esta liberação, e também à larga abertura das fenestraçãoes e pela integração. A imagem ideal dos planos e projetos característicos do Movimento Moderno é de extensos campos limpos, para o usufruto do homem. Na escala das intervenções urbanas e arquitetônicas;

percebe-se que da 'liberação' dos espaços livres leva à sua desestruturação: compreende-se então que não mais são configurados 'lugares' em particular.

Portanto, note-se que, se o conceito de lugar é substituído no discurso do Movimento Moderno pelo de espaço, isto não é mero acaso. Os contextos urbanos tradicionais e históricos - que podemos definir como 'lugares' - são o objeto da crítica e, portanto, são preteridos em função de novos e grandes e arejados espaços livres públicos. Estes espaços, por suas dimensões e proporções, são projetados em verdade para uma outra escala que não a dos pedestres, mas sim a do automóvel. Ou, pode se dizer, para uma escala de gigantes, como propõe Jacobs (1961). A visão de gigantes que manipulam o tabuleiro plano de um jogo nos parece um reconhecimento de como o processo de projeto se influencia pelos modos de representação; tanto a maquete e as plantas como visões diminuídas da realidade, mas também as perspectivas em *vol d'oiseaux* a partir do desenvolvimento dos meios de visualização do sítio- o avião e a foto aérea.

Na Carta de Atenas, de 1933, por exemplo, quando se fala de 'espaço', é para designar um espaço livre, isto é, livre de edificações, com um sentido de abertura, com certa extensão e amplitude sobre a superfície terrestre. Portanto, as palavras 'espaço' e 'liberdade', assim como as expressões 'espaço livre', 'espaço verde', 'superfície livre' e 'superfície verde' são empregadas repetidas vezes, com sentidos similares. No plano das idéias, portanto, o espaço deveria ser liberado, 'distribuído na sua liberalidade'; pois o 'espaço' seria uma condição da 'natureza' e a 'sensação de espaço', 'indispensável' para o homem<sup>21</sup>.

Na escala do edifício, a liberdade da planta 'livre', a conexão interior-exterior que se estabelece nas casas de vidro, e a liberdade dada pela 'soltura' da edificação em relação ao lote são alguns dos aspectos que reforçam a idéia. O edifício modernista assume, portanto, um papel preponderante sobre o 'espaço livre': ele é a figura que se coloca solta sobre o 'vazio' de fundo. Além disto, a casa, como uma máquina de morar é uma idéia que se conjuga àquela da cidade funcional, zoneada. Assim, cidade e arquitetura se encontrariam limpas dos signos e da densidade da 'tradição' que se buscava abandonar, configurando uma nova sociedade e um novo homem, quasimáquina.

De um ponto de vista da filosofia, Casey (1997) questiona porque o lugar, uma moldura óbvia para tudo que experimentamos no espaço e no tempo, é abandonada por uma noção de 'espaço'.

As impossibilidades, a inconsistência e os resultados espaciais e políticos da utopia modernista são o objeto da crítica arquitetônica dos anos sessenta, e de críticos como Henri Lefebvre.

Tanto nos espaços livres quanto nos edifícios, a falta de sentido se dá pela ruptura e a desconexão com a estrutura física tradicional, e com os signos – estilos, códigos - presentes no espaço. A isto se conjuga uma perda do caráter local em detrimento de uma uniformidade que se pretende universal<sup>22</sup>. Isto é o que, conjugado ao desenvolvimento técnico e tecnológico, faz com que reconheçamos que o MM resulta em uma perda do sentido de lugar.

Como o coloca Ley (1989: 47), ao tratar do modernismo, do pós-modernismo e da luta pelo lugar: "Esta lógica, eu devo argumentar, cria espaços e não cria lugares, massas e não significados e coloca o problema de se conceitualizar, projetar, e de se construir lugares significativos. "

Porém, ressalte-se que os grandes desacertos da lógica do Movimento Moderno se desenvolvem no pós-guerra, com a massificação de suas premissas em projetos e planos construídos segundo uma urbanística operacional, burocrática<sup>23</sup>. Assim, o MM, em sua posterior aplicação no planejamento urbano e arquitetura segundo uma lógica burocrática, que muitas vezes resultou em propostas de baixa qualidade, construíram uma "cidade sem espaços identificáveis e significantes, com tudo funcionalmente resolvido, mas insatisfatório" (Lamas, 1993: 382). O não-lugar, um conceito que se surge no seio destas críticas<sup>24</sup>, serve para designar o espaço gerado a partir destas operações urbanas e arquitetônicas em que o lugar é desconsiderado.

No entanto, é preciso avaliar o MM, e não 'julgar', reconhecendo o seu papel dentro de uma partir de uma visão sincrônica: suas soluções se encontravam nos limites daquele tempo. Os planejadores urbanos, artistas e arquitetos do MM partiram de uma premissa 'positiva', que se liga a esta idéia de liberdade: a possibilidade de um espaço universal. Para isto, certa homogeneidade espacial foi buscada, como um suporte para uma igualdade social (ideal). Basicamente, a crença no progresso e na sua efetuação através da ordenação do espaço é característica do MM. E na prática, as propostas foram norteadas também pela crença no papel do veículo individual e pela possibilidade de uma explosão demográfica - como respostas à estrutura urbana densa e movimentada das cidades existentes. E mais: ao des-hierarquizar e tornar públicas extensas áreas livres, as propostas se constituíam como uma resposta política aos problemas urbanos de então, que simplificava, porém, os embates sociais existentes. Assim, não foram antevistos os desdobramentos políticos e sociais dos espaços públicos propostos. Em outras palavras, o projeto moderno, na sua vertente utópica 'modernista', em muitos casos, pretensamente apolítica<sup>25</sup>, corresponde à implantação de uma modernização tecnológica e 'cientificista' que atende muito bem a uma razão instrumental. Hoje, esta crítica é possível, e há inúmeros desdobramentos, e mesmo uma crítica a pura crítica ao MM que desconsidere seus méritos. Mas as questões atuais mais relevantes se tornaram bem outras.

De todo modo, a arquitetura e o urbanismo do movimento moderno dão uma representação visível da idéia do espaço como um vazio, no qual os objetos estão contidos, sem a qual não poderíamos aqui partir para uma definição de Lugar. Por exemplo, na solução 'modernista' da relação entre lote e objeto arquitetônico - onde o primeiro é tratado como fundo, espaço vazio que destaca a figura - o objeto. O planejamento urbano e outras formas de planejamento que incorporam o espaço na sua análise têm no seu discurso e nos métodos de análise a mesma idéia. O espaço é uma abstração que permite as estratégias de uma construção a partir de um grau zero - da desconsideração dos espaços das cidades existentes. É deste modo que os projetos e planos desconsideram o lugar.

Num outro plano e escala, pode se dizer espaço é tratado uma analogia a uma rede espacial, através de uma lógica em que pode se dizer o lugar é apenas uma posição nesta

rede, uma parte deste espaço. Podemos aqui inclusive inferir que um 'lugar' em particular, na 'rede', é um ponto notável, como um 'nó' de encontro.

Mesmo no pensamento cotidiano, nos lembra Malpas, esta idéia, cartesiana/ newtoniana, de espaço como "o recipiente de objetos materiais" permanece talvez como a concepção dominante". Disto deriva a idéia do lugar como uma simples posição demarcada - uma locação.

Este é o aspecto enfatizado por Agnew & Duncan (1989-b) quando estes identificam o desenvolvimento das abordagens sobre o lugar. Para eles uma destas é a visão do **lugar como uma locação**, presente nos economistas e geógrafos econômicos que enfatizam a "locação [*location*], ou espaço *sui generis*, a distribuição espacial de atividades sociais e econômicas resultando de fatores de custo entre lugares e diferenciais de preço de mercado "(p. 2). Este modo de ver é assim uma outra escala da homogeneização do espaço; que pode corresponder, no planejamento urbano e regional, por exemplo, a um zoneamento cuja implantação se dá de acordo com distâncias, distribuições de funções, localizações e hierarquias estipuladas a partir de dados quantitativos e objetivos que se sobrepõem à cidade existente.

Tal abstração pode também se mostrar útil em um contexto teórico e do planejamento, e pode ser parte de uma estratégia, porém, outros dados sobre uma 'rede de lugares' devem ser considerados. Em algumas situações, o risco de redução da realidade a um espaço sem uma diferenciação em lugares particulares é maior. Exemplos disto ocorrem quando um novo 'lugar' é planejado, e sua locação se dá primordialmente em função de decisões 'geométricas' de uma planta ou mapa. Numa escala nacional, quais são os custos e benefícios de uma nova capital criada ou de um centro de negócios estabelecido quando estas se deslocam das cidades que constituem lugares estabelecidos no tempo em função de uma nova localização mais central? Por exemplo, respectivamente, (1) o caso de Brasília; e (2) os casos dos pólos de negócios que se buscou criar (como os casos diversos de Atlanta, nos Estados Unidos Lille, na França). Outro exemplo é o uso exclusivo de métodos quantitativos de análise espacial para compreender o grau de integração de um sistema. Como o fazem os geógrafos em relação a sistemas de cidades- que vemos como lugares- em regiões e países. Ou como o fazem nas cidades estudos situados dentro da Sintaxe Espacial - uma análise da estrutura urbana desenvolvida inicialmente por Hillier (1984, 1996), na qual os espaços mais integrados e conectados são tidos como lugares de concentração de atividades e movimentos. Embora já se reconheça uma hierarquia e uma particularidade dos lugares no sistema da rede, e não uma rede homogênea, o conteúdo cultural é aqui esvaziado. Inversamente, o que desejamos aqui enfatizar é que nenhuma abstração do espaço - e em relação ao lugar - resiste às inúmeras variáveis, exceções, leituras e surpresas da cultura.

Além disto, mesmo em uma visão estritamente econômica, é impossível não reconhecer o papel das particularidades culturais dos lugares para os fatos econômicos. Como nos aponta Sassen (1992), ao contrário do que sugerem conceitos como globalização e informação, "os aspectos cruciais da globalização não estariam desligados do lugar, particularmente do lugar como constituído nas grandes cidades" (pp. 5-8), ou seja, os

lugares, em uma escala global, são globais cidades constituídas pela história, pela memória e pela cultura. Não é difícil perceber a fácil transcrição destas idéias para uma escala local.

A noção de lugar tem sua origem própria - na experiência do homem com seus espaços cotidianos, nos locais estabelecidos pelas civilizações. Enxergá-la como uma parte, um derivado de um espaço homogêneo, é inclusive não reconhecer a impossibilidade no habitat do mundo de tal abstração explicar o espaço do homem - repleto de diferenciações, hierarquias, conexões e contradições. O lugar implica em uma experiência social, política, perceptiva, e psicológica que não pode ser reduzida a uma mera rede espacial de localizações.

### **3. 3 - o lugar como o locus do ser**

A noção de lugar não pode ser compreendida apenas como uma localização.

Como vimos; a idéia de um espaço contínuo, vazio, indiferenciado, e homogêneo foi duramente contestada por diversas razões. Em princípio, pelas conotações que esta fornece à manipulação do espaço por uma razão instrumental. Além disto, em decorrência dos resultados de uma racionalidade - implantada no desenho e no planejamento, no espaço urbano, no edifício e nos objetos - que, ao contestar as amarras da tradição e do localismo, desaprende a história, o contexto, e as soluções locais. Assim, no campo da arquitetura e urbanismo, se perpetra também uma 'dessacralização' do espaço da cidade existente; não no sentido religioso; como ocorrera no início da modernidade; mas naquele da perda de sentido pela dissociação entre espaço criado e contexto: entre espaço e lugar.

Parece-nos óbvio que novos sentidos se estabelecem através de diversas obras de arte e arquitetura-arte características do MM. Porém, suas abstrações não refletem os sentidos da memória coletiva tais como estes são reconhecíveis em uma arquitetura vernacular. Isto não impede que eventualmente alcancem um sentido de comunidade ou um estatuto de arte: o vazio modernista já foi justamente associado ao conceito oriental de vazio - à meditação de que o nada é que é tudo. Mas, de todo modo, em uma paisagem ou obra edificada, vastidão e pureza ascética evocam mais claramente sentidos psicológicos e individuais do que sociais e políticos. E, sem julgamento de valor, e sem entrar nas discussões sobre a função da arte aqui, isto é para muitos uma perda de um significado palpável. A ausência de história, de memória e de uma contextualização remete assim a uma ausência de lugar, tida como uma ausência de sentido.

É neste sentido que o conceito de lugar é abraçado, em campos teóricos diversos, como um retorno ao sentido, ao significado da existência humana. Buscando o sentido do lugar, autores se aproximam da questão do significado do lugar e, para tanto, é possível que se parta de abordagens qualitativas contidas nos estudos de percepção ambiental e de uma psicologia do ambiente construído.

Observamos que a idéia de Lugar, e do sentido do Lugar, assim como a fenomenologia parecem, no entanto, sofrer de algumas incompreensões na sua leitura: assim como o lugar

é tomado como um aspecto subjetivo do espaço, a fenomenologia é tida como um método qualitativo de se enxergar o espaço. Portanto, antes de nos aprofundarmos no que é o lugar - e no que deve ser um estudo do lugar - vejamos o que ele não é.

Um Lugar não é meramente "um espaço com significado".

A retomada do conceito de lugar; como vimos; vem da ânsia de contestar a visão cartesiana do mundo, na qual o lugar é um dado objetivo, uma parcela do espaço, e notadamente porque se constata que esta é uma idéia torna o espaço em um objeto passível de intervenções com uma lógica meramente tecnocrática. Assim, em meados do século XX, na crítica aos resultados desta lógica adotada pelo Modernismo, e na tentativa de valorizar o lugar, este é então visto através do seu sentido e significado.

Neste contexto, o lugar é muitas vezes visto como uma porção do universo de experiências que estimulam ou não vínculos e empatias: portanto, não como uma parte do universo ele mesmo, e muito menos como um espaço que abranja indivíduo e sociedade. Podemos dizer então que há autores que reduzem o lugar ao seu significado. Isto exclui uma consideração do lugar como um conceito em si, e que isto também exclui a conjunção de fatores que definem- e não classificam- um lugar como tal.

Malpas considera que este equívoco é "comum em muitos escritos sobre o lugar; entre lugar ou espaço como o que provoca a experiência, por um lado, e espaço ou lugar como um constructo experiencial por outro lado". (1998: 32); e nos alerta: "Então o lugar é tratado, mesmo que somente implicitamente, como derivado do espaço ou então, se a tentativa é feita de reabilitar o conceito como envolvendo mais do que isto, é somente até o ponto que o lugar incorpora algum componente subjetivo, emocional ou afetivo" (*loc. cit.*).

Um exemplo deste equívoco esta critica Yi- Fu Tuan, pelo fato de que ele tende a definir o lugar em termos da resposta humana subjetiva ao meio ambiente, como se pode verificar no trecho abaixo:

"O fato das imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que o mesmo as tenha determinado, nem necessitamos acreditar que certos meios ambientes possuem o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e idéias." (1974: 129)<sup>26</sup>.

O exemplo é direto, e mostra que a percepção e o sentimento assumem um papel preponderante em relação ao caráter do lugar. É como se a qualidade sentida de um lugar fosse apenas o resultado de uma resposta do indivíduo ao ambiente imediato e; pondera Malpas; "a conexão entre um espaço particular e as qualidades emocionais associadas a ele pode se tornar completamente contingente, e não há razão para se supor que esta é a experiência de qualidades especificamente topográficas ou mesmo espaciais que estão realmente em questão em tal experiência de lugar. (*ibid.*: 32)". Assim, neste tipo de abordagem, o lugar se torna (nas palavras do próprio Tuan, p. 8): "um termo guarda-chuva para os vários modos através dos quais uma pessoa conhece ou constrói a realidade".

Assim, esta é uma armadilha fácil. Valorizar a idéia de lugar apenas sob uma moldura subjetiva - apropriação, emoção, percepção e sentidos-, pode implicar em mais uma vez também reduzir o lugar a um aspecto do espaço, e não como um conceito em si, que não deriva do espaço.

A questão que se torna importante para nós é a da ênfase. Reconhecemos que um ambiente não exatamente 'determina' sentimentos, valores e comportamentos de indivíduos; porém consideramos que o ambiente efetivamente estimula, gera, e dá lugar a estes. Discursos sobre o óbvio? Para nós, não é o caso de desconsiderar que há relações entre o indivíduo e o ambiente que se situam no campo sensorial, perceptivo e do comportamento ambiental. Porém, o mundo que se dá ao observador é mais complexo do que os sentimentos e a percepção podem alcançar. A redução do lugar ao significado, exclui de certa forma o contexto social, político e cultural, exclui mesmo a conjunção entre indivíduo e lugar, e principalmente: exclui o lugar em si.

Podemos perceber que a permanência em uma visão que destaca apenas o significado do lugar pode também reduzir o lugar também sob outro aspecto: aquele que encerra uma dicotomia entre mente e meio ambiente, ou entre natureza e cultura. Como propõe Ingold (2000) o mundo *se revela* através de uma contínua interação, na qual o movimento e a mudança fazem parte do processo<sup>27</sup>.

Voltando então ao texto de Tuan, reconhecemos nele que a idéia de um 'estímulo que dá forma a idéias e alegrias', como aquelas presentes em inúmeras propostas de 'leitura da cidade', pressupõe uma separação entre sujeito e objeto e a necessidade de uma 'decodificação' dos significados contidos no ambiente. Esta idéia reduz o lugar a um código inerte que aguarda leitura- apenas um estímulo que depende de uma decodificação pessoal.

Ingold (2000: 186), comenta que "as pessoas não importam suas idéias, planos ou representações mentais para o mundo". E retoma a frase de Merleau-Ponty, de que "o mundo é o lar dos pensamentos" (1962:24. *Apud* Ingold,2000:186)<sup>28</sup>. E conclui então que somente porque as pessoas já habitam no mundo é que elas podem pensar os pensamentos que pensam. Em outras palavras, para compreender a conexão entre espaço e lugar, consideremos que o lugar não é algo que somente se encontra na experiência, e sim, "o lugar é **integral à própria estrutura e possibilidade de experiência**" (Malpas, 1998:33)<sup>29</sup>.

Gaston Bachelard, em conjunto com Martin Heidegger, é um dos grandes responsáveis pela re-inserção do conceito de lugar nas discussões do século XX. Mas Bachelard se diferencia deste porque, como coloca Casey (1997): "em vez de argumentar que o mundo é uma casa- um argumento cosmológico- a topoanálise [de Bachelard] tenta nos convencer de que *a casa é um mundo*, é um mundo-lugar, um mundo de lugares"(p. 291)<sup>30</sup>.

Bachelard sugere uma atitude fenomenológica a partir de seus estudos sobre a imagem poética. E, deste modo, redescobre o lugar através de uma poética do espaço. Como resume Casey, o "seu sentido de lugar não é aquele do lugar como algo que contém e

perdura, mas como algo que se acende com a fagulha de uma imagem pregnante única, como uma estrela cadente no abismo sombrio da noite"(1997: 288).

Bachelard nos conduz a um mundo de lugares sonhados, imaginados, lidos, lembrados. Ele aponta para os diversos significados que assume o lugar. E para o ser do lugar dentro de nós. Consideramos interessante destacar que esta não é uma visão que reduza o lugar ao seu significado; mas, inversamente, Bachelard o multiplica através da busca poética: ele integra o lugar interior, onde se situam as imagens, ao mundo. No imaginal, se abre uma infinidade de lugares. Assim, são incorporados ao nosso interior, ao nosso corpo, os lugares.

O que é relevante para nossa análise é que se mantenha a idéia do lugar como um processo, como resultado de uma interação, e não como um dado. Nesta tese, a proposta é então, evitar uma simples dicotomia entre ser humano e lugar. E assim, simultaneamente, estar consciente da força viva dos lugares em propiciar revelações para quem os percorre ou neles se situa. Um aprofundamento nestas questões se faz necessário.

Para tanto, no nosso percurso, as reflexões de Martin Heidegger são fundamentais. Direta ou indiretamente, são influência ou mesmo motivação básica para estudos que destacam o significado do lugar. Uma compreensão aprofundada destas reflexões nos permite tentar identificar armadilhas conceituais como as discutidas acima<sup>31</sup>, e mesmo tentar ultrapassá-las (assim como nós, ao lado de Jeff Malpas e Tim Ingold, o fizemos acima). Portanto, é indispensável compreender o papel do lugar através de noções de Heidegger.

A primeira destas noções é a de (1) *Dasein*, o existir, o ser-aí. O *Dasein* aponta para o, cujo modo essencial de existir homem: o ser-no-mundo [*In-der-Welt-Sein*]. Heidegger a desenvolve no livro 'Ser e Tempo', de 1927, uma obra seminal na filosofia do século XX, apontada por Casey como um estopim de então para uma volta para o lugar e suas noções associadas"(1997: 259).

A premissa fundamental que esta estabelece para os estudos sobre o lugar é a de que: cada pessoa, antes de tudo, é um ser no mundo. Como resume Ingold, "o mundo emerge com suas propriedades ao longo da emergência daquele que o percebe pessoalmente, no cenário da atividade envolvente", e deste modo "Já que a pessoa é um ser-no-mundo, o vir-a-ser da pessoa é parte e parcela do processo de vir-a-ser do mundo. "

Nos termos de Heidegger: " 'Ser-em' [*In sein*] é então a expressão existencial formal para a existência do *Dasein*, o qual tem no ser-no-mundo o seu estado essencial" (p. 80). Portanto, "o modo de ser do *Dasein* consiste em habitar ou residir, isto é, em estar 'ao longo' (*bei*) do mundo como se lá fosse um lar" (Casey, 1997: 246). A premissa fundamental que isto estabelece para os estudos sobre o lugar é a de que: cada pessoa, antes de tudo, é um ser no mundo. Como resume Ingold, "o mundo emerge com suas propriedades ao longo da emergência daquele que o percebe pessoalmente, no cenário da atividade envolvente"; e, deste modo "Já que a pessoa é um ser-no-mundo, o vir-a-ser da pessoa é parte e parcela do processo de vir-a-ser do mundo " (2000: 168).

O que nos interessa é especialmente o que ele nos diz sobre o lugar, neste primeiro momento em que ele trata da espacialidade do *Dasein*. Segundo Casey (1997), as conclusões de Heidegger em *Ser e Tempo* apontam que:

"Primeiro, **o espaço não está locado no sujeito humano (...)**, pois **este sujeito não é mental** (e assim sem mundo), mas **espacial** (portanto **no-mundo**). Isto significa que o espaço já está no mundo, a quão velada seja a sua presença nele: se espaço é de todo modo um *a priori*, ele tem este status somente até o ponto que ele herda a espacialidade das regiões. Segundo, uma inteira genealogia do espaço se torna possível (...), e a tese geral de que o espaço é um produto atrasado de uma história epistemológica cujo ponto de partida é a colocação primordial de cada *Dasein* em uma regionalidade circunspectivamente disponível. Terceiro, o último estágio desta história traz suas conseqüências rigorosas: a tridimensionalidade do espaço surge da neutralização 'presente-à-mão' da espacialidade do 'à-mão' (...) **lugares são reduzidos a meras posições** e o mundo, perdendo a sua qualidade de meio ambiente (isto é, a sua própria 'coisidade') se torna natureza." (pp. 252-253).

Neste trecho, Heidegger aponta algumas das questões que conduzem da noção de espaço à de lugar que discutimos no item anterior deste capítulo. E insere uma visão do mundo que não é nem meramente subjetiva, nem meramente objetiva. Como o coloca Malpas em seguida à citada crítica a Tuan: "**O lugar não é fundado na subjetividade, mas aquilo sobre o qual a noção de subjetividade é fundada**" (1998: 35)<sup>32</sup>.

Portanto, a noção de ser-no-mundo destaca que o ser não se desprende da sua relação com o mundo. Casey, em uma leitura desta obra de Heidegger coloca então que "O lugar não é algo com o qual nos deparamos como algo em que estamos simplesmente nele; é o que nós precipitamos pela ação conjunta de dirigir e des-separar - portanto algo que a nossa intervenção direta origina. Não há lugar sem esta intervenção" (1997: 250). Esta afirmação sugere, por sua vez, que não há lugar sem *Dasein*, nem *Dasein* sem lugar<sup>33</sup>.

A relevância de Heidegger consiste para nós, por indicar o papel do lugar, e da espacialidade, na vida cotidiana, na relação do ser humano com o mundo presente. Em outras palavras, "O modo do *Dasein* de ser-no-mundo consiste em habitar ou residir, isto é, estar 'ao longo' (*bei*) do mundo como se lá fosse um lar" (Casey, 1997: 246).

Esta idéia está presente em uma outra proposta, posterior, de Heidegger: a do vínculo entre construir e "habitar". O 'habitar' (*bauen*) é uma noção (2) que se desenvolve, a partir de suas inúmeras reflexões anteriores, no relativamente curto texto "Construir, Habitar, Pensar", de 1951, texto que se liga aos estudos sobre o espaço e o lugar na arquitetura e urbanismo e que, para nós, é também referência essencial.

Para Heidegger, construir não é apenas um recurso, um meio, uma atividade: **construir já é em si habitar**. Ele constata que a relação entre o construir (*bauen*) e o habitar se dá etimologicamente: os termos que designam construir, edificar, habitar, ser, cultivar, permanecer e cuidar têm origem comum no germânico; e então busca este vínculo nos sentidos presentes. A partir disto, ele percebe que:

**"1- o construir [*bauen*] é realmente o habitar.**

**2- O habitar [*wohnen*] é a maneira pela qual os mortais estão sobre a terra.**

**3- O construir como um habitar se desdobra no construir que cultiva coisas que crescem e no construir que constrói edifícios. "** (*ibid.*: 146)<sup>34</sup>.

Heidegger explica que: "Ambos os modos de construir- construir como cultivar, em latim, *colere*, cultura, e construir como construir edificações- *aedificare*- estão contidos no sentido próprio de *bauen*, isto é, no habitar." (*ibid.*:145)

A preocupação de Heidegger neste ensaio (como bem o resume Tim Ingold) é retomar uma perspectiva original em que construir está no habitar, e o habitar no construir; "de modo que nós possamos novamente compreender como as atividades de construir - do cultivo e da edificação - pertencem ao nosso habitar sobre a Terra, ao modo como nós somos" (ver Ingold, 2000:185-186).

Notamos que o ensaio de Heidegger, embora feito em relação a termos germânicos, ao introduzir vínculos semânticos entre o construir, o habitar, o ser, o cuidar e o cultivar, nos aponta paralelismos surpreendentemente significativos com uma investigação sobre o verbo 'cultivar'- '*colo*'- em latim e seus derivados, que também têm os sentidos de habitar, morar em, cuidar de, tratar de, preparar e cultivar. Observe-se que Heidegger, embora cite a relação entre 'cultivar' e 'cultura' em latim, não chega a desenvolver como se dão estas similaridades do latim com o conceito de 'habitar', que julgamos interessantes.

Uma destas é a idéia do preservar. Heidegger disserta sobre os vínculos da linguagem, e liga o termo construir (*bauen*) à idéia de poupar do perigo, preservar algo na sua natureza: "**O caráter fundamental do habitar é este poupar e preservar**" (1951: 147). Casey esboça a conexão desta idéia do habitar como preservar com a idéia de *colo*<sup>35</sup>, e observa que: "Cada um destas expressões carrega o lugar, especialmente o lugar-lar, conjugando um sentido denso e sugestivo" (1997: 246). Destaquemos também que a palavra '*bauen*', 'construir', significava antigamente 'habitar', mas também proteger, tomar cuidado, e também preparar o solo, cultivar.

Uma outra idéia é menos direta. Em latim, o verbo '*colo*' e seus tempos dão origem, entre outros termos, a '*colo*', '*colônia*', '*colonizar*', '*culto*', '*cultura*' e '*cultivo*'<sup>36</sup>. Então, poderia parecer que o não há um vínculo entre o verbo latino e o 'construir' ou o 'habitar'. Porém, poderia se dizer que uma colônia estabelecida ou uma agricultura não são 'construções', mesmo não sendo propriamente 'edificações', e que o seu permanecer não é um habitar? Porque, se a 'cultivar' e 'construir' não corresponde uma origem comum latina, o que é a cultura, senão uma construção erigida, cultivada pelo tempo e transposta nas edificações, nos objetos, na agricultura, e nas idéias? A diferença é que 'cultura' é aqui simultaneamente 'construção' e 'constructo'.

Estas considerações são relevantes para um estudo sobre o conceito e o sentido de lugar. Compreendemos que a questão do lugar se desdobra para um construir na temporalidade que é um 'cultivar', e que a questão do lugar é basicamente uma questão de cultura. Das

relações da cultura local, global, universal com o preservar e manter a contextualidade, o pertencimento, e a identidade.

Christian Norberg-Schulz, ao tratar do *genius loci*, é um dos que eficientemente ressalta os desdobramentos da noção de habitar<sup>37</sup> para uma compreensão do lugar a partir da arquitetura. Ele compreende que:

O homem habita quando ele pode se orientar em e se identificar com um ambiente, ou, em resumo, quando ele experiencia o ambiente como significativo. O Habitar implica, portanto, em algo mais do que 'abrigo'. Implica que os espaços onde a vida ocorre são lugares, no sentido verdadeiro da palavra. O lugar é um espaço que tem um caráter distinto (1979: 5).

Outros aspectos do habitar conduzem para a noção de lugar. Para Heidegger, o habitar, em seu pleno alcance, é perpassado pela idéia de se ficar em paz, de se salvar, e preservar em liberdade cada coisa na sua natureza, e este alcance do habitar " se revela para nós tão logo refletimos que o ser humano consiste em habitar e, de fato, habitar no sentido da estada dos mortais sobre a terra" (*ibid.*: 147).

O habitar é, no sentido do preservar, um poupar positivo, uma estada com as coisas, um residir, um de-morar, um ficar com as coisas. Heidegger ressalta que os mortais habitam na maneira como salvam a Terra, recebem o céu como céu, reservam as divindades como divindades, e como iniciam sua própria natureza- de mortais- para uma boa morte.

O Céu, a Terra, as divindades e mortais constituem uma unidade 'primal', 'simples': a denominada **quaternidade**<sup>38</sup>. Esta é a outra noção (3) então proposta por Heidegger. Ele explica:

"O habitar, como preservar, mantém a quaternidade naquilo junto ao que os mortais permanecem: nas coisas (...) O habitar preserva a quaternidade por trazer o vir-à-presença<sup>39</sup> da quaternidade para as coisas. Porém, as coisas elas mesmas abrigam a quaternidade *somente quando* elas mesmas, *como* coisas, são deixadas ser em seu vir-à-presença (p. 149)."

O construir como um habitar se encontra em uma ponte, o exemplo consistente apresentado por Heidegger. Assim como o lugar, o fenômeno da paisagem pode ser compreendido através da ponte, já que:

"Sem dúvida, uma ponte é uma coisa do seu *próprio* tipo, pois ela conjuga a quaternidade de *tal* maneira que permite um *sítio* [*Stätte*] para ela. Mas somente algo *que é em si mesmo um lugar* [*Ort*] pode dar espaço a um sítio. O lugar não está lá antes que a ponte esteja. É claro, antes que a ponte se erguesse, havia muitas posições [*Stellen*] ao longo da corrente que poderiam ser ocupadas por algo. Uma delas prova ser um lugar, e faz isto *por causa da ponte*. Portanto, a ponte não vem para se erguer em um lugar; inversamente, um lugar vem para a existência somente devido à ponte. A ponte é uma coisa; ela congrega a quaternidade, mas de tal modo que permite um sítio para a quaternidade." (pp. 151, 152).

Sem a pretensão de esgotar os múltiplos e ricos aspectos que Heidegger desenvolve sobre a idéia de que a ponte congrega a quaternidade, continuaremos aqui a reproduzir e sintetizar algumas das reflexões do texto que nos conduzem a uma compreensão do habitar e o lugar:

A ponte é uma coisa construída. Ela está sobre o rio com naturalidade e poder. As margens do rio surgem porque a ponte as cruza e as contrapõe a cada lado do rio, e não são faixas inertes. A ponte, como as margens, traz para o rio a expansão da paisagem. A ponte traz corrente, margem e terra como vizinhas umas das outras. Assim: "A ponte *congrega* a terra como paisagem ao longo do rio" (p. 150) <sup>40</sup>.

E como a ponte se liga à quaternidade? Integra terra, correnteza, margens e paisagem; se liga ao céu pela correnteza que para ele se volta e pelo fluxo das tempestades; concede o caminho aos mortais e os conduz; e a ponte congrega, como uma passagem e travessia, diante das divindades. Deste modo, "A ponte *congrega* para si mesma, da *sua própria* maneira terra e céu, divindades e mortais" (p. 151) <sup>41</sup>.

A ponte é uma coisa. E, como estar próximo a uma coisa é compartilhar a sua locação, estar próximo à ponte é compartilhar a sua paisagem. A ponte não se situa num lugar. O lugar se funda na ponte. A ponte é um lugar que dá espaço a outros lugares.

Por fim, o que Heidegger conclui é que:

'A natureza do construir é deixar habitar. A plenitude da natureza do construir é o edificar lugares através da articulação de espaços. *Somente se somos capazes de habitar, podemos então construir*" (p. 157) <sup>42</sup>.

Destaquemos mais uma vez aqui que, para buscar o lugar para além de exercícios teóricos-sejam epistemológicos ou etimológicos- a leitura do habitar de Heidegger é fundamental. Antes de tudo, porque ele aponta o caráter do lugar, o seu vínculo com o que está presente na vida cotidiana, e simultaneamente com o pensamento e a experiência. Mas o que é substancial, e mesmo difícil de se comentar - sob pena de depreciar o original - é a poesia em prosa do texto <sup>43</sup>.

É extremamente relevante o fato, notado por Casey, de que ele rejeita "qualquer teoria representacionista do espaço pela qual espaços e lugares são meros conteúdos da consciência"(1997: 276). Assim, e o engajamento no mundo é considerado, o que aliás motiva a discussão inicial neste item. Ele constata que:

"Se todos nós pensamos agora, de onde estamos exatamente agora, sobre a velha ponte em Heidelberg, o dirigir nosso pensamento àquele lugar não é uma mera experiência dentro das pessoas presentes aqui; o que ocorre é que pertence à natureza de nosso pensar sobre aquela ponte o fato do pensar poder ter sobre si a distância àquele lugar" (Heidegger, 1951: 154).

Porém, simultaneamente, como também nota Casey, ele "contesta a primazia do aqui absoluto da pessoa que está concretamente situada no lugar" (1997: 276), ao dizer que:

"Daqui deste ponto, nós estamos lá na ponte - e não estamos de modo algum em algum conteúdo de representação que se encontra em nossa consciência.

Daqui, podemos até mesmo estar mais próximos àquela ponte e do que ela dá lugar do que alguém que a usa cotidianamente como algo indiferente para atravessar o rio" (Heidegger, 1951: 154).

Assim, Heidegger não interpõe as representações entre a mente e o objeto: considera uma relação imediata e não medida entre eles. Mas considera que uma vivência do que é a ponte pode se dar mesmo sem a proximidade direta. Inversamente, esta vivência pode não ocorrer mesmo num contato físico próximo, diário, com a ponte.

Por fim, vemos que Heidegger, ao considerar a quaternidade, e especialmente, ao exemplificar o habitar com a coisa construída que é a ponte, alcança a dimensão poética do lugar.

Porém, e por isto mesmo, ele chama para aquilo que objetivamente constitui um lugar.

### 3. 4 - o lugar como um local em particular

O termo 'lugar' deriva do latim '*locus*', do qual também deriva '*locale*' - local. No emprego imediato, local é um adjetivo que denota a posição no espaço que ocupa ou poderia ocupar uma coisa ou um ser, uma área- uma região circunscrita- na qual se está.

Local, como um substantivo, assume o restrito sentido de lugar. E representa uma localização determinada, um espaço já ocupado ou a ser ocupado, apontando a sua circunscrição (ao que é localizado, e não global, por exemplo) e simultaneamente o seu papel como uma locação - um cenário específico para as ações humanas, onde os fatos humanos são alocados, onde determinadas qualidades ambientais se instalam.

É a este sentido que nos referimos nesta visão que se segue: o lugar como um local onde eventos se realizam, como um sítio em particular, um ponto singular.

Nos itens anteriores, diferenciamos lugar de espaço, e vimos como o lugar não se reduz a uma localização (a); tratamos dos significados do lugar, e assim do que é nosso *locus* significativo da existência (b). Agora (c), o lugar é visto como um local em particular, aquele que configura um dos pontos notáveis de encontro em um mapa de experiências - da vida cotidiana e eventual, individual e coletiva, privada e pública.

Enfatizamos aqui, portanto, a distinção entre uma localização- posição no espaço- e um 'Local' específico no espaço. Esta distinção, que, em outras palavras, é entre espaço e lugar<sup>44</sup> delimita noções culturais bem distintas. Considerando a produção do espaço pela arquitetura e urbanismo como parte de um processo cultural, esta distinção é fundamental.

Dizer que lugar é um local em particular é uma tautologia.

Apontamos aqui dois desdobramentos desta nossa afirmação.

O primeiro desdobramento implica no fato de que este lugar tem um espírito específico: um *genius loci*. Em outras palavras, o lugar tem um caráter atemporal determinado pela experiência que se tem de corpo presente no lugar - mesmo que não seja naquele momento. Neste sentido, o lugar é visto fenomenologicamente: o lugar é um fenômeno, uma dimensão da consciência anterior aos saberes da ciência e técnica.

O segundo é que, se há locais que podem ser definidos como lugares. Pressupõe-se que nem todos o são. Assim, haveria do mesmo modo espaços vazios, não lugares que estariam fora desta classificação? Isto seria tratar o lugar como um derivado do espaço, quando o contrário parece mais verdadeiro. Porém, para nós, esta não é a questão relevante. O que interessa é constatar que em determinados espaços é possível identificar uma densidade de atributos aos quais o senso (mais) comum chama de um 'lugar'. São estes atributos o sítio, a identidade e a permanência. Assim, o lugar é um local em particular, devido à sua particularidade: possui um caráter próprio e relações com o contexto e com o tempo específicas.

Note-se que estes desdobramentos, porém, não remetem à já citado argumento de Berque: para ele, como já vimos, paisagem é gênese e ampliação. Tanto a gênese quanto a ampliação da paisagem estão situadas no sujeito que percebe e experiencia uma dada paisagem ou a conecta a outras da memória - ou seja, são processos mentais do indivíduo.

Aqui, diferentemente, ver o lugar como uma locação particular significa mais do que as representações mentais que se associam à experiência, percepção e interpretação um espaço. Assim, está incluído o próprio lugar, como ele se apresenta concretamente e fisicamente. Como quase um sujeito ele mesmo, o lugar é um espaço que está contextualizado fisicamente ao sítio e ambiente construído, e a uma cultura. Ele é uma locação em particular para eventos diversos. É parte da cultura - seja ela local, global ou universal - e não apenas mais uma representação desta cultura.

A partir do que propõe Heidegger, consideramos que as representações não estão em um primeiro plano, mas a vivência. Heidegger aponta, de certo modo, que se "estar em um lugar" independe do se estar no ambiente concreto deste lugar. O sentido do lugar depende de uma consciência de que há lugar? De que maneiras se manifesta esta consciência - pela percepção significativa, pela identificação, pelos registros da experiência, pelo sentimento de pertencimento? Ao tentar se compreender isto mais intimamente, há o risco de se incorrer em uma associação imediata entre lugar e sentido. Levemos em conta, portanto, que os significados não se acoplam ou constroem o lugar, mas podem ser construídos pelo lugar.

Aqui, consideramos também que a noção de 'pronto-a-mão' e 'presente-a-mão', estabelecidas por Heidegger em "Ser- e Tempo", se colocam (como respectivamente aquilo com o que mesmo estando envolvidos, não percebemos conscientemente, ou aquilo que está conscientemente presente)- como uma possibilidade de distinção entre espaços vividos e Lugar. Assim, estamos pressupondo que um lugar constituído teria maior capacidade de sair do condicionamento das nossas ações cotidianas e se colocar como o foco de um estado de consciência.

Portanto, o contato diário com aquilo - o lugar, uma ponte, conforma um espaço percebido, que, de modo consciente ou não, pode abrir espaço a um lugar. Mas em uma passagem cotidiana, as lembranças, os sentimentos diversos podem se dirigir a "qualquer lugar". O que destaca um lugar como um caráter distinto? Aquilo que o torna um lugar consensual. Nós consideramos que é a sua intersubjetividade, e o seu papel para um coletivo de pessoas, ao longo do tempo. Como por exemplo, a cidade.

Para nós, a questão é identificar o caráter e o espírito de um local. Para tanto, nossa investigação busca identificar os atributos que o definem e dão sentido ao local, ou antes, que o definem como um lugar. E assim vislumbrar o caráter do lugar.

Christian Norberg-Schulz (1979) dedica-se a tarefa similar e percebe, a partir de Heidegger, o habitar como algo mais do que o abrigo. Ele argumenta que o conceito de habitar "implica que os espaços onde a vida ocorre são lugares, no sentido verdadeiro da palavra." (p. 14).

Norberg-Schulz (1979), neste trabalho, investiga três cidades, a partir da sua imagem, espaço, caráter e do seu *genius loci*. Parece-nos que não há uma clareza na escolha, definição e delimitação dos tópicos deste livro, e de outros que ele estipula ao longo do seu texto. Isto não impede, porém, que ele seja para nós uma referência relevante, não só por sua indescritível beleza, que advém das imagens, da quase poesia do texto e da sua própria busca do lugar em cidades que são lugares excepcionais. Mas por algumas razões, teóricas e metodológicas. Entre estas, porque ele considera aspectos subjetivos e objetivos na investigação do lugar, em um método fenomenológico: "Uma fenomenologia do lugar, portanto, tem que incluir os modos básicos de construção e sua relação com uma articulação formal" (p. 15).

E também porque, como ele procede de Heidegger, mantém a consciência do que o lugar, ao ser habitado, congrega: "o lugar feito pelo homem torna visível, complementa, e simboliza a compreensão humana do ambiente. Além disto, ela pode também *congregar* uma quantidade de significados" (p. 56). Isto reitera o que diz Heidegger sobre a ponte, como a coisa que congrega e unifica o meio ambiente que a circunda em um todo.

Para Norberg-Schulz, portanto, o lugar é um espaço que tem um caráter distinto.

### 3.4.a - caráter

Norberg-Schulz (1979) argumenta que este caráter "é determinado pela constituição material e formal do lugar" (p. 14); e, deste modo, "denota uma atmosfera compreensiva geral e, por outro, a forma e substância concreta dos elementos definidores do espaço" (p. 14). E explica, em seguida, que o caráter do lugar é denotado por adjetivos:

"Uma habitação tem de ser protetora, um escritório 'prático', um salão de dança 'festivo' e uma igreja, solene'. (...) Paisagens também possuem caráter, algumas das quais são de um tipo 'natural' particular. Assim, falamos de paisagens improdutivas e férteis, sorridentes e assustadoras. Em geral, temos de enfatizar que *todos os lugares têm caráter*, e que este caráter é o modo básico no qual o mundo é "dado" (*ibid.*: 14).

Portanto, para investigar o caráter de um lugar, segundo Norberg-Schulz, é preciso então perguntar: "como é o chão em que andamos, como é o céu sobre nossas cabeças, ou, em geral, como são os limites que definem o lugar" (*loc. cit.*).

Relph (1976) pondera que "...a importância de associações particulares dos aspectos físicos- tanto naturais quanto feitos pelo homem- em definir o lugar, não pode ser negada"(p. 30), e pondera que:

"Se o lugar é experienciado ou não como paisagem, no seu sentido direto e óbvio de que as características visuais são a evidência tangível de alguma concentração de atividades humanas, ou em um sentido mais sutil como refletindo valores e intenções humanas, a aparência é uma característica importante de todos os lugares." (*loc. cit.*)

### 3.4.b - *genius loci*

Fundamental no trabalho de Norberg-Schulz (1979) é a noção de *genius loci*, ou o espírito do lugar. O conceito vem da Roma Antiga, e designa o espírito guardião que acompanha a vida de cada ser independente, seja uma pessoa ou um lugar. Mesmo os deuses tinham este gênio.

É impossível não correlacionar esta idéia do espírito do lugar com o que Norberg-Schulz afirma que é uma das maneiras de se compreender a natureza: a atribuição de um caráter aos ambientes naturais. Ele aponta que a paisagem da Grécia Antiga; diversificada; estimulou os gregos a associarem os distintos e variados sítios aos traços humanos, a imagens de uma personalidade, para compreender o caráter do lugar. Além disto, o lugar foi personificado com seus deuses antropomórficos, de modo que "cada lugar com propriedades destacadas se tornou uma manifestação de um deus em particular" (*ibid.*: 31).

Podemos tomar este exemplo como significativo para se compreender a relação entre caráter e *genius loci*, uma distinção que Norberg-Schulz não deixa clara.

Primeiro, o caráter é tanto determinado pela forma e configuração física, quanto mostra como se estrutura um lugar. O caráter é mesmo, na sua acepção, o traço distintivo de uma coisa ou pessoa, aquilo que pode denotar as suas qualidades peculiares. O caráter é descrito por um ou mais adjetivos. Deste modo, o caráter de que fala Norberg-Schulz é uma manifestação do conjunto de traços físicos que definem a totalidade de um lugar, e indicam sua personalidade.

Segundo, na Grécia antiga, os traços distintivos de um lugar, o seu caráter, eram associados a deuses específicos. A idéia romana de um gênio de cada lugar também traz esta associação, entre um caráter mítico ou sagrado e um lugar.

O *genius loci* proposto por Norberg-Schulz parte desta idéia esta associação. Mas não é apenas a evocação de um deus, espírito, gênio patrono: não apenas uma visão antropomórfica. Parece-nos que o *genius loci* não é apenas mais um aspecto do caráter do lugar, adjetivável.

Norberg-Schulz nos aponta, para além desta consideração sagrada, que, para o homem antigo em geral, a sobrevivência dependeu de um acordo com o *genius* do local onde habita, de uma "boa" relação com o lugar em um sentido físico assim como psíquico" (p. 18). Na Grécia Antiga, note-se que:

"Antes de cada templo fosse construído, foram erguidos altares a céu aberto na determinada posição ideal a partir da qual a inteira paisagem sagrada pudesse ser atingida" (Scully, 1962:9. *Apud.* Norberg-Schulz, 1979:31)<sup>45</sup>.

Uma outra distinção: por um lado, o caráter depende de como as coisas são feitas (Norberg-Schulz, 1979:15), de como se articulam formalmente, como se constroem, e das bases da arquitetura. Por outro lado, o *genius loci* denota "o que uma coisa é, o que ela 'quer ser'"<sup>46</sup>.

Se, para investigar o caráter de um lugar, é preciso perguntar: como ele é efetivamente, a busca pelo *genius loci* demanda mais do que uma descrição, análise e compreensão.

Para interpretar o *genius loci* de qualquer situação concreta, ou mesmo uma área urbana em particular, Norberg-Schulz estipula arquétipos para o lugar natural e para o lugar construído, denominados respectivamente como paisagem ou arquitetura<sup>47</sup> (*ibid.*, pp 47-76). Estes conformam categorias: 'romântica', 'côsmica', 'clássica' e também, 'complexa'. Assim, se poderia falar que um lugar tem uma paisagem clássica, ou uma arquitetura clássica. Ou então é complexa, ou seja, mescla mais de uma categoria - como no exemplo dado pelo autor, da Roma romântica e clássica.

O que determina o *genius* de um lugar é aquilo que ele, o lugar, torna visível, simboliza. Compreendemos que o *genius* é a alma do sítio em que se instala um lugar e é também o que se instala a partir deste lugar. Um lugar construído pode também possuir o seu *genius* em particular.

Vemos ainda que o *genius loci* é aquilo que a poesia tangencia bem quando fala de um lugar; e é aquilo que pode dizer mais sobre ele do que uma mera descrição do ambiente em si, porque abrange a configuração do sítio, aquilo que a construção humana efetivamente realizou como um habitat, e elementos da cultura local. Para nós, este espírito do lugar é o que estava presente e é interpretado pelo construir, o que é o habitar de um lugar, e o que é possível interpretar, ou viver, a partir da presença deste habitar. Um exemplo citado por Norberg-Schulz:

"Quando você conhece a Europa devagar, provando os vinhos, os queijos e o caráter dos diversos países, passa a compreender que o determinante principal de qualquer cultura é, afinal, o espírito do lugar"(Durrel, 1969: 156. *Apud.* Norberg-Schulz, 1979: 18)<sup>48</sup>.

### 3.4.c - a constituição do lugar

Mas quais são as manifestações básicas do espírito de um dado lugar? Sobre quais significados o *genius loci* se agrega?

Estas são as questões que Norberg-Schulz coloca. Esta sua busca, conduzida a partir de uma escolha de três cidades significativas e percebemos, através delas, que o *genius loci* é visto através de diversas escalas. Em Praga, por exemplo, a escala é tanto a da região e sua relação com a cidade, quanto aquela das edificações da cidade e da ponte. Em Roma, a escala é regional - das diferentes regiões do entorno - e também intra-urbana - tectônica e dos espaços públicos.

Antes disto, porém, procederemos a uma discussão de alguns aspectos do lugar constituído, que são atributos de um local ou atribuições dadas a estes. Sem a pretensão nem de resumir um todo abrangente, nem de esgotar, e muito menos de montar uma estrutura classificatória. Para nós, antes de tudo, este será **um** enquadramento para que se analise objetivamente um ambiente concreto, existente: enxergar os atributos que definem um lugar como tal e que dizem sobre o caráter e do espírito deste lugar.

Relph (1976) estipula alguns destes tópicos para os quais atentaremos. Em um procedimento que pode ser considerado 'classificatório', ele tece interessantes considerações sobre a presença e a ausência de lugar. Ele considera que a essência do lugar está em aspectos como: a sua localização ou posição, sua paisagem, seu tempo, a comunidade, a relação entre público e privado, o arraigamento e cuidado, o sentido de lar, a monotonia, a identidade, imagem, e no grau e maneira de engajamento com o lugar. Ele faz uma detalhada descrição destes aspectos, e notamos que p seu objetivo final é distinguir e identificar autenticidade ou inautenticidade de lugares.

Augé (1992), por sua vez, define o lugar como identitário, relacional e histórico, como um contraponto à sua definição do não-lugar.

Aqui, discriminamos alguns atributos que contribuem para a constituição de um lugar, na busca de uma compreensão do que é o lugar *hoje, para nós*, do porquê da sua relevância, de como ele se constitui, e de qual é o seu espírito, seu *genius*. Para tanto, uma das bases é a afirmação-chave de Malpas (1998: 34), introduz e elucida o nosso resumo sobre a constituição do lugar:

" (...) a idéia de lugar é a idéia de **um domínio aberto e ainda assim limitado** que tem **um caráter em si próprio** - um caráter que pode às vezes ser **expresso pela doação de um nome para tal lugar** - e que é estruturado em termos da **interconexão entre os elementos** que são achados nele".<sup>49</sup>

Portanto, consideramos que o lugar é um local em particular, no qual há interconexões diversas, um sítio, uma delimitação, uma identidade própria e uma persistência no tempo.

### 3.4.d - regiões

Primeiro, podemos dizer que se estabelecem, entre o lugar e a região - primordialmente aquela(s) na qual(is) ele se situa- e também entre o lugar e outros lugares desta região, interconexões. São estas conexões que conformam redes de lugares, e que definem a estrutura da região. Em escalas variadas, portanto, consideremos que a região de cômodos de uma casa seria a casa; a de praças, o bairro ou a cidade; e a de cidades, a região geográfica na qual se situe - ou o país, ou o mundo.

A intensidade das interconexões de um ambiente com o contexto físico do seu entorno contribuem para a sua vitalidade e vivacidade, e para a sua constituição como um lugar. O lugar tem não apenas relações com um contexto do entorno fisiogeográfico, visual, mas também com o imaterial, simbólico, histórico, cultural; assim o lugar se conecta a estes contextos.

Os lugares, para nós, se destacam como paragens no percurso através de uma região. Neste sentido, os lugares são *nós* em um trajeto que possuem múltiplas conexões. Pode se dizer que os lugares possuem centros, mas também, que eles próprios constituem centralidades - são pontos singulares em uma rede que inclui outros lugares. Em outras palavras, os lugares assumem o papel de centros de significância.

Deste modo, estes centros estruturam regiões. Heidegger introduz comentários que explicam o vínculo indissociável entre lugar e região (1927)<sup>50</sup>. Primeiro, para ele, estamos imersos inconscientemente em um envolvimento regional, com uma 'familiaridade inconspícua' similar a de muitas outras coisas que estão à mão, '*Zuhanden*'. Podemos definir aqui que algo que está 'à mão' como algo que está fora de nós e do qual não tomamos consciência, como as coisas que nos circundam no cotidiano humano não estão conscientes na maioria de nossas ações. Ganhamos consciência destas coisas quando há um momento de colapso e, deste modo, ganhamos consciência de uma região quando não achamos algo em seu lugar habitual. Neste caso, elas se tornam '*Vorhanden*', 'presentes à mão', se tornam existentes para nós, focadas pela nossa consciência.

Segundo, embora o termo região seja mais abrangente do que lugar, a região está disponível através dos lugares: estes a indicam. Casey (1997) considera que o exemplo mais convincente dado por Heidegger para a relação entre lugar e região é o de uma casa, na qual a colocação e o arranjo dos cômodos indicam- prenunciam e exibem- seja o 'lado ensolarado', seja o 'lado sombrio' da casa, que seriam duas das suas mais importantes regiões (ver Casey, 1997: 248). Portanto, os lugares são indispensáveis para o ser-no-mundo<sup>51</sup>, entre outras razões, porque, eles são:

"focos de surgimento para as regiões, que se apresentam como 'lugares individuais'. Nesta capacidade, lugares se tornam 'indicadores' de regiões mesmo quando eclipsadas por elas: nós precisamos de lugares individuais para nos guiar em regiões e para nos situar nelas"(*ibid.*: 251).

E terceiro, as regiões são também indispensáveis para o ser-no-mundo, "como as partes compartilhadas publicamente, e previamente dadas, de qualquer mundo que nos

circunde"(ibid.: 251). Deste modo, aponta Casey, a região tem uma presença circundante e densa que nos permite des-separar as coisas e nos dá uma direção, um paradeiro. Uma orientação depende tanto de familiaridade com uma região quanto dos poderes direcionais do *Dasein*. Assim, uma região, como o mundo, é algo no qual o *Dasein* já se encontra lá.

Deste modo, cite-se Casey (*loc. cit.*):

"Sem lugares, o ser-no-mundo seria meramente difuso e desconectado - evidente e público e ainda assim sem forma. Sem regiões, ser-no mundo seria muito mais congelado e pontuado do que ele é - e opressivamente idiossincrático, meramente uma função de interesses de *Daseins* individuais. Com ambos os lugares e as regiões, o ser-no-mundo e o mundo ele mesmo se tornam tão coerentes quanto podem ser e principalmente como são (mesmo que eles permaneçam sinistros nas suas profundezas). De qualquer simples forma, lugares e regiões fornecem uma base prática para as necessidades diárias nas quais os seres humanos estão indiscutivelmente enredados".

Portanto, estas reflexões de Heidegger nos apontam como o lugar indica a região, e como o lugar é construído a partir da sua relação com o contexto regional, o que nos orienta e nos permite des-separar as coisas no lugar.

Algumas outras considerações: o grau de conexão de um lugar dentro de sua região designa a sua própria constituição como um lugar e sua força dentro de uma região. Isto se dá mais efetivamente quando estas conexões são tornadas mais manifestas, mais visíveis.

Além disto, independentemente da escala da região, consideramos que, a implantação de um lugar construído em um sítio em particular, a sua localização (no sistema) e a sua locação (implantação) determinam e são determinadas pelo grau de acessibilidade aos demais.

Este é o aspecto mais geral da constituição do lugar: a sua relativa interconexão (física ou abstrata) a um sistema de lugares. Do ponto de vista cultural, há não somente acessos físicos, mas também referências simbólicas expressadas na arquitetura e na manipulação da paisagem. Na explicitação da conexão com outros lugares, se dá a explicitação de uma ou mais regiões deste lugar.

Lugares (cidades ou áreas urbanas) se conectam em escalas diversas, locais ou globais: *e.g.*, intra-urbanas, regionais, nacionais ou mesmo mundiais. Estas poderiam ser percebidas como em um mapa de conexões de vôos intra ou internacionais. Ou então pelas referências de projeto de uma área pública a outras - uma conexão simbólica, como no caso da Praça Tsukuba, cujo projeto pós-moderno cita simultaneamente o Campidoglio e a arte da paisagem japonesa. Ou em uma atual planta perspectivada que mostra a intensidade das conexões internacionais da rede ubíqua de comunicações - se compreendemos que estas também conectam lugares.

### 3.4.e - centralidades e interconexões

Em uma escala intra-urbana, as centralidades e interconexões são tornadas inteligíveis e inequívocas no trabalho de Kevin Lynch (1960), que identifica a imagem da cidade através dos elementos da identidade urbana: os limites, bairros, vias, marcos e nós. Este tipo de estruturação dos elementos urbanos em um diagrama básico da imagem da cidade para a sua população nos parece fundamental para os estudos de arquitetura e urbanismo. Embora Lynch não trate explicitamente da 'constituição do lugar', consideramos que o papel destes elementos urbanos que ele investiga, dotados de centralidade, demonstra que estes são os lugares principais da cidade, e não apenas os elementos de uma a imagem urbana. São os lugares de um consenso coletivo e público. E, embora, todos estes possam 'ser lugares', isto é verdade especialmente para os nós e os marcos, nos quais a centralidade é reforçada. Os limites e as vias desta estrutura básica da cidade são simultaneamente as conexões de que tratamos e percursos que podem ser lugares.

De todo modo, as interações que advém das conexões reforçam um local em particular. Isto é o óbvio indispensável que aponta a estrutura urbana identificada por Lynch. E, cite-se aqui, é também, matematicamente, o argumento de Hillier (1994), ao propor uma representação gráfica do grau de interações de espaços, em uma 'sintaxe espacial': o mapa de integração, que consideramos que permite uma visualização significativa do grau de conexão dos espaços públicos em um contexto urbano<sup>52</sup>.

Os elementos urbanos propostos por Lynch (1960) indicam também o papel das múltiplas conexões de um lugar que ocorrem no seu interior. Um lugar urbano que, por exemplo, esteja em um nó configurado a partir de vias significativas e contenha um marco urbano relevante tende a ser reiteradamente pregnante na imagem da cidade. Central.

De fato, como Heidegger aponta, a relação de vizinhança entre as coisas de um lugar faz parte da sua constituição, e o habitar é residir em uma proximidade com as coisas: **o habitar é um permanecer com as coisas**<sup>53</sup>. Ele mostra com o exemplo da ponte - que é uma coisa e um lugar. A ponte congrega margens, correnteza; congrega o quaderno; congrega uma paisagem inteira à sua volta; e também dá origem a localidades. E

Heidegger, em "Arte e Espaço", de 1969, se questiona sobre o que é o lugar, e responde: "O lugar abre uma região a cada vez, congregando as coisas em seu co-pertencimento".

O lugar permite o encontro, a permanência e vínculo dos homens com as coisas; e assim cria um habitat; e o lugar é tornado particular e íntimo a partir da vizinhança - proximidade e inter-envolvimento - entre as coisas. Portanto, pode se dizer que o lugar oferece uma relação entre coisas que seriam, sem este, itens desconexos (ver Casey, 1997)<sup>54</sup>.

Casey diz que "mesmo os espaços vazios em um edifício ou uma peça de escultura contam como lugares, e mais geralmente, as artes plásticas representam a 'incorporação de lugares' "(1997: 283)<sup>55</sup>. Ele ressalta que Heidegger (no texto de 1951) nos ensina que: "as coisas são elas mesmas lugares e não somente pertencem a um lugar, e muito menos apenas ocupam posições em um espaço vazio e homogêneo".

Portanto, em resumo, consideramos que quanto maiores o encontro devido a conexões entre o lugar e lugares de uma região, e entre as coisas do lugar que pertencem a ele conjuntamente, mais um lugar é lugar<sup>56</sup>.

### 3.4.f - sítio natural

Em segundo, se mantendo na escala do próprio ambiente, um lugar é um local em particular em virtude do seu sítio: objetivamente do local natural que encontra, da sua implantação na paisagem, e locação ou demarcação.

O exemplo da ponte dado por Heidegger é altamente expressivo das relações entre sítio e lugar. A ponte, por ser construída no sítio, faz com que na sua travessia as margens do rio surjam, com estas, traz para o rio a expansão da paisagem, e congrega a terra como paisagem ao longo do rio. A ponte congrega terra, correnteza, margens e paisagem - e assim, o que quaderno - de modo que o já existente passa a aparecer. Antes que houvesse a ponte, havia muitas posições ao longo do rio, e:

"Uma delas prova ser um lugar, e faz isto por causa da ponte. Portanto, a ponte não vem para se erguer em um lugar; o lugar vem para a existência somente devido à ponte" (1951: 151-152).

Assim, a ponte não se situa em um lugar. Ela é um lugar, e revela um lugar. O sítio natural onde se dá a implantação da obra humana tem características próprias *genius loci*. O ambiente construído pode revelar, respeitar ou então destruir este espírito primevo.

Relph (1976) aponta que há muito tempo o estudo dos lugares é um assunto fundamental para a geografia<sup>57</sup>, e cita Strabo, geógrafo e historiador do século I d.C.:

"Já que diferentes lugares exibem diferentes atributos bons e ruins, assim como as vantagens e inconveniências que destes resultam; alguns por causa da natureza e alguns resultados do projeto humano, o geógrafo deve mencionar aqueles em virtude da natureza, pois eles são permanentes, enquanto que os atributos adventícios sofrem modificações. E também, ele deve indicar, em relação aos últimos atributos, já que eles podem não persistir e ainda de algum modo possuir uma certa distinção e fama, as quais pela preservação em tempos posteriores fazem do trabalho do homem, mesmo quando este não mais existe, um tipo de atributo natural do lugar" (Strabo [ca. século I] cap. 5, s.17. *Apud*. Relph, 1976: 2)<sup>58</sup>.

Sob este aspecto, os atributos de um lugar são primordialmente aqueles do seu sítio e paisagem: geomorfologia; o terreno original ou modificado, a presença de ecossistemas, originais ou não, neste sítio; o clima; as vistas da paisagem; entre outros. Strabo já aponta, porém, como um lugar construído e já destruído chega a assumir o papel de um sítio natural.

A incorporação de lugares construídos a um tipo de sítio, especialmente quando hoje se pensa na sobrevivência de 'sítios arqueológicos', se tornou uma verdade indiscutível. Há autores que contestam se estes seriam lugares em si, porque consideram que 'não há apropriação', e porque há um turismo que não atribui sentido a estes espaços. Mas para nós,

a própria preservação já denota que são lugares: lugares em particular em que a carga histórica sobrepõe qualquer outra análise.

O que Strabo não prevê, quando fala que há atributos permanentes 'em virtude da natureza', é o grau de descaracterização e transformação do sítio e da paisagem que as civilizações irão empreender nos milênios seguintes.

Mas pode se considerar um sítio natural como um lugar natural? Relph (1976) considera que eles são pré-lugares. Mas desconsidera que estes também podem ser lugares - construídos pela sua própria preservação, e desconsidera que há muito já não há espaços conhecidos na superfície terrestre - e assim apropriados pelo uso ou desuso<sup>59</sup>. Diferentemente, Norberg-Schulz (1979) é preciso na definição dos aspectos que definem um lugar natural - feita em paralelo com aquela relativa aos lugares construídos.

De todo modo, o aspecto principal que liga o conceito de lugar ao de paisagem é o fato de que os atributos do sítio, ou então da paisagem são elementos definidores essenciais para a constituição do lugar. Como diz o geógrafo Carl Sauer: "Os fatos da geografia são fatos do lugar; a sua associação traz a tona o conceito de paisagem." (1925:61)<sup>60</sup>.

Portanto, para que se chegue a compreender o sítio e a implantação - a relação entre natureza original e construção humana - há que se considerar que tal distinção é complexa a ponto de que pode se dizer que já não existe um sítio natural: como já vimos, tudo seria uma paisagem cultural.

Norberg-Schulz (1979) diz ainda que:

" Em geral, a Terra é o 'palco' no qual a vida cotidiana do homem tem lugar. Até certo ponto, ela pode ser controlada, o que pode resultar em uma relação amigável. Deste modo, a paisagem natural se torna uma paisagem cultural, isto é, um ambiente no qual o homem achou o seu lugar significativo dentro da totalidade" (p. 40).

Assim, um local tem um sítio ou território, e este aspecto em particular da sua paisagem (note-se que '*pays*', '*país*', é um '*campo*', '*território*') nos diz sobre a sua implantação do lugar.

### **3.4.g - limites e identidade**

Casey argumenta que "Se o lugar tem algum poder, isto é devido em larga medida ao seu próprio limite. O patrimônio do lugar, o seu patrimônio imóvel, é um poder do limite, e é efetivado na polis como o 'lugar da história' pela ação de poetas e estadistas, guerreiros e sacerdotes, ativistas e pensadores.

Mas o que nos diz sobre os limites de um lugar?

Consideramos que um lugar se define a partir do trecho em que ele é prenunciado, percebido, visível, mais do que por um rígido limite físico. Isto significa que o limite não deve ser compreendido como um confinamento, mas sim como um elemento de definição

de um lugar. Assim, quando há um território mais ou menos definido, quando torna-se possível identificar 'O Local' construído, pode ser atribuído um sentido de lugar. Deste modo:

"Carecer de um limite é carecer de lugar, e inversamente: não estar em um lugar é estar ilimitado. Um limite é um poder positivo dentro do qual o lugar é feito." (Casey: 262).

Ressalte-se, porém, que os limites de um local em particular têm que ser compreendidos para além de uma definição baseada apenas na relação de recipiente e conteúdo. É interessante notar o que Malpas (1998: 26) relata sobre duas visões clássicas do lugar: uma delas, que ele identifica como aristotélica, "o Lugar ou *topos* de uma coisa é então compreendida como a superfície interior do corpo no qual aquela coisa está encerrada", de modo que não há um lugar sem um corpo que o encerre; na outra, uma visão explícita de Platão, aponta "o espaço ou lugar como mais ou menos equivalente ao volume ou dimensão da coisa encerrada" de modo que "a idéia do espaço ou lugar é compreendida sempre em relação àquilo que é recebido dentro dele (*et passim.*). Tomando-se como exemplo de uma rosa contida em um pesa-papéis de vidro; no primeiro caso, o lugar da rosa é a superfície interior, o limite do vidro que a circunda, enquanto que, no segundo caso, "o lugar da rosa "seria co-extensivo com a rosa ela mesma" (*loc. cit.*).

Deste modo, estes argumentos- 'platônicos e aristotélicos'- se situam em uma visão do espaço e do lugar como continente e conteúdo, que é "crucial para o desenvolvimento histórico destes conceitos" (*ibid.*), e que inclusive faz surgir a noção do espaço como uma extensão. Ambos os argumentos se restringem a uma relação com os objetos 'contidos' no lugar, e Malpas conclui que na Grécia antiga as referências espaciais se dão em relação a um local em particular - haveria o lugar das suas experiências concretas e não espaço abstrato.

Inferimos que hoje, diferentemente, partimos muitas vezes de uma noção abstrata de espaço para uma noção de lugar. Assim, quando buscamos compreender o particular, consideramos um jogo de diferenças e deferências entre o lugar e o espaço, ou entre o local e o global. Contrastamos então um lugar com a sua região, com o seu contexto, e daí definimos abrangências, limites e delimitações.

Como nos lembra Ingold (2000), "uma diferenciação espacial implica em uma segmentação espacial" (p. 192). Traçando uma comparação, ele aponta ainda que o lugar, diferentemente da paisagem, corresponde a um trecho específico da superfície terrestre. Portanto, o espaço e o lugar poderiam ser segmentados, mas não a paisagem. Deste modo:

"(...) delimitações de vários tipos podem ser desenhadas na paisagem, e identificadas ora com características naturais como o curso de um rio ou uma escarpa, ou com estruturas construídas como muros ou cercas. Porém, **tais delimitações não são uma condição para a constituição de lugares em ambos os lados deles**; nem eles segmentam a paisagem, pois as características pelas quais eles próprios são identificados são elas mesmas uma parte integral disto" (*loc.cit.*).

Assim, os limites de um lugar constituído como tal não podem ser traçados a partir de delimitações físicas objetivas. E qual seria a correlação que traçamos hoje entre os elementos 'contidos' em um local em particular e este local? Estes são elementos que colaboram na sua própria identidade como um lugar - como, por exemplo, uma determinada tipologia construída, que também se define em contraste com outras. Ou seja, entre outras coisas, um lugar estabelece delimitações simbólicas, visuais e qualitativas em relação a outros- daí a sua identidade particular. Augé (1992) define o lugar como relacional. Nós compreendemos que os limites de um lugar são relacionais.

Casey fala sobre " a proximidade e a intimidade das coisas que são congregadas" e que "elas mesmas congregam em um lugar particular". Deste modo, ele pondera que "estar em um lugar é estar próximo a o que quer que seja naquele lugar, e de modo superior às coisas que estão co-locadas nele"(1997:281). Ele sugere ainda que, " na proximidade da vizinhança, o lugar é apontado e particularizado, feito íntimo" (*ibid.*: 282). E se pergunta:

" O quão mais íntima pode ser qualquer experiência do que um encontro cara a cara? O lugar é a cena deste encontro. Isto é o que torna concretamente possível o inter-envolvimento de vizinhos. Talvez devêssemos falar mais exatamente do interlugar da vizinhança, isto é, do intermediariamente que o lugar oferece entre itens de outro modo desconexos. " (*loc. cit.*).

Resumindo, o Lugar, como um local particular, corresponde a um trecho da superfície terrestre, se constrói dentro de limites, congrega elementos dentro deste limite. Mas não necessariamente pode ser definido por delimitações físicas objetivas, pode inclusive não tê-las.

A questão da delimitação do lugar está estreitamente ligada à sua identificação - e assim à sua identidade: a idéia de um domínio aberto e ainda assim limitado"<sup>61</sup>.

Nós consideramos que este aparente paradoxo (aberto-limitado) só se resolve quando distinguimos delimitação e limite: as possíveis delimitações físicas objetivas de um lugar em relação ao conjunto maior de limites informais, agrupamentos e tipologias presentes em um lugar em contraste com a sua circunvizinhança ou região. Assim, os limites não 'confinam' as coisas à um local em particular, mas antes permitem a construção de um lugar- seja ele uma praça, seja uma cidade.

Consideremos, pois o limite como o define Heidegger:

"Um limite não é aquilo no qual uma coisa pára; mas, como os gregos reconheceram, o limite é aquilo a partir do qual uma coisa *começa o seu vir-à-presença*<sup>62/ 63</sup>."(1951: 152).

#### **3.4.h - identidade e identificação**

Um sítio pode inserir uma identidade através dos elementos naturais que o constituem. Por sua vez, o ambiente construído e seus elementos reforçam esta identidade ou introduzem novas identidades ao lugar. No entanto, não só pela sua presença física, ou por sua

delimitação, mas pelo seu próprio caráter, como locações para os eventos humanos, ou pode se considerar, como eventos humanos de maior duração.

E o que é esta identidade? O que é ser 'idem', ser o mesmo que si mesmo ou ser o mesmo que o outro?

Note-se que uma 'identidade' é dada ao lugar como uma característica 'relacional', pela dessemelhança ou assemelhação a outros lugares. Assim, a identidade do lugar se dá seja por sua 'particularidade' seja por sua identificação/ 'igualdade' com outras identidades ('tipológica', por exemplo). Relph, ao reconhecer estes dois aspectos da identidade, pondera que:

"Em particular, a diferença - e ainda uma relação - entre uma 'identidade de' e uma 'identidade com' deveria ser notada " (1976: 45).

Ao refletirmos sobre esta relação entre lugares em termos da sua significação, constatamos que isto é propõe a noção de 'deferença'<sup>64</sup> - elaborada por Derrida (1968) em princípio para tratar de signos verbais, mas aplicáveis aos signos urbanos. Ela designa o que ocorre: os signos diferem entre si, se diferenciam, mas simultaneamente se deferem uns aos outros. Por conseguinte, a identidade pode ser também vista como uma diferença/ deferência que se estabelece entre lugares próximos ou longínquos. A 'deferença' coloca, portanto, em pauta algo além da semelhança, o fato de que para algo ser o 'mesmo', o 'idem', consigo ou com outro, há um outro algo, diferente, que é posto em contraste. É um jogo de identificação de identidades.

Por outro lado, considere-se que há uma unidade na identidade, entre o mesmo e o mesmo. Como diz Heidegger (1957: *s.p.*): "Na 'mesmidade' há a relação do 'com', isto é, uma mediação, uma vinculação, uma síntese: a união em uma unidade". Ele interpreta esta 'mesmidade' como um nexa e conexão: uma mútua pertinência.

A identidade de um lugar consigo mesmo implica que este algo se mantém como o mesmo para si, em comparação a outra ocasião ou situação<sup>65</sup>. O *genius* pode ser visto como uma síntese 'espiritual' da 'identidade de' um lugar.

Em outro texto, Heidegger (1953), ao falar da fala no poema, aponta que o termo 'lugar' em alemão [*Ort*] significa originalmente ponta de lança, que é o lugar onde tudo converge nela. Daí:

"O lugar reúne para si o supremo e o extremo. O que reúne penetra e atravessa tudo com sua essência. O lugar, o reunidor, recolhe para si e resguarda o recolhido, porém não como um invólucro encerrador, mas sim de modo a transluzir e transluminar o reunido, liberando-o assim seu ser próprio" (*s.p.*).

Isto nos lembra não apenas que o lugar congrega o quaderno, de um modo específico. Mas nos faz inferir que o lugar abre espaço para que se vislumbre, poeticamente, um marco da nossa existência.

Considere-se também que: "Cada espaço incorpora o todo em um nexa particular, e neste aspecto é diferente de cada um dos outros (Ingold, 2000: 192)". A identidade de um lugar

se reforça pela sua particularidade, pela sua diferença em relação a outros lugares. Assim, pode se dizer que "os lugares encapsulam e comunicam a identidade" (Mills, 1993).

Um aspecto da identidade do lugar é a sua 'comunicação' com os indivíduos e grupos sociais. Um lugar tem que permitir a identificação, fazer-se reconhecível, ter legibilidade e dar orientação. Só assim, há uma relação de assimilação entre homem e ambiente, um 'identificar-se' com um lugar. Como diz Norberg-Schulz " A identidade humana pressupõe a identidade do lugar" (1979: 22).

Relph destaca e detalha atitudes e sentimentos de pertinência ou distanciamento em relação aos ambientes, e nos mostra a relevância da identidade dos lugares. Ele aponta que, nos estudos dos anos oitenta<sup>66</sup>, enfatiza-se e reconhece-se que a constituição e a 'sobrevivência' mesma dos lugares depende desta sua apropriação, e que isto é um passo adiante na crítica ao MM. Como aponta Harvey: "A dissolução do lugar corresponde, a uma perda da identidade. Ela sugere uma alienação espiritual fundamental em relação ao meio ambiente e a si mesmo que demanda medidas terapêuticas"(1996: 308).

Relph (1976) entende que "estar no interior de um lugar é pertencer a ele e se identificar com ele, e que, quanto mais profundamente dentro de um lugar você está, mais forte é esta sua identidade com o lugar" (p. 49). O lugar estaria ligado à idéia de interioridade: "A divisão interior-exterior então se apresenta como um dualismo simples, porém básico, um que é fundamental nas nossas experiências do espaço vivido e um que fornece a essência do lugar" (*loc. cit.*).

A idéia de interior-exterior conduz a outro aspecto da identidade dos lugares, aquele da relação de identificação com os indivíduos, que é desenvolvido detalhadamente por Relph (1976:49-59), a partir de referências metodológicas da antropologia cultural. Ele aponta as diversas maneiras de se experienciar os lugares, estando dentro ou fora deles, e de um modo direto e imediato ou então mediado. Entre estas, uma exterioridade, definidas como existencial, objetiva, ou incidental. Ou então; uma interioridade definida como vicária, comportamental, empática, ou existencial. Estes modos de se estabelecer uma identidade de um lugar para um indivíduo implicam então em valores atribuídos aos lugares e a atitudes perante eles.

Resumindo, a identidade de um lugar se estabelece a partir das suas relações com outros lugares, da sua própria delimitação, e dos valores e significados atribuídos aos lugares pelos indivíduos e grupos sociais, transcritos nas suas ações e atitudes nos espaços.

### **3.4.i- permanências**

Inversamente, a construção de uma identidade no lugar se dá ao longo do tempo, com o reconhecimento e a legibilidade de um dado ambiente. O sentido de lugar pode ser portanto dado pela permanência de vínculos com a história e a memória.

O lugar é um local em particular com o qual se possui familiaridade, contextualizado, e ao qual, valores foram continuamente agregados; de modo que este passa a funcionar como

um núcleo de valor. Assim, um dos atributos do lugar é sua permanência. Através dela, significados da história e da memória coletiva se fixam.

Porém, a familiaridade que advém da permanência pode se desenvolver não apenas pela presença física em um local: há também lugares familiares no qual nunca se esteve, reconhecidos a partir de representações de outros lugares, freqüentados, ou então de si mesmos. Esta familiaridade - espacial ou não - pode contribuir para a particularização do local, e, portanto, para a constituição de um Lugar.

No lugar que permanece, a identidade se consolida ou novas identidades podem se instalar, porém o *genius* pode se manter. É isto que mantém vivos ambientes construídos que sofreram sucessivas desfigurações. O *genius loci* se encontra na história e na memória, das quais é guardião.

Quando Heidegger (1951) disserta sobre os vínculos semânticos entre o habitar e o construir, em alemão, ele aponta que '*bauen*', construir, deriva de *buon*, uma palavra germânica que significa tanto habitar- o sentido perdido- quanto "permanecer, ficar em um lugar" (p. 147). E indica também que a antiga palavra *bauen* "também significa ao mesmo tempo acarinhar e proteger, preservar e cuidar, especificamente arar o solo, cultivar as vinhas" (p. 145).

A idéia do convívio no lugar, como uma condição para o 'habitar', é pregnante, e permeia fortemente o próprio conceito de lugar. Como vemos em Heidegger (1951.: 155):

"Dizer que os mortais *são* significa que, *no habitar*, eles persistem através dos espaços em virtude da sua estada entre as coisas e lugares"<sup>67</sup>.

Assim, a idéia do lugar que se encontra imbricada na noção do habitar, pois "quando o homem habita, ele está simultaneamente locado no espaço e exposto a certo caráter ambiental" (Norberg-Schulz: 1979). Isto é mais do que evidente na idéia de permanência, no ser e estar, por algum tempo, em um lugar.

Notamos outros vínculos semânticos, além daqueles adotados por Heidegger como argumentos - entre o construir [*wohnen*, ou antes disto, *bauen*], o habitar [*bauen*] e o permanecer [*bauen*]. Permanecer tem como raiz *mans*, que significa morar, permanecer, ficar, durar, subsistir, e morar, e que também origina remanescer e mansão.

Assim, é evidente que o lugar construído é um lar, uma morada, o local particular no qual se permanece. A necessidade de preservação de lugares corresponde à uma necessidade de auto-preservação das próprias origens, de indivíduos e de grupos sociais.

Em momentos de busca de uma identidade, uma volta aos lugares do passado nos parece inevitável. Em arquitetura e urbanismo, por exemplo, as questões da preservação se tornam especialmente relevantes a partir da Renascença, como parte de uma busca pelos rastros da Antiguidade Clássica. Porém, o reconhecimento pleno da relevância dos lugares só vai se consolidar bem mais tarde, na segunda metade do século XX.

Mesmo os arquitetos do MM não reconhecem a preservação de lugares, na medida em que desconsideram conjuntos urbanos e paisagísticos, e buscam preservar não apenas os 'monumentos'- são depositários da história e da memória coletiva. Além disto, desconsidera a preservação de estilos arquitetônicos vernaculares, ecléticos e/ou considerados anticlássicos, pois são propostas ou implementadas sem pudores inúmeras intervenções urbanas do tipo arrasa-quarteirão. Portanto, notamos que, mais do que rompimento com a história, o modernismo busca apagar a memória. E com ela, algo que não se reconhecia então: as pequenas narrativas inscritas na arquitetura da tradição popular e na apropriação informal - e por vezes caótica - dos espaços.

Logo, a preservação de conjuntos urbanísticos, que hoje nos parece uma necessidade óbvia, só vem a ocorrer após um desenvolvimento das discussões sobre o que é a história, o que a cidade, e o que é o lugar. E de uma compreensão das relações entre arquitetura e cidade.

Aldo Rossi (1966), ao tratar da arquitetura como fatos do lugar, introduz a questão dos monumentos em relação às áreas residência nas cidades. Ele aponta que os monumentos são elementos chave da identidade, mas sugere que estes representam a história dos poderosos, e tendem a ser mais permanentes do que as áreas residência. Mesmo assumindo novas funções, têm uma presença estável e asseguradora.

A forma construída do lugar concreto é um elemento de referência da história e da memória do lugar. Portanto, compreendemos que um dos atributos do lugar é a presença de significados históricos. Porém, mais emblemático é ainda o papel da memória na constituição do lugar. A convivência, a orientação, a legibilidade e a familiaridade de indivíduos e grupos sociais são algumas das bases do Lugar.

Mas, quando se pensa no papel da construção do espaço pela arquitetura, como incorporar fatos recentes, de significância coletiva? E como identificar quais dentre eles são significativos e nos ajudam a incorporar 'produtivamente' as pequenas narrativas. Leia-se aqui que 'produtiva' é, por exemplo, a possibilidade de 'registro' de eventos que colaborem para que o lugar aconteça.

Embora a preservação de conjuntos urbanísticos seja valorada teoricamente, notamos que, muitas vezes, na prática, as medidas de preservação conseguem defender da especulação imobiliária apenas áreas centrais de valor histórico. Logo, áreas-residência, que definem lugares da memória da cidade seguem se descaracterizando. Em uma cidade, até que ponto o espírito de um bairro, como um lugar, persiste após a instalação de novas identidades? Esta resposta diria sobre o que se perde e o que se ganha com as intervenções urbanas e/ou com a substituição de edificações por uma implantação mais verticalizada, maior e/ou mais afastada dos limites dos lotes.

Ao longo do século XX até hoje, esta é a situação nas grandes cidades: há uma grande mudança na estrutura das cidades que já existiam no século dezanove. Diversos marcos da identidade do lugar são perdidos por causa dos processos de modernização e da produção

capitalista do espaço. E, quanto à arquitetura e urbanismo, lembremos o que nos diz Ley (1989:45) sobre a luta pelo lugar:

"Houve invariavelmente uma luta sobre a definição e o sentido do ambiente construído, uma luta para esvaziar e purificar o espaço nas campanhas iniciais dos modernistas, e uma luta igualmente ardente para mais uma vez encher o espaço com referências significativas no frequentemente desordenado projeto do pósmodernismo. "

No pós-modernismo, a busca pelo lugar se reflete no uso de referências estilísticas buscadas na história, nos estudos tipológicos como os dos arquitetos Krier e Rossi, e na busca de referências como o pitoresco de Sitte, e no regionalismo crítico da arquitetura. Todos estes buscam recriar o sentido de lugar.

Hoje, quando em princípio já deveriam estar ultrapassadas as representações excessivas do pós-modernismo arquitetônico, o papel da história na constituição dos lugares poderia estar bem dimensionado. Mas, na prática, edifícios e conjuntos urbanos seguem replicando a história, sem nem sempre incorporá-la mais profundamente, ou contextualizá-la<sup>68</sup>.

Um exemplo que reflete esta lógica: o movimento *new urbanista* nos Estados Unidos,, que muitas vezes recria o tradicional como uma réplica de apelo mercadológico, apesar de haver exceções. Isto apesar dos acertos que resultam de uma crítica ao zoneamento funcional e ao espraiamento que se instauram no modernismo e na disseminação dos *suburbs*.

Portanto podemos dizer que as referências do passado ainda são uma das soluções mais adotadas, e consideramos como a mais 'fácil' para o problema da inserção de significado, e da construção do lugar. Mas não sem problemas. Ley, em 1989, critica "toda a familiaridade, a sensibilidade regional, a escala humana e o sucesso de mercado" que advém do "historicismo da conservação e da *revival* das formas vernaculares"; e se ressentida da incapacidade e insegurança de se alcançar representações estéticas que simbolizem nossas presentes experiências culturais.

Consideramos que, primeiramente, a busca pelo lugar corresponde à busca de um permanecer, de uma preservação da identidade, para que não se perca completamente o espírito de um lugar.

Concluimos também que o permanecer de um lugar não significa que ele fique estático, estagnado, que nele o passado se congele. Mas, de um ponto de vista fenomenológico, a manutenção do dinamismo de um lugar depende de permanências da sua essência, do seu espírito.

Por fim, sugerimos que não se deve buscar 'recriar' o lugar, pois recriar requer réplicas, pastiches, colagens, mímeses que talvez não se sustentem. E sim 'criar', construir o lugar a partir das permanências possíveis encontradas no que é pré-existente: sítio, contexto e lugar. Como coloca Harvey (1996: 306): "A preservação ou construção de um sentido de lugar é, portanto, um momento ativo na passagem da memória ao desejo, do passado ao futuro'.

Ley (1989: 54) se pergunta: "Onde na fragmentação da vida moderna poderia se achar um mito integrador?" Para nós o lugar congrega, e as suas permanências são as pistas para esta integração.

### 3.4.j - o nome e a identidade

Se o limite pode ser tão fluido, se o lugar pode ser aberto, e uma barreira pode ser um dos elementos do lugar, como delimitar um local em particular?

A resposta pode estar no nome do lugar: aquilo que pode seguramente identificar e estabelecer uma localidade.

De fato, em uma análise empírica, o nome indica os limites de uma identidade. Por exemplo, em uma grande cidade, a hipertrofia ou a atrofia dos limites de um bairro, em contraste com sua definição administrativa, são indicados pelas referências aos limites do seu nome ("em qual bairro você está?").

Note-se a afirmação de Einstein: "O lugar é antes de tudo uma (pequena) porção da superfície da Terra identificada por um nome"(Einstein, 1970. *Apud*. Malpas, 1998: 24)<sup>69</sup>.

Esta não só reitera a questão do lugar como um segmento, como segmentável, mas também conjuga a própria noção de lugar à premissa de um nome - certamente esta é uma das diferenciações entre espaço e lugar.

Como vimos, o caráter de um lugar que pode ser expresso pelo nome que se dá a ele. No caso dos nomes originais das áreas naturais que são ocupadas, estes são muitas vezes consoantes com o sítio original.

Por exemplo, no Brasil, há nomes indígenas que são referências à natureza pré-existente, hoje nem sempre visível, e que assim estabelecem uma relação direta com o sítio em que se encontram. Aqui, um exemplo emblemático desta relação pode ser a Baía de 'Guanabara'. Guanabara é 'lagamar' ou 'baía semelhante ao mar' em tupi<sup>70</sup>, o que contrasta com a ignorância dos colonizadores diante do mesmo local, expressa no equivocado nome 'Rio de Janeiro'<sup>71</sup>.

O nome pode estar em consonância com um contexto sócio-cultural, ou então pode ser apenas uma imposição. Mas, de todo modo, ele é representativo de uma cultura, e é representativo de um processo de evolução urbana específico. Não por acaso, há apelidos que os lugares assumem pela sua apropriação positiva ou não; e recordemos que existem inclusive guerras de nomes (um exemplo notável, em uma escala de nação, é o das Ilhas Malvinas/ Falklands). Robinson (1989:160) relata sobre o exemplo dos nomes de ruas na América Latina: que demonstram que: "... quando regimes caem, impérios centram em colapso, ou uma elite local substitui outra, bem freqüentemente um processo de mudança de nomes é iniciado em lugares particulares".

Assim, a quantidade e a sobreposição de nomes oficiais e não-oficiais que ocorre nos trechos das cidades com uma maior densidade de eventos e/ou uma maior espessura de

história e memória. Nestas, a história dos nomes do lugar é mesmo uma história em paralelo com as grandes e também com as pequenas narrativas.

De todo modo, os nomes carregam um forte conteúdo simbólico, do qual fazem uma descrição do lugar e também sua história. Em Paris, notamos que a carga da história e memória da cidade é tão densa que, segundo Augé (1992:66): "Os caminhos e cruzamentos na França tendem, assim, a se tornarem 'monumentos' (no sentido de testemunhos e recordações) na medida em que seu nome de batismo os mergulha na história".

Um outro aspecto disto é o que ocorre em lugares consumidos pelo turismo: há lugares cuja fama os precede, e cujo nome cria o mito. Um exemplo: Casablanca. Assim, "Certos lugares só existem pelas palavras que os evocam, não-lugares neste sentido ou, antes, lugares imaginários, utopias banais, clichês' (Augé, 1992: 88).

Um outro aspecto muito interessante é apontado por Augé, ao tratar do não-lugar que, para ele, caracteriza os espaços contemporâneos de consumo e circulação:

"Quando Michel de Certeau fala em 'não-lugar' é pra fazer alusão a uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência do lugar em si mesmo que lhe impõe o nome que lhe é dado. Os nomes próprios, diz ele, impõe ao lugar 'uma injunção vinda do outro (uma história)...os nomes, por si só, bastam para produzir no lugar 'aquela erosão ou não-lugar que aí cava a lei do outro...o do itinerário é de certo modo 'desviado' pelos nomes que lhe dão 'sentidos' (ou direções) até aí imprevisíveis.'" (1992 : 79).

Assim, constatamos que a nomeação é um caminho com duas vias: uma contribui para revelar a identidade e nos aproximar daquele local em particular, outra, a oculta e imputa aquela identidade sobre as demais. Qual o melhor nome? Qual aquele que define e resume melhor o espírito de um lugar? Qual aquele que dá mais potência ao seu futuro? Esta é, no fundo, a mesma questão com que se depara a arquitetura e urbanismo: o projeto é uma sucessão de escolhas que pode contribuir ou não para o seu futuro.

Portanto, no caso de uma investigação sobre lugares específicos, como a que empreendemos, é preciso ficar alerta para as incongruências e armadilhas do nome, e não só pra suas indicações de identidade. Mas, efetivamente, perceber através da nomeação o sentido do lugar e sua abrangência espacial é quantificar sua significância e suas dimensões e delimitações. E também é buscar o seu espírito.

De todo modo, uma localidade, em qualquer escala que se constitua como um Lugar, e que tenha uma identidade, possui um nome. Ou mais precisamente: o ato da nomeação, mais do que tudo, constitui um lugar. E, eventualmente, inaugura uma localidade, um assentamento humano estabelecido.

### 3. 5 - o lugar como a localidade estabelecida

"Por último, mas fundamental, é o fato de que todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. " (Gomes, 2002: 214).

A localidade é aqui não apenas o caráter específico de um lugar, ou então caráter daquilo que é local. A localidade é um lugar que se constituiu como um assentamento humano. A localidade associa caráter e espírito de um lugar em particular aos fatos urbanos que nele se desenvolveram. A localidade é aqui uma região urbana, povoado ou lugarejo. A localidade é, antes de tudo, uma cidade. Uma cidade que possui lugares e que ela mesma se constitui como um lugar.

Ao longo do tempo, a consolidação de alguns atributos que definem um local em particular como um lugar faz com que se estabeleça uma localidade urbana. Esta localidade alcança um sentido de lugar, tanto pela interação cotidiana quanto pelo seu ambiente construído. A localidade se constitui então como o assentamento humano consolidado pela memória e história como um país, região, metrópole, ou cidade, ou então como uma povoação, lugarejo, uma aldeia - ou mesmo uma praça.

A memória e a história consolidam como uma praça, uma vila, uma cidade.

Rossi (1966) se pergunta '**onde começa a individualidade do fato urbano**', e considera que "esse começo está **no acontecimento e no signo que fixou o acontecimento**" (p. 151)<sup>72</sup>. Este é o sentido de localidade que aqui inserimos.

Para nós, uma praça ou uma cidade – não necessariamente um pequeno lugarejo - vista como uma localidade é o local em particular no qual os atributos definem o caráter de lugar.

Definimos que:

- (1) A localidade tem uma dimensão mais ou menos definida.;
- (2) a localidade tem um nome fixado, estabelecido; e
- (3) Em uma localidade, a identidade do lugar e os processos de identificação de indivíduos e grupos sociais já se desenvolveram com certo grau de coesão e reconhecimento.

Portanto, constatamos que:

- 1- a cidade congrega lugares, que, por sua vez, podem ser microcosmos do que é a cidade.
- 2-: a cidade é um lugar individual<sup>73</sup>.

Na pólis, por exemplo, a ágora sintetiza e centraliza o encontro e a política conduzida pelos cidadãos. Kostoff aponta que: "Com a ágora foi criado, pela primeira vez na história, um espaço público como um elemento necessário da paisagem urbana através do qual se expressa o poder político coletivo da comunidade"(1992:153).

A ágora é um lugar. A pólis é um lugar. E a idéia da ágora é indissociável da idéia mesma da polis: "Como posso dar o nome de cidade a um grupo de casas sem um teatro, uma ágora ou um ginásio?" (diz então Pausanias sobre um povoado rural<sup>74</sup>).

Consideremos um lugar notável de uma cidade qualquer: uma praça. Uma praça 'tradicional' pode ser, na estrutura urbana, simultaneamente um trecho do caminho, um nó, um marco e um limite<sup>75</sup>. Ou seja, muitas vezes, ocupa posição central na imagem da cidade.

Uma praça, tal como uma praça notável o é, é muitas vezes uma representação do que descrevemos no item anterior sobre os atributos do lugar: tece interconexões relevantes na estrutura da cidade; se constitui ela mesma como um centro integrador, é definida por um sítio ou paisagem notável, é um espaço delimitado, possui uma identidade em particular, e contém permanências.

O termo praça merece ser visto etimologicamente. 'Praça'; assim como '*place*', em francês, '*piazza*', em italiano; '*plaza*', em espanhol e '*platz*', em alemão; derivam do grego '*plateia*', através do latim '*platteia*'. Uma praça designa principalmente um 'lugar público cercado de edifícios, largo; em uma cidade, espaço livre no qual chegam diversas ruas'<sup>76</sup>. Mas o derivado '*place*' sugere o vínculo entre este espaço urbano em particular com a noção de lugar. Isto porque, em francês e inglês, '*place*' é o mesmo que lugar em grande parte de suas acepções, inclusive aquelas externas a nossas temáticas, e especialmente como um assento e como um lugar hierarquicamente situado. Note-se, porém, que, em francês, se excetua o conceito de lugar, designado por '*lieu*', se inclui também '*endroit*' para designar o lugar usual de algo, o lado usual em que algo se coloca, e '*place*' mantém o sentido, original, de 'praça'. Por outro lado, o emprego de '*place*', em inglês, tem as mesmas aplicações que o termo 'lugar', e apenas estas, ou seja, significa quase exatamente o que denominamos 'lugar' - e 'praça', para eles assume diversas formas e denominações, não por acaso<sup>77</sup>. Observe-se então que, em grego, '*platêia*' significa "larga, chata, plana, de grande dimensão"<sup>78</sup>, sentido que podemos que se mantém no prefixo '*plat(i)-*', em português. Em latim, '*platea*' assume o sentido de 'rua larga; praça pública; pátio'.

Ligando o lugar e sua forma urbana, o sentido de '*platea*' como rua larga, note-se que o local que passamos a designar de 'praça', é, sem dúvida, nas primeiras cidades, um espaço largo que é dado, um 'largo', plano, no contexto destas primeiras cidades nas quais o espaço público era definido pelo limite das edificações. Assim, neste contexto, uma praça, como um centro de significação coletiva e individual, é sem dúvida, um 'lugar'.

Mas o que é uma praça? Na definição de Malpas:

"A praça urbana fornece um espaço delimitado, orientado, dentro do qual os negócios de uma cidade são trazidos em destaque, no qual edifícios e atividades em particular assumem um certo caráter e identidade, e no qual as pessoas individuais são capazes de assumir o papel de cidadãos, mas o caráter do lugar é ele mesmo dependente daquilo que, em seu interior, é colocado em foco." (1998:37).

As praças são alguns dos lugares congregados pela cidade e que são elementos definidores da sua identidade.

Quanto às cidades da Renascença Italiana, nelas a praça era importante peça da vida urbana: Veneza, por exemplo, já foi descrita como a cidade das cinquenta praças. Muir & Weissman (1989) apontam que, na Florença e Veneza renascentistas, os lugares são artefatos culturais que transcendem sua função espacial. Isto porque os habitantes concebem suas próprias cidades como bem mais do que entidades arquitetônicas, institucionais e políticas baseadas em edifícios e documentações: a partir de uma socialização que inclui o aprendizado dos símbolos da cidade desde a infância. Deste modo "nomes e símbolos são agregados a lugares urbanos - ruas, praças, igrejas, e edifícios públicos - e rituais públicos tiram vantagem de uma geografia simbólica da cidade que traz um significado especial aos espaços urbanos" (p. 93).

Os nomes dos lugares alcançam então uma dimensão que julgamos fecunda, pois:

"Para os florentinos, entrar na *piazza*, ou para os venezianos, entrar no Rialto, significava mais do que uma caminhada à praça ou mercado da cidade. Estes nomes significavam um setor inteiro da atividade humana com apropriados gestos, vestimentas e decoro" (Muir & Weissman, 1989:93).

Além disto, o sagrado, como uma relação idealizada do homem sobre a terra magnífica dramaticamente o poder significativo dos lugares da cidade. Isto se dá tanto porque há lugares sagrados distribuídos na cidade, como se tornam as igrejas por abrigarem elementos sagrados, e os espaços da rua usados nas vias sacras (Muir & Weissman, 1989).

Assim, lugares se tornam especiais pelos resíduos especiais do sagrado- como "emanação sutil que vem dos edifícios eclesiásticos que surgem com uma resposta para a beleza arquitetônica" (*ibid.*:95).

Julgamos que é relevante pontuar que esta associação entre o sagrado e o belo corresponde a uma concepção de que o lugar pode tomar parte no sagrado. Esta possibilidade não se mantém em todos os tempos ou religiões, mas foi a marca da constituição de várias cidades ao longo do tempo.

Um outro aspecto da conformação do lugar sagrado, e também profano - nas cidades renascentistas é o papel dos eventos e rituais. Como colocam Muir & Weissman: "Os lugares podem ser tornar sagrados ou profanos através das atividades humanas, cuja memória dá a certas locações qualidades espaciais que poderiam ser alteradas somente através de um ato ritual ou da passagem do tempo" (p. 96).

O papel das praças, como espaços públicos notáveis, se aproxima muitas vezes do que temos descrito como um lugar, como vemos também na citação abaixo:

"Já que praças são áreas em povoado ou cidades, vazias de casas e tais coisas e de obstruções, arrançadas para o propósito de fornecer espaço ou instalação para os encontros dos homens, deve ser destacado que, em geral, através de praças a condição do homem neste mundo pode ser descoberta." (Petrus Berchorus, século XIV. *Apud.* Kostoff, 1992: 123.)<sup>79</sup>.

O sentido de lugar pode ser buscado então nas diversas escalas da cidade, e estas se comunicam.

É o que faz Norberg-Schulz ao investigar três cidades: ele percebe que o *genius loci* pode ser visto por de escalas diversas, e o associa tanto a arquétipos do lugar natural - que ele denomina de 'paisagem' - a arquétipos do lugar construído - a 'arquitetura'.

Como em cada uma destas cidades, há uma 'individualidade dos fatos urbanos' (ver Rossi, 1966), avaliamos que um breve resumo compreensivo desta investigação nos será útil.

Primeiro, em Praga, ele observa que a cidade é "o foco verdadeiro significativo de uma região delimitada e característica", cujo "'mistério' não é nada artificial, mas um reflexo de um dado ambiente". Para ele, a cidade conserva a identidade particular dos elementos da arquitetura da região da Boêmia - torres, densas massas de casas e castelos, um uso pitoresco da cor - e deste modo unifica e congrega um caráter da região. Ao condensar este caráter, há uma retro-alimentação do centro- Praga- para a região, de modo que esta "ganha uma compreensão plena do seu papel na totalidade".

Ele comenta ainda sobre a ponte Carlos, que liga as duas partes principais da cidade. Se Heidegger (1951) comenta sobre uma ponte que esta "congrega a terra como paisagem ao longo do rio", Norberg-Schulz completa que a ponte de Praga congrega a contribuição do homem para aquele lugar, que é uma "paisagem urbana de qualidade única", de modo a unificar paisagem natural e urbana (1979:82). Portanto, a ponte de Carlos é uma obra de arte a partir da qual "o todo é experienciado como um ambiente no sentido pleno da palavra; a ponte constitui o centro genuíno deste mundo, o qual evidentemente congrega muitos significados" (*loc. cit.*)

Norberg-Schulz afirma que "a proximidade com a Terra é um dos aspectos do *genius loci* de Praga", uma cidade na qual praticamente cada casa antiga é simultaneamente abraçada ao chão e aspira ascender" (*ibid.*: 81). Percebemos que isto corresponde principalmente a um espírito do lugar que ele categoriza como uma paisagem e uma arquitetura 'românticas'.

Em Cartum, por sua vez, o entorno natural é forte e simples e determina o caráter urbano. Assim, ao tratar do *genius* desta cidade, Norberg-Schulz considera que a paisagem da cidade tem "uma qualidade cósmica acentuada". Em geral, ele considera que "a qualidade do lugar experienciado em Cartum vem da significativa interação entre 'forças' naturais e culturais" (p. 136). Ele avalia que o *genius loci* da conurbação de Cartum foi historicamente respeitado pelas intervenções do passado colonial, mas discute as pressões contemporâneas que então (há três décadas) a cidade sofria.

Quanto a Roma, Norberg-Schulz busca compreender o *genius* desta cidade conservou sua identidade como "centro de uma região que contém tudo" (p. 164).

Por outro lado, considera que o caráter do lugar de Roma pode ser captado pelo idílio das ruas da cidade, que são um "'interior urbano' onde a vida acontece, no sentido pleno da palavra" (p. 142). Isto é enfatizado pelas *piazas* romanas, figuras fechadas e circundadas idilicamente por edificações. Assim, o *genius* de Roma é resumido por Norberg-Schulz por

este um idílio. Ele reconhece que, se referir à 'capital do mundo' como idílica, pode causar surpresa, porém:

"Roma é monumental e grandiosa, mas ao mesmo tempo os seus espaços têm uma 'interioridade' que dá a nós um forte sentido de proteção e pertencimento" (p. 142).

Ele argumenta que a essência deste idílio é constituída por uma síntese das forças ctônicas e clássicas presentes na natureza diversa da região onde Roma se situa<sup>80</sup>. Esta síntese ocorre porque "a arquitetura vernacular da região romana se relaciona ao seu caráter natural" (p. 155).

Além disto, neste interior urbano romano, uma pessoa se sente do lado de 'dentro' quando está do lado 'fora'. O contraponto a isto dado por alguns de seus edifícios é essencial. Como o Panteão, descrito por Norberg-Schulz como o lugar onde "céu e terra estão unidos e o idílio romano é compreendido como um reflexo de uma harmonia cósmica geral" (pp. 152-153).

Portanto, contata-se que:

"O papel de Roma como *caputi mundi* é sem dúvida determinado pela sua situação natural. Em Roma todas as características básicas dos significadas existenciais são congregadas, como em nenhum outro lugar" (*ibid.*:164).

### 3. 6 - o não lugar como lugar

Podemos então dizer que o lugar é um local significativo, um ponto singular de encontro onde há permanências - um habitar. Podemos também dizer que o lugar é uma parada no movimento. Mas não apenas isto. O lugar, em si, não é estático, têm suas próprias dinâmicas, que advêm dos usos e apropriações, concretos ou subjetivos, que nele se fazem. E o lugar pode ser visto também como parte de um sistema de percursos que tece interconexões diversas entre os lugares – como naqueles de uma cidade ou região maior.

A estes percursos traçados através dos lugares são atribuídos sentidos, valores e sentimentos - que podem se configurar em ligações afetivas. Porém, se alguns lugares assumem um papel simbólico relevante para a cultura, em contraponto, há outros nos quais os percursos tendem a não deixar traços na memória ou na afeição dos indivíduos e grupos.

Consideramos esta ausência de traços é uma ausência do lugar ele mesmo. Como resume uma das definições básicas do conceito de não-lugar, feita por Edward Relph:

**"A 'ausência de lugar'<sup>81</sup> descreve tanto um ambiente sem lugares significativos quanto a atitude subjacente que não reconhece significância nos lugares"**(1976:143).

Podemos compreender o não lugar a partir do que já falamos sobre a perda de sentido de lugar que ocorre efetivamente a partir do século XX. Constatamos então que "a distinção entre lugares e não-lugares passa pela oposição do lugar ao espaço" (Augé, 1992: 75). Assim, voltando a nossas discussões anteriores, houve um abandono do lugar causado em parte pelo Movimento Moderno<sup>82</sup>, que concebe o espaço em arquitetura como um espaço livre, um *continuum* abstrato; e o edifício como descolado do contexto urbano existente, histórico. Em seguida, por décadas, este abandono se perpetra mais drasticamente na cidade através de subseqüentes intervenções tecnicistas e burocráticas. O não lugar produzido na segunda metade do século XX é, portanto, em grande parte, um resultado concreto deste abandono do lugar.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e transportes, a estrutura física e a lógica da globalização e das corporações não são apenas aspectos que vêm a conformar o não lugar: são parte de uma cultura contemporânea caracterizada, mais do que nunca, pela mobilidade e pela rapidez.

Poderia se dizer os atributos que definem o caráter do lugar e que nos prenunciam o espírito de um dado lugar se tornam escassos ou desimportantes. Exemplifiquemos com alguns dos atributos que citamos em itens anteriores a este: centralidades e interconexões, um sítio em particular, limites, nomes, identidades, identificações e permanências: os não lugares não constituiriam centros significativos, podem não guardar relações com o sítio em que se instalam, são os espaços da transitoriedade e mobilidade. E se os não lugares que fazem parte de uma rede de circulação ou são as estações e paradas dos meios de transporte, como os aeroportos, compreenda-se que estes não são os destinos finais - mas um trecho do próprio caminho de A até B. A comparação entre estes atributos nos indica que o não lugar não é diametralmente oposto ao lugar.

Em outra definição que consideramos básica do conceito de não-lugar, Marc Augé reitera esta contraposição entre lugar e não-lugar:

**"Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar"** (1992:73).

No entanto, mesmo se podemos reconhecer que há uma perda crescente de um sentido de lugar, estabelecer que **há** um não lugar é de fato obviamente uma simplificação. O não lugar é um lugar, ainda que apenas potencialmente. A negação do lugar indica aqui então a ausência do sentido de lugar. Se aqui utilizamos mais de uma definição negativa, que contrapõe lugar e não lugar, esta é apenas uma estratégia - bastante didática, julgamos - de compreensão dos processos urbanos a que eles correspondem.

Mas há que se ressaltar que não devemos "opor o espaço simbólico do lugar ao espaço não simbólico do não-lugar" (Augé, 1992: 77). A rigor, não se pode dizer de um espaço que ele é ou está, de modo decisivo, sem identidade, sem relações e sem história. Mais uma vez, Augé é preciso:

"O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente - palimpsestos

nos quais se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação" (1992: 74).

Guardadas estas ressalvas, como surge o conceito de não-lugar?

Inicialmente, o conceito surge estritamente para retratar uma comunidade não construída a partir de interações físicas. Para Webber (1964), que o esboça, o 'domínio do não-lugar' é uma forma de reconhecer que a urbanidade se definiria pelo grau de interação das comunidades, e que se estenderia para além dos limites das cidades. Ou seja, para além do que é reconhecido como lugar.

Mais precisamente, a partir da segunda metade do século XX, é constatada e lamentada a 'perda de um sentido de lugar', por diferentes campos disciplinares, o que faz com que o próprio conceito de lugar passe por uma grande valorização. Dentro da arquitetura e urbanismo, podemos lembrar, por exemplo, que isto é o que fazem autores como Jane Jacobs (1961) e Aldo Rossi (1966). Como vimos; as referências da história, e da memória no projeto urbano, a busca de soluções mais locais e as referências simbólicas são características de uma busca pelo sentido do lugar. E por outro lado, as críticas se dirigem ao planejamento urbano centralizado e burocrático, a soluções ascéticas e internacionalizantes da arquitetura modernista, e aos espaços produzidos a partir da lógica de consumo e circulação globais do capitalismo tardio.

Neste contexto de crítica, no campo da geografia, surge o livro de Relph especificamente sobre a relação entre o lugar e o não-lugar - no contexto da geografia humana. Ele aponta as características principais de uma paisagem sem sentido de lugar, e classifica algumas de suas tipologias urbanas e arquitetônicas, com exemplos existentes que ele identifica então, em 1976. Embora ele não hoje o reconheça<sup>83</sup>, seu trabalho se constitui, assim, em seu tempo, um alerta contra a banalização com que os espaços vêm sendo produzidos na cidade, e um argumento em favor da qualidade do lugar. Isto porque, na medida em que investiga a autenticidade/ inautenticidade dos lugares, ele basicamente define os não-lugares como aqueles cuja criação/ construção e cuja apropriação não partem de 'experiências diretas e genuínas do complexo integral da identidade dos lugares" (p. 64). Assim, a definição de uma falta de sentido de lugar feita por Relph se refere a Heidegger: esta seria também uma ausência de uma noção do habitar, de um construir como habitar e de um cuidado com o lugar.

Mais tarde, em 1992, Augé vai trabalhar o conceito de não-lugar sob a ótica da antropologia - com certa ênfase na difusão e assimilação destes espaços - e considerando que estes são fenômenos decorrentes da aceleração e excesso contemporâneos. Para Augé, Os não-lugares são, portanto, para ele, os espaços nas redes mundiais de circulação e consumo.

Reparamos que esta 'perda' do sentido de lugar, interpretada por estes e outros autores, se insere na interpretação mais geral: aquela de uma perda de sentido, de uma crise de sentido que parece dominar o mundo contemporâneo. Augé correlaciona esta 'perda' a uma sobrecarga de acontecimentos, uma aceleração da história, e aos imprevistos e contradições ainda não assimilados da vida política, social e econômica. E pondera que:

"O que é novo não é que o mundo não tenha ou tenha pouco ou menos sentido, é que **sentimos explícita e intensamente a necessidade de dar-lhe um: de dar um sentido ao mundo, não a determinada aldeia ou determinada linhagem. Essa necessidade dar um sentido ao presente, senão ao passado**<sup>84</sup>, é o resgate da superabundância factual que corresponde a uma situação que poderíamos chamar de supermodernidade para dar conta de sua modalidade essencial: o excesso (Augé, 1992: 32)".

Note-se que esta 'supermodernidade' se distingue da pós-modernidade porque não somente implica em uma disjunção, mas também em um sentido de continuidade com a modernidade<sup>85</sup>. Para Augé, a supermodernidade é, portanto, uma situação que vem do excesso, das transformações aceleradas, que se definem pelas figuras de:

- (1) uma superabundância factual,
- (2) uma individualização das referências; e
- (3) uma superabundância espacial<sup>86</sup>, o que resumimos e comentamos mais adiante.

Se, para Augé, estas figuras são uma forma de se apreender a supermodernidade sem ignorar suas complexidades e contradições, para nós, distinguir estes excessos é caminhar para uma compreensão da produção do espaço contemporâneo e dos não-lugares que daí concretamente resultam. **Os não-lugares são o espaço da supermodernidade.**

(1) A superabundância factual, como vimos, é o que causaria a perda de sentido no mundo contemporâneo. Assim, há uma demanda positiva de sentido que se relaciona à dificuldade em se pensar o tempo: "da nossa exigência de compreender o todo o presente que decorre nossa dificuldade de dar um sentido ao passado próximo"(*ibid.*: 33).

Podemos relacionar esta superabundância factual às diferentes formas como o não-lugar se dissemina e multiplica nas últimas décadas. Relph (1976) lista, resumidamente, os sistemas e meios de comunicação que constituem processos inter-relacionados que causam e/ ou influenciam diretamente tanto a produção de não-lugares quanto divulgam e influenciam as atitudes em relação aos lugares. São estes: a comunicação de massa e modos de difusão de atitudes de massa; a cultura de massa de valores ditados e estandardizados, os grandes negócios e proporções multinacionais: estas encorajam a estandardização de produtos e necessidades para assegurar a sobrevivência econômica, a presença de autoridades centrais que encorajam a uniformidade dos lugares; e o sistema econômico - um sistema abstrato, e dominado pela técnica, que embasa todos os aspectos acima.

A isto, podemos somar o cerne da questão da organização do espaço urbano e rural: o fato de que se processa uma perda do valor de uso tornado valor de troca, tendo como efeito uma *commodification*. Neste contexto, um turbilhão de razões extralocais, alheias ao contexto visível, justifica o *modus operandi* da produção do espaço que se intensifica no século XX: o consumo, apropriação ou abandono dos lugares.

Augé resume que:

No total, tudo se passa como se o espaço fosse retomado pelo tempo, como se não houvesse outra história senão as notícias do dia ou da véspera, como se

cada história individual buscasse seus motivos, palavras e imagens no estoque inesgotável de uma inexaurível história no presente (1992:96).

(2) Assim, uma outra figura do excesso é aquela do ego, do indivíduo: há uma individualização das referências, ou seja, um peso maior dado à referência individual. Assim, nas sociedades ocidentais, a produção individual de sentido torna-se mais do que nunca necessária e, deste modo, o indivíduo se crê mundo. Porém, este caráter singular da produção de sentido é muitas vezes usado pela publicidade - para tratar da vida, do corpo e dos sentimentos - ou pela política - para tratar do tema das liberdades individuais (ver Augé, 1992). O espaço do não lugar se dirige ao indivíduo.

Hoje em dia, mais do que nos anos noventa, o indivíduo não só se crê mundo, ele efetivamente pode estabelecer contatos com uma rede ubíqua de informações e contatos pessoais. Daí se reforça também a necessidade de dar sentido ao mundo, e não apenas a um mundo local.

O que nós constatamos é que, num contexto em que as referências individuais e particulares sejam valorizadas, o lugar como uma construção cultural, coletiva, pode perder o seu valor. Como Webber(1964) é um dos primeiros a evidenciar, uma comunidade pode ter vínculos que não sejam através do espaço físico. Na verdade, o indivíduo pode pertencer, hoje, a comunidades de outros lugares, ou de nenhum lugar propriamente dito.

Um viajante pode se deslocar pelos não-lugares sem estabelecer vínculos e interações com os lugares e pessoas dos lugares por onde passa. Em outras palavras, a individualização de referências, que passa por uma quebra das relações de convívio- e de solidariedade- nos espaços, corresponde também a uma alienação em relação ao lugar - o lugar em particular em que alguém se situa. Como reflete Augé:

" os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só diz respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não- lugares criam tensão solitária" (1992:96)

Por outro lado, as atitudes dos indivíduos e grupos sociais alienadas ou alienantes em relação ao lugar são, em grande parte, moldadas pela presença de sistemas que produzem o não-lugar, independentemente da cultura local, e que difundem e divulgam e respaldam, mesmo que não explicitamente, uma maneira de viver, produzir e consumir no espaço. Relph adjetiva estas atitudes como inautênticas - e certamente em alguma extensão estas o são.

Turistas, por exemplo, de certo modo não estão apenas vivendo suas vidas, mas encenando um papel em um cenário utópico temporário. Pode se dizer também que "existem espaços em que indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente". Para Augé, mais diretamente, o espaço do viajante é o 'arquétipo do não-lugar', o espaço no qual são impostas as 'experiências de solidão da supermodernidade' (Augé, 1992, *et passim*). Ele observa, no entanto, existem "alegrias passivas da desidentificação e o prazer mais ativo da interpretação do papel",

Outros exemplos de atitudes inautêntica em relação ao lugar são aquelas: "atitudes relacionadas à técnica, nas quais os lugares são entendidos para serem manipulados no interesse do público e são vistos somente em termos das suas propriedades e potenciais funcionais e técnicos" e também "atitudes que se relacionam ao kitsch, no qual os lugares são experienciados e criados em termos de valores de massa estereotipados planejados e superficiais" (p. 119)

Neste excesso de individualização de referências as atitudes alienadas e alienantes podem também consumir lugares existentes e consolidados, localidades com história e referências significativas, como não-lugares. Elas os reduzem ao seu valor de troca, e assim atribuem a eles um estatuto de não-lugares.

Pode se dizer que esta é uma atribuição de sentido, mesmo quando não é o sentido 'positivo', de pertencimento e abrigo, que caracteriza o lugar. Augé fala mesmo em uma atração do não-lugar. Augé fala das alegrias passivas da desidentificação e o prazer mais ativo da interpretação do papel (p. 94-95)

Sobre uma individualização das referências, Augé nos chama atenção também para o fato de que há uma valorização de singularidades de toda ordem, inclusive aquelas do lugar, que seriam o "contraponto paradoxal dos processos de relacionamento, de aceleração e de deslocalização muito rapidamente resumidas, às vezes, por expressões como 'homogeneização- ou mundialização- da cultura' (*ibid.*, p. 41 *et passim*).

(3) Por sua vez, a superabundância espacial do presente se expressa "nas mudanças de escala, na multiplicação das referências energéticas e imaginárias, e nas espetaculares acelerações dos meios de transporte" (*ibid.*:36). Há um "encolhimento" do planeta, que resulta também em consideráveis modificações físicas, como a multiplicação dos não-lugares, em oposição à noção sociológica de lugar, como uma cultura localizada no espaço.

Portanto, as figuras do excesso esboçam como as características comuns dos lugares- que se pretendem identitários, relacionais e históricos- se contrapõem àquelas dos não-lugares, pois:

"O espaço do não-lugar não cria **nem identidade singular nem relação**, mas sim **solidão e similitude**. / Ele também **não concede espaço à história**, eventualmente transformada em **elemento de espetáculo**, isto é, na maior parte das vezes em textos alusivos à atualidade e a **urgência do momento presente** reinam neles. **Como os não-lugares se percorrem, eles se medem em unidades de tempo**" <sup>87</sup>(*ibid.*: 95).

Como, porém, podemos definir o não-lugar propriamente dito?

Primeiramente, para tanto, a citação (de Augé) acima é bem completa, e nos permite vislumbrar, em grande parte, o que Relph (1976:119) define como manifestações do não-lugar. Relph lista estas características principais do não-lugar, e a partir delas exemplifica com algumas de suas tipologias urbanas e arquitetônicas, que aqui resumimos (ver pp. 18-19):

- (a) um direcionamento ao outro em lugares, como nas paisagens feitas para turistas; nos bairros de lazer; nas ruas comerciais (*strips*); e nos lugares disneyficados, museificados e futuristas;
- (b) a uniformidade e estandardização em lugares, como nas cidades novas instantâneas e *suburbs*; nos empreendimentos comerciais industriais; nos estilos internacionais no design e arquitetura; e nas novas estradas e aeroportos, etc.
- (c) a ausência de forma [*sic*], escala humana e ordem nos lugares, como nas subtopias, no gigantismo de arranha-céus, e nas características individuais sem relação ao cenário cultural ou físico;
- (d) a destruição do lugar, seja na destruição impessoal na guerra, seja pela escavação ou soterramento, seja pela expropriação e redensolvimento (*e.g.* expansão urbana);
- (e) a impermanência e a instabilidade de lugares, como naqueles que estejam passando por re desenvolvimento contínuo (como muitos CBDs) e como nos lugares abandonados.

Diferentemente de Augé, que desenvolve o conceito de não-lugar situado especificamente nos tempos da supermodernidade; Relph considera que "em todas as sociedades e todos os tempos houve alguma ausência de lugar", e que isto pode ter sido inclusive um parâmetro para que se perceba o que é o sentido de lugar.

Por isto, Relph inclui como não-lugares aqueles que sofreram uma destruição, o que não deixa de ser uma condição transitória. Inclui também aqueles sem escala humana, 'ordem' ou 'forma'; o que nós compreendemos que se refere a espaços descontextualizados e autônomos que podem indicar uma falta de qualidade projetual. Esta ausência de contexto pode ser tanto um resultado de intervenções que construam o espaço amplo e indiferenciado do modernismo - sem lugares; quanto um resultado de exageros pós-modernistas, que desentendem a tradição e a de construção de significados como possíveis através de um agregado de tipologias históricas e símbolos diversos.

Para Augé, a definição é mais estrita: é, antes de mais nada, econômica. E, por isto, ele pode dizer que os não-lugares são "empiricamente enumeráveis e analisáveis": se restringem a tipologias construídas passíveis de identificação e delimitação. Os não-lugares são:

"...tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta".

Com o intento de organizar nossa compreensão, o que divisamos, entre as duas abordagens - de Augé e de Relph - é que o não-lugar pode ser definido por fatores diversos.

Primeiro, pela 'supermodernidade' que desagrega as referências do tempo, dos eventos e dos espaços. Os não-lugares resultam então da velocidade e abundância de informações e do consumo, que tornam os espaços em meras mercadorias de consumo. Além disto, pelos próprios processos de produção do espaço, há uma diferenciação dos espaços: há espaços em transição, em desenvolvimento, destruídos, objetos de especulação imobiliária. Estes são não-lugares no sentido em que não congregam, não são habitáveis, nem buscam conceder espaço à história e a memória.

Relph identifica os processos de estandardização e uniformidade que tendem a se instalar nestes espaços. Sob uma ótica urbana, esta é a mesma idéia presente no que Koolhaas define como cidade genérica: os espaços indiferenciados que se produzem nas periferias das grandes cidades. Os espaços lixo (*junk spaces*) que Koolhaas descreve configuram também uma outra forma de não-lugar: os espaços que sobram devido à (ir)racionalidade instrumental, tecnológica e tecnocrática.

Nestes casos, o não-lugar se refere à ausência de lugares.

Mas a superabundância, que é característica da supermodernidade, produz, pelas mesmas razões, não-lugar. Este é caracterizado pelo excesso não só de espaço, mas de lugar. O excesso de lugar se constrói a partir da própria constatação de uma ausência de lugar. Há nele uma hipertrofia de referências, uma abundância de imagens que tenta, em vão, suprir a necessidade de sentido. O excesso de lugar corresponde a uma resposta da arquitetura e urbanismo ao não-lugar. Em alguns casos, esta busca pelo sentido de lugar pode inclusive ter se tornado em uma obsessão pelo lugar.

Alguns exemplos: o uso do projeto de interiores, já há várias décadas, em não-lugares como aeroportos e escritórios com o intento de personalizar, ou podemos dizer, de 'inserir o lugar' através da arte, da maximização do conforto ambiental, de um tornar 'lar' nos espaços de passagem e trabalho antes anódinos ou mesmo anômicos. Outro: a própria estratégia do emprego de tipologias da arquitetura pós-moderna. Uma outra solução mais recente: a maneira como as áreas urbanas e as edificações são implantadas nos projetos executados pelo movimento do *New Urbanism* nos Estados Unidos - pelo menos teoricamente, a idéia de lugar é central nestes projetos.

Um exemplo interessante desta busca pelo lugar pode ser tomado a partir de um debate do fim dos anos oitenta entre Leon Krier e Peter Eisenman (1989), que reclamam para si a prioridade da ideologia. Se para Krier, certo historicismo na forma urbana e arquitetônica é fundamental, para Eisenman, isto é pastiche, mas o projeto deconstrutivista também busca, à sua maneira, uma contextualização, através do próprio traçado de eixos e contra-eixos em contraste com o ambiente urbano. No segundo caso, fica ressaltada a maneira do objeto arquitetônico 'gerar lugar' e a própria autonomia do objeto e do seu autor, que refletem a busca por um sentido de lugar similar àquele que advém da arte, do objeto notável. Mas em ambas as estratégias, é evidente a necessidade de contraposição-contextualização em relação ao tempo e ao espaço como formas de constituição do lugar.

Portanto, como vemos, se acatamos ambas as definições, os não-lugares são quase todos aqueles característicos do tempo presente. Como diz o próprio Augé (1992: 98):

" Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. "

Os não- lugares tendem a se desligar do lugar- um local em particular cujo significado cultural é próprio e, em contraponto, se remetem à técnica, a uma cultura global ou a uma referência extralocal. As atitudes de desligamento e alienação de grupos e indivíduos

também atribuem o estatuto de não-lugares mesmo a lugares consolidados. Deste modo, os não-lugares podem passar a incluir todos os lugares tradicionais cujo tipo de apropriação - turística, política, de mercado - lhes designam funções e formas de não-lugar.

Se compreendemos que o lugar é um evento, uma paragem, e não apenas uma permanência fundada na história, aumentamos a possibilidade de que o lugar- o congregar do habitar humano pode aí ocorrer.

Se em uma área urbana deteriorada, vemos romanticamente um lugar, esta não é apenas uma estetização sem fundamento, mas sim um enxergar de novas possibilidades de vida que se forjam sobre os escombros. Do mesmo modo como uma planta que brota de rachaduras em construções nos parece mais contundente e bela do que um extenso e liso gramado aparado de um edifício institucional, temos de achar o não-lugar no que é tido como lugar e o lugar no não-lugar.

Senão, o que resta do território que já nos foi subtraído para os grandes empreendimentos industriais, extrativistas, para a circulação de coisas e pessoas? Nossa tarefa é desbravar cada esquina, cada terreno em desuso, nas áreas desigualmente densas da especulação imobiliária urbana, é assim criar lugar.

A definição de que um não-lugar é, em contraposição ao lugar, não-identitário, não-relacional, não-histórico é muito eficiente. A idéia de um não-lugar é uma expressão enfática de crítica e sintetiza as incongruências do processo de produção do espaço nas sociedades do capitalismo tardio - a degradação ambiental e urbana, a abstração do espaço globalizado, a descaracterização perpetrada pela arquitetura e urbanismo. Porém, se tomada ao pé da letra, é absurda: não há nada no mundo que não seja um espaço identitário, relacional ou histórico.

Nenhum espaço é um não-lugar, nada se torna efetivamente genérico, senão aos olhos daquele que não lhes prezam a diferença. E viva a diferença que cria cada lugar como um todo em particular.

Por fim, se falamos em não-lugares, podemos dizer que a presença destes é uma condição do lugar contemporâneo ele mesmo.

### **3. 7 - o lugar: quadro- sinopse**

atopias transitório **não-lugar** distopias cidade genérica topofobia

*room chora* **espaço** *extentio spatium*

topos **localização** coordenadas *endroit* centro **posição** lugar geométrico

**LIEU PLACE** ort **LOCUS** local **genius loci**

## LUGAR

**piazza** largo **praça** la place *platz* square platô platéia **plaza ágora**

*locus* **Sítio** *site* *Statte* um local *location* alocação **genius loci** espírito do lugar

contexto região paisagem **identidade** limites conexões permanências

uma localidade **pólis** cidade centro cidade *locale*

**lugarejo** *lugareño* comunidade história memória

morada **o habitar** *wohnen dwelling bauen* construir

identidade nome *lieu-dit terroir* topofilia

<sup>1</sup> Houaiss (2000) alerta que a locução é considerada galicismo pelos gramáticos. Note-se que a mesma se replica também, com o mesmo sentido, no inglês *'to take place'*.

<sup>2</sup> Outro exemplo: na expressão "ter um "lugar no mundo", observa-se que o lugar é vulgarmente visto como uma parcela, uma posição privilegiada do espaço- e ter um lugar no mundo é também ter acesso a mais lugares do mundo.

<sup>3</sup> Discordando de Agnew & Duncan, que consideram que "Lugar é uma palavra difícil" (1989- b: 1), quando constatam que é extensa a lista de definições dadas a ela pelo dicionário, sugerimos que o emprego tão usual do termo dá pistas valiosas sobre a relevância do seu significado.

<sup>4</sup> Outras razões seriam: (a) o fato de que mesmo o sentimento de nação era construído a partir de certos lugares como capitais; (b) o fato de que as interpretações locais impedem o que seria uma 'cultura de massa' (2) o fato de que a crise do Estado, e também do seu estudo pelas ciências sociais, estaria relacionada ao colapso da *Pax Americana*- insegurança seria a nova palavra chave.

<sup>5</sup> Grifos do autor.

<sup>6</sup> Como por exemplo, em movimentos antimigração.

<sup>7</sup> Na introdução do já citado livro que editam sobre o poder do lugar.

<sup>8</sup> Observe-se que, para Agnew & Duncan, estas dimensões de significado tanto servem para enfatizar a importância do lugar geográfico para a história e para as ciências sociais, quanto se constituem uma maneira de introduzir a variada gama de artigos que se seguem no livro, que tem a proposta de articulação de sentidos.

<sup>9</sup> Grifo nosso: 'lugar' aqui traduz *'room'*. Note-se que Heidegger emprega, *'einraumen'* (*to make room*, de mesma raiz etimológica) para explicar o ato de 'providenciar espaço', de 'dar lugar', para que um lugar se constitua.

<sup>10</sup> Grifo nosso.

<sup>11</sup> Com a ressalva, já de início, de que valorizar o espaço em detrimento do lugar não é necessariamente um aspecto negativo, até por que pode se dizer que, inversamente, uma noção de lugar em particular- com um aspecto e uma apropriação bem específicos- norteia, por exemplo, as idéias nacionalistas do Terceiro Reich (ver Casey, 1997 e Schama, 1995 ).

<sup>12</sup> Philoponus, John. "Physica". 557, 8-585, 4. In: *Commentaria in Aristotelem Graeca*, ed. H. Diels. Berlin: H. Vitelli, 1887-8. *Apud.* Malpas, 1998: 29.

<sup>13</sup> Casey nos relata, porém, que outros pensadores de então discordavam, e assumiam a idéia de Aristóteles de que o lugar 'tem algum poder', 'mesmo que este possa estar ofuscado pela visão emergente de um universo infinito" (p. 199). Esta corrente via o lugar como uma forma distinta de ser cósmico que não se dissolvia no abismo sombrio do espaço infinito, vazio" (*loc. cit.*).

<sup>14</sup> Embora Heidegger entenda que Platão tenha inaugurado a compreensão do espaço e lugar como uma extensão mensurável - pela interpretação do Ser como *idea* (Ver Malpas, *ibid.*: 28).

<sup>15</sup> Para uma revisão mais completa, ver Casey, 1997, e Malpas, 1998; entre outros.

<sup>16</sup> Einstein, Albert. 1970. "Foreword." In: Jammer, Max. 1970. *Concepts of Space*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2ª ed., xii, s.p.. *Apud.* Malpas, 1998:24.

<sup>17</sup> Replicada de modo similar em diversas cidades do mundo, como por exemplo, no Plano de Pereira Passos no Rio de Janeiro, algumas décadas depois.

<sup>18</sup> E efetivamente, na filosofia e matemática do século XVII já há uma 'supremacia do espaço' - como relata Casey (1997)- ver parte III, com este título.

<sup>19</sup> Esta racionalidade imposta às estruturas urbanas é duramente criticada em artigo de Alexander (1965), que argumenta que, inversamente: 'uma cidade não é uma árvore'.

<sup>20</sup> Como pondera Meyer (1999), a indústria não faz parte da cidade, mas se situa nela por um relativamente pequeno período da história.

<sup>21</sup> Termos da Carta de Atenas, 1933.

<sup>22</sup> Embora reconheçamos que o caráter local, e os saberes locais, estiveram presentes nas obras de muitos bons modernistas, assumidamente ou não.

<sup>23</sup> Ver Lamas, 1993:361-382, item 5.8: "A Urbanística Operacional - a burocracia constrói a cidade".

- <sup>24</sup> E sobre o qual trataremos mais adiante.
- <sup>25</sup> Se este não é o caso de Oscar Niemeyer, comunista engajado, a adoção das propostas modernistas por diferentes governos mostra isto.
- <sup>26</sup> Trecho citado por Malpas, na nota 32, p. 41. Aqui extraído da versão brasileira de Tuan.
- <sup>27</sup> Revelação, e não decodificação, como vimos anteriormente.
- <sup>28</sup> Merleau-Ponty, M. 1962. *Phenomenology of Perception*. London: Routledge & Kegan Paul, p.24. *Apud* .Ingold, 2000:186).
- <sup>29</sup> Grifo do autor.
- <sup>30</sup> Grifo do autor.
- <sup>31</sup> Note-se que muitos dos estudos fundados em uma perspectiva da experiência são posteriores às reflexões de Heidegger, o que talvez denote uma incompreensão deste.
- <sup>32</sup> Grifo nosso.
- <sup>33</sup> Ver Casey: 445, nota 35.
- <sup>34</sup> Grifo nosso.
- <sup>35</sup> "Não é surpresa que Heidegger considere que tal residir contém ecos de tomar cuidado (como em *colo*: "Eu tomo conta") e tratar com carinho (como em *diligio*: eu zelo)" (Casey, 1997:246).
- <sup>36</sup> Este vínculo semântico é desenvolvido por Bosi (1992), no livro que trata da dialética da colonização no Brasil e suas implicações no sentido da cultura nacional.
- <sup>37</sup> Ele explicita inclusive que o catalisador para o seu trabalho foram os ensaios de Heidegger contidos na coletânea em inglês, de 1971, *Poetry, Language and Thought*.
- <sup>38</sup> Sobre esta opção de tradução do termo, ver nota 06, no capítulo 1.
- <sup>39</sup> '*Anwesen*', traduzido do original para o inglês, '*presencing*'. Optamos por '*vir-à-presença*', sabendo que o próprio Heidegger destaca que '*wesen*' é 'essência'; e que '*Anwesen*' é traduzido em referências diversas como '*vir-à-presença*', '*presença*'. '*presença significativa*', '*essência*', '*emergência*', '*o presentificar*', '*o que emerge à presença*', '*vigor de essência*'.
- <sup>40</sup> Grifo do autor.
- <sup>41</sup> Grifo do autor.
- <sup>42</sup> Grifo do autor.
- <sup>43</sup> Eis porque, neste texto, por vezes incrementamos o número de citações, numa tentativa de manter mais contato com o original.
- <sup>44</sup> Como já vimos, assunto vastamente trabalhado por inúmeros autores dentro da geografia
- <sup>45</sup> Scully, V. 1962. *The Earth, the Temple and the Gods*. New Haven: s. ed.; p. 9. *Apud*. Norberg-Schulz, 1979: 3.
- <sup>46</sup> Norberg-Schulz comenta aqui que usa aqui palavras de Louis Kahn (sem referência no texto dele).
- <sup>47</sup> O que não é sem problemas, já que nem toda paisagem é natural: pode ser construção humana. E também nem toda construção humana é 'arquitetura' no estrito senso, mas aqui soa bem mais adequado.
- <sup>48</sup> Durrel, Lawrence. 1969. *Spirit of Place. s.l, s.d.*; p. 156. *Apud*. Norberg-Schulz, 1979: 18.
- <sup>49</sup> Grifo nosso.
- <sup>50</sup> Que compreendemos com o indispensável suporte de Casey, 1997.
- <sup>51</sup> Casey ressalva que "*lugares*, mesmo que menos à luz da análise de Heidegger do que regiões, são essenciais para o ser-no-mundo" (*ibid.*: 251).
- <sup>52</sup> Ver Maya-Monteiro, 1998.
- <sup>53</sup> Grifo nosso.
- <sup>54</sup> Ver citação de Casey, 1997, pp. 281-282, no item seguinte.
- <sup>55</sup> A partir de uma leitura de Heidegger, 1969.
- <sup>56</sup> Assim, mesmo as interações virtuais ou visuais auxiliam na constituição de um lugar, por exemplo, citação de um lugar específico X na literatura ou em *blogs*. Ou então a visualização do lugar a partir de meios expressos de transporte.
- <sup>57</sup> E, a partir disto, cita diversas definições aforísticas sobre a geografia e o lugar, de autores seminais (ver 1976:2).

<sup>58</sup> Strabo [ca. século I] *The Geography of Strabo- livro II*. Londres: Heinemann, 1917-1932, capítulo 5, seção 17. *Apud*. Relph, 1976: 2.

<sup>59</sup> Pelo menos desde os séculos XIV ao XIX, dos descobridores e exploradores, e há muito mais quando se reconhece a presença de aborígenes em toda parte.

<sup>60</sup> Trecho também citado por Relph, 1976.

<sup>61</sup> Ver Malpas, acima.

<sup>62</sup> Grifo do autor.

<sup>63</sup> Após alguma pesquisa, optamos por traduzir como 'vir- à-presença' o termo em inglês '*presencing*', que por sua vez traduz o alemão '*wesen*'. A tradução brasileira usa 'vigor de essência', mas há outras traduções e explicações de fontes diversas: '*présence*', '*presentificar*', '*presentificação*', '*emergência*', '*meaningful presence*', 'o que emerge à presença', algo que '*comienza a ser lo que es*'. Seguimos '*venir-a-la-presencia*'/ '*coming-into-presence*'.

<sup>64</sup> Que conjugam diferença e deferência, como já vimos.

<sup>65</sup> A identidade poderia nos fazer pressupor, antes de tudo, uma relação de igualdade, como no princípio de matemática<sup>65</sup>. Heidegger (1957) nos aponta, no entanto, que o princípio de identidade diz que "A é A, isto é, cada A é o mesmo ao mesmo".

<sup>66</sup> Como também Norberg-Schulz (1979), coevo a Relph (1976), cujo estudo do *genius loci* também perpetra uma busca do sentido de lugar e a da construção do próprio lugar.

<sup>67</sup> Grifo do autor.

<sup>68</sup> Como é fácil perceber nas estratégias de marketing dos empreendimentos imobiliários.

<sup>69</sup> Em seu prefácio a um livro sobre o conceito de espaço: Einstein, Albert. 1970. "Foreword." *In*: Jammer. 1970. *Concepts of Space*. Cambridge, Mass., USA: Harvard University Press, 2<sup>nd</sup> ed., 1970, xiii. *Apud*. Malpas, 1998: 24.

<sup>70</sup> Segundo Houaiss, 2000.

<sup>71</sup> A Baía poderia até ser chamada de Ria, mas nunca de Rio!

<sup>72</sup> Grifos do autor.

<sup>73</sup> Como, aliás, Norberg-Schulz se propõe tratá-las.

<sup>74</sup> Citado por Kostoff, 1992: 153.

<sup>75</sup> Nos termos da imagem da cidade pesquisada por Kevin Lynch (1960).

<sup>76</sup> Esta e outras referências extraídas de Houaiss(2000).

<sup>77</sup> Sem nos determos nas considerações sobre como as diferenças na cultura e na história da paisagem e da cidade determinam estas diferentes denominações e aspectos formais, citamos alguns dos nomes que empregam: '*square*', '*circus*', e os estrangeiros '*piazza*' e '*plaza*'.

<sup>78</sup> Em grego, uma '*hodos platêia*' é uma rua larga.

<sup>79</sup> Petrus Berchorus, século XIV. *Apud*. Kostoff, 1992:123.

<sup>80</sup> "...Roma está situada entre dois diferentes mundos: à oeste o mundo ctônico do forre [cânion] e à leste, a paisagem clássica dos deuses." (*ibid.*:147)

<sup>81</sup> '*Placelessness*' é o termo que traduzimos aqui como a 'ausência de lugar', é o termo empregado por Relph (1976), no livro de título "*Place and Placelessness*". Embora ele cite duas vezes '*non-place*', não-lugar, ele não emprega este último termo.

<sup>82</sup> Movimento Moderno em arquitetura.

<sup>83</sup> Comentando seu livro de 1976, Relph diz "não se teve a intenção de que este argumento fosse uma defesa das boas qualidades dos lugares contra as incursões trivializantes da falta de um sentido de lugar, embora pareça ter sido interpretado deste modo (1996, s.p.).

<sup>84</sup> Grifos nossos.

<sup>85</sup> "*What I disliked about the word "postmodern" was the sense of decadence, of a rupture with a lost ideality. If I spoke of supermodernity [surmodernité], it was in order to indicate that it is a question not only of disjunction, but also of continuity*" (Augé, 2006, s.p.)

<sup>86</sup> Apresentadas não nesta ordem.

<sup>87</sup> Grifos nossos.



## IV - SOBRE A PAISAGEM



## IV - SOBRE A PAISAGEM

---

### 4.1 – como falar de paisagem? <sup>1</sup>

Para falar sobre a paisagem, é necessário que se considere o conceito a partir da sua abrangência: a paisagem designa tanto um ambiente quanto a interpretação deste, e estes sentidos se interpenetram. Retomemos a afirmação seminal de Augustin Berque (1995), de que a paisagem é **gênese** e **ampliação**.

Partindo disto, a paisagem é gênese "quando se dá a experiência da paisagem singular, em um momento individual, quando está presente (sem representação)"; e, por outro lado, "a paisagem é também ampliação, isto é, extensão e reprodução de uma gama de representações de diversos tipos, que permitem ao sujeito que percebe se reconhecer mesmo se ele nunca tenha visto tal e tal paisagem"(Berque,1995:32.).

Em nossas palavras, nosso olhar não é só sobre a paisagem, ele é a paisagem.

Berque nos aponta também que "a paisagem não é um objeto". Esta reflexão parte de uma perspectiva fenomenal, presente também em autores como Norberg-Schulz (1979) e Relph (1976). Ela ressalta que a paisagem existe a partir da experiência do sujeito da percepção na realidade imediata.

Por outro lado, como a paisagem não é um objeto, é um fenômeno qualitativo, um todo não redutível às suas propriedades concretas. Para estudá-la então, não basta conhecer a morfologia do ambiente; é "necessário conhecer também as determinações culturais, sociais, históricas da percepção - dito de outro modo, aquilo que constrói a subjetividade humana" (Berque, *op.cit.*:22).

Portanto, para se compreender a construção da paisagem, há que se levar em conta que " as sociedades organizam o meio ambiente em função da interpretação que elas fazem, e reciprocamente, elas o interpretam em função da organização que elas nele fazem" (*ibid.*:15).

Sobre o ambiente específico da cidade, podemos dizer então que: A paisagem de uma cidade é definida pela inserção fisiogeográfica, pelos elementos naturais e construídos e também, por outro lado, pelas representações da natureza, sociedade e cultura nela presentes e pela percepção e interpretação que suscitam.

A ambigüidade dos sentidos da paisagem está presente sob diversos aspectos.

Um destes é que a interpretação da paisagem decorre de unidades e tensões entre sujeito e objeto, e entre o pessoal e o social (ver Cosgrove, 1984).

Um segundo aspecto decorre da reflexão de que a paisagem é simultaneamente ecológica e simbólica. Sucede que: "Ao mesmo tempo isto aqui e sempre outra coisa, ela não é menos carregada de valores culturais do que os recursos ecológicos" (Berque, *op.cit.*: 32).

Outro aspecto: a definição da paisagem como uma 'construção cultural' relaciona a ação sobre a paisagem aos valores e significados a ela atribuída, de modo que se remonta mais uma vez a uma dualidade: a paisagem como idéia e como artefato.

A partir destas considerações iniciais, a pergunta que se coloca é:

Consideramos que as ambivalências do termo paisagem não devem ser apenas contrapostas como se fossem oposições, estas apontam mais do que tudo para a irredutibilidade de umas as outras. Um exemplo: não se pode dissociar a paisagem em verdadeira grandeza da paisagem-imagem, "porque a natureza mesma de uma participa daquela da outra" (Berque, 1995:13).

Alguns dos significados da paisagem estão presentes na própria etimologia do termo. Porém, há outros sentidos que permitem que aqui estabeleçamos núcleos de significação, que não são categorias definitivas, nem estanques. São eles:

- **a paisagem como território;**
- **a paisagem como representação;**
- **a paisagem como cenário;**
- **a paisagem como natureza;**
- **e a paisagem e habitat.**

Estes núcleos têm como objetivo último encaminhar a tese para uma identificação dos aspectos da paisagem mais relevantes para o nosso contexto. Para empreendermos tal estruturação, algumas referências bibliográficas já visitadas anteriormente forma essenciais. Uma delas, já trabalhada em diferentes ocasiões, foi revisitada: o artigo de Donald Meinig (1979) sobre as diferentes visões da paisagem. Ele aponta que há diversas versões de uma mesma cena, demonstrando a diversidade de significações da paisagem para os indivíduos e grupos sociais. Outra referência básica é o artigo de James Corner (1999-b) sobre "operações eidéticas e novas paisagens", em que ele aponta as possibilidades teóricas e projetuais a partir de uma ambivalência semântica do termo paisagem - em inglês. Augustin Berque, já citado, ao tratar das 'razões da paisagem' (1995), aponta a ambigüidade da paisagem e é uma referência essencial para que se entenda a universalidade da paisagem, e também as diferenças definidas pela distância cultural.

A organização e a seqüência lógica propostas por estas referências, e principalmente a sua visão da paisagem, são a base de nosso trabalho sobre a paisagem. Outras referências, de papel mais pontual, serão introduzidas ao longo do trabalho.

Antes de investigarmos os sentidos da "paisagem", julgamos que compreender a sua semântica é essencial. Até porque, como o termo surge em um período relativamente recente da civilização ocidental, uma noção paisagística deriva mesmo da própria elaboração e evolução do termo.

A paisagem é um termo que vem sendo apropriado para inúmeras situações, até porque assume o sentido de "aspecto geral de uma situação", em uma sinonímia com panorama. Assim, surgem expressões - como 'paisagem econômica' ou 'paisagem política' - que podem se afastar de uma noção espacial, ou mesmo visual; onde a paisagem parece inserir uma abstração quase poética, filosófica. Não é por acaso: a paisagem tem caráter simbólico.

Berque nos propõe uma valorização dos significados da paisagem, quando aponta que:

"A inflação que, em nossos dias, conduz a que se fale de paisagem a respeito de tudo e de nada - da 'paisagem sonora' à 'paisagem criminal'<sup>2</sup>... sem contar a paisagem no sentido de geossistema- tende a fazê-la uma palavra vazia, exceto quando ela simboliza um distanciamento diante do mundo; e é portanto por isto mesmo que importa mais do que nunca, diante do atolamento do projeto moderno, dar à paisagem um sentido que nos motive e engaje no mundo." (1994: 27)

A paisagem é a paisagem em si, porém tende a embutir nela mesma um sentido de representação: uma imagem, um cenário. Além disto, o surgimento relativamente recente - no mundo ocidental- de uma noção paisagística deriva mesmo da própria evolução do termo. Assim, a ambigüidade do termo paisagem é intrínseca à sua própria estrutura e, como veremos, isto se replica mesmo em origens culturais diversas.

Buscamos, portanto, o conceito de paisagem a partir de uma breve etimologia dos termos que a designam e de outros termos correlatos, para que se possa compreender esta ambigüidade a partir dos significados em que isto implica. Consideramos que esta estratégia é essencial, e reconhecemos que em grande parte, contribuiu para estruturar os tópicos da nossa definição de paisagem.

Do ponto de vista dos estudos geográficos, Cosgrove (1984) comenta que a ambigüidade do sentido da paisagem já foi vista como um obstáculo lógico para uma visão conceitual cientificamente especializada, e cita a proposta de Hartshorne (1939), de excluir o termo do vocabulário geográfico até que o significado se refine que exclua toda 'conotação subjetiva e pessoal'. No entanto, com o desenvolvimento de uma geografia cultural, a paisagem se torna uma palavra-chave para os estudos geográficos, assim como suas definições. Deste modo, o reconhecimento da subjetividade implícita na paisagem é parte de uma compreensão mais aprofundada nos estudos referentes à construção, história e projeto da paisagem (tanto nos estudos geográficos e outros, quanto especificamente nos estudos paisagísticos)<sup>34</sup>.

Portanto, a semântica e a etimologia dos termos que definem a paisagem fazem parte destas investigações. Alguns autores, porém, discordam desta estratégia, como o próprio Cosgrove, que considera que há abordagens mais relevantes e que: "tais estudos semânticos

tendem a se tornar presos em circuitos puramente lingüísticos" (1997: xxvii). Aqui, discordamos disto e acreditamos, inversamente, que uma investigação dos vínculos semânticos construídos pelos termos que designam a paisagem pode colaborar para: (1) uma visão mais geral do papel da paisagem, em tempos e lugares diversos, na história das civilizações, como propõe Berque (1995) ao tratar das 'razões da paisagem'; e (2) para novas propostas, mais conscientes, de recuperação da paisagem, como propõe Corner (1999-b). De todo modo, consideramos que as 'coincidências' encontradas são motivantes para que tais estudos se efetivem<sup>5</sup>.

A estratégia iniciada por John B. Jackson (1986), que aborda a etimologia do termo que designa a 'paisagem' em inglês, '*landscape*', é aquela de partir de uma decupagem analítica, em '*land*' e '*scape*', cujos resultados parecem se replicar na raiz germânica e em diversos outros derivados lingüísticos.

Esta estratégia de decupagem é por nós retomada de maneira similar em relação aos sentidos de 'pais+(-age)= paisagem', que são praticamente iguais aos da sua origem francesa '*pays+(-age)=paisagem*', assim como na raiz latina e outras derivações desta.

Por outro lado, Augustin Berque, por sua vez, trata da construção dos termos que designam paisagem e seus correlatos, na língua chinesa e também nas derivações do japonês (1990, 1994, 1995), e apresenta as suas decupagens. Ele relata que: "diferentemente das línguas européias, que são pobres neste assunto, o chinês e outras línguas da Ásia Oriental dispõem de uma coleção de sinônimos para paisagem, os quais embutem as nuances necessárias segundo cada caso"(1990: 73) e também aponta sobre a inovação do léxico criada no Japão a partir da sua incorporação na economia global e da modernização, com a criação de diversos termos novos a partir dos sinogramas, e que foram re-introduzidos na China.

Aqui, inferimos inúmeros vínculos e correspondências entre estes semantemas e suas traduções. Em grande parte, nossas elaborações semânticas têm como base uma leitura das deduções de artigo de Corner (1999-b) sobre a '*landscape*'.

Quanto ao vínculo entre as origens latina e germânica da paisagem, este já fora apontado por Alain Roger:

*"Pays - paysage, esta distinção lexical recente (ela não remonta a antes do século XV) se acha em grande parte das línguas ocidentais: land-landscape em inglês, pais-paisaje em espanhol, paese-paesaggio em italiano, país - paisagem em português. (2000: 33).*

De todo modo, julgamos que compreender o papel dos termos na estruturação do pensamento sobre a paisagem e na própria estrutura da paisagem- como o fazem Jackson (1986), Berque (1995), Schama (1995), Corner (1999) e Roger (2000)- introduz, para nós, uma interessante maneira para principiar e para contribuir para uma organização de nossas abordagens.

## 4.2 - a paisagem como território

O país é de todo modo, o grau zero da paisagem, como aponta Roger (2000).

Começando, portanto, pela etimologia da palavra 'país' - semantema de 'paisagem'- a origem primeira vem do latim '*pagus*', 'aldeia, povoado, povoação'. Segundo uma enciclopédia, este termo já aparecia em Virgílio, Tácito; e seus derivados em César, tais como '*paganalia*, 'paganais, festas aldeãs'; '*paganicum*, 'propriedade rural, granja, quinta'; '*paganicus*, 'relativo a aldeia'; '*paganus*, 'aldeão, cidadão que não é soldado, paisano' (já em Plínio o jovem); '*pagatim*, de 'aldeia em aldeia'; paganista, tardio. 'Paganismo, gentilismo'. Mais tarde, surge '*pagensis*, no sentido de 'habitante de um *pagus*', sentido que passou para território de um *pagus*, donde o francês *pays*.

De '*pays*' deriva a palavra 'país' em português, com o sentido geral de 'região, terra ou território'; e o emprego, mais usual, restrito ao de 'território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria', ou seja, o território de um Estado ou nação.

'*Land*', que compõe o inglês '*landscape*', significa por sua vez 'terra' e assume o sentido de 'região'; e por vezes o de 'país' e 'nação'. Porém, observe-se que para designar exatamente um país, delimitado política e geograficamente, há o termo 'country', que também significa campo, região rural.

Por outro lado, o sentido de '*pays*', em francês, se estende para designar a população de um Estado ou região geográfica. Ou seja, '*pays*' 'acumula os sentidos de habitante e território. Além disto, note-se que o derivado '*paysan*', do francês, serve para designar 'pessoa natural de uma região', e, por extensão, camponês, trabalhador rural. O termo derivado em português, no entanto, o 'paisano', ou aquilo que é 'paisano' assumiu outros significados, como 'compatriota, patrício' ou 'não militar'. Através de '*paysan*', no entanto, há uma associação, mesmo que indireta, entre paisagem e área campestre. E mais, os vínculos da paisagem com os habitantes de um território ou nação estão indiretamente presentes em '*pays-paysage*' (note-se também que em francês, a saudade se relaciona ao '*mal du pays*'). Em português ou inglês, no entanto, estes vínculos se perdem.

O que é definitivo e comum entre 'paisagem' e '*landscape*' é que a primeira definição de paisagem se funda sobre o país/ território: 'um espaço geográfico de um determinado tipo'<sup>6</sup>, a paisagem pode inclusive, em alguns casos ser empregada como uma sinônimo de território. O território se refere à ocupação, a uma territorialidade, à apropriação do espaço, a uma jurisdição. Portanto, o que precede a paisagem, o país, consiste em um território delimitado, apropriado.

Observe-se que o semantema '-agem', de paisagem, originado do provençal '*-atge*' (o francês *-age*), além do sentido de ação ou resultado de ação, pode indicar por vezes o sentido de coleção. Assim, de um ponto de vista objetivo, a paisagem pode ser uma coleção do território.

Berque (1995) considera que a paisagem está carregada tanto de valores culturais quanto de disponibilidades ecológicas, que se conjugam no que ele denomina de tomadas paisagísticas, ou motivos relativamente estáveis que tendem a se reproduzir nas novas paisagens. Assim, "na sua dimensão ecológica ou ambiental, na escala histórica, estas tomadas são simplesmente os traços característicos da organização que certa sociedade faz do seu meio ambiente" (p. 32).

Portanto, a paisagem pode ser compreendida como um território, um aspecto objetivo na ocupação da terra pelo homem. Neste caso, a paisagem é o conjunto da inserção fisiogeográfica e da construção deste território apropriado.

Embora a paisagem não seja um objeto, estes traços materiais da paisagem/ território podem ser estudados em termos de objeto, em uma morfologia positivista. Isto é o que faziam os estudos geográficos do início do século XX (como os de Carl Sauer), que abordavam estes traços descritíveis do território e da paisagem, e empregavam ambos os conceitos em um sentido estrito. Assim, processos históricos, culturais e físicos eram descritos pelos seus resultados mensuráveis em paisagens e elementos da paisagem estáticos e também mensuráveis.

Ressalvamos, porém, que a distinção entre território e paisagem é antes de tudo, uma distinção entre uma visão do terreno como um dado objetivo, mensurável, delimitado e concreto, ou uma visão que abrange dados subjetivos, não mensuráveis, sem fronteiras e abstratos. Observe-se o que nos diz Ingold (2000), ao contrapor *land* (terra, região) e *landscape*: "onde a terra é quantitativa e homogênea, a paisagem é qualitativa e homogênea" (p. 190).

Aprofundando a nossa compreensão, a noção de paisagem, mesmo quando considerada de um modo geral apenas como um território ocupado, abrange aspectos simbólicos e mutáveis. Berque (1995) aponta que "há certamente características fundamentais que, em matéria de percepção do meio ambiente, são comuns a toda humanidade"(p. 38), dimensões simbólicas não redutíveis às dimensões ecológicas ou morfológicas. Ele utiliza o termo 'protopaisagens' para definir esta "relação visual que existe necessariamente entre os seres humanos e seu ambiente" (p. 39) e que carregam arquétipos universais da paisagem.

Berque considera que há sociedades sem paisagem, ou seja, nelas não há motivação paisagística, nem diversas maneiras de se representar a paisagem. Assim, para ele, as sociedades 'com paisagem', só aparecem após a própria nomeação como paisagem.

Ele exemplifica este argumento com algumas civilizações não paisagísticas, apresentando brevemente relações entre homem e meio ambiente na antiga sociedade tradicional indiana e na sociedade dos aborígenes australianos a razão não paisagística da Grécia antiga, em que o ambiente é descrito como um décor, e em que o verbo subordina a vista. Observe-se que a consideração de que há 'protopaisagens' aponta para o fato de que, mesmo nas 'sociedades não paisagísticas', há símbolos inscritos na paisagem- território- que conferem identidade a uma sociedade.

Portanto, podemos inferir que falar de paisagem objetiva e descritivamente, ou então em um contexto de sociedades sem representações paisagísticas propriamente ditas, corresponde a falar de território ou ambiente. Porém, isto não significa que o país, território, seja a paisagem.

Compreender este primeiro aspecto da paisagem – como território, ambiente de uma dada sociedade - implica em perceber que o poder - seja aquele exercido por um rei, chefe político ou religioso; seja por um grupo social - implica em um domínio do território. Uma extensão do território apropriado concreta e simbolicamente, colecionável, mensurável, identificável, delimitável, e, quando possível, visível.

Assim, consideramos que a necessidade de conhecer, representar, dominar um território está na base de uma necessidade de uma paisagem, como uma idéia de território.

Algumas definições básicas do termo paisagem implicam neste domínio visual deste território: a paisagem "é extensão de território que o olhar alcança num lance de vista", ou então o "conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar"<sup>7</sup>.

### 4.3 - a paisagem como representação

O domínio visual - o olhar sobre o território - é fundamental. Para abranger a extensão de uma vasta paisagem/território, Berque aponta que há duas soluções: deslocar o ponto de vista (o que ele exemplifica com o princípio dos satélites espiões) ou então representar o território em uma imagem, que se guarda sob os olhos.

O que não é abarcável 'num lance de vista' do sujeito presente é transposto em uma representação imagética. O sentido de '-age', em 'paisagem', como coleção de elementos de um dado meio ambiente - é assim reiterado: as representações colecionam então imagens da paisagem.

Deste modo, as representações geográficas- *e.g.* cartográficas e corográficas do território-, assim como as representações artísticas- *e.g.* pictóricas e fotográficas - da paisagem, têm um papel essencial na posse, no domínio e na delimitação do território. O desenvolvimento de técnicas de representação está vinculado ao desenvolvimento do conhecimento, mas também da territorialidade. O exemplo da geometria nos é lembrado por Cosgrove (1999-b: 105), que aponta que a medida da terra nasce (segundo os clássicos) da necessidade no Egito antigo, de distinguir as propriedades na beira do Nilo após a cheia anual.

Outro exemplo dado por Cosgrove (1999-b), mais específico, trata do papel das corografias executadas pelo cosmógrafo Egnazio Danti para o Vaticano no século XVI. Representações da Itália e dos domínios papais que congregavam informações geográficas e dados diversos em textos e elementos decorativos, estas corografias têm como ponto de vista "uma perspectiva divina, apropriada a um pontífice universal, e, simultaneamente, de um soberano entrando no território pelas montanhas, descendo o vale de um rio" (*ibid.*:

111). Cosgrove constrói um argumento notável para a compreensão da escala e possibilidade de abrangência da paisagem através da sua representação: "Corografia é, portanto, a escala espacial da construção geométrica mais ligada aos significados usuais do termo paisagem" (1999-b: 108). O desdobramento principal de seu texto, porém, é o de que os trabalhos corográficos dos artistas/engenheiros italianos e flamengos não só ilustram as relações estruturais entre o global e o local, mas encontram ecos nas representações contemporâneas das paisagens locais e globais.

Assim, o domínio da paisagem através do olhar é o que origina um sentido de representação à paisagem. O termo '*paysage*' só vai surgir na França de meados século XVI<sup>8</sup>, primeiramente com o sentido de uma representação pictórica do território visível apreendido. Os termos '*paysagiste*', 'paisagista', surgem nos séculos seguintes para se referir à pintura. O sentido mais amplo de '*paysage*' é tomado a partir do século XVII, e o sentido geográfico expresso nos fins do século XIX.

Embora a tradução do termo paisagem, em seu sentido abrangente atual, seja '*landscape*', em inglês, a palavra '*paysage*' é usada para se referir a uma pintura paisagística. No entanto, o sentido de representação de '*landscape*', está presente nas suas origens. '*Landskip*', que designa, em inglês antigo, uma pintura da paisagem, é o modo coloquial que o inglês de então se apropriou do termo holandês '*landschap*' no fim do século XVI (que deriva, por sua vez, do bem mais antigo germânico '*landschaft*').

Este momento do mundo moderno, quando surgem os termos que designam a paisagem no Ocidente, corresponde, para Berque, ao surgimento de uma civilização paisagística no Ocidente. Roger (2000) considera que a aparição da janela, uma descoberta flamenga, é fundamental neste processo: "A janela, é, com efeito, a moldura que, a isolando, a capturando em um quadro, institui o país em paisagem". Ele aponta que "*landschap*", em holandês uma 'pequena parte de país', serviu para designar esta porção do espaço delimitada pela janela pictorial.

O mundo moderno descobre a paisagem a partir de duas condições fundamentais: laicização e unificação (ver Roger 2000). A laicização dos elementos da paisagem, que permite que a paisagem figure como um motivo, e não apenas como acessório a uma história santa ou ao mito. A unificação se dá pela invenção da perspectiva linear. Como nos lembra Berque (1994-b) foi Panofsky que destacou "a 'forma simbólica' da emergência do sujeito individual moderno. Note-se que a descoberta da perspectiva na Renascença não era apenas uma técnica, mas uma verdade, a descoberta de uma propriedade objetiva do espaço e não somente da visão.

Neste momento, estão presentes as condições para uma motivação paisagística na construção do ambiente, o que depende dos ecossímbolos existentes na sociedade estarem presentes em "um certo conjunto de representações que os configura em um esquema estético explicitamente paisagístico" (Berque, 1995). Para Berque:

"A ocorrência ou ausência deste fenômeno - a propósito do qual pode se falar em uma *epifania da paisagem* (i.e. a manifestação sensível da paisagem como tal) - é o que distingue, na história da humanidade, as sociedades com

paisagem das sociedades sem paisagem. Nas primeiras, aquelas nas quais a epifania em questão se produz, a motivação paisagística dá lugar a diversas representações que dependem, ao persistirem, de modos de expressão próprios à cultura considerada. " (1995: 34)

A partir destas considerações, Berque estabelece que a condição básica para que haja uma paisagem como tal em uma dada sociedade é conter simultaneamente os quatro critérios, que reagrupam estas representações, a saber:

- 1- representações lingüísticas, isto é, um ou dois termos para dizer 'paisagem';
- 2- representações literárias, orais ou escritas, cantando ou descrevendo as belezas da paisagem;
- 3- representações pictóricas, tendo por tema a paisagem;
- 4- e representações jardinísticas, traduzindo uma apreciação propriamente estética da natureza (não se trata portanto de jardins de subsistência)

Ressalte-se que Berque reconhece que há várias sociedades em que os três últimos tipos de representação estão presentes, mas somente quando não há nomeações para a paisagem é que efetivamente ela existe como tal.

Assim, a 'coisa' só existe a partir da palavra. Isto, para nós, parece fazer muito sentido, uma vez que reconhecemos que a paisagem não é meramente um objeto. A paisagem é uma forma de ver, de representar, de reconhecer a natureza e a sua relação com o pessoal e o coletivo, e uma relação entre o sujeito e o objeto, no ambiente e fora dele. Assim, inferimos também que a noção de paisagem, neste sentido, é uma metalinguagem.

Para Berque (1995), somente na China havia se conformado, anteriormente, uma civilização paisagística propriamente dita. , na dinastia Han, entre 206 a.C. e 220 d.C. Ele informa que, na Ásia Oriental, a terminologia relativa à paisagem é riquíssima, e deriva essencialmente da língua chinesa - que gerou os termos usuais em japonês e coreano. Berque então apresenta as palavras para se dizer em geral o que denominamos 'paisagem' em chinês: *shanshui* e *fengjing*.

*Shanshui* se aplica à tradição literária e pictórica e é um termo composto por dois sinogramas: 'montanha' e 'água'-os motivos principais da paisagem à chinesa. *Fengjing*, mais usual, é composto pelos caracteres 'vento' e 'cena', sendo que o radical deste último significa 'sol', sendo assim ele alude a 'luminosidade'. O primeiro evoca "os motivos da paisagem" e o segundo, "a sua ambiência" (p. 73). Berque diz que quando se trata, precisamente, de imagem, é acrescentado o sufixo '*hua*', que significa pintura,quadro: *shanshuihua* e *fengjinghua* (Berque, 1995: 72-73).

Alain Roger (2000), embora assuma explicitamente os mesmos critérios de Berque, considera que, bem antes da Renascença, já havia, no império romano uma sociedade paisagística<sup>9</sup>. Ele comenta sobre as diversas representações da paisagem e sua presença nas *villas* romanas, que alcançariam as quatro categorias propostas<sup>10</sup>.

Embora as 'paisagens' flamengas sejam as primeiras representações pictóricas do gênero, é efetivamente com o desenvolvimento da perspectiva linear, na Itália da Renascença, que surge a paisagem fora da tela: como uma técnica artística de manipulação do ambiente através do controle visual.

De todo modo, é consenso que é a partir da Renascença que a noção de paisagem se desenvolve no Ocidente e sua arte/ técnica passa a estruturar o espaço construído, tanto nos jardins quanto nos ambientes urbanos.

Apesar destas diferenças, consideramos que a definição de uma 'paisagem como tal' é essencial para uma compreensão abrangente dos sentidos da paisagem, não apenas das ambigüidades do termo ou do papel das representações. Acreditamos que esta pode contribuir com soluções para as questões da construção da paisagem no mundo contemporâneo. E a qualidade destas respostas depende do reconhecimento da paisagem como um discurso, ou melhor, um metadiscurso.

Note-se que o próprio Berque aponta a possibilidade de imperfeições na categorização que ele cria, e que coloca como um compromisso de empirismo e de abstração teórica. No mesmo texto, uma afirmação nos parece precisa para justificar a estratégia:

"... Teoricamente, por outro lado, a idéia subjacente a esta categorização é a de que não há paisagem no sentido próprio senão a partir do momento em que certo nível técnico e certo distanciamento, em relação ao meio ambiente, permitem que se organize mais livremente um grande número de representações, as quais tendem em consequência a se autonomizarem em relação ao meio ambiente; e favorecem assim a artialização de que fala Alain Roger..."(Berque, 1995: nota 12, cap. I, p.181).

Quando se trata de compreender a paisagem como representação, esta afirmação aponta dois aspectos que julgamos essenciais.

O primeiro destes aspectos é a *artialização*, neologismo criado por Roger em 1978 para designar uma estetização da paisagem. Ele aponta que: "O país, é de todo modo, o grau zero da paisagem, o que precede sua artialização, seja ela direta (*in situ*) ou indireta (*in visu*)" (Roger, 2000: 33).

A artialização *in situ* "consiste em inscrever diretamente o código artístico na materialidade do lugar, sobre o terreno, as fundações naturais" e ocorre na "arte milenar dos jardins, o *landscape gardening* após o século XVIII, e, mais próximo de nós, a *Land Art*."(*loc.cit.* ) .

Por outro lado, a artialização *in visu* opera "sobre o olhar coletivo, fornece-se a ele modelos de visão, esquemas de exceção e de deleite" (*loc. cit.*). Consideramos como o exemplo mais emblemático desta presença de um modelo o "espelho de Claude", elaborado pelo pintor francês Claude Lorrain, usado no século XVII por turistas e artistas, como referência para o reconhecimento de um cenário 'pitoresco', digno de apreciação ou representação<sup>11</sup>. Para Cosgrove, "uma natureza ideal tal como aquela achada em Claude poderia preencher os pré-requisitos de beleza, portanto elevando a paisagem para o nível da arte" (1984: 227).

O segundo aspecto, apenas mencionado na nota de Berque, é o do *distanciamento* em relação ao meio ambiente como uma condição para uma estética paisagística no seu sentido pleno: para que haja paisagem. A separação entre sujeito e objeto é um dos aspectos da relação entre homem e meio ambiente que, com a 'invenção da paisagem'<sup>12</sup>, gradativamente se torna mais evidente.

Do ponto de vista sócio-econômico, consideramos que este afastamento em relação ao meio é parte de um processo. Algumas causas estão no fato de que se rompe, com o desenvolvimento do capitalismo, a relação entre a presença de terras produtivas e a capacidade de produção, ou seja, entre a propriedade da terra e o sustento da sociedade. Portanto, podemos deduzir que este distanciamento em relação à própria terra/ território é um aspecto objetivo do distanciamento em relação ao meio ambiente.

Sugerimos que a idéia da paisagem - a consciência de que há uma, compreendida a partir deste distanciamento, poderia ser lida também a partir da alienação - a separação do indivíduo em relação aos meios de trabalho - esta reitera um afastamento entre indivíduo e território.

Por outro lado, uma representação encerra em si um distanciamento ao objeto representado - como uma apresentação de algo ausente, uma mediação. Portanto, quando se consideram os textos (sejam estes literários, poéticos, descritivos, propangandísticos) ou as imagens (pinturas, fotos) que se referem à paisagem, o distanciamento é parte mesmo de um processo de representação, desta artialização *in visu*.

Na paisagem construída, consideramos que o distanciamento se dá pelos intervalos entre sujeito e objeto, entre o pessoal e o social, e entre grupos sociais, e também entre o tempo da concepção, da construção e da vivência.

A Arcádia pastoril na paisagem, um dos motivos utópicos empregados na paisagem representada e na construída também se constitui em uma forma de afastamento da realidade; na medida em que uma dada paisagem real e suas representações pictórica ou literária, são sublimadas em um paraíso perfeito. Do mesmo modo como outras representações que remetem ao Éden original, como as praias tropicais e os bosques europeus setentrionais; a Arcádia pode ser encontrada tanto nas representações da paisagem quanto nas representações diversas que são inscritas na paisagem construída - respectivamente artializações *in visu* ou *in situ*.

O mesmo se dá com diversas outras representações presentes nas paisagens. As imagens da paisagem que são recriadas pelas representações desta paisagem ou pelo próprio projeto da paisagem construída, como visões individuais do criador, estabelecem uma distância em relação ao mundo do observador - em tempo, de idéias ou de lugar.

Este distanciamento entre homem e ambiente é maximizado atualmente pelas inúmeras representações de paisagens naturais e construídas que são reproduzidas incessantemente e apresentadas de modo fugidivo e repetitivo pelos meios de comunicação.

Um outro distanciamento decorre do próprio processo de abstração necessário a uma produção estética da imagem, seja ela uma paisagem apenas representada, seja uma paisagem construída. Na própria necessidade de estruturar e organizar idéias criativas sobre o espaço.

Uma das visões da paisagem propostas por Meinig (1979) é a visão da paisagem como estética: nela, todas as formas específicas da paisagem estão dissolvidas na linguagem da arte (como cor, textura, massa, tensões e equilíbrios).

Ver a paisagem apenas como imagem significa compreender algumas questões como questões restritas à arte: critérios de beleza e de verdade e significação da arte. Estes significados que não estão implícitos na paisagem criada (representação ou ela mesma) e a riqueza e a validade da sua imagem dependem da sua capacidade de comunicação com as almas e psiques.

Exemplos de abstração extrema, de supressão de outros significados que não os da arte, estão nas obras do artista plástico americano Jackson Pollock, facilmente associáveis a representações de paisagens, porém sem um contato com o mundo social e coletivo do observador (a arte pela arte?). Em obras sem nome, o que se vê são paisagens abstratas e distanciadas que se aproximam de posteriores imagens de satélites do território.

Mas aqui, não nos deteremos nas relações entre a paisagem e as 'paisagens' - pinturas e outras representações artísticas da paisagem, um desdobramento temático que se liga ao campo dos estudos da filosofia e estética, bem como da história e teoria da arte.

Uma paisagem concreta, construída, encerra inúmeras outras funções objetivas que não aquelas da arte - pela presença física no espaço das atividades humanas e pelo contexto social local - e há, portanto, uma distância entre a imagem de uma paisagem e esta. Porém, se a materialidade de uma paisagem real, existente e presente pode aproximá-la do indivíduo, isto não impede que sua apreensão seja imaterial e afastada.

Este é o caso das paisagens que são vistas em um tempo de apreensão fugaz através de janelas dos meios de transporte. Estas são paisagens que se tornam análogas àquelas das imagens dos meios de comunicação: implicam em um distanciamento e alienação e podem induzir mais a um consumo do que a uma fruição dos espaços.

Em resumo, inserir na paisagem o sentido de representação imagética que está presente nos termos 'paisagem', '*landskip*'<sup>13</sup>, e também em '*fengjing*' consiste em ver a "paisagem como dispositivo, primordialmente visual e por vezes também icônico ou significante"(Corner, 1999-b: 158). E consiste em compreender que, para que fossem estabelecidas estas representações, as civilizações tiveram que desenvolver um distanciamento em relação à paisagem - território.

Destaque-se o que aponta Berque (1995) sobre a artialização - a transformação do sítio em arte e do olhar sobre o sítio em olhar sobre a arte: para ele, esta é uma das modalidades da motivação paisagística. Para Berque, a motivação paisagística é um termo mais geral,

fundado pelo "sentido da relação de uma sociedade com o seu meio ambiente" (1995: 181), o que ele define como 'mediância' <sup>14</sup>.

Assim, as questões referentes à paisagem na arte e também à arte na paisagem tangenciam a nossa tese. Porém, nosso interesse maior está em compreender as artializações *in situ*: aquelas que se sucedem no ambiente construído e no projeto da paisagem.

De todo modo, "Paisagem e imagem são inseparáveis. Sem imagem, não há tal coisa como uma paisagem, só um meio ambiente não mediado". (Corner, 1999-b: 153). Portanto, uma paisagem-imagem é também uma paisagem. E uma paisagem em verdadeira grandeza é simultaneamente imediata e mediada.

#### 4.4 - a paisagem como cenário

O domínio visual obtém primazia sobre outros sentidos da paisagem. Consideramos que a paisagem se transfigura em um sinônimo de cenário em uma grande parcela dos discursos ordinários.

O termo paisagem assume um sentido de cenário quando, a um meio ambiente concreto é atribuído o papel de uma representação, uma imagem. A paisagem como um cenário, antes de significar um cenário em que as 'representações' do cotidiano se realizam e no qual que os 'atores sociais' se movimentam, é vista como um cenário para as 'cenas' urbanas assume um sentido de simulacro. A paisagem vista como um cenário é uma paisagem passiva, fundo para uma cena, uma *mise-en-scène*.

Meinig aponta que " a idéia mesma da paisagem como cenário é um desenvolvimento surpreendentemente tardio na cultura ocidental, requerendo, como requer, uma especial separação consciente pelo observador" (1979: 46). Este distanciamento entre sujeito e objeto se efetiva tanto quando o que ocorre é uma interpretação de uma paisagem existente como tal, quanto quando se observa é a lógica da de uma construção, intervenção na paisagem contemporânea.

O projeto da paisagem surge para organizar visual e didaticamente, as representações mitológicas, sagradas, políticas e iluministas pertinentes a cada tempo. Compreender um ambiente estruturado, resultado de uma dada sociedade, como um cenário, é julgar que há neste projeto uma intenção de *mise-en-scène*, no sentido de simulação: uma teatralização em que à paisagem cabe o papel de mascarar contradições e desigualdades sociais existentes. Tomando este aspecto da paisagem como cenário, trata-se de falar das construções de ambientes impostas pelos grupos que detém o poder como um prosccênio.

A monumentalidade é a forma mais evidente, em diversas civilizações, desta demonstração de poder na paisagem: seja por dispositivos da sua estruturação, como a ordenação de percursos e visuais; seja pela magnitude e amplidão dos horizontes de uma paisagem desenhada; ou seja, pelos efeitos dimensionais dados pelas edificações, como a verticalização e o isolamento de volumes.

Pode se compreender deste modo o visível, o que deve ser visto, como o que está na paisagem e que se opõe aos 'bastidores': o mundo dos outros, do invisível, do pobre e do feio. Ambos os mundos seriam excludentes, a cidade seria o cenário, o 'palco da vida', a paisagem e o que estivesse fora disto seria subúrbio, periferia, não-cidade, não-lugar, não-paisagem. Esta seria uma linha ideológica de ver a ideologia, que, porém restringe a sua compreensão. Há inúmeras outras pretensões e representações, além destas, que estão presentes na paisagem e, como aponta Berque: "A paisagem permanece essencialmente a modalidade visual da nossa relação com o ambiente" (1994: 27).

Enfatizamos, como Daniels e Cosgrove (1993), que hoje, as metáforas de sistema e organismo, tecnológicas e científicas, que enfatizam a função, cederam lugar a metáforas de espetáculo, teatro e texto, que enfatizam o significado. Acreditamos que isto se deve em parte ao modo de produção e reprodução dos ambientes, e também ao seu consumo - o que faz com que nas paisagens de hoje predominem o espetáculo e teatralidade. Destaque-se que: "As metáforas de espetáculo, teatro e texto são altamente maleáveis e carregadas com implicações ideológicas" (*ibid.*: 58).

Além disto, Cosgrove e Domosh (1993) apontam que: "ao substituirmos a metáfora da paisagem como um sistema para a paisagem como um teatro, por exemplo, nós nos tornamos mais conscientes precisamente da metáfora como uma metáfora"(p. 31). Eles consideram que, com estas e outras metáforas culturais, "fomos forçados a abandonar aquela inocência da representação"(p. 31); de modo que "estamos somente conscientes demais de que todo o conhecimento é culturalmente construído e pode ser tão prontamente desconstruído" (*loc. cit.*).

Estas novas metáforas para a paisagem, que conformam visões de mundo, são "ligadas ao reino da cultura e das artes: texto, teatro, mapa e pintura", "áreas da atividade humana que são conscientemente representacionais" (*loc. cit.*). Acrescentamos aqui, mais adiante, para tratar da paisagem como cenário aquelas metáforas advindas do cinema.

A analogia entre cidade e teatro sempre esteve presente. No século XVII, se representou a cidade como um cenário duplo, dividido para uma tragédia ou para uma comédia, que correlaciona um ambiente arquitetônico clássico e 'austero' à primeira, enquanto à segunda corresponde um conjunto edificado de aspecto pitoresco e burlesco.

Esta oposição entre clássico e anti-clássico, que não é apenas estilística, mas implica em um outro sentido, estruturante, se manifesta na arquitetura e também na manipulação dos elementos naturais para a conformação de jardins e parques. Neste sentido, o contraponto mais extremo se dá, na história da paisagem, entre os modelos do jardim barroco francês, surgido no século XVII e do jardim romântico inglês, a partir do século XVIII. Ambos são cenários para uma outra realidade em relação à de seu tempo.

Nos jardins de Le Nôtre, no século XVI, a monumentalidade e o controle visual das proporções estão eficientemente a serviço de uma imagem do Poder absolutista. A regularidade da estrutura formal e a simetria a partir do eixo central representam para este poder, a ordem. A ampliação dos domínios a partir de uma visão perspectiva infinita

representa o próprio domínio do território. E o rígido controle da escala e da forma dos elementos vegetais apresenta claramente o domínio sobre a natureza recriada.

Estes jardins franceses efetivamente serviram como cenários para uma *mise-en-scène* do poder, as festas da Corte onde espetáculos teatrais, gastronômicos e pirotécnicos, entre outros, compunham o espetáculo da representação social da aristocracia<sup>15</sup>.

Nos jardins ingleses que são construídos a partir do século XVIII, a busca de um cenário é explícita: uma recriação do Éden. Mas a idéia central é tornar a presença do homem mais 'discreta'. O desenho é estudadamente irregular, estruturado por uma composição que equilibra pictoricamente os elementos da paisagem. Esta composição, influenciada pelos jardins do extremo Oriente, organiza os elementos no espaço de modo variado e com um percurso que é compreendido não de princípio, mas a partir das surpresas que serão encontradas.

A composição recria, de certo modo, um desenvolvimento orgânico, natural: uma natureza recriada. A ausência de delimitações marcantes da propriedade, por sua vez, pode ser compreendida como representativa de uma abertura para o mundo, de uma democratização. De todo modo, os autores destes jardins; neste período da Inglaterra realmente 'mais democrático' do que na França pré-revolução; fizeram um contraponto ao absolutismo dos jardins franceses e a idéias de projeto como a arte topiária, julgada então ridícula.

Perceba-se, porém, que o domínio da natureza, embora em verdade maior do que antes - tanto no aspecto botânico, do plantio e conhecimento das espécies, quanto no aspecto das técnicas - é apenas dissimulado. E percebe-se também que, nos jardins de Capability e Repton, os proprietários encontram, na abertura e na diluição da monumentalidade, apenas um outro tipo de representação da ordem e estabilidade social, ou apenas um disfarce mais sofisticado e 'civilizado' do poder das elites<sup>16</sup>.

Um caráter efetivamente mais democrático só será encontrado nos jardins e parques públicos que surgirão a partir no século XIX, com influências do jardim inglês na sua estruturação, mas também, muitas vezes, incorporando soluções dos jardins barrocos franceses<sup>17</sup>. Notamos que as duas soluções, que se estendem em projetos paisagísticos até meados do século XIX, atendem a questões diversas: junto a edificações principais do conjunto paisagístico, a solução do desenho tende a ser axial e mais rigidamente regular e geometrizada, enquanto que para o contato e fruição da 'natureza', predomina a irregularidade da composição. Neste exemplo, o grau de formalidade do uso corresponde ao grau de formalidade do desenho. Assim, dito de outra maneira, trata-se de uma oposição entre formal e informal<sup>18</sup>.

Embora esta possa ser considerada uma gradação, da arquitetura à vegetação, esta oposição do desenho entre é em verdade uma das questões de projeto - seja ele de paisagismo, de urbanismo ou da arquitetura. A opção entre uma ou outra estratégia é uma opção que essencialmente diz respeito à construção do cenário, o aspecto visual do ambiente: a paisagem.

Neste sentido de cenário, o projeto da paisagem pode ser visto somente mais um artifício para uma elitização do espaço. Mais 'democraticamente', a presença da paisagem é o pré-requisito para o acesso à cidadania, através de certo grau de qualidade para uma parcela dos moradores de um empreendimento popular ou para um trecho da cidade. Esta qualidade está representada pela presença de elementos paisagísticos que se referem à natureza, à vegetação, à arte, à qualidade ambiental e ao conforto ambiental.

Mas esta qualidade é principalmente atestada por uma estetização. Os cenários estruturados para amenizar a condição ambiental têm o papel de embelezar e sublimar o mundo e as coisas do mundo, e a existência dos que o observam na paisagem. Mas isto pode ser negar as contradições do contexto, e entregar o ambiente a um consumo. Portanto, uma elitização é efetivada através de uma estetização. Deste modo, como aponta Corner (1999-b: 157):

"É através da estilização (do design), claro, que se imbui a paisagem de alusões à identidade regional e cultural, habilitando os seus ocupantes a acreditarem que eles são realmente parte de uma sociedade coletiva, refinada e iluminada. Isto é freqüentemente uma ilusão, entretanto, porque a única participação real é aquela do 'pequeno consumidor' em várias culturas estéticas de consumo. "

A paisagem edificada e natural pode nos apresentar a face do poder, da natureza, da beleza, do humano e do inumano. Quando se observa a paisagem como um cenário, uma separação entre sujeito e objeto está presente. O sentido de distanciamento está presente na própria idéia que a paisagem implica. Smith aponta que "o deslocamento do sujeito acontece porque para o olho que foi propriamente educado uma paisagem se apresenta como um espetáculo, uma conduta que por sua vez cria a posição de espectador. " (1993: 78).

Isto ocorre em parte porque há um intervalo de tempo e contexto cultural entre o momento da sua concepção e também um intervalo entre o que concebe e o que percebe e vivencia a paisagem. Outros distanciamentos: entre os modos de produção e o indivíduo, entre o indivíduo e a terra/ território, entre o privado e o coletivo/ público. Guarda-se também uma relação entre a emergência do sujeito e da subjetividade e a primazia do ego, do indivíduo e do privado: as 'tirantias da intimidade' de que nos fala Richard Sennet (1974). A alienação social e individual estaria assim representada na paisagem.

O geógrafo Jonathan Smith (1993) interpreta eficientemente como funciona esta ausência na paisagem. Ele aponta que a paisagem, quando considerada como um texto visual, tende a descontextualizar tanto o seu assunto quanto seus objetos, e a se tornar o que Barthes chamaria de um "signo vazio". Assim, com o passar do tempo, a paisagem perde sua artificialidade inicial, assume a aparência de algo natural e, deste modo, escapa ao controle de quem a projetou ou das autoridades. Os impulsos ideológicos da sua formação não são visíveis aos usuários, que escapam para uma paisagem com valores ilusórios.

Seu argumento central é o de que a paisagem está impressa com uma comunicação de pretensões sociais por grupos e pessoas privilegiados, e que estas pretensões são estabilizadas por este deslocamento espacial. Para ele, o espectador, ao olhar a paisagem como cenário, é transformado em uma espécie de voyeur.

A paisagem pode ser então um "cenário para a vida relembrada", que parece oferecer, com sua presença, um "senso de completude, de estabilidade, de permanência" que Lowenthal (1985: 62) identifica como atributos valorizados do passado"(*ibid.*: 79). Há múltiplos prazeres nesta retrospectiva, entre estes 'a sensação de afastamento e a luxúria da indiferença', portanto:

"É a sensação de transcendência fornecida pela elevação metafórica da memória que a paisagem, tratada como um cenário, involuntariamente, reproduz e evoca. É esta fuga parcial da paisagem do fluxo temporal que a paisagem, tratada como cenário, representa, sem falhar, como uma ocorrência" (Smith, 1993: 79)<sup>19</sup>.

Smith exemplifica esta suspensão temporal citando dois filmes, nos quais cenas luminosas estão removidas das tragédias que se sucedem, e cuja "similaridade real é a sua semelhança com a finalidade plácida da memória, a sua sugestão quase errônea de que os personagens escaparam o fluxo temporal." (1993: 80). Para ele, há um 'presságio ausente' nestas cenas, um tipo de nostalgia no tempo presente, e elas fortemente com uma paisagem estetizada', de modo que "oferecem um alívio breve da ordem de prisão, ou mesmo terror, do futuro"(*loc.cit.*). Portanto, o que isto sugere é que:

"Nós acreditamos que nós saímos da história quando entramos em uma paisagem estetizada, uma paisagem que parece fecunda em sentido quando, e talvez precisamente porque, ela emite qualquer referência àquilo que se seguirá. A sua aura de significação pungente deriva da ausência de presságios da dor que virá" (Smith: 1993: 80).

Podemos dizer que ver este distanciamento da paisagem em relação ao fluxo temporal é quase poético. Aponta-se para a paisagem como um cenário em que se espelha uma subjetividade. Refere-se a símbolos que acreditamos não estarem apenas inscritos como um texto (como diria Smith), mas antes de tudo incorporados nas paisagens, como por exemplo, quando há cenários de uma beleza natural organizada.

Note-se que investigar estas inscrições na forma da paisagem, tarefa que em princípio assumem os estudos ligados à Semiótica, é para tentar compreender o que está visível na paisagem presente, que denuncia as idéias representadas na sua construção, manutenção, usos e apropriações.

Apesar de termos feito uma breve leitura de algumas das representações históricas presentes nos projetos da paisagem, não pretendemos apenas reiterar o papel político evidente das paisagens como cenários, no sentido de simulacros e artifícios de perpetuação do poder. Pretendemos também valorizar também o papel cultural da paisagem como o cenário para um desenvolvimento do conhecimento, da sociedade e das visões de mundo.

Hoje, diversos projetos de arquitetura da paisagem, bem como de arquitetura e também de *landscape art*, estão explicitamente conscientes do papel cultural da paisagem cênica, e das metáforas culturais nela presentes - e incorporam isto ao seu conceito. A paisagem surge então para falar da paisagem – uma metalinguagem. Então não apenas é paisagem, ela

mesma, mas conscientemente se torna cenário - imagem e representação da idéia de paisagem.

Se a paisagem simboliza um distanciamento para o homem moderno, um cenário em que importa apenas o aspecto visual, priorizando assim que haja uma contemplação, a sublimação, o consumo, dos quais decorrem uma estetização e estandardização alienantes, como recuperar o sentido da paisagem?

Considerando-se a paisagem como um cenário, acredita-se que há também soluções que se desdobram na própria realidade inerente à paisagem. Smith (1993), como vimos, aponta que há na paisagem como cenário uma comunicação de pretensões sociais por grupos e pessoas privilegiados. Ele aponta também que, embora "o texto da paisagem estabiliza estas pretensões através do feito do deslocamento espacial, a ironia desestabiliza destas pretensões expressas na paisagem e também desestabiliza "definições idealistas do meio ambiente de uma maneira que é salutar para a concepção pós-moderna de paisagem" (p. 78).

Uma resposta mais informal vem de Wim Wenders, ao buscar uma analogia entre paisagem urbana e cinema, diz que, para dar sentido a uma cena e proteger os personagens do filme contra visões sedutoras deles mesmos, ele trata as paisagens como personagens, com 'uma história, uma 'personalidade' e uma identidade que deve ser levada a sério" (1994:185). A resposta do cinema, dar significado e história, é para ele uma resposta aos projetos, para que a paisagem não seja um cenário alienado e alienante.

Para tanto, aliás, outras definições da paisagem devem ser reconhecidas: o da paisagem como natureza e o da paisagem como uma construção cultural.

#### 4.5 - a paisagem como natureza

O sentido de natureza, contido na paisagem, está presente nas suas definições primordiais, como uma representação da natureza ou como a natureza ela mesma.

Este aspecto da paisagem é enfatizado na expressão 'paisagem natural' - que se contrapõe à "paisagem construída" ou à "paisagem urbana" ('*townscape*'). Tuan (1974) diz que, no uso moderno, as palavras 'natureza', 'paisagem' e 'cenário' "compartilham de um núcleo comum de significado: cenário e paisagem são muitas vezes usados como sinônimos e ambos implicam em natureza" (*ibid.*: 152). Consideramos que o contexto da aplicação dos termos é que os define, mas isto ocorre somente nas imprecisões do discurso coloquial.

A paisagem, porém, **não é natureza**, como ressalta o antropólogo Tim Ingold (2000).

Para Ingold, assim como para nós, obviamente, "a natureza pode significar muitas coisas, mas este não é o lugar para um discurso na história do conceito." (2000: 191). Ele tem em mente:

" o sentido específico cuja fundação ontológica é uma separação imaginada entre o observador humano e o mundo, de modo que o observador tem de reconstruir o mundo, em consciência, antes de qualquer envolvimento significativo com ele. O mundo da natureza, é dito frequentemente, é o que se encontra 'lá fora'. Todos os tipos de entidade podem existir lá fora, mas não você e eu. Nós moramos 'aqui dentro', no espaço intersubjetivo marcado pelas nossas representações mentais". (*loc. cit.*)

Isto induz a uma lógica dualista; que opõe objeto e sujeito, material e ideal, operacional e reconhecido. Ingold critica uma distinção entre paisagem e natureza que se restrinja a este tipo de lógica. Em outras palavras, uma distinção que estipule que a natureza seja uma realidade física para a paisagem - sua construção cultural ou simbólica.

Ingold discorda de definições como uma que cita, feita por Daniels & Cosgrove: "Uma paisagem é uma imagem cultural, uma maneira pictórica de representar ou simbolizar o entorno" (1988:1). Ele rejeita as "divisões entre o mundo interior e o exterior - respectivamente entre a mente e a matéria, o significado e a substância - sob as quais esta distinção se baseia" (2000: 191).

Como argumento, cita em seguida uma frase de Meinig (1979:2): " A idéia da paisagem vai contra o reconhecimento de qualquer simples relação binária entre homem e natureza". Assim, para Ingold: "nem é a paisagem idêntica à natureza, nem é o outro lado da humanidade contra a natureza" (2000: 191).

Outros aspectos da definição de Ingold são relevantes:

" Em um mundo interpretado como natureza, cada objeto é uma entidade autocontida, interagindo com outras através de algum tipo de contato externo. Porém, em uma paisagem, cada componente envolve dentro da sua essência a totalidade das relações com cada e todo outro. Em resumo, enquanto a ordem da natureza é explícita, a ordem da paisagem é implícita (Bohm, 1980:172. *Apud.* Ingold, 2000: 191)<sup>20</sup>".

Na medida em que entendemos esta afirmação, uma visão fenomenal da paisagem nos parece a mais adequada para uma compreensão mais aprofundada da paisagem como natureza. Isto porque, como método, a fenomenologia está centrada em investigar o ontológico, o modo de ser das coisas, fatos, objetos, experiências, etc.; e não o ôntico, o mundo de coisas e fatos (ver Pickles, 1989: 252).

Uma breve volta à etimologia dos termos que designam a paisagem em chinês nos parece interessante. Como vimos *Shanshui*, uma paisagem representada, é termo composto pelos sinogramas 'montanha' + 'água'; enquanto que *Fengjing*, a sua ambiência, é 'vento' + 'cena', sendo que o radical de cena, 'sol', alude à 'luminosidade'. A partir disto, vemos que a paisagem, não como imagem, mas sim como ambiência, não é um conjunto de elementos naturais "representáveis", e uma cena em que há totalidade das relações com cada e todo outro estão presentes: a luz, a cena, o vento e o sol.

Concordamos com Augustin Berque que a artialização - a transformação do sítio em arte e do olhar sobre o sítio em olhar sobre a arte - é uma das modalidades da motivação paisagística. Assim, não se pode desvincular o papel das visões da paisagem na representação da natureza. Mas, inversamente, consideremos que esta recriação da natureza original é a motivação paisagística mais forte da história da arquitetura paisagística.

Assim, lembremos que a artialização é apenas uma das motivações paisagísticas, fundadas na 'mediância'. Como arquétipos que se instalam sobre arquétipos construídos sobre os arquétipos da natureza, estas representações da paisagem e as paisagens do passado estruturam a construção da paisagem.

Em uma paisagem definida como 'uma cena de vento e sol, com luz', aparece um sentido de natureza contido na paisagem. Porém, a paisagem é aqui um todo no qual é possível visualizar o que nos aponta Ingold (2000), que dentro da essência de cada componente está envolvida a totalidade das relações com cada um dos demais. Portanto, a paisagem se manifesta. E temos como fundamento que a paisagem não é idêntica a natureza, nem se opõe a ela.

Podemos desenvolver esta idéia. Primeiro, pode se dizer que hoje praticamente não há uma natureza 'original', 'intocada', na medida em que mesmo as reservas naturais são - em última instância - decisões humanas. Os exemplos são inúmeros, mas citemos o que nos relata Schama sobre o processo de colonização da América: ele relata que, embora o monte Yosemite e seu prado reluzente e edênico fossem representados e considerados pelos colonos como uma paisagem sem vestígios da presença humana, este prado, porém, era em verdade resultado das queimadas realizadas pelos índios Ahwahneechee (Schama, 1995:17-20).

Se compreendêssemos a paisagem como contraposta à natureza, poderíamos considerar que não há mais natureza: tudo é paisagem. No entanto, como Ingold, abolimos esta oposição, pois "o meio ambiente não é mais natureza do que a paisagem é uma construção simbólica" (2000:193). E nos dirigimos a uma definição de paisagem mais objetiva e abrangente. Para nós, há dois aspectos da relação entre paisagem e natureza que julgamos relevantes, presentes na definição da paisagem como sendo "sempre, ao mesmo tempo, **ecológica** e **simbólica**" (Berque, 1995: 33).

Esboçemos o primeiro destes aspectos, o da **paisagem ecológica**. Reconhecer na paisagem reflexos de considerações verdadeiramente ecológicas não é uma conexão imediata nem mesmo o senso comum, na medida em que a paisagem sempre esteve associada ao efeito estético da natureza na cultura mais do que a uma sustentabilidade. No máximo, os efeitos de uma paisagem são vistos como amenidades visuais ou climáticas. Do ponto de vista dos estudos em percepção ambiental e psicologia do ambiente construído, é reconhecido como evidente que há uma preferência por ambientes naturais.

Voltando aqui ao aspecto da representação, notemos que a natureza é uma motivação da paisagem; ou então que: uma paisagem pode ser um cenário natural. Assim, um cenário/

paisagem que pode conter, não apenas "representações do poder" de grupos e indivíduos sobre os demais, mas do domínio daquela sociedade/ civilização sobre a natureza.

Um exemplo disto: é comum associar-se uma presença de áreas verdes e de níveis de conforto ambiental a uma preocupação ambiental efetiva, ecológica. No entanto, estas áreas verdes podem ser somente representações de uma qualidade ecológica. E, além disto, dependendo da localização e do desenho, estas áreas verdes podem funcionar apenas visualmente, não dando acesso e possibilidades de fruição para os usuários - podem inclusive se configurar como sobras de estruturas viárias tornadas verdes. Cenários estetizados, ideologizados e alienados de um meio ambiente em verdade destruído, apenas representações pífias de uma natureza original.

Portanto, quando tudo já mudou na paisagem urbana e a natureza se distanciou, os espaços com tratamento paisagístico que restam - sejam os antigos parques e a arborização da cidade quanto os pequenos jardins fronteiros dos edifícios e os vasos de vegetação - podem ser como sinais da sua ausência: epitáfios. Uma natureza ou uma paisagem que no seu sentido primeiro e primordial já não mais existem. O campo cada vez mais foi tornado subúrbio, afastado pelo subúrbio, e hoje o campo não é tão mais natureza do que a cidade.

Deste modo, se estabelece uma oposição entre cultura e natureza. Em relação ao desenho da paisagem, esta oposição pode ser vista, de modo similar àquela entre formal e informal, ou então entre paisagem artificial e natural. Mais precisamente, esta oposição se dá entre a cultura representada na natureza e a natureza representada na cultura.

Como integrar cultura e natureza na paisagem? Em relação aos projetos da paisagem, as questões ecológicas encontram diferentes possibilidades.

Uma destas é a dos projetos de paisagismo propriamente dito, que podem – ou deveriam – agregar soluções no sentido do desenvolvimento sustentável, da preservação e recuperação de ambientes naturais. Perceba-se que esta é uma preocupação bem recente, que nos novecentos era raramente introduzida como elemento principal em um projeto paisagístico. Os parques urbanos tradicionais muitas vezes não têm sustentabilidade, e sim algum custo ambiental. Fornecem solo permeável, mas são geradores de detritos e de matéria orgânica de podas para a cidade.

Outra possibilidade é um plano ecológico incorporar soluções 'paisagísticas', ou seja, ordenar os espaços segundo critérios estéticos e inserir elementos para estimular a fruição ordenada da paisagem criada. Isto se constitui também em uma estratégia didática. Spirn (1984) nos lembra que, já no século XIX, o projeto de Frederick Law Olmsted para o sistema de parques de Boston, o Emerald Necklace, é simultaneamente um projeto de drenagem para o controle de enchentes e melhoria da qualidade das águas da cidade.

Um dos maiores desafios é, porém, em instalações industriais ou em obras de infraestrutura, introduzir estratégias ecológicas conjugadas a um projeto da paisagem. Ou então, recuperar áreas degradadas, como áreas de extração mineral, com um tratamento paisagístico que seja fundado em uma preocupação ecológica.

A estratégia objetiva destes projetos é observar a paisagem como um sistema, como propõe Meinig (1979).

Assim, há outra possibilidade, inversa, de se considerar que tudo é natureza - uma parte de um sistema natural. Considerar apenas uma forma técnica e científica de se abraçar o desenho da paisagem seria absurdo, mas uma visão sistêmica é a indispensável maneira de se compreender o a importância dos processos naturais no desenho da paisagem.

No entanto, os critérios subjetivos, que encerram possibilidades de valorização dos significados da natureza para os usuários, não podem ser desconhecidos para uma potencialização da apropriação dos espaços - concreta e simbólica. E podem introduzir, didática ou sutilmente, uma visão ecológica.

Uma outra abordagem é simbólica: reconhecer que, antes de tudo, como um princípio, que a paisagem é a memória de uma natureza original. Portanto:

"Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha." (Schama, 1995:70).

As paisagens naturais remetem a um cenário original da natureza, o que suscita certa 'nostalgia' (Meinig,1979); e se deve à presença de ontologias da transcendência nesta natureza original, como aponta Norberg-Schulz (1980) em seus estudos sobre a fenomenologia da paisagem e do lugar. Este aspecto é enfatizado na definição de Meinig (1979) da paisagem vista como natureza. Nesta visão, as ações humanas sobre a terra são meros arranhões na pele da 'Mãe Natureza', de modo que:

"Tal observador é sempre tentado a remover o homem da cena, a restaurar a natureza a uma condição anterior, a revestir as montanhas com a floresta primitiva, a limar os assentamentos, curar as feridas e a remendar o tecido natural. É uma visão antiga e profundamente enraizada que separa homem e natureza." (p. 35)

Podemos dar como exemplo evidente desta visão, característica do Romantismo do século XVIII, as representações pictóricas de paisagens pastorais que encerram uma visão da natureza organizada na paisagem como representações do justo e do bom - do paraíso. Esta "visão da natureza como pura, fina, boa e verdadeiramente bela", como aponta Meinig, tem grande influencia no conhecimento científico do século XIX.

Porém, ressalte-se que, inversamente, (e Meinig também reconhece isto) uma visão romântica não expressa apenas uma separação entre homem e natureza, mas sim um desejo de comunhão entre homem e natureza, uma recuperação de um estado original. As aventuras alpinas dos setecentos que nos descreve Schama são casos contundentes deste desejo de comunhão com o bom da natureza: a veneração e busca de purificação estão presentes nas escaladas e passeios cada vez mais audazes.

Portanto, é possível perceber que a paisagem é como um reduto da memória social da natureza original e também da relação julgada mais harmônica entre sociedades e natureza. Estes são os aspectos trabalhados por Schama (1995) ao tratar das relações entre paisagem

e memória. Ele faz uma leitura da presença da natureza através da história e da memória coletiva e sugere que a paisagem pode ser entendida atemporal e universalmente, quando se pensa em símbolos ou arquétipos. Assim:

"Perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais" (*ibid.*: 27).

Aqui, falar de natureza é também falar da paisagem simbólica, e do que se refere à relação das paisagens com as cosmogonias e mitos de origem.

Schama resume bem a atuação de dois autores que são referências seminais para a compreensão dos arquétipos: Carl Jung, para quem a universalidade dos mitos da natureza atestava sua indispensabilidade psicológica no trato dos medos e anseios interiores; e Mircea Eliade, antropólogo da religião, que argumentava que os mitos da natureza sobreviveram plenamente operacionais, tanto nas culturas modernas quanto nas tradicionais.

Para tratarmos destes arquétipos, introduzimos duas noções. Primeiro a que Norberg-Schulz (1979) denomina em seu texto como "coisas": os 'elementos naturais concretos'. Ele nos lembra ainda que "Sendo as 'coisas' naturais dos primórdios, pedras, vegetação e água fazem com que um lugar seja sagrado, nos termos de Eliade (Norberg-Schulz, 1979: 27). Ele aponta também que uma grande parte das antigas cosmogonias explica que a criação se deu através de um 'casamento' entre o céu e a Terra, sendo este "o ponto de partida para uma diferenciação das coisas" (*ibid.*: 25).

Façamos aqui uma breve digressão, com um título de artigo de Corajoud:

**"A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se encontram"** (1982:37).

Nesta frase, a paisagem figura como o horizonte - aliás, o '*sky-line*' ou linha do céu - o limiar entre a existência mundana e finita e a uma dimensão desconhecida, um espaço mitológico e infinito a que eventualmente ascenderíamos. Norberg-Schulz nos lembra que, nas antigas cosmogonias, a criação é muitas vezes "compreendida como um 'casamento' entre o céu e a terra", e deste casal, de diferentes modos, são gerados os deuses, os mitos, as forças, e tudo mais. A paisagem simbólica pode então, como divina, se inserir em visões religiosas ou espiritualizadas, mas também, como penetrar como sensação, percepção e sentimento, nos universos psicológicos individuais. O que destacamos aqui é que a paisagem como 'o limiar' significa que esta é vista na sua totalidade, como "tudo que se abrange num lance de vista". A paisagem como o todo presente na relação entre céu e terra, homem e divino, homem e ecúmeno.

Saindo desta totalidade para cada um dos elementos estruturadores da paisagem, podemos tratar do que Berque denomina de 'ecossímbolos'. Ele os define como entidades ambivalentes que "pertencem tanto ao meio ambiente quanto ao nosso olhar sobre o meio ambiente" e "que existem não mais como coisas, do que como espera e antecipação destas mesmas coisas" (1995: 33). Para Berque, os ecossímbolos - que ele exemplifica com a

pradaria, o arrozal, e o pasto nas montanhas - são "essenciais para a paisagem, eles a motivam e dão sentido" (*loc cit.*).

Berque ressalta que os ecossímbolos "não ascendem a uma condição paisagística senão a partir do momento em que certo conjunto de representações os configura em um esquema estético explicitamente paisagístico"(1995: 34).

Para ele, a "conjunção entre realidade factual e atenção sensível" presente nos ecossímbolos é "a motivação que faz com que certa sociedade organize seu espaço segundo um certo sentido" (*loc.cit.*), e que haja pertinência e apreciação deste sentido.

Norberg-Schulz, adota o termo 'coisas' para descrever os elementos naturais concretos. Para ele, "o casamento entre céu e terra é o ponto de partida para uma posterior diferenciação das 'coisas' " (1979: 25). Como exemplo, fala sobre a 'montanha', que pertence à Terra e se eleva aos céus, e pode ser considerada como um ponto de encontro entre zonas cósmicas, um *axis mundi*.

Ambos os termos, 'coisa' e 'ecossímbolo', se referem aos elementos da natureza, sendo que o segundo é mais abrangente e evidente para a nossa discussão, e encerra o papel simbólico das coisas naturais originais.

Notamos, porém, que os exemplos de ecossímbolos dados por Berque são muito evidentemente de áreas naturais culturalizadas, um reflexo da situação dos ambientes naturais europeus modificados em quase toda a sua extensão pela apropriação humana. Sobre isto, é interessante notar que Jackson (1986: 65) observa que os americanos tendem a achar que a paisagem pode significar um cenário natural, enquanto que, na Inglaterra uma paisagem quase sempre conteria um elemento humano.

Voltando ao papel da memória na paisagem, o trabalho de Simon Schama (1995) contém inúmeras histórias sobre os símbolos contidos na mata, na água e na rocha. Ele, porém, não organiza formalmente 'categorias simbólicas' que estejam ligadas a estes símbolos. Aqui, nos (des)organizamos similarmente para comentar brevemente sobre alguns destes ecossímbolos na paisagem.

Primeiro, sobre a mata e a vegetação. Schama nos aponta que a mata é símbolo do primitivo, e por extensão da relação próxima com o divino, da liberdade, e como um símbolo da gênese original de um grupo social. Ele ilustra então o papel da mata e da árvore como símbolos adotados para a constituição de identidades culturais e nacionais. Isto, mais do que a necessidade real, isto justificou os primeiros empreendimentos preservacionistas e ambientais - como a conservação de áreas e o reflorestamento. Ele esboça resumidamente como a influência dos mitos da floresta e da árvore nas vontades nacionais.

Norberg-Schulz (1979) comenta que na árvore "terra e céu estão unidos", devido à sua elevação, mas ao seu crescimento e à sua vida. A vegetação é assim, em geral, uma manifestação de realidade viva. A partir de Eliade, ele comenta que a árvore é o universo para uma mente primitiva religiosa. Schama (1995) comenta sobre a árvore da vida, e

também sobre as associações com a ressurreição presentes na cruz de madeira: a cruz verdejante. Ele aponta que o bosque "vem ao encontro de um de nossos maiores anseios: o de achar, na natureza, um consolo para nossa mortalidade", como "uma promessa anual de renovação da primavera" e também como um "cenário adequado para receber nossos restos terrenos" (p. 25).

Há também um lado assustador nas florestas, o que Schama exemplifica com as representações presentes nas histórias dos irmãos Grimm. A parte os perigos reais da floresta, considere-se a sensação do interior da floresta que nos lembra Bachelard: há nela uma impressão de se "afundar mais e mais em um mundo sem limites", perdendo o sentido de orientação (Schama, 1995)<sup>21</sup>. Por isto, como aponta Norberg-Schulz, quando a mata tem uma extensão limitada, "ela se torna inteligível e positivamente significativa", e também por isto "O Paraíso tem sido de fato imaginado como um bosque ou jardim delimitado ou fechado" (1979: 27).

Na história da paisagem, um outro aspecto da vegetação que praticamente se opõe a da floresta: a idéia de 'prado'. O prado se refere a uma natureza amiga, não hostil, em que não há perigos 'escondidos': a visibilidade do horizonte predomina.

Schama aponta que "os paladinos do bucolismo suburbano da América no século XIX, como Frank Jesup Scott, prescreveram tapetes de grama em jardins sem cerca para expressar solidariedade social e comunidade, o antídoto imaginário da alienação metropolitana." (1995:26). Esta idéia de uma ordem 'natural' já está, porém, presente, nos jardins românticos que surgem no século XVII. Nestes, extensas áreas com pisos e forrações dominavam a superfície das propriedades, e as vegetações em maior altura se distribuíam a partir de uma estratégia aparentemente aleatória. Do mesmo modo, os parques adotam este modo "natural" de composição.

Por outro lado, a imagem do prado como imagem da civilização também é recorrente. No contexto da ocupação do solo brasileiro, por exemplo, além do verde como um perigo, havia a idéia do verde a ser vencido pela civilização. Não apenas devido aos amedrontadores arquétipos primitivos da selva 'escura' e 'inóspita'. Mas também porque a floresta, como outros ecossistemas naturais, era um obstáculo à ocupação, à passagem, ao acesso aos minérios; mais do que apenas o abrigo de uma fauna 'perigosa'; de répteis e grandes mamíferos. Além disto, a floresta era – e é- também vista uma fonte pujante de recursos a serem consumidos.

No entanto, se o verde da floresta representa o primitivo, mas o verde da cidade pode ser lido como a modernidade. Um exemplo: no Brasil, o processo de arborização das cidades fez parte da sua modernização, no século XIX, e agrega também a implantação de diversos parques e passeios arborizados. Não por acaso, esta arborização adota modelos europeus, e implanta muitas espécies exóticas.

Na situação atual brasileira, pode se dizer que a vegetação urbana tem uma função cosmética. O próprio status da residência urbana está ligado à presença de áreas livres, que podem ser verdes - às dimensões do lote que possibilitam um descolamento da edificação

dos seus limites. Mesmo hoje, com o adensamento das áreas mais centrais pela verticalização e no decréscimo da morada urbana, a presença de áreas verdes é um elemento diferenciador para o estatuto da elite. O que nos informa isto é a ênfase no tratamento paisagístico tanto das áreas comuns em edifícios e condomínios (verticais ou horizontais) quanto das áreas privadas diversas (inclusive aquelas das novas residências unifamiliares nos padrões suburbanos dos condomínios). Por outro lado, nas grandes metrópoles brasileiras, observa-se que não há um crescimento substancial das áreas verdes públicas. Pelo tipo de expansão periférica, podemos notar que a irregularidade e escassez da distribuição de praças e parques públicos, bem como da própria arborização, se tornam cada vez mais frequentes nas áreas urbanas.

Porém, note-se que a idéia de 'prado' e de 'área verde' urbana pode estar regida apenas por referências simbólicas e imagens de 'conforto ambiental' - o que significa uma ignorância em relação à necessidade de sustentabilidade e de preservação de ecossistemas naturais. Como observa Schama sobre estes símbolos vegetais:

"A prescrição do jardim suburbano para curar as aflições da vida na cidade designa o gramado como remanescente de um velho sonho idílico, embora seus pastores de cabras e suas debulhadoras tenham sido substituídos por tanques de pesticida e ceifadeiras industriais. E é exatamente porque se está sempre cobrindo lugares antigos com o adubo da modernidade (transformando-se a floresta primitiva, por exemplo, em "parque da natureza selvagem") que é difícil discernir a antiguidade dos mitos em sua essência. De qualquer modo, ela está ali. " (1995:26)

De todo modo, mesmo sem a floresta, o mito da árvore da vida é recorrente - uma imagem arquetípica que se relaciona à imagem da árvore como abrigo e como provedora de alimento.

A idéia da árvore da vida é também associada à da ressurreição. Em parte, pela via da religião - e, aponta Schama (*op.cit.*), à idéia da cruz de Cristo. No entanto, é interessante notar que é apenas nos países temperados que a idéia da primavera se liga diretamente à ressurreição, após invernos de cuja aridez re-emergem as folhagens. Apesar de haver uma transposição cultural desta idéia através da perenidade da árvore natalina, fazemos uma ressalva que Schama não percebe: estes sentidos da árvore certamente se modificam para os habitantes de um país tropical, mesmo que eles tenham consciência da dissonância das imagens natalinas de brancos invernos.

Dentre os elementos da paisagem, damos destaque à vegetação porque é esta que define basicamente a idéia de paisagem e de um projeto paisagístico. Assim, aqui não introduzimos as interessantes discussões sobre a simbologia da água, como fonte da vida e elemento da gênese. Ou sobre as rochas, que; como nota Schama; são 'rigidez e onipresença'. Mas embora não destrinchemos estes e outros ecossímbolos aqui, o seu papel está intrinsecamente incorporado à nossa análise.

As estórias contadas por Schama nos dizem sobre as "relações mais profundas entre a forma natural e o desígnio humano. " (1995:25). Ele demonstra inclusive que os mitos da

natureza original foram essenciais para as primeiras atividades de preservação e conservação da natureza na Europa e Estados Unidos.

Consideramos que é necessário compreender, ou mesmo adotar alguns destes mitos, para que se fundamente uma educação ambiental, da consciência ambiental mais arraigada - não apenas objetiva.

Porém, isto não se dá sem riscos e há exemplos em Schama (1995) que são emblemáticos. Ele apresenta alguns casos que consideramos como 'dissonâncias cognitivas'. Como o de um grande botânico que também era um fundidor, isto é, consumidor de lenha; e como aquele dos governos inglês e francês, que simultaneamente reflorestavam e preservavam e derrubavam em grande escala (inclusive nas colônias), ao mesmo tempo. E também como aquele que é o exemplo mais contundente: o da paixão germânica pelas árvores e matas que se torna inerente ao nazismo, de modo que é assim que, durante a Segunda Guerra Mundial, este preserva as florestas lituanas da Polônia ocupada enquanto dizima o povo dos arredores.

Mais do que apenas ironias, como aquelas que transparecem pelas pretensões dos grupos privilegiados que se inscrevem na paisagem (ver Smith, 1993), estas dissonâncias nos alertam para o fato de que a paisagem e seus símbolos tendem a ser manipulados ideologicamente, nem sempre para a sua própria preservação, ou para o bem.

Ao tratar da paisagem natural, é relevante lembrar que, na inserção das cidades no sítio original, as intervenções muitas vezes denotaram um desconhecimento do valor intrínseco da natureza, exceto aquele a serviço da ocupação humana ou aquele das "riquezas naturais" comercializáveis. Assim, a construção da paisagem urbana determinou a extinção de diversos ecossistemas. Hoje, a destruição ainda é perpetrada em outras escalas, mas, pelo menos, a questão ambiental já ultrapassa as preocupações apenas com a preservação da natureza, e buscando refletir sobre a incorporação da sustentabilidade como um critério de intervenção no meio ambiente natural e urbano, e integrado a soluções técnicas, de desenho e de gerenciamento da paisagem.

Portanto, vislumbramos alguns aspectos concretos de um reconhecimento das relações entre paisagem e natureza: considerar a paisagem como natureza implica não só em reconhecer o aspecto ecológico do meio ambiente que faz parte da paisagem, mas também em conhecer profundamente o aspecto simbólico da natureza na construção da paisagem. Este é um caminho que pode colaborar subjetivamente para uma construção de valores e significados positivos da natureza. E assim, indiretamente, contribuir para a idéia ecológica.

De todo modo, a construção da paisagem é significativamente, mais do que apenas um reflexo da relação homem natureza: uma estratégia de apresentação desta relação, do sublime da natureza, e também das relações com o divino e com o mítico, com a realidade social, cultural e política. Portanto uma paisagem em verdadeira grandeza, esteja nesta a natureza explicitamente presente ou aparentemente ausente, é definida pelas relações que nela se estabelecem com a natureza, com os recursos naturais, com visões estéticas da

natureza em um dado processo de produção do espaço (social) - e assim de conformação de um povo.

#### 4.6 - a paisagem como habitat

Acreditamos que a paisagem não é imediatamente associada a um ambiente do homem: a paisagem é vista em princípio como: (1) um cenário (seja ele urbano, rural ou natural), (2) uma representação ou imagem da paisagem, ou então (3) como ambiente um natural.

Neste item, enfatizamos a origem da paisagem como um território apropriado por grupos sociais.

'*Landschaft*', traduzível no alemão moderno como 'paisagem', é um termo que em germânico antigo se refere não ao cenário, mas ao ambiente de uma comunidade trabalhadora. Segundo Jackson (1986), a palavra já existia no século VI - com este sentido. '*Landschap*' surge em holandês, surge com um sentido contextualizado, porém vai depois assumir o de representação pictórica da paisagem, e se transformar em *landskip*: *landscape*. Corner (1999-b) aponta que os dois termos, *landschaft* e *landskip* se distinguem um do outro pelo seu caráter de paisagem desenhada ou paisagem produzida socialmente.

Uma '*landschaft*' corresponde a relações entre edifícios e campos, e também entre padrões de ocupação, atividade e espaço. E se refere principalmente a estruturas ambientais conformadas e percebidas socialmente mais pelo uso e hábito do que por esquemas *a priori*. *Landschap* é a "paisagem como um ambiente ocupado, cujos efeitos e significância também advêm através do palpável, do uso, do engajamento ao longo do tempo"(Corner, 1999-b:158).

A definição de '*landschaft*', para Corner, aponta os limites da paisagem como representação e os fracassos do projeto da paisagem hoje, e sugere uma troca das aparências do objeto, para o fenômeno participatório do cotidiano, para da paisagem do trabalho, para os processos de formação, dinâmicas de ocupação e a poética de formação. Ele diz que "na '*landschaft*' trabalhadora, performance e evento assumem precedência conceitual sobre a aparência e o signo"(1999-b: 158).

Corner (1999-a), em outro texto, reforça esta mesma idéia, através de outros aspectos semânticos ao propor que os projetos da paisagem sejam meios de enriquecer criticamente a cultura. Nesta nova estratégia, "*Landscape* como um substantivo (como objeto ou cena) é aquietado de modo a enfatizar *landscape* como verbo, como processo ou atividade". Assim, '*to landscape*', o verbo pode ser traduzido como o processo e atividade de projetar e executar a paisagem. Note-se que o sufixo '*ship*'- que deriva de '*schaft*'- é constituição, condição, forma ('*shape*').

Comparamos esta constatação à própria estrutura da palavra 'paisagem', em português, já que o sufixo '-agem' vem do latim '-agine', significa 'ação' ou 'resultado de ação'. Observe-se que a origem do provençal '-atge' ou do francês '-age' agrega, além destes significados,

o de coleção. Assim, a paisagem pode ser lida também como uma coleção do território/país; mas principalmente: como a ação e o resultado desta ação sobre o território/país.

Isto também reitera a idéia presente nas expressões 'paisagem cultural', 'paisagem construída', ou da paisagem como uma 'construção cultural', trabalhada por diversos autores. No campo teórico da geografia humana, Carl Sauer, em 1925, definiu 'paisagem' como o "conceito unidade da geografia", uma "maneira estritamente geográfica de pensar a cultura"(Sauer, 1925; *s.p. Apud*, Jackson, 1989:13)<sup>22</sup>.

Conforme nos lembra Jackson (1989:13), Sauer tem uma afirmação seminal, de que a paisagem cultural se contrasta com a física e que foi "elaborada em uma paisagem natural por um grupo cultural"<sup>23</sup>.

Um parêntese: a definição da paisagem como uma "construção cultural" relaciona a ação sobre a paisagem aos valores e significados a ela atribuída. Aqui, em relação à língua inglesa, note-se que os verbos '*to construe*' e '*to construct*', que respectivamente significam 'interpretar' e 'construir', têm a mesma raiz etimológica, Assim, remonta-se mais uma vez a dualidade: a paisagem como idéia e como artefato.

Lembremos então que Heidegger (1951), ao tratar das relações entre o habitar e o construir, tem como elemento estruturador do seu argumento as origens comuns dos termos 'construir', 'edificar', 'habitar', 'ser', 'cultivar', 'permanecer' e 'cuidar'. E acrescentemos que 'Colônia', 'Culto' e 'Cultura' são palavras que têm uma raiz comum, o verbo latino *colo*, e mais precisamente derivam dos tempos verbais '*colo*', '*cultus*' e '*culturus*'. '*Colo*' corresponde ao presente, 'eu habito', 'eu cuido de', 'eu cultivo'. '*Cultus*' é adjetivo deverbado do passado: "habitado- cultivado//substantivo—culto dos mortos'. '*Culturus*', no futuro, "o que ia se habitar, se trabalhar, se quer cultivar" ; um porvir (ver Bosi, 1992)<sup>24</sup>. Heidegger já nos aponta que "ambos os modos de construir - construir como cultivar, em latim, *colere*, cultura - e construir como edificar - *aedificare*- estão contidos no sentido próprio de *bauen*, isto é, no habitar" (1951:145).

Outro parêntese: com a difusão destas idéias sobre a paisagem - como construção cultural, como parte do processo de produção do espaço pelas sociedades, e como habitat, surgem novos termos. Berque comenta sobre a inovação do léxico criada no Japão a partir da sua incorporação na economia global e da modernização, com a criação de diversas palavras novas a partir de sinogramas, que são então re-introduzidos na China. Alguns destes exemplos, segundo Berque, são o emprego do termo '*keikan*' para designar '*landschaft*' e da expressão '*toshi keikan*' para designar '*townscape*' (paisagem urbana)<sup>25</sup>.

Constatamos que o termo paisagem embute na sua própria constituição o fato de que é uma natureza; é imagem e o que se abrange visualmente desta imagem; é a imagem/representação de si; é uma coleção do país/ território, é uma ação do país/ território; e é também um resultado da ação no país/ território. Porém, ver a paisagem apenas como um cenário ou uma imagem, ou então apenas como representações da relação do homem com a natureza é desconhecer as conexões entre a paisagem e um dado contexto sócio-cultural. É priorizar a forma sobre o processo. Quando se observa que tanto a paisagem quanto a

natureza 'original' são ambientes cuja existência, forma, desenho e grau de preservação/destruição dependem dos grupos que a dominam, observa-se que tudo na paisagem é cultural.

Por fim, ver a paisagem como habitat é aproximar a paisagem do país/ *pays*: uma volta ao sentido de território habitado. Com uma ênfase no papel da cultura/ cultivo e do homem inserido na natureza e sociedade.

#### **4.7 - a paisagem: quadro-sinopse**

PAYS - AGE  
 PAIS AGEM  
 pagus atge  
**PAÍS** território terra ação resultado de  
 região ação  
 aldeia povoado coleção  
 paganus pays paysan  
 pagensis

LAND - SCAPE  
 land - schaft / skip  
**terra** território país  
 nação

**paysage** paisaggio paisaje **landscape** landschaft landschap landskip

# PAISAGEM

**panorama** o que se abrange num lance de vista **cenário** extensão/ coleção de território  
 oikouménē gê ecúmeno **natureza** ecossímbolo ecossistema  
 sítio **território** região **ambiente** fengjing **médiance** ambiência  
 ação sobre o território **landschaft habitat** fudosei paisagem urbana **townscape**  
 pictórico **representação** -skip **imagem** -hua  
 artialização in visu **landskip** shanshui shanshuihua fengjinghua  
 artialização in situ fundo **cenário** mise-en-scène estilização  
 região jardinagem **paisagismo** gardenesque pitoresco  
 land art **projeto da paisagem** landscape design landscape architecture

<sup>1</sup> Aliás, pergunta título do primeiro capítulo de Berque (1995).

<sup>2</sup> Berque observa, em nota bem-humorada, que a 'paisagem criminal' é como um 'estado atual da criminalidade', mas que esta poderia ter também o sentido de 'paisagens desumanizadas que levassem ao crime ou ao suicídio. Nós notamos que diversos sentidos também servem para expressões como 'paisagem sonora' (ou *soundscape*), ou mesmo 'paisagem cultural' (*loc. cit.*).

<sup>3</sup> Sobre a compreensão de processos subjetivos no projeto, ver Corner (1999-b) e Spirn (1998).

<sup>4</sup> Sobre a necessidade de incorporar uma visão mais subjetiva dos processos históricos da paisagem, ver a autocrítica posterior de Cosgrove, 1997, *in* Cosgrove, 1984.

<sup>5</sup> Note-se que vários autores, aliás, ao tratarem da paisagem, não deixam de introduzir a questão da etimologia como uma das linhas do raciocínio (como, para o inglês; Jackson, 1986; Schama, 1996; e Corner, 1999-x, entre outros) embora isto, por si, não justifique uma estratégia similar.

<sup>6</sup> Contida, *e.g.*, em Houaiss, 2000.

<sup>7</sup> Houaiss, 2000.

<sup>8</sup> Segundo referências de Houaiss(2000), *paysage*, em 1549 e paisagem, em 1567. Quase paralelamente, mas um pouco antes, surge, em italiano, *paesaggio*, em 1521, segundo Cosgrove (1984, p. 22). Registre-se também *paesetto*, uma pequena paisagem, especificamente para designar as pinturas da paisagem holandesas (*loc.cit.*). Há também *parerga*, pintura italiana com representações paisagísticas campestres e mitológicas, provavelmente termo derivado do grego *parergon*.

<sup>9</sup> Para Roger, a Roma Antiga é a primeira sociedade paisagística, visto que ele situa a sociedade paisagística na China como somente a partir do século X.

<sup>10</sup> Ele considera que '*topia*', um neologismo forjado por Vitruvius, do grego '*topos*', tinha o sentido de paisagem. Para ele, isto é reiterado pelo fato de que, em grego atual, *topia* é paisagem. Esta justificativa nos parece discutível, já que o significado atribuído mais usualmente a '*topos*' é o de 'lugar'.

<sup>11</sup> Ver Schama, 1995: 22.

<sup>12</sup> Aliás, título do livro de Anne Cauquelin, 2000.

<sup>13</sup> Como já vimos, uma das raízes de *landscape*.

<sup>14</sup> Nossa tradução para '*médiance*', parte do título, aliás do seu livro de 1990.

<sup>15</sup> Vide a festa da realeza nos jardins de Chantilly representada no filme francês 'Vatel'.

<sup>16</sup> Daniels & Cosgrove (1993:72) citam personagem de Jane Austen que deseja que 'qualquer Mr Repton' projete a paisagem na sua propriedade ' para dar 'quanta beleza puder pelo meu dinheiro'.

<sup>17</sup> Observe-se que o ecletismo dos projetos paisagísticos de fins de século XIX e início do XX, no Brasil, não se refere somente a estilos decorativos, como pode se falar em relação à arquitetura, mas à adoção de ambas as soluções, de origem francesa e inglesa, na estruturação dos espaços.

<sup>18</sup> Evitamos o termo orgânico, empregado usualmente para definir os traçados irregulares e 'anti-clássicos', o induz a erros de compreensão tanto do desenho quanto do processo de formação dos espaços.

<sup>19</sup> Aqui, Smith se refere, em parênteses, a Barthes, 1979: 17; de Certeau, 1984: 92; e Harvey, 1989:1.

<sup>20</sup> Bohm. 1980. *Wholeness and the implicate order*. Londres: Routledge and Kegan Paul, p. 172. *Apud*. Ingold, 2000: 191.

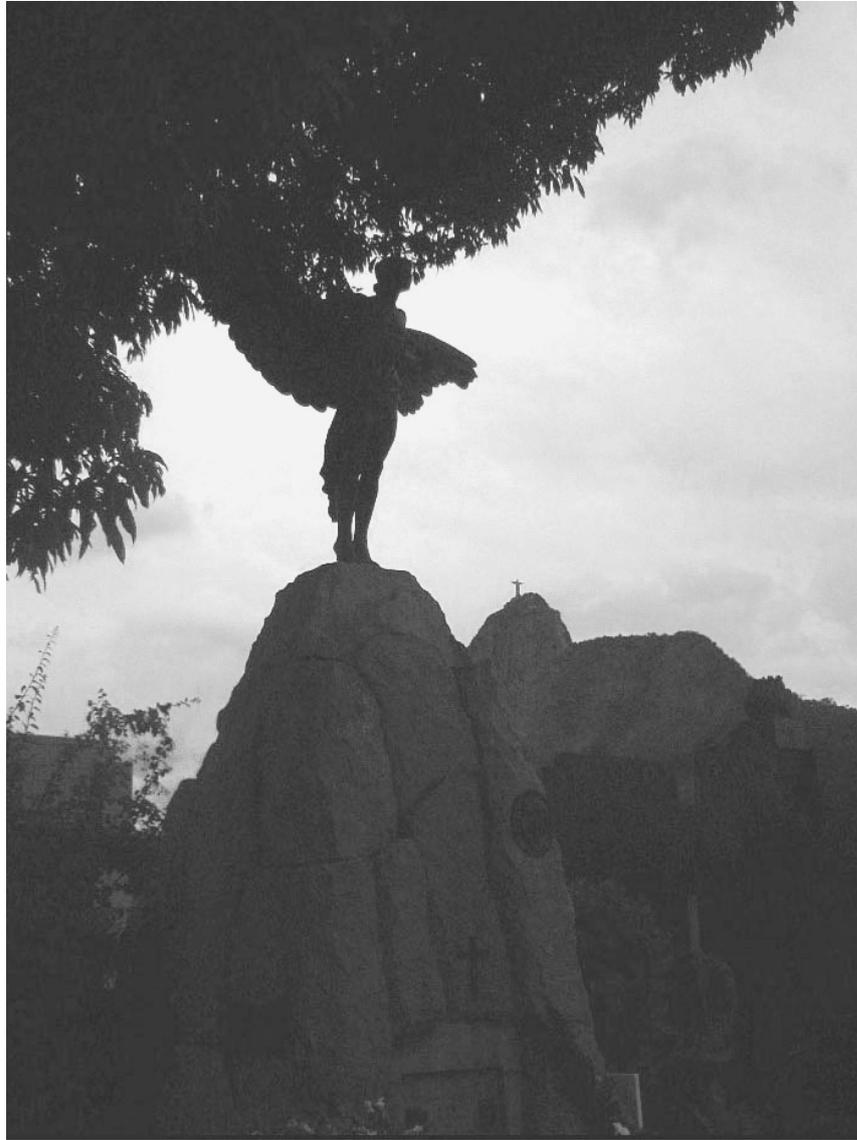
<sup>21</sup> Citação também presente em Norberg-Schulz, 1979: 27.

<sup>22</sup> Sauer, Carl. 1925. "The morphology of landscape." *In: University of California Publications in Geography*, 2, pp19-54. Berkeley: University of California. *Apud*. Jackson, 1989:13.

<sup>23</sup> Não se pode deixar de notar a polêmica desta expressão 'grupo cultural', percebida por Jackson, pelo fato de que atribui à cultura o papel de agente no processo e não à sociedade - através de grupos sociais ou de indivíduos- e assim se desvia das questões sociais.

<sup>24</sup> Estas constatações semânticas são feitas por Bosi (1992), que nos chama a atenção para as implicações do sentido de cultura. Ele trata da dialética da colonização no Brasil e suas relações com a cultura, e inicia seu texto a partir de reflexões sobre as palavras.

<sup>25</sup> '*Townscape*', em inglês no original, pode ser traduzido para o português como 'Paisagem Urbana'- tal como o foi o livro seminal de Gordon Cullen(1960), de mesmo nome.



## V - PRESENÇA E AUSÊNCIA



PASSA UMA BORBOLETA diante de mim  
E pela primeira vez no Universo eu reparo  
Que as borboletas não têm cor nem movimento,  
Assim como as flores não têm perfume nem cor.  
A cor é que tem cor nas asas da borboleta,  
No movimento da borboleta o movimento é que se move,  
O perfume é que tem perfume no perfume da flor.  
a borboleta é apenas borboleta.  
E a flor é apenas flor.

FERNANDO PESSOA (ALBERTO CAIEIRO) 1914-B



## 5. I – Afonso Pena: a praça como síntese da paisagem e do lugar público do bairro

"A Praça não tem paisagem" (A.T.).

"Eu fico sempre muito encantada quando eu passo por ali, nos dias, manhãs ensolaradas" (B. F.).

"Isso tudo era uma beleza...olha só: esculhambaram." (G.M.).

(comentários diversos sobre a Praça Afonso Pena)

### 5.1.a – relevância

Onde está a relevância da Praça Afonso Pena como espaço público da cidade? Como ela conjuga espaço público, lugar e paisagem?

A praça retangular, quase quadrada, implantada no bairro da Tijuca, na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, é palco de eventos e intensamente usufruída cotidianamente (fig. A01).

Quando saímos do metrô e a acessamos pela rua principal, sentimos a aridez da rua e da praça, e os elementos próximos visíveis são em concreto – o piso, os elementos do metrô, o totem. Não há árvores que protejam do sol quente, elas estão ao fundo. Mas conforme penetramos no espaço, a praça é um oásis (figs. A02 e A03).

A Praça Afonso Pena, eclética, sucessivamente modificada, semidestruída nos anos oitenta para a implantação do metrô e por posteriores intervenções desconexas, tem visíveis problemas de conservação e manutenção hoje. Porém, acreditamos que ela exerce um papel relevante no bairro em se situa, pois os usos cotidianos e eventuais, os aspectos do desenho original que persistem e a força da arborização são atrativos para além dos problemas cotidianos da praça.

A Praça é considerada decadente pelos que a vivenciaram há décadas atrás, antes do metrô. E, na medida em há usos e privatizações da praça tidas como inadequadas ou indesejáveis, a ausência do Poder Público é sentida na conservação e na segurança pública do espaço. No entanto, apesar das intervenções, em grande parte devido à implantação do metrô, a estrutura primeira da praça predomina. E nesta estrutura, há uma configuração em desnível, o que destacamos como algo notável no contexto da cidade.

Portanto, a praça é notável por alguns aspectos:

- 1) Por sua configuração espacial original;
- 2) por seu papel em uma área com relativamente poucas áreas verdes e públicas;
- 3) por seu papel como um espaço público de intensos usos cotidianos no bairro;

- 4) pela sua presença como um todo simbólico ao qual estas densas áreas habitadas da cidade se referem.

### 5.1.b – os tempos da praça

A praça é característica da cidade do Rio de Janeiro, na medida em que passa por processos de criação, reforma e gestão que são característicos da cidade, e similares aos de outros praças de bairro. Na sua relativamente curta existência, identificamos períodos diversos.

Do seu início como Praça do Hipódromo Nacional, não há registros senão uma foto de 1921, feita por Augusto Malta, fotógrafo oficial da cidade, da qual pouco se enxerga além das árvores (fig. A04). Projetada em 1939 pela Fundação Parques e Jardins<sup>1</sup>, então como Praça Castilhos França, a praça é inaugurada em 1945 com arborizados circuitos de passeio público em dois níveis, moldado para o lazer contemplativo, em cujo retângulo central se desenvolve um jardim com gramados, vegetação de pequeno porte e espelho d'água e ponte que o cruza (figs. A05 e A06). A praça guarda relações com o pitoresco da série de praças propostas de Azevedo Netto para a cidade nos anos trinta, mas os elementos e o desenho já ecoam soluções modernistas.

Assim, podemos classificar o projeto original da Praça Afonso Pena como eclético, na medida em que mistura lógicas paisagísticas distintas (fig. A07). Porém, somente isto não nos permite visualizar este espaço. No perímetro da praça, se desenvolve um traçado regular e centralizador, que não leva, porém, a um monumento escultórico central. No centro, em vez disto, em uma superfície de contorno retangular, há um jardim de pisos permeáveis, com traçado sinuoso que tende ao irregular e sugere assim um desenho da natureza. Esta composição central de pisos; de pedra, grama e 'água' - e vegetação baixa; não acessável pelas diagonais da praça é praticamente como um quadro visível para os níveis superiores. É comum então que haja referências estruturais 'opostas', que são comumente associadas aos princípios dos ditos jardim barroco francês e também do jardim romântico inglês. Porém, aqui não há elementos construídos referenciados no pitoresco dos séculos anteriores e, além disto, o desenho dos elementos na área central já esboça os elementos construídos e traçados modernos. Podemos identificar também uma geometria regular na irregularidade do desenho, vendo uma decomposição de círculos nos quadrantes da área central. Não nos parece, porém, que haja então vínculos evidentes para o usuário entre este desenho da área central em relação ao do restante da praça. Além disto, aqui a solução naturalista está emoldurada pela geometria dos passeios do entorno. É um quadro: como uma *paysage* pitoresca.

Em relação ao período inicial, notamos que predomina nas memórias de moradores a nostalgia pelo jardim pitoresco da praça. A praça é, antes das reformas, um lugar pra contemplação, uma *promenade* e também um local para como '*footing*' - termo que designa não só um passeio, mas um passeio de cortejos. Assim, configuração, vegetação e elementos construídos se associam a um espírito bucólico efetivamente perdido.

Em um segundo momento da praça, com a implantação do metrô, uma reforma geral se estabelece. Por questões técnicas do metrô, um trecho das três fileiras de árvores que circundam a praça é removido durante as obras (fig. A08), de modo que a configuração retangular da praça deixa de ser fechada horizontalmente por estratos arbóreos. Na nova conformação, se configuram duas áreas na praça, uma árida e outra arborizada. Assim, extensas áreas da praça em cidade de clima bem quente no verão ficam ensolaradas, sem que elementos construtivos ou outras alternativas tenham sido dados para a proteção ambiental ou para a estruturação formal. Nesta ocasião, é criada no retângulo central uma grande área ensaiada na qual são dispostos equipamentos para lazer infantil (figs. A09 e A10).

Por fim, na situação atual, há algumas modificações em parte, porque ocorrem ao longo dos últimos dez anos reformas que redistribuem e inserem mais equipamentos de lazer. São também criadas sub-áreas de estar no espaço dos maiores canteiros. Além disto, são consolidadas circulações em rampa nas diagonais do retângulo da praça, antes apenas estreitas adaptações de uso apontadas em passagens sobre o gramado original. Por um lado, isto duplica os acessos ao centro e formaliza os acessos em rampa, antes passagens semi-improvisadas. Assim, são favorecidos os percursos através da praça. Consideramos que o espaço da praça também muda na medida em que, desde então, os problemas de conservação e manutenção da praça, assim como as questões sociais no espaço público parecem ter aumentado (fig. A11).

O traçado original da praça que persiste se dá em dois níveis cuja área central é rebaixada a cerca de um metro, e se desenvolve em formas concêntricas de mesma proporção que conformam faixas paralelas a partir do perímetro externo. O perímetro retangular é percebido como quadrado. Assim, há faixas de circulação de pedestres que criam uma gradação de usos e usuários ao espaço, sendo a mais interior no nível inferior.

Assim, algumas das questões que se refere à evolução paisagismo público na segunda metade do século XX, encontram-se aí representadas. E as modificações também são bem características do processo pelo qual passam as praças urbanas da cidade do Rio de Janeiro que atravessam o século (figs. A12 e A13). Áreas ajardinadas dão lugar à inserção de áreas para crianças, em seguida para equipamentos esportivos. E cada vez mais destinados a usuários e usos específicos; de modo que há criações de subespaços diversos; e as áreas gramadas dão lugar a mais áreas de pisoteio eventualmente impermeabilizadas; sendo que em alguns casos extremos há subtração de áreas permeáveis e gradeamentos das praças. E ainda há casos em que parcelas são subtraídas para a construção de edificações, vias e equipamentos públicos.

Em resumo, a Praça Afonso Pena, pela destruição parcial efetuada pelo metrô, perde o caráter de área verde e o espírito bucólico e se transforma em uma praça definível como utilitária, e aos usos contemplativos se sobrepõem usos mais ativos, diversos, e direcionados. Por outro lado, porém, hoje o metrô confere centralidade a este espaço, e gera um intenso movimento em diversos períodos do dia.

### 5.1.c – contexto urbano

A Praça Afonso Pena se situa no bairro da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, em trecho próximo aos bairros da Praça da Bandeira e Maracanã (fig. A14).

O bairro da Tijuca tem uma forte identidade consolidada, que se estende a outros bairros contíguos, e uma identificação entre eles é reforçada por sua situação geográfica e pela simultânea ocupação da área. Portanto, na chamada 'Grande Tijuca', que engloba não apenas o bairro de que faz parte a praça, mas seis bairros limítrofes<sup>2</sup>, há uma 'hipertrofia de referenciais' (Souza, 1989). Assim; Andaraí, Praça Bandeira, Muda, Usina (bairro), Aldeia Campista, Alto da Boa Vista, Largo da Segunda-Feira, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Rio Comprido, Vila Isabel - assumem genericamente a denominação 'Tijuca' (fig. A15).

Podemos identificar que esta agregação é parte de um processo traçado pela própria configuração fisiogeográfica da área. Primeiro, a sua situação em áreas planas e de encosta entre duas cadeias de morros, a sul e ao norte. Segundo, pela urbanização quase simultânea destas áreas do então chamado Engenho Velho, chácaras e fazendas gradativamente retalhadas, que se dá no século XIX a partir de intervenções que facilitam suas conexões à área central da cidade. Em especial o aterro do Saco de São Diogo, um extenso braço de mar, com manguezais, que recebia os Rios Comprido, Joana, Trapicheiros e Maracanã, a canalização destes e a construção do Canal do Mangue que passa a recebê-los.

A toponímia nos conta esta estória ambiental, na medida em que a própria denominação Tijuca vem do tupi *'tu'yuka'*, uma 'tijuca', um 'tijuco', designa um "lugar de solo mole, pantanoso; atoleiro, charco, pântano, lameiro" (Houaiss, 2000). 'Tijuca', aliás, é um termo empregado para várias delimitações da cidade, como o bairro, a região administrativa em que está, a floresta e as terras da barra da tijuca do outro lado do Maciço – da Tijuca. A referência às águas aos rios e à natureza se reflete também na toponímia dos bairros da região. Mas a presença efetiva da água se dá tanto pelos trechos de canal descobertos e visíveis dos rios Joana, Trapicheiros e Maracanã, seja pela tendência a inundações em toda a Grande Tijuca. Mesmo com melhorias feitas pela Prefeitura no Rio Trapicheiros; que circunda as quadras próximas à praça; as ruas alagadas não deixam de fazer parte do caráter da área. No caso da Praça Afonso Pena, a presença de alagamentos é aumentada pelo desnível central em relação ao nível das ruas circundantes, o que a torna por vezes em um 'lago'<sup>3</sup>.

Julgamos que a denominação Grande Tijuca faz sentido também pelo fato de que o bairro da Tijuca se consolida nos anos quarenta como um subcentro de atividades da cidade, uma área de comércio, lazer e serviços cujo 'coração' é a Praça Saens Peña. Este valor da 'Tijuca' é reforçado pelas estratégias do mercado imobiliário, não podemos ignorar, num processo em que algumas denominações de sub-bairros praticamente desaparecem.

E eis porque se fala em Grande Tijuca, a área contenedora destes bairros. Bairro de militares, bairro de famílias, bairro de tradições, bairro de instituições públicas tradicionais, subcentro da cidade. A forte identidade entre a área e seu conteúdo social nos

mostra porque aos que por habitam se aplica bem claramente um gentílico, e um dos mais frequentes e fortes aplicável a áreas da cidade: o 'tijucano'.

Oliveira (2001) trata do 'tijucano' como um fator de identificação e distinção, e procura entender como um lugar físico ocupado (o *habitat*) remete à subjetivação da posição social do indivíduo (o *habitus*). Ela nos mostra que a identidade tijuicana se refere a um caráter por tido por uns como tradicional, por outros como conservador; e que esta denominação é ora tida como elogiosa ora como pejorativa. Como nos diz R.F., que entrevistamos:

"Infelizmente há muito sectarismo (...) há uma mentalidade, conhecida como mentalidade tijuicana, que é uma mentalidade de fechamento, embora eu conheça pessoas da tijuca que são muito abertas"

Oliveira compara a região<sup>4</sup> ao contexto da cidade - às Zonas Sul e Norte - entre as quais podemos dizer que, qualitativamente a Tijuca se situa. Ela considera que: "o tijucano, ainda que goste de morar no bairro, ainda que se identifique com o lugar, se sente envergonhado pelo que a Tijuca representa no espaço da cidade, ou seja, sofre com a violência simbólica, o mapa hierarquizado da cidade onde vive (...)" (2001: 103).

Uma ressalva: estes discursos são daqueles que, no contexto da Tijuca, se identificam com o bairro-asfalto. Santos (2003), no contexto de trabalhos da Agenda Social Rio, nos indica a necessidade de reconhecimento do bairro-favela como sendo parte do bairro, apesar das fronteiras e das distinções entre os dois ambientes, sendo que "Uma representação social dominante da favela é a de um espaço desorganizado e degradado que, por isso, desvaloriza os espaços vizinhos" (2003: 24).

Diante disto, a Tijuca - e similarmente a Grande Tijuca - é usualmente caracterizada como um bairro 'tradicional', de bairro de classe média e classe média alta 'circundado' por favelas. Porém, esta segregação espacial e social, não pode ser descolada do fato de que a ocupação dos morros se dá desde fins do século XIX e que, como pondera Santos " a favela na encosta é uma imposição locacional às classes populares" (op. cit.: 25) .

Notamos ainda que uma parcela das referências à violência pelos que entrevistamos é real e noticiada. Os tiroteios no morro dão uma percepção real na Tijuca do papel negativo das favelas, como guetos de difícil acesso, aos moradores do asfalto. Isto ocorre inclusive na nossa área de estudo, onde eventualmente se são escutados os tiroteios no Morro do Turano. Podemos supor, porém, que, como no restante da cidade, a questão da violência é pressentida por lógicas de segregação e exclusão características. Mas há, sem dúvida, uma reação negativa, anterior a estes eventos, à existência da favela. Porém, por muito tempo, isto serve de justificativa pra o abandono público<sup>5</sup>. Porém, há aspectos positivos das favelas destacados por alguns dos entrevistados, como a predominância de moradores que são 'trabalhadores' nos morros, o sentido de comunidade dos envolvidos em projetos sociais. E, nas diversas media consultada, a identidade dos bairros é associada às Escolas de Samba, que são cultura do morro. Tentativas de aproximação.

Neste contexto, destaquemos que, além da separação geográfica entre 'morro', no caso lugar e quase sinônimo de 'favela', e 'asfalto'<sup>6</sup>, as áreas mais planas e de urbanização

consolidada, as diferenças sociais são abissais. Ou seja, para além das representações e distinções sociais, há uma diferenciação social e espacial que, apesar de alguns esforços, não diminui sensivelmente. Como nos mostra um mapa de diferenciação de renda em setores censitários, feito em relação ao bairro da Tijuca por Oliveira (2001), que embora com dados do IBGE de 1991, ainda reflete em grande parte a realidade atual.

A questão das favelas pode ser tida apenas como tangente às questões da Praça Afonso Pena, não só pela questão da violência com que se associa ou é associada, mas pelo fato de que sabemos que, na apropriação da Praça de que tratamos, uma parcela dos usuários é de moradores da favela a algumas quadras de distância: o Morro do Turano. Aliás, como em outras áreas da cidade, e da Grande Tijuca, são ouvidos eventualmente tiroteios no morro por quem está junto à Praça Afonso Pena.

Em princípio, não se pode separar, por diversas razões, portanto, a Praça Afonso Pena deste contexto da Grande Tijuca, até porque esta se situa próxima aos limites do bairro da Tijuca com os bairros da Praça da Bandeira e o Maracanã (fig. A16).

Em suma, estes aspectos do bairro e da 'região' que destacamos, longe de darem definições completas, são aqueles que julgamos interessantes para uma compreensão da Praça Afonso Pena em seu contexto urbano.

Um outro aspecto é o papel da Praça Afonso Pena como espaço livre público no contexto do sistema de espaços públicos da região.

Na Grande Tijuca, há diversos espaços públicos relevantes – principalmente na Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e Alto da Boa Vista. No caso do Maracanã, o Estádio de mesmo nome é o espaço coletivo que cumpre a função de público, e há também as áreas de lazer e esportes nos espaços públicos do entorno. E no caso do Andaraí, não se pode dizer que há um espaço público, apesar dos esforços de grupos de moradores há alguns anos atrás, com o interessante slogan 'Um bairro sem praça é um bairro sem graça'<sup>7</sup>. Mas, de todo modo, estes espaços livres públicos são evidentemente insuficientes, dada a verticalização da região. Assim, em verdade, podemos dizer que há relativamente poucas áreas de lazer arborizadas, planas e públicas que atendam à população de 349.649 habitantes, nestas extensas áreas da Grande Tijuca– 55,16 km<sup>2</sup> – com áreas densamente ocupadas<sup>8 9</sup> (PCRJ, 2006).

Um contraponto às áreas urbanizadas, arborizadas ou não, é a presença próxima das áreas vegetadas da Floresta da Tijuca, que ocupa grande parte do bairro do Alto da Boa Vista. A Serra da Carioca é pouco visível hoje no bairro, uma paisagem oculta pelas edificações, o que mostra a ausência da natureza nestas áreas densas, impermeabilizadas e verticalizadas.

Mas a idéia de espaço público sofre outras 'ameaças' na região. Como vimos, na conjunção da Grande Tijuca, a centralidade do bairro Tijuca é estruturada pelas atividades de um espaço público, a Praça Saens Peña, o dito 'coração' da Tijuca. Esta praça, de caráter bem diverso em relação às demais, onde intensas atividades econômicas e culturais se conjugam, e também onde se conjugam diferentes linhas e modos de transporte público. Nos últimos anos, porém, a praça está em declínio, por processos de transformação na

lógica comercial de lojas e de cinemas (ver Cardoso, Vaz & Aizen, 2003); e neste processo, os três shoppings da região – dois na Tijuca e um em Vila Isabel - assumem parcelas do papel dos espaços públicos.

De todo modo; consideramos que isto nos indica a prioridade dos espaços livres públicos nas estruturas urbanas. Se há dificuldades de sobrevivência destes espaços face aos problemas de insegurança – mais do que reais - e aos novos modos centralizados de empreendimentos urbanos, isto demanda, mais do que o discutível gradeamento da praça, ações do poder público em conjunto com os habitantes para a revitalização destas áreas públicas. Pois, como apontam Cardoso, Vaz & Aizen, em relação à Saens Peña: "o espírito do lugar e a própria identidade da praça foram desaparecendo, pois seus elementos mais emblemáticos e tipicamente tijuicanos já não existiam mais" (2003: 85). Isto não significa, porém, que a praça tenha deixado de ser um lugar central na cidade.

Em relação à Tijuca, as praças Saens Peña e Afonso Pena têm um papel central devido à presença de estações de metrô que se conjugam a estas. Porém, a praça mais comumente associada à Praça Afonso Pena pelos entrevistados é a Praça Xavier de Brito. Ambas possuem uma qualidade ambiental e se reforçam como áreas de lazer e convívio significativas para os moradores que as distingue das demais, pelas possibilidades de fruição que apresentam. Na Praça Afonso Pena, isto é reforçado pela presença de intenso comércio e de diversos serviços, não atingidos, como os da Praça Saens Peña, pelos relativamente distantes shoppings da Tijuca.

De todo modo, dizer que se é 'tijucano' assume primeiramente um sentido de pertencimento, de topofilia. Um vínculo que é reiterado pelas relações com a cultura local, especialmente pelas músicas que se referem ao lugar. Pela referência a 'tjucanos' 'famosos', embora nem sempre estes ainda morem no local.

Primeiro, podemos dizer que o morador próximo à Praça Afonso Pena é um 'tjucano' que mora na 'Afonso Pena'. Embora não haja uma área urbana além da praça e da rua que se designe como tal, já é comum que se designem os arredores de referências por estes nomes. Assim, ocorre um processo de valorização similar ao que gerou uma idéia de 'Tijuca'. No caso da Praça Afonso Pena; notamos que ela estende uma qualidade urbana às áreas adjacentes, daí o seu emprego se torna estendido a porções do bairro pelo mercado imobiliário.

Assim, hoje, a praça pode ser tida como um sub-bairro, na medida em denomina um trecho do bairro da Tijuca a que pertence<sup>10</sup>. E ela assume um papel relevante dentro da estrutura urbana da Tijuca, como área de lazer, e como ponto de passagem articulado ao metrô. Porém, embora a configuração da praça seja notável, e sua existência da Praça seja sabida por entrevistados de diferentes áreas da cidade, na verdade poucos realmente a conhecem para além de um ponto de passagem e saída de metrô. A praça atende basicamente a um contexto de moradores locais, que habitam nos bairros contíguos em áreas próximas na escala do pedestre. Os 'externos' ao ambiente da praça e do bairro se referem à denominação Afonso Pena praça principalmente em relação à estação do metrô. Mas este

trecho urbano é reconhecido por muitos pelo fato de que hoje alcança um grande valor imobiliário na Tijuca.

Em relação à toponímia, é interessante notar também o que acontece aqui em escalas variadas. Primeiro, em uma escala urbana menor, a praça é anteriormente denominada em relação a usos próximos como Praça do Hipódromo Nacional, em 1917; e mais tarde como Castilhos França, em 1931<sup>11</sup>. Porém, em 1997, assume oficialmente a denominação consolidada com o mesmo nome da estação metroviária inaugurada no início dos anos oitenta, que por sua vez tomara o nome da pequena rua contígua. Em uma escala maior, no entorno da Praça, a denominação 'Afonso Pena' é a partir disto, notadamente estendida a outras ruas que não diretamente chegam a ela, um ambiente urbano maior que julgamos que sofre influências da estação do metrô, mas não apenas por isto: pela presença da praça ela mesma. O emprego informal deste nome para os trechos urbanos próximos à Praça Afonso Pena, inclusive eventualmente de outros bairros contíguos, é observado nos discursos dos moradores da cidade, e também nas referências de empreendimentos imobiliários, o que nos aponta para a qualificação positiva que a presença da praça proporciona.

Aliás, junto à praça, a nomeação do arruamento é deslocada de sentidos vinculados ao lugar. E, sem não, falta informação pública ao espaço. A dança dos personagens<sup>12</sup> segue mera formalidade burocrática da então capital: há apenas confusão na hierarquia de significados públicos dos nomes e falta de relação com a memória dos lugares<sup>13</sup>.

#### **5.1.d - a configuração dos usos e apropriações da praça**

O que a praça pode nos ensinar sobre as articulações entre o caráter público do espaço, sua paisagem e seu lugar? Aqui tecemos considerações sobre algumas das práticas espaciais que se dão na praça. E consideramos que estes esboços já nos dizem sobre a sua relevância não reconhecida.

A praça é notável como área de convívio e encontros sociais, pelos usos cotidianos intensos e diversificados, que se dão com a estada e a passagem de diversos tipos de pessoas, de faixas etárias e níveis econômicos diversos, de moradores e trabalhadores próximos e, especialmente, de crianças, idosos e cães. Como espaço de lazer diário, e também como área de exercícios físicos - caminhadas, corridas, tai chi chuan e ginástica. Grande parte destes usos diretos da praça está ligada aos moradores próximos, sendo assim antes de tudo uma praça local.

A singularidade da Praça Afonso Pena está não apenas em seu desenho original, que a rigor pode ser considerado bem simples: uma estrutura que subdivide geometricamente uma forma regular e que tem dois níveis (fig. A19). O desnivelamento e as linhas principais que tendem à simetria proporcionam uma interessante hierarquia funcional e visual no espaço. Estas soluções, do projeto inicial da praça, ainda predominam na configuração do espaço e na estruturação das atividades na praça.

Na arborização urbana, a conjunção entre a moldura de oitis junto ao meio-fio e as duas aléias de pau-ferro no passeio principal superior contribui para o caráter da praça. Destacamos que esta solução trabalha não apenas os diferentes estratos arbóreos e texturas do fechamento vertical da praça; mas também o caráter de praça e rua, já que na arborização inicial da cidade predominam os oitis. Assim, nos anos quarenta, com os oitis comumente usados nas calçadas, a leitura de que há uma árvore da rua e em seguida uma árvore da praça talvez se dê de modo imediato<sup>14</sup>.

A praça é também percebida como quadrada, embora não o seja (tem cerca de 97x109 metros ) com uma área de 10.650 m<sup>2</sup>, chegando assim a pouco mais de um hectare<sup>15</sup>. A arborização se dá em três fileiras de espaçamento regular que circundam a praça, exceto no lado sul do acesso ao metrô, e que se estruturam em faixas de canteiro. A praça se subdivide em dois níveis, mas predomina também uma subdivisão por canteiros gramados, em faixas que geram passeios que acolhem usos diversos.

O projeto original da praça é justamente considerado por Vieira como "originalmente bem concebido sob o ponto de vista do bioclimatismo" (1994: 218). Hoje, porém, com a supressão mais de trinta árvores feita pelo Metrô junto à rua principal, em diversos momentos de sol intenso a parte sul da praça fica inutilizada, e, aliás, pela situação deste trecho, não é atenuado pela sombra dos edifícios (fig. A20, A21 e A22).

Podemos narrar os usos e apropriações da Praça Afonso Pena através de como estes se desdobram nas faixas diversas da praça, do exterior ao interior do espaço.

No trecho externo do nível superior, o mesmo das ruas adjacentes, há uma calçada exterior somente de passagem, com uma arborização em oitis (fig. A23)<sup>16</sup>. Junto à Rua Dr. Satamini, há também o ponto de ônibus e um dos acessos ao metrô; como vimos, neste trecho, a Praça Afonso Pena está descaracterizada, com os respiradouros do metrô ocupando os canteiros, e as escadas dando para a calçada da rua e para o interior da praça. É um trecho de poucas permanências e menor passagem de pessoas, com exceção da espera dos ônibus.

Também no nível superior, em uma faixa de canteiros arborizada em pau-ferro<sup>17</sup>, há interrupções para colocação de sub-áreas de estar. Em duas laterais da praça, simetricamente, há nichos com bancos e mesinhas (fig. A 24). No outro extremo, em uma das esquinas da Rua Dr. Satamini, se insere um quiosque de venda de plantas que funciona como um bloqueio visual para a praça, e ocupa uma grande parte do acesso diagonal da esquina (fig. A25). Como este, há nesta calçada outros elementos construídos sem que haja um nexos formal e da inserção, como a cabine da polícia. No trecho norte desta faixa, junto à Rua Martins Pena, um largo trecho dos canteiros se interrompe em um nicho de mesas de jogos, onde predominam usuários mais idosos (fig. A26). Este uso, consolidado na última reforma, ocorre em quase todos os períodos dos dias da semana, inclusive noturnos. Identificamos que há certa territorialidade em relação aos dois grupos de mesas: um deles é dominado pelos usuários tradicionais<sup>18 19</sup>. Porém, isto não impede que outros usuários diversificados as utilizem eventualmente (fig. A 27).

No mesmo nível, entre duas faixas de canteiros, está o passeio principal da praça, uma área para caminhadas e corridas, hoje demarcada com uma faixa 'exclusiva', em um perímetro de cerca de 300 metros. É neste passeio que há mais mistura entre usuários diversos. Os passantes, os que andam ou correm, os que a cruzam para acessar o nível mais baixo. Nesta faixa, há diversas carrocinhas de bebidas e comidas que se instalam em períodos diversos (A28) e eventualmente outros camelôs ou artesãos (A29). E, balizando os acessos às rampas e escadas, há vendedores de água de coco - quase sempre com cadeiras de praia postas para os clientes<sup>20</sup>, presentes em diversos períodos da semana e que, pela assiduidade, detém controle e familiaridade com a praça. Há diversas socializações que são tecidas - entre vendedores e usuários e entre estes - neste 'estar'.

A outra faixa de canteiros gramados contém o talude que absorve o desnível da praça. No projeto inicial, só havia acessos por escadas, mas hoje há aí rampas no eixo das esquinas, na diagonal do 'quadrado'. Aqui, se localiza o acesso ao metrô, em escadas que acessam os níveis inferior e superior da praça<sup>21</sup>.

O nível inferior é composto por um largo passeio cimentado, protegido da rua, que contorna o retângulo central do antigo jardim removido. As crianças e seus responsáveis, embora se espalhem por toda a praça, se concentram nesta área. O espaço do passeio é ocupado por 'veículos' diversos: como bicicletas infantis e adolescentes, carrinhos de bebê, velocípedes e skates. Nos fins de semana, há também aí aluguel de carrinhos motorizados para crianças menores (A30). Brincadeiras diversas, corda de pular e jogos de bola pululam nos espaços (A31).

O retângulo ensaibrado central é um grande playground usado livremente, com vários percursos pra brincadeiras (A32). Há poucos resquícios do traçado original da praça: o canteiro circular de coqueiros circundado por um banco em concreto, e alguns espécimes vegetais distribuídos pela praça (A33). Na última década, são introduzidas áreas em cercados baixos, para uma mini-quadra de jogos pavimentada e para um parquinho para bebês. E nos últimos meses, o cercado desta quadra tem a altura dobrada, o que de certo modo fecha a praça. Na área mais ensolarada do playground, há brinquedos públicos infantis espalhados sem uma lógica de inserção no contexto. Além disto, nos últimos anos, aos fins de semana, são instalados brinquedos pagos sob as árvores junto ao canteiro circular.

O desenho da praça, que conduz os percursos através de uma rígida estrutura das calçadas, por outro lado abre múltiplas possibilidades. E conduz a um espaço central os percursos são livres e praticamente sem obstáculos, simultaneamente abertos e semi-protegidos. Além disto, no que parece apenas um traçado geométrico, notamos um resultado similar ao de um tecido urbano: os nós do percurso, que são as esquinas este traçado, são ponto de encontro e 'sucesso' comercial.

No entanto, estes vínculos que apontamos entre o espaço - o desenho, os equipamentos, as barreiras e permeabilidades - e os usos e usuários que se instalam não nos dizem tudo sobre a apropriação da praça. Não apenas porque há apropriações subjetivas, ou múltiplos significados para os espaços e para os usos. Mas porque os usos ausentes em um outro

instante nem sempre deixam resquícios – de apropriações cuidadas e descuidadas ou destrutivas. E até porque espaço não determina os usos: as apropriações cotidianas são múltiplas e surpreendentes, mesmo em uma praça de bairro.

No cotidiano, há diversas apropriações que se distribuem por toda a praça, ou que se transladam para outros trechos da praça ao longo do dia, por vezes conforme o grau de insolação ou iluminação da praça.

A diversidade de encontros entre diferentes se dá em toda a praça. Por exemplo, os mais idosos e outros com problemas de mobilidade eventualmente têm acompanhantes contratados. É interessante notar então que há uma construção de encontros sociais na praça que inclui os diversos tipos de acompanhantes: familiares, babás e acompanhantes que cuidam de crianças, idosos e cães. Estes grupos, aliás, são os freqüentadores mais assíduos da praça, junto com os corredores e caminhantes.

Além destes usuários, notamos que, pelos tipos de vínculos familiares, há durante a semana uma predominância diurna de mulheres no espaço. As caminhadas e corridas, porém, não têm uma predominância de gênero<sup>22</sup>. Porém, os jogos que seguem de dia até o período noturno – de cartas, de damas e de dados – configuram um território exclusivamente masculino, predominantemente de maior idade<sup>23</sup>.

No início da noite durante a semana, são vistos vários grupinhos de jovens. Alguns saídos dos inúmeros estabelecimentos de ensino do entorno ou do trabalho, outros de ciclistas, os jovens, se encontram nas várias 'esquinas' do espaço, e ocupam os bancos ou criam assentos informais nos dois níveis da praça. A passagem dos usuários do metrô, e os bares também movimentam o espaço. De noite, se instalam também os mendigos, em pontos iluminados – segundo relatos. E nas mesinhas, em alguns dias da semana, há jogo até duas horas da manhã, segundo relatos de vizinhos próximos. O uso noturno no verão é freqüente, inclusive por famílias com crianças, há décadas. Uma moradora, usuária da praça há sessenta anos, narra que "eu me lembro muito bem, quando a gente ia pra praça de noite, que tinha um sorvete que (...) hum, que coisa louca (...) só de frutas (...) e a gente tomava deliciosamente" (F. E.).

Em diversos períodos de observação, pudemos constatar mesmo que os usos comerciais contíguos contribuem para a freqüência da praça por quase todo o tempo. Até porque há bares, restaurante e padaria tecem relações com os passeios contíguos, ou mesmo a ocupam com mesinhas. Pelo que notamos, isto incomoda pouco os demais.

Os encontros sociais, o descanso, a espera ou contemplação na praça fazem com que a demanda por 'assentabilidade'<sup>24</sup>, o 'sentar-se' em bancos ou outros elementos construídos nos espaços do parque seja enorme. William H. Whyte (1980), em seu estudo sobre pequenas praças urbanas, bem precisamente considera que a disponibilidade de assentos ou de elementos construídos diversos - mesmo de baixa altura - é um dos fatores que estimula a apropriação de praças.

Na Praça Afonso Pena, os bancos são convencionais; em projeto que simula o antigo e tradicional, em ferro e réguas de madeira, ou em concreto; e não há elementos construídos

que sugerem assentos. Mas as apropriações são criativas e, dentre os assentos criados pela apropriação dos espaços estão as ‘rochas’ esculpidas em concreto junto às escadas antigas da praça, os baixos e desconfortáveis gradis dos canteiros, os tentos das jardineiras altas e outros elementos em concreto da saída do metrô, as bases em concreto das bandeiras. Há também uma demanda, aumentada nos períodos de sol quente, quando são disputados os bancos à sombra e também são reinventados lugares ‘sentáveis’ à sombra.

As condições climáticas muitas vezes determinam os usos e a ocupação da praça. No Rio de Janeiro, cidade de altas temperaturas médias, a alta insolação, e no contexto da Tijuca, onde já há um ‘fechamento’ natural pelas montanhas, e onde as condições extremas são agravadas pelos efeitos de uma densa urbanização que se funda no desmatamento, na verticalização, e na impermeabilização em concreto de extensas superfícies. Assim, no microclima da praça, podemos observar que os usos do mobiliário urbano e dos subespaços é a distribuição das permanências de grupos nos horários diurnos é atraída, nos muitos dias de calor do ano, pela presença de sombra. Os ambulantes ‘mais permanentes’ têm pontos sob as árvores. As camas elásticas de aluguel também ‘andam’ pelo espaço em busca da sombra.

A insolação é mais intensa em uma parcela do parque na qual não há arborização, pela implantação do metrô. No verão, os usos da praça próximos ao horário do meio-dia são bem menos intensos, sendo retomados após algumas horas. Nestes períodos, as áreas sombreadas ao norte acolhem a maior parte das pessoas. A aridez é agravada pela morte de algumas árvores, que nem sempre são repostas pelo poder público.

Enfim, confirma-se o óbvio não dispensável no olhar dos usos de um espaço, do qual trata Whyte, de que a presença de assentos, as relações sol-sombra em função das condições climáticas, e a presença de água são alguns dos fatores que estimulam o uso dos espaços livres públicos. A água, infelizmente, neste caso, está ausente: suprimido o espelho d'água, este não é substituído por outro elemento que introduza a água neste espaço. Se isto atende a questões de gerenciamento e manutenção da área, que incluem o controle de apropriações indevidas; isto não significa que a praça, a partir desta ausência, seja então em contrapartida muito cuidada. Do ponto de vista do conforto ambiental e simbolicamente, esta perda é ironicamente completada nas enchentes que tornam o desnível em uma piscina.

Outro fator de usos de espaços identificado por Whyte, e ainda não citado, é a presença de pontos de venda de comida e bebida. No caso da Praça Afonso Pena, este comércio é ‘informal’, até porque estes têm sempre autorizações provisórias de instalação<sup>25</sup>. A presença das bancas, carrinhos e delimitações é ela mesma uma apropriação do espaço, que se incorpora aos espaços da praça transformando-os. E que, por sua vez, gera outras apropriações pelos usuários: esperas, apoios, permanências, encontros.

A água de coco, aliás, é um produto bem visto pelo poder público<sup>26</sup>, em uma avaliação correta de benefícios à saúde e também de um produto de espécies nativas<sup>27</sup> e culturalmente significativas. Porém, há certo contra-senso na sua venda em espaços públicos, como uma atividade ‘provisória’ que demanda muito dos serviços públicos de

recolhimento de lixo orgânico. As dificuldades do suporte público à regularização de atividades e fomento aos pequenos empreendimentos aí transparecem. E afetam as possibilidades de melhorias estéticas no mobiliário móvel que as suporta.

De todo modo, configura-se uma territorialidade na praça marcada pela distribuição de até três pontos de água de coco, do vendedor de sorvetes e do ponto de vendas de cachorros-quentes disputados pelos passantes dos pontos de transporte. A praça é servida por estes.

Há também outros tipos de vendedores informais, camelôs de 'brinquedinhos' do tipo buginganga baratos para crianças nos fins de semana. Bem no meio da praça; é freqüente também uma senhora idosa com um carrinho de supermercado em uma variável instalação quase 'parangolé'<sup>28</sup> para a venda de produtos diversos, de refrigerantes a brinquedinhos<sup>29</sup>.

O aluguel de brinquedos – uma ou duas camas elásticas – e carrinhos motorizados ocorre principalmente aos fins de semana no nível inferior da praça. Sobre isto, alguns pontos são discutíveis. O primeiro destes é a própria existência de brinquedos pagos em um espaço público. B.F. reclama que isto afugenta os moradores de favela; pois, ao conversar com as mães das crianças da creche da favela, passou a perceber que "a praça no fim de semana que você **só tem acesso pagando**, e quem não paga já fica **excluído**"<sup>30</sup>. Deste modo, ela destaca, crianças criadas em ruelas, confinadas, e também os demais "ficam lá em cima mesmo naquela limitação". Ela considera então que os brinquedos pagos devem ser proibidos aí, levados para um outro terreno, exceto de ocasiões especiais, como é a feira<sup>31</sup>.

Por outro lado, isto chama a atenção para os problemas de desenho e o grau de atratividade dos brinquedos públicos instalados. T.R., que freqüenta com os netos a Praça Afonso Pena e os parques da Lagoa, ressalta que na Zona Sul há espaços com brinquedos 'todos muito bacanas', e que a Praça Afonso Pena e toda a Zona Norte carecem de brinquedos mais 'modernos e criativos'. Efetivamente atraentes para as crianças, os carrinhos são discutíveis também pelo problema do tráfego com os outros 'veículos' não motorizados, e pela própria ausência do exercício físico.

Porém, não é uma solução se fazer a simples supressão destes fatores de atração e movimentação de praças. Quais são as alternativas? Nesta questão, aliás, a comum comparação com a Xavier de Brito, outra praça da Tijuca com situação e funções similares, é inevitável. Porém, lá há bem mais concessões de brinquedos na área pública, um antigo serviço de aluguel de cavalos e charretes sem um evidente apoio público para o funcionamento na praça e ruas laterais, e estes usos estão em contraste com um fechamento em tela alta dos brinquedos públicos. R.F. considera que a Praça Afonso Pena ainda é mais livre, apesar desta 'exploração', enquanto a Xavier de Brito é totalmente 'retalhada'. A idéia de um parque de diversões, um espaço não público, se impõe. Portanto, esta comparação nos chama atenção para os problemas, inclusive por nosso contexto de desigualdades sociais, da ocupação do espaço público.

Além disto, consideramos que o problema dos brinquedos 'pagos' não está apenas no fato de que são pagos, pela exclusão para a qual podem contribuir, mas também pelas representações de espaço público que inserem. Primeiro, para os que não os usufruem, de

que não há espaço público para eles, e que aos demais fica reservado o melhor. Segundo, porque a imagem 'colorida' do parque pode se tornar, para os outros, uma representação de um espaço público que não há aí.

Também é uma interferência na praça a presença do quiosque de venda de plantas em uma das esquinas da praça, uma concessão tornada mais do que abundante na cidade do Rio, tem um efeito visual superficialmente agradável e acolhedor, e é uma atividade bem adequada ao espaço. Porém sua inserção nos espaços públicos é muitas vezes discutível. Aqui, pela localização, pelo estilo arquitetônico, mas também pelo cenário criado. Isto porque, nós identificamos, de antemão, este como uma representação de uma paisagem que não mais existe, a dos jardins – vegetação arbustiva mais exuberante e flores, cores.

No caso da Praça Afonso Pena esta é uma ironia desoladora. Há assim um contraste entre o público e o comercial, e uma 'privatização' das cores e formas, pois os canteiros urbanos estão restritos a espécies mais resistentes e de mais fácil conservação, e deste modo, de menor variedade de cores e formas. T.R. nos confirma este argumento, ao dizer que sente falta de folhagem e flores em diversos lugares da cidade e que, nesta praça, "ainda bem que tem aquele quiosque".

Além disto, isto aponta que no âmbito do Poder Público, há uma diminuição dos serviços de jardinagem e a não coordenação desta conservação com o aumento de uma segurança pública. Aliás, dentre diversos moradores próximos que contatamos, os problemas na manutenção e criação dos canteiros são notados, e eles destacam ainda a demora no replantio de árvores. Assim, a ausência de gestão do espaço e a ironia das representações do colorido e vivaz quiosque são algumas das imagens de abandono do espaço<sup>32</sup>.

Neste contexto se insere também a questão da conservação dos espaços públicos. Nos últimos tempos, na praça, a limpeza urbana e a colocação de mobiliário urbano têm sido relativamente frequentes. Porém, o exemplo emblemático, porém, talvez não seja o do mobiliário urbano, e sim o da arborização urbana, um aspecto em que as soluções não podem ser dadas em curto prazo. Na Praça Afonso Pena, há cada vez menos arborização na praça. E no replantio de árvores pelos moradores, encontramos dois outros espécimes na calçada da Rua Martins Pena, que descaracterizam a fileira de oitis. Somente neste último ano as melhorias na arborização e nos canteiros podem ser notadas.

A praça é reclamada pelos moradores como 'abandonada' pelo Poder Público. Em relação a outros lugares da cidade, a área é relativamente cuidada, e a observamos em diversos momentos as ações da Fundação Parques e Jardins. Porém, o que constatamos é que há dificuldades que são devidas às diferentes lógicas dos setores públicos, que não se integram nos espaços. E, principalmente, de um predomínio das eventuais novas obras sobre as estratégias de manutenção, conservação e gestão dos espaços livres públicos<sup>33</sup>. O novo, a construção, vale mais do que a conservação. De certo modo, isto faz com que as

responsabilidades da Prefeitura e do Estado recaiam sobre os valores e significados que a população atribui, ou pretensamente atribui, sobre as ações públicas.

Julgamos, porém, que estes não são apenas problemas de gestão do Poder Público, e nem deste ou daquele órgão ou gestão, mas são questões que ultrapassam as meras soluções formais, e envolvem a necessidade de uma compreensão do que é ou deve ser o espaço livre público, pelo poder público e pelos cidadãos, não apenas como 'um público'.

Na Praça Afonso Pena, repleta de usuários nos fins de semana, a idéia de 'abandono' fica mais plausível nos horários mais calmos dos dias de semana. Nestes, apesar do movimento de passagem, há menos permanências, e diversos bancos da praça se tornam 'tomados' por moradores de rua, definidos como 'mendigos', geralmente solitários. E, segundo os relatos, as reclamações se justificam pelos difíceis problemas sanitários que estes causam, e pela relação de alguns com a sujeira dos espaços e equipamentos infantis. Foi colocado recentemente um sanitário público químico, uma das demandas apontadas, mas este não resolve a questão, no caso destes 'moradores', por ser pago. Aos 'mendigos' é associada grande parte da sujeira da praça, muito embora três moradores reclamem que uma parcela dos jogadores joga muito lixo na praça - outros porém, têm até uma vassoura presa na árvore.

A tomada do espaço público pelos mendigos é, no contexto da praça, algo que incomoda muito, mais aos usuários do que as questões de segurança, eventuais e relativamente menos complicadas do que em outras áreas do bairro (quanto mais se lembramos que em verdade este inclui morro e asfalto). Pressentimos que o abandono é o abandono das pessoas, que se transfere aos espaços. Abandono daqueles que estão na rua, e abandono dos demais, que freqüentam a praça. É neste contexto que a praça, como em outros lugares da cidade, vai sendo projetada contra os usuários: o banco de desenho tradicional em réguas de madeira é dividido por uma haste metálica, de modo a impedir que alguém se deite nele, uma solução de desenho inédita, que; segundo uma entrevistada; é proposta de morador próximo (fig. A 34 e fig. A35)<sup>34</sup>. Se tomarmos um dos aspectos da praça que surgem da questão dos mendigos, o 'abandono', se relaciona em parte a uma praça tida como suja, uma 'porcaria'.

Consideramos que a ausência de um projeto integrado é uma forma de abandono, e que o suscita. A incorporação do metrô, a sobreposição de soluções de projeto 'técnicas' e burocráticas, o mero atendimento às demandas de uso, a inserção de elementos construídos não incorporados esteticamente ao espaço da praça, a pobreza de expressão do espaço, do mobiliário urbano e da vegetação. Estas soluções, ou ausências de solução, certamente interferem na apropriação do espaço.

Notamos ainda que estes diversos usos e apropriações do espaço no cotidiano, adequados e inadequados, nos mostram um dos momentos do espaço, a prática espacial, o **espaço percebido** que, lembremos, "associa estreitamente no espaço percebido a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida" privada", do lazer)" (Lefebvre, 1974). A relação entre configuração e apropriação é fundamental, já que segundo Lefebvre, descobrimos a prática

espacial decifrando o espaço. E consideramos este que nos aponta, e como ela se conecta às concepções e às vivências do espaço .

### 5.1.e – vivências na praça

Os mais idosos lembram nostalgicamente, ou mesmo tristemente, da praça pitoresca e bucólica, em contraste com a situação atual. Assim, diz-se que " a praça **era linda** ", As memórias pessoais, recentes ou antigas, na Praça Afonso Pena a constituem como o lugar das brincadeiras na infância, o lugar do prazer de estar com filhos e netos, de ver o movimento, do namoro.

Carvalho escreve que a Praça Castilhos França:

"já não é mais a praça que me viu brincar até os onze anos de idade: perdeu árvores, perdeu o laguinho, perdeu as áreas gramadas. Trinta e quatro anos de exílio, e a reencontro seca como uma paisagem de outono. (...) Hoje, mais do que nunca, entendo o poeta Carlos Drummond de Andrade: 'Itabira é apenas um quadro na parede. Mas como dói' "(2008, s.p.).

Porém, os sentimentos dos que continuam a usufruir a praça são por vezes contraditórios, já que os vínculos afetivos não se esgotam Apesar de dura crítica, L. M., que ao se referir à praça diz que "Esta **porcaria** virou trampolim eleitoral" criticando as faixas de agradecimento pela remoção de árvores mortas; e que, lembrando do passado, diz que "**esculhambaram**" com a praça, ressalva porém: "é que eu sou **sentimentalmente ligada** a esta praça, é **muita lembrança**".

Por outro lado, F. A, senhor muito feliz, nos relata que "era uma praça mais **de família** e hoje é uma praça **muito tumultuada** por causa do metrô", mas quando um pouco depois fala sobre hoje, reconhece inversamente que "é muito **alegre, aconchegante**, mais **alegre** e mais **movimentada** agora". Ele e a esposa F. E., perto de completar um século de idade, relatam que o noivado foi lá, há sessenta anos<sup>35</sup>. F. E., aliás, nos confessa que:

"Eu também... gosto de ver gente; e o que mais vejo é gente; até estes restaurantes favorecem (...) **movimento aqui, movimento ali**, esta parte de **segurança** pra gente, não sei (...), mas eu tenho essa **confiança**. Porque eu acho que **este movimento é maravilhoso**, este caminhar na praça para idosos é maravilhoso, só que eu sou preguiçosa"

Isto nos remete ao que T.R., moradora próxima, pondera sobre os intensos usos da Praça Afonso Pena: "essa diversidade, sobretudo de idade que tem (...) a pracinha de fato é um teatro (...) tem a **vida inteira representada ali**".

Por outro lado, diferentes usuários e trabalhadores no espaço apontam a necessidade de estratégias de educação ambiental na praça, inclusive para coibir a sujeira feita pelos usuários e pelos cães. O controle urbano destas questões, aliás, é pífio, pois é notadamente raro haver guardas na praça – há polícia na cabine junto ao metrô.

Isto é especialmente relevante quando notamos que a praça surge então como um **lugar de aprendizado**. Especialmente para as crianças, algumas destas em contato diário com este 'espaço público/ lugar/ paisagem' e as relações que nele se estabelecem. Aliás, diversas escolas de ensino fundamental, médio, e superior realizam atividades didáticas na praça<sup>36</sup>, como uma forma de discutir conhecimentos sobre a cidade, o meio ambiente e outros temas; ou de em campanhas comunitárias. A coordenadora de uma escola particular da Grande Tijuca, que faz regularmente feiras literárias em espaços públicos tijucanos (fig. A36), eventualmente na Praça Afonso Pena, nos explica que "a gente gosta muito de ir pra rua; a gente percebe que de alguma forma mobiliza outras pessoas" (M. O.).

É interessante observarmos aqui o nome de uma das atividades desenvolvida nos anos noventa pela Secretaria de Educação na Praça Afonso Pena: "Tudo ao mesmo tempo na Praça"<sup>37</sup>. Para nós, este nome expressa as múltiplas apropriações deste espaço.

Na Praça; a estes usos eventuais, explicitamente didáticos, se somam outros de caráter diverso - cultural, esportivo, político, social e religioso. Dentre os agentes promotores de encontros, festas e eventos que identificamos, além das escolas, estão principalmente a Associação de Moradores e Amigos – Arcapena; grupos da Igreja; as igrejas evangélicas, a Banda da Afonso Pena, os blocos de carnaval dos arredores, diversos grupos sociais. Notamos que, mais raramente, a Prefeitura realiza atividades na praça (fig. A37), de modo que não há um real fomento de eventos culturais nos espaços públicos da cidade. O papel do Poder Público como mediador dos conflitos e apropriações dos espaços públicos se restringe então a autorizações, medidas no trânsito, e reforços na segurança.

A Praça tem uma 'agenda' que inclui as festas de carnaval e dos 'clássicos do futebol para os cerca de três blocos que cruzam a praça e para Banda nela sediada, as festas em datas comemorativas, as festas juninas, festas nas datas religiosas, como a Via Sacra na Semana Santa; e mais raramente, peças de teatro na praça. Dentre o que verificamos, há também concertos da Banda do Corpo de Bombeiros, os pontos de encontro de eventos de ciclismo na Tijuca; os encontros de *cosplayers*<sup>38</sup>; grupos de jovens de preto em momentos diversos; donos de animais, desde campanhas de adoção a festas a fantasia. Mensalmente, há a Feira Mix organizada pela Arcapena (fig. A38).

Na praça, é memorável o trabalho de Reimont (R.M.) no fim dos anos noventa: na direção da paróquia da Igreja dos Capuchinhos, organiza missas, Campanhas da Fraternidade, e outros eventos religiosos e ecumênicos no espaço da Praça Afonso Pena - alguns destes em conjunto com a Associação ou então com as escolas particulares e públicas de diversas partes da Tijuca. Deste encontro das escolas, ele relata que "a gente fez um cordão em que praticamente demos duas voltas na praça, assim de gente". Para nós, é interessante a sua consideração de que a praça, "pela própria estrutura dela", não gera a separação das pessoas em grupos fechados. Para ele:

" pela estrutura, pelas pessoas que moram em volta, pelo público que frequenta, é uma praça que não vai conseguir reunir pessoas pra qualquer movimentação sectária, para qualquer manifestação que abandone o **diálogo**, a interdisciplinaridade, a inter-religiosidade, a interculturalidade. Se for uma

coisa muito fechada, ensimesmada, enraizada, sem abertura, eu acredito q a praça por si só não acolhe".

Deste modo, ele identifica algumas das relações entre configuração e apropriação dos espaços da Praça Afonso Pena a partir da sua experiência na organização destes eventos. E nos confirma o valor deste espaço público por sua **abertura**, pela **acessibilidade**, porem a sua capacidade de **acolher** eventos públicos.

M.O., a coordenadora de escola entrevistada, também se refere à configuração da praça como um dos fatores de escolha desta, como nos relata: "pelo espaço físico dela, é uma praça que tem um **contorno claro**; e ela tem um **tamanho** que a gente acredita que atende ao que a gente se propõe a fazer".

Talvez isto nos aponte o que constitui a praça como um lugar urbano: as **dimensões**, as **proporções** da praça em relação a seu entorno, e a **leve**, porém geometricamente **definida** e de clara leitura **delimitação da praça**, tanto pelo fechamento vertical das árvores quanto pelo pequeno desnível.

Estes são instantes de conexão das famílias, dos indivíduos e dos grupos sociais registrados na memória, e que parecem se aproximar do que Lefebvre define como "espaços de representação", lembrando que estes são os espaços vividos, penetrados de imaginário e simbolismo, e dos quais se fala, e nos quais "há um nó ou centro afetivo: o Ego, o quarto, o alojamento, ou a casa, o lugar, o leito, a praça, a igreja e o cemitério" (1974: 53).

O presidente da Arcapena nos revela que fica 'emocionado' quando vê como a Feira organizada por esta associação recreativa ocorre sem problemas. B.F. fica 'sempre muito encantada' quando passa por ali nas manhãs ensolaradas em direção ao metrô. O vendedor D.A. diz que 'dá muito prazer trabalhar aqui'. A praça é descrita como um 'oásis' (B.F.), um 'teatro' (T.R.) ou um 'respiro' (R.F.), ou então considerada 'simpática'. Quando estes discursos ocorrem, a praça é um lugar presente.

Destaquemos então um lugar dentro do lugar que é a praça: a estátua em bronze '**Proteção**', em que dois cães estão representados (fig. A39) - e que, segundo morador mais antigo (B. A.), esta estátua estava antes dentro do espelho d'água. Há algumas décadas, famílias dos arredores têm fotos das crianças de várias gerações montadas nestes cães -dizem que o metal se encontra polido pelo fato de que todas as crianças sobem aí. Hoje, não é raro encontrarmos estes instantes de brincadeiras junto aos cães na praça. E estes instantes sendo registrados. Por outro lado, os cães são registros das memórias infantis, como o de uma ex-moradora que retorna:

"Os cães de bronze (...) espólio da memória (...) Qual não foi minha surpresa ao descobrir que, quarenta e cinco anos haviam se passado, e eles ainda estavam lá (...) Resistiram e permaneceram em estado de alerta: testemunhas oculares da minha infância e do implacável fluir do tempo" (Carvalho, 2008).

### 5.1.g – a Praça Afonso Pena praça como um habitar

"A Praça Afonso Pena oferece o que todo mundo espera de uma praça"

(C.S.)

A Praça Afonso Pena é um lugar que congrega em torno de si um trecho do bairro, como: um ponto de referência e de acesso por transportes públicos; como um ponto de encontro e como um 'respiro' do bairro.

A investigação nos aponta o papel das praças na cidade como agregadoras funcionais e simbólicas. E a relevância da sua configuração, inclusive pela integração ao tecido urbano. Não apenas para a formação de um diversificado sub-centro do bairro, mas como um espaço presente nas diversas atividades da vida cotidiana.

Porém, isto não se dá sem tensões e contradições.

A Praça Afonso Pena se insere em um contexto onde há violência urbana, e eventos ocorrem junto a ela. Porém, a praça não é tida como perigosa em si, e tem usos noturnos intensos. A praça também é tomada por moradores de rua, a cada período em que diminuem os 'demais' usuários. Aliás, consideramos o que diz Deutsche (1998): para ela, a presença de moradores de rua é ela mesma representativa da presença do Poder Público, na medida em que ela contesta a expulsão destes capitaneada por grupos privados. Aqui, para esta praça esta 'verdade, na medida em que a falta de alternativas também denota uma ausência do Poder Público. E, para a praça, alguns destes usuários são realmente prejudiciais aos outros usos do espaço e ao espaço ele mesmo.

A praça é simultaneamente tida como bucólica e movimentada. Mas de todo modo, é um lugar para aqueles que a percebem ao longo das atividades que nela realizam.

O vivenciar da praça se liga ao contexto da Tijuca. Talvez 'ser' tijucano signifique conhecer melhor a cidade: por se estar no ponto intermediário de conexões urbanas, de qualidade urbana intermediária; por se estar em contato permanente com as diferenças, com o não-lugar da violência urbana aumentada e com o sentido de lugar e comunidade e em contraponto. . Há impasses na situação do bairro hoje, e acreditamos que as saídas dependem de conhecimento, criatividade e participação social nas decisões públicas.

O espaço público pode ter um papel fundamental neste processo, mesmo que esferas públicas surjam de festas urbanas. A esfera social, não necessariamente pública, em parte como extensão das relações de vizinhança, se intensifica e se torna visível na praça. E toma contato com outras realidades: aquela dos moradores das redondezas mais imediatas, dos moradores da comunidade do Turano, que são uma parcela pequena, mas constante dos usuários, e dos estranhos ao bairro. Esta esfera pública de intermediação pode ser considerada como uma esfera social, mas cujos contatos e associações diversas constituem e reconstituem uma esfera pública na medida do que cabe a um espaço público. Notamos que gradativamente se intensificam estas relações, ainda que sem a participação do Poder Público, que se omite em diversos aspectos no seu papel cultural neutro e público.

## E a paisagem?

No decorrer da tese, um comentário esparso um amigo tijucano (de A.T.) nos questiona que esta praça "não tem paisagem". Como é isto?

Em resposta, podemos dizer que ver a paisagem na Praça Afonso Pena é mais do que notar o óbvio: este é um espaço público arborizado e com tratamento paisagístico, e que, além disto, contém resquícios/registros da história do paisagismo na cidade. É mais do que notar que uma praça arborizada é uma parcela da natureza como o homem a incorpora para a sua fruição do ambiente. Mas também é mais do que observar o seu papel ambiental, pois na Grande Tijuca, excetuando-se as áreas de encosta florestada, a praça aparece como uma das poucas praças arborizadas utilizáveis em um amplo contexto de densa urbanização e arborização presente, porém descontinuada, e de espaços residuais de intervenções urbanas. A isto se acrescenta então que grande parte das áreas verdes próximas está em encostas inacessíveis ou parcialmente desmatadas por assentamentos informais; e por fim que a tendência ainda hoje crescente à verticalização do bairro da Tijuca é evidente inclusive no entorno e arredores da praça.

'Ter' paisagem significa também mais do que possuir uma vista, no caso, das montanhas da Serra da Carioca e da Floresta da Tijuca mais acima. E também é mais do que o vislumbre da notável estátua do Cristo Redentor no Morro do Corcovado, referência primordial na cidade. O Cristo, visível na Praça Afonso Pena em um pequeno trecho de calçada, enquadrado pelos edifícios em altura, segue como uma conexão entre praça e montanha, um resto casual da ocupação urbana. Mas esta presença é raramente notada<sup>39</sup> e, portanto, em princípio, a praça não tem este 'tipo' de paisagem- a paisagem como uma vista, cenário panorâmico da natureza.

Talvez a chave para compreendermos a questão que se coloca, e que nos parece recorrente em relação à paisagem, esteja em relembramos uma locução coloquialmente corrente: 'cara de paisagem'. Diz-se que alguém faz ou possui 'cara de paisagem' quando se torna alheio, se aliena de algo, em uma expressão facial que, ainda que possa ser bela, denota ignorância de uma situação, elitismo ou esnobismo. A idéia de uma "cara da paisagem" nos faz refletir sobre o sentido da paisagem como uma beleza distante, inacessível, alienada das coisas dos homens; um cenário. Uma vista.

A relevância de espaços como a Praça Afonso Pena está em não ter esta 'cara'. Para nós, é relevante lembrar mais do que o seu papel histórico, estético, como patrimônio público ou como um habitat que traz conforto ambiental à cidade, a Praça traduz um lugar, um habitar. Em outras palavras, a praça se opõe sim à idéia de uma 'cara de paisagem': a praça está presente mesmo nos elementos ausentes como aquele espaço onde a experiência do contato com a natureza, mesmo parcial, é constante e cotidiano, e a praça permeia a apreensão da cidade de um modo não necessariamente consciente e identificável.

Ainda que os vínculos mais visíveis com a natureza – os rios, as montanhas, a maior parte da fauna - tenham sido perdidos, a paisagem da Praça Afonso Pena está presente. Ainda assim, a paisagem da Praça está presente quando se toma consciência destas ausências. Da

supressão das vistas, da natureza ela mesma e de um habitat menos agressivo- o ruído urbano é o indicador desta distinção.

Para nós, o que sugere o abandono e o que aponta para todas as ausências é a ausência de um projeto urbano que estruture espaço público, lugar e paisagem em sua plenitude. E que, ao incorporar soluções de gestão, de segurança e de controle urbano, o faça a partir desta conjunção. Em resumo, perdidas as conexões ao contexto natural da praça; inseridos elementos desconexos que não contribuem para uma integração formal; dotado o espaço de equipamentos que apenas atendem a funções; perdido o sentido original do pitoresco, gracioso, e a função de contemplação que este suscitava reencontrar na Praça Afonso Pena a paisagem, o lugar e o espaço público; criar uma proposta de re-estruturação simbólica.

A praça em si já se congrega como um habitar. Nela, a delimitação do espaço é feita sem barreiras e o sugerido isolamento em relação ao intenso fluxo de veículos em uma das vias, o acolhimento das árvores e o sentimento de proteção que atende especialmente aos usuários mais novos e mais velhos constroem um lugar.

Consideramos que há um sentido da paisagem que conjuga as 'várias' presenças da paisagem na Praça Afonso Pena. Este sentido está nas definições que enfatizam a paisagem como um território apropriado pela ação do homem, produzido socialmente, e como um fenômeno no qual a ocupação e construção através da participação cotidiana das pessoas. Podemos chegar a esta noção semanticamente, pelos significados da paisagem. Seja através do termo que origina a paisagem em anglo-saxão: '*Landschaft*', um termo do germânico antigo, se refere não ao cenário ou a representação, mas ao ambiente ele mesmo de uma comunidade trabalhadora. Seja pela compreensão da paisagem pelo aspecto da ação sobre o território e do resultado desta ação contida no sentido do sufixo '*agem*'.

Portanto, compreender a Praça Afonso Pena como uma paisagem é também compreender a paisagem como uma construção cultural, não apenas impressa na imagem e na materialidade identificável como 'paisagem', mas transcrita no uso e fruição pública que constroem cotidianamente a paisagem e o lugar.





Fig. A01: Praça Afonso Pena – palco de eventos e intensamente usufruída cotidianamente.



Aridez que se contrapõe à arborização a praça:

Fig. A02: Passeios a Oeste

Fig. A03: Passeios ao Sul e acesso ao metrô.





Fig. A04:  
A praça em 1921, então Praça  
do Hipódromo Nacional



Fig. A05:  
Espaço central da então Praça  
Castilhos França nos anos 1940.



Fig. A06:  
Inauguração da Praça Castilhos  
França em 1945.

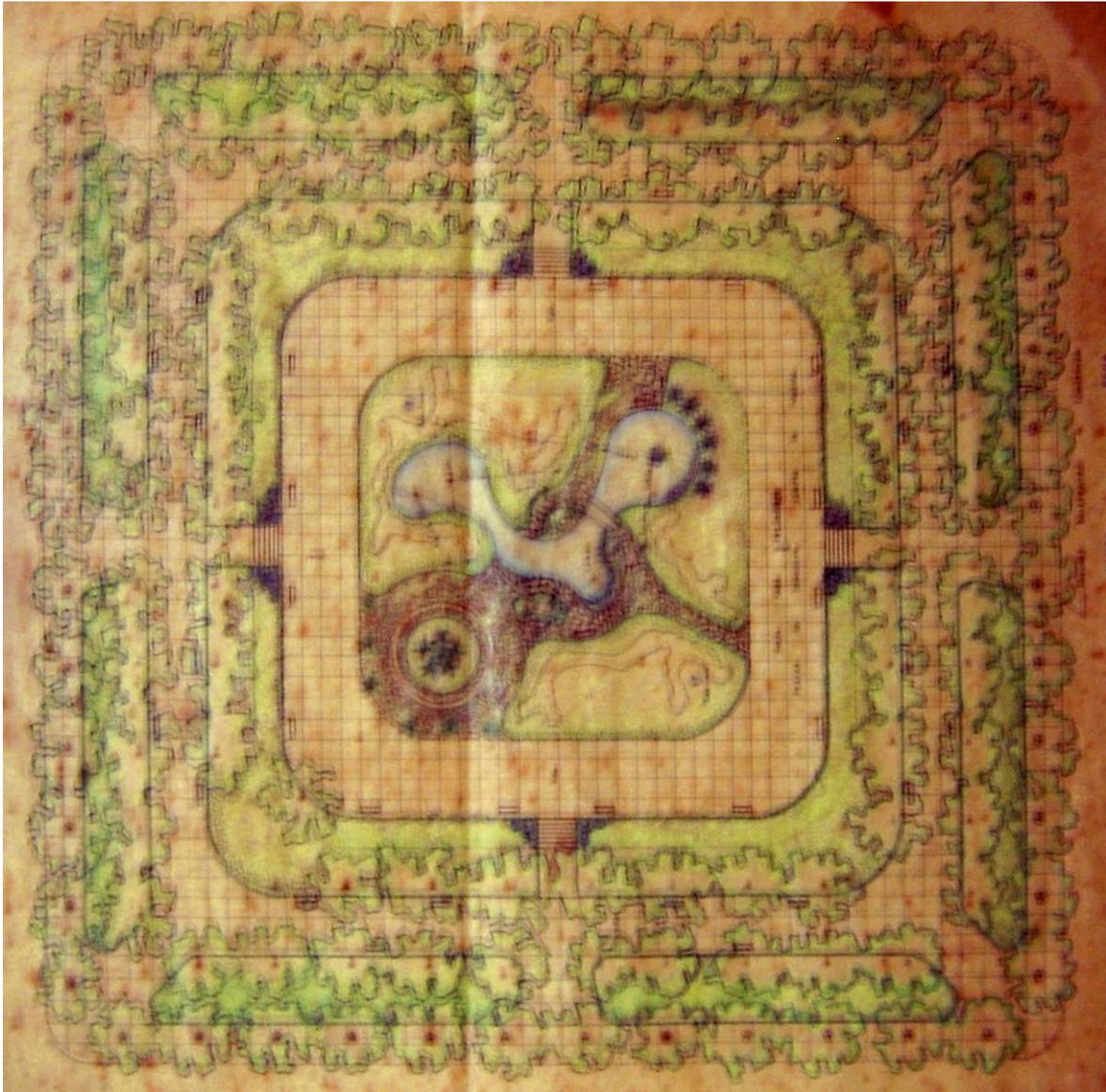


Fig. A07: Projeto da Praça Castilhos França, atual Praça Afonso Pena, em 1939 (autor desconhecido).



Fig. A08: Área sem arborização sobre o metrô.



Fig. A09: Equipamentos para lazer infantil na área central da praça.

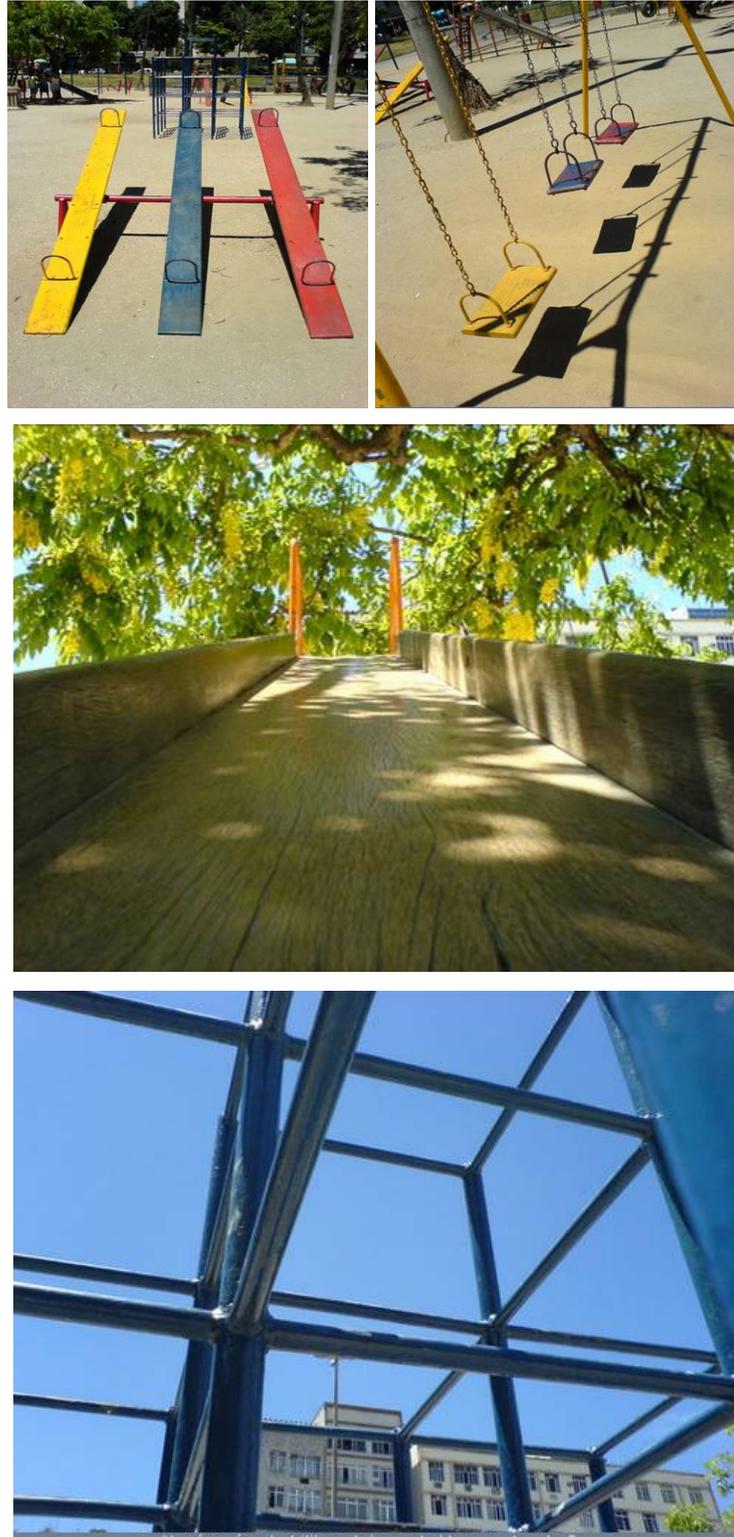


Fig. A10:  
Os brinquedos nas representações  
divulgadas de um ex-usuário.



Figs. A11 a e b:  
Catadoras de lixo na praça.



Fig. A12  
Edifícios, metrô, cabine da PM,  
desnível e gangorra na praça vistos  
por ex-usuário.

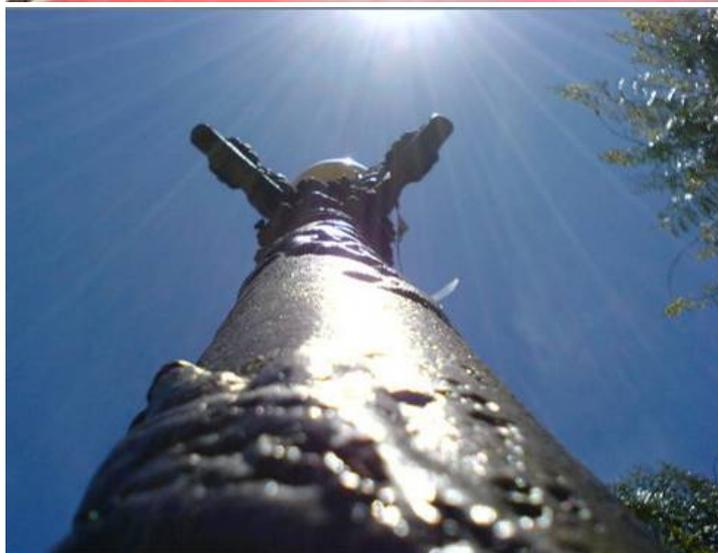


Fig. A13  
Poste original visto por ex-usuário.

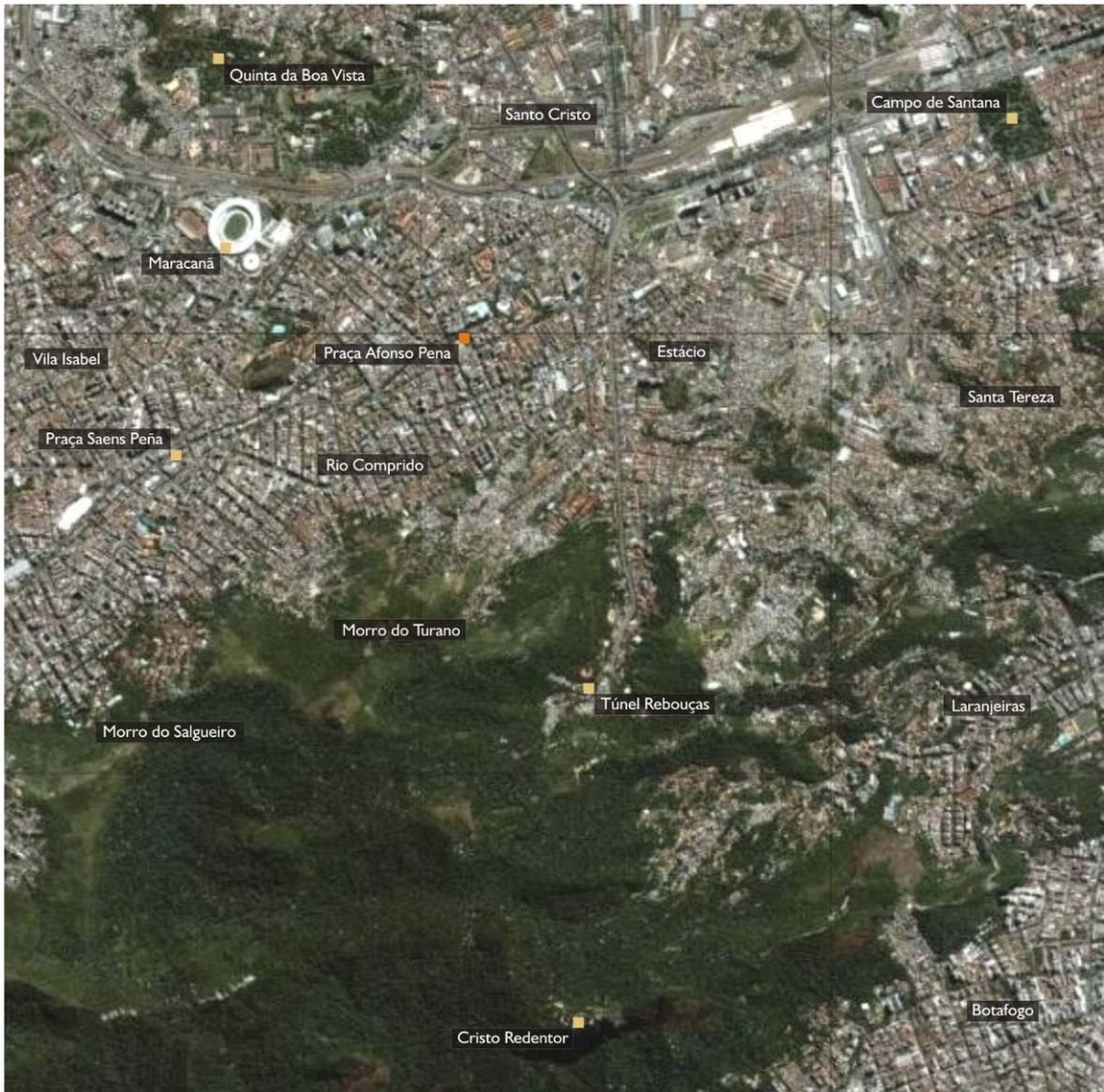


Fig. A14: Praça Afonso Pena: o contexto da cidade do Rio de Janeiro.



Fig. A15:  
Bairros da Grande Tijuca.

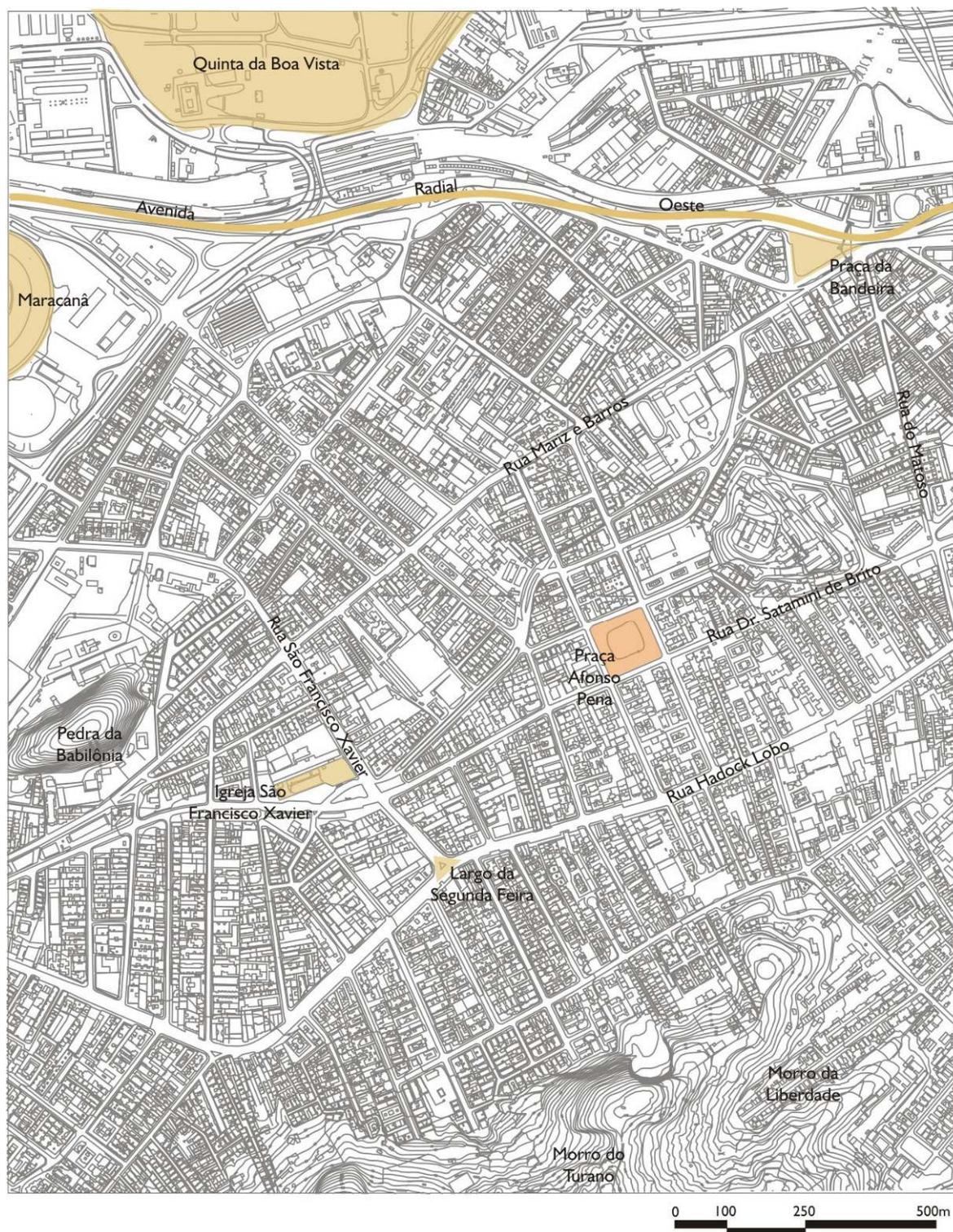


Fig. A16: A Praça Afonso Pena no contexto do bairro e arredores.



Fig. A17: Praça Afonso Pena vista do alto com o bairro do Maracanã ao fundo.



Fig. A18: Praça Afonso Pena vista do alto com a Serra da Carioca ao fundo.

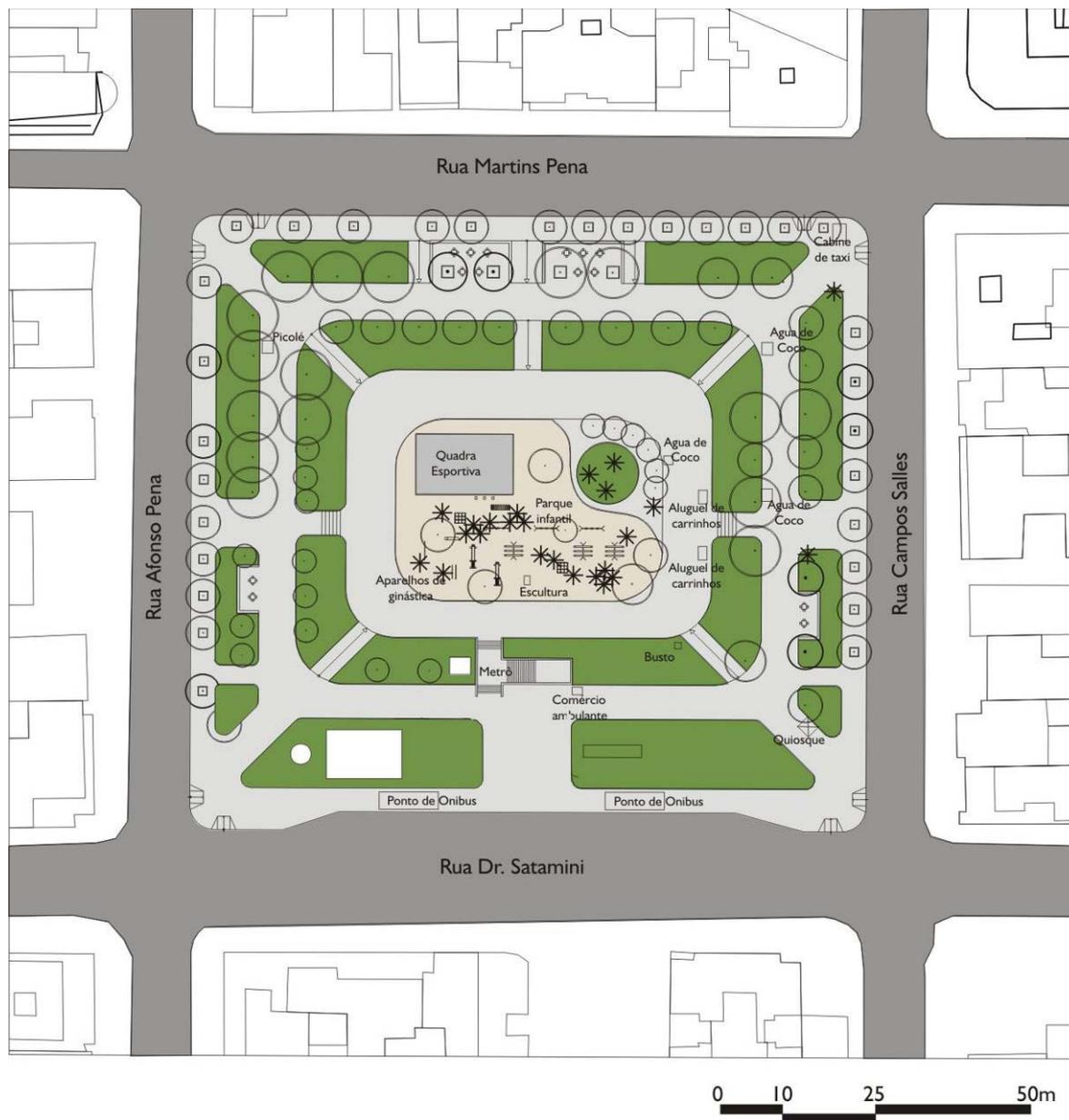


Fig. A19: Planta de pisos e usos Praça Afonso Pena.

Fig. A20:  
Levantamento da Praça Afonso  
Pena feito em 1994.

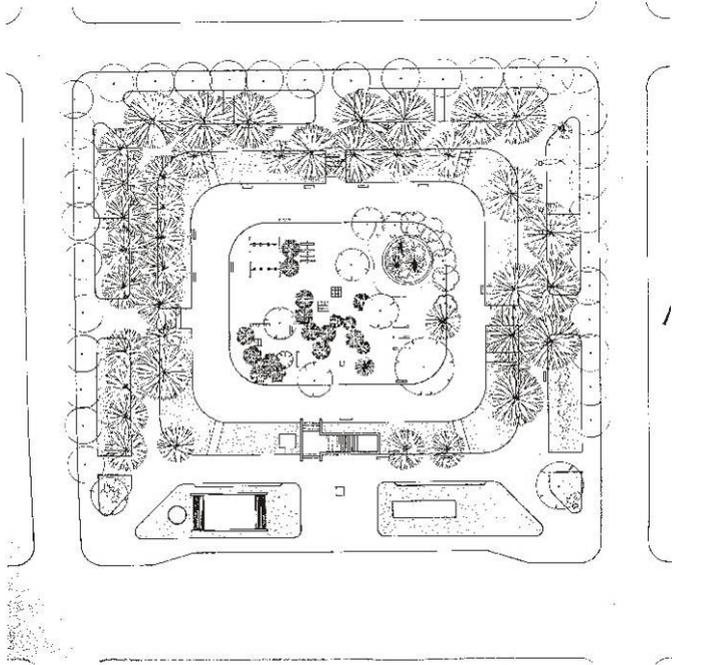
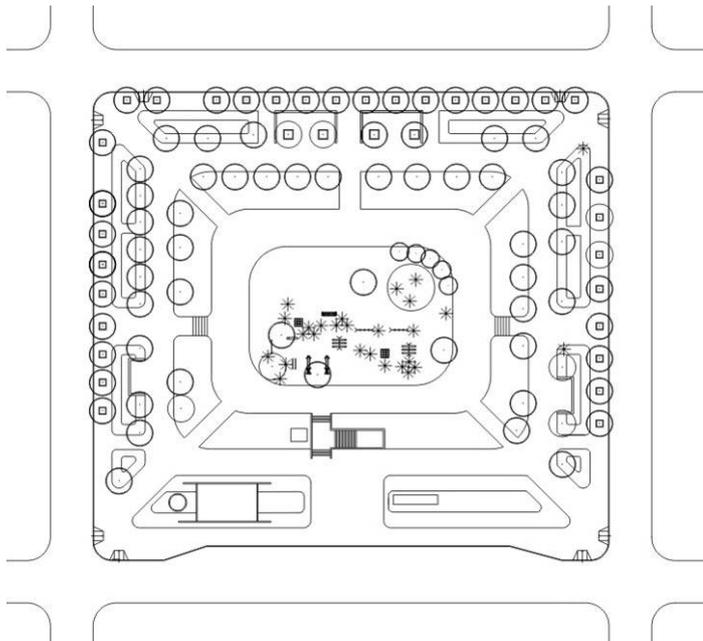


Fig. A21:  
Projeto de reforma efetuada em  
2001, com a colocação dos nichos.





- 1 - *Ceasalpinea Ferrea* (Pau-Ferro)
- 2 - Oiti
- 3 - *Cassia Mutijuga*
- 4 - *Phoenix Canariensis*
- 5 - *Cassia Fistula* (Chuva de Ouro)
- 6 - *Cocos Nucifera* (Coqueiro)
- 7 - *Pandanus Utilis*
- 8 - *Ravenala Madagascariensis* (Árvore do Viajante)



Fig. A22: Planta atual da vegetação e entorno da Praça Afonso Pena.

Fig. A23: Passeio superior e oitis.



Fig. A24: Nicho com bancos e mesinhas junto à faixa exclusiva de caminhada.



Fig. A25: Quiosque na diagonal do acesso à Rua Dr. Satamini.



Fig. A26: Grupos de jogadores nos nichos de mesa de jogos.



Fig. A27: Família jogando damas na mesa de jogos.



Fig. A28: Vendedores ambulantes de água de coco na faixa superior.



Fig. A29: Artesão junto à Rua Dr. Satamini.



Fig. A30: Carrinhos na faixa do nível inferior do passeio da praça.



Fig. A31: Passeio cimentado do nível inferior da praça.





Fig. A32: Playground e cama elástica de aluguel na área central



Fig. A33: Área central.: vegetação e playground.



Fig. A34: Passeio noturno no banco com haste metálica para impedir que se deite no banco.

Fig. A35: Fig. A34: Haste metálica para impedir que se deite no banco.



Fig. A36: Evento de escola na praça.



Fig. A37: Evento de idosos na praça.



Fig. A38: Feira mensal organizada pela Arcapena.



Fig. A39: A Banda da Praça Afonso Pena – bandeira e evento.

Fig. A40 a- b: Estátua “Proteção”.





Fig. A41 : Cristo Redentor visível do passeio junto à Rua Campos Sales.



## 5. 2 – paisagem e lugar nos espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas

"A Lagoa é o meio do Rio de Janeiro.  
O lago da Lagoa fica bem no meio do Rio.  
Por isso ela é tão grande e redonda"  
(B.S., 5 anos).

### 5.2.a – preâmbulo

Há paisagens que têm o dom de nos silenciar. Como cosmogonias. Há vínculos entre os elementos naturais, as propriedades do ar que nossas superfícies sensíveis atestam. Há luz. A congregação de céu e terra na nossa presença, como se diante do sagrado, nos abriga e nos suspende (fig. L01).

Há paisagens que são elas mesmas imagens. Eventualmente tornadas em símbolos. São paisagens multiplicadas por representações diversas. E, elas mesmas ampliações<sup>40</sup> com as quais nos reconhecemos. São ainda suportes para representações diversas e para outras paisagens. São lugares da memória, convites ao devaneio, cenários para paisagens.

Há paisagens que se encontram encobertas. São sucessivamente subtraídas, desfiguradas por intervenções diversas. Estas paisagens, visíveis ou não, permanecem latentes.

E há paisagens nas quais há muito a ser descoberto. Nelas, é possível que as etapas de reconhecimento sucessivas da paisagem não cessem de progredir. Porque há outros aspectos e potencialidades a serem visualizados e vivenciados; e assim há outras paisagens a serem descobertas nesta dada paisagem.

Estas narrativas diversas se interpõem e se entremeiam enquanto buscamos compreender a paisagem e o lugar nos espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, se constitui de espaços públicos de escala magnífica, tanto pelas dimensões e pela relação deste parque público com o contexto urbano, quanto pelo contato estabelecido com os elementos naturais e pela vista de alguns dos símbolos distintos e notáveis da cidade que a circundam: os morros do Corcovado, Pedra da Gávea e Dois Irmãos. Assim, a paisagem da Lagoa é a um só tempo corpo d'água, prados, parque, conjuntos edificados, cidade e montanhas próximas e distantes. Mas não apenas como área 'natural', não apenas como área da cidade, neste território a visibilidade de elementos naturais de silhueta excepcional faz com que seus espaços se constituam como um lugar em particular, uma parte da imagem prenhe da cidade.

Cabe aqui lembrarmos que na cidade do Rio de Janeiro, diferentemente de outras metrópoles conhecidas, é notadamente representada por sua paisagem natural ímpar, na

qual se destacam como símbolos principais da cidade os dois grandes afloramentos rochosos do Pão-de-Açúcar e do Corcovado (este presente na cena da Lagoa). Mas também podemos dizer que, em um segundo plano, a imagem da cidade é conformada pela presença, nas áreas mais centrais, de elementos naturais como as montanhas e o mar, a Lagoa. Acreditamos que observar as relações que se estabelecem entre esta natureza 'original' permanente e visível e o contexto urbano nos mostra de um modo geral como construímos e interpretamos uma paisagem natural como um lugar<sup>41</sup>.

Porém, a Lagoa Rodrigo de Freitas e seu entorno são mais do que imagens para a cidade. Os parques urbanos implantados em um período relativamente recente na área se constituem como espaços de lazer de uso intenso que cumprem um papel relevante no contexto de toda a cidade.

Deste modo, não somente o sítio natural contribui para que o espaço público da Lagoa seja um lugar para a cidade. Inclusive, reconhecemos o seu território - água, margens, entorno, bairros - como microcosmos da evolução do pensamento urbanístico na cidade, lugar de diversos projetos não executados e de diversos tipos de soluções e intervenções efetuadas ao longo da sua ocupação: obras infra-estrutura urbana, objeto de estratégias ambientais, projetos paisagísticos, soluções habitacionais e projetos sociais de vários tipos, obras de arquitetura que se referem a sua ambiência e local de morfologias urbanas diversas.

Portanto, este é um recorte da cidade que nos interessa, antes de tudo, pelo fato de que a Lagoa é um lugar intensivamente apropriado, de convivências, e por outro lado, um território repleto de disputas entre o público e o privado - presentes desde a sua ocupação inicial. Além disto, a Lagoa é um espaço instigante para esta tese, entre outras coisas, por congrega a visão de extensa paisagem natural, a presença de elementos naturais, de lugares que são referência pregnante na imagem, na história e também na memória e na vivência da cidade. Porém, ressaltamos que, apesar da excepcionalidade do sítio e da situação deste caso, nos parece que este é um exemplo representativo de como se dão as articulações entre paisagem, lugar e espaço público.

Encontramos também na Lagoa resultados de processos distintos de valoração e deterioração dos espaços livres públicos e da paisagem da cidade - presentes nos discursos e no próprio espaço. E esta é uma das razões para que tratemos aqui, inicialmente, da evolução urbana - e ambiental - da área da Lagoa Rodrigo de Freitas e de uma série de representações do espaço que nela se estruturam ao longo do tempo, como elementos construídos ou não e como referências presentes na história e memória e imaginário deste território. Somente após isto, entrarmos na caracterização do recorte espacial selecionado, o Parque Tom Jobim, e assim, nas questões relativas ao espaço público, ao lugar e à paisagem do nosso presente. Deste ponto em diante, estreitamos nosso olhar mais detalhadamente sobre o trecho do parque denominado informalmente de Parque dos Patins, buscando as relações entre sua configuração espacial e seus usos e apropriações concretos e simbólicos. Com isto, empreendemos a nossa busca sobre como se dão algumas das articulações entre espaço público, lugar e paisagem nos momentos eventuais e no cotidiano da cidade.

## 5. 2. b – a evolução urbana

Como já pontuamos em outra ocasião<sup>42</sup>, a toponímia nos dá as primeiras pistas sobre os lugares. O nome indígena da Lagoa, Sacopenapã<sup>43</sup>, permanece até meados do século XVII, talvez em parte pela ocupação tardia em relação às áreas centrais da cidade. Dizimados os índios da região, passado quase um século da ocupação inicial da área, a Lagoa é rebatizada primeiro de Fagundes e em seguida de Rodrigo de Freitas, nome de um membro da família proprietária de terras na região. Quanto ao nome dos morros que o circundam, alguns descrevem visualmente os picos, e assim a presença de analogias formais reforça referências de orientação notáveis: Morro Dois Irmãos, Corcovado, e Pedra da Gávea. Consideramos que estes nomes, que se associam a um design singular, assumem uma continuidade simbólica indizível na cidade<sup>44</sup>. No território da Lagoa, são também visíveis os Morros do Cantagalo, dos Cabritos e da Saudade, e descem da Serra da carioca o Rio dos Macacos e o Rio Cabeças. Se todas estas referências tendem ao prosaico da ocupação rural inicial, os topônimos da ocupação urbana que se segue; de ruas, avenidas e Túneis (assim como da própria lagoa) tendem a assimilar a história através de nomes de personagens notáveis e/ou poderosos da cidade.

Uma história relativamente recente, de uma área que só vai sofrer uma ocupação propriamente urbana séculos depois (figs. L02, L03 e L04). No século XVI, se instala um engenho da coroa portuguesa após a expulsão dos franceses (1575), mais tarde subdividido em fazendas e engenhos de cana de propriedade diversa. No início do século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Rio, se dão as primeiras transformações da área: D. João VI instala na área da Lagoa uma fábrica de Pólvora, transferida poucos anos depois, após um incêndio. Junto a esta fábrica, é feito um Jardim de Aclimação de espécies nativas e exóticas, um Horto Real que se torna depois mais tarde Jardim Botânico - nome depois estendido ao bairro deste trecho (fig. L05). Apesar de o sítio ter então acesso restrito, seja por água ou por terra, se torna ponto de atração para passeios, e surgem hotéis e restaurantes para atender à demanda. A presença do Jardim Botânico junto à Lagoa, acessável através dela, é historicamente um fator essencial para o conjunto de significados que se instalam no entorno da Lagoa, não apenas para a progressiva valorização da área para as elites, mas também pelo papel didático dos exemplares botânicos na construção de uma valorização ambiental.

Além disto, ao longo do século XIX, com o início da crise da cana-de-açúcar e o retalhamento dos engenhos em chácaras, se instalam na área funções industriais - fábricas têxteis, de alimentos, fumo, bebidas e também vilas operárias. Em 1871 e 1872, se instalam linhas de bondes que levam até o centro da cidade, que vão contribuir para a gradativa ocupação urbana da freguesia junto à Lagoa – atuais bairros da Lagoa, Ipanema, Leblon e Jardim Botânico.

De 1887 até os dias de hoje, inúmeras intervenções ocorreram no corpo d'água da Lagoa, tanto viabilizando o processo de ocupação, quanto tentando resolver e muitas vezes agravando os problemas ambientais locais; interferindo diretamente na salinidade e a qualidade das águas da Lagoa e conseqüentemente afetando toda a biota; diminuindo a superfície original da lagoa e retificando o contorno da laguna .

A gestão do prefeito Carlos Sampaio, nos anos de 1920 a 1922, é o período em que os bairros do entorno da Lagoa iniciam um processo de transformação efetiva em bairros nobres da cidade. Na visão de Sampaio, a idéia é levada a cabo "sob o tríplice aspecto da hygiene, do embelezamento e da economia" (1924:188, *apud.* Abreu: 78)<sup>45</sup>. Assim, são realizadas obras de saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, com alguns aterros e a construção de canal que recebe as águas das vertentes da Serra Carioca e as conduz ao mar. Como arremate destas obras, com enrocamentos ao longo da Lagoa, é aberta a larga e arborizada Avenida Epitácio Pessoa - a ser ocupada por palacetes (fig. L06)<sup>46</sup>. Sampaio cede também os terrenos para o Jockey Club Brasileiro, que vai ser inaugurado alguns anos depois, em 1926<sup>47</sup>, e que aterra parte do espelho d'água. No mesmo ano, aliás, que é aberto o acesso à Copacabana pelo corte do Cantagalo. Por outro lado, é também nesta época que surgem as favelas do Morro do Pinto e da Catacumba (figs. L07 e L08).

Há que se destacar que as concessões dadas a inúmeros clubes desportivos têm um papel definitivo então na ocupação da área e na construção da paisagem do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. A partir dos anos trinta, e se estendendo até os cinquenta, diversas sedes de clubes se instalam no entorno da lagoa<sup>48</sup>. Estas são atividades que vão ocupar estas áreas então desvalorizadas, extensas, e algumas delas, em terrenos vizinhos às favelas planas existentes na Lagoa. Como estas desenvolvem atividades que demandam espaço, que suportam com condições de solo menos favoráveis, ou mesmo que criam espaço a partir de aterros executados nas áreas alagadiças ou do espelho d'água.

Assim, ao longo do século vinte, diversos terrenos são cedidos em aforamento para clubes, entendido o uso esportivo como cunho social, e estes se localizam em áreas aterradas antes parte do espelho d'água e áreas alagadas contíguas. Por um lado, a presença das concessões aos clubes mantém áreas livres junto à Lagoa, e pode ter preservado estes lotes da especulação imobiliária e, em alguns casos, de uma provável verticalização. Não sem surpresa, registramos tentativas malfadadas de ocupação por centros comerciais em pelo menos dois dos maiores clubes da área (Flamengo e Jockey). Porém, por outro lado, estes clubes contribuíram de modo visível para a grande diminuição do espelho d'água da lagoa (fig. L09). E, além disto, temos que lembrar que estas hoje são extensas áreas públicas de altíssimo valor cedidas para entidades de 'utilidade pública', mas cujo acesso é bem restrito.

Há que se localizar, porém, a inserção destes clubes sincronicamente, porém. A implantação dos clubes nos indica como a Lagoa é então desvalorizada: as estruturas espaciais destas instalações, exceto as de esportes náuticos, se voltam de costas para o corpo d'água (figs. L10 e L11). Os aterros sucessivos para a instalação e expansão destes clubes são facilmente notáveis. Porém, na realidade urbana e na apreensão da paisagem como um artefato útil ao homem que vigorou até depois de meados do século XX, os clubes podem ter cumprido uma etapa no processo de reconhecimento da Lagoa como um território a ser não apenas conquistado, mas apropriado.

A urbanização da área como um todo se intensifica progressivamente nas décadas de 50, 60 e 70, quando acaba a fase industrial do bairro do Jardim Botânico, por pressão do próprio valor fundiário. Nos anos sessenta, é construído o Túnel Rebouças e se inicia o processo de remoção de inúmeras favelas existentes, uma estratégia antiga na cidade<sup>49 50</sup>.

Estas intervenções norteiam o processo de ocupação urbana e valorização do bairro, segundo uma lógica rodoviarista e de segregação espacial de classes sociais que, aliás, predomina então nas ações públicas sobre a cidade como um todo.

Deste modo, o bairro assume um papel de área de passagem no contexto da cidade, e área de moradias para as classes de maior renda. Nos anos 60 e 70, o bairro sofre grande especulação imobiliária, o que é reforçado por uma legislação urbana que se instaura na cidade e que praticamente libera de restrições os edifícios em grande altura. Na Lagoa, o perfil construído do entorno é especialmente afetado pelo decreto que permite a construção de prédios com gabarito maior do que o permitido para o local, desde que afastados das divisas e que não prejudicassem os locais de interesse paisagístico, histórico ou artístico<sup>51</sup>. Muitos dos prédios ainda existentes na Lagoa são construídos segundo esta lógica.

Em 1970, a favela da Catacumba é removida<sup>52</sup>, e parte de sua área torna-se, cinco anos depois no Parque da Catacumba. A remoção estimula também a ocupação da vizinha Curva do Calombo, através de projeto que aprova edifícios de doze andares com embasamento em garagens (fig. L12). Além desta, são removidas do entorno imediato a Favela do Pinto e a Favela das Dragas. Esta última, localizada bem junto à margem da Lagoa, é o local de origem da maior parte dos pescadores que até hoje mantém uma colônia junto ao Parque dos Patins<sup>53</sup>. Hoje, restam no espaço visível da Lagoa apenas as favelas nos morros- Rocinha e Parque da Cidade.

Além disto, é nestas décadas que são efetivadas as maiores superfícies de aterro do espelho d'água. A Lagoa, que já sofre aterros desde o século XIX, ainda conserva no início da década de vinte em grande parte seu perfil original, e até os anos 30 grande parte do espelho d'água original, apesar da Ilha de Caiçaras ter sido criada em 1922<sup>54</sup>. É com os aterros posteriores que a Lagoa chega a perder a metade de sua área original. Em 1965, a Lagoa já possui apenas 60% da superfície original, e em 1975 já é menos de 50% da sua superfície original<sup>55</sup>. Devemos lembrar então que parte da estrutura viária, dos grandes lotes de uso coletivo ou público e edifícios dos bairros do entorno da Lagoa estão construídos sobre aterros, como as duas ilhas-clube e outras áreas de uso coletivo<sup>56</sup>.

Por conta dos aterros sem autorização que são também efetuados na década de 70, e também em decorrência da especulação imobiliária e há protestos de moradores e arquitetos, que pedem o tombamento da Lagoa<sup>57</sup>. Alguma resposta vem em 1975, na gestão do prefeito Marcos Tamoyo, com um decreto sobre o alinhamento das margens, proibindo novos aterros. No mesmo ano, é inaugurado o Parque da Catacumba, no espaço da antiga favela. Uma série de modificações nos logradouros e um projeto de alinhamento para um dos trechos do entorno da Lagoa são também aprovados nesta gestão<sup>58</sup>. E o processo de regulamentação e controle dos gabaritos para a área continua até os anos noventa, com um reconhecimento das necessidades específicas para o uso e ocupação do solo em cada trecho do entorno da Lagoa.

Mas consideramos que este é, antes de tudo, um contraste entre períodos diversos de ocupação do território que se fixaram e que dominaram uma dada paisagem. Na Lagoa, embora o ambiente primevo da natureza original seja imaginável pelo que resta, e embora

amostras de arquiteturas diversas contemporâneas e do passado se anunciem, há um tempo que predomina na paisagem, no espaço **deixado** aos espaços públicos, nas pistas e na arquitetura: o dos anos sessenta e setenta do século XX. E este é um tempo da construção rodoviarista, da ditadura, da tecnocracia. É um tempo em que a paisagem, vista como artefato<sup>59</sup>, algo mutável segundo as necessidades dos homens, sem os constrangimentos da preservação ecológica que ainda se insinua, encontra um desenvolvimento técnico e tecnológico que permite grandes intervenções.

É somente em 1990 que o espelho d'água da Lagoa é definitivamente tombado. O processo de transformação das margens em áreas de lazer se inicia no fim dos anos 70, com pequeno trecho da ciclovia. Em 1995, um parque de diversões instalado, o Tivoli Park é despejado das margens depois de vinte e quatro anos de funcionamento, o que definitivamente abre uma grande parcela das áreas para o público. Em 1996, é inaugurado o Parque das Taboas. E finalmente, em 1998, no local onde havia o parque de diversões, o Parque Tom Jobim, projetado pelo escritório Burle Marx, é inaugurado então oficialmente em 1998, um marco definitivo na valorização da Lagoa.

Deste modo, em pouco mais de um século, o território da Lagoa passa de área rural de engenhos, a arrabalde de chácaras e passeios e também área fabril a uma área urbana, bairro nobre da cidade. E o corpo d'água da Lagoa deixa de ser compreendido apenas como uma **lacuna** no desenvolvimento urbano. No século XIX, a área era associada a problemas sanitários, transmissão de doenças e alagamentos da área urbana da cidade e passível de aterros. O aterro de grande parte da superfície é muitas vezes proposto e/ou executado até que hoje esta se encontra reduzida a quase metade do original.

Porém, hoje, a valorização da lagoa como uma Lagoa da cidade a objeto de estudos ambientais, objeto de contemplação e de representações simbólicas da cidade. Há algumas décadas atrás, a lagoa é apenas mais um 'cartão postal' da cidade a ser visto de longe ou do alto, e uma área de fundos no contexto local. Mas hoje, a Lagoa é um espaço cada vez mais acessível e frontal, um espaço apropriado pelos usuários em suas vivências. Ainda se mantém algumas grandes instalações, de clubes e de terrenos públicos fechados, mas definitivamente a inserção do conjunto de parques gradativamente muda o caráter da Lagoa, tanto porque suas margens se abrem para o espelho d'água, quanto porque há uma grande intensidade de usos e apropriações a partir deste caráter público. O parque consolida a Lagoa como uma paisagem desejável, na qual duas realidades distintas convivem: a dos clubes privados e a dos espaços públicos.

Em resumo, observar a evolução urbana da Lagoa é observar instantes da supressão de ambientes naturais, da tomada do território pela cidade, e da inserção de estruturas urbanas calcadas seja na idéia de cidade-jardim para as elites, na mera funcionalidade tecnocrática do rodoviarismo, na especulação imobiliária da paisagem e, por fim, na abertura da cidade para um ambiente natural público. O mapa dos sucessivos aterros da Lagoa nos indica em parte este processo (fig. L13).

Por fim, o que a evolução nos mostra como uma lacuna na cidade se torna substantiva; ou seja; a Lagoa passa de apenas mais uma lagoa em arrabalde distante a uma lacuna urbana,

obstáculo sujeito a intervenções e a especulações sobre a sua ocupação até que finalmente se consolida como um espaço da cidade e como ambiente natural reconhecido: a Lagoa Rodrigo de Freitas. Por outro lado, a Lagoa passa a ser não apenas dos '*clubs*', mas também dos '*pubs*'; ou seja; os espaços às margens da Lagoa passam a conter não apenas clubes, áreas coletivas exclusivas, mas também os parques públicos onde há quiosques – como pubs - públicos.

### **5. 2. c – algumas representações espaciais no espaço na Lagoa**

Ao longo do processo de ocupação, os valores e significados e a dimensão social da Lagoa Rodrigo de Freitas e do seu entorno se transformam radicalmente. Algumas das idéias sobre a Lagoa, expressas em projetos urbanos diversos, foram efetivamente incorporadas ao espaço construído. Há também representações em projeto, de tempos diversos, que são mais sutis, tendo se incorporado à memória do lugar ou à própria evolução do pensamento arquitetônico, paisagístico e urbanístico na cidade.

Nossa estratégia de investigação reconhece que, para que se compreender um espaço demanda "não só estudar a história do espaço, mas aquela das representações", como propõe Lefebvre, de modo que esta comporte "a gênese dos espaços; mas, sobretudo, suas conexões, distorções, deslocamentos, interferências e de suas ligações com a prática cultural das sociedades" (1974: 52). Lembremos que estas 'representações do espaço' são para Lefebvre, espaços concebidos por planejadores, urbanistas, tecnocratas, impressos de conhecimentos e de ideologias eficazes, ligados às relações de produção e a ordem por elas imposta".

Aqui, comentamos sobre algumas das representações do espaço feitas por arquitetos e urbanistas, porém não estabelecidas no espaço construído. Consideramos que estas não apenas são referências e contrastes sobre as transformações efetivamente concretizadas, mas também deixam resquícios nos valores e significados do espaço urbano da Lagoa e da cidade de hoje.

A primeira destas, em um passo diverso daquele das propostas de aterramento total da Lagoa que se fazem até o início do século XX por razões sanitaristas, é o projeto de uma Cidade Jardim, feito pelo engenheiro Zózimo Barroso do Amaral em 1929, um empreendimento oferecido ao Poder Público no qual o trecho do Cantagalo é aterrado para a urbanização (figs. L14 e L15)<sup>60</sup>. Visto sincronicamente, o projeto é uma continuação das intervenções executadas na Avenida Epietácio Pessoa; e esta referência à idéia de cidade jardim também está bem presente em outros bairros da época. No contexto da cidade, não se distancia da lógica das intervenções sobre o sítio natural na cidade do Rio de Janeiro; como os desmontes de morros, aterros de Lagoas. Além disto, em relação à Lagoa, a proposta está localizada junto a áreas ainda hoje alagadiças, ou seja, se tenta esboçar uma solução para o trecho em questão. E podemos lembrar por outro lado, apesar do trecho aterrado, o projeto trata o restante de espelho d'água como uma paisagem desejável. Alfred Agache, aliás, então responsável por melhorias na cidade, teria dito que este projeto "não

prejudica a estética da Lagoa Rodrigo de Freitas" e que "se enquadra admiravelmente entre a montanha e a Lagoa" (Amaral, 1931:66).

Outra proposta não executada, um pouco posterior, é a idéia de se construir sobre pilotis na Lagoa: uma sugestão explícita feita em 1936 por arquiteto Lucio Costa de que a Cidade Universitária fosse assim instalada sobre o espelho d'água. Embora esta proposta parta de uma visão de arquitetura e cidade bem diversa da anterior, de cidade-jardim, em ambas a paisagem é, antes de tudo, vista como um habitat, como uma possibilidade de dotar a bem estar coletivo proporcionado pelos elementos naturais. Como projeto duramente contestado tecnicamente na época, e então abandonado pelo autor, não restam imagens nem mesmo muitas referências à sua existência. Esta propõe uma cidade lacustre, constituído de edifícios sobre pilotis na Lagoa, sem aterros, unidos por uma grande avenida aérea, com pontes e jardins suspensos<sup>61</sup>. Os passeios sobre estas seriam "para o lazer dos estudantes e em contraste com a pureza da arquitetura, ilhas, onde a exuberância da vegetação tropical poderia espalhar-se livremente" uma urbanização na qual, "além do quadro magnífico das montanhas, do céu, do sol, das águas – enfim, algo de único no mundo"<sup>62</sup> (Lucio Costa, 1936, *s.p.* Apud Oliveira, 2006).

Embora não concretizada, esta idéia representa estágios de reconhecimento estético da paisagem natural, dentro de um processo relativamente recente, de alguns séculos, na história do paisagismo e das relações entre cidade e campo. Não apenas do ponto de vista do desenho arquitetônico eu urbanístico sugerido, mas pelo fato de que, nesta idéia, o elemento natural é mantido, apropriado e valorizado. Apesar não serem divisados os impactos ambientais da intervenção proposta, de danos bem prováveis, lembramos que o 'desconhecimento' destas questões é então comum. Lembremos que isto se aplica, na cidade, mesmo ao posterior e grandioso aterro a partir de desmontes de morros, nos anos sessenta, efetuado na construção do Parque do Flamengo, projetado pelo seminal paisagista Burle Marx. Mais do que tudo, esta 'visão da paisagem como um artefato' (nos termos de Meinig, 1979), um bem manipulável, é característica da formação de grande parte das cidades no mundo. Podemos dizer que então a paisagem é vista como um estágio da civilização, no sentido de uma apropriação técnica e tecnológica do ambiente. Mesmo que eventualmente inclua uma valoração estética da paisagem, este estágio é anterior ao desenvolvimento dos conceitos de sustentabilidade e valor ambiental.

De todo modo, julgamos que a proposta teórica para a cidade Universitária na Lagoa faz parte da genealogia da arquitetura da cidade, até porque surge no contexto de uma das comissões que estudava a Cidade Universitária apedido do Ministério da Educação, da qual fazia parte Lucio Costa. Esta comissão de arquitetos e engenheiros, responsável inclusive pela vinda de Le Corbusier ao Rio em julho do mesmo ano, está em embate político, cultural e arquitetônico com uma comissão de professores que também participa do projeto, que convida a Marcello Piacentini, ligado ao fascismo italiano<sup>63</sup>. O projeto do arquiteto francês para a Cidade Universitária na Quinta da Boavista, rejeitado pela comissão de professores; re-estudado posteriormente por Costa, não chega a ser executado. Na esteira do convite, aliás, surge o projeto do edifício do MES, concluído em 1945, cujo esboço é feito então por Le Corbusier e desenvolvido e re-estudado por arquitetos brasileiros (entre os quais Costa, Reidy e Niemeyer).

Também em 1936, Le Corbusier continua a esboçar uma proposta urbana para o Rio de Janeiro iniciada em sua primeira visita à cidade em 1929. Os croquis que ele desenvolve para a cidade marcam o imaginário arquitetônico do século XX e, como reconhecem Tsiomis & Linder (1998: 69), influenciam teoria e prática. A proposta é a de um edifício contínuo em altos pilotis, sobre o qual há uma via, e que vai serpenteando do centro à Zona Sul sobre a cidade existente (fig. L16). O que nos interessa aqui este projeto? Nas diversas opções de traçado desenvolvidas, o edifício-viaduto se abre para a vista do mar e da Lagoa e, em algumas destas, é sugerido que a construção se dá sobre o espelho d'água<sup>64</sup>. Nos croquis de 1936, aliás, o edifício parece efetivamente cruzar a Lagoa, embora não se possa dizer com certeza de que se trata apenas de uma ocupação por pilotis ou de um trecho aterrado – como também interpreta Tsiomis (1998) em simulações a partir destes croquis (fig. L17)<sup>65 66</sup>.

De todo modo, a sugestão de Le Corbusier é clara: não apenas encerra preocupações com a verticalização e expansão urbana desordenadas, mas valoriza a natureza da cidade como um cenário. Porém, ele considera como vistas apenas os elementos naturais visualmente excepcionais, mar e alguns dos morros, em detrimento de outros morros que o edifício viaduto recorta, esconde, e coloca como fundo. O argumento arquitetônico central é manter vistas para a paisagem para o máximo de apartamentos do edifício, e em decorrência, também para a cidade horizontalizada que continua abaixo.

Julgamos que esta tipologia, aliás, influencia alguns projetos de habitação com a mesma lógica de edifício extenso em pilotis posto paralelamente às curvas de nível de encosta. Entre estes, os mais notáveis são as habitações em encosta dos projetos de habitação social do arquiteto Affonso Eduardo Reidy parcialmente construídos no Rio de Janeiro, como o Conjunto Residencial Pedregulho, de 1946, na Triagem<sup>67</sup>; e o Conjunto Residencial Marques de São Vicente, de 1952, na Gávea (fig. L18). Note-se que este último, aliás, está próximo à Lagoa, e possui então algumas vistas dela<sup>68 69</sup>. Em 1951, mais especificamente na nossa área de trabalho, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, Reidy propõe também o não executado Conjunto Residencial das Catacumbas, no local da favela então existente, também numa proposta de manter os trabalhadores junto ao trabalho (fig. L19)<sup>70</sup>. Ele considera que deve se prover também 'a beleza indispensável a toda vida humana decente'<sup>71</sup> e que: "O projeto do conjunto do morro das Catacumbas representa uma grande responsabilidade, exatamente porque ergue-se num dos lugares mais bonitos do Rio. Antes de mais nada deve se integrar-se na paisagem" (Bonduki, 1999: 120).

No Conjunto das Catacumbas, os dois maiores edifícios do conjunto têm tipologia similar à do edifício viaduto de Le Corbusier: situados nas cotas mais altas sobre o morro, são edificações em fita que seguem paralelamente às curvas de nível, com um PUC<sup>72</sup> intermediário em pilotis (mas não há neles nenhuma via no topo). Há também, no conjunto, edifícios-lâmina em altura, perpendiculares ao morro, e equipamentos públicos mais baixos na Avenida Epiácio Pessoa. Assim, a segunda representação espacial proposta para a área da Lagoa é aquela de uma área residencial que mantém a mistura social, o que concretamente não se efetiva. O que é relevante observar nesta proposta é o modo como a solução de implantação, inclusive com a interrupção dos edifícios curvos, permite a manutenção da visibilidade de trechos do morro da Catacumba. E, para nós,

visualizar o contraste entre esta solução e a ocupação posterior por edifícios em altura mais estreitos, com ou sem afastamentos laterais que concretamente ocorre nas décadas seguintes. Do ponto de vista da paisagem, a solução de Reidy nos parece, sem dúvida, mais eficiente do que o resultado atual, onde o perímetro do contorno é suprimido e o morro, encoberto.

Não podemos deixar de notar que Oscar Niemeyer também reflete sobre a área em mais de um momento. Em 1937, é no entorno da Lagoa ele inaugura sua carreira, com a Obra do Berço. Mas é em 1942, na construção de sua residência sobre pilotis, que ele explicitamente estrutura o projeto a partir da relação com o exterior e com a visibilidade da paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas (fig. L20). Mais tarde, em 1952, a vista da Lagoa, de um lado e do Jardim Botânico e das montanhas, do outro, é parte relevante do projeto do Hospital hoje denominado 'da Lagoa', construído em parte sobre aterros (fig. L21).

Assim, ao longo do século XX, no contexto da Lagoa, acontecem inúmeras intervenções urbanísticas e paisagísticas, alguns projetos arquitetônicos relevantes e também inúmeras propostas não realizadas - de aterro, de sistema viário, de melhorias ambientais e de equipamentos de lazer nas margens<sup>73</sup>. Nos últimos anos, têm surgido também propostas de realização improvável ou mesmo discutível, como a de uma 'via carroçável subterrânea', de um 'empreendimento comercial no Jóquei' e de outro nas margens da Lagoa, e recentemente, de um teleférico do Corcovado ao Morro da Saudade<sup>74</sup>. Porém, hoje, cada vez mais, a inserção ou ampliação de quaisquer instalações esbarram em uma opinião pública cada vez mais avessa às intervenções na área, seja por preocupações com o meio ambiente, seja por, como vimos em nossas entrevistas na área, com o caráter público dos espaços.

O caso mais recente envolve uma proposta de intervenção sobre bem tombado (!?)<sup>75</sup>, o Estádio de Remo da Lagoa. Ali, um grupo privado, com concessão da prefeitura, após a reforma do estádio, pretende transformar o estádio em empreendimento com diversos cinemas, lojas e restaurantes, o Lagoon (figs. L22 e L23). A proposta encontra sérias resistências da opinião pública e também de meios técnicos, e o processo de discussão sobre esta área é um exemplo notável de como em nossa esfera pública se confundem o papel do Estado, das diferentes instâncias do poder público, e dos empreendedores privados (ver Lobo, 2006). A proposta, por ora apenas parcialmente estancada, faz com que este espaço antes público e acessível encontre-se hoje em dia fechado, e assim este trecho das margens permanece sem uma solução definitiva.

Um outro tipo de estratégia para a Lagoa surge da legislação de preservação ambiental na área, conquistada bem lentamente. A progressiva proteção das áreas de vegetação dos morros adjacentes e sua transformação em APAs- áreas de Proteção Ambiental - fazem parte do reconhecimento deste patrimônio ambiental (e inclusive o reflorestamento do Cantagalo, apesar do alto custo social. A mortandade de peixes, há mais de uma década um evento comum, e hoje evento raro, foi um fator de mobilização. Além disto, cabe lembrar que a Lagoa é há muito objeto de discussões ambientalistas<sup>76</sup> e de inúmeros estudos acadêmicos sobre o assunto - principalmente sobre a fauna e sobre os processos de assoreamento, eutrofização e poluição, ou então sobre as soluções hidráulicas para a

relação entre mar e lagoa. O que nos surpreende é que o tombamento definitivo do espelho d'água seja relativamente recente, de 1990 (PCRJ, 1990)<sup>77</sup>. Além do controle de aterros despejos sanitários na Lagoa, e houve também nas últimas décadas a inserção de um manguezal na área, não há um programa didático estabelecido para o parque e muito menos estratégias mais contundentes de gestão ambiental. Isto mesmo em um contexto em que agentes diversos podem ser rapidamente mobilizados, entre moradores, usuários do parque, ambientalistas e pescadores. A falta de iniciativas ambientais que aproveitem o potencial didático da área é inclusive algo reconhecido e reclamado por um antigo membro da colônia dos pescadores, Orlandino dos Santos. A fauna abundante, as possibilidades de inserção de flora, o manejo do parque, são mais justificativas do que fortes para consagrar o reconhecimento do bem público que é a paisagem da Lagoa.

Portanto, consideramos então que a Lagoa Rodrigo de Freitas é um exemplo de como a lenta recuperação da esfera pública do país após décadas de ditadura não chega ainda a se refletir na gestão e apropriação dos espaços. Aí, políticas públicas inclusivas e ativismo social e cultural são fracamente incorporados. Na Lagoa, há alguns shows e eventos culturais e esportivos que eventualmente tem um alcance além do comercial. Mas a descontinuidade e a ausência do Poder Público em grande parte destes processos não rendem frutos mais concretos.

Porém, aspectos positivos da esfera pública podem ser encontrados; pois se nos primeiros momentos da ocupação da Lagoa, as decisões do Estado quanto à concessão de áreas não foram discutidas, hoje isto não se dá sem conflitos, mesmo com o pouco grau de participação coletiva nas decisões públicas existente na cidade do Rio de Janeiro hoje. Hoje, pelo menos, notamos que representações do espaço que venham a se impor ou a não se encaixar nas qualidades ambientais, urbanas e públicas já reconhecidas consensualmente sofrem hoje pressões diversas. Por um lado, há na Lagoa ambientes já valorizado e uma esfera pública que assim o reconhece.

Sabemos que, se há com algum poder de negociação em relação às intervenções na Lagoa, em parte isto se deve a um dos segmentos sociais que compõe esta esfera pública: os moradores do entorno, com alto nível de renda e alto nível de escolaridade. Assim, esta proteção pode estar dissimulando preocupações patrimoniais. No entanto, faça-se uma ressalva: a defesa da Lagoa, por sua centralidade no contexto urbano, e pelo acesso irrestrito às áreas públicas do parque, não pode ser considerada apenas como um movimento exclusivista, do tipo NIMBY<sup>78</sup> - ou seja, 'fora-do-meu-quintal'. As recentes discussões travadas em relação aos empreendimentos privados que tentam aí se instalar sem sucesso são ações que têm o potencial de beneficiar direta ou indiretamente a cidade como um todo, no sentido de um impedimento de prováveis geradores de aumento de tráfego na área, da preservação ambiental e da manutenção de áreas públicas. A razão mesma de grande parte destes empreendimentos é mais uma vez a contínua apropriação da paisagem da Lagoa como um patrimônio privado ou coletivo, e não público.

Assim, se a Lagoa Rodrigo de Freitas hoje é reconhecida como um espaço de valores e significados ambientais e culturais intensos e diversos, e sugerimos que as inúmeras representações da Lagoa, as concepções espaciais não efetuadas, assim como as

intervenções efetuadas, fazem parte da sua constituição como um lugar. Em outras palavras, os espaços da Lagoa, nas suas diversas escalas espaciais, são permeados por inúmeras representações passadas e presentes, consolidadas ou em suspenso.

Como nos diz Schama, a paisagem é "um texto em que as gerações escrevem suas obsessões recorrentes" (1995:22).

### **5. 2. d – A Lagoa em diversas escalas**

Note-se que, quando dizemos 'Lagoa', podemos nos referir alternadamente a mais de uma escala a que esta denominação se estende: a da lagoa como corpo d'água; a dos espaços públicos às suas margens; a do bairro, a de um território informalmente delimitado que compreende trechos de bairros diversos que a circundam. As conexões ambientais e urbanas a este território se estendem também à paisagem visível circundante, ao sistema viário principal da cidade, à bacia hidrográfica da Serra e dos morros que a circundam, às águas marinhas, a outros espaços públicos da cidade. Assim, mesmo sem abordar diretamente os muitos sistemas naturais e urbanos a que este espaço estudado pertence, devemos sublinhar que estes sistemas são partes constitutivas da Lagoa Rodrigo de Freitas como um lugar da cidade (fig. L24).

Mas qual a escala espacial de que tratamos? Nossa tentativa de abordagem busca conjugar, mesmo que esboçadamente, os diversos fenômenos que simultaneamente se apresentam na área: para uma visão da Lagoa como uma paisagem, um lugar e um espaço público. Cabe lembrar que, obviamente, não há uma correspondência traçável entre estes espaços-atributos e uma escala urbana, paisagística ou arquitetônica. A paisagem é tanto o espaço circundado pelas montanhas que se estende ao mar, quanto o espaço visível a partir da lagoa, quanto os detalhes do parque. O lugar pode ser tudo, ou uma parcela de chão, ou um edifício. Os espaços públicos são tanto os espaços do parque propriamente dito quanto todos os espaços restantes que não são privados, ou então não tomados à visão ou ao acesso de todos, as extensas superfícies do sistema viário.

Quanto aos aspectos ambientais, aponte-se que, mais do que tudo, apesar dos aterros e assoreamentos e da sucessiva degradação, o espelho d'água lacustre permanece hoje como uma área natural relevante para o sistema ecológico da cidade. Pode se dizer que a Lagoa é simultaneamente um exemplo de preservação e também de destruição de patrimônio ambiental - a interface entre o que seria paisagem natural e a paisagem construída na Lagoa não é resolvida, como veremos.

Em verdade, julgamos que a Lagoa, originalmente um braço de mar, só não teve um aterramento completo durante os séculos passados, devido às suas grandes dimensões e profundidades. A Lagoa Rodrigo de Freitas possui um espelho d'água cuja superfície é hoje de 2,2 km<sup>2</sup>, com profundidade média de 3 metros e um volume de aproximadamente 6.5 milhões de m<sup>3</sup> e sua ligação atual é pelo canal ao longo do Jardim de Allah, que possui

800m de comprimento e entre 10 e 18 metros de largura (Feema, 2008). Mas estima-se que cerca de metade da superfície original tenha sido aterrada (De Campos, 1986).

Assim, estas dimensões, mesmo que diminuídas, dão a garantia para a sua sobrevivência no contexto evolutivo de uma cidade, no qual diversas outras lagoas foram assoreadas ou aterradas, e diversos morros escondidos sobre a ocupação vertical, tomados como pedreiras ou demolidos. Por outro lado, há ainda uma visibilidade do todo de seu perímetro e do seu espelho d'água, um domínio visual reforçado pela relação com as montanhas circundantes. Consideramos que é esta possibilidade de domínio espacial da sua totalidade que facilita a sua apropriação simbólica e favorece a topofilia que aí desenvolvida. Porém, como vimos, esta valorização e a percepção coletiva deste corpo d' água para a cidade é, porém, um fenômeno relativamente recente<sup>79</sup> e não exatamente resulta de uma dita 'consciência ecológica' geral, mas em parte dos processos de valorização e ocupação de novas áreas para o ganho imobiliário que se iniciam já nos anos vinte nos bairros da Lagoa.

Indiretamente, a valorização imobiliária e ambiental da Lagoa proporcionou, nas últimas décadas, novas perspectivas para a área, como a abertura e o tratamento das margens e a implantação de ciclovia e de parques públicos. Note-se, porém, que a totalidade orla da Lagoa se constitui hoje como um *parkway* urbano que está entre os espaços mais visitados no contexto da cidade<sup>80</sup>.

O território da Lagoa Rodrigo de Freitas está ainda ligado a eixos viários da cidade que ligam os bairros da Zona Sul à Zona Norte, através da Serra da Carioca pelo Túnel Rebouças (anos setenta), e que ligam os bairros da Zona Sul e centrais à Zona Oeste, pela auto-estrada Lagoa-Barra (anos oitenta). Assim, A Lagoa é circundada por duas avenidas de tráfego intenso e contínuo (Borges de Medeiros e Epitácio Pessoa), que fazem esta interconexão relevante na cidade. Estas vias que circundam a Lagoa, de canteiro central vegetado e com poucas interrupções por sinais de trânsito em sua extensão, têm inclusive certa continuidade formal.

A Lagoa se situa na Zona Sul da cidade, circundada por alguns dos bairros de maior poder aquisitivo da cidade, e dotados de centralidade cultural e social e econômica, no setor terciário que domina a cidade, e efetivamente funcionando como áreas centrais quanto aos fluxos urbanos: Lagoa, Jardim Botânico, Leblon e Ipanema.

No entorno da Lagoa, há uma diferenciação tipológica entre as áreas, e em um grande trecho a sudeste predominam equipamentos públicos e coletivos como o Hospital da Lagoa, duas igrejas católicas, e as diversas sedes náuticas e sedes principais de clubes. Em grande parte das demais áreas, os usos predominantes são residenciais, e assim, nesta paisagem podemos notar a história das habitações na cidade a substituição das casas por edifícios, o início dos edifícios multifamiliares, a progressiva verticalização e a mais posterior restrição de gabaritos dos edifícios mais recentes e contemporâneos.

Na totalidade da paisagem urbana do entorno da Lagoa, os edifícios em altura dos anos setenta são um grande impacto, pois neste período, além das grandes alturas há uma brutalidade no tratamento das fachadas e no tipo de embasamento das garagens

sobrepostas. Além disto, principalmente no trecho da Curva do Calombo, há edifícios colados às encostas que, mesmo se não impedem a visão destas, estabelecem relações agressivas de ocupação com as matas e rochas contíguas, cortadas ou penetradas por fundações.

Os edifícios contemporâneos têm gabaritos diversos e bem mais baixos que os anteriores, mas também correspondem a uma destruição da paisagem urbana, na medida em que muitos deles ocupam terrenos de edificações unifamiliares demolidas. Neste momento da tese, é surpreendente o número de imóveis de altíssimo valor presentemente sendo lançados no entorno imediato da Lagoa e adjacências. Em todos eles, a presença da Lagoa como espaço público e como vista é destacada nos informes publicitários, e obviamente, na montagem de custo do imóvel, as efetivas vistas da paisagem têm um papel fundamental.

Assim, se o espaço é público, a visão do todo da Lagoa como um cenário cotidiano pertence aos que ocuparam seu entorno, os moradores que observam e são observados por este espaço. Além do mais, embora possa parecer que a configuração dos edifícios não afete diretamente o espaço<sup>81</sup>, a percepção é afetada pelas texturas das formas e matérias e pelas representações do espaço social propostas por estes: a visível valorização e elitização do entorno, a desimportância da natureza dos morros próximos – rochas e "matos" tomados por construções<sup>82</sup>. Note-se que para nós, esta não é apenas uma descrição do entorno edificado e natural: efetivamente, os espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas, objeto central de nossa análise, sofrem influência destes diferentes aspectos do contexto.

Além disto, pela própria alta faixa de renda dos moradores e situação urbana em que situam os edifícios, as relações entre os lotes privados e as calçadas ocorrem através de fechamentos e controles diferenciados, grades e portões, dentro da tradição segregacionista comum à cidade que inclusive separa internamente as categorias de visitantes e prestadores de serviços ao máximo nos espaços construídos. Por outro lado, obviamente, isto se deve não somente à insegurança – real – no contexto de uma cidade em que a violência urbana é preocupação recorrente, mas também a uma sensação de insegurança<sup>83</sup>.

Diversos autores estudam hoje as fronteiras entre grupos sociais se intensificam nas cidades nas últimas décadas, e como este modo de vida se encontra vinculado ao uso do automóvel. Nesta conjuntura, as classes de maior poder aquisitivo se fecham em seus espaços privados exclusivos, e evitam os espaços públicos. Na Lagoa Rodrigo de Freitas, diferentemente disto, os moradores de alta renda destes bairros nobres do entorno são parcela considerável dos usuários cotidianos.

Porém, consideramos que o Parque configura em parte o que Deutsche (1996) vê na capa do livro de Sorkin (1992). Nesta, é retratado um grupo de escadas rolantes como as de um shopping, com burgueses renascentistas nelas circulando: uma representação então do fim do espaço público. Deutsche (1996) pondera que este é um espaço público como um espaço em que a elite pode transitar, podendo a qualquer momento se retirar para seus espaços privados. Porém, este espaço é ainda assim um 'espaço público'.

A primeira vista, isto é o que parece ser. Um espaço da gentrificação, elitizado, comercializado, apesar de aberto. Porém, há que se notar que isto não impede que frequentadores menos abastados e moradores de bairros distantes, principalmente nos fins de semana, usufruam do espaço - um parque para toda a cidade. Não por acaso, o uso do parque é reiteradamente considerado 'democrático' e 'aberto' por entrevistados, o que é tido como uma qualidade positiva.

Consideramos que esta característica crucial da Lagoa, de mistura social, é comum a alguns espaços públicos da desigual cidade do Rio de Janeiro. Isto nos lembra a afirmação de Gomes sobre as praias cariocas, de que estes espaços públicos são alguns dos "filtros por onde a comunicação social é obtida", ou seja, de que são áreas que "surgem justamente com o papel de ser intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade" (2002: 230).

De um modo geral, estes são exemplos dos valores, estilos e representações do espaço característicos da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro; um contexto de uma esfera pública não plenamente desenvolvida, na qual os interesses privados muitas vezes se sobrepõem aos públicos. Mas estas representações nos indicam também o processo de se pensar qual a melhor ocupação do espaço urbano para este caso específico no qual a visão da paisagem se destaca.

E como se dá o diálogo no contexto do espaço público? O diálogo é menos aquele de uma esfera pública como um evento cultural ou políticos<sup>84</sup>, e mais um diálogo do simples convívio, dos diversos usuários e usos em um mesmo espaço. Isto não se dá sem conflitos entre usos e usuários, entre o público e o privado, entre a ação humana e os elementos naturais, entre a preservação do patrimônio construído e os novos empreendimentos. Por conta disto, a Lagoa Rodrigo de Freitas é para nós um caso exemplar.

## **5. 2. e – Parque Tom Jobim – espaços livres públicos na Lagoa**

Caminhando para o recorte espacial da tese mais estrito, o Parque Tom Jobim, alguns pontos merecem destaque neste esboço de articular aí as questões da paisagem, do lugar e do caráter público. Implementado no fim dos anos noventa, este espaço público assume rapidamente um papel único no contexto da cidade, como local para inúmeros desportos, como área de lazer diurno e em alguns trechos, noturno, e como amplo espaço de contemplação. O número de visitantes é constante e bem elevado nos fins de semana<sup>85</sup>.

O contexto do Parque; que conjuga áreas verdes, presença de corpo d'água, presença de bares, presença de equipamentos de lazer e esportes – tudo isto congregado à amplidão visual e às vistas notáveis do entorno montanhoso; se constitui em um todo extremamente atraente (fig. L25).

É importante notar que este Parque se relaciona também a praças e parques próximos. Primeiro, diretamente no seu entorno, há o já citado Parque da Catacumba, no local da

favela removida; e o Jardim de Allah, praça eclética efetuada nos anos quarenta em conjunto com o canal de comunicação entre a Lagoa e o mar<sup>86</sup>. Esta proximidade com algumas áreas praianas influencia na sua apropriação. Além disto, seguem junto à encosta da Floresta da Tijuca, algumas quadras adentro, dois parques: o Jardim Botânico, antes junto às águas da Lagoa; e também o Parque Lage, antiga propriedade privada dos anos vinte de residência e jardins tornados em parque público e escola de artes). Além disto, há as Áreas de Proteção Ambiental do Morro dos Cabritos (onde se situa o Parque da Catacumba) e do Morro da Saudade, criadas em 1992.

O Parque se desenvolve nos espaços livres públicos que surgem entre as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas - circundando o perímetro total do espelho d'água lacustre - e as pistas carroçáveis circundantes- um *parkway*. O parque possui larguras variáveis, entrecortado por 'lotes' fechados. Estas áreas que fragmentam o espaço do parque são tanto públicas (heliporto estadual e heliponto da prefeitura, instalação de fiscalização da Feema e o espaço didático estadual 'Espaço das Águas') quanto privadas (academia de ginástica e estádio de remo e também outras áreas como as duas ilhas-clubes e as sedes náuticas junto às margens). Assim, o que constrói o elo de ligação entre as diversas áreas é a ciclovia que circunda a Lagoa, usada intensamente para caminhadas, corridas e passeios de bicicleta. Resumindo, o parque possui um perímetro de 7,5 km<sup>87</sup> às margens de largura bem variada, sendo que em alguns trechos praticamente só há a ciclovia - entre a água e as pistas de rolamento de veículos.

O Parque Tom Jobim atende potencialmente a toda a cidade, por suas dimensões e excepcionalidade. Nas visitas ao local, encontramos moradores de diferentes partes da cidade, próximos e bem distantes, e turistas<sup>88</sup>. Há algumas dificuldades no acesso por transporte público e um favorecimento do acesso ao parque por carros particulares; o que implica em tendências na composição social dos usuários e faz com que sejam necessárias extensas áreas de estacionamento. Em um contexto local, o acesso de pedestres é prejudicado pelas poucas travessias formais existentes nestas pistas de tráfego intenso, em altas velocidades ou engarrafamentos. Assim, o caráter de *parkway* domina o entorno imediato aos espaços livres públicos. De todo modo, isto não impede que haja uma diversidade de usuários.

Há algumas áreas específicas nos trechos mais largos, onde equipamentos específicos são alocados e onde estão os quiosques e estacionamentos, que aqui tratamos como subparques. Ao sudoeste se encontra o Parque das Taboas, dotado de pista de *skate*, quadras polivalentes e quadra de tênis. Ao sudeste está o Parque do Cantagalo, com quadras de esportes diversas, inclusive para o incomum beisebol, e está situada relativamente próxima ao Parque da Catacumba do outro lado da pista. Além disto, há um pequeno e recente subparque não projetado a priori, a nordeste, o 'Baixo-Bebê' da Lagoa (figs. L26 e 27). Ao oeste, se situa a área comumente chamada de Parque 'dos Patins', na Avenida Borges de Medeiros; que possui espaços de múltiplos usos, quadras de esporte e equipamentos de recreação infantil, onde se desenvolvem nossas mais específicas observações de campo. Estes subparques, porém, compõem o todo funcional e simbólico que é o Parque Tom Jobim.

Uma visão geral do parque nos aponta a presença de diferentes subespaços instalados, que atendem à função contemplativa, ao lazer e a diversos esportes ao ar livre. Há mobiliário urbano distribuído nos espaços - como bancos, postes, mesas para jogos e brinquedos infantis. Há também quiosques de alimentação com mesas ao ar livre. Assim, o uso mais Além das ciclovias, um destaque é a presença de quadras para inúmeros esportes diversos e a presença de pistas de *skate* e patins e também de aparelhos de ginástica. Especificamente para as crianças, a amplitude da Lagoa proporciona atividades físicas e brincadeiras diversas, e são muito atraentes os passeios em triciclos de aluguel, pedalinhos, velocípedes, patins, patinetes, carrinhos motorizados de aluguel, e as subidas em árvores. Dentre os inúmeros esportes aquáticos que ocorrem no espelho d'água, estão a canoagem, o remo, a vela e o esqui aquático, que se utilizam das instalações náuticas distribuídas em toda a margem<sup>89</sup>. E, fora das instalações do parque, temos que citar que o montanhismo e os diversos esportes aéreos se conectam à Lagoa como uma das vistas principais desejadas.

Há uma grande disponibilidade de representações de quase todas as atividades esportivas encontráveis na internet. O que é excepcional notar nestas é que os eventos pessoais, as competições e mesmo as brincadeiras são experiências retratadas em conjunto com o espaço circundante<sup>90</sup>. As referências à paisagem são recorrentes, e a presença de vistas da Lagoa e das montanhas norteia as fotos e filmagens (fig. L28).

Assim, os esportes na Lagoa vivenciam não apenas a vista, mas as condições ambientais forjadas pela amplitude do espaço e pela presença de um grande corpo d'água. Assim, os esportes diversos no parque são momentos de imersão intensa no habitat. E os esportes aquáticos da área podem estabelecer um vínculo ainda mais intenso com os elementos naturais através do contato com a água e proximidade com a rica fauna que dela participa. De todo modo, estes são tipos de envolvimento com o espaço do Parque Tom Jobim como um todo bem diverso daquele da visita turística, pois pressupõem uma participação direta do desportista em um dado momento e espaço. Além disto, trazem convívios em uma esfera social, não necessariamente pública, mas também não apenas privada.

Assim, na cidade do Rio de Janeiro, a Lagoa é um dos lugares no qual se efetiva um engajamento ativo com os espaços. Dias (2008) aponta inclusive que alguns dos esportes ligados à natureza que surgem na cidade se constituem em uma filosofia de vida, um estatuto de originalidade, e fazem parte da cultura urbana da cidade<sup>91</sup>. Assim, podemos inferir que não se trata apenas de velejar, ou de pedalar, mas sim um experimentar de uma idéia de natureza urbana. E esta natureza está localizada na cidade do Rio de Janeiro, ao que se agrega um sentido de lugar urbano.

Note-se que, há na cidade uma grande tradição de bares de calçada em que as mesas ocupam áreas públicas. A particularidade de se estar ao ar livre implica na cidade em um aspecto cultural, ligado à cultura da 'praia', e também a questões de conforto ambiental em um contexto de calor intenso e predominante ao longo do ano. No caso, estar nos quiosques ao ar livre é também estar em contato com o ambiente 'natural' de um grande corpo d' água, como nos antigos bares do hoje decadente e turístico calçadão da Praia de Copacabana. E estar na natureza aqui, mesmo dentro da cidade é também estar ao ar livre,

ao vento sol, chuva e céu noturno, quanto mais pelo fato de que há um extenso panorama natural visível - montanhas, árvores e lagos. Um fenômeno totalizador.

Registramos também na área a presença de usuários que a percorrem como parte de longos e diversos percursos a pé através da cidade. Notamos que, com raras exceções, não é dada a devida atenção, cuidado e apoio à continuidade das diferentes pistas de pedalada e caminhada, de modo que o potencial de descoberta da cidade através simplesmente do andar errante em seus espaços públicos é menosprezado.

Na Lagoa, o pedalar, o andar ou correr ordenado na ciclovia é uma atividade constante, uma tarefa de exercício disciplinado ao qual à noção de passeio se agrega através das vistas da paisagem. E nas condições de extremo calor da cidade, este ambientes têm condições são amenizadas pelo corpo d'água. Porém, faltam pontos de apoio com sanitários públicos 'públicos' (os ligados aos quiosques não o são) e não há pontos de venda de bebida nas manhãs de dias úteis.

Os percursos na ciclovia; ao longo do grande perímetro da orla; e as demais atividades de esporte e lazer; ligadas à presença de equipamentos; são intensas em diversos horários do dia. No horário útil, durante a semana, são bem mais reduzidas. À noite, a quantidade de passeios na ciclovia diminui por questão de segurança – e não por demanda<sup>92</sup>. Junto aos quiosques, a frequência de usuários é grande e se estende pelo período noturno – o que é facilitado pela iluminação, presença de seguranças privados e pelo próprio movimento de pessoas. Mas um suporte mais constante do Poder Público, o que inclui agentes públicos de segurança e controle, é considerado raro pelos usuários contatados.

Em alguns trechos da orla, o parque praticamente se resume à ciclovia entre a água e os carros, e não há calçada adequada para os passeios. Deste modo, segundo a Subprefeitura da Lagoa, grande parte das reclamações em relação ao Parque é relativa aos conflitos no compartilhamento da ciclovia por ciclistas e pedestres, um problema que também é confirmado pelas observações e entrevistas.

No **espelho d'água**, os eventuais conflitos de uso vem sendo resolvidos pelo decreto municipal 18.415, de 2000<sup>93</sup>, que regula e delimita este espaço e estabelece parâmetros de uso para cada uma das atividades náuticas e pra a atividade pesqueira. Assim, por decreto municipal, a Lagoa Rodrigo de Freitas se encontra 'parcelada' por suas atividades e para os diversos grupos de usuários. Em outras palavras, o espelho d'água se encontra 'territorializado' (fig. L29)<sup>94</sup>.

Outra questão relacionada à **territorialidade** do espaço, e também à privatização de espaços públicos é a inserção dos quiosques no parque. Inicialmente concebidos como áreas pra lanches, diversos destes quiosques assumem a função de restaurantes, porém sem o espaço e as instalações necessárias para tanto. E se expandem por sobre o espaço público, fechando seus espaços livres e ocupando áreas não previstas anteriormente.

Lembremos que esta situação dos quiosques; embora representativa das relações entre público e privado na cidade; é temporária aqui. Isto porque, com o fim do contrato dos antigos concessionários, **novos quiosques** serão implementados, seguindo os critérios

elaborados por uma comissão da prefeitura: um aumento substancial das taxas da concessão antes irrisórias, novas regras construtivas, uma nova reestruturação das implantações de quiosques e uma delimitação da área ocupada<sup>95</sup>. Porém, apesar de considerarem que há abusos territoriais da expansão dos quiosques e dos baixos valores do contrato com a prefeitura, alguns dos técnicos da prefeitura citam a empresa que administrava diversos quiosques como empreendedora e parceira do sucesso de público da área<sup>96</sup>. Os anteriores ocupantes, responsáveis em parte pela apropriação da área colocam em dúvida o sucesso da área com os novos custos, mais altos<sup>97</sup>. Reconhecendo a necessidade de ajustes, mas sem entrar nos méritos da discussão, consideramos que é indiscutível que, de um modo geral, estas novas propostas permitem um maior controle da ocupação do espaço público.

Mas talvez a síntese da questão público-privada na Lagoa esteja em uma representação temporária: a instalação, desde 1997, de uma **árvore natalina** (fig. F30) patrocinada por uma empresa privada. A Lagoa ganha a marca dos símbolos natalinos, e a cada ano um novo 'pinheirinho', mais iluminado, mais feérico e de maiores dimensões é instalado. Por cerca de um mês, os engarrafamentos noturnos são colossais, o comércio se regala do grande afluxo de pessoas de todas as áreas da metrópole. Os benefícios diretos para a área e para a cidade são, porém, ínfimos e temporários. No entanto, para muitos, os momentos de observação da árvore são eventos memoráveis de suas vidas, e o passeio se torna uma rotina anual<sup>98</sup>. Sem entrarmos no mérito estético do seu design que tende ao kitsch e mesmo da idéia da sua implantação, poderíamos que esta 'árvore' 'cria' o lugar na Lagoa através do evento e dos registros da memória para as pessoas; e também que a paisagem, especialmente a noturna, é destacada por este elemento visual incomum. Porém, consideramos que a árvore é uma representação de paisagem, lugar e espaço público que se impõe sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas, o lugar criado é o do espetáculo, a paisagem é apenas um cenário, e o público é apenas uma platéia.

Efetivamente, os eventos participativos são, na Lagoa, escassos. Tanto no que se refere à produção do espaço construído, quanto na presença de manifestações culturais ou de programas didático. O papel do Estado no fomento destas atividades é essencial, porém.

Temos que destacar ainda que algumas das situações que hoje observamos, e que já perduram há alguns anos, são sob diversos aspectos, bem transitórias. Não só pelo fim dos contratos de concessão dos quiosques, mas também pelo fim mesmo de uma gestão municipal de quase uma década. Isto não nos impede de verificar que a situação das relações entre o público e privado criada aí é emblemática; pelas informalidades do comércio e serviços que tem permissão de aí se instalarem. A expansão dos quiosques, e mais a cessão - não discutida publicamente - de equipamentos e espaços a grupos de usuários específicos geram uma territorialidade oficializada perante a gestão do parque. Para nós, aliás, este tipo de ocupação não é surpreendente, e nos mostra como são difíceis as relações entre o poder público e os diversos atores privados que buscam ocupar cada um dos espaços públicos da cidade.

Num contexto em que a esfera pública não é efetivamente participativa, as demandas de alguns se antecipam às de todos. E nos perguntamos se o Estado local pode ser julgado

como 'clientelista', ou seja, se o seu papel não vem sendo apenas de acomodar as demandas – seja na instalação e designação de equipamentos, seja no controle cotidiano<sup>99</sup>. Para nós, este é um exemplo de que compreender que as decisões técnicas e políticas isoladas não dão conta, mesmo que bem intencionadas, de efetivamente potencializar o uso de extensos espaços sem uma gestão pública participativa. Não somente para frear, mas até para direcionar e identificar prioridades nas iniciativas de participação advindas de atividades dos usuários e de investidores privados.

Por exemplo, apesar do sucesso de alguns quiosques, nem todos têm a mesma afluência de pessoas. Claro que isto depende em parte do negócio em si, mas a questão para o Poder Público se torna saber quais instrumentos de gestão; como estudos de localização, acessos, controle e fiscalização, interlocução com os agentes públicos, e estratégias de sustentabilidade; podem contribuir para o bom funcionamento das novas instalações e empreendedores.

Na Lagoa, há outras apropriações feitas por ações privadas quanto por alguns grupos específicos que dinamizam algumas das áreas do parque. Por exemplo, o Baixo Bebê é um caso em que os usos são visivelmente definidos pela idéia e iniciativa comercial de um 'quiosqueiro'. Este subparque possui uma intervenção fomentada pelos próprios usos e apropriações dos moradores próximos, e junto a este há um redutor de tráfego por diferença na pavimentação nas pistas contíguas à área.

Em outros casos, um ou mais agentes interessados instituíram usos em equipamentos dos parques, como representantes informais de uma parcela do público usuário, como no caso do rinque de patinação no Parque dos Patins, do campo de beisebol e do 'ParCão' para cães no Cantagalo. Isto não significa, porém, que houve 'participação' propriamente dita em nenhum destes casos, já que pode ser discutida a prioridade destas esferas públicas em detrimento de 'outras' esferas públicas, não convocadas e não organizadas.

Em resumo, podemos dizer que as disputas entre o público e o privado no território da Lagoa são constantes, nas esferas do uso cotidiano, das apropriações sedimentadas, dos equipamentos implantados e mesmo dos usos dos solos nos lotes públicos e privados.

## **5. 2. f – o subparque dos Patins: investigando os usos e apropriações dos espaços públicos**

Não podemos compreender o Parque Tom Jobim sem notar que há conexões e complementaridade de usos entre os diversos trechos do perímetro da Lagoa. Porém, centramos nossas observações de campo na área apelidada de 'Parque dos Patins'; delimitada por áreas fechadas e com uma parcela de visitantes que se dirigem exclusivamente a este trecho. Na área, o conjunto de equipamentos diversos que ela contém é intensivamente apropriado, e é nela que o maior percentual de freqüentadores do Parque Tom Jobim se concentra. Portanto, que o papel desta área não pode ser separado das questões do conjunto de parque às margens da Lagoa.

O Parque dos Patins se estabelece em uma área aberta e descoberta de cerca de 74.550 m<sup>2</sup>, com pisos em grande parte permeáveis – grama e saibro, exceto pelas calçadas em pedra portuguesa pela ciclovia asfaltada e por algumas pequenas áreas cimentadas. Ocupa a área que se situa entre o muro da Polícia Militar e a ilha do Clube Piraquê, entrecortada pelo heliporto municipal. Embora não seja a maior dentre as sub-áreas do Parque Tom Jobim, é sem dúvida a que contém mais áreas de permanência e usos mais diversificados e intensos (figs. L31 e L32).

Para os usuários do Parque dos Patins, deslocamentos até este espaço se justificam pela possibilidade de contemplar uma paisagem considerada excepcional, pela amplitude dos espaços livres, pelos equipamentos do parque, pela possibilidade de exercícios ao ar livre e pela presença de quiosques e ambulantes.

Neste trecho, o sítio do Parque Tom Jobim é notável, em grande parte por conter uma conformação e uma inserção de elementos paisagísticos mais significativos devido à implantação neste trecho de um **projeto paisagístico** evidentemente coerente – feito pelo escritório de Burle Marx. O projeto paisagístico sofreu modificações posteriores, algumas ainda durante a obra, segundo os técnicos da prefeitura. E também, as áreas designadas a cada quiosque foram estendidas e modificadas pelos concessionários, assim como sua função original.

É principalmente na **apropriação** que o sentido original de alguns espaços se transforma (fig. L33). Por exemplo, a pequena 'arena de eventos', nos horários de uso mais intenso, é nos fins de semana quase toda tomada por carrinhos infantis motorizados de aluguel (figs. L34, L35, L36 e L37). E, além disto, a área proposta para um grande 'anfiteatro', inicialmente usada para espetáculos ao ar livre, é hoje um ringue de uso exclusivo de patinadores, cuja demanda pelo espaço e pela quase exclusividade é atendida<sup>100</sup>. Daí se estende o nome informal a todo este trecho do Parque Tom Jobim.

Apesar da intensidade das apropriações do Parque dos Patins, notamos que há descon continuidades de usos nos espaços, tanto temporais quanto espaciais. Este é um dos aspectos que uma observação da **estrutura espacial** do parque pode nos responder.

O primeiro destes aspectos que identificamos diz respeito à ausência de uma centralidade espacial. Como estrutura dos caminhos não conforma **centralidades**, vemos que aqui as áreas de atividade compõem mais um mosaico do que uma conjunção de espaços em uma estrutura espacial. Se nos lembramos do papel dos 'nós' nas estruturas urbanas. Assim como identifica Lynch (1960) em seu estudo da imagem urbana; percebemos o papel na legibilidade e na coesão social. Aqui, os nós principais no acesso do Parque dos Patins são nós 'viários': o cruzamento da ciclovia com o eixo interrompido do pergolado que leva aos anfiteatros (fig. L38). e também o nó da ilha de tráfego em parte tomado por quiosques (fig. L39).

Consideramos que isto acentua o próprio caráter de **fragmento** deste parque, uma parte de um todo da orla no qual as áreas públicas são entrecortadas por áreas privadas, coletivas ou áreas públicas fechadas.

Além disto, os ambientes projetados não definem **direções**, e também não se distribuem de modo a criar um emolduramento das vistas notáveis principais. Deste modo, a **legibilidade** do espaço depende do espelho d'água, das estruturas arquitetônicas, das pistas e de marcos irrelevantes como o estacionamento, e não se apóia nos marcos na paisagem que são as montanhas.

Além disto, embora o espaço não seja cercado, há restrições de tipos diversos à circulação de pedestres. Divisões de espaços advindas do projeto, cercamentos de áreas públicas pelos quiosques, ocupação de passeios pelo comércio e pelo parque infantil informais, usos exclusivos de áreas (fig. L41). E as calçadas encontram-se, por enquanto, tomadas por quiosques, de modo que em alguns trechos há que se passar pela ciclovia (figs. L42 e L43).

Se os **conflitos de uso na ciclovia** são recorrentes em todo o parque, é no Parque dos Patins dos fins de semana que a quantidade e a diversidade de usuários tornam os espaços bem confusos, até porque os quiosques ainda instalados tomam as calçadas laterais da ciclovia justamente na área mais central deste sub-parque (figs. L44 e L45). O espaço não concilia diferentes faixas etárias com suas diversas necessidades e velocidades; bicicletas em velocidades diversas, triciclos alugados, carrinhos de bebê, corredores, skatistas, caminhantes, e mesmo cães nos dois sentidos (figs. L46, L47 e L48). A ciclovia possui somente uma pista de cerca de três metros de largura e seu micro-sistema viário no trecho do Parque dos Patins cria cruzamentos confusos. Assim, embora não tenhamos presenciado conflitos, os diversos ajustes que se dão entre os usuários são conflitos visíveis, e muitas vezes quase acidentes. Isto se dá principalmente porque há estes nós de 'tráfego' não motorizado e também de pedestres no eixo de acesso principal do parque. Isto vem sendo piorado pela ocupação da calçada pelos quiosques – aliás, agora uma situação temporária a partir a readequação destes.

Há um outro conflito de uso instalado no Parque dos Patins: apesar da proximidade perigosa com os usuários, e de reclamações a respeito, o heliponto da prefeitura funciona a poucos metros do lugar onde mais se aglomeram pessoas em todo o Parque Tom Jobim. Há menos de um ano, ocorre o fechamento temporário de parte da ciclovia nos períodos de pouso e decolagem dos helicópteros, cuja passagem se dá a baixa altura sobre a pista (fig. L49). Mas o impacto ambiental do ruído não é mensurado, inclusive pelo fato de que o uso mais intenso dos vôos coincide com o uso mais intenso dos espaços - nos fins de semana.

É no Parque dos Patins que a excessiva expansão dos quiosques gera os problemas estéticos e no uso mais evidentes. Assim, os passeios para pedestre junto à ciclovia são tomados por estas expansões, os fechamentos improvisados no espaço da PAP têm critérios diversos e soluções esteticamente insatisfatórias, e algumas áreas públicas arborizadas e com bancos públicos são tomadas por mesas e cadeiras dos quiosques (fig. L50).

Outra questão é relação do comércio dito 'informal' nos espaços públicos<sup>101</sup>. A existência de inúmeros vendedores de comidas e bebidas a baixo preço, mais ainda quando comparado ao dos quiosques, e junto aos percursos principais, é o que possibilita a inserção de diversos grupos nos espaços do parque, com menor poder aquisitivo. Como

nos confirma Costa, do Controle Urbano da cidade, sobre a questão dos ambulantes na cidade: "não é só uma questão social, não é só de desemprego, é que existe este mercado (...) que quer consumir" (entrevista, 2007). Associada à presença destes ambulantes, há a venda de quinquilharias para crianças<sup>102</sup>. Parece-nos, porém, que estas presenças são, em geral, assimiladas positivamente. Por um lado, há uma aceitação do caráter **provisório**, por outro, há o atendimento a uma demanda de consumo. Consideramos que de certo modo, estes ambulantes signifiquem também um simulacro de mistura social, como uma representação desejável do improviso. Similarmente ao modo como se dá certa 'afeição' em relação aos estilisticamente confusos quiosques em todo o parque. Apenas um entrevistado (DV) – arquiteto - reclama dos estilos decorativos dos quiosques e dos pedalinhos em forma de cisne que para ele caracterizam um 'parque temático'. O informal, o improviso nos usos e nas soluções de 'design' se incorporam aos espaços públicos da cidade, e assim passam a ser uma representação deste. Se por um lado, há divertidas criações 'kitsch', e até haja boas soluções, esta certa precariedade se incorpora à idéia de coisa pública.

Um outro conflito com o uso público está nos jogos e **brinquedos infantis pagos** que são montados apenas nos fins de semana (figs. L51 e L52). Estes contradizem com o sentido de acesso público, pois são restritos aos pagantes. Embora isto não seja percebido por todos que entrevistamos, alguns entrevistados especulam que isto deve afugentar do parque aqueles com menos poder de compra. Além disto, notamos que há evidentes prejuízos ao gramado onde alguns destes brinquedos se instalam. Seja pela distribuição nos locais mais centrais do Parque dos Patins, o que não ajuda na dinamização e distribuição de atividades do parque, seja pelas restrições de acesso que insere e sugere, julgamos que a presença destes jogos e brinquedos privados pode ser considerada inadequada.

Porém, embora os brinquedos pagos sejam indesejáveis para um espaço público, e algumas destas ocupem áreas destinadas originalmente a gramados, admitimos que a sua própria presença e sucesso de uso também nos sugere algumas soluções para a dinamização de espaços. Um exemplo: um brinquedo como o pula-pula é um exemplo singelo de recreação popular que tem uma grande atratividade. Assim como a venda de brinquedos do tipo 'quinquilharia' ou a adoção destes como brindes dos jogos são também uma grande atração para as crianças<sup>103</sup>. Mais uma vez, como acontece também na Praça Afonso Pena, a questão é como introduzir brinquedos públicos que tenham o mesmo nível de atração dos pagos. Assim, um aspecto dos brinquedos pagos é ressaltar ainda mais o fato de que não há uma segurança e manutenção dos brinquedos públicos existentes.

Lembremos que um elemento do mobiliário urbano demanda um nível de detalhamento que o implemente como objeto durável, conectado ao lugar, eventualmente reproduzível e passível de reparos. Estas qualidades, e mais uma grande qualidade visual e estética é alcançada de modo evidente pelos brinquedos em concreto. Com a vantagem de que simulam estruturas urbanas edificadas, uma brincadeira de cidade alta, cidade 'casinha' e cidade-labirinto que nos remete a Calvino (1972).

Por outro lado, a presença deste mini-parque de diversões instalado no parque incomoda alguns entrevistados. Esta crítica remonta à lembrança de que este trecho só se tornou parque devido à remoção de um Parque de Diversões, o Tivoli Park, que ocupava uma

extensa área às margens. Segundo técnicos da prefeitura, além do quase fechamento do acesso à água, as áreas junto ao antigo 'Park' estavam em péssimo estado, e a remoção foi um processo difícil que ocorreu inclusive durante as obras.

Além disto, notamos que o grau de informalidade pode dar a sensação de que o Poder Público está ausente do espaço. Uma das entrevistadas chega a comentar que "qualquer um chega ali e bota sua barraquinha" (F.N., 2007). Embora incorreta, pois há autorização da prefeitura para esta instalação, esta afirmação nos dá uma idéia da impressão de abandono dada a alguns dos usuários, causada pelos brinquedos e também pela série de barraquinhas de venda de bebida, comida e brinquedos-quinquilharia. Assim, a leitura dos espaços públicos e da gestão pública é muitas vezes conduzida por estas impressões de que o espaço é 'abandonado', de que o espaço público é terra de ninguém.

A questão da gestão nos aponta sobre uma das questões tratada como secundária, embora não seja: a da necessidade de uma estruturação funcional e estética das áreas de serviço. Há necessidade de programas de formação ambiental para os que operam nestes espaços, assim como para os que fiscalizam estes espaços. Desde o respeito ao patrimônio arbóreo, eventualmente usado como suporte pelo comércio formal e informal, até o manuseio do lixo. Ou seja, isto demanda uma noção de 'meio ambiente' de caráter ecológico, ético e estético<sup>104</sup>.

As diferentes lógicas dos setores do Poder Público que atuam sobre estes espaços são de modos diversos notadas pelos entrevistados. Os problemas de manutenção e conservação urbana são muitos. Mas consideramos que é na fragmentação e descontinuidade da presença das diversas instâncias do Estado que o sentido de público se perde<sup>105</sup>.

É visível, porém, que aqui, como em todo o Parque Tom Jobim, há problemas de conservação diversos. Mas os problemas se tornam maiores neste trecho não apenas porque esta é a área de uso mais denso, mas porque foi 'deserdada'<sup>106</sup>. Explicando: aí, a estratégia da prefeitura, de permitir a adoção de áreas públicas por empresas privadas, ainda presente no restante do parque, vem tendo no trecho do Parque dos Patins um efeito negativo nos últimos anos, com o **término do contrato de adoção**. Sem um novo adotante, a área depende dos escassos recursos alocados pelo município para sua gestão e conservação. Assim, o Parque está em mau estado de conservação, nem tanto quando comparado com diversas outras áreas públicas da cidade, mas sim quando é comparado com outros períodos da sua implantação ou a outros trechos da orla. Os problemas atuais são bem visíveis: má conservação da vegetação, pichações, sujeira, dejetos humanos, equipamentos danificados quebrados, pisos permeáveis e impermeáveis deteriorados<sup>107</sup>.

Note-se que, no Rio de Janeiro, há uma grande tradição de **bares de calçada** (fig. L53) em que as mesas ocupam áreas públicas. A particularidade de se estar ao ar livre implica na cidade em um aspecto cultural, ligado à cultura da 'praia', e também a questões de conforto ambiental em um contexto de calor intenso e predominante ao longo do ano. No caso, estar nos quiosques ao ar livre é também estar em contato com o ambiente 'natural' de um grande corpo d' água, como nos antigos bares do hoje decadente e turístico calçadão da Praia de Copacabana. E estar na natureza aqui, mesmo dentro da cidade é também estar ao

ar livre, ao vento sol, chuva e céu noturno, quanto mais pelo fato de que há um extenso panorama natural visível - montanhas, árvores e lagos (figs. L53, L54 e L55). Um fenômeno totalizador.

Porém, podemos aqui compreender esta questão a partir dos usos e apropriações que aí se instauram. E assim, pensar no espaço público sob o aspecto dos contrastes entre os espaços 'gentrificadores' e '*commodified*' estabelecem com as adaptações de usos e as referências populares, ou mesmo kitsch que pipocam nestes espaços públicos. Embora o possa se associar o '*chic*' aos quiosques e o 'brega' ao informal, há um entrecruzamento entre estas categorias. Qual a diferença cultural entre este 'refinado' e este 'popular'? Esta diferença talvez esteja então menos na **arquitetura dos detalhes** que os dois modelos condensam - no estilo, na presença ou não de ornamentos, mas sim nas possibilidades culturais, nas diversidades, que um ou outro modo de ver e viver pode trazer ao espaço.

No caso do Parque dos Patins, a pluralidade e dualidade cultural são também expressas na comida: desde o mundo dos restaurantes temáticos dos quiosques - árabe, italiano, etc. - à presença de vendedores de pipoca (fig. L56), milho, água de coco e algodão doce. E também na presença da colônia de pescadores e de músicos nos quiosques. Muito embora não possamos dizer que se chegue a uma arquitetura 'popular', a uma música popular e nem a uma apropriação popular, consideramos que a representação destes outros mundos; meio rurais, meio 'pobres', meio populares, mais 'antigos', e tomados como mais autênticos; é positiva.

De todo modo, consideramos que a presença de comidas (figs. L57 e L58), e bebidas tradicionais e populares já se incorporaram a uma certa '**cultura de rua**' do parque. Nos parece então que o Parque condensa tanto uma síntese da cultura de rua da metrópole, pelos bares na calçada, quanto a idéia talvez não exatamente de um 'parque temático', mas talvez de uma quermesse com parquinho em praça pública, pelo tipo de comércio informal - o lugar da cidade e lugar da 'cidadezinha'.

Porém, apesar destas expressões culturais, da presença de pequenos shows nos quiosques, e de eventuais espetáculos culturais no Parque dos Patins, o espaço do parque Tom Jobim não se consolidou por seu conteúdo cultural (fig. L59). Notamos que isto em parte se deve a certa falta de empenho do Poder Público - e não apenas nesta parte da cidade. Os eventos culturais na área decresceram. Também porque, em outros trechos do Parque Tom Jobim, problemas de escala dos eventos geram reclamações de ruído nos moradores do entorno. E, no Parque dos Patins, o espaço de um grande anfiteatro proposto inicialmente para eventos gerais foi apropriado por um grupo específico e assim convertido em pista de patins, o que impede o uso do piso para todos os outros fins. Similarmente, em todo o Parque Tom Jobim, durante esta tese, há mais eventos esportivos do que especificamente culturais no Parque.

Nas entrevistas e nos *blogs* consultados, porém, há quem se ressinta do potencial não explorado da área para eventos culturais. Dentre estes, o engajado pescador Orlandino, líder local, tem consciência da falta de opções culturais, e também de programas de educação ambiental e social.

Ver a Lagoa como um espaço de representação é possível aqui pelo registro pessoal de um grande evento relatado por um dos entrevistados: um show de Tom Jobim na Lagoa, junto ao Parque do Cantagalo, quando não havia os quiosques:

"...foi uma coisa espetacular, era um entardecer e a gente via anoitecer com o Cristo iluminado (...) eles construíram o palco ali na beira da Lagoa e o público ficou de costa pra rua. Aí você tinha o Cristo do lado de cá e a lua passando o lado, foi uma imagem que eu gravei na minha mente e não consigo esquecer" (P.S., 2007).

Se o parque é então tido como democrático, nos parece interessante não apenas verificar a acessibilidade e a disponibilidade dos equipamentos, mas também o espaço construído. Mas antes de tudo, temos que ressaltar que o projeto do Escritório Burle Marx para o Parque instaura o caráter durável, sólido, arquitetônico, urbano e público que o espaço demanda (fig. L60).

Quanto à **arborização**, embora a espécie mais adotada nas mais extensas áreas deste trecho do parque, o algodoeiro da praia<sup>108</sup>, seja adequada ao ecossistema do sítio, da maneira como é inserida no Parque não assume um papel de estruturação de um espaço. Esta árvore não estrutura o espaço verticalmente, como a extensa área parece demandar. E, por sua relativa horizontalidade, não se torna significativa no contexto das grandes áreas o Parque. Como também não se encontra agrupada, não delimita espaços. Como área de cobertura dos bancos, não proporciona a sombra abundante que o calor da cidade demanda, pelo diâmetro e pela altura da copa.

A estrutura espacial proposta pelo projeto provoca também indiretamente o desuso de algumas áreas no projeto paisagístico. No caso das amplas '**áreas de estar**' (denominação nossa) junto à pista de patinação, estas estão desagregadas da circulação e dos fluxos da ciclovia, situadas no interior de muros que as segregam (fig. L61). Embora estes muros sejam baixos, a distância aos nós centrais, associada ao fato de que há um fechamento vertical pelos quiosques e equipamentos acessórios destes.

No interior desta área de estar se localiza o **playground**, cuja localização segue uma lógica manter os espaços infantis resguardados e protegidos tanto do movimento – tanto de carros quanto de pedestres. No caso, pela dimensão e localização isto os isola de tal modo que os desprotege. Assim, embora os brinquedos sejam muito utilizados, em horários mais vazios ou ao anoitecer, quando há ainda grande movimento de famílias com crianças nas áreas centrais, a área fica deserta. Assim, esta lógica de implantação não se sustenta, e não é por acaso que os brinquedos pagos assumem pontos privilegiados na estrutura do parque, perto do movimento, junto aos olhos da rua.

Além disto, o amplo estar como um todo assume o papel de **área 'de fundo'** em relação aos quiosques junto ao muro. Compreender que as áreas de frente e fundo se formam significa, aliás, repensar os paradigmas espaciais modernistas que ao contestarem hierarquizações excessivas, desconsideraram que as hierarquias visuais, funcionais e de acesso se formam. Nesta área, é possível, correlacionar esta segregação espacial à maior insegurança, principalmente noturna, nesta área. Assim, podemos que dizer que, à noite, as

áreas no interior da murada baixa assumem um caráter marginal. Esta situação se estende ao exterior desta área murada, nos trechos da ciclovia junto às pistas carroçáveis, mais segregados do movimento - como notamos nos relatos<sup>109</sup> sobre assaltos a ciclistas, além do vandalismo e do observável menor cuidado.

Uma atividade que aí vem se desenvolvendo é o *parcour*, que é uma forma excepcional de engajamento físico com o ambiente, na medida em que efetivamente **experimenta os elementos construídos** (fig. L62). Embora haja um relato em uma das entrevistas (BI) de praticantes que destruíram propositadamente uma das mesas, a relação dos grupos que encontramos com os espaços nos parece que consideramos interessante para os espaços, na medida em que se apropria do espaço construído como o suporte para a atividade física. O participante que entrevistamos vinha da zona Norte e nos relatou inclusive sobre os percursos na cidade que eles estabelecem<sup>110</sup>. De certa forma, o *parcour* traz à presença os elementos arquitetônicos e o mobiliário urbano implantado nos espaços públicos, e assim, traz o caráter público do espaço para quem o observa.

A segregação destas áreas de fundo tem um impacto direto sobre a noção de insegurança dos usuários, e sobre a insegurança ela mesma. Não estranhamento, estas são as áreas onde se instalam os moradores de rua, e onde há pichações e/ou *grafitti* (figs. L63 e L64). Nas observações em campo, mais de uma vez, encontramos no interior dos maiores brinquedos em concreto implantados resquícios de usos noturnos por moradores de rua - como dormitórios e como sanitários.

Cresce o número daqueles que desvalorizam e se defendem em relação ao espaço público de todos os modos, e sugerem o seu gradeamento. Na cidade do Rio de Janeiro, se destaca o relato pelos técnicos da FPJ<sup>111</sup>, de que a maior parte das solicitações quanto aos espaços livres públicos da cidade seja o do seu fechamento<sup>112</sup>. Enquanto isto, no Parque dos Patins, apenas uma entrevistada chegou a sugerir o gradeamento como uma resposta aos assaltos em trechos ciclovia junto às pistas. Os entrevistados reclamam de insegurança no período noturno no parque, especialmente na ciclovia. Porém, nenhum dos demais entrevistados contesta a abertura do parque, e sim a presença e a (não) ação dos agentes públicos de **segurança**. Os furtos são relativamente comuns, segundo relatos e segundo o que apontam as *media*.

Inversamente, junto aos quiosques, as questões de segurança são minimizadas pela presença de seguranças privados. Assim, as áreas de quiosques não são utilizadas à noite apenas porque são mais centrais, junto às pistas e porque nelas está movimento: o próprio movimento se torna possível graças à segurança contratada pelos quiosques. E assim, por esta privatização do espaço, é que se recupera a idéia de se estar de noite ao ar livre na cidade.

Nas entrevistas, a exaltação das belezas que domina o discurso, os elementos do projeto não parecem atingir o valor estético que os torne 'visíveis'. Surpreende-nos que nem a intensa arborização em todo o parque, nem mesmo os elementos construídos, situados nestas áreas de uso intenso, sejam ao menos mencionados pelos entrevistados; e que outros aspectos da configuração somente sejam citados após pergunta específica. Porém, se por

um lado, há certa invisibilidade do projeto; esta também pode ser tomada como positiva, como uma contextualização. Referências à má conservação, à apropriação privada das áreas públicas, à presença de equipamentos de lazer pagos para as crianças, ao movimento intenso de helicópteros apontam os problemas de gestão da área.

Quanto aos conflitos de uso na ciclovia e a crítica à expansão desmedida dos quiosques nos parece que estes indicam menos um problema de dimensionamento do projeto do que um efeito sucesso neste parque com poucos similares na cidade, em um espaço antes inexistente como público. Isto porque o Parque dos Patins, visto sincronicamente, é um espaço bem resolvido. Apenas um equipamento do parque é duramente criticado por diversos entrevistados, especialmente pelos atentos responsáveis pelas crianças: o brinquedo-passarela efetuado em concreto, cujo desenho é percebido como inseguro (figs. L65 e L66). O brinquedo, conforme nos relatam técnicos da prefeitura envolvidos na construção e na gestão do parque, teve acrescentadas placas de indicação quanto à faixa etária de cada tipo de subidas para a passarela elevada a cerca de três metros do chão. A altura de quase três metros, as dificuldades da subida em um trepa-trepa labiríntico, e a ausência de uma proteção além de baixos guarda-corpos são fatores que justificam as preocupações dos responsáveis. Deste modo, alguns destes evitam estar junto à área. Mesmo um dos praticantes do radical esporte *Parcours*, que frequentemente saltam da 'passarela', nos alertam que o brinquedo, pelas altitudes desprotegidas, é "um perigo para as crianças" (PC).

No entanto, consideramos o problema maior hoje dos brinquedos em concreto e da sua área nos encaminha para uma outra questão crucial dos espaços públicos - aquela das relações entre público e privado, no que se refere à tomada e degradação dos espaços por moradores de rua, e a relação destes com os demais usuários. O aspecto positivo destes brinquedos - o labirinto, as 'casinhas' e as passarelas com descidas em escadas, escorregas e trepa-trepas - que são mini-arquiteturas a serem exploradas, se converte no elemento de atração tanto para o vandalismo quanto para a criação<sup>113</sup>. Para eles se consolidarem como uma área representativa, porém, estratégias de gestão e interferências na estruturação do espaço são desejáveis.

## **5. 2. g – O Parque como um espaço de representação**

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, as montanhas, de desenho ímpar, são referências excepcionais para a orientação, e constroem uma relação entre a paisagem e lugar (fig. L67). A paisagem, como uma vista panorâmica da natureza visível e uma imagem de permanência. O lugar, como uma localização em particular, como um marco, uma bússola, e uma imagem que se conecta à imagem da cidade. O espelho d'água completa esta composição excepcional, também como paisagem da memória da natureza e da memória da cidade, e como uma marca.

Consideramos que uma trama visual é estabelecida, por um lado, pelas vistas que se tem das montanhas a partir de baixo, dos espaços públicos da orla e do espelho d' água e por outro lado, das vistas da Lagoa e do seu entorno a partir de cima, dos mirantes que se situam na Serra e nos cumes dos picos. A conexão entre o olhar do alto e o olhar de baixo se realiza para cada um que observa esta paisagem. Percorrer as imagens do fotógrafo

César Barreto nos aponta este vóo (fig. L68). Aqui, é ainda evidente que o vínculo entre a paisagem e o lugar ordena a percepção imediata. Mais do que isto, estas visões, sejam elas de corpo presente ou através de representações pictóricas ou literárias, estimulam o olhar sobre a totalidade da cidade.

Na Lagoa, vista antes como 'lacuna', como um vão a ser ocupado pela cidade, o processo de valorização do corpo d'água e de suas margens como um bem público é um processo de descoberta da paisagem, do espaço público e do lugar; nesta ordem.

O Parque 'dos Patins', assim como o todo do Parque Tom Jobim, não tem, porém, uma estruturação espacial ou elementos implantados que se refiram claramente às direções das vistas ou que enquadrem as notáveis montanhas circundantes. Porque a ênfase nas vistas e visadas é dada pela arquitetura e urbanismo? Não se trata de uma obsessão pelo visual, mas sim de um reconhecimento do papel da visibilidade do espaço urbano na valorização da paisagem.

E como o parque pode incorporar as direções, a visibilidade dos elementos naturais e a trama dos elementos urbanos visíveis ou não que a circundam? A sutileza é necessária para uma contextualidade – mostrar, revelar, e não 'ensinar' uma incorporação do espaço exterior ao parque. A questão é menos de arquitetura paisagística, no sentido mais usual de jardinismo que o seu repertório e práticas de projeto assumiram localmente, do que de arte na paisagem - *land art* - um campo incipiente no país.

A relevância destas visadas, e de orientação e localização no contexto urbano transparece nos inúmeros tipos de representações feitas em relação ao espaço da Lagoa Rodrigo de Freitas. Sobre a percepção da necessidade de um direcionamento das visadas principais, podemos citar como exemplo uma dissertação em urbanismo que propõe uma instalação que as valorize (Cruz, 2006) (fig. L69). Há uma enorme quantidade de referências ao espaço visível da Lagoa e às suas relações com o contexto urbano. Há inúmeras imagens da Lagoa postadas em sites, *blogs* e *fotologs* que nos dão uma idéia de como estas vistas da Lagoa ampliam e divulgam os seus espaços. Há registros de experiências pessoais, de eventos sociais, promocionais ou artísticos; ou simplesmente registros técnicos. Consideramos que estas ampliações se incorporam à apropriação da paisagem e lugar na Lagoa.

Uma imagem mostra um momento específico da contemplação, um enquadramento espacial e temporal. Mas, porém, se a arte não lhe dá substância, o que temos não é paisagem, mas sim um registro documental duro, sem palavras além de uma descrição. Algumas outras representações.

Ainda assim, dentre as representações banais não encontramos apenas resultados da acumulação de informação através de imagens, ou da *commodification* do espaço, ou do próprio consumo das paisagens como cenários. Encontramos também expressões de uma topofilia. Isto é especialmente verdadeiro quando se tratam de *blogs* e *fotologs*, que são aproximações mais pessoais, muitas vezes carregadas de relações afetivas com os espaços – o que é perceptível quando se observam os comentários de autores e visitantes.

Mas se a memória de uma cena é parcialmente registrável, o que não é plenamente representável em um texto ou imagem são as múltiplas apropriações que um espaço proporciona aos usuários.

Observamos algumas das apropriações pelo movimento em imagens e filmagens de aficionados por gêneros desportivos diversos de atividades no Parque Tom Jobim. Do mesmo modo, as cenas capturadas na internet que nos mostram os momentos de famílias, amigos e cenas diversas nas várias escalas da Lagoa. Consideramos aqui que estes são mais do que meros registros objetivos, pois o enquadramento de alguns destes filmes deixa claro o papel do lugar na fixação e valorização dos eventos.

Em nossas observações de campo, e em algumas das entrevistas *in loco*, adentramos em um momento especial da vida de um grupo ou indivíduo. O parque é um lugar de festas. Aí se dão as interações familiares com os de fora da cidade, as primeiras visitas ao espaço 'lindo', os namoros<sup>114</sup>, comemorações de aniversário e outras, as conquistas infantis, a chegada de longas caminhadas através da cidade, e diversos momentos do passeio de visitantes na cidade e de moradores. Aqui, o caráter turístico do espaço se mistura ao caráter familiar. Presenciamos também o momento único de comemoração, despedidas e expectativas de uma turma de formandos de segundo grau de escola próxima, freqüentadores usuais do parque após a aula, e moradores de pontos dispersos na cidade<sup>115</sup>.

Freqüentar e contemplar este espaço livre público, engajar-se fisicamente nele de algum modo é, neste sentido, tomar o sítio natural e, por extensão, se apropriar do lugar, do caráter de uma cidade. Um Ser-no-mundo que se revela pelas escalas da paisagem circundante.

Comparada à visão, a audição é um sentido cuja compreensão é mais sutil, mas que denota uma interação essencial com o espaço. Nesta tese, o ruído somente se torna presente para nós quando escutamos as gravações de entrevistas feitas *in loco*, e então notamos que escutar os sons dos lugares nos proporciona informações sobre a qualidade do espaço que não são desprezíveis. A gravação nos mostra o que grande parte dos usuários não parece perceber: o nível elevado de ruído do trânsito e no fim de semana também de vozes humanas nos espaços livres do Parque dos Patins. No entanto, há uma exceção notável que confirma a regra e que nos pontua para estas considerações sobre as efetivas conjunturas espaciais e sonoras deste espaço: uma musicista (C.M.), caminhante semanal da ciclovia da volta na Lagoa, se ressentia tanto com o barulho no Parque dos Patins e nos quiosques dali, que o momento da entrevista é coincidentemente a primeira vez que ela entra nestas áreas.

Este tema, que merece um desenvolvimento que nossa abordagem não permite, se refere por um lado ao conforto ambiental urbano, mas também às qualidades não conscientemente percebidas, porém sentidas, do espaço. Torna 'presente-à-mão' a poluição sonora, cujos efeitos sobre o Ser-no-Mundo e sobre a apropriação dos espaços não são mensuráveis.

Suspeitamos, porém, que o som de vozes humanas – de uma multidão possa ser para os usuários a prova do 'movimento' como um elogio ao sucesso da constituição do parque

como um lugar da cidade<sup>116</sup>. Além disto, um grande número dos que praticam esportes solitários percorre o parque com fones de ouvido. Um modo de isolamento, mas que por outro lado denota a necessidade atual de intensificação de experiências sensoriais e de consumo de informações diversas, ou então mesmo a características culturais específicas de grupos sociais locais. Mesmo a experiência do esporte é parte de um conjunto cultural que engloba estilos musicais, vestuário e posturas diante do espaço da cidade<sup>117</sup>. Assim, há, através do som, uma forma intensa simultaneamente passiva e ativa de apropriação dos elementos naturais, das vistas, dos elementos construídos, e de certo modo do conteúdo social.

Se continuarmos a lembrar dos sentidos, o olfato não nos deixa dúvidas quanto aos sérios problemas ambientais e sociais que rondam o 'magnífico' espaço da Lagoa. Há a poluição do tráfego de veículos. As áreas alagadiças estão sob permanente ameaça de despejos<sup>118</sup> e tendem ao acúmulo de matéria orgânica, embora a mortandade de peixes hoje seja relativamente rara. Mas a experiência mais contrastante é no brinquedo-passarela do playground, olfativamente muito desagradável – um resquício do seu uso como sanitários nas noites sem controle público, porém um excelente mirante para vistas principais, e atualmente acima dos topos das árvores.

Estas diversas do espaço da Lagoa, embora parciais, nos indicam a conjunção entre paisagem, lugar e espaço público que aí se dá. E esta é uma conjunção que se dá em diversos aspectos. Para compreender a estrutura urbana da Lagoa, por exemplo, podemos correlacionar os cinco elementos que, segundo Lynch (1981), definem a imagem urbana: vias, limites, distritos, nós, e marcos visuais. Pois bem, notamos que a Lagoa é a um só tempo cada um destes elementos, em si e em relação à cidade.

Mas qual a relevância destas análises, além de conhecer cada vez mais o espaço e constatarmos que há nele topofilia? Não é somente cada vez mais identificar as várias camadas de valores e significados em um dado espaço. Mas reconhecer os vácuos, as potencialidades do espaço e as inúmeras melhorias que ele ainda demanda.

Por um lado, isto significa contribuir para a valorização da imagem da cidade através da qualidade de seus espaços livres públicos mais visíveis. Por outro lado, as possibilidades para a intensificação dos usos nos dias úteis são inúmeras. Em um exemplo bem específico, a necessidade de espaços livres, verdes, públicos, como elementos didáticos para as escolas públicas e privadas. Ao mesmo tempo, compreender o papel que os grandes parques e áreas públicas urbanas vêm cumprindo em uma dada cidade para a identidade e para a inclusão social, mesmo que apenas pelo acesso aos espaços. Tornar visível a paisagem, o lugar e o espaço público é essencial. Um exemplo, na Lagoa, a excepcionalidade da natureza (a ex-moradora capivara, os eventuais peixes mortos) é mais visível do que a efetiva grande riqueza da fauna existente<sup>119</sup>. Na relação íntima com o habitat lacustre que têm os pescadores, uma diversidade de aves se agrupa junto à colônia.

Muitas vezes, apesar da noção de preservação e conservação desta 'natureza', nos parece que há uma visão incipiente do ecúmeno à qual falta uma consideração de que o ambiente e o homem se inserem como parte de um conjunto indivisível. Assim, não faz sentido

desejar que se preserve a Lagoa e o parque, como área 'natural', tida como algo separado da cidade.

Por exemplo, cada área do entorno que é impermeabilizada toma parte no sistema de águas; cada alagamento de áreas pode ser menos um problema de conservação do parque do que uma contingência imposta pelos efeitos das marés; e mesmo as visíveis e noticiadas mortandades de peixes são eventos bem menores do que os problemas de saneamento, resíduos sólidos e da poluição da área e da cidade. Em uma visão global da questão ambiental, o indivíduo e os grupos sociais podem perceber o todo, e incorporam em seu cotidiano ações que contribuem para tanto.

A comparação entre Lagoa Rodrigo de Freitas e o *Lake District*, área rural bucólica de lagos e montanhas ao norte da Inglaterra, feita por turistas ingleses (P.T.) entrevistados no afã de compreenderem este espaço visitado pela primeira vez, evidencia as diferenças, cá e lá, da valoração à natureza nestes ambientes. Inclusive, é interessante notar que eles chegam a suspeitar que a Lagoa não é natural, pelas canalizações. E suspeitamos que, bem provavelmente, pelo tratamento viário de grande parte das margens, retificador, duro.

Consideramos que este é, antes de tudo, um exemplo de contraste entre períodos de ocupação do território que se fixaram e que dominaram uma dada paisagem. Na Lagoa, embora o ambiente antecessor seja parcialmente imaginável pelo que ainda é visível, e haja arquiteturas diversas do passado e contemporâneas, consideramos que o período que predomina; o tempo da paisagem da Lagoa; é aquele dos anos 60 e 70. E este é um tempo da construção rodoviarista, da ditadura, da tecnocracia, de menores restrições ambientais e urbanas. É um tempo no qual, mais do que nunca, a paisagem é vista como artefato, algo mutável segundo as necessidades dos homens, sem os constrangimentos da preservação ecológica que ainda se insinua, encontra um desenvolvimento técnico e tecnológico que permite grandes intervenções.

A Lagoa Rodrigo de Freitas incorpora também outros tempos, nas imagens que restam destes, e nas referências da história e da memória. Resumindo, em pouco tempo, passa de arrabalde rural a parte da cidade. De Lacuna, 'vão' a ser urbanizado; a uma Lagoa, substantiva. De área de clubes a área de 'pubs', os bares públicos.

Neste passado de modificações intensas recentes - grande parte foi aterrada na segunda metade do século passado, a memória dos usuários mais velhos registra estes eventos da transformação do espaço urbano do entorno. O pescador Orlandino nos relata que lembra que parte do aterramento da Lagoa junto à Fonte da Saudade, onde se situa o atual subparque do Baixo Bebê - ser feito com material da construção do túnel Rebouças (fim dos anos sessenta). Um outro entrevistado (P.S.), morador próximo, nos relata que quando criança aprendeu a nadar na Lagoa, antes de ir para a água do mar, na área então deserta.

O lugar na memória que a última década vai construindo para estes espaços é bem outra, ao longo destes tempos em que esta paisagem se estabelece como pública. Assim, a partir dos espaços públicos que a Lagoa articula, é quase plena a visão de extensa paisagem

natural de montanhas e corpo d'água e a presença de lugares de referência na história e na memória da cidade.

Reconheçamos que as montanhas são miradas para o passado e, no caso, o desenho excepcional facilita esta conexão. As montanhas são reconhecíveis nas inúmeras representações mais antigas da cidade, e a sua aparente imutabilidade e imobilidade nos dão o conforto de uma permanência urbana.

Aqui, ao ver a lagoa nas montanhas, as montanhas na lagoa (ver fig.00), enxergamos o que Schama define como o "contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga" que nos faz perceber a "permanência dos mitos essenciais" (1996: 27). Segundo ele, sob a "capa superficial do contemporâneo".

**Deslumbramento.** Esta é a palavra que define a reação dos diferentes tipos de entrevistados ao espaço da Lagoa.

Muito embora a paisagem e seus elementos sejam relevantes para os entrevistados, estes tendem a não construir uma descrição sucinta, mas simplesmente uma reação de maravilhamento<sup>120</sup> com a presença ou a lembrança da presença naquele ambiente. A paisagem visível como um todo, ou paisagens ocultas no passado ou no presente, são menos citadas. Nem mesmo os elementos que a compõe. Um todo indescritível e indizível é resumido como natureza, beleza.

Esta paisagem visível em que estão presentes montanhas, matas, e água não é abordada descritivamente ou intelectualmente. Na fruição do lazer e do contato com a 'natureza' que ela proporciona - a beleza, o cartão postal, a imagem são destacados. E também as sensações, percepções e sentimentos. Em certo sentido, as respostas ao espaço são repetitivas, mas não chegam a ser clichês, pois que vêm acompanhadas das experiências pessoais com os espaços livres.

A paisagem, o lugar e o espaço público da Lagoa refletem questões sociais, ambientais e urbanas; tais como a poluição da Lagoa, a diminuição do espelho d' água, os assoreamentos diversos, os despejos de esgoto, as favelas presentes e visíveis, as favelas ausentes e removidas, as privatizações incessantes em diversas escalas em toda a margem, o ocultamento de morros que também persiste. Porém, a descrição da área solicitada aos entrevistados é em geral bem pobre. Há pouco conhecimento, falta de observação ou desinteresse por problemas?

Em diversos momentos das entrevistas, aliás, notamos mesmo certa hesitação na menção de problemas no espaço. Assim, nos impressiona nas entrevistas que com raras exceções, a área é apenas reconhecidamente mal conservada, e só. Pode parecer que não é observada com afinco. Os problemas - críticas e sugestões - só são citados, na maior parte das vezes, quando explicitamente solicitado. Mensagens ufanistas próprias da cultura local? Todos a serviço do marketing turístico? O que nos parece é que há um tempo e uma respiração para que se saia do êxtase e dos elogios para os problemas do parque.

De certo modo, para o senso comum, a amplidão, a paisagem vegetada, apropriada não pode ser vista como contenedora de problemas, em uma escala de valores da cidade em questão. São reiteradas as ressalvas de que 'mesmo assim', o espaço é excelente - uma amostra seja de topofilia, seja de certo ufanismo.

Portanto, em um contexto de uma cidade que hoje tem grandes problemas de violência urbana, este parece ser um dos espaços de SUBLIMAÇÃO.

Isto nos mostra como o Parque, mesmo com visíveis problemas de gestão, controle, projeto e conservação vem resistindo como um espaço público desejável da cidade. A proposta de um entrevistado, de que deveria haver uma Lagoa em cada bairro, nos deixa a indagação: como conseguir espaços onde a conjunção entre espaço público, paisagem e lugar se efetive? Onde as articulações entre espaço público, paisagem e lugar ainda tenham que ser construídos.

Para nós, estudar a Lagoa Rodrigo de Freitas não é somente observar o já intensivamente observado, representar o já representado, pensar em como podemos potencializar o que já é dinâmico, mas vislumbrar o que este espaço nos diz sobre as indiscutivelmente fortes presenças do caráter público, do lugar e da paisagem.

Se toda escada esconde uma rampa. Ampara o horizonte uma ponte. Para o oriente um olhar distante. Em volta de um assunto uma lente. Depois de cada luz um poente. Para cada ponto um olhar rente. E a montanha insiste em ficar lá. Parada. A montanha insiste em ficar lá. Para lá. Parada. Parada. Diante do infinito. Um mosquito. Em torno de um contorno gigante. Cada eco leva uma voz adiante. Decanta em cada canto um instante. De dentro do segundo seguinte. Que só por um momento será antes. E a montanha insiste em ficar lá. Parada. A montanha insiste em ficar lá. Para lá. Parada. Parada.

(Arnaldo Antunes / Adriana Calcanhoto. "Para Lá")



Fig. L01 Lagoa e morros circundantes. ca 1930

Fig. L02  
Lagoa Rodrigo de Freitas, 1936.



Fig. L03  
Vista aérea da Lagoa.



Fig. L04  
Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas  
em 1888, por Nicolau Facchinetti.

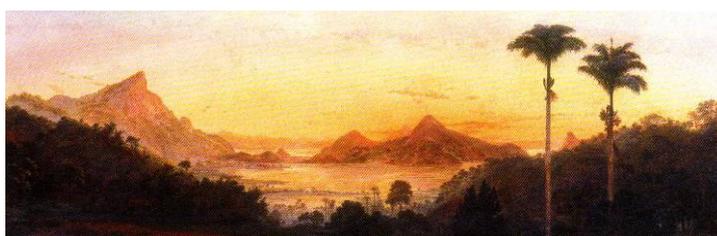


Fig. L05  
O Jardim Botânico, por Marc  
Ferrez, em 1890.



Fig. L06  
Imagem da Avenida Epitácio  
Pessoa na década de 1950.





Fig. L07  
Favela do Pinto , década de 1960.



Fig. L08  
Favela da Catacumba. Ônibus  
elétrico junto à Lagoa, em 1964.



Fig. L09  
Imagem aérea do Jôquei Club  
Brasileiro



Fig. L10  
Clube Caiçaras.



Fig. L11  
Clube Piraquê



Fig. L12  
Curva do Calombo.

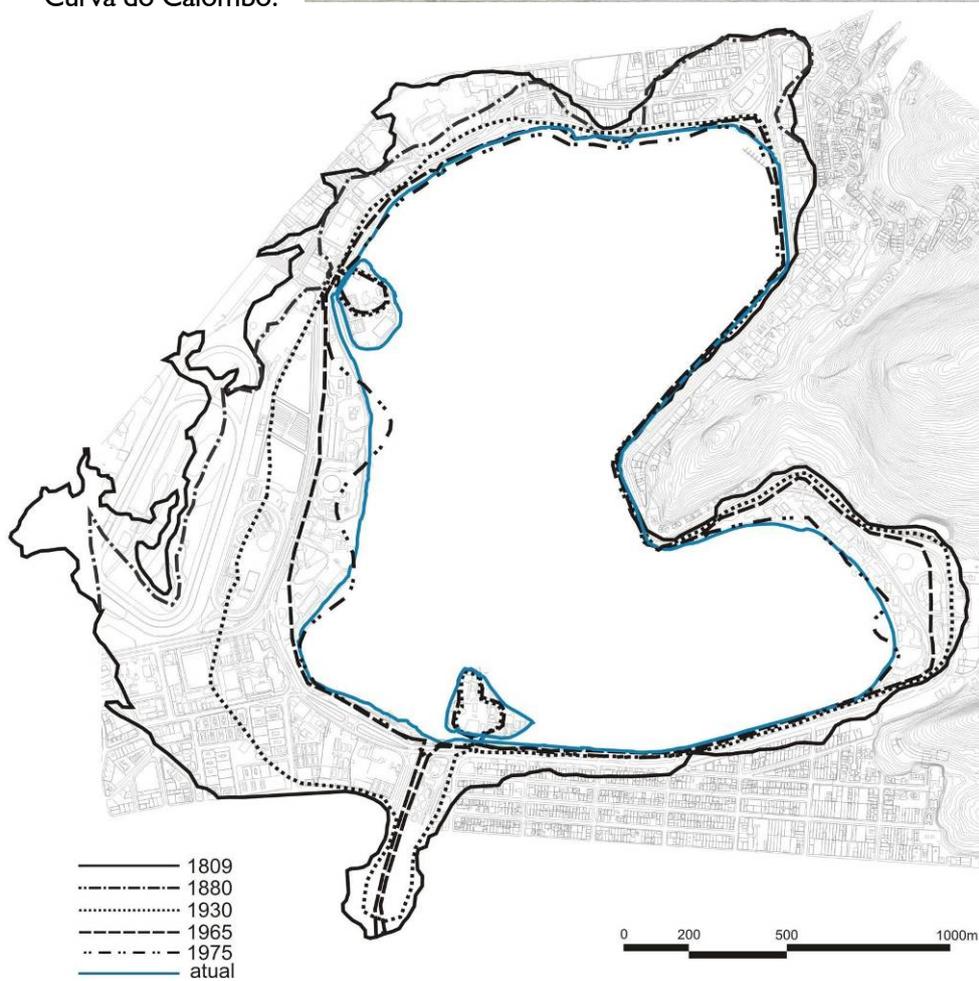


Fig. L13 – Mapa dos sucessivos aterros da Lagoa

Fig. L14  
Planta geral da Lagoa com  
proposta de aterro para a Cidade  
Jardim, 1929.

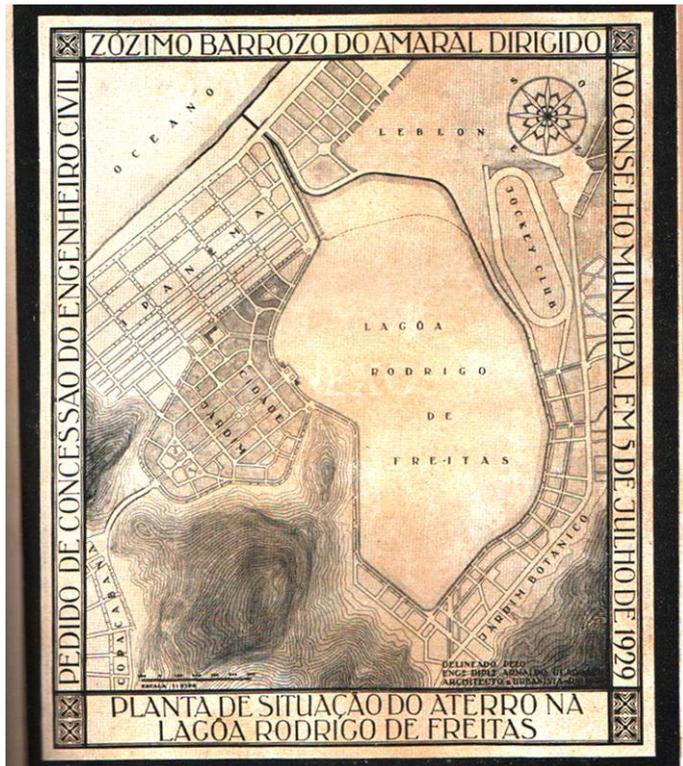


Fig. L15  
Proposta de Cidade Jardim de  
1929, do engenheiro Zozimo  
Barroso do Amaral..

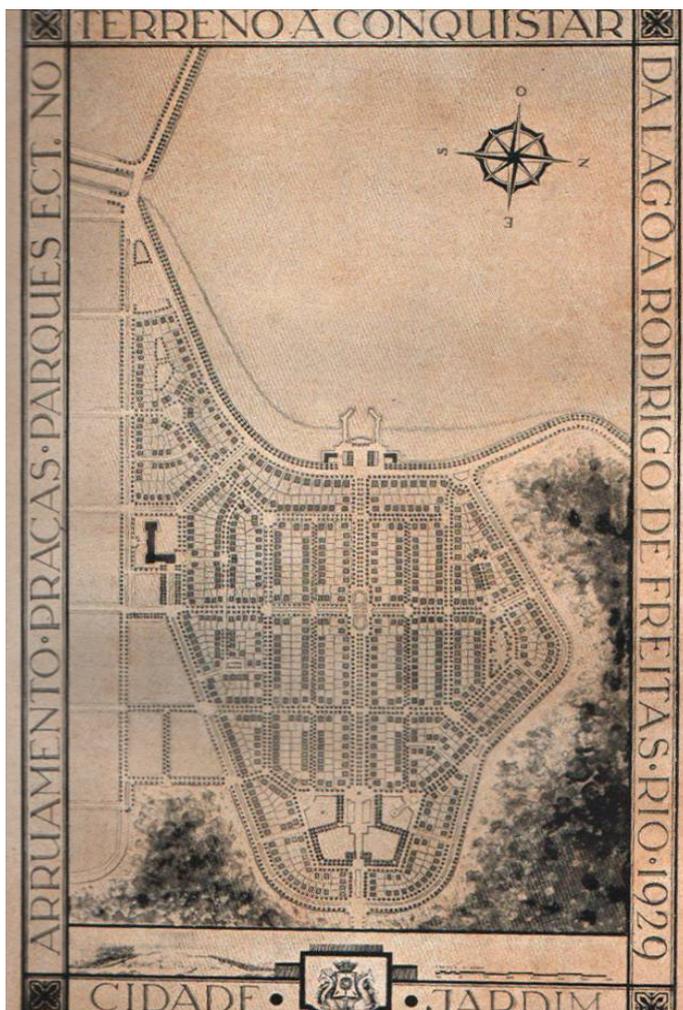




Fig. L16  
Croquis de Le Corbusier para um  
edifício-viaduto no Rio, 1929.



Fig. L17  
Proposta de um edifício contínuo  
em altos pilotis.



Fig. L18  
Conjunto Residencial Marques de  
São Vicente, Affonso Eduardo  
Reidy em 1952, na Gávea,  
parcialmente construído.

Fig. L19  
Proposta do Conjunto habitacional  
das Catacumbas, por Affonso  
Eduardo Reidy, 1951, não  
construído.

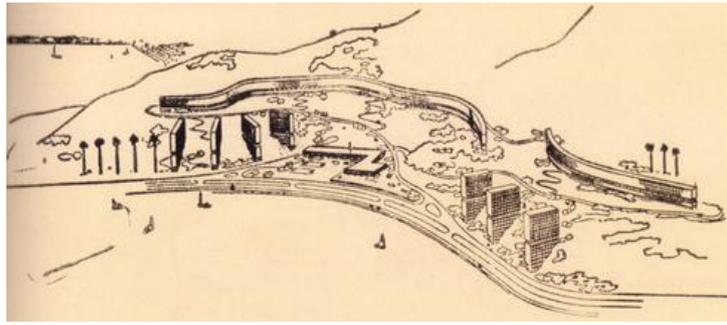


Fig. L20  
Residência de Oscar Niemeyer à  
Rua Carvalho de Azevedo, 1942.



Fig. L21  
Hospital da Lagoa, de Oscar  
Niemeyer, 1952, entre a Lagoa e o  
Jardim Botânico.



Fig. L22  
Maquete do Estádio de Regatas,  
sede da Federação do Remo e  
Garagem para 14 clubes, de 1954.



Fig. L23  
Empreendimento em construção  
no interior Estádio de Remo da  
Lagoa, 2008.





Fig. L24 Contexto urbano do território da Lagoa Rodrigo de Freitas.



Fig. L25 Parque Tom Jobim e entorno.





Parque dos Bebês



Parque do Cantagalo



Parque das Taboas

Fig. L27 Imagens aéreas dos sub-parques- Baixo Bebê; Taboas e Cantagalo.

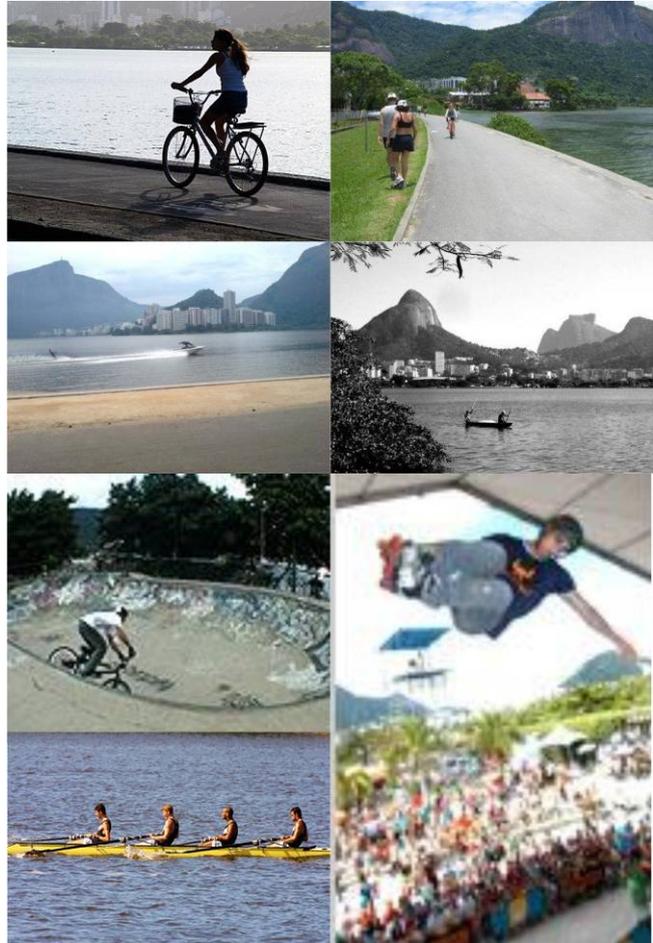


Fig. L28  
Lagoa: representações do esporte  
na Internet.

Fig. L29  
Parâmetros de uso do espelho  
d'água da Lagoa Rodrigo de  
Freitas. (decreto n.º 18.415 /  
2000)  
Área 1 – Remo, iatismo e  
atividades recreativas. Área 2 –  
latismo e atividades recreativas.  
Área 3 – Esqui aquático e  
atividades recreativas.

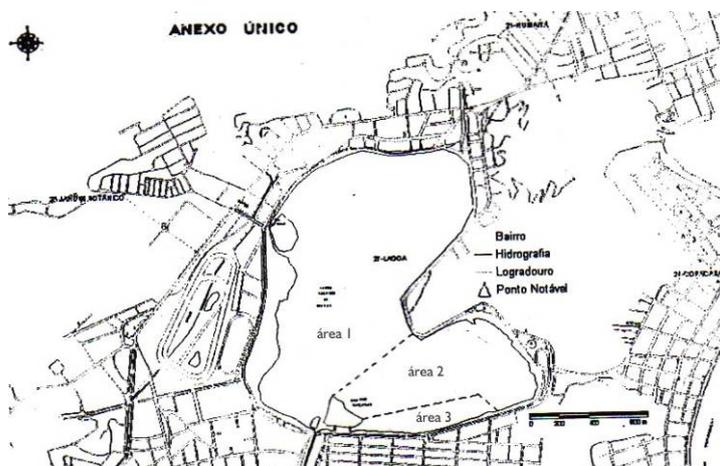


Fig. L30  
Arvore de natal na Lagoa, 2006.



Fig. L31 Parque dos Patins



Fig. L32 Parque dos Patins : vista aérea.



- Permanência de vendedores ambulantes
- Aluguel de brinquedos e equipamentos
- Área ocupada por quiosques
- Colônia de pescadores
- Área sub-utilizada
- Área de estar

0m 20m 50m 100m

Fig. L33 Usos e apropriações no Parque dos Patins



Fig. L34  
Arena de eventos: os carrinhos de aluguel.



Fig. L35  
Pergolado da arena de eventos.



Fig. L36  
Pergolado do anfiteatro.



Fig. L37  
Anfiteatro: rinque de patinação.

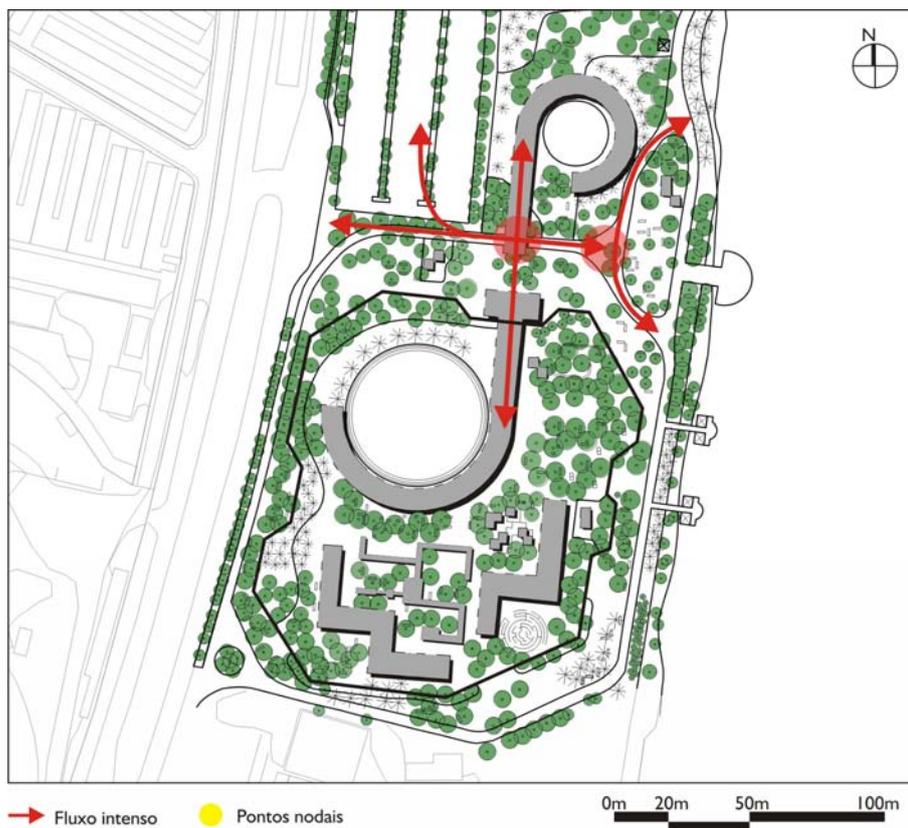


Fig. L38 - Fluxos no Parque dos Patins



Fig. L39  
Quiosque na área central.



Fig. L40  
Cercamento de quiosque..



Fig. L41  
Cercamento de quiosque..



Fig. L42  
Ocupação da calçada pelo quiosque.



Fig. L43  
Ocupação da calçada pelo quiosque.



Fig. L44  
Ciclovía na área central.



Fig. L45  
Área central do parque: pergolado e cliclovía..



Fig. L46  
Área central do parque: diferentes usuários da ciclovía.

Fig. L47  
Aluguel de triciclos junto à área  
central do Parque dos Patins.



Fig. L48  
Triciclo e caminhante na ciclovia e  
pipoqueiro na grama.



Fig. L49  
"Por favor aguarde". Portão na  
ciclovia junto ao heliponto.



Fig. L50  
Mesas dos quiosques ao redor de  
bancos públicos





Fig. L51  
Brinquedos de aluguel junto à área central.



Fig. L52  
Pula-pula: brinquedo de aluguel junto à área central.



Fig. L53  
Quiosques como bares na calçada.



Fig. L54  
Família junto ao espelho d'água.



Fig. L55  
Família no deck.



Fig. L56  
Pescadores.



Fig. L57  
Ambulante : lanche e pipoqueiro.



Fig. L58  
Ambulante, grafite e pichação.



Fig. L59  
Evento no Parque dos Patins.



Fig. L60  
Pergolado junto à arena de eventos.

Fig. L61  
Sanitários junto ao muro da área  
de estar.



Fig. L62  
Parcour nas "casinhas".



Fig. L63  
Pichação nas "casinhas" do  
playground.



Fig. L64  
Balanços do playground: Grafite/  
pichação





Fig. L65  
'Passarela/ trepa-trepa/ escorrega'  
no playground.



Fig. L66  
'Passarela/ trepa-trepa/ escorrega'  
no playground.



Fig. L67 "Regata na Lagoa". Foto de César Barreto.



Figs. L68 a-d Descida dos morros ao Parque Tom Jobim. Fotos de César Barreto.

Fig. L69  
Uma proposta urbana de mirantes  
para a Lagoa

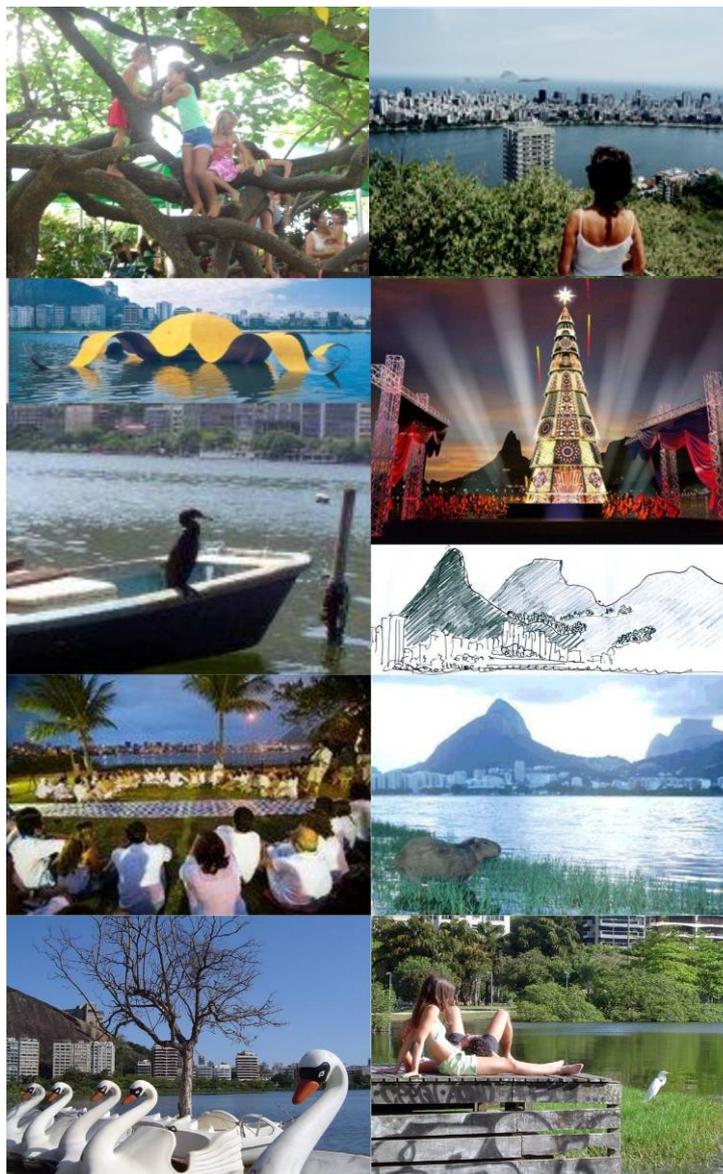
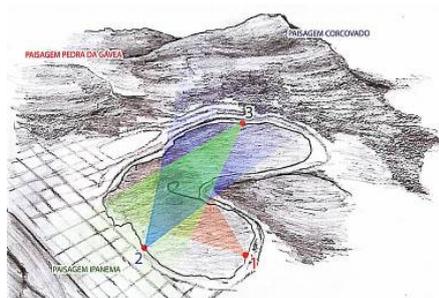


Fig. L70  
Representações feitas / divulgadas  
por usuários do espaço.

Fig. L71  
Comemoração de fim de curso de  
alunos do Ensino Médio.



---

### **Praça Afonso Pena: a praça como síntese do lugar público e da paisagem do bairro**

<sup>1</sup> E cuja autoria não é muito clara, pois ilegível na assinatura da única planta original, uma planta em vegetal sem o pedaço onde já esteve o carimbo. A Fundação Parques e Jardins está restaurando e digitalizando o seu acervo somente neste ano de 2008..

<sup>2</sup> Estes bairros pertencem a duas regiões administrativas da cidade: na da Tijuca, os bairros da Tijuca, Praça da Bandeira e Alto da Boavista; e na R.A. de Vila Isabel, os bairros de Vila Isabel, Grajaú, Maracanã e Andaraí.

<sup>3</sup> Vieira (1994: 177) nos lembra também que "A região também possui uma grande proporção de solo não permeável ou mineralizado, o que provoca uma maior incidência de enchentes e inundações (...)".

<sup>4</sup> No caso, a 'região aqui se refere à Grande Tijuca, e não apenas a uma região administrativa.

<sup>5</sup> Até praticamente os anos noventa, quando então é implementado o Programa Favela-Bairro de urbanização de favelas.

<sup>6</sup> Santos (2003) nos lembra que, na Tijuca, a distinção entre asfalto e morro é clara, até porque hoje só há aí favelas em encostas: a favela plana da área, a do Esqueleto, foi removida para a construção da UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Há apenas uma mini-praça instalada pela prefeitura em pequeno lote vago de esquina, sem uso exceto por moradores de rua, o único espaço conseguido.

<sup>8</sup> Dados do Censo -2 001- IBGE obtidos em [www.portalgeorio.rio.rj](http://www.portalgeorio.rio.rj).

<sup>9</sup> Note- se que nesta área se incluem extensas áreas de floresta em encostas, em grande parte no no bairro do Alto da Boavista.

<sup>10</sup> O que é confirmado pela existência da Arcapena- Associação de Moradores da Afonso Pena.

<sup>11</sup> Dados da SMU, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> A praça, cujo nome anterior (Castilhos França) conjuga o cruzamento de ruas com nomes de dois ex-presidentes do país (Campos Salles e Afonso Pena) e de um grande dramaturgo nacional (Martins Pena), com aquele de praticamente desconhecidos: um doutor (a Rua Dr. Satamini) e Castilhos França (o nome anterior da praça).

<sup>13</sup> Aqui, mesmo sobrenomes iguais ou similares aparentemente não dizem nada sobre a ocupação, diferentemente de outras áreas: 'Pena' não é um sobrenome muito comum, mas Martins e Afonso Pena aparentemente não são aparentados, e muito menos Saens Peña. A similaridade é apenas um obstáculo sugerido pela sua 'deferença'.

<sup>14</sup> Hoje, notamos que a presença de oitis muitas vezes sugere uma maior antiguidade da arborização e da urbanização das ruas nas quais estão plantados.

<sup>15</sup> E no seu projeto original, é representada como quadrada.

<sup>16</sup> *Licanea tomentosa*.

<sup>17</sup> *Caesalpineia ferrea*.

<sup>18</sup> O que foi notado nas observações de uso e confirmado pelas entrevistas (F.E.).

<sup>19</sup> O que ocorre é similar ao que uma arquiteta da prefeitura (C. S.) nos relata em relação a duas outras praças da cidade -em Copacabana – onde, sob demanda, o projeto teve que criar duas áreas distintas de jogos para haver separação entre locais e estranhos.

<sup>20</sup> E consideramos curioso notar que aqui, dentre os consumidores regulares de água de coco estão os cães, não apenas seus donos.

<sup>21</sup> Nesta estação, há escadas na saída e da bilheteria ao nível dos trens; não há meios de acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.

<sup>22</sup> Aliás, uma frequentadora cotidiana relata que "aqui enfartam homens, eles geralmente extrapolam".

<sup>23</sup> Uma entrevistada relata que há jogos até bem tarde, 2 horas da manhã, o que ela apesar de escutar o barulho de sua casa, acha ótimo porque sabe que ocupa os maridos e dão 'um descanso' pras mulheres (F. E.).

<sup>24</sup> Neologismo que empregamos em português a partir do termo '*sittability*', usado, *e.g.*, em Whyte, 1980.

<sup>25</sup> Em uma lógica de permissão provisória, nunca definitiva, para que se mantenha o controle, nos explica Lucio Costa, do Controle urbano da Prefeitura.

<sup>26</sup> Como notamos em diversas entrevistas com técnicos da prefeitura.

<sup>27</sup> Senão elas mesmas de produção nativa.

<sup>28</sup> Não há outra definição encontrável para a sua instalação.

<sup>29</sup> E que, segundo relatos, eventualmente dorme na praça

<sup>30</sup> B.F., moradora a uma quadra da praça: "uma coisa que eu observei que eu não tinha pensado (...) eu conversando com mães lá em cima: "Porque você não leva lá embaixo?"; e: "Eu não vou não porque lá eles querem brincar naqueles carrinhos, naqueles pula-pula". A praça no fim de semana que você só tem acesso pagando e quem não paga já fica excluído (...) as crianças não entendem que não pode brincar se não pagar (...) já é um espaço público, mas que de repente tem outros... e os brinquedos ali que todo mundo pode brincar (...) essas pessoas que não têm acesso a shopping...e têm este espaço tão perto (...) ficam lá em cima mesmo naquela limitação (...) ...um ponto amplo para as crianças que tão lá em cima tão confinadas porque lá em cima são ruelas (...) seria um espaço gratuito pras crianças brincarem a vontade e os pais também sentarem ali também ficarem de boeira (...) devia ser proibido isso - devia ter um espaço particular tipo um terreno qualquer e não ali pra botar esses brinquedos (...) eu tenho um neto, se eu for lá vai ter que levar um dinheirinho pra (...) porque não é um dia, como tem por exemplo a feira".

<sup>31</sup> Não por acaso, S.B., uma babá, destaca como um 'evento especial' o dia em que a cama elástica foi de graça - um dos atrativos que a Arcapena eventualmente inclui nas festas que promove.

<sup>32</sup> Notamos que, já em 1994, uma dissertação aponta que: "... a inexistência d um projeto de paisagismo somada à falta de manutenção de espécies vegetais dão à praça um ar de abandono" (Vieira). Nesta época, os canteiros superiores ao norte estão sem vegetação.

<sup>33</sup> Não por acaso, a Fundação Parques e Jardins, responsável pela conservação, vem gradativamente perdendo atribuições e verbas.

<sup>34</sup> Segundo F. A., entrevistado.

<sup>35</sup> Note-se que o 'noivado' aqui não significa a festa ou o pedido feito aos pais da noiva, mas sim o tempo de namoro deles como noivos.

<sup>36</sup> O que é possível notar nos inúmeros sites destas.

<sup>37</sup> Programa da Secretaria Municipal de Educação, citado por T.R. como um dos eventos dos anos noventa na Praça Afonso Pena.

<sup>38</sup> Que se reúnem em locais próximos, e eventualmente ocupam a praça, como verificado em blogs e fotologs pessoais

<sup>39</sup> Mesmo em uma dissertação de mestrado que estuda a praça, por exemplo, diz que o sítio é cercado por edificações, e "não possui nenhum elemento ou vista que deva ser necessariamente bloqueada ou explorada" (Vieira, 1994: 194).

### **Paisagem e lugar: os espaços públicos da Lagoa Rodrigo de Freitas**

<sup>40</sup> Lembramos que, no sentido dado por Berque (1995), da extensão e reprodução de diversas representações de diversos tipos, com as quais o sujeito se reconhece.

<sup>41</sup> Inclusive porque desconsideramos a divisão entre lugares e pré-lugares naturais proposta por Relph (1976), que argumenta que na natureza há pré-lugares.

<sup>42</sup> Maya-Monteiro, 2008.

<sup>43</sup> De sentido controverso, mas geralmente tomado como Lagoa dos Socós. Há também uma referência que aponta como nome original da Lagoa o nome indígena Ipanema, 'água ruim', (que acaba por nomear bairro e praia contíguos).

<sup>44</sup> A associação entre o perfil desenhado das montanhas e a construção do lugar é assunto de nosso artigo "A paisagem como lugar: o perfil das montanhas do Rio de Janeiro" (Maya-Monteiro, 2008).

<sup>45</sup> Carlos Sampaio. 1924. Memória Histórica - obras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Coimbra, Portugal: Ed. Lúmen.

<sup>46</sup> São previstos palacetes em centro de terreno ajardinado com nunca menos de vinte e cinco metros de frente (sobre o tema, ver Sampaio, 1924. Apud Abreu, 1992 e Cardeman et. al., 2004: 213).

<sup>47</sup> União do Derby Clube do Maracanã e do Jôquei de São Francisco Xavier - referência em terreno concedido pelo prefeito Carlos Sampaio.

<sup>48</sup> Jôquei Clube, 1926; Sede do Clube de Regatas do Flamengo, 1931 a 1935; Clube dos Caiçaras, após 1931; Clube Naval Piraquê, entre 1938 e 1940; Sociedade Hípica Brasileira, 1938; Sede Náutica do Vasco da Gama, 1950; Clube Monte Líbano, 1946; Paissandu Atlético Clube, após 1953; AABB, após 1953; sede do Botafogo de Remo, sem data localizada; e Clube Militar, sem data localizada (fonte: sites institucionais dos clubes).

<sup>49</sup> Já presente nas intervenções na área central e 'estudada' nos anos 30 pelo Plano Agache, que entre outras coisas diz que as favelas são "uma das chagas do Rio de Janeiro, na qual será preciso, num dia muito próximo levar-lhe o ferro cauterizador" (Prefeitura do Distrito Federal. 1930. Cidade do Rio de Janeiro: remodelação extensão e embelezamento, 1926-1930. Paris: Foyer Brésilien, p. 239, apud. Abreu, 1992).

<sup>50</sup> "Em um relatório datado de 1961, intitulado "O problema Sanitário da Lagoa Rodrigo de Freitas" do engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, afirma-se que "além das precárias condições do sistema de saneamento "oficial", era segundo dados do IBGE (1961), as 15 favelas (Praia do Pinto, Parque Proletário da Gávea, Macedo Sobrinho, Ilha das Dragas, Parque Cidade, Morro do Martelo, Getúlio Vargas, Bartolomeu Mítre, Vila Floresta, Major Rubens Vaz, Fundos do Jôquei Clube, Arthur Araripe, Monte Carlo, Santa Marinha e Catacumba), com um total de 26.644 habitantes que despejavam seu esgoto direta ou indiretamente nas águas da laguna" (apud. Moscatelli, s.d.). Note-se que, dentre estas, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas são a Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Fundos do Jôquei Clube, e Catacumba.

<sup>51</sup> Segundo o Decreto nº 991 de 1962, da época, isto é permitido exceto em zonas com gabarito inferior a quatro pavimentos e em terrenos com limite de profundidade de construção para formação de áreas coletivas (ver Cardeman et al., 2004: 58)

<sup>52</sup> Seus moradores são levados para a Cidade de Deus.

<sup>53</sup> Os pescadores residem em outras áreas da cidade porém, embora passem a semana toda aí trabalhando longe das famílias.

<sup>54</sup> (ver <http://www.marcillio.com> . Último acesso em 20/11/2007 e Canabrava Barreiros, Eduardo. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – Ensaio. 1565 – 1965. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, 1965. ).

<sup>55</sup> A área da Lagoa Rodrigo de Freitas, que é de 4,48 milhões de m<sup>2</sup> em 1809, diminui pouco até 1930 (4,10 M de m<sup>2</sup>). Mas com a urbanização crescente, já está apenas em 3,2 M de m<sup>2</sup> em 1965, e em 1974 tem 2,4 M de m<sup>2</sup>. Ou seja, é reduzida em cerca de 50 %. Por outro lado, a profundidade média diminui de 5 metros em 1880 para 2,80 m em 1975, um assoreamento de 10 cm ao ano (R. M. E., 1986).

<sup>56</sup> "...diversos prédios existentes em torno da Lagoa foram construídos sobre a área aterrada, como: Hospital Miguel Couto, Hipódromo da Gávea - Jôquei Clube Brasileiro, Igreja Santa Margarida Maria, Sociedade Hípica Brasileira, Clube Monte Líbano, Associação Atlética Banco do Brasil, Clube de Regatas do Flamengo, Clube Militar, Clube Caiçara (ilha artificial), Clube Piraquê (ilha artificial) e os que se situam na área anteriormente ocupada pela Favela do Pinto" (Revista Municipal de Engenharia, 1986).

<sup>57</sup> Entre estes, inclusive, Oscar Niemeyer e Lucio Costa (ver <http://www.marcillio.com> . Último acesso em 20/11/2007).

<sup>58</sup> Em 1976, no trecho entre a Curva do Calombo e o Parque da Catacumba, foi proposto um Projeto de Alinhamento que permite prédios de centro de terreno de doze pavimentos e cobertura, além do pavimento de usos comum e quatro andares ou dez metros de estacionamento (Cardeman et al.: 66 e 216).

<sup>59</sup> Ressaltamos aqui a definição de Meinig (1979) do que é uma paisagem vista como artefato, manipulável pelo homem.

<sup>60</sup> Zozimo, engenheiro e Francisco Marques, 'capitalista', oferecem gerenciar a execução do projeto no terreno de 400.000 m<sup>2</sup> de que teriam do pleno domínio, criado com o aterro em troca de vantagens ao município como áreas e equipamentos públicos, o corte do morro do Cantagalo, e melhorias urbanísticas diversas. E também, além de vantagens urbanas, vantagens financeiras de impostos e alvarás; higiênicas, o saneamento da Lagoa e o fim do 'remanso' da área e impedimento da 'Favella já esboçada'.

<sup>61</sup> Segundo longa carta de Ernesto de Sousa Campos e Azevedo do Amaral a Gustavo Capanema, em 14 de agosto de 1936, Lúcio Costa comunicara inesperadamente, ao final de junho, a existência de um projeto da comissão de engenheiros e arquitetos para construir a Cidade Universitária sobre as águas da lagoa Rodrigo de Freitas. (Schwartzman *et al.*, 2000)

<sup>62</sup> "Ontem propus ao seguinte ao Ministro Capanema: ao invés de construir a universidade no terreno escolhido, edificá-la, pura e simplesmente, sobre a água – como uma verdadeira cidade lacustre, na Lagoa Rodrigo de Freitas(...) Ele olhou-me apreensivo: ‘na água?’ É que as idéias muito puras – isto é, sem ligação com a terra, a terra das soluções usuais – e muito precisas, têm o Dom de escandalizar todo mundo.(...) Expliquei-lhe, mais uma vez, seus projetos de urbanização contemporânea, mostrando que seria a coisa mais fácil do mundo colocar tudo isso sobre a água, onde os pilotis e viadutos estariam completamente à vontade, e também que os imensos jardins, nas coberturas dos prédios protegidos do sol por grandes marquises, serviriam maravilhosamente para passeios nos intervalos das aulas, que faríamos, para o lazer dos estudantes e em contraste com a pureza da arquitetura, ilhas, onde a exuberância da vegetação tropical poderia espalhar-se livremente – tudo ligado por viadutos e pontes e naturalmente delimitado pelas bordas da lagoa, além do quadro magnífico das montanhas, do céu, do sol, das águas – enfim, algo de único no mundo e com uma potencialidade lírica digna de você. O Ministro citou-me Veneza – mostrei a ele que seria precisamente o oposto de Veneza e seus corredores aquáticos, pois aqui a superfície não seria interrompida, prolongando-se, antes, sob as edificações (de resto, a lagoa tem quase 3 milhões de metros quadrados para os 10.000 m<sup>2</sup> previstos para a construção). Foi ver o lugar comigo esta tarde. A inteligência muito lúcida do Ministro Capanema parece-me inclinada a aceitar, em princípio, a idéia. Teme apenas o escândalo da imprensa, a reação da opinião pública, pouco preparada para aceitar sem gritar propostas tão pouco convenientes."

<sup>63</sup> A proposta inicial para a Cidade Universitária, na Praia Vermelha, é feita por Piacentini em 1935.

<sup>64</sup> Tsiomis supõe que a proposta de Le Corbusier pode ser aterrar trechos da Lagoa, até porque sabe que o arquiteto teve contato com o projeto de Zózimo Barroso do Amaral, que aterra uma grande área ((Costa, 1936 *apud*. Oliveira, 2006). 84).

<sup>65</sup> Notamos que a ocupação por pilotis do espelho d'água parece mais clara no desenho de Le Corbusier e suspeitamos que possa haver influências da proposta um pouco anterior, do mesmo ano, feita por Lucio Costa, para a universidade sobre pilotis na Lagoa.

<sup>66</sup> Estas considerações, aliás, se tornam mais factíveis graças ao trabalho minucioso de recuperação digital da propostas de 1929 e 1936 feito pela equipe de Yannis Tsiomis (1998).

<sup>67</sup> O conjunto não foi construído totalmente, somente um dos edifícios e a escola. Este edifício, paralelo às curvas de nível da encosta e de morfologia similar ao edifício- viaduto de Le Corbusier, se destaca na paisagem.

<sup>68</sup> Conjunto também parcialmente construído, devido a mudanças na política local dos anos cinqüenta. No edifício curvo da encosta, o único construído do conjunto, algumas vistas da Lagoa são nitidamente proporcionadas no PUC (pavimento de uso comum), nesta área da cidade então ainda não verticalizada da cidade.

<sup>69</sup> Aliás, ao longo de uma das encostas do entorno da Lagoa, junto ao viaduto que leva ao túnel Rebouças, há um pequeno edifício residencial de tipologia similar, cuja posição é praticamente coincidente com um pequeno trecho do edifício-viaduto de Le Corbusier.

<sup>70</sup> Idéia presente no memorial do Conjunto Pedregulho "A edificação das habitações nas proximidades dos locais de trabalho, além de aliviar os já muito sobrecarregados meios de transporte, representa conforto e economia para o trabalhador" (Reidy & Portinho, 1946).

<sup>71</sup> Note-se que nesta região junto à Lagoa, esta idéia de remoção associada à construção de conjunto habitacional popular no mesmo local vai ser de algum modo implementada não apenas na proposta de parques proletários do Conjunto Residencial Marques de São Vicente mas também na 'solução' dada pela Cruzada São Sebastião do Leblon.

<sup>72</sup> Pavimento de Uso Comum

<sup>73</sup> Nos anos oitenta, surge inclusive uma proposta que visa melhorias ecológicas na Lagoa, pelo aumento da abertura do canal das lagoas para o mar: o mirabolante projeto de Sérgio Bernardes(1983), 'Lagocean', cuja solução inclui, na junção das praias de Ipanema e Leblon com o Canal, uma grande plataforma circular que

serve de marina e possui três andares abaixo do nível do mar com estacionamento, espaços culturais e comerciais.

<sup>74</sup> Citados por referências diversas das *media* assim como citadas por técnicos da atual prefeitura.

<sup>75</sup> Lei Ordinária pela Câmara Municipal (Lei nº 4149 de 10 de agosto de 2005)

<sup>76</sup> Em mais de uma ocasião, aliás, houve um abraço da Lagoa como um protesto ambiental.

<sup>77</sup> O Decreto N° 9396, de 13 de Junho de 1990, determina o tombamento definitivo do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas e delimita a "área de proteção do entorno da Lagoa". Considera que a Lagoa "se constitui em bem cultural de notável beleza paisagística e de relevante significado cultural para a Cidade do Rio de Janeiro". Além disto, o decreto reconhece "a necessidade de protegê-la, bem como o contorno dos morros que a circundam, e salvaguardá-la de ações que prejudiquem sua ambiência"; e então estabelece novas restrições às alturas das edificações no entorno da Lagoa.

<sup>78</sup> 'Not in my backyard', ou 'não no meu quintal', alcinha dada a movimentos, sob a égide preservacionista, efetuados por moradores para afastar de suas áreas exclusivas empreendimentos cujo desenvolvimento é nocivo ao meio ambiente, como *p.e.* aterros sanitários, indústrias. Em verdade muitas vezes, estes apenas vão ocupar outras áreas sem poder de barganha.

<sup>79</sup> Avó de entrevistada (B. C.) dizia que a Lagoa era um "alagado sem graça". O termo 'alagado' remete a duas situações: o aterramento de diversas áreas da cidade tido como estratégia sanitária do início do século vinte. E também o fato de que alagados como os mangues são ecossistemas cujo reconhecimento e preservação foram sabidamente bem tardios na consciência nacional. Embora especialistas que a lagoa não continha mangues, e sim restinga, originalmente, nos anos noventa foram efetuados plantios de mangues junto às margens. Sob esta ótica, aterramentos e intervenções diversas não eram mal julgados.

<sup>80</sup> Além das praias, consideramos que somente três espaços têm esta escala, frequência e relevância na paisagem: o Parque do Flamengo e a Quinta da Boa Vista (muito embora esta seja fechada). Não obtivemos, porém, estimativas mais detalhadas sobre a quantidade e a composição dos visitantes que permitam comparações mais precisas.

<sup>81</sup> Inclusive quando lembramos que os edifícios geralmente não são citados pelos usuários do parque, até porque nos trechos dos parques propriamente ditos, mais largos, estes estejam mais longe do espaço.

<sup>82</sup> Com exceção do Parque da Catacumba, reflorestado. Mas note-se que neste outros sentidos interferem. Primeiro o nome, cuja origem é atribuída à antiga presença de catacumbas indígenas, segundo referências esparsas. E depois ao próprio "enterro" simbólico de uma comunidade pobre, removida para longe.

<sup>83</sup> O olhar de fora é revelador: o jornal *online* de um 'turista profissional' inglês sugere, após sua rápida visita à cidade, que a Lagoa Rodrigo de Freitas é "provavelmente a parte mais conservadora, rica e burguesa do Rio de Janeiro" (actonsteve . 2007. "Lagoa Rodrigo dei [sic.] Freitas - Rio's inland lake, garden and pleasurezone". In: [www.igougo.com/travelcontent/journalEntryFreeForm.aspx?reviewID=1210709&oIndex=11](http://www.igougo.com/travelcontent/journalEntryFreeForm.aspx?reviewID=1210709&oIndex=11). Último acesso: novembro de 2007.)

<sup>84</sup> Com as raras exceções de dois abraços ecológicos da Lagoa, nos anos noventa.

<sup>85</sup> Dilsa, da suprefeitura da Lagoa, estima que são 600mil por semana.

<sup>86</sup> Projeto do paisagista Azevedo Neto, na divisa dos bairros do Leblon, Ipanema e Lagoa.

<sup>87</sup> Dados da Prefeitura (Riotur, 2007).

<sup>88</sup> Conforme constatado nas variadas entrevistas e na observação dos acessos.

<sup>89</sup> A pesca esportiva é mais rara, mas há uma antiga colônia de pescadores preservada junto à área Parque dos Patins,

<sup>90</sup> Algumas destas atividades esportivas retratadas: Caminhada, *Jogging*, Ciclismo, *Bicicross*, Passeio em Triciclos, Passeio em Pedalinhos, *Triathlon*, *Parcour*, Patinação, Aeromodelismo, Skatismo, Tênis, Beisebol, Remo, Canoagem, Wakeboard.

<sup>91</sup> Ele comenta sobre o remo no início do século, e se detém sobre o papel do surfe e do montanhismo após os anos sessenta, na construção de novas urbanidades.

<sup>92</sup> A insegurança noturna, fora das áreas junto aos bares, é percebida pelos entrevistados.

<sup>93</sup> Decreto n.º 18.415, de 01 de março de 2000.

<sup>94</sup> O Decreto n.º 18.415, de 01 de março de 2000, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, estabelece os parâmetros de uso para o espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas.

---

<sup>95</sup> Conforme desenhos e explicações expostas pelo IPP à autora em 2007.

<sup>96</sup> O novo contrato é por quiosque, e com valores bem mais elevados.

<sup>97</sup> E inclusive questionam juridicamente a nova licitação.

<sup>98</sup> Entre os que aí trabalham, este um momento preciso em que trazem as suas famílias, por exemplo.

<sup>99</sup> Acusação, no momento do caso em questão, tanto de entrevistados quanto das manifestações de oponentes no calor de ano eleitoral.

<sup>100</sup> Conforme relatado por técnicos da prefeitura, os usos para espetáculos não vem ocorrendo devido aos danos que causa ao pavimento liso apropriado para a patinação, que fica inutilizado pelos equipamentos instalados por shows.

<sup>101</sup> Mas em verdade muitas vezes com autorizações, mesmo que precárias, de trabalho; concedidas pela Prefeitura.

<sup>102</sup> Sobre a qualidade destes produtos, o Controle Urbano da cidade nos relata que há exigências.

<sup>103</sup> Estes são, em grande parte, produtos baratos, de longa escala industrial (os *'made in china'*) e de pouca durabilidade para o consumo popular. Mas há também nas barracas e nos ambulantes, versões populares que parecem ser de pequenas 'fabriquetas' para os brinquedos tradicionais.

<sup>104</sup> O Controle Urbano da Prefeitura nos relata que vem fazendo na Lagoa um trabalho para a melhoria do armazenamento de produtos, com a substituição das atuais gôndolas.

<sup>105</sup> E é deste modo também que os eventuais esforços eficientes dos técnicos e administradores em relação aos espaço podem se perder.

<sup>106</sup> Durante o desenvolvimento desta tese, o restante do Parque Tom Jobim se mantém adotado por empresa de seguros de saúde: a UNIMED.

<sup>107</sup> E se tornam ponto vulnerável para disputas políticas: os problemas da área são citados por uma 'CPMI contra a desordem urbana' que vem sendo conduzida por vereadores em 2007.

<sup>108</sup> *Hibiscus tileacius*.

<sup>109</sup> Entrevistas e matérias jornalísticas.

<sup>110</sup> Um lugar privilegiado para o esporte, segundo ele, é a área da Avenida Chile- onde, aliás, há espaços públicos pouco usados.

<sup>111</sup> Fundação Parques e Jardins, Rio de Janeiro 2007.

<sup>112</sup> Já há na cidade, no bairro do Humaitá, próximo à Lagoa aliás, um raro exemplo no caso da cidade: uma praça pública privativa dos moradores.

<sup>113</sup> Há uma indefinição deste personagem. Embora os praticantes de *Parcours* que observamos e entrevistamos tenham postura de desportistas, e uma apropriação positiva dos espaços, tivemos relatos de que outros quebraram propositadamente equipamentos. Do mesmo modo, há na área pichadores e 'grafiteiros' – cuja expressão é em princípio mais autêntica.

<sup>114</sup> Aliás, um *blog* se refere à Lagoa como um dos "lugares para beijar" na cidade.

<sup>115</sup> E à percepção destes momentos, se misturam as experiências e vivências pessoais da autora, como observadora semi-participante em alguns momentos.

<sup>116</sup> Há o caso de um entrevistado (ZK) que pediu se poderia continuar com um fone ouvindo música enquanto falava, que isto daria até um bom pano de fundo para a entrevista.

<sup>117</sup> Notamos que há uma necessidade de intensificação e culturalização destas experiências no tipo de música também nos inúmeros registros dos esportes feitos em vídeo, como o afro-funk de um dos vídeos de *Parcour*.

<sup>118</sup> Segundo o pescador Orlandino, estes são geralmente vistos pelos pescadores ou então notificados pelos usuários a eles.

<sup>119</sup> Investigada por diversos estudos, alguns destes – sobre aves e peixes- com cópias que o pescador Orlandino orgulhosamente tem consigo.

<sup>120</sup> "Não tem igual"; "Fico feliz "; "Isso aqui é uma maravilha"...etc.



## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS



## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

" (...) Considerei ainda que nas linguagens humanas não há proposição que não implique o universo inteiro; dizer o tigre é dizer os tigres que o engendram, os cervos e as tartarugas que devorou, o pasto de que se alimentaram os cervos, a terra que foi mãe do pasto, o céu que deu luz à terra (...)"

(Jorge Luis Borges, 1949. Trecho de 'A Escritura de Deus')<sup>1</sup>

Os casos referência são para nós os instantes da articulação existente entre a paisagem, o lugar e o espaço público. Estes são espaços vividos, descritos através das cenas cotidianas que eles abrigam, através do espaço concreto e das representações do espaço que os projetos neles estabelecem, através das representações que suscitam. Encontramos aí os modos como o espaço público, o lugar e a paisagem se apresentam e como são representados, ao longo do tempo, no espaço, que aparecem para nós: no próprio espaço, nos projetos implantados ou não, nos discursos e nas apropriações cotidianas. E encontramos neles as discussões urbanas relativas em que se inserem. Deste modo, apresentamos a sua gênese e suas ampliações, o que é imediato na apreensão do espaço e o que é mediado.

Em suma, nos limites da nossa investigação, pontuamos o que se apresenta como a paisagem, o lugar e o espaço público nestes espaços. E como se inserem as representações que os substituem.

Como os **sentidos do 'espaço público', do 'lugar' e da 'paisagem' são múltiplos**, a compreensão destes interfere no reconhecimento dos espaços, na sua valoração, na sensação de que estes estão presentes ou ausentes. Além disto, espaço público, lugar e paisagem podem ser tidos como parte constituinte de espaços ou então serem considerados como representações de espaço público, de lugar e de paisagem.

Notamos que os discursos sobre os espaços são representações que elas mesmas encerram um reconhecimento, um vir-à-presença do espaço para quem as enuncia. Por exemplo, para um usuário dos espaços, o modo de fruição dos espaços permeia os discursos que ele tece sobre aquele espaço; assim como a apropriação é permeada pelo re-conhecimento deste espaço como um espaço público, como um lugar e como uma paisagem. Isto nos demonstra que:

"o mundo emerge com suas propriedades ao longo da emergência daquele que o percebe pessoalmente, no cenário da atividade envolvente. Já que a pessoa é um ser-no-mundo, o vir-a-ser da pessoa é parte e parcela do processo de vir-a-ser do mundo..." (Ingold, 2000: 168, ao tratar de Heidegger)

Não fosse isto evidente, não reconheceríamos por outro lado que a nossa própria identificação para a tese de como se apresentam o espaço público, o lugar e a paisagem nos casos referênciados é permeada por nossas percepções, e mesmo eventuais limitações.

De todo modo, alcançamos na investigação algumas parcelas de como se dão estas questões nos espaços. Ao que nos aparece do fenômeno somamos o que aparece aos outros. Isto que aparece aos outros encontramos transcrito nos diversos tipos de representações feitas pelos usuários e passantes, nos próprios usos e apropriações e, eventualmente, nas representações dos projetos para o espaço. Além disto, a discussão os aspectos da evolução e configuração do contexto urbano, da cultura arquitetônica, urbanística a paisagística, e o contexto da cidade completam este esboço dos espaços públicos investigados.

Esboço porque não se chega diretamente ao que é um dado espaço público, mas sim a como se apresenta e é representado, como este se revela para nós. Levamos em conta também que, em um espaço público, os usos e apropriações, assim como o conteúdo social modificam o quadro constantemente. Quanto mais em espaços livres públicos nos quais os usos são periódicos, sazonais e sujeitos ao clima. E até porque as relações sociais que acontecem nestes, das quais derivam usos e territorialidades que nele se desenvolvem, podem ser geradas fora destes, em outros espaços: privados, coletivos, nos contatos virtuais, nas representações. De todo modo, estas parcelas que encontramos nos dizem sobre como se apresenta **o todo que é um dado espaço**.

Por conseguinte, podemos supor que, assim como o tigre de Borges implica no universo inteiro, estes espaços, e mesmo parcelas destes, implicam no todo. Dizem-nos sobre o todo que é o universo, e mais diretamente, sobre o todo que é a cidade.

Podemos então tentar resumir o **caráter** dos espaços públicos que investigamos; a Praça e o Parque, pois nos dois casos, mesmo considerando que o universo de entrevistados da tese, embora diversificado, é mínimo, identificamos que há padrões nas respostas; e que estes também se replicam nas diversas representações das *media*. Na Praça Afonso Pena, apesar dos problemas de conservação reclamados, o caráter é seguidamente reiterado por adjetivos como 'acolhedor', 'agradável', 'aconchegante', 'encantador' (através de 'fico encantada'), 'aconchegante' e 'simpática'; palavras do mesmo campo semântico; e também 'democrática'. Assim, isto significa que ela é atraente. Então, podemos considerar que a Praça é sem dúvida **simpática**, pois este é um termo que agrega melhor as idéias de que esta é tanto 'acolhedora' quanto 'democrática'. Já o Parque - Tom Jobim - é em geral descrito como lindo, maravilhoso e grande. Assim, notamos que há um deslumbre pela amplitude e eloquência visual do espaço, multiplicada pelas excessivas representações banais de usuários e das *media* feitas em relação a este contexto, e eventualmente por representações mais consistentes, isto pode nos indicar que o Parque Tom Jobim é um **lugar sublime**.

Christian Norberg-Schulz nos aponta que um "caráter é uma totalidade complexa, e um adjetivo não cobre mais de um aspecto desta totalidade" mas pondera que "às vezes, porém, o caráter é tão distinto que uma palavra parece suficiente para agarrar a sua essência"(1979:16).

Achamos, porém, através destes casos referência, que são lugares com um caráter bem notável, este não é completamente capturável por uma palavra. Uma palavra pode indicar apenas alguns dos aspectos que predomina no espaço, o denominador comum. Para cada um, conforme os aspectos compreendidos, praticados, percebidos, concebidos, produzidos e vivenciados nos espaço, mudam as visões da paisagem, do lugar e do espaço público e mudam os modos como são reconhecidas neles as ausências, presenças e ausências.

Porém, mesmo que achássemos nestas palavras um denominador comum incontestável, este ainda não nos diria sobre as inúmeras articulações que aí se dão entre o espaço público e o lugar, entre o lugar e a paisagem, e entre a paisagem e o espaço público. Sobre as vivências do espaço público. E sobre as inúmeras práticas espaciais que ocorrem nestes espaços. E estas articulações sem dúvida são constituintes da essência de um espaço, contribuem para o seu espírito ou o destroçam, e o tornam em um espaço de representação ou não.

Surge uma comparação entre os dois espaços estudados, pois embora esta não seja em princípio uma das estratégias do estudo, nos permite ver que há lógicas na produção e apropriação destes que são similares. Há diferenças qualitativas, a escala é bem diversa, o tempo de implantação é outro, os usos são diferentes, o investimento público é desigual e a visibilidade dos espaços é bem distinta. Mais ainda assim, constatamos que ambos são relevantes, a seu modo, no contexto da cidade do Rio de Janeiro.

A Praça Afonso Pena, por exemplo, é também simultaneamente suja, abandonada (pelo Poder Público), movimentada, tumultuada, um oásis, e árida. O Parque, embora nem sempre associado aos problemas que contém, é reconhecido barulhento, sujo, mal tratado ou perigoso. Mas estas facetas do espaço são as mais temporárias. Efetivamente, porque faltam gestão, manutenção e segurança pública nestes espaços. Na verdade, constatamos que estas questões, além das questões sociais mais graves que impedem a fruição do espaço não são compreendidas como uma parte do caráter destes espaços.

Isto talvez não seja apenas puro ufanismo em relação à cidade, no caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, ou então bairrismo de comunidade local, no caso da Praça Afonso Pena. Isto nos sugere **os valores positivos associados aos espaços livres públicos na cidade.**

Constatamos, portanto, que a parcela de paisagem, de lugar e de espaço público que encontramos nos casos referência já nos indica o **caráter do todo da cidade.**

Lembremos então que na cidade do Rio de Janeiro, onde estes casos referência se situam, há inúmeros espaços públicos de uso consagrado e intenso, além das praias. Como pondera Gomes (2002) ao estudar a cidade, estes são 'filtros' da interação social, embora não sem conflitos. Porém, em uma cidade com uma segregação espacial e social gritantes, com grandes extensões de favelas, com uma grave pobreza urbana, com desgastes das atividades econômicas e notadamente, com problemas na segurança pública que se somam à própria violência urbana, porque ir ao espaço público? Como ele se mantém?

É também senso comum que a cidade tem um sítio excepcional, em que os elementos naturais permanecem presentes pelas altas montanhas de pedra e vegetação visíveis, e pelos corpos d'água- mar e lagoas. Também contribui para a intensa fruição dos espaços livres públicos na cidade o fato de que o calor e a insolação predominantes ainda convidam ao lazer ar livre - à sombra, ao sol ou em momentos noturnos. Os espaços livres públicos ainda são desejados apesar dos inúmeros espaços públicos e coletivos climatizados instalados nas últimas décadas em espaços culturais ou comerciais. Portanto, isto reforça que é através da prioridade da Cultura; hábitos, comportamentos, atividades e valores que neles se desenvolvem, e não somente por uma reação ao clima em si; que os espaços livres públicos se tornam relevantes na cidade do Rio de Janeiro.

Na cidade, as questões culturais se constroem em parte pela relação com a natureza, pela presença da paisagem e do lugar originais, como ordenadores de práticas nos espaços (sociais) que gradativamente se consolidam. A relação com as montanhas, a relação com o mar, a relação com as lagoas, isto se dá nesta ordem mesma. As diversas tipologias urbanas implantadas na cidade vêm a contribuir ou não para que estas apropriações sejam não apenas destrutivas. Abrem espaço para que se instale um habitar. Ou não.

Portanto, nesta metrópole, tratar da fuga dos espaços públicos, declínio do homem público, ou fim dos espaços públicos (como bem o fazem em relação a cidades americanas Deutsche, 1996; Sennet, 1974; e Sorkin, 1992) é focar em apenas um dos aspectos da questão do público. Na cidade do Rio de Janeiro, estes processos de degradação do espaço público não deixam de ocorrer intensamente, se interconectam a tipologias urbanas inseridas mais recentemente ou então interferem em áreas 'tradicionais'. Suas conseqüências são nefastas em diversas áreas da cidade. Em outras áreas, porém, devastadas pela desatenção pública, miséria urbana e inatividade econômica, supomos que os centros comerciais e de lazer implantados até podem dinamizá-las. Mas nestes espaços públicos, esta não é a questão central.

Podemos dizer neste caso que, de certo modo, integrar-se com a cidade significa integrar-se com seus espaços públicos, e também integrar-se com o caráter público que ela representa. Porém, note-se que, por outro lado, é certo que os espaços públicos edificados ou livres nas cidades tendem hoje a não assumir a função de lugares encontro público, no sentido de uma esfera pública participativa como dado por Habermas (1962), que nasce da opinião pública e da crítica às artes.

Nos espaços do Rio de Janeiro, exceto por lugares mais centrais na cidade, 'política' na cidade nos parece uma questão estrita, que se associa às questões eleitorais ou de marketing político. Mas se uma esfera social é a que predomina nos espaços, é certo também notar também que a reconstrução dos canais de efetiva participação política não se refizeram plenamente, nestas décadas pós ditadura, se é que existiam.

Mas tratando política em seu sentido mais abrangente, em princípio esta praticamente não se manifesta nos casos referência investigados. Porém, destacamos em nossa narrativa alguns dos encontros públicos e eventos culturais nestes espaços públicos. Pela escassez destes eventos, ainda que relativamente mais intensos do que em muitos outros lugares da cidade, consideramos estes espaços são espaços de representação relevantes para a cidade.

Pelas ausências na esfera pública, consideramos que os resultados na produção do espaço ele mesmo não podem ser outros senão a persistente degradação, apesar do uso. Como o que é público não é de ninguém que o reclame como tal, além de sazonais atendimentos por políticos locais, poucas interferências públicas são feitas além da limpeza pública é feito. E o espaço é então dos que moram nas ruas, eles também não reclamados eficientemente como uma questão urbana contestável, e talvez mesmo solucionável para além da simples expulsão. Em verdade, até conversamos com moradores, usuários regulares e outros, todos estes 'aficionados' por estes espaços públicos, que reclamam e eventualmente levam suas demandas ao Poder Público. Mas a atenção de quem efetivamente decide as lógicas públicas não parece notar estes momentos de interlocução, e muito menos os busca.

O que nos importa é que talvez esta não seja apenas uma questão desta gestão, dos representantes políticos atuais, mas sim de uma lógica da esfera pública de aparente submissão diante dos agentes privados que parece dominar. Na Lagoa, a questão do antes fisicamente aberto e acessível Estádio de Remo é emblemática, não só pela demanda de uma parcela da opinião pública, é apenas por sua manutenção – até onde pudemos identificar – como outros aspectos da sua presença são ignorados. Para nós, um alerta de que há demandas não mensuradas veio do contato com turistas londrinos que passeavam em busca do Estádio para alugarem algo para velejar ou remar.

Nos espaços eles mesmos, as questões da manutenção e conservação das áreas e das privatizações do espaço público são os índices mais claros disto, que se revelam na instalação de comércio informal aparentemente sem controle, no mau uso evidente por parte dos moradores de rua e na questão dos brinquedos e outros elementos do mobiliário urbano. A carência de diversas soluções espaciais reflete a um só tempo as ausências do Poder Público e de uma esfera pública participativa.

Mas qual espaço público, qual esfera pública? Para quem? Um outro aspecto que foi tanto observado *in loco* quanto reiterado pelos discursos diz respeito ao comportamento de alguns dos usuários regulares dos espaços, em ambas as áreas. Na Praça Afonso Pena, uma moradora sintetiza que "a questão da sujeira é do mau uso"(B.F.); e no Parque dos Patins

na Lagoa, uma adolescente sabiamente reconhece que: "Eu acho que poderia ser mais conservado, mas pelo mundo que a gente vive com as pessoas e do jeito que as pessoas gostam de destruir as coisas a Lagoa é bem conservada sim" (A.M.).

Estes são exemplos, em relação aos espaços livres públicos, do que nos fala Camargo (1993) sobre os comportamentos em relação ao bem público que é a beleza da cidade, de 'superutilização' ou de 'carona' na exploração destes. Ele pondera que, economicamente, isto ocorre porque como o bem público não tem valor de troca mensurável, passa a não ter valor algum. Ele propõe o cálculo de um valor de uso para os usuários, como uma forma de valoração.

Consideramos que estes são modos de uso e apropriação dos espaços públicos que não adotam compromissos com o meio ambiente, com os outros usuários, com o lugar e com o futuro dos espaços. O que nos alerta para a necessidade de instrumentos que se oponham à mera *commodification* de todos os espaços, inclusive os públicos, e que reitem o valor de uso dos espaços públicos urbanos.

Isto nos indica ainda a necessidade de uma educação ambiental em um sentido abrangente, não apenas no ensino ou no manejo ambiental, mas inclusive na gestão e na produção dos espaços públicos na direção de um desenvolvimento sustentável. E ressaltamos que alguns dos aspectos desta educação podem e devem estar nos projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, cujo potencial didático é pouco explorado. Pois a relevância destes projetos é a sua capacidade de incorporar processos e imagens em um dado espaço público urbano. Ou seja, quando a totalidade deste espaço; como paisagem, lugar e espaço público; vem a nossa presença através do espaço.

E assim, voltamos à questão do habitar, pelo reconhecimento consciente do espaço que nos cerca, e da relação entre o habitar e um preservar, cuidar. Por outro lado, se trata também de um reconhecimento de que fazemos parte do espaço que habitamos cotidianamente.

Admitindo que haja uma relação direta entre o conhecimento de algo e o valor atribuído a isto, esta investigação espera contribuir para a valorização dos espaços públicos através do reconhecimento da paisagem, do lugar e do espaço como espaço público como papéis, estados deste espaço, e não como categorias. Assim, buscar a articulação destes 'espaçopúblico-lugar-paisagem'.

A cada papel que o espaço assume há atributos que se associam a ele. Uma analogia que nos serviu para a investigação foi imaginar que para ver uma mulher devemos vê-la como mulher, como filha, como mãe, como dona de casa, esposa, escrevente ou escritora - e não nos centrarmos em vê-la 'através' do seu 'lado' social, biológico, subjetivo, emocional, econômico ou profissional. Em cada um dos papéis, há uma inteireza; porém, nas adjetivações, uma parte pode vir a segregar as demais. É diferente conversar com cada uma destas identidades de uma pessoa. E também, estes são os papéis que uma dada mulher assume, mas também aqueles que ela não assume; e podem ser pressentidos como papéis presentes ou ausentes, mas ainda assim constituintes desta mulher.

Não se trata de ver o espaço como sujeito o que não é. O espaço é coisa, é habitat, não é um *Dasein*. Mas se trata de estabelecer um diálogo com o que e quem o produziu e como ele se apresenta e se representa para nós e para os outros.

Algumas aproximações didáticas feitas pela arquitetura e pelo urbanismo como tentativas de compreensão do espaço são as tradicionais e conhecidas analogias tecnológicas - tecnicistas da cidade e do objeto arquitetônico como máquina ou artefato ou então anatômicas ou medicinais - a cidade como um corpo, animal. Estas podem atrapalhar a elaboração, entre outras coisas pela impossibilidade de se encaixar coisas dessemelhantes, que não se encaixam.

Ver uma paisagem como uma natureza difere de ver uma paisagem natural, ou ver o que é natural em uma paisagem. Ver um espaço como uma paisagem é buscar uma visão e uma vivência de como se dá a paisagem aí neste espaço. Não fazemos uma analogia, mas sim uma aproximação a partir de uma empatia com o espaço, que inclui observar como nos situamos no espaço. De certo modo, como uma tentativa de nos colocarmos de certo modo no lugar do espaço, escutar o discurso, como se o espaço se dirigisse a nós.

Margaret Atwood nos sugere isto, em seu poema em que um 'pano de fundo fala ao cowboy'<sup>2</sup>, este um atirador que deixa latinhas e outros alvos largados por seu caminho:

"Eu devo estar assistindo/ por detrás de um monte ou de um outdoor (...) mas eu estou em algum outro lugar, então sobre mim/ Sobre o Eu que/ confronta você naquela fronteira/ que você está sempre tentando cruzar? / Eu sou o horizonte para o qual você se dirige, / a coisa que você nunca pode laçar / Eu também sou o que te circunda: / meu cérebro/ espalhado com suas/ latinhas, seus ossos, cartuchos vazios, / a desordem das suas invasões. / Eu sou o espaço que você profana/ enquanto está passando" (1976: s.p.).

O lugar deste cowboy moderno, não descrito, que imaginamos é uma paisagem de terra arrasada, um espaço livre que não é ninguém, nem cidade nem espaço público, um local onde se joga lixo. O cowboy, mesmo sem cavalo nem vaca, se define por esta identidade, que identificamos com a terra arrasada. Assim, ao estereótipo do homem se somam os do espaço. Neste caso, se trata do não-lugar como o lugar do indivíduo, individualista, 'privado' da vida pública; privado de noções ambientais.

Mas do que se trata nos colocarmos como o pano de fundo, o panorama? Antes de tudo, é uma crítica empática, uma sensação, uma aceitação de que o sítio que atravessamos tem uma lógica sobre a qual eventualmente nós, homens, nos interpomos irremediavelmente. E, portanto, é uma compreensão de que há um espírito do lugar.

Se nos entendemos como ser-no-mundo, fazemos parte deste espírito. O habitar é criar, e recuperar este 'diálogo' com o todo: o céu, a terra, os homens e os deuses.

Como se dá uma empatia no dialogar com o espaço? Uma identificação: como o cowboy é parte do seu cenário de *western*, não prescinde de um tipo de ambiente para a sua caracterização completa. O cowboy moderno de Atwood, aliás, tem um cactus de plástico com rodinhas. O cowboy, assim como o cangaceiro, o camponês, o gaúcho, o pastor, estes não são apenas estereótipos ou personagens localizados geograficamente, mas identidades locais. A noção tradicional de lugar é esta, um lugar que se associa a dadas identidades.

Durante a tese, identificamos que alguns dos freqüentadores usuais de espaços públicos abertos e acessíveis, de certa forma já se colocam como um tipo de indivíduo, como parte de um tipo de público envolvido na idéia de faz parte de um espaço público – lugar-paisagem. O espaço percebido é continuamente recriado pelas memórias e histórias, multiplicado pelas representações e reproduções do espaço, das atividades e das pessoas feitas pelos usuários no espaço ele mesmo, e por outras representações do espaço no passado e no presente. Surgem questões que se referem à esfera pública, política, embora predominem as experiências pessoais em uma esfera privada e social.

Mas um certo grau de distanciamento no convívio dos espaços é parte necessária para a própria manutenção dos espaços públicos em uma grande metrópole. As identidades de cada um são múltiplas, e deste modo o espaço também assume múltiplas identidades.

Reconhecemos ainda que hoje, os **lugares são trajetos**, tanto quanto permanências. Isto é possível notar mesmo nos usos e usuários mais localizados, mais habituais, mais antigos em um dado espaço, vemos sinais dos intensos fluxos espaciais e virtuais contemporâneos. Notamos que as vivências são permeadas de comparações, de outros lugares, de diversos trajetos, de representações sobre o espaço ou que usam o espaço como suporte e de vivências virtuais.

Até porque nossas identidades hoje se conformam por uma pertinência a este mundo global, extra-local, estabelecida pelas *media*, pela arte, pelas viagens e pela diversidade de pessoas no convívio urbano. Esta pertinência ao todo se dá nos ambientes urbanos, suburbanos, e cada vez mais também os rurais, e aqueles tornados rururbanos.

A gênese e as ampliações presentes nos espaços se incorporam a nós mesmos, assim como as presenças e ausências que sentimos, e também as nostalgias pelo que não vivemos.

O ser-no-mundo talvez signifique então nos reconhecermos diante dos espaços que mais visivelmente constituem nossa identidade, mas também nos reconhecermos naqueles com os quais aparentemente não nos identificamos. Este é o mundo comum de que nos fala Hannah Arendt, e que é de nós todos, e não apenas nosso. Um público não como uma comunidade, mas como o mundo.

No mundo contemporâneo, os espaços e as pessoas têm identidades simultâneas diversas. Deutsche (1996) cita os auto-retratos que se relacionam entre si feitos pela artista-fotógrafa-modelo Cindy Sherman (fig. C01) para questionar a validade de um significado fundamental para a 'esfera pública', na medida em que há outras esferas públicas<sup>3</sup>. Como

coloca Deutsche, ela "leva a atenção dos observadores de volta a eles mesmos e à sua relação à imagem" (*ibid.*: 244). Para nós, o que importa é que de que todas estas identidades, representações e simulações; que não são nunca a Cindy 'real' mas ainda assim sempre são; apresentam algo sobre o que buscamos. Deste modo, podemos dizer que a identidade de um lugar, assim como a da artista, não se define por uma imagem, e sim pela nossa relação com estas múltiplas identidades.

Além disto, mais do que personagens vinculadas a lugares, as personagens podem ser assumidas como um trajeto pessoal por estes espaços livres. Em uma só pessoa, há diversas outras, assim, como podemos assumir papéis diversos em nossos percursos, conforme o lugar. E assim como um só lugar contém nele diversos outros.

Se estar em um espaço público é contribuir de um modo ou de outro na sua constituição como uma esfera pública, nossa presença em um dado espaço também nos transforma. De certo modo, estar em um espaço 'simpático' pode ser também ser 'simpático'. As identidades se contrapõem; se cruzam. Conforme as identidades dos espaços que percorremos, nos tornamos usuários, platéia, clientes, público-alvo, criadores e eventualmente, cidadãos. Observamos então que as articulações entre espaço público, lugar e paisagem que se dão, em cada espaço em um nexos peculiar, podem contribuir para a nossa constituição como sujeitos.

Este diálogo com o todo que é o habitar, e assim com o todo que são os homens também é conosco mesmo, e com o mundo comum. É deste modo que a idéia de uma esfera pública se conecta à idéia do habitar. Porque é nela que o engajamento de um cuidar, um preservar do espaço pode surgir. O espaço público em uma esfera pública democrática é o lugar desta possibilidade de diálogo. Parafraseando Cotler (2002:45), que diz que "a democracia não assegura a justiça social, mas permite que se lute por ela"; a presença de um espaço público como não assegura que haja esta esfera pública, mas nos lembra dela.

Há um mundo comum? Não há uma correspondência, como Lefebvre (1974) aponta que havia; por exemplo; na cidade renascentista, onde um código comum, arquitetural, urbanístico, político, uma linguagem comum a todos estruturava a produção e a leitura dos espaços. Não há hoje uma correlação direta entre as percepções, concepções e vivências do espaço.

Mas se não há uma coesão possível entre o que é colocado no espaço e os reflexos sobre os usos e usuários, como isto se dá? Acreditamos, porém, que um projeto para os espaços públicos possa reiterar atitudes mais comprometidas com o espaço. Reconhecendo os fluxos e os trajetos, mas dando lugar às permanências do cotidiano, buscando estimular as vivências. Tentando integrar os processos de concepção e gestão às esferas públicas diversas. E assim tentando criar um habitar.

Projetos de arquitetura urbanismo ou paisagismo, assim como a gestão dos espaços públicos, buscam contribuir para a recriação de certa coesão, que como vimos é a possibilidade de um mundo comum, e de um habitar. Para tanto, consideramos que as propostas têm que introduzir, simultaneamente, coisas que possam enfatizar o espaço como público, o lugar e a paisagem. E, na configuração dos espaços, o projeto pode então trazer as articulações peculiares de uma dada situação à nossa presença. E criar outras articulações, não apenas como produtos ou representações, mas como obras.

Porém, no contexto atual, como pode haver alguma coesão, conjunção; se as identidades são múltiplas; as pertinências ao espacial e ao virtual são simultâneas; se as esferas públicas, privadas e sociais se confundem nos espaços; se as paisagens podem ser apenas cenários-suporte para as representações; e os lugares podem ser trajetos?

Acreditamos que algumas ressalvas, porém não diretrizes, podem nos ajudar, na medida em que reconhecemos que:

- O projeto precisa acreditar que se está apenas em um tempo e lugar, e que não se possa sair deles, mas inversamente não se achar que é possível sair destes.
- Não há uma causalidade direta entre as soluções espaciais e o desenvolvimento de usos e apropriações no espaço, se isto não. Para os espaços que não compreendem isto, os insucessos ocorrem sob a forma de ironias objetivas.
- Para projetar os espaços públicos, é preciso basear as soluções na diferenças, nas contradições, nas simultaneidades, e não em uma coesão social e estética forçada. Os discursos de 'cidadania', 'comunidade', 'ordem' já denunciam se há uma desatenção às diferenças. A supressão das diferenças pelo desenho do espaço é o que o torna máscara, o que o mostra mais intensamente como representação. Obviamente, um projeto insere representações, mas se eventualmente ele também as suplanta, estes espaços são incorporados às vivências.

E, deste modo, reconhecemos que::

- **Os aspectos ausentes e presentes do que é um espaço público-lugar-paisagem não se descolam da sua existência e simultaneamente sempre há uma experiência nova e particular a cada espaço público-lugar-paisagem.**

Como uma das conclusões da tese, assumimos que, ao propormos um olhar sobre as diversas articulações conceituais nos casos referência, vistos como paisagem, lugar e como espaço de caráter público, acabamos por sugerir um método. Este que se pretende como um não-método, uma não classificação, no qual a situação do pesquisador, a situação das diversas representações que se referem ao espaço e o papel do objeto estudado guiam o trajeto.

Por conseguinte, os casos referência (des)orientam as análises. E é por isto que as duas descrições e análises dos casos referência têm estruturas distintas. Não há títulos que indiquem que é possível tratar das questões do espaço público apenas, da paisagem ou do lugar separadamente, pois um elemento ou situação não se associa diretamente a estes, e pode ser uma presença tanto quanto uma representação. Assim, não há um lugar teórico no qual consigamos vislumbrar um espaço imutável, e ele é re-conhecido no percurso e nas esquinas da investigação.

O vínculo com o projetar é permanente. Qualquer metodologia de análise, em disciplinas ligadas à arquitetura, urbanismo pensa na sua inserção como base para os projetos. Pensar a história e a historicidade é pensar em patrimônio, na recuperação, preservação e inserção de espaços do passado, ou nas referências espaciais a este, entre muitas outras coisas. Pensar no aspecto social é pensar na esfera pública, no contexto cultural do espaço, nos dispositivos espaciais que dão acessibilidade e visibilidade. E assim por diante.

Cada reflexão teórica desta tese encaminha nesta direção, na questão de como construir o espaço. Que está presente na própria noção original do que é habitar, como algo que não se desloca da ação e do pensamento. E considera que mesmo se os lugares se tornam trajetos, estar em movimento também é um habitar.

Por fim, compreender o papel das representações do projeto é fundamental. Eles podem refletir os tempos, os lugares, os preconceitos, os conhecimentos, o reconhecimento da paisagem e do lugar, e a inserção cultural e política de quem configura o espaço. A frase de uma arquiteta-urbanista em relação ao espaço público assume isto: "A gente projeta pra gente mesmo".

A frase resume a questão da autonomia e heteronomia do projeto, e se refere a duas situações opostas no processo do projeto, e depende da inserção do autor que as enuncia, e de quem é acolhido pelo termo 'a gente'. E frisa que, para projetar o espaço público, não basta se inserir no mundo, é necessário estar no mundo comum, sentar-se à mesa, considerar as diferenças, as permanências e os percursos que se dão no espaço.

A questão da representação é central para este argumento.

No atual contexto de fragmentação, dispersão e ampliação do espaço, notamos que cada vez mais as representações do espaço que vem para preencher ausências, mas não as superam. Como pondera Lefebvre, "toda representação válida (...) se impõe ou passa por realidade" (1980:99).

O que notamos, efetivamente, nestes espaços, é que as representações não suprem as carências, elas são sentidas, de um modo ou de outro.

Reconhecemos um dado espaço como um espaço público, como um lugar e como uma paisagem. O que talvez soe estranho ao leitor desta tese é notar que são também buscadas as representações de espaço público, lugar e paisagem em espaços já tidos como públicos, em lugares tidos como lugares, em paisagens tidas como paisagens.

Os projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo inserem representações, e eventualmente chegam a serem lidos como obras, e não apenas como representações do espaço, ou seja, concepções que o sujeitam a idéias impostas pelo Poder e pelo saber. Nos dois casos estudados, do parque e da praça, não encontramos evidências de que o espaço construído ele mesmo se constitua como obra. Podemos considerar então que estas representações não são obras, até porque consideramos que, nestes espaços construídos as representações ainda predominam sobre o espaço.

Consideramos que há espaços não são públicos, mas também não deixam de ser, pois assumem várias funções deste. E se os tomarmos como espaços públicos; podemos dar mais garantias à esfera pública e ao acesso público nestes. As características iniciais dos shoppings - como grandes complexos fechados, assépticos e apartados da cidade - não se reafirmam como vantajosas: as mais recentes modificações nas suas tipologias formais confirmam isto. E identificamos muitas destas como uma busca às referências da cidade: paisagem, lugar e espaço público.

Um dos exemplos que observamos, e que comprova isto, está no Shopping Nova América, no bairro de Del Castilho, no Rio de Janeiro. Situado em um contexto de bairro suburbano de baixa renda, junto a vias expressas e ao lado de favela, sua implantação tem algumas particularidades. É um restauro e refuncionalização de antiga fábrica de tecidos, possui conexão direta com estação de pré-metrô e nó viário; de modo que se constitui de antemão como uma referência da memória e como uma localização excepcional que permitem que se vislumbre no espaço um sentido de lugar na cidade. O do edifício industrial por si só já são também dados que colaboram para o sentido de lugar. Neste espaço, as soluções do projeto, às quais se seguem as estratégias atuais de marketing do Shopping Nova América chamam a todo instante para as representações da cidade aí contidas. Especialmente porque há uma área que reproduz rua com fachadas de sobrados com bares na calçada. Antes descoberta, recentemente com cobertura translúcida, é um espaço de uso intenso e periodicidade similar aos bares situados nos espaço públicos da cidade. O cartaz do shopping, de 2007, é um resumo excepcional de como se estruturam simultaneamente representações da paisagem, do lugar e do espaço público neste espaço, e assim no shopping (fig. C02).

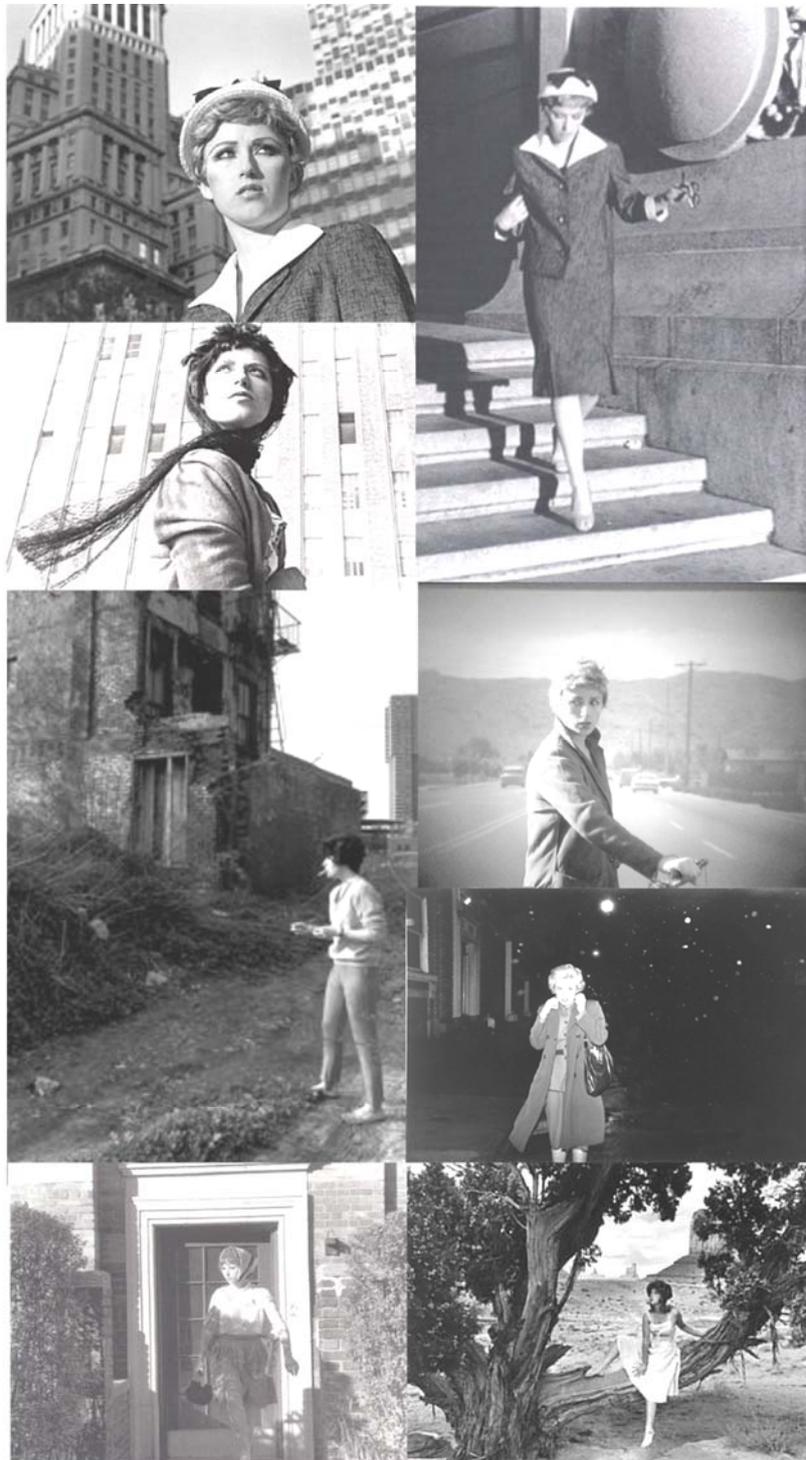


Fig. C01 Alguns dos "Untitled Film Stills" da artista Cindy Sherman.



Fig. C02 "Rua do Rio - os bons tempos estão de volta": o Shopping Nova América anuncia a reprodução dos espaços públicos da cidade dentro dele.

Notamos então que há representações de espaço público, lugar e paisagem que foram observadas em espaços tidos como não públicos. E assim voltamos ao início dos trabalhos da tese, motivado além do interesse teórico nas temáticas, pela provocação que nos fazem as inúmeras simulações de espaços públicos, lugares e paisagens encontráveis em espaços coletivos e privados.

Este exemplo nos coloca um contraponto. Identificamos que nos dois casos-referência investigados há também representações estabelecidas pelos projetos arquitetônicos e urbanos e outras diversas representações de espaço público, de lugar e de paisagem que ocorrem nestes espaços construídos e apropriados.

Mas o que podemos identificar nestes espaços coletivos e privatizados, que hoje competem com os espaços públicos, é que neles se desenvolve uma representação fragmentária dos fenômenos do espaço público, do lugar e da paisagem, na ausência destes. Para intensificar experiências que não chegam perto daquelas do espaço urbano. E é deste modo que estes espaços coletivos, privados ou do poder público, destacam a relevância dos espaços públicos, nossa opção na investigação.

Portanto, para nós, isto nos sugere que o paradigma da cidade continua a ser a cidade. Uma cidade que é para os pedestres, para os encontros, e que se realiza nos espaços públicos.

Nos espaços livres públicos estudados, acreditamos ter reafirmado de certo modo a idéia da prioridade e imprescindibilidade dos espaços livres públicos, por sua conectividade com um sistema de espaços públicos, por sua acessibilidade e visibilidade, e pela possível intensificação das experiências públicas que ele permite.

Retomando os conceitos.

As noções de espaço público, lugar e paisagem emergem de um reconhecimento do espaço como uma presença. O espaço público não é apenas uma delimitação espacial juridicamente definida, mas o mundo, um medium das relações que, como uma mesa, une e separa.

O lugar e a paisagem colocam a passagem da natureza e cultura em foco. O lugar se constitui não apenas como um espaço-natureza, um domínio homogêneo e indiferenciado, mas que vem à presença como um lugar com um caráter e um espírito em particular.

A paisagem não é natureza nem cultura, nem um constructo cultural, mas abrange estas definições e ainda ultrapassa as falsas oposições.

**Os conceitos se articulam na noção do habitar.**

Por fim, notamos que a presença de um espaço público-lugar-paisagem implica que o caráter de cada elemento reflete nas relações com os outros, e com a totalidade. Assim, é neste espaço público é onde se encontra o mundo comum onde se congrega o habitar.

Este objeto de nossos estudos é um espaço público pela delimitação jurídica do que não é privado, uma sugestão sutil que há limites que constituem um lugar conexo e simultaneamente uma expansão dos limites propiciada pela paisagem.

É no percorrer estas paragens que buscamos entrever presenças e ausências.



Fig. C03- Uma imagem de espaço público: Jacques Prévert em um café de Paris.

DA MINHA ALDEIA vejo quanto na terra se pode ver no Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer  
Porque eu sou do tamanho que vejo  
E não do tamanho da minha altura...  
Nas cidades a vida é mais pequena  
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro  
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,  
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,  
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,  
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

FERNANDO PESSOA (ALBERTO CAIEIRO) 7-5-1914

---

<sup>1</sup> Ver versão original em espanhol à página 343.

<sup>2</sup> Ver versão original e nossa tradução livre do poema completo à página 344.

<sup>3</sup> Deutsche (1996) também trata da questão da produção de sentido pela arte, da questão da representação, da identidade feminina na cidade, nas *media* e no cinema, mas ela basicamente usa estas imagens para criticar a visão universal, porém excludente, de autores pós-modernistas como Harvey que ao tratar da cidade ignoram o contexto feminino.





## REFERÊNCIAS



## Referências bibliográficas e outras

---

- ABREU, Mauricio de A. 1988. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Iplanrio/Zahar, [2º ed.].
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max 1969. "Notas e esboços./ (o pensamento)." *In*: ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985, p. 228.
- AGAMBEN, Giorgio. 1995. **Homo Sacer: O Poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; 2004-1a reimp.
- AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) 1989. **The Power of Place**. London: Unwin Hyman.
- AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. 1989-b. "Introduction." *In*: AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) (1989). **The Power of Place**. London: Unwin Hyman, pp 1-8.
- AGNEW, John A. 1989. "The devaluation of place in social science." *In*: AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) 1989. **The Power of Place**. London: Unwin Hyman, pp 9-29.
- ALEXANDER, Christopher (1965). "The City is not a Tree". *In*: **Architectural Forum**. Vol. 122, n. 1-2, april/may.
- AMANTE, Fernanda de Oliveira. 2006. **A água no espaço urbano: uma abordagem sócio-ambiental e sua aplicação à Grande Tijuca – RJ**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UERJ, 2006.
- AMARAL, Zozimo Barroso do. 1931. **O projecto de construção de uma cidade jardim nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro : Empreza Graphica Editora/ Paulo Pongetti & C., 1931.
- ANTUNES, Arnaldo & / CALCANHOTTO, Adriana . 2006 . **Para lá**. Cd Qualquer, Biscoito Fino – 2006) Disponível em : [www.arnaldoantunes.com.br](http://www.arnaldoantunes.com.br) Último Acesso: 23/12/2007.
- ANTUNES, Arnaldo. 1997. **2 ou + Corpos no mesmo espaço**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. Trechos do livro disponíveis em : [www.arnaldoantunes.com.br](http://www.arnaldoantunes.com.br) Último Acesso: 23/12/2007.
- ANTUNES, Arnaldo. 1996. **As Coisas**. São Paulo: Editora Iluminuras. Trechos do livro disponíveis em : [www.arnaldoantunes.com.br](http://www.arnaldoantunes.com.br) Último Acesso: 23/12/2007.
- ARENDT, Hannah 1958. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10a ed., 2004.
- ATWOOD, Margaret. 1976. "Backdrop addresses cowboy" *In*: **Selected Poems 1965-1975**. S.l.: Ed. Houghton Mifflin Company, 1987, s.p..
- AUGÉ, Marc 1992. **Non- lieux- introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris: Éditions du Seuil.
- AUGÉ, Marc. 1996. "Sobre modernidad y no lugares". *In*: **Revista Astragalo no 4**. Madri: Fundacion general de la Universidad de Alcalá, maio de 1996.
- AUGÉ, Marc. 2006. "Tourism Could Well Be the Last Utopia: An interview with Marc Augé by Emanuel Alloa", Disponível em: [www.atopia.tk](http://www.atopia.tk) Último acesso: 03 de maio de 2007.
- BACHELARD, Gaston. 1957. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes.
- BARBOSA, Ruy. 1921. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, edição popular anotada por Adriano da Gama Kury, 1997, 5. ed.
- BAUDRILLARD, Jean. 1997. "O efeito Beaubourg". *In*: **A Arte da desapareição**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ N-Imagem, 1997, pp. 156-177.
- BENACH, Núria. 2002. "Tres aproximacions l'espai públic barceloní". *In*: TELLO, Rosa (coord.). 2002. **Espais públics :Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Pòrtic, 2002, pp. 77-93.

- BENHABIB, Seyla. 1992. "Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition and Jürgen Habermas". *In*: CALHOUN Craig, (ed.). 1992-1. **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge MA: The MIT Press, pp. 73-98.
- BENKO, Georges. 1996. "Geografia de Lugar Nenhum ou Hiperglobalização: Breve Exame do Mundo Pós-Moderno". *In*: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. & Silveira Maria L. (orgs.) 1994. **Território : Globalização e Fragmentação**. São Paulo : Hucitec : ANPUR, 1996, p. 247-250.
- BERQUE, Augustin. 1990. **Médiance. De Milieux en Paysage**. Montpellier: Réchers, RECLUS, C1990.
- BERQUE, Augustin. 1994- a. (org.) **Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage**. Seyssel, France: Éditions Champ Vallon, 1994.
- BERQUE, Augustin. 1994- b. . "Paysage, milieu, histoire." *In*: BERQUE, Augustin. (org.) 1994. **Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage**. Seyssel, France: Éditions Champ Vallon, 1994, pp. 11-30.
- BERQUE, Augustin. 1995. **Les raisons du paysage**. Paris: Éditions Chazzan.
- BERQUE, Augustin. 2000. "Urbs dat esse Homini! La Trajectivité des Formes Urbaines." *In*: SALGUEIRO, Helena S.. (coord.) 2000. **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000, p. 41-47.
- BERTRAND, Yann Arthus. 2003 'Earth from above'. Paris: Altitudes Anyway.
- BISHOP, Elizabeth. 1965. "On the Railroad Named Delight; Commuters in Rio de Janeiro gripe about it, but they love their city on its 400th anniversary." *In*: **New York Times**. New York, N.Y.: Mar 7, 1965. p. SM30- 5pgs.
- BONDUKI, Nabil G. (Org.). 1999. **Affonso Eduardo Reidy**. São Paulo/ Lisboa: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi e Editorial Blau, 1a. ed., nov 1999.
- BORGES, Jorge Luis. 1949. "La escritura del dios" conto de "El Aleph". *In*: **Obras Completas, v.I.** Buenos Aires: Ed. Emecé, pp.596-599. Disponível em: www.apocatastasis.com. Noviembre 2001 (transcr. por Henzo Lafuente).
- BORJA, Jordi & MUXÍ, Zaida. 2001. **L'espai públic: ciutat i ciutadania**. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- BOSI, Alfredo. 1992. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CALDEIRA, Teresa P. R. 2000. **Cidade de Muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 1ª ed., 2000.
- CALHOUN Craig (ed.). 1992. "Introduction-Habermas and the Public Sphere". *In*: **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge MA: The MIT Press, p. 1-49.
- CALHOUN Craig. (ed.). 1992-a. **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge MA: The MIT Press.
- CALVINO, Ítalo. 1972. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMARGO, José M. 1993. "Rio de Janeiro: quando a Beleza é um Bem Público" *In*: Alcira Kreimer A., Lobo T. et al. (ed.) **Anais do Seminário de Degradação Ambiental e Vulnerabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Banco Mundial/ IBAM/ BCN, 37-60.
- CAPO, Jordi. 2002. "Éspais públics, espais polítics." *in*: TELLO, Rosa (coord.). 2002. **Espais públics: Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Pòrtic, 2002, p. 27-40.
- CARAGATA, Lea. 1998. "New Meanings of Place: The Place of the Poor and the Loss of Place as a center of Mediation." *In*: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M (eds.). 1998. **Philosophy and Geography III: Philosophies of Place**. Lanham : Rowman & Littlefield, 1998, pp. 215-238.
- CARDEMAN, David & CARDEMAN, Rogério G. 2004. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- CARDOSO, E. D.; VAZ, L. F. & AIZEN, M. 2003. "A Praça Saens Peña através do tempo". *In*: SANTOS,

- A. M., LEITE M. P. & FRANCA N. (orgs.) 2003. **Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003, pp. 81-89.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G. & STONE, Andrew M. 1992. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press [1995].
- CARRERA, Carles. 2002. "La funcionalitat de l'espai públic: nous espais del consum." *In*: TELLO, Rosa (coord.). 2002. **Espais públics :Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Pòrtic, 2002, pp.95-116.
- CARVALHO, Cidinha. 2008. **Os Cães de Bronze: Praça Castilhos França**. Blog. Disponível em: [assaltoamaodesarmada.blogspot.com](http://assaltoamaodesarmada.blogspot.com). Último acesso em 19/08/2008.
- CASE LAW (site). 2007. "Pruneyard Shopping Center et al. v. Robins et al. appeal from the supreme court of California. No. 79-289." **California: Cases and Codes**. California: Pruneyard Shopping Center v. Robins, 447 U.S. 74 (1980) 447 U.S. 74 . Argued March 18, 1980. Decided June 9, 1980. Disponível em: [caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=447&invol=74](http://caselaw.lp.findlaw.com/scripts/getcase.pl?court=us&vol=447&invol=74)
- CASEY, Edward S. 1997. *The fate of place: A philosophical history*. Berkeley : University of California Press, c1998.
- CAUQUELIN, Anne. 2000. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.
- COMMONspace Project(site). 2007. "An investigation in privately-owned public space". Disponível em: [www.rebargroup.org/projects/commonspace/howpublic.html#projectintroduction](http://www.rebargroup.org/projects/commonspace/howpublic.html#projectintroduction).
- CORAJOURD, Michel. 1982. "Le Paysage, c' est l' endroit où le Ciel et la Terre se touchent." *In*: DAGOGNET, F. (org.). 1982. **Mort du Paysage? Philosophie et Esthétique du Paysage**. Seyssel, France: Ed. Champ Vallon, Collection Milieux, 1982, pp. P. 36- 51.
- CORNER, James. 1999-b. "Eidetic Operations and New Landscapes." *In*: CORNER, James (ed.). 1999. **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 1999, pp. 153-169.
- COSGROVE, Denis. 1997. "Introductory Essay". *In*: COSGROVE, Denis. 1984. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison, USA: University of Wisconsin Press, 1998, pp. xi-xxv.
- COSGROVE, Denis. 1984. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison, USA: University of Wisconsin Press, 1998.
- COSGROVE, Denis. 1999-b. "Liminal Geometry and Elemental Landscape: Construction and Representation." *In*: CORNER, James (ed.). 1999. **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 1999, pp. 102-119.
- COSGROVE, Dennis & DOMOSH, Monah. 1993. "Author and Authority: Writing the New Cultural Geography" *In*: DUNCAN James & David LEY (eds.) .1993. **Place/culture/representation**. London & New York: Routledge, R. 1997, pp. 24-38.
- COSTA, Lúcia M. S. A. 1993. **Popular Values for Urban Parks: A case study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro**. Ph. D. Thesis. Londres: University College London.
- CRUZ, Aline A. 2006. **Lagoa De Todos Os Olhares: Encantamento e Concepção No Projeto Urbano**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PROURB, UFRJ.
- CULLEN, Gordon. 1960. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70: Martins Fontes.
- DAGOGNET, F. (org.). 1982. **Mort du Paysage? Philosophie et Esthétique du Paysage**. Seyssel, France: Ed. Champ Vallon, Collection Milieux, 1982.
- DANIELS, Stephen & COSGROVE, Dennis. 1993. "Spectacle and Text: Landscape Metaphors in Cultural Geography" *In*: pp. DUNCAN James & David LEY (eds.) .1993. **Place/culture/representation**. London & New York : Routledge, R. 1997, 57-77.
- DAVIS, Mike. 2006. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição.
- DE CAMPOS, Ma. Clara Redig (organizadora do sumário). 1986. "Lagoa Rodrigo de Freitas - Sumário do Relatório da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral sobre a urbanização da Lagoa Rodrigo de Freitas". **RME**. Rio de Janeiro: Revista Municipal de Engenharia vol. XL jan-mar

- 1986, pp. 28-40.
- DEBORD, Guy. 1967. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1ª ed. 1997.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da paisagem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DERRIDA, Jacques. 1968. "De «La Différance." *In: Marges de la Philosophie*. Paris: Ed. Minuit. [Márgenes de la filosofía. Madrid: Cátedra, 1998. Disponível em : [www.jacquesderrida.com.ar/frances/differance.htm](http://www.jacquesderrida.com.ar/frances/differance.htm)] Último acesso em: 05 de abril de 2008.
- DEUTSCHE, Rosalyn. 1996. **Evictions: art and spatial politics**. Chicago: MIT Press, 1996.
- DEUTSCHE, Rosalyn. 1998. "The Question of "Public Space" *In: American Photography Institute - National Graduate Seminar*, 1998. New York: Columbia University, School of the Arts/ The New York Foundation for the Arts, June 1-13, 1998. Disponível em: [www.thephotographyinstitute.org/journals/1998/rosalyn\\_deutsche.html](http://www.thephotographyinstitute.org/journals/1998/rosalyn_deutsche.html) Último acesso em: 01 de maio de 2008.
- DIAS, Cleber A. G. 2008. **Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações espaciais do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DONADIEU, Pierre. 1994. "Pour une conservation inventive des paysages." *In: BERQUE, Augustin. (org.) 1994. Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage*. Seyssel, France: Éditions Champ Vallon, 1994, p. 51-80.
- DUNCAN James & LEY, David. 1993. "Introduction: representing the place of culture" *In: DUNCAN James & David LEY . 1993. (ed.) Place/culture/representation*. London & New York: Routledge, 1997, p. 1 a 21.
- DUNCAN James and David LEY (ed) .1993. **Place/culture/representation**. London & New York: Routledge, R. 1997.
- DUNCAN, James S. 1989. "The Power of Place in Kandy, Sri Lanka". *In: AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) 1989. The Power of Place*. London: Unwin Hyman, pp 185-201.
- DUNCAN, James. 1993. "Sites of Representation: Place, Time and the Discourse of the Other" *In: DUNCAN James & David LEY (ed) .1993. Place/culture/representation*. London & New York: Routledge, R. 1997, pp. 39-56.
- DUVIGNAUD, Jean. 1977. **Lieux et non Lieux**. Paris: Éditions Galilée, Collection l' espace critique.
- EISENMAN, Peter & KRIER Leon. 1989. Peter Eisenman versus Leon Krier: "My ideology is better than yours." *In: Architectural Design*, 9-10/1989, p. 6 - 18
- EISENMAN, Peter. 2008. "Ciudad de la Cultura. Santiago de Compostela". Palestra no: **EURAU 2008, 4º Congresso Europeu sobre Investigación Arquitectónica e Urbana. Paisaje Cultural-Cultural Landscape**. Madrid: EURAU, maio de 2008, sem pub.
- EVANS, Mel. 1988. "Participant Observation: the Researcher as a Research Tool." *In: Eyles, John & Smith, Susan (eds.). Qualitative Methods in Human Geography*. Cambridge: Cambridge Polity Press, pp. 197-218 [1992].
- EYLES, John & SMITH, David. (eds.). 1988. **Qualitative Methods In Human Geography**. Cambridge: Polity Press.
- FERREZ, Gilberto. 1985. O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez. Paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918. Ed. ExLibris, 1985.
- FRASER, Nancy. 1992. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually existing Democracy" *In: CALHOUN Craig. (ed.). 1992-1. Habermas and the Public Sphere*. Cambridge MA: The MIT Press, pp. 73-98.
- FRÚGOLI JR, Heitor. 1995. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- FRÚGOLI JR, Heitor. 2007. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; coleção Passo-a-passo,80; 2007.

- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor & PINTAUDI, Silvana . 1992. **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo : UNESP, 1992.
- GALE, Richard 2005. "Planning and religion in a 'global city': urban restructuring, multiculturalism and Muslim places of worship in Birmingham, UK", presented at the **28th ISSR/SISR Conference on 'Religion and Society: Challenging Boundaries'**, Zagreb, July 2005.
- GALE, Richard. 2004 The Multicultural City and the Politics of Religious Architecture: Urban Planning, Mosques and Meaning-making in Birmingham, UK. **Built Environment**, Vol.30, No.1, 18-30.
- GODOY, Armando de. 1934. "Sugestões sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas e os terrenos marginais". RME. Rio de Janeiro: Revista da Diretoria de Engenharia, R.J., ano III, nº 13, novembro 1934, pp. 148-151.
- GOMBRICH, Ernst. 1977. **Arte e Ilusão – Um Estudo da Psicologia da Representação Pictórica**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 4a edição, 2007.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. 2002. **A condição urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GREGORY, Derek & URRY, John (eds.). **Social Relations and Spatial Structures**. London: MacMillan.
- HABERMAS, Jürgen. 1962. **L'Espace Publique**. Paris: Éditions Payot, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. 1964. "The Public Sphere: an Encyclopedia Article." *In: The New German Critique*. vol. 11, pp19-55 [1974].
- HABERMAS, Jürgen. 1990. "Préface." *In: HABERMAS, J. 1962. L'Espace Publique*. Paris: Éditions Payot, 1993, pp. I-XXXV.
- HALPRIN, Lawrence. 1979. "The collective perception of cities" *In: Taylor, Lisa (ed.) Urban Open Spaces*. London Academy Editions, 1981, p. 4-6.
- HARVEY, David. 1989. **Condição Pós- Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, David. 1996. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford, UK/ Cambridge, MA: Blackwell Publishers, 1996.
- HARVEY, David. 2006. "The Political Economy of Public Space." *In: LOW, Setha & Smith, Neil (eds.) 2006. The Politics Of Public Space*. New York: Routledge, 2006, pp. 17-34.
- HAYDEN, Dolores 1995. **The Power of Place: urban landscape as public history**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. 1927. **Being and Time**. New York: Harper and Row, Publishers, Inc., 1962.
- HEIDEGGER, Martin. 1951. "Building Dwelling Thinking." *In: HEIDEGGER, Martin. 1971. Poetry, Language, Thought*. New York: Perennial Classics, 2001, p. 163-184.
- HEIDEGGER, Martin. 1953. "El habla en el poema. Una dilucidación de la poesía de George Trakl. " *In: Heidegger, Martin. De camino al habla*. Versión castellana de Yves Zimmermann. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1990. Disponível em: [www.heideggeriana.com.ar/textos/el\\_habla\\_en\\_el\\_poema.htm](http://www.heideggeriana.com.ar/textos/el_habla_en_el_poema.htm) Último acesso em 13 de dezembro de 2006.
- HILLIER, Bill & HANSON, Julienne. 1984. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HOLZER, WERTHER **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar**: São Paulo : Univ. de São Paulo, Fac. de Fil., Letras e Ci. Humanas, Dep. de Geografia, 1998.
- HOUAISS Antonio *et al.* (ed.) 2000. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. versão digital.
- INGOLD, Tim. 2000. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. New York : Routledge, 2000.

- JACKSON, John B. 1986. "The Vernacular landscape!." In: PENNING-ROWSELL, Edmund C. & LOWENTHAL, David. (orgs.). (1986) **Landscape Meaning and Values**. London: Unwin Hyman, 1986, pp. 65-81.
- JACOBS, Jane. 1961. **The Death and Life of Great American Cities: the failure of town planning**. Londres: Pelican [1972].
- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. 1989. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. 1989. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- JELICOE, Geoffrey & JELICOE, Susan. 1975. **The landscape of Man. Shaping the environment from prehistory to the present days**. London: Thames and Hudson, 1995.
- KITTO H.D.F. 1951 "The Polis." In KITTO H.D.F. **The Greeks**. London: Penguin Books, 1957 [reproduzido em STOUT, Frederic e LeGates, Richard T. 1996. **The City Reader**. Londres e Nova York: Routledge]
- KOSTOFF, Spiro. 1991. **The City Shaped - Urban Patterns and Meanings Through History**. London: Thames & Hudson Ltd.
- KOSTOFF, Spiro. 1992. **The City Assembled - The Elements of Urban Form Through History**. London: Thames & Hudson Ltd.
- KRIER, Rob. 1975. **El Espacio Urbano**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1981.
- LAGO, Luciana C. do. 2000. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Ed. Revan/ Fase, 2000.
- LAGOA. A musa do inverno - é na reurbanizada Lagoa Rodrigo de Freitas que cariocas se divertem na nova estação [epoca.globo.com/edic/19980706/socied4.htm](http://epoca.globo.com/edic/19980706/socied4.htm)
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. 1993. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- LAVALLE, Adrián Gurza. 1995. "As dimensões constitutivas do espaço público- uma abordagem pré-teórica" In: **NERU, 2005. Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, vol. 25-no 46- Espaço Público**. São Paulo: NERU/ Editora Annablume, pp. 33-44, jan/jul 2005.
- LECHTE, John. 1994. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2ª ed., 2002.
- LEFEBVRE, Henri. 1968. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. 1974. **La Production de l'Espace**. Paris: Éditions Anthropos, 3eme édition, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. 1980. **La Presencia y la Ausencia- contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica.
- LEFEBVRE, Henri. 1985. Prefáce. in: LEBEVRE, Henri. 1974. **La production de L'Espace**. Paris: Éditions Anthropos (1986), pp. I-XII.
- LEY, David. 1989. "Modernism, post-modernism and the struggle for place". In: AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) 1989. **The Power of Place**. London: Unwin Hyman, pp 44-65.
- LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M (eds.). 1998. **Philosophy and Geography II: The Production of Public Space**. Lanham : Rowman & Littlefield, 1998. x, 309 p. : il. ; 24 cm. PGG Acervo Geral910.01 P5685
- LIPOVETSKY, Gilles. 1991. "Espace Privé, Espace Public à l'Age Postmoderne." In: BAUDRILLARD, Jean et al. **Citoyenneté et urbanité**. Paris: Éditions Esprit, Série Societé, 1991, pp. 105-122.
- LOBO, Maria da Silveira. 2006. "A morte dos pilotis do Estádio de Remo da Lagoa e o declínio do espaço público". In: Portal Viruvius. Rio de Janeiro: Portal Vitruvius, agosto 2006 ano 7, vol. 1. disponível

- em [www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc167/mc167.asp](http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc167/mc167.asp) último acesso 15/02/2008.
- LOW, Setha & Smith, Neil (eds.) 2006. **The Politics Of Public Space**. New York: Routledge, 2006.
- LOW, Setha .M. 2000. **On the Plaza: the politics of public space and culture**. Austin: University of Texas Press.
- LOWENTHAL, David. 1985. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LYNCH, Kevin. 1960. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985.
- LYNCH, Kevin. 1981. **Good City Form**. London: MIT Press [1985].
- MALPAS, Jeff . 1999. **Place and Experience: A Philosophical Topography**. Cambridge, MA: Massachussets Institute of Technology, 2007.
- MALPAS, Jeff . 2006. **Heidegger's Topology: Being, Place, World**. (A Bradford Book) Cambridge, MA: Massachussets Institute of Technology, 2006.
- MALPAS, Jeff. 1998. "Finding Place: Spatiality, Locality and Subjectivity." *In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M (eds.)*. 1998. **Philosophy and Geography III: Philosophies of Place**. Lanham : Rowman & Littlefield, 1998, pp. 21-44.
- MARTINS, Carlos & PICCOLI, Valéria (curadores da exposição). 2004. **Fachinetti**. Catálogo da Exposição realizada no período de 30 de março a 6 de junho de 2004. Rio de Janeiro: CCBB- Centro Cultural Banco do Brasil, 2004.
- MAYA-MONTEIRO, Patricia M. 1998. **Padrões Sociais e espaciais dos espaços livres públicos de São Cristóvão**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : UFRJ/ PROURB.
- MAYA-MONTEIRO, Patricia M. 2008. "A paisagem como lugar: o perfil das montanhas do Rio de Janeiro". *In: TERRA, Carlos G. & ANDRADE, R. (orgs.) Coleção Paisagens Culturais - v. 2*. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008, p. xx.
- MEINIG, Donald. W. 1979. "The Beholding eye- ten versions of the same scene." *In: Meinig, D. W. (ed.) The Interpretation of Ordinary Landscapes*. Nova York: Oxford University Press, pp. 33-48.
- MERLEAU-PONTY, M. 1962. **Phenomenology of Perception**. London: Routledge & Kegan Paul.
- MEYER, Han. (1999). **City and Port. Urban planning as a cultural venture in London, Barcelona, New York and Rotterdam: changing relations between public urban space and large-scale infrastructure**. Rotterdam, International Books: p 5-394)
- MILLS, Caroline. 1993. "Myths and Meanings of Gentrification" *In: DUNCAN James & David LEY (ed.)*. 1993. **Place/culture/representation**. London & New York: Routledge, 1997, pp. 149-170.
- MITCHELL, Don. 2003. **The right to the city**. New York : Guilford Press, 2003.
- MUIR, Edward. & WEISSMAN, Ronald F. E. 1989. "Social and symbolic places in Renaissance Venice and Florence". *In: AGNEW, John A. & DUNCAN, James S. (eds.) 1989. The Power of Place*. London: Unwin Hyman, pp 81-103.
- NESBITT, Kate. 1996-a. "Introdução". *In: NESBITT, Kate. (org.)*. 1996. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 15-87.
- NEWMAN, Oscar. 1975. **Design Lines for Creating Defensible Space**. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice/ Law Enforcement Assistance Administration [1976].
- NORBERG-SCHULZ, Christian. 1976. "Place". *In: The City Cultures Reader*.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. 1979. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. Londres: Academy Editions, 1980.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. 1983. "O pensamento de Heidegger sobre arquitetura". *In: NESBITT, Kate. (org.)*. 1996. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 462-474.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. 2000. **Architecture : Presence, Language and Place**. Skira Editore; 2000

paperback

- OLIVEIRA, Antonio J. B. 2006. "Das Ilhas à Cidade - a Universidade Invisível: a longa trajetória para a escolha do local a ser construída a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935-1945)" **Revista Contemporânea de Educação**. Publicação online do programa de pós-graduação da Ufrj Número 1 - Abril/2006. Disp. em: [www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/artigo1.php](http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/artigo1.php)
- OLIVEIRA, Carmen L. 2004. "Elizabeth Bishop, cronista do Rio." In: **O Globo** 09/10/2004. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, Prosa & Verso, p. 3.
- OLIVEIRA, Flávia Santos de. 2001. **O Habitus no lugar e o lugar da Tijuca**. Dissertação do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ/CCJE/IPPUR, 2001.
- PANERAI, Philippe. 1994. "O retorno à cidade- o espaço público como desafio do Projeto Urbano" In: Revista **Projeto**, abril/1994, pp.78-82.
- PATEL, Rajeev. 1997. "Urban Violence: an overview." In MILES, M.; HALL, T.; Borden I. (ed.) 2000. **The City Cultures Reader**. London: Routledge, pp. 261-268.
- PCRJ/RIOTUR. 2007. **Riotur**. Secretaria Especial de Turismo/Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. Site. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [www.riodejaneiro-turismo.com.br/pt](http://www.riodejaneiro-turismo.com.br/pt) Último acesso: 08/08/2007.
- PCRJ. 1990. **Decreto N° 9396, de 13 de Junho de 1990/ Tombamento definitivo do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. D.O .ANO IV, N° 66 – Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1990.
- PCRJ. 2000. **Decreto "N" N° 18415, de 01 de Março de 2000/ Estabelece parâmetros de uso para o espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. D.O. ANO XIII, N° 243 – Rio de Janeiro, Quinta-feira, 02 de março de 2000.
- PCRJ. 2002. **Decreto N° 21306 de 19 de abril de 2002. Tombamento Provisório dos Bens que menciona na área de entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. D.O. Rio de Janeiro, 22/04/2002.
- PCRJ. 2007. **Armazém de Dados**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [www.portalgeorio.rio.rj](http://www.portalgeorio.rio.rj). Último acesso: setembro de 2007.
- PCRJ. 2007. **Decreto n.º 28.029, de 06 de junho de 2007 / Institui Comissão Técnica de gestão dos espaços públicos da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. D.O. Rio de Janeiro, 06/07/2007.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. 1998. "Dwelling on Heidegger: Architecture as mimetic techno-poiesis" In: **International Journal of Architecture Theory**. s.l. : International Journal of Architecture Vol. 3, No. 2, s.p., June 1998. disponível em: [www.tu-cottbus.de/BTU/Fak2/TheoArch/wolke/eng/Subjects/982/Perez-Gomez/perez-gomez\\_t.html](http://www.tu-cottbus.de/BTU/Fak2/TheoArch/wolke/eng/Subjects/982/Perez-Gomez/perez-gomez_t.html)
- PESSOA, Fernando [Alberto Caieiro]. 1914-a. " O Guardador de Rebanhos/ Parte VII- Da Minha Aldeia..." In.: **O Eu profundo e os outros eus- seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho**. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1976, p. 141.
- PESSOA, Fernando [Alberto Caieiro]. 1914-b. " O Guardador de Rebanhos/ Parte XL-Passa uma borboleta..." In.: **O Eu profundo e os outros eus- seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho**. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1976, p. 160.
- PESSOA, Fernando [Alberto Ciero]. 1917. "Poemas inconjuntos/ O Universo..." In.: **O Eu profundo e os outros eus: seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho**. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1976, p. 178.
- PICKLES, John. 1985. **Phenomenology, Science and Geography : Spatiality and the Human Sciences**. Cambridge: Universidade Cambridge Press, 1985.
- PICKLES, John. 1989. From Fact-world to Life-world- The Phenomenological Method and Social Science Research. In: EYLES, John & SMITH, David. 1988. **Qualitative Methods In Human Geography**. Cambridge: Polity Press, 1998; pp. 233-254.
- REDEKER Robert. 2004. **Nouvelles figures de l'homme**. Latresne, France: Éditions Le Borde de l'Eau.

- REIDY, Affonso E. & PORTINHO, Carmen. 1946. **Conjunto Residencial Pedregulho**. Memorial. Disponível em: [br.geocities.com/reidy\\_web/memorial.htm](http://br.geocities.com/reidy_web/memorial.htm) Último acesso: 27/02/2008.
- RELPH, Edward. 1976. **Place and Placelessness**. Londres: Pion Limited [1980].
- RELPH, Edward. 1996. "Reflections on Place and Placelessness." In: *Environmental and Architectural Phenomenology* 7:3 (Fall1996) Disponível em: [www.arch.ksu.edu/seamon/Relph96.htm](http://www.arch.ksu.edu/seamon/Relph96.htm)
- ROGER, Alain. 2000. "La Naissance du Paysage en Occident." In: SALGUEIRO, Helena S.. (coord.) 2000. **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000, p. 33-40.
- ROSSI, Aldo. 1966. **A Arquitetura Da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.
- RYBCZYNSKI, Witold. 1986. **Casa: pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 2ª tiragem, 1999.
- SALGADO, Sebastião. 2000. **Êxodos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SALLES, João Moreira. 2005. "O Rio como Dorian Gray". entrevista. In: **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro: Segundo Caderno, 6 de novembro de 2005, pp. 1-2.
- SANTOS, Alexandre M. 2003. "Grande Tijuca, espaço de atuação da Agenda Social". In: SANTOS, A. M.; LEITE, M. P. & FRANCA, N. (orgs.) 2003. **Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003, pp. 9-30.
- SASSEN, Saskia. 1993. "Analytic border lands: economy and culture in the global city". In: **Columbia Documents of Architecture and Theory**. Nova York: vol.3, págs. 5/23.
- SAUDADES DO RIO. 2008. Fotolog. Disponível em: <http://fotolog.terra.com.br/luizd:113> Último acesso: 12/02/2008.
- SCHAMA, Simon. 1995. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SCHUDSON, Michael. 1992. "Was there ever a Public Sphere? If so, when? Reflections on the American Case." In: CALHOUN Craig. (ed.). 1992-1. **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge MA: The MIT Press, pp. 143-163.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B. & COSTA, V. M. R.. 1984. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2ª edição, 2000. Disponível em: . ultimo acesso: fev 2008.
- SEAMON, D. & MUGERAUER, D. (eds) 1989. **Dwelling, Place and Environment: Towards a phenomenology of person and world**. New York: Columbia University Press. Dovey / Relph
- SEAMON, D. (ed.). 1993. **Dwelling, seeing and designing: Toward a phenomenological ecology**. Albany, NY: SUNY Press.
- SEAMON, David. 2000. "Phenomenology, Place, Environment, and Architecture: A Review of the Literature" In: **Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter- overview**. Kansas: Kansas State University. Disponível em: [www.arch.ksu.edu/seamon/Seamon\\_reviewEAP.htm](http://www.arch.ksu.edu/seamon/Seamon_reviewEAP.htm) Acesso em: 30 de maio de 2006.
- SENNET, Richard. 1974. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SHIELDS, Rob. 1986-a. The Production of Space. Précis translation. **Urban and Regional Studies Working Paper**, Sussex, Sussex University, 1986. Disponível em: [www.carleton.ca/~rshields/prodspac.txt](http://www.carleton.ca/~rshields/prodspac.txt) Último acesso em 23/ 02/ 2005.
- SHIELDS, Rob. 1986-b. "Introduction" In: SHIELDS, Rob. **The Production of Space**. Précis translation. Urban and Regional Studies Working Paper, Sussex, Sussex University, 1986. Disponível em: [www.carleton.ca/~rshields/prodspac.txt](http://www.carleton.ca/~rshields/prodspac.txt) Último acesso em 23/ 02/ 2005.
- SHIELDS, Rob. 1991. **Places on the Margin: alternative geographies of modernity**. London: Roulledge.

- SMALLWOOD, Christine. 2006. "Pillow Fights in Union Square— Isn't There a War On or Something?" In: New York: The New York Observer. March 12, 2006. Disponível em: [www.observer.com/node/38540](http://www.observer.com/node/38540)
- SMITH, Jonathan M; LIGHT, Andrew & ROBERTS, David. 1998. "Introduction: Philosophies and Geographies of Place". In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M (eds.). 1998. **Philosophy and Geography III: Philosophies of Place**. Lanham : Rowman & Littlefield, 1998. pp. 1-21.
- SMITH, Jonathan. 1993. "The Lie that Blinds: Destabilizing the Text of Landscape" In: DUNCAN James & David LEY (eds.) .1993. **Place/culture/representation**. London & New York : Routledge, R. 1997, pp. 78-92.
- SOJA, Edward W. 1996. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-And-Imagined Places**. Oxford, UK/ Cambridge, MA: Blackwell Publishers, 1996.
- SOJA, Edward W. 1985. "The Spatiality of Social Life: Towards a Transformative Retheorisation." In: *Gregory, Derek & Urry, John (eds.)*. **Social Relations and Spatial Structures**. London: MacMillan. (p. 90-127).
- SORKIN, Michael (editor). 1992. **Variations on a Theme Park: the new american city and the end of public space**. New York: Hill and Wang, 2000.
- SOUZA, Marcelo José L. de. 1989. "O bairro contemporâneo: Ensaio de abordagem política" in : **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: nº 51 (2)- abr/jun 1989, pp.139-172.
- STRAUSS, Anselm. L. 1987. **Qualitative Analysis for Social Scientists**. Cambridge: Cambridge University Press [1991].
- STRICKER Heather & Kenworthy, Bill. 2006. "Assembly on Private Property". Disponível em: [www.firstamendmentcenter.org/assembly/topic.aspx?topic=private\\_property](http://www.firstamendmentcenter.org/assembly/topic.aspx?topic=private_property)
- TARDIN, Raquel. "Sistema de Espacios Libres y reestructuración de los territorios urbanos". In: *La Sustentabilidad Hoy*. La Plata: Fundación CEPA, 2005, pp. 53-65.
- TELLO, Rosa. (coord) 2002. **Espais públics : mirades multidisciplinàries**. Barcelona: Pòrtic, 2002.
- TELLO, Rosa. 2002-b. "Mirades a l'espai públic: introducció." In: TELLO, Rosa (coord.). 2002. **Espais públics :Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Pòrtic, 2002.
- TORRE, Susana. 1996. "Claiming the Public Space: The mothers of Plaza de Mayo." in AGREST *et al.*(ed.) **The Sex of Architecture**. s.l.: Henry Abrahams Inc. [reproduzido em MILES, M.; HALL, T.; Borden I. (ed.) 2000. **The City Cultures Reader**. London: Routledge, pp. 282-288.]
- TOSCANI, Oliviero. 1995. **A publicidade é um cadáver que nos sorri**. Rio de Janeiro: Ediouro, 3a ed. 1996. ISBN 85-00-93195-7.
- TSIOMIS, Yannis & LINDER, Sandrine. 1998. "Projetar o Rio de Janeiro." in: TSIOMIS, Yannis. 1998-a. **Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929 1936**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998, pp. 69-99.
- TSIOMIS, Yannis (ed.). 1998-a. **Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929 1936**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.
- TSIOMIS, Yannis (ed.). 1998-b. **Le Corbusier – Rio de Janeiro 1929 1936**. *Media digital*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. 1974. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel 1980.
- TUAN, Yi-Fu. 1977. **Space and Place: the perspective of experience**. Minneapolis: university of Minnesota Press.
- UNPD, 2007. **Making Globalization Work for All- United Nations Development Programme Annual Report 2007**. New York: Office of Communications/ United Nations Development Programme, June 2007. Disponível em: [www.undp.org](http://www.undp.org).

- VENTURI, Robert; SCOTT BROWN, Denise IZENOUR, Steven. 1977. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- VIEIRA, Fernanda Marques. 1994. **Proposta de Roteiro para Análise e Concepção Bioclimática dos Espaços Externos Urbanos. Estudo de casos: Praças**. Dissertação do Mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: FAU, UFRJ, Brasil.
- VILLAÇA, Flávio. 1998. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.
- WEBBER, Melvin .M. 1964. "The Urban Place and the Nonplace Urban Realm". In: WEBBER Melvin M. *et. al.* **Explorations into Urban Structure**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 79-153.
- WENDERS, Wim. 1994. "A paisagem urbana". In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23**. Rio de Janeiro: 1994, p. 181-189.
- WHYTE, William H. 1980. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington D.C.: The Conservation Society [1988].
- YOUNG, Íris Marion. 1990. **Justice and the politics of difference**. Princeton, NJ.
- ZÉ LOBATO. 2008. GALERIA DE ZÉ LOBATO. 2008. Páginas diversas do fotolog. Disponível em: [www.flickr.com/photos/ze\\_lobato](http://www.flickr.com/photos/ze_lobato). Último acesso: 27/02/2008.
- ZEISEL, John. 1981. **Inquiry by Design: Tools for Environment-Behavior Research**. Cambridge (MA) : Cambridge University Press [1995].
- ZIZEK, Slavoj. coord. **Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro : Contraponto, S1996.

## Textos originais

---

### **BORGES, Jorge Luis. 1949 (trecho do conto original)**

(...)

No diré las fatigas de mi labor. Más de una vez grité a la bóveda que era imposible descifrar aquel texto. Gradualmente, el enigma concreto que me atareaba me inquietó menos que el enigma genérico de una sentencia escrita por un dios. ¿Qué tipo de sentencia (me pregunté) construirá una mente absoluta? Consideré que aun en los lenguajes humanos no hay proposición que no implique el universo entero; decir el tigre es decir los tigres que lo engendraron, los ciervos y tortugas que devoró, el pasto de que se alimentaron los ciervos, la tierra que fue madre del pasto, el cielo que dio luz a la tierra. Consideré que en el lenguaje de un dios, toda palabra enunciaría esa infinita concatenación de los hechos, y no de un modo implícito, sino explícito, y no de un modo progresivo, sino inmediato. Con el tiempo, la noción de una sentencia divina parecióme pueril o blasfematoria. Un dios, reflexioné, sólo debe decir una palabra y en esa palabra la plenitud. Ninguna voz articulada por él puede ser inferior al universo o menos que la suma del tiempo. Sombras o simulacros de esa voz que equivale a un lenguaje y cuanto puede comprender un lenguaje, son las ambiciosas y pobres voces humanas, todo, mundo, universo.

(...)

## ATWOOD , Margaret 1976 (poema completo)

### "Backdrop addresses cowboy"

Starspangled cowboy/ sauntering out of the almost- silly West, on your face/ a porcelain grin,/ tugging a papier-mâché cactus / on wheels behind you with a string, / you are innocent as a bathtub/ full of bullets.

Your righteous eyes, your laconic/ trigger-fingers/ people the streets with villains:/ as you move, the air in front of you/ blossoms with targets

and you leave behind you a heroic/ trail of desolation: /beer bottles/ slaughtered by the side /of the road, bird-/ skulls bleaching in the sunset.

I ought to be watching/ from behind a cliff or a cardboard storefront/ when the shooting starts, hands clasped/ in admiration,/ but I am elsewhere.

Then what about me

what about the I/confronting you on that border,/ you are always trying to cross?

I am the horizon/ you ride towards, the thing you can never lasso

I am also what surrounds you:/ my brain/ scattered with your/ tincans, bones, empty shells,/ the litter of your invasions.

I am the space you desecrate /as you pass through.

### "O Pano de Fundo fala ao Cowboy" (tradução livre para a tese)

Cowboy estrelado,/ vagando pelo quase-/ bobo Oeste, na sua face/ um sorriso de porcelana,/ rebocando um cáctus de papel machê/ sobre rodas atrás de si com uma corda,/ você é inocente como uma banheira/ cheia de projéteis.

Os seu olhos virtuosos, os seus lacônicos/ dedos no gatilho/ povoam as ruas de vilões:/ enquanto você se move, o ar em frente de si/ floresce com alvos

e você deixa atrás de si uma heróica/ trilha de desolação:/ latas de cerveja/ massacrados pela lateral/ da estrada, esqueletos de pássaros/ secando ao sol

Eu devo estar assistindo/ por detrás de um monte ou de um outdoor/ quando o tiroteio começa, mãos/ em admiração/ mas eu estou em algum outro lugar/

Então sobre mim

Sobre o Eu/ que confronta você naquela fronteira/ que você está sempre tentando cruzar?

Eu sou o horizonte/ para o qual você se dirige, a coisa que você nunca pode laçar

Eu também sou o que te circunda:/ meu cérebro/ espalhado com suas/ latinhas, seus ossos, cartuchos vazios,/ a desordem das suas invasões

Eu sou o espaço que você profana/ enquanto você atravessa.

## Lista e fonte das figuras

FIGURAS E FONTES	PÁG.
imagem capa frontal:	
<b>Place Furstenberg.</b> David Hockney. 1985. Paris, August 7,8,9, 1985 #1 Fotocolagem 88.9 x 80 cm/ coleção do artista. Disponível em: Ibiblio- the public's library and digital archive, <a href="http://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/hockney">www.ibiblio.org/wm/paint/auth/hockney</a> ).	—
<b>Introdução</b>	
imagem folha rosto * <sup>1</sup> :	<b>01</b>
<b>Réseaux des Stoppages.</b> Marcel Duchamp. Paris, 1914. Óleo e lápis sobre tela, 148.9 x 197.7 cm. Disponível em: <a href="http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A1634&amp;page_number=8&amp;template_id=1&amp;sort_order=1">www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A1634&amp;page_number=8&amp;template_id=1&amp;sort_order=1</a>	
<b>cap. I- Teorias e métodos</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Chair, Jardin du Luxembourg.</b> David Hockney. Paris, 1985. Fotocolagem 80 x 64 cm. Disponível em: <a href="http://www.ub.es/depesc/idedocs/donat/temp.htm">www.ub.es/depesc/idedocs/donat/temp.htm</a> ).	<b>19</b>
<b>cap. II- Sobre o espaço público</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Love Parade.</b> Yann-Arthus Bertrand. Berlim, 2003. (Fonte: Bertrand, 2003: 150).	<b>51</b>
<b>cap. III- Sobre o lugar</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Untitled / Sin título.</b> Guillermo Kuitca. 1989. Óleo sobre colchões recobertos com vinil. 220 x 420 cm. Coleção privada. Disponível em: <a href="http://kuitca.com.ar/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=301&amp;Itemid=2">kuitca.com.ar/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=301&amp;Itemid=2</a> .	<b>135</b>
<b>cap. IV- Sobre a paisagem</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Wivenhoe Park.</b> Por John Constable, 1816. (Fonte: Gombrich, 1977: 34).	<b>195</b>
<b>Cópia de Wivenhoe Park,</b> de Constable, por uma criança. (Gombrich, 1977: 51)	
<b>Wivenhoe Park/ University of Essex.</b> Fonte: Google Earth. s.d.	
<b>cap. V- Presença e Ausência</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Estátua de Ícaro do túmulo de Santos Dumont.</b> Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro; com a estátua do Cristo Redentor no Morro do Corcovado, ao fundo (Foto da autora, 2006 * <sup>2</sup> ).	<b>229</b>
<b>5.1- Praça Afonso Pena</b>	
fig. A01: Praça Afonso Pena, palco de eventos e intensamente usufruída cotidianamente. (Foto da autora).	<b>255</b>
fig. A02: Aridez que se contrapõe à arborização a praça: Passeios a Oeste. (Foto da autora).	<b>255</b>
fig. A03: Aridez que se contrapõe à arborização a praça: Passeios ao Sul e acesso ao metrô. (Foto da autora).	<b>255</b>
Fig. A04: A praça em 1921, então Praça do Hipódromo Nacional. (Fonte: AGCRJ).	<b>256</b>
Fig. A05: Espaço central da então Praça Castilhos França nos anos 1940. (Fonte: AGCRJ).	<b>256</b>
Fig. A06: Inauguração da Praça Castilhos França em 1945. (Fonte: AGCRJ).	<b>256</b>
Fig. A07: Projeto da Praça Castilhos França, atual Praça Afonso Pena, em 1939, por autor	<b>257</b>

FIGURAS E FONTES	PÁG.
desconhecido. (Fonte: FPJ).	
Fig. A08: Área sem arborização junto ao metrô. (Foto da autora).	258
Fig. A09: Equipamentos para lazer infantil na área central da praça. (Foto da autora).	258
Fig. A10: Os brinquedos nas representações divulgadas de um ex-usuário. (Fonte: blog <a href="http://cellosantos.multiply.com">http://cellosantos.multiply.com</a> )	259
Figs. A11 a e b: Catadoras de lixo na praça. (Foto da autora).	260
Fig. A12 : Edifícios, metrô, cabine da PM, desnível e gangorra na praça vistos por ex-usuário. (Fonte: <a href="http://cellosantos.multiply.com">http://cellosantos.multiply.com</a> )	260
Fig. A13: Poste antigo registrado por usuário. (Fonte: <a href="http://cellosantos.multiply.com">http://cellosantos.multiply.com</a> )	260
Fig. A14: Praça Afonso Pena: o contexto da cidade do Rio de Janeiro. (Mapa elaborado pela autora sobre base do Google Earth)	261
Fig. A15: Bairros da Grande Tijuca. (Fonte: PCRJ/ Armazém de Dados, 2006).	261
Fig. A16: A Praça Afonso Pena no contexto do bairro e arredores. (Mapa elaborado pela autora sobre base digital da PCRJ/ IPP).	262
Fig. A17: Praça Afonso Pena vista do alto com o bairro do Maracanã ao fundo. (Foto da autora).	263
Fig. A18: Praça Afonso Pena vista do alto com a Serra da Carioca ao fundo. (Foto da autora).	263
Fig. A19: Planta de pisos e usos Praça Afonso Pena. (Mapa elaborado pela autora sobre base digital da PCRJ/ IPP em conjunto com levantamentos na área).	264
Fig. A20: Levantamento da Praça Afonso Pena feito em 1994. (Fonte: Vieira, 1994: 201 )	265
Fig. A21: Projeto de reforma efetuada em 2001, com a colocação dos nichos. (PCRJ/ FPJ, 2001)	265
Fig. A22: Planta atual da vegetação e entorno da Praça Afonso Pena. (Mapa elaborado pela autora sobre base digital da PCRJ/ IPP em conjunto com levantamentos na área).	266
Fig. A23: Passeio superior e oitis. (Foto da autora).	267
Fig. A24: Nicho com bancos e mesinhas junto à faixa exclusiva de caminhada. (Foto da autora).	267
Fig. A25: Quiosque na diagonal do acesso à Rua Dr. Satamini. (Foto da autora).	267
Fig. A26: Grupos de jogadores nos nichos de mesa de jogos. (Foto da autora).	268
Fig. A27: Família jogando damas na mesa de jogos. (Foto da autora).	268
Fig. A28: Vendedores ambulantes de água de coco na faixa superior. (Foto da autora).	268
Fig. A29: Artesão junto à Rua Dr. Satamini. (Foto da autora).	269
Fig. A30: Carrinhos na faixa do nível inferior do passeio da praça. (Foto da autora).	269
Fig. A31: Passeio cimentado do nível inferior da praça. (Foto da autora).	269
Fig. A32: Playground e cama elástica de aluguel na área central. (Foto da autora).	270
Fig. A33: Área central: vegetação e playground. (Foto da autora).	270
Fig. A34: Passeio noturno no banco com haste metálica para impedir que se deite no banco. (Foto da autora).	270
Fig. A35: Sentado. Ao lado, haste metálica para impedir que se deite no banco. (Foto da autora).	271
Fig. A36: Evento de escola na praça. (Fonte: )	271
Fig. A37: Evento de idosos na praça. (Fonte: )	271
Fig. A38: Feira mensal organizada pela Arcapena. (Foto da autora).	272
Fig. A39: A Banda da Praça Afonso Pena – bandeira e evento. (Fonte: <a href="http://www.bandafonsopena.com.br">www.bandafonsopena.com.br</a> ). Último acesso: 14/ 02/ 2008).	272
Fig. A40: Estátua “Proteção”. (Foto da autora).	272
Fig. A41: Cristo Redentor visível do passeio junto à Rua Campos Sales. (Foto da autora).	273
<b>5.2 - Lagoa Rodrigo de Freitas</b>	
Fig. L01 Lagoa e morros circundantes. ca 1930, (Fonte: Saudades do Rio. fotolog. <a href="http://Fotolog.terra.com.br/luizd:83/">Fotolog.terra.com.br/luizd:83/</a> último acesso: 8/11/2007- foto de Peter Fuss).	309
Fig. L02: Lagoa Rodrigo de Freitas, 1936. (Fonte: <a href="http://www.almacarioca.com.br">www.almacarioca.com.br</a> / acessado	310

FIGURAS E FONTES	PÁG.
em 8/11/2007).	
Fig. L03: Vista aérea da Lagoa. (Fonte: site <a href="http://www.rio.triathlon.com.br">www.rio.triathlon.com.br</a> ).	310
Fig. L04: Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas em 1888, por Nicolau Facchinetti. (Fonte: Martins & Piccoli, (curad.)/ CCBB. 2004: 115).	310
Fig. L05: O Jardim Botânico, por Marc Ferrez, em 1890. (Fonte: FERREZ, 1985: <i>s.p.</i> ).	310
Fig. L06: Imagem da Avenida Epiácio Pessoa na década de 1950. (Fonte: Saudade do Rio/ <a href="http://www.fotolog.terra.com.br/luizd:180/">www.fotolog.terra.com.br/luizd:180/</a> Acessado em: 25/10/2008 - Postal da Coleção de Klermam Wanderley Lopes).	310
Fig. L07: Favela da Praia do Pinto , década de 1960. (Fonte: <a href="http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&amp;infoid=9">www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&amp;infoid=9</a> / Acessado em: 25/10/2007).	311
Fig. L08: Favela da Catacumba. Ônibus elétrico junto à Lagoa, em 1964. (Fonte: Saudade do Rio/ <a href="http://fotolog.terra.com.br/luizd:55/">fotolog.terra.com.br/luizd:55/</a> último acesso: 12/02/2008- foto de Peter Fuss).	311
Fig. L09: Imagem aérea Jóquei Club Brasileiro (Fonte: Vieira,2006. Disponível em <a href="http://www.olhares.com">www.olhares.com</a> / acessado em 5/10/2007).	311
Fig. L10: Clube Caiçaras (Fonte: <a href="http://www.caicaras.com.br">www.caicaras.com.br</a> / acessado em 25/10/2007).	312
Fig. L11: Clube Piraquê (Fonte: <a href="http://www.piraque.org.br/default.asp?pag=9&amp;htm=2&amp;menu=7&amp;submenu=10">www.piraque.org.br/default.asp?pag=9&amp;htm=2&amp;menu=7&amp;submenu=10</a> / acessado em 03/03/2008).	312
Fig. L12: Curva do Calombo (Fonte: <a href="http://bp2.blogspot.com/_AZYnKQ6CMRY/R8CcsdSPcsI/AAAAAAAAAAy8/kBIDw2I1Y30/s1600-h/Lagoa++20-01-2008++42.jpg">bp2.blogspot.com/_AZYnKQ6CMRY/R8CcsdSPcsI/AAAAAAAAAAy8/kBIDw2I1Y30/s1600-h/Lagoa++20-01-2008++42.jpg</a> / Acessado em 17/04/2008).	312
Fig. L13: Mapa dos sucessivos aterros da Lagoa (Elaborado a partir de De Campos, RME. 1986 // & Saudades do Rio (Fonte: <a href="http://fotolog.terra.com.br/luizd">fotolog.terra.com.br/luizd</a> ).	312
Fig. L14: Planta geral da Lagoa com proposta de aterro para a Cidade Jardim, 1929. (Fonte: Amaral, 1931: 29).	313
Fig. L15: Proposta de Cidade Jardim de 1929, do engenheiro Zozimo Barroso do Amaral. (Fonte: Amaral, 1931: 33).	313
Fig. L16: Croquis de Le Corbusier para um edifício-viaduto no Rio, 1929 (Fonte: Tsiomis & Linder, 1998, a partir dos originais da Fundação Le Corbusier, Paris: p.87).	314
Fig. L17: Proposta de um edifício contínuo em altos pilotis. (Fonte: Tsiomis & Linder, 1998, a partir dos originais da Fundação Le Corbusier, Paris: p.92).	314
Fig. L18: Conjunto Residencial Marques de São Vicente, Affonso Eduardo Reidy em 1952, na Gávea, parcialmente construído. (Fonte: Bonduki, 1999).	315
Fig. L19: A proposta do Conjunto habitacional das Catacumbas, por Affonso Eduardo Reidy, 1951. (Fonte: Bonduki, 1999).	315
Fig. L20: Residência de Oscar Niemeyer à Rua Carvalho de Azevedo, 1942. (Fonte: <a href="http://fotolog.terra.com.br/sdorio:184">fotolog.terra.com.br/sdorio:184</a> / acessado em 03/03/2008).	315
Fig. L21: Hospital da Lagoa, de Oscar Niemeyer, 1952, entre a Lagoa e o Jardim Botânico. (Fonte: Saudades do Rio / <a href="http://fotolog.terra.com.br/luizd">fotolog.terra.com.br/luizd</a> ).	315
Fig. L22: Maquete do Estádio de Regatas, sede da Federação do Remo e Garagem para 14 clubes, de 1954. (Fonte: Lobo, 2006).	315
Fig. L23: Empreendimento em construção no interior Estádio de Remo da Lagoa, 2008. (Fonte: Arquivo de Maria Lobo).	315
Fig. L24: Contexto urbano do território da Lagoa Rodrigo de Freitas (Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do site Google Earth, acessado 12/10/2007).	316
Fig. L25: Parque Tom Jobim e entorno. (Mapa elaborado pela autora a partir de planta de PCRJ, 2007).	316
Fig. L26: Mapa dos subparques- Baixo Bebê; Taboas e Cantagalo. (Mapa elaborado pela autora a partir de PCRJ, 2007).	316
Fig. L27: Imagens aéreas dos subparques- Baixo Bebê; Taboas e Cantagalo. (Mapa	318

<b>FIGURAS E FONTES</b>	<b>PÁG.</b>
elaborado pela autora a partir do site Google Earth, acessado 12/10/2007).	
Fig. L28: Lagoa: representações do esporte na Internet (Fonte: Blogs, Fotologs e sites diversos. Ver Anexo).	<b>319</b>
Fig. L29: Parâmetros de uso do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas. (decreto n.º 18.415 / 200) ( Fonte: PCRJ/ SMU. Anexo do Decreto)	<b>320</b>
Fig. L30: Arvore de natal da Lagoa (Montagem das fotos em 3D de Ayrton, 2006; disponíveis em: dia.terra.com.br/rio/multimedia/360/arvore_natal2006/360AYRTON/index.html / acessado em 12/11/2007).	<b>320</b>
Fig. L31: Parque dos Patins (Mapa elaborado pela autora a partir de PCRJ, 2007).	<b>321</b>
Fig. L32: Parque dos Patins - foto aérea (Fonte: img169.imageshack.us/img169//69/parquedospatinsjm8.jpg / acessado em 11/06/2008).	<b>322</b>
Fig. L33: Usos e apropriações no Parque dos Patins (Mapa elaborado pela autora a partir de PCRJ, 2007).	<b>322</b>
Fig. L34: Carrinhos infantis motorizados de aluguel (Fotos de Henrique Koifman, 2008. Cedidas pelo autor).	<b>323</b>
Fig. L35: Pergolado da área de eventos (Fotos de Henrique Koifman, 2008. Cedidas pelo autor).	<b>323</b>
Fig. L36: Pergolado do Anfiteatro (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>323</b>
Fig. L37: Anfiteatro: Rinque de Patinação. (Foto da autora).	<b>324</b>
Fig. L38: Fluxos no parque dos Patins (Mapa elaborado pela autora a partir de PCRJ, 2007).	<b>324</b>
Fig. L39: Quiosque na área central (Foto da autora).	<b>325</b>
Fig. L40: Cercamento de quiosque (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>325</b>
Fig. L41: Cercamento de quiosque.(Foto da autora).	<b>325</b>
Fig. L42: Ocupação de calçada pelo quiosque. (Foto da autora).	<b>325</b>
Fig. L43: Ocupação de calçada pelo quiosque (Foto da autora).	<b>326</b>
Fig. L44: Ciclovia na área central (Foto da autora).	<b>326</b>
Fig. L45: Área central do parque: pergolado e ciclovia (Foto da autora).	<b>326</b>
Fig. L46: Área central do parque: diferentes usuários da ciclovia (Foto da autora).	<b>327</b>
Fig. L47: Aluguel de triciclos junto à área central do Parque dos Patins (Foto da autora).	<b>327</b>
FIG. L48: Triciclo e caminhante na ciclovia; e pipoqueiro na grama (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>327</b>
Fig. L49: "Por favor aguarde". Portão na ciclovia junto ao heliponto (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>327</b>
Fig. L50: Mesas dos quiosques ao redor de bancos públicos (Foto da autora).	<b>327</b>
Fig. L51: Brinquedos de aluguel junto à área central (Foto da autora).	<b>328</b>
Fig. L52: Pula-pula: brinquedo de aluguel junto à área central (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>328</b>
Fig. L53: Quiosques como bares na calçada. (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>328</b>
Fig. L54: Família junto ao espelho d'água. (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>328</b>
Fig. L55: Família no deck (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>329</b>
Fig. L56 a e b : Pescadores. (Fotos da autora).	<b>329</b>
Fig. L57: Ambulante : lanche e pipoqueiro. (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>329</b>
Fig. L58: Ambulante, grafite e pichação (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>330</b>
Fig. L59: Evento no Parque dos Patins (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>330</b>
Fig. L60 : Pergolado junto à arena de eventos (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	<b>330</b>
Fig. L61 : Sanitários junto ao muro da área de estar. (Foto da autora).	<b>331</b>

FIGURAS E FONTES	PÁG.
Fig. L62: Parcour nas "casinhas". (Fonte: <a href="http://www.tobu-leparkour.com.br/park">http://www.tobu-leparkour.com.br/park</a> . Acesso em 17/06/2008)	331
Fig. L63: Pichação nas "casinhas" do playground. (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	331
Fig. L64: Balanços do playground: Grafite/ pichação (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	331
Fig. L65: 'Passarela/ trepa-trepa/ escorrega' no playground (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	332
Fig. L66: 'Passarela/ trepa-trepa/ escorrega' no playground (Foto de Henrique Koifman, 2008. Cedida pelo autor).	332
Fig. L67 "Regata na Lagoa". Foto de César Barreto. (Cedida pelo autor).	332
Figs. L68 a-d : Descida dos morros ao Parque Tom Jobim. Fotos de César Barreto. (Cedidas pelo autor) a) Vista do Mirante Dona Marta I- 1996/ 040 ; b) Vista do Parque da Catacumba- 2000/ 174; c) Lagoa Rodrigo de Freitas, s.d.; e d) Anoitecer na Lagoa, 2000.	333
Fig. L69: Uma proposta urbana de mirantes para a Lagoa (Cruz, 2006: 46).	334
Fig. L70: Representações feitas / divulgadas por usuários do espaço. (Fonte: Blogs, Fotologs e sites diversos. Ver Anexo).	334
Fig. L71: Comemoração de fim de curso de alunos do Ensino Médio.	334
<hr/>	
<b>cap. VI- Considerações Finais</b>	
imagem folha rosto:	
<b>Fonte na praça, em Xangai.</b> 1998. Sebastião Salgado (Fonte: Salgado, 2000: 385).	341
Fig. C01-: Alguns dos Untitled Film Stills da artista Cindy Sherman. Em sentido horário, começando pela esquerda superior:	355
a) Untitled Film Still #21. 1978. MOMA*; b) Cindy Sherman, <i>Untitled Film Still #22</i> , 1978 (Fonte: MAUER, B. J. 2005: 113. "The Epistemology of Cindy Sherman: A Research Method for Media and Cultural Studies"Em: <a href="http://ars-rhetorica.net/Queen/olomeSpecialIssue5/Articles/Mauer.pdf">ars-rhetorica.net/Queen/olomeSpecialIssue5/Articles/Mauer.pdf</a> / cortesia da artista e da Metro Pictures).; c) "Untitled Film Still #66". 1980. (fonte: RP, 2008); d) Untitled Film Still #54. 1980. MOMA*; e) Untitled Film Still #43. 1979. MOMA*; f) Cindy Sherman, da série Untitled Film Stills, #21, 1977-80 (Fonte: s/ ref.); g) Untitled Film Still #60, 1980, Collection of the Enid and Crosby Kemper Collection L2008.4. Disp. em: <a href="http://collections.kemperart.org/Art378\$12">http://collections.kemperart.org/Art378\$12</a> ; e h) "Untitled Film Still #58", 1980 (Fonte: RP, 2008).	
*MOMA: Collection The Museum of Modern Art, New York. Disp. em: <a href="http://www.moma.org/exhibitions/1997/sherman/index.html">www.moma.org/exhibitions/1997/sherman/index.html</a>	
**RP, 2008. Blog da Revista Prata - Fotografia da ESAP. Disp. em: <a href="http://revistaprata.wordpress.com/2008/05/31/auto-retrato-cindy-sherman/">revistaprata.wordpress.com/2008/05/31/auto-retrato-cindy-sherman/</a>	
Fig. C02 "Rua do Rio - os bons tempos estão de volta": o Shopping Nova América anuncia a reprodução dos espaços públicos da cidade dentro dele. (Foto da autora, 2006).	356
Fig. C03- Uma imagem de espaço público: Jacques Prévert em um café de Paris ( <b>Prévert at a Café table</b> . 1955. Robert Doisneau. Quai Saint Beranrd, Paris. Fonte: 2007 Taschen Calendar).	358
<hr/>	
<b>Referências</b>	
<b>Farbstudie.</b> Wassily Kandinsky. 1913. (Fonte: <a href="http://www.amazon.com/GelaSkins-Protective-iPhone-Farbstudie-Quadrat/dp/B00140KR44">http://www.amazon.com/GelaSkins-Protective-iPhone-Farbstudie-Quadrat/dp/B00140KR44</a> )	361

**Notas:**

- 1- Interessante notar que esta imagem é também citada por Corner (1999-b:153), em seu artigo sobre imagens eidéticas.
- 2- Fotos da autora,, quando não especificado, tiradas entre setembro de 2007 e setembro de 2008.
- 3- As fontes das figuras se referem também as referências bibliográficas e aos órgãos consultados (ver siglas abaixo)

## **Arquivos e órgãos consultados - siglas**

---

PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
RME	Revista Municipal de Engenharia - consultada na Biblioteca do Clube de Engenharia
IPP	Instituto Pereira Passos
FPJ	Fundação Parques e Jardins
SMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
CLU	Secretaria de Fazenda/ Controle Urbano